

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO



ÍNDICE DE CONTEÚDOS

SUMÁRIO EXECUTIVO	23
0. INTRODUÇÃO	29
1. ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS	31
1.1 ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO	31
1.2 COMPLEMENTARIDADE COM OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	37
2. PROGRESSOS DO PROGRAMA	38
2.1 BALANÇO GLOBAL DO PROGRAMA	38
2.1.1 CONCURSOS ABERTOS	40
2.1.2 CANDIDATURAS ENTRADAS E INVESTIMENTO PROPOSTO	41
2.1.3 ANÁLISE, APROVAÇÃO E CONTRATAÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO	43
2.1.4 EXECUÇÃO FINANCEIRA	45
2.1.5 ENCERRAMENTO DE PROJETOS	51
2.1.6 INDICADORES DE REALIZAÇÃO E DE RESULTADO	52
2.2 BALANÇO DETALHADO POR AÇÃO PRODeR	57
2.2.1 SUBPROGRAMA 1 – PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE	57
2.2.1.1 AÇÃO 1.1.1 – MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DAS EMPRESAS	57
2.2.1.2 AÇÃO 1.1.2 – INVESTIMENTOS DE PEQUENA DIMENSÃO	84
2.2.1.3 AÇÃO 1.1.3 – INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES.....	93
2.2.1.4 MEDIDA 1.2 – REDIMENSIONAMENTO E COOPERAÇÃO EMPRESARIAL	107
2.2.1.5 AÇÃO 1.3.1 – MELHORIA PRODUTIVA DOS POVOAMENTOS	112
2.2.1.6 AÇÃO 1.3.2 – GESTÃO MULTIFUNCIONAL	120
2.2.1.7 AÇÃO 1.3.3 – MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DAS EMPRESAS FLORESTAIS	127
2.2.1.8 AÇÃO 1.4.1 – APOIO AOS REGIMES DE QUALIDADE	136
2.2.1.9 AÇÃO 1.4.2 – INFORMAÇÃO E PROMOÇÃO DE PRODUTOS DE QUALIDADE.....	139
2.2.1.10 MEDIDA 1.5 – RESTABELECIMENTO DO POTENCIAL PRODUTIVO.....	144
2.2.1.11 AÇÃO 1.6.1 – DESENVOLVIMENTO DO REGADIO.....	150
2.2.1.12 AÇÃO 1.6.2 – REGADIO DE ALQUEVA.....	155
2.2.1.13 AÇÃO 1.6.3 – SUSTENTABILIDADE DOS REGADIOS PÚBLICOS	161
2.2.1.14 AÇÃO 1.6.4 – MODERNIZAÇÃO DOS REGADIOS COLETIVOS TRADICIONAIS.....	166
2.2.1.15 AÇÃO 1.6.5 – PROJETOS ESTRUTURANTES.....	170
2.2.1.16 MEDIDA 1.7 – CUMPRIMENTO DE NOVAS NORMAS OBRIGATÓRIAS	176
2.2.2 SUBPROGRAMA 4 – PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS	181
2.2.2.1 MEDIDA 4.1 – COOPERAÇÃO PARA A INOVAÇÃO	181
2.2.2.2 AÇÃO 4.2.1 – FORMAÇÃO ESPECIALIZADA.....	187
2.2.2.3 AÇÃO 4.2.2 – REDES TEMÁTICAS DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO	195
2.2.2.4 AÇÃO 4.3.1 – SERVIÇOS DE ACONSELHAMENTO AGRÍCOLA/ SUBAÇÕES 4.3.1.1 E 4.3.1.2.....	199
2.2.2.5 AÇÃO 4.3.2 – SERVIÇOS DE APOIO ÀS EMPRESAS.....	206
2.2.3 SUBPROGRAMA 2 – GESTÃO SUSTENTÁVEL DO ESPAÇO RURAL	210
2.2.3.1 MEDIDA 2.1 – MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA EM ZONAS DESFAVORECIDAS	210
2.2.3.2 MEDIDA 2.2 – VALORIZAÇÃO DE MODOS DE PRODUÇÃO	216
2.2.3.2.1 AÇÃO 2.2.1 – ALTERAÇÃO DE MODOS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA	217
2.2.3.2.2 AÇÃO 2.2.2 – PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE DOMÉSTICA	226

2.2.3.2.3	AÇÃO 2.2.3 CONSERVAÇÃO E MELHORAMENTO DE RECURSOS GENÉTICOS / SUBAÇÕES 2.2.3.1 E 2.2.3.2.	232
2.2.3.2.4	AÇÃO 2.2.4 – CONSERVAÇÃO DO SOLO	239
2.2.3.3	AÇÃO 2.3.1 – MINIMIZAÇÃO DE RISCOS / SUBAÇÕES 2.3.1.1 E 2.3.1.2	243
2.2.3.4	AÇÃO 2.3.2 – ORDENAMENTO E RECUPERAÇÃO DE POVOAMENTOS	251
2.2.3.5	AÇÃO 2.3.3 – VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DOS ESPAÇOS FLORESTAIS	264
2.2.3.6	AÇÃO 2.4.1 – APOIO À GESTÃO DAS ITI	274
2.2.3.7	AÇÃO 2.4.2 – INSTRUMENTOS DE PROGRAMAÇÃO E GESTÃO PARA ITI	277
2.2.3.8	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – ITI - PAGAMENTOS AGRO E SILVO AMBIENTAIS	280
2.2.3.9	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – ITI - INVESTIMENTOS NÃO PRODUTIVOS	298
2.2.4	SUBPROGRAMA 3 – ABORDAGEM LEADER	307
2.2.4.1	AÇÃO 3.1.1 – DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES NA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA	308
2.2.4.2	AÇÃO 3.1.2 – CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS	314
2.2.4.3	AÇÃO 3.1.3 – DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES TURÍSTICAS E DE LAZER	320
2.2.4.4	AÇÃO 3.2.1 – CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO RURAL	326
2.2.4.5	AÇÃO 3.2.2 – SERVIÇOS BÁSICOS PARA A POPULAÇÃO RURAL	332
2.2.4.6	MEDIDA 3.4 – COOPERAÇÃO LEADER PARA O DESENVOLVIMENTO	337
2.2.4.7	AÇÃO 3.4.1 – COOPERAÇÃO INTERTERRITORIAL	341
2.2.4.8	AÇÃO 3.4.2 – COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL	345
2.2.4.9	MEDIDA 3.3 – IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	349
2.2.4.10	MEDIDA 3.5 – FUNCIONAMENTO DOS GAL, AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E ANIMAÇÃO	357
2.2.4.11	MEDIDA 3.6 – IMPLANTAÇÃO DE REDES DE BANDA LARGA DE NOVA GERAÇÃO, EM ZONAS RURAIS	362
2.2.4.12	MEDIDA 3.7 – CENTROS EDUCATIVOS RURAIS DO ALGARVE	363
2.2.5	MEDIDAS TRANSITADAS DO QUADRO DE PROGRAMAÇÃO ANTERIOR	366
2.2.6	OPERAÇÕES LIGADAS ÀS PRIORIDADES “HEALTH CHECK” E PACOTE DE RECUPERAÇÃO (NÚMERO 1 DO ART. 16º-A)	373
2.2.6.1	MEDIDAS DE ACOMPANHAMENTO DA REESTRUTURAÇÃO DO SETOR LEITEIRO/APOIO AO INVESTIMENTO RELACIONADO COM A PRODUÇÃO LEITEIRA E MELHORIAS NA TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO LEITEIRAS	374
2.2.6.2	ALTERAÇÃO DOS MODOS DE PRODUÇÃO	380
2.2.6.3	INFRAESTRUTURAS DE BANDA LARGA NAS ZONAS RURAIS	382
3.	EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA	385
3.1	EXECUÇÃO FINANCEIRA POR MEDIDA E POR REGIÃO ELEGÍVEL AO ABRIGO DO OBJETIVO DE CONVERGÊNCIA	385
3.2	FLUXOS FINANCEIROS COM A COMISSÃO EUROPEIA	394
4.	RESUMO DAS ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO	395
4.1	INTRODUÇÃO	395
4.2	ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO REALIZADAS	395
4.3	ABORDAGEM METODOLÓGICA	396
5.	MEDIDAS ADOTADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO	399
5.1	MEDIDAS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	399
5.1.1	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	399
5.1.2	RELACIONAMENTO COM OS GAL	407
5.1.2.1	PROTOCOLO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	407
5.1.2.2	SISTEMA DE SUPERVISÃO LEADER	407

5.1.3	SISTEMAS DE CONTROLO.....	410
5.1.3.1	CONTROLOS EFETUADOS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO.....	410
5.1.3.2	CONTROLOS EFETUADOS PELO IFAP, PELA IGAMAOT E PELA IGF.....	412
5.1.3.3	AUDITORIAS	413
5.1.4	ALTERAÇÕES A PORTARIAS.....	414
5.2	PROBLEMAS MAIS IMPORTANTES VERIFICADOS NA GESTÃO DO PROGRAMA	419
5.2.1	MONITORIZAÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS - “OPERAÇÃO LIMPEZA”	419
5.2.1.1	PROJETOS APROVADOS SEM EXECUÇÃO	419
5.2.1.2	PROJETOS APROVADOS SEM APRESENTAÇÃO DE PEDIDOS DE PAGAMENTO HÁ MAIS DE 6 MESES	424
5.2.1.3	CONCLUSÃO DE PROJETOS DE INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES (ANTIGO REGIME).....	426
5.2.1.4	CUMPRIMENTO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DOS PROJETOS	427
5.2.2	RESUMO DOS PROBLEMAS MAIS IMPORTANTES VERIFICADOS NA GESTÃO DE CADA SUBPROGRAMA	433
5.3	EXAME ANUAL DO PRODER.....	437
5.4	REUNIÃO DO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO – RESULTADOS.....	440
5.5	UTILIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	448
5.6	MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR QUE O PROGRAMA É OBJETO DE PUBLICIDADE	451
5.6.1	AUTORIDADE DE GESTÃO.....	451
5.6.2	GRUPOS DE AÇÃO LOCAL.....	464
6.	DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM AS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS	466
6.1	CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À CONCORRÊNCIA	466
6.2	CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	466
6.3	CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À PROTEÇÃO E MELHORIA DO AMBIENTE	467
6.4	CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À IGUALDADE ENTRE OS GÉNEROS E À NÃO DISCRIMINAÇÃO	467
7.	REUTILIZAÇÃO DOS MONTANTES RECUPERADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 33º DO REGULAMENTO (CE) NÚMERO 1290/2005.....	469
	ANEXO I	470

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1:	ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL	31
QUADRO 2:	PIB E COMPONENTES	32
QUADRO 3:	IMPORTÂNCIA DO COMPLEXO AGROFLORESTAL NO PIB, NO EMPREGO, NAS EXPORTAÇÕES E NAS IMPORTAÇÕES DA ECONOMIA EM 2013 ^E (%).....	33
QUADRO 4:	EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDO COMERCIAL DO COMPLEXO AGRO-FLORESTAL E DA ECONOMIA (MILHÕES EUROS)	33
QUADRO 5:	TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL DA PRODUÇÃO, DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS, DO VAB AGRÍCOLA E DO PIB (%).....	34
QUADRO 6:	TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À ATIVIDADE AGRÍCOLA (%)	35
QUADRO 7:	ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E RESPECTIVA VARIAÇÃO	36
QUADRO 8:	CONCURSOS EM VIGOR NO ANO DE 2013 (EXCLUI MEDIDAS ENQUADRADAS NO PU)	41
QUADRO 9:	CANDIDATURAS APRESENTADAS ATÉ 31-12-2013 (EXCLUI MEDIDAS ENQUADRADAS NO PU E OS PA SEM DOTAÇÃO)	42
QUADRO 10:	CANDIDATURAS APRESENTADAS ATÉ 31-12-2013 (ENQUADRADAS NO PU)	42
QUADRO 11:	CANDIDATURAS APRESENTADAS ATÉ 31-12-2013 (SEM DOTAÇÃO).....	43
QUADRO 12:	COMPROMISSOS ASSUMIDOS E CONTRATOS ENVIADOS (EXCLUI MEDIDAS/AÇÕES ENQUADRADAS NO PU E TRANSITADOS)	44
QUADRO 13:	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO: 2007-2013 (POR SUBPROGRAMA)	47
QUADRO 14:	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO: 2013 (POR SUBPROGRAMA)	48
QUADRO 15:	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO: 2007-2013 (POR EIXO).....	49
QUADRO 16:	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO: 2013 (POR EIXO)	50
QUADRO 17:	INDICADORES DE REALIZAÇÃO (MEDIDAS DA COMISSÃO)	53
QUADRO 18:	INDICADORES DE RESULTADO (MEDIDAS DA COMISSÃO)	54
QUADRO 19:	AÇÃO 1.1.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	58
QUADRO 20:	AÇÃO 1.1.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS POR COMPONENTE (NO ANO)	59
QUADRO 21:	AÇÃO 1.1.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS POR COMPONENTE (ACUMULADO)	59
QUADRO 22:	AÇÃO 1.1.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA – PIR ENTRADOS POR COMPONENTE E SETOR (ACUMULADO).....	60
QUADRO 23:	AÇÃO 1.1.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS POR TIPOLOGIA DO PROMOTOR (NO ANO E ACUMULADO).....	60
QUADRO 24:	AÇÃO 1.1.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS POR ESCALÃO DE INVESTIMENTO (NO ANO E ACUMULADO).....	61
QUADRO 25:	AÇÃO 1.1.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (NO ANO) ...	62
QUADRO 26:	AÇÃO 1.1.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	62
QUADRO 27:	AÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS POR COMPONENTE (ACUMULADO)....	63
QUADRO 28:	AÇÃO 1.1.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR ESCALÃO DE INVESTIMENTO (NO ANO E ACUMULADO).....	63
QUADRO 29:	AÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (NO ANO).....	64
QUADRO 30:	AÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	65
QUADRO 31:	AÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS POR COMPONENTE (ACUMULADO)	65
QUADRO 32:	AÇÃO 1.1.1 - PA CONTRATADOS DAS COMPONENTES 1 E 2 POR TIPO DE PROMOTOR (ACUMULADO) ..	66
QUADRO 33:	AÇÃO 1.1.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTRATADAS DAS COMPONENTES 1 E 2 POR ATIVIDADE (ACUMULADO).....	67
QUADRO 34:	AÇÃO 1.1.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO PAGAS DAS COMPONENTES 1 E 2 POR ATIVIDADE (ACUMULADO)67	

QUADRO 35:	AÇÃO 1.1.1 - INVESTIMENTO CONTRATADO EM FORMAÇÃO POR COMPONENTE (NO ANO E ACUMULADO)	68
QUADRO 36:	AÇÃO 1.1.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTRATADAS E PAGAS POR CONTEÚDOS (ACUMULADO)	68
QUADRO 37:	AÇÃO 1.1.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTRATADAS E PAGAS DAS COMPONENTES 1 E 2 POR GÉNERO E IDADE (ACUMULADO)	69
QUADRO 38:	AÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS DA COMPONENTE 1 (ACUMULADO) ...	69
QUADRO 39:	AÇÃO 1.1.1 – COMPONENTE 1 - NÚMERO DE PA CONTRATADOS (POR ATIVIDADE DO RAMO AGRÍCOLA).	70
QUADRO 40:	AÇÃO 1.1.1 – COMPONENTE 1 - NÚMERO DE PA PAGOS (POR ATIVIDADE DO RAMO AGRÍCOLA)	71
QUADRO 41:	AÇÃO 1.1.1 - COMPONENTE 1 - PRINCIPAIS OTE DOS PA CONTRATADOS (MODO DE PRODUÇÃO CONVENCIONAL)	72
QUADRO 42:	AÇÃO 1.1.1 - INVESTIMENTO CONTRATADO (POR ATIVIDADE AGRÍCOLA E RUBRICA DE INVESTIMENTO) 73	
QUADRO 43:	AÇÃO 1.1.1 – AGRICULTORES SINGULARES - % DO RENDIMENTO OBTIDO DA EXPLORAÇÃO E TEMPO DEDICADO À AGRICULTURA	74
QUADRO 44:	AÇÃO 1.1.1 – COMPOSIÇÃO DA SAU DAS EXPLORAÇÕES CONTRATADAS (COMPONENTE 1)	74
QUADRO 45:	AÇÃO 1.1.1 - PA CONTRATADOS E PAGOS (POR TIPO DE BENEFICIÁRIO, GÉNERO E GRUPO ETÁRIO)	75
QUADRO 46:	AÇÃO 1.1.1 - NÚMERO DE PA CONTRATADOS (POR ZONA DE INTERVENÇÃO)	76
QUADRO 47:	AÇÃO 1.1.1 - NÚMERO DE PA PAGOS (POR ZONA DE INTERVENÇÃO)	76
QUADRO 48:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO DA COMPONENTE 1 (CONTRATADOS ACUMULADO)	77
QUADRO 49:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO DA COMPONENTE 1 (PAGOS ACUMULADO) ..	77
QUADRO 50:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES DE RESULTADO DA COMPONENTE 1 (CONTRATADOS ACUMULADO)	78
QUADRO 51:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES DE RESULTADO DA COMPONENTE 1 (PAGOS ACUMULADO)	78
QUADRO 52:	AÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS DA COMPONENTE 2 (ACUMULADO) ...	79
QUADRO 53:	AÇÃO 1.1.1 – NÚMERO DE PA CONTRATADOS DA COMPONENTE 2 POR SETOR DE ATIVIDADE (ACUMULADO)	79
QUADRO 54:	AÇÃO 1.1.1 – NÚMERO DE PA PAGOS DA COMPONENTE 2 POR SETOR DE ATIVIDADE (ACUMULADO) ..	80
QUADRO 55:	AÇÃO 1.1.1 – REPARTIÇÃO REGIONAL E SECTORIAL DO INVESTIMENTO CONTRATADO DA COMPONENTE 2 (ACUMULADO)	80
QUADRO 56:	AÇÃO 1.1.1 – NÚMERO DE EMPRESAS CONTRATADAS E PAGAS DA COMPONENTE 2 (POR TIPO DE EMPRESA)	81
QUADRO 57:	AÇÃO 1.1.1 – NÚMERO DE EMPRESAS CONTRATADAS DA COMPONENTE 2 (POR TIPO DE EMPRESA E SETOR)	82
QUADRO 58:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO DA COMPONENTE 2 (CONTRATADO ACUMULADO)	82
QUADRO 59:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO DA COMPONENTE 2 (PAGO ACUMULADO) ...	82
QUADRO 60:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES DE RESULTADO DA COMPONENTE 2 (CONTRATADOS ACUMULADO)	83
QUADRO 61:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES DE RESULTADO DA COMPONENTE 2 (PAGOS ACUMULADO)	83
QUADRO 62:	AÇÃO 1.1.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	85
QUADRO 63:	AÇÃO 1.1.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS	85
QUADRO 64:	AÇÃO 1.1.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (NO ANO) ...	86
QUADRO 65:	AÇÃO 1.1.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	86
QUADRO 66:	AÇÃO 1.1.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO)	87
QUADRO 67:	AÇÃO 1.1.2 - PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	87
QUADRO 68:	AÇÃO 1.1.2 - PA CONTRATADOS E PAGOS (POR TIPO DE BENEFICIÁRIO, GÉNERO E GRUPO ETÁRIO)	88

QUADRO 69:	AÇÃO 1.1.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL E POR TIPOLOGIA DO INVESTIMENTO DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	88
QUADRO 70:	AÇÃO 1.1.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR ESCALÕES DE INVESTIMENTO (ACUMULADO)	89
QUADRO 71:	AÇÃO 1.1.2 - COMPARAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE INVESTIMENTOS DAS AÇÕES 1.1.2 E 1.1.1, COMPONENTE 1	89
QUADRO 72:	AÇÃO 1.1.2 - DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA DOS PA CONTRATADOS POR SETOR DE ATIVIDADE (ACUMULADO) ..	90
QUADRO 73:	AÇÃO 1.1.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	91
QUADRO 74:	AÇÃO 1.1.2 - NÚMERO DE PA CONTRATADOS (POR ZONA DE INTERVENÇÃO)	91
QUADRO 75:	AÇÃO 1.1.2 - NÚMERO DE PA PAGOS (POR ZONA DE INTERVENÇÃO)	92
QUADRO 76:	AÇÃO 1.1.2 – INDICADORES DE RESULTADO (ACUMULADO).....	92
QUADRO 77:	AÇÃO 1.1.3 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	94
QUADRO 78:	AÇÃO 1.1.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (NO ANO E ACUMULADO).....	95
QUADRO 79:	AÇÃO 1.1.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS POR TIPOLOGIA DO PROMOTOR (NO ANO E ACUMULADO).....	95
QUADRO 80:	AÇÃO 1.1.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (POR AVISOS E ACUMULADO).....	96
QUADRO 81:	AÇÃO 1.1.3 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (NO ANO) ...	96
QUADRO 82:	AÇÃO 1.1.3 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	97
QUADRO 83:	AÇÃO 1.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (NO ANO E ACUMULADO)	97
QUADRO 84:	AÇÃO 1.1.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR ESCALÃO DE INVESTIMENTO (ANO E ACUMULADO).....	98
QUADRO 85:	AÇÃO 1.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (10º E 11º AVISO E ACUMULADO)	98
QUADRO 86:	AÇÃO 1.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (NO ANO E ACUMULADO)	99
QUADRO 87:	AÇÃO 1.1.3 - PRINCIPAIS OTE DOS PA CONTRATADOS.....	100
QUADRO 88:	AÇÃO 1.1.3 - PRINCIPAIS OTE DOS PA CONTRATADOS COM CANDIDATURAS AO 10º E 11º CONCURSO ...	101
QUADRO 89:	AÇÃO 1.1.3 – DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA DOS PA CONTRATADOS POR SETOR DE ATIVIDADE (ACUMULADO) .	102
QUADRO 90:	AÇÃO 1.1.3 – PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DO PROMOTOR (10º E 11º AVISOS E ACUMULADO).....	102
QUADRO 91:	AÇÃO 1.1.3 – TEMPO DEDICADO POR PROMOTORES À EXPLORAÇÃO (DA TIPOLOGIA PESSOA SINGULAR COM CANDIDATURAS À AÇÃO 1.1.1 ATÉ AO 9º AVISO)	103
QUADRO 92:	AÇÃO 1.1.3 – TEMPO DEDICADO POR PROMOTORES DA TIPOLOGIA PESSOA SINGULAR À EXPLORAÇÃO (10º E 11º PERÍODO DE CANDIDATURAS).....	103
QUADRO 93:	AÇÃO 1.1.3 – TEMPO DEDICADO POR PROMOTORES DA TIPOLOGIA PESSOA SINGULAR À EXPLORAÇÃO (ACUMULADO).....	103
QUADRO 94:	AÇÃO 1.1.3 – INDICADORES DE EXECUÇÃO FINANCEIRA (CONTRATADOS).....	104
QUADRO 95:	AÇÃO 1.1.3 – INDICADORES DE EXECUÇÃO FINANCEIRA (PAGOS)	104
QUADRO 96:	AÇÃO 1.1.3 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADOS)	104
QUADRO 97:	AÇÃO 1.1.3 – DIVISÃO EM FUNÇÃO DO GÉNERO DOS JOVENS AGRICULTORES CONTRATADOS (NO ANO) ..	105
QUADRO 98:	AÇÃO 1.1.3 – DIVISÃO EM FUNÇÃO DO GÉNERO DOS JOVENS AGRICULTORES CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	105
QUADRO 99:	AÇÃO 1.1.3 – ACRÉSCIMO DE VAB (ACUMULADO)	106
QUADRO 100:	MEDIDA 1.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	107

QUADRO 101:	MEDIDA 1.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	108
QUADRO 102:	MEDIDA 1.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	109
QUADRO 103:	MEDIDA 1.2 - PA CONTRATADOS E PAGOS (POR SETOR DE ATIVIDADE)	109
QUADRO 104:	MEDIDA 1.2 – PA CONTRATADOS (POR TIPO DE EMPRESA E SETOR)	110
QUADRO 105:	MEDIDA 1.2 - INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO CONTRATADAS	110
QUADRO 106:	MEDIDA 1.2 - INDICADORES DE RESULTADO (CONTRATADOS)	111
QUADRO 107:	MEDIDA 1.2 - INDICADORES DE RESULTADO (PAGOS)	111
QUADRO 108:	MEDIDA 1.2 - INDICADORES ESPECÍFICOS DE RESULTADO (CONTRATADOS)	111
QUADRO 109:	MEDIDA 1.2 - INDICADORES ESPECÍFICOS DE RESULTADO (PAGOS)	111
QUADRO 110:	AÇÃO 1.3.1 - CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	113
QUADRO 111:	AÇÃO 1.3.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (ANO)	113
QUADRO 112:	AÇÃO 1.3.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (ACUMULADO)	114
QUADRO 113:	AÇÃO 1.3.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DOS PA ENTRADOS POR TIPOLOGIA (ANO)	114
QUADRO 114:	AÇÃO 1.3.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DOS PA ENTRADOS POR TIPOLOGIA (ACUMULADO)	114
QUADRO 115:	AÇÃO 1.3.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	115
QUADRO 116:	AÇÃO 1.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (NO ANO E ACUMULADO)	115
QUADRO 117:	AÇÃO 1.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	116
QUADRO 118:	AÇÃO 1.3.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	117
QUADRO 119:	AÇÃO 1.3.1 - INDICADORES ESPECÍFICOS DE RESULTADO - ÁREA INTERVENCIÓNADA (ACUMULADO)	117
QUADRO 120:	AÇÃO 1.3.1 - NÚMERO DE PA CONTRATADOS (POR ZONA DE INTERVENÇÃO)	118
QUADRO 121:	AÇÃO 1.3.1 - NÚMERO DE PA PAGOS (POR ZONA DE INTERVENÇÃO)	118
QUADRO 122:	AÇÃO 1.3.1 – INDICADORES DE RESULTADO (ACUMULADO)	119
QUADRO 123:	AÇÃO 1.3.2 - CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	121
QUADRO 124:	AÇÃO 1.3.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ANO)	121
QUADRO 125:	AÇÃO 1.3.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	122
QUADRO 126:	AÇÃO 1.3.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO)	122
QUADRO 127:	AÇÃO 1.3.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DO BENEFICIÁRIO (ACUMULADO)	123
QUADRO 128:	AÇÃO 1.3.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DO INVESTIMENTO (ACUMULADO)	123
QUADRO 129:	AÇÃO 1.3.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	124
QUADRO 130:	AÇÃO 1.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PAGO ACUMULADO)	124
QUADRO 131:	AÇÃO 1.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO - POR ZONAS DE INTERVENÇÃO (CONTRATADO ACUMULADO)	125
QUADRO 132:	AÇÃO 1.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO - POR ZONAS DE INTERVENÇÃO (PAGO ACUMULADO)	125
QUADRO 133:	AÇÃO 1.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO – TIPOLOGIA DE EMPRESAS (ACUMULADO)	126
QUADRO 134:	AÇÃO 1.3.2 – INDICADORES DE RESULTADO (ACUMULADO)	126
QUADRO 135:	AÇÃO 1.3.3 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	128
QUADRO 136:	AÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (NO ANO)	129
QUADRO 137:	AÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	129
QUADRO 138:	AÇÃO 1.3.3 - PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DE INVESTIMENTO (ACUMULADO)	130

QUADRO 139:	AÇÃO 1.3.3 – PA CONTRATADOS POR RUBRICA DE INVESTIMENTO (ACUMULADO).....	130
QUADRO 140:	AÇÃO 1.3.3 – PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DE PROMOTORES (ACUMULADO)	131
QUADRO 141:	AÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	131
QUADRO 142:	AÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS DA MEDIDA 123 COM POR SETOR DE ATIVIDADE (ACUMULADO).....	132
QUADRO 143:	AÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA PAGOS DA MEDIDA 123 COM POR SETOR DE ATIVIDADE (ACUMULADO).....	132
QUADRO 144:	AÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS E PAGOS POR DIMENSÃO DE EMPRESA (ACUMULADO).....	133
QUADRO 145:	AÇÃO 1.3.3 - PA CONTRATADOS POR TIPO DE ATIVIDADE (ACUMULADO)	133
QUADRO 146:	AÇÃO 1.3.3 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE EMPRESA (ACUMULADO)	133
QUADRO 147:	AÇÃO 1.3.3 - NÚMERO DE PARTICIPANTES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO EM PA CONTRATADOS-MEDIDA 111 COM (POR CONTEÚDO DE ATIVIDADE)	134
QUADRO 148:	AÇÃO 1.3.3 - NÚMERO DE PARTICIPANTES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO EM PA PAGOS-MEDIDA 111 COM (POR CONTEÚDO DE ATIVIDADE)	134
QUADRO 149:	AÇÃO 1.3.3 – INDICADORES DE RESULTADO - AUMENTO DO VAB	135
QUADRO 150:	AÇÃO 1.3.3 – INDICADORES DE RESULTADO - PA CONTRATADOS E PAGOS QUE INTRODUIZIRAM NOVOS PRODUTOS/TÉCNICAS (ACUMULADO)	135
QUADRO 151:	AÇÃO 1.4.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PEDIDOS APROVADOS (ACUMULADO)	137
QUADRO 152:	AÇÃO 1.4.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS PEDIDOS APROVADOS (POR REGIME DE QUALIDADE).....	137
QUADRO 153:	AÇÃO 1.4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO)	138
QUADRO 154:	AÇÃO 1.4.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO E DE EXECUÇÃO FINANCEIRA	138
QUADRO 155:	AÇÃO 1.4.2 - CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO.....	139
QUADRO 156:	AÇÃO 1.4.2 - PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	140
QUADRO 157:	AÇÃO 1.4.2 – PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR (NO ANO E ACUMULADO).....	140
QUADRO 158:	AÇÃO 1.4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	141
QUADRO 159:	AÇÃO 1.4.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS APOIOS POR REGIME DE QUALIDADE E CATEGORIA DE PRODUTO (PA CONTRATADOS).....	142
QUADRO 160:	AÇÃO 1.4.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS APOIOS POR REGIME DE QUALIDADE E CATEGORIA DE PRODUTO (PA PAGOS)	142
QUADRO 161:	AÇÃO 1.4.2 – INDICADOR DE RESULTADO – VALOR DA PRODUÇÃO (POR CATEGORIA DE PRODUTO)...	143
QUADRO 162:	AÇÃO 1.4.2 – INDICADOR DE RESULTADO – ACRÉSCIMO DO VALOR DA PRODUÇÃO	143
QUADRO 163:	MEDIDA 1.5 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	145
QUADRO 164:	MEDIDA 1.5 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	146
QUADRO 165:	MEDIDA 1.5 – PA CONTRATADOS POR RUBRICA DE INVESTIMENTO (ACUMULADO)	146
QUADRO 166:	MEDIDA 1.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ANO)	147
QUADRO 167:	MEDIDA 1.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	147
QUADRO 168:	MEDIDA 1.5 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADO ACUMULADO)	148
QUADRO 169:	MEDIDA 1.5 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PAGO ACUMULADO)	148
QUADRO 170:	MEDIDA 1.5 – SUPERFÍCIE DE TERRA AGRÍCOLA DANIFICADA POR TIPO DE AÇÃO E DE DANO (CONTRATADO)	148
QUADRO 171:	MEDIDA 1.5 – SUPERFÍCIE DE TERRA AGRÍCOLA DANIFICADA POR TIPO DE AÇÃO E DE DANO (PAGO)..	149
QUADRO 172:	MEDIDA 1.5 – DESPESA PÚBLICA RELATIVA A TERRA AGRÍCOLA DANIFICADA POR TIPO DE AÇÃO E DE DANO (CONTRATADA)	149

QUADRO 173:	MEDIDA 1.5 – DESPESA PÚBLICA RELATIVA A TERRA AGRÍCOLA DANIFICADA POR TIPO DE AÇÃO E DE DANO (PAGA).....	149
QUADRO 174:	AÇÃO 1.6.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	151
QUADRO 175:	AÇÃO 1.6.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	151
QUADRO 176:	AÇÃO 1.6.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	152
QUADRO 177:	AÇÃO 1.6.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (NO ANO)	152
QUADRO 178:	AÇÃO 1.6.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE OPERAÇÃO APOIADA (CONTRATADO ACUMULADO).....	153
QUADRO 179:	AÇÃO 1.6.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE OPERAÇÃO APOIADA (PAGO ACUMULADO).....	153
QUADRO 180:	AÇÃO 1.6.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO).....	153
QUADRO 181:	AÇÃO 1.6.1 – INDICADORES DE RESULTADO (ACUMULADO).....	154
QUADRO 182:	AÇÃO 1.6.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	156
QUADRO 183:	AÇÃO 1.6.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO).....	156
QUADRO 184:	AÇÃO 1.6.2 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	158
QUADRO 185:	AÇÃO 1.6.2 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADOS POR TIPO DE OPERAÇÃO).....	158
QUADRO 186:	AÇÃO 1.6.2 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PAGOS POR TIPO DE OPERAÇÃO)	159
QUADRO 187:	AÇÃO 1.6.2 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO	159
QUADRO 188:	AÇÃO 1.6.2 - INDICADORES DE RESULTADO.....	160
QUADRO 189:	AÇÃO 1.6.3 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	162
QUADRO 190:	AÇÃO 1.6.3 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	162
QUADRO 191:	AÇÃO 1.6.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	163
QUADRO 192:	AÇÃO 1.6.3 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	163
QUADRO 193:	AÇÃO 1.6.3 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADO POR TIPO DE OPERAÇÃO).....	164
QUADRO 194:	AÇÃO 1.6.3 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PAGO POR TIPO DE OPERAÇÃO)	164
QUADRO 195:	AÇÃO 1.6.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA ÁREA BENEFICIADA.....	165
QUADRO 196:	AÇÃO 1.6.3 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PA ENCERRADOS).....	165
QUADRO 197:	AÇÃO 1.6.4 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	166
QUADRO 198:	AÇÃO 1.6.4 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	167
QUADRO 199:	AÇÃO 1.6.4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	167
QUADRO 200:	AÇÃO 1.6.4 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	168
QUADRO 201:	AÇÃO 1.6.4 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADO POR TIPO DE OPERAÇÃO).....	168
QUADRO 202:	AÇÃO 1.6.4 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PAGO POR TIPO DE OPERAÇÃO)	169
QUADRO 203:	AÇÃO 1.6.4 – INDICADORES DE RESULTADO	169
QUADRO 204:	AÇÃO 1.6.5 - CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO.....	171
QUADRO 205:	AÇÃO 1.6.5 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS PARA O ITEM “CAMINHOS AGRÍCOLAS ” (ACUMULADO).....	171
QUADRO 206:	AÇÃO 1.6.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS PARA O ITEM “ELETRIFICAÇÃO RURAL” (ACUMULADO).....	172
QUADRO 207:	AÇÃO 1.6.5 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS PARA O ITEM “REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL” (ACUMULADO).....	172
QUADRO 208:	AÇÃO 1.6.5 - PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO) .	173
QUADRO 209:	AÇÃO 1.6.5 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (CAMINHOS AGRÍCOLAS)	173

QUADRO 210:	AÇÃO 1.6.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ELETRIFICAÇÃO RURAL)	174
QUADRO 211:	AÇÃO 1.6.5 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	174
QUADRO 212:	AÇÃO 1.6.5 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADO POR TIPO DE OPERAÇÃO).....	175
QUADRO 213:	AÇÃO 1.6.5 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PAGO POR TIPO DE OPERAÇÃO)	175
QUADRO 214:	AÇÃO 1.7 – CANDIDATURAS E IDENTIFICAÇÕES COMUNICADAS (ACUMULADO).....	177
QUADRO 215:	AÇÃO 1.7 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS IDENTIFICAÇÕES COMUNICADAS (ACUMULADO)	177
QUADRO 216:	AÇÃO 1.7 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS ANIMAIS IDENTIFICADOS (ACUMULADO).....	178
QUADRO 217:	AÇÃO 1.7 – PA PAGOS (ACUMULADO).....	178
QUADRO 218:	AÇÃO 1.7 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL PA PAGOS (ACUMULADO)	179
QUADRO 219:	AÇÃO 1.7 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS ANIMAIS APOIADOS (ACUMULADO).....	179
QUADRO 220:	AÇÃO 1.7 – INDICADORES FINANCEIROS.....	180
QUADRO 221:	AÇÃO 1.7 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO.....	180
QUADRO 222:	MEDIDA 4.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	182
QUADRO 223:	MEDIDA 4.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ANO)	183
QUADRO 224:	MEDIDA 4.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	183
QUADRO 225:	INVESTIMENTO CONTRATADO (POR RUBRICAS)	184
QUADRO 226:	MEDIDA 4.1 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	185
QUADRO 227:	MEDIDA 4.1 - INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO	185
QUADRO 228:	MEDIDA 4.1 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADO)	186
QUADRO 229:	MEDIDA 4.1 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PAGO)	186
QUADRO 230:	MEDIDA 4.1 - INDICADORES DE RESULTADO	186
QUADRO 231:	AÇÃO 4.2.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	188
QUADRO 232:	AÇÃO 4.2.1 - PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	188
QUADRO 233:	AÇÃO 4.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS	189
QUADRO 234:	AÇÃO 4.2.1 – PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	189
QUADRO 235:	AÇÃO 4.2.1 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	190
QUADRO 236:	AÇÃO 4.2.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	190
QUADRO 237:	AÇÃO 4.2.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTRATADAS E PAGAS POR CONTEÚDOS (ACUMULADO)	191
QUADRO 238:	AÇÃO 4.2.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTRATADAS E EXECUTADAS POR REGIÃO (1.º CONCURSO – FORMAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES)	191
QUADRO 239:	AÇÃO 4.2.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTRATADAS E EXECUTADAS POR REGIÃO (3.º CONCURSO – FORMAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES)	192
QUADRO 240:	AÇÃO 4.2.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO EXECUTADAS POR ÁREA FORMATIVA E POR REGIÃO (1.º CONCURSO – FORMAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES).....	193
QUADRO 241:	AÇÃO 4.2.1 – FORMANDOS QUE CONCLUÍRAM A FORMAÇÃO POR ÁREA FORMATIVA E POR REGIÃO (1.º CONCURSO – FORMAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES).....	193
QUADRO 242:	AÇÃO 4.2.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO EXECUTADAS POR ÁREA FORMATIVA E POR REGIÃO (3.º CONCURSO – FORMAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES).....	193
QUADRO 243:	AÇÃO 4.2.1 – FORMANDOS QUE CONCLUÍRAM A FORMAÇÃO POR ÁREA FORMATIVA E POR REGIÃO (3.º CONCURSO – FORMAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES).....	193
QUADRO 244:	AÇÃO 4.2.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTRATADAS E EXECUTADAS POR REGIÃO (2.º CONCURSO – FORMAÇÃO DE ACTIVOS)	194
QUADRO 245:	AÇÃO 4.2.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	196
QUADRO 246:	AÇÃO 4.2.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO).....	196
QUADRO 247:	AÇÃO 4.2.2 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	197
QUADRO 248:	AÇÃO 4.2.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADOS E PAGOS)	197
QUADRO 249:	AÇÃO 4.2.2 – INVESTIMENTO EM REDES TEMÁTICAS POR SETOR E PRODUTOS	198

QUADRO 250:	AÇÃO 4.2.2 – INDICADOR ESPECÍFICO DE RESULTADO	198
QUADRO 251:	SUBAÇÃO 4.3.1.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	200
QUADRO 252:	SUBAÇÃO 4.3.1.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS.....	201
QUADRO 253:	SUBAÇÃO 4.3.1.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO).....	201
QUADRO 254:	SUBAÇÃO 4.3.1.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO).....	202
QUADRO 255:	SUBAÇÃO 4.3.1.1 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	202
QUADRO 256:	SUBAÇÃO 4.3.1.2 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	203
QUADRO 257:	SUBAÇÃO 4.3.1.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	204
QUADRO 258:	SUBAÇÃO 4.3.1.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE RESULTADO.....	204
QUADRO 259:	SUBAÇÃO 4.3.1.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	205
QUADRO 260:	AÇÃO 4.3.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	206
QUADRO 261:	AÇÃO 4.3.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO).....	207
QUADRO 262:	AÇÃO 4.3.2 – PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	207
QUADRO 263:	AÇÃO 4.3.2 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	208
QUADRO 264:	AÇÃO 4.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	208
QUADRO 265:	AÇÃO 4.3.2 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE RESULTADO.....	209
QUADRO 266:	MEDIDA 2.1 – CANDIDATURAS DETERMINADAS PARA APOIO NO PU 2013 (POR AÇÃO).....	212
QUADRO 267:	MEDIDA 2.1 – CANDIDATURAS DETERMINADAS PARA APOIO (POR AÇÃO E ANO CANDIDATURA).....	212
QUADRO 268:	MEDIDA 2.1 – ÁREAS DETERMINADAS PARA APOIO (POR AÇÃO E ANO DE CANDIDATURA).....	213
QUADRO 269:	MEDIDA 2.1 – MONTANTE DO APOIO (POR AÇÃO E ANO DE CANDIDATURA)	213
QUADRO 270:	MEDIDA 2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PAGAMENTOS (NO ANO)	214
QUADRO 271:	MEDIDA 2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PAGAMENTOS (ACUMULADO)	214
QUADRO 272:	MEDIDA 2.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (OUTPUT)	215
QUADRO 273:	MEDIDA 2.1 – INDICADORES DE RESULTADO	215
QUADRO 274:	AÇÃO 2.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PEDIDOS DE PAGAMENTO DETERMINADOS PARA APOIO (POR MODO DE PRODUÇÃO) - PU 2013	218
QUADRO 275:	AÇÃO 2.2.1 – PEDIDOS DE PAGAMENTO DETERMINADOS PARA APOIO (POR MODO DE PRODUÇÃO E ANO DE INICIO DE APOIO) - PU 2013	219
QUADRO 276:	AÇÃO 2.2.1 – ÁREA MÉDIA DETERMINADA PARA APOIO - HA/CANDIDATURA (POR REGIÃO E MODO DE PRODUÇÃO) - PU 2013.....	219
QUADRO 277:	AÇÃO 2.2.1 – ÁREA DETERMINADAS PARA APOIO EM 2013 (POR GRUPO DE CULTURA E MODO DE PRODUÇÃO) - PU 2013.....	220
QUADRO 278:	AÇÃO 2.2.1 – ÁREA DETERMINADA PARA APOIO EM 2013 (POR TIPO DE CULTURA PERMANENTE E MODO DE PRODUÇÃO) - PU 2013	221
QUADRO 279:	AÇÃO 2.2.1 – CANDIDATURAS APOIADAS (POR ANO DE APOIO E MODO DE PRODUÇÃO).....	222
QUADRO 280:	AÇÃO 2.2.1 – VALORES PAGOS (POR REGIÃO E MODO DE PRODUÇÃO)	223
QUADRO 281:	AÇÃO 2.2.1 – VALORES PAGOS ACUMULADOS (POR ANO E POR REGIÃO)	223
QUADRO 282:	AÇÃO 2.2.1 – VALORES MÉDIOS PAGOS POR CANDIDATURA	223
QUADRO 283:	AÇÃO 2.2.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (OUTPUT).....	225
QUADRO 284:	AÇÃO 2.2.1 – INDICADORES DE RESULTADO	225
QUADRO 285:	AÇÃO 2.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PEDIDOS DE PAGAMENTO DETERMINADOS PARA APOIO (CANDIDATURAS E CN) – PU 2013	227
QUADRO 286:	AÇÃO 2.2.2 – NÚMERO MÉDIO DE CN DETERMINADAS PARA APOIO (POR EXPLORAÇÃO APOIADA E REGIÃO) – PU 2013	228
QUADRO 287:	AÇÃO 2.2.2 – APOIOS POR ESPÉCIE – PU 2013.....	228
QUADRO 288:	AÇÃO 2.2.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PEDIDOS DE PAGAMENTO DETERMINADOS PARA APOIO (POR ESPÉCIE E RAÇA E POR ANO DE PA) - PU 2013.....	229

QUADRO 289:	AÇÃO 2.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PAGAMENTOS	230
QUADRO 290:	AÇÃO 2.2.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (OUTPUT).....	230
QUADRO 291:	AÇÃO 2.2.2 – INDICADORES DE RESULTADO	231
QUADRO 292:	SUBAÇÃO 2.2.3.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	233
QUADRO 293:	SUBAÇÃO 2.2.3.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	234
QUADRO 294:	SUBAÇÃO 2.2.3.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	234
QUADRO 295:	SUBAÇÃO 2.2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	235
QUADRO 296:	SUBAÇÃO 2.2.3.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	235
QUADRO 297:	SUBAÇÃO 2.2.3.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	235
QUADRO 298:	SUBAÇÃO 2.2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS MONTANTES PAGOS (ACUMULADO)	236
QUADRO 299:	SUBAÇÃO 2.2.3.2 – DISTRIBUIÇÃO ANUAL DOS MONTANTES PAGOS (ACUMULADOS)	237
QUADRO 300:	SUBAÇÃO 2.2.3.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS MONTANTES PAGOS (ACUMULADOS).....	237
QUADRO 301:	AÇÃO 2.2.3 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	238
QUADRO 302:	AÇÃO 2.2.4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PEDIDOS DE PAGAMENTO E ÁREAS DETERMINADAS PARA APOIO – PU 2013.....	240
QUADRO 303:	AÇÃO 2.2.4 – ÁREAS DETERMINADAS PARA APOIO EM 2013 (POR GRUPO DE CULTURA) - PU 2013	241
QUADRO 304:	AÇÃO 2.2.4 – MONTANTES PAGOS (POR ANO)	241
QUADRO 305:	AÇÃO 2.2.4 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	242
QUADRO 306:	AÇÃO 2.2.4 – INDICADORES DE RESULTADO	242
QUADRO 307:	AÇÃO 2.3.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO POR SUBAÇÃO (NO ANO E ACUMULADO).....	244
QUADRO 308:	AÇÃO 2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (ACUMULADO)	244
QUADRO 309:	AÇÃO 2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA POR TIPO DE BENEFICIÁRIO (ACUMULADO).....	245
QUADRO 310:	AÇÃO 2.3.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ANO).....	245
QUADRO 311:	AÇÃO 2.3.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	246
QUADRO 312:	AÇÃO 2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	246
QUADRO 313:	AÇÃO 2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR TIPO DE BENEFICIÁRIO (ACUMULADO).....	247
QUADRO 314:	AÇÃO 2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR TIPO DE INVESTIMENTO (ACUMULADO)....	247
QUADRO 315:	AÇÃO 2.3.1 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	248
QUADRO 316:	AÇÃO 2.3.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE INTERVENÇÃO (CONTRATADO)	249
QUADRO 317:	AÇÃO 2.3.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE INTERVENÇÃO (PAGO)	249
QUADRO 318:	AÇÃO 2.3.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE AÇÃO (CONTRATADO)	249
QUADRO 319:	AÇÃO 2.3.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE AÇÃO (PAGO).....	250
QUADRO 320:	AÇÃO 2.3.1 – INDICADORES DE RESULTADO	250
QUADRO 321:	AÇÃO 2.3.2 - CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO (POR SUBAÇÃO).....	253
QUADRO 322:	AÇÃO 2.3.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (ACUMULADO)	253
QUADRO 323:	AÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA DA SUBAÇÃO 2.3.2.1 (POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO)	254
QUADRO 324:	AÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA SUBAÇÃO 2.3.2.2 (POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO).....	254
QUADRO 325:	AÇÃO 2.3.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ANO).....	255
QUADRO 326:	AÇÃO 2.3.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	256
QUADRO 327:	AÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS.....	257
QUADRO 328:	AÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO)	257
QUADRO 329:	AÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR SUBAÇÃO E TIPOLOGIA DE INVESTIMENTO).....	258
QUADRO 330:	AÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS CONTRATADAS À SUBAÇÃO 2.3.2.1 (POR ESPÉCIE E DRAP)	259

QUADRO 331:	AÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS CONTRATADAS À SUBAÇÃO 2.3.2.2 (POR ESPÉCIE E DRAP)	259
QUADRO 332:	AÇÃO 2.3.2 – PA CONTRATADOS POR TIPO DE APOIO (ACUMULADO)	260
QUADRO 333:	AÇÃO 2.3.2 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	261
QUADRO 334:	AÇÃO 2.3.2 – INDICADORES FINANCEIROS.....	261
QUADRO 335:	AÇÃO 2.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (BENEFICIÁRIOS)	262
QUADRO 336:	AÇÃO 2.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (HA)	262
QUADRO 337:	AÇÃO 2.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (INVESTIMENTO).....	262
QUADRO 338:	AÇÃO 2.3.2 – INDICADORES DE RESULTADO	263
QUADRO 339:	AÇÃO 2.3.3 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO POR SUBAÇÃO.....	265
QUADRO 340:	AÇÃO 2.3.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA DA SUBAÇÃO 2.3.3.1	266
QUADRO 341:	AÇÃO 2.3.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA DA SUBAÇÃO 2.3.3.2	266
QUADRO 342:	AÇÃO 2.3.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA DA SUBAÇÃO 2.3.3.3	267
QUADRO 343:	AÇÃO 2.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO (ACUMULADO) ...	267
QUADRO 344:	AÇÃO 2.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO (ACUMULADO)	268
QUADRO 345:	AÇÃO 2.3.3 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ANO).....	269
QUADRO 346:	AÇÃO 2.3.3 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	269
QUADRO 347:	AÇÃO 2.3.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS.....	270
QUADRO 348:	AÇÃO 2.3.3 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS NA SUBAÇÃO 2.3.3.1 (POR TIPOLOGIA DE INVESTIMENTO)	270
QUADRO 349:	AÇÃO 2.3.3 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS NA SUBAÇÃO 2.3.3.3 (POR TIPOLOGIA DE INVESTIMENTO)	271
QUADRO 350:	AÇÃO 2.3.3 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR SUBAÇÃO E POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	271
QUADRO 351:	AÇÃO 2.3.3 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	272
QUADRO 352:	AÇÃO 2.3.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS ÁREAS CONTRATADAS E PAGAS (ACUMULADO).....	273
QUADRO 353:	AÇÃO 2.3.3 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	273
QUADRO 354:	AÇÃO 2.3.3 – INDICADORES DE RESULTADO	273
QUADRO 355:	AÇÃO 2.4.1 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO	275
QUADRO 356:	AÇÃO 2.4.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	275
QUADRO 357:	AÇÃO 2.4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	276
QUADRO 358:	AÇÃO 2.4.1 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	276
QUADRO 359:	AÇÃO 2.4.2 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO	277
QUADRO 360:	AÇÃO 2.4.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	278
QUADRO 361:	AÇÃO 2.4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	278
QUADRO 362:	AÇÃO 2.4.2 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	279
QUADRO 363:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PP AGRO E SILVO AMBIENTAIS DETERMINADOS PARA APOIO	282
QUADRO 364:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 - PEDIDOS DE PAGAMENTO DETERMINADOS PARA APOIO (POR ITI)	282
QUADRO 365:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – PEDIDOS DE PAGAMENTO DETERMINADOS PARA APOIO (POR TIPOLOGIA DE NATUREZA DE APOIO)	283
QUADRO 366:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 - PEDIDOS DE PAGAMENTO DETERMINADOS PARA APOIO POR ITI	283
QUADRO 367:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 - ÁREA APOIADA POR ITI.....	284
QUADRO 368:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 - DESPESA PÚBLICA POR ITI.....	284

QUADRO 369:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 - PEDIDOS DE PAGAMENTO DETERMINADOS PARA APOIO (POR TIPO DE APOIO AGRO AMBIENTAL).....	285
QUADRO 370:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – PEDIDOS DE PAGAMENTO (POR TIPO DE APOIO SILVO AMBIENTAL)	287
QUADRO 371:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – PEDIDOS DE APOIO AGROAMBIENTAIS – ANO DE INICIO 2013 (POR ITI)....	293
QUADRO 372:	AÇÕES 2.4.4 A 2.4.13 – PEDIDOS DE APOIO SILVOAMBIENTAIS – ANO DE INICIO 2013 (POR ITI)....	293
QUADRO 373:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – EXECUÇÃO DA COMPONENTE AGRO AMBIENTAL (POR ITI)	294
QUADRO 374:	AÇÕES 2.4.4 A 2.4.13 – EXECUÇÃO DA COMPONENTE SILVO AMBIENTAL (POR ITI)	295
QUADRO 375:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (OUTPUT).....	296
QUADRO 376:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – INDICADORES DE RESULTADO.....	297
QUADRO 377:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO	299
QUADRO 378:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (ACUMULADO)	300
QUADRO 379:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ANO)	300
QUADRO 380:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO).....	301
QUADRO 381:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	301
QUADRO 382:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS, POR ITI (ACUMULADO)	302
QUADRO 383:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR TIPO DE INP (ACUMULADO)	302
QUADRO 384:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR ITI (ACUMULADO).....	303
QUADRO 385:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO)	304
QUADRO 386:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO DOS PA PAGOS, POR ITI (ACUMULADO)	305
QUADRO 387:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – INDICADORES FINANCEIROS.....	306
QUADRO 388:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	306
QUADRO 389:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – INDICADORES DE RESULTADO.....	306
QUADRO 390:	AÇÃO 3.1.1 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO (ACUMULADO)	309
QUADRO 391:	AÇÃO 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS (ACUMULADO).....	309
QUADRO 392:	AÇÃO 3.1.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	310
QUADRO 393:	AÇÃO 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	310
QUADRO 394:	AÇÃO 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR).....	311
QUADRO 395:	AÇÃO 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO)	311
QUADRO 396:	AÇÃO 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO)	312
QUADRO 397:	AÇÃO 3.1.1 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	312
QUADRO 398:	AÇÃO 3.1.1 – INDICADORES DE RESULTADO	313
QUADRO 399:	AÇÃO 3.1.2 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO (ACUMULADO)	315
QUADRO 400:	AÇÃO 3.1.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS (ACUMULADO).....	315
QUADRO 401:	AÇÃO 3.1.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	315
QUADRO 402:	AÇÃO 3.1.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	316
QUADRO 403:	AÇÃO 3.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR).....	316
QUADRO 404:	AÇÃO 3.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO)	317
QUADRO 405:	AÇÃO 3.1.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO)	318
QUADRO 406:	AÇÃO 3.1.2 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	318
QUADRO 407:	AÇÃO 3.1.2 – INDICADORES DE RESULTADO (CONTRATADO).....	319
QUADRO 408:	AÇÃO 3.1.3 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO (ACUMULADO)	321
QUADRO 409:	AÇÃO 3.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS (ACUMULADO).....	321

QUADRO 410:	AÇÃO 3.1.3 – PA ENTRADOS, ANALISADOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	322
QUADRO 411:	AÇÃO 3.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO)	322
QUADRO 412:	AÇÃO 3.1.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR).....	323
QUADRO 413:	AÇÃO 3.1.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO)	323
QUADRO 414:	AÇÃO 3.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO)	324
QUADRO 415:	AÇÃO 3.1.3 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	324
QUADRO 416:	AÇÃO 3.1.3 – INDICADORES DE RESULTADO	325
QUADRO 417:	AÇÃO 3.2.1 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO (ACUMULADO)	327
QUADRO 418:	AÇÃO 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS (ACUMULADO).....	327
QUADRO 419:	AÇÃO 3.2.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	327
QUADRO 420:	AÇÃO 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO)	328
QUADRO 421:	AÇÃO 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR).....	329
QUADRO 422:	AÇÃO 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO)	329
QUADRO 423:	AÇÃO 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO)	330
QUADRO 424:	AÇÃO 3.2.1 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	330
QUADRO 425:	AÇÃO 3.2.1 – INDICADORES DE RESULTADO (ACUMULADO)	331
QUADRO 426:	AÇÃO 3.2.2 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO (ACUMULADO)	332
QUADRO 427:	AÇÃO 3.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS (ACUMULADO).....	333
QUADRO 428:	AÇÃO 3.2.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	333
QUADRO 429:	AÇÃO 3.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	334
QUADRO 430:	AÇÃO 3.2.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR).....	334
QUADRO 431:	AÇÃO 3.2.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO)	335
QUADRO 432:	AÇÃO 3.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO)	335
QUADRO 433:	AÇÃO 3.2.2 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	336
QUADRO 434:	AÇÃO 3.2.2 – INDICADORES DE RESULTADO (ACUMULADO).....	336
QUADRO 435:	MEDIDA 3.4 – CANDIDATURAS APRESENTADAS.....	338
QUADRO 436:	MEDIDA 3.4 – PLANOS DE COOPERAÇÃO ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR AÇÃO (ACUMULADO)	339
QUADRO 437:	MEDIDA 3.4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PLANOS DE COOPERAÇÃO CONTRATADOS	339
QUADRO 438:	MEDIDA 3.4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PLANOS DE COOPERAÇÃO PAGOS (ACUMULADO).....	340
QUADRO 439:	AÇÃO 3.4.1 – CANDIDATURAS APRESENTADAS	341
QUADRO 440:	AÇÃO 3.4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS (ACUMULADA)	341
QUADRO 441:	AÇÃO 3.4.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	342
QUADRO 442:	AÇÃO 3.4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS	342
QUADRO 443:	AÇÃO 3.4.1 – DISTRIBUIÇÃO POR TEMÁTICA DE COOPERAÇÃO DOS PA CONTRATADOS	343
QUADRO 444:	AÇÃO 3.4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO)	343
QUADRO 445:	AÇÃO 3.4.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO E FINANCEIROS	344
QUADRO 446:	AÇÃO 3.4.2 – CANDIDATURAS APRESENTADAS	345
QUADRO 447:	AÇÃO 3.4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS (ACUMULADO).....	345
QUADRO 448:	AÇÃO 3.4.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	346
QUADRO 449:	AÇÃO 3.4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS	346
QUADRO 450:	AÇÃO 3.4.2 – DISTRIBUIÇÃO POR TEMÁTICA DE COOPERAÇÃO DOS PA CONTRATADOS	347
QUADRO 451:	AÇÃO 3.4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO)	347

QUADRO 452:	AÇÃO 3.4.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO E FINANCEIROS	348
QUADRO 453:	MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO DAS ELD (POR GAL)	350
QUADRO 454:	MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO DAS ELD – AÇÃO 3.1.1 (POR GAL)	351
QUADRO 455:	MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO DAS ELD – AÇÃO 3.1.2 (POR GAL)	352
QUADRO 456:	MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO DAS ELD – AÇÃO 3.1.3 (POR GAL)	353
QUADRO 457:	MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO DAS ELD – AÇÃO 3.2.1 (POR GAL)	354
QUADRO 458:	MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO DAS ELD – AÇÃO 3.2.2 (POR GAL)	355
QUADRO 459:	MEDIDA 3.3 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO	356
QUADRO 460:	MEDIDA 3.3 – INDICADORES DE RESULTADO	356
QUADRO 461:	MEDIDA 3.5 – CANDIDATURAS APRESENTADAS.....	358
QUADRO 462:	MEDIDA 3.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS (ACUMULADO)	358
QUADRO 463:	MEDIDA 3.5 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO – COMPONENTE 1 (ACUMULADO)	359
QUADRO 464:	MEDIDA 3.5 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO – COMPONENTE 2 (ACUMULADO)	359
QUADRO 465:	MEDIDA 3.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS	359
QUADRO 466:	MEDIDA 3.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO)	360
QUADRO 467:	MEDIDA 3.5 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO E FINANCEIROS.....	361
QUADRO 468:	MEDIDA 3.7 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	364
QUADRO 469:	MEDIDA 3.7 - PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO).	364
QUADRO 470:	MEDIDA 3.7 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO)	365
QUADRO 471:	MEDIDA 3.7 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO E FINANCEIROS.....	365
QUADRO 472:	MEDIDAS TRANSITADAS (RA) - EXECUÇÃO (NO ANO)	366
QUADRO 473:	MEDIDAS TRANSITADAS (RA) - APOIO TOTAL E FEADER PAGOS (ACUMULADO)	367
QUADRO 474:	MEDIDAS TRANSITADAS (EA) – EXECUÇÃO (NO ANO E ACUMULADO).....	367
QUADRO 475:	MEDIDAS TRANSITADAS (FTA) - EXECUÇÃO (NO ANO).....	368
QUADRO 476:	MEDIDAS TRANSITADAS (FTA) – ÁREA APOIADA (ACUMULADO)	369
QUADRO 477:	MEDIDAS TRANSITADAS (FTA) – APOIO TOTAL E FEADER PAGOS (ACUMULADO)	369
QUADRO 478:	MEDIDAS TRANSITADAS (FTNA) - EXECUÇÃO (NO ANO)	370
QUADRO 479:	MEDIDAS TRANSITADAS (FTNA) - EXECUÇÃO (ACUMULADO).....	370
QUADRO 480:	MEDIDAS TRANSITADAS (IC) – EXECUÇÃO (NO ANO)	371
QUADRO 481:	MEDIDAS TRANSITADAS (IC) – APOIO TOTAL E FEADER PAGOS (ACUMULADO)	371
QUADRO 482:	MEDIDAS TRANSITADAS (MAA) - EXECUÇÃO (NO ANO).....	372
QUADRO 483:	MEDIDAS TRANSITADAS (MAA) – EXECUÇÃO (ACUMULADO).....	372
QUADRO 484:	HEALTH CHECK (AÇÃO 1.1.1 E 1.1.3) – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO).....	375
QUADRO 485:	HEALTH CHECK – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS.....	375
QUADRO 486:	HEALTH CHECK (EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS) – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR RUBRICA DE INVESTIMENTO)	376
QUADRO 487:	HEALTH CHECK (TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO) – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR RUBRICA DE INVESTIMENTO)	376
QUADRO 488:	HEALTH CHECK – DISTRIBUIÇÃO DOS PA PAGOS FACE AOS CONTRATADOS.....	377
QUADRO 489:	HEALTH CHECK (EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS) – INDICADORES DE EXECUÇÃO FINANCEIRA (MEDIDA COM 121)	378
QUADRO 490:	HEALTH CHECK (EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS) – INDICADORES DE REALIZAÇÃO – VALORES CONTRATADOS (MEDIDA COM 121)	378

QUADRO 491:	HEALTH CHECK (EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS) – INDICADORES DE REALIZAÇÃO – VALORES PAGOS (MEDIDA COM 121).....	378
QUADRO 492:	HEALTH CHECK (TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO) – INDICADORES DE EXECUÇÃO FINANCEIRA (MEDIDA COM 123)	379
QUADRO 493:	HEALTH CHECK (TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO) – INDICADORES DE REALIZAÇÃO – VALORES CONTRATADOS (MEDIDA COM 123)	379
QUADRO 494:	HEALTH CHECK (TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO) – INDICADORES DE REALIZAÇÃO – VALORES PAGOS (MEDIDA COM 123).....	379
QUADRO 495:	HEALTH CHECK (ALTERAÇÃO DOS MODOS DE PRODUÇÃO) – INDICADORES DE EXECUÇÃO FINANCEIRA E DE REALIZAÇÃO (MEDIDA COM 214).....	381
QUADRO 496:	MEDIDA 3.6 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	382
QUADRO 497:	MEDIDA 3.6 - PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO).	382
QUADRO 498:	MEDIDA 3.6 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO)	383
QUADRO 499:	MEDIDA 3.6 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	383
QUADRO 500:	MEDIDA 3.6 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	384
QUADRO 501:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – REPARTIÇÃO DO FEADER.....	386
QUADRO 502:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – PLANO FINANCEIRO POR EIXO NAS REGIÕES DE NÃO CONVERGÊNCIA	386
QUADRO 503:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – PLANO FINANCEIRO POR EIXO NAS REGIÕES DE CONVERGÊNCIA	387
QUADRO 504:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – FUNDOS ADICIONAIS DO N.º 5 A DO ARTIGO 69º DO REG. (CE) NÚMERO 1698/2005 - REGIÕES DO OBJETIVO CONVERGÊNCIA.....	387
QUADRO 505:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – PLANO FINANCEIRO TOTAL	387
QUADRO 506:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – DESPESAS DECLARADAS – GLOBAL	388
QUADRO 507:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – DESPESAS DECLARADAS – REGIÕES DE CONVERGÊNCIA	389
QUADRO 508:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – DESPESAS DECLARADAS – HEALTH CHECK	390
QUADRO 509:	EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PRODER.....	391
QUADRO 510:	FLUXOS FINANCEIROS COM A COM (ACUMULADO)	394
QUADRO 511:	CUMPRIMENTO DA “REGRA N+2”	394
QUADRO 512:	PEDIDOS DE PAGAMENTO INTERMÉDIOS (ACUMULADO)	394
QUADRO 513:	INTEGRAÇÃO DO SIPRODER COM OUTROS SISTEMAS	404
QUADRO 514:	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO – MÓDULOS DO SIPRODER	404
QUADRO 515:	RESULTADOS DO CONTROLO DE QUALIDADE (ANO).....	411
QUADRO 516:	CONTROLO DE QUALIDADE – DISTRIBUIÇÃO POR DRAP DOS PA DEVOLVIDOS E PESO NA AMOSTRA (2010 A 2013)	411
QUADRO 517:	AT - CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO.....	449
QUADRO 518:	AT - PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (POR CONCURSO)	449
QUADRO 519:	AT - DISTRIBUIÇÃO PA CONTRATADOS NO ANO	450
QUADRO 520:	AT - DISTRIBUIÇÃO PA PAGOS NO ANO	450
QUADRO 521:	AT - INDICADORES DE REALIZAÇÃO	450
QUADRO 522:	SITE PRODER – DADOS QUANTITATIVOS	454
QUADRO 523:	ENDEREÇO ELECTRÓNICO – DADOS QUANTITATIVOS	456
QUADRO 524:	LINHA VERDE – DADOS QUANTITATIVOS	457
QUADRO 525:	MATERIAL DE COMUNICAÇÃO – PUBLICAÇÕES/MERCHANDISING DISTRIBUÍDOS (NO ANO).....	462
QUADRO 526:	RECUPERAÇÕES – BD DEVEDORES (ACUMULADO).....	469

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1:	SITUAÇÃO DAS CANDIDATURAS A 31-12-2013 (ACUMULADO).....	43
FIGURA 2:	EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO PRODeR FACE À MÉDIA DA UE	45
FIGURA 3:	PROJETOS ENCERRADOS A 31-12-2013 (ACUMULADO).....	51
FIGURA 4:	AÇÃO 1.6.2 – PROGRESSO DAS OBRAS DO ALQUEVA	157
FIGURA 5:	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO – ARQUITETURA FUNCIONAL	399
FIGURA 6:	NÚMERO DE PROJETOS DESISTIDOS (ACUMULADO).....	420
FIGURA 7:	NÚMERO DE PROJETOS DESISTIDOS (ANO).....	420
FIGURA 8:	DESPESA PÚBLICA DISPONIBILIZADA PELOS PROJETOS DESISTIDOS (NO ANO)	421
FIGURA 9:	DESPESA PÚBLICA DISPONIBILIZADA PELOS PROJETOS DESISTIDOS (ACUMULADO)	422
FIGURA 10:	TAXAS DE DESISTÊNCIAS FACE AOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS (ACUMULADO)	423
FIGURA 11:	PROJETOS SEM PEDIDOS DE PAGAMENTO HÁ MAIS DE SEIS MESES.....	424
FIGURA 12:	NÚMERO DE PROJETOS ENCERRADOS ATÉ FINAL DE 2013	429
FIGURA 13:	DESPESA PÚBLICA DISPONIBILIZADA PELOS PROJETOS ENCERRADOS.....	429
FIGURA 14:	TAXA DE SUBEXECUÇÃO EM 31.12.2013	430
FIGURA 15:	DESPESA PÚBLICA APROVADA E LIBERTADA EM 31.12.2013	431
FIGURA 16:	ALGUNS EXEMPLOS DO PRODeR NA IMPRENSA	452
FIGURA 17:	SITE PRODeR – CONTEÚDOS MAIS VISITADOS (NO ANO)	454
FIGURA 18:	ENDEREÇO ELECTRÓNICO – DISTRIBUIÇÃO MENSAL DE E-MAILS RECECIONADOS.....	456
FIGURA 19:	LINHA VERDE – NÚMERO DE TELEFONEMAS RECEBIDOS (NO ANO)	457
FIGURA 20:	LINHA VERDE – TIPOLOGIA DE UTILIZADORES (NO ANO)	458
FIGURA 21:	EVENTOS PÚBLICOS – AÇÕES DE DIVULGAÇÃO	458
FIGURA 22:	PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS	459
FIGURA 23:	INTERVENÇÕES DA GESTORA DO PRODeR	460
FIGURA 24:	EXEMPLO DE PUBLICAÇÃO DE UMA COLUNA DE OPINIÃO	460
FIGURA 25:	CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS – EXEMPLO DE ANÚNCIO PRODeR	461
FIGURA 26:	BOAS PRÁTICAS – EXEMPLO DE NOTÍCIA EM SÍTIO OFICIAL	462
FIGURA 27:	BOAS PRÁTICAS – EXEMPLO DE NOTÍCIA EM MEIO INTERNACIONAL DE CIRCULAÇÃO MUNDIAL PRODUZIDA A PARTIR DE INFORMAÇÃO OFICIAL DISPONIBILIZADA NO SITE PRODeR	463
FIGURA 28:	BOAS PRÁTICAS – EXEMPLO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS DE PUBLICITAÇÃO EM BANNER DE DIVULGAÇÃO A PROJETO PRODeR	463

LISTA DE ABREVIATURAS

AFN: AUTORIDADE FLORESTAL NACIONAL

AG: AUTORIDADE DE GESTÃO

AGRO: PROGRAMA OPERACIONAL AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

AJAP: ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL

CAP: CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL

CCDR: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CCDR: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO

CEA: CONTAS ECONÓMICAS DA AGRICULTURA

CN: CABEÇAS NORMAIS

CNA: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA

CNJ: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL

CONFAGRI: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS E DO CRÉDITO AGRÍCOLA DE PORTUGAL

CQ: CONTROLO DE QUALIDADE

DE: DIMENSÃO ECONÓMICA

DGADR: DIREÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

DGV: DIREÇÃO-GERAL DE VETERINÁRIA

DOP: DENOMINAÇÃO DE ORIGEM PROTEGIDA

DRAP: DIREÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS

ELA: ESTRUTURA LOCAL DE APOIO

ELD: ESTRATÉGIA LOCAL DE DESENVOLVIMENTO

FEADER: FUNDO EUROPEU AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

FFP: FUNDO FLORESTAL PERMANENTE

FTA: PRIMEIRA FLORESTAÇÃO DE TERRAS AGRÍCOLAS

GAL: GRUPOS DE AÇÃO LOCAL

GPP: GABINETE DE PLANEAMENTO E POLÍTICAS

GTAA: GRUPO TÉCNICO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

HA: HECTARE

IC: INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS

ICNB: INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE, IP

IFAP: INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS, IP

IGAMAOT: INSPEÇÃO-GERAL DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

IGF: INSPEÇÃO-GERAL DE FINANÇAS

IGP: INDICAÇÃO GEOGRÁFICA PROTEGIDA

INE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

ISIP: SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO PARCELAR

ITI: INTERVENÇÕES TERRITORIAIS INTEGRADAS

LVT: LISBOA E VALE DO TEJO

MAA: MEDIDAS AGRO AMBIENTAIS

MBS: MARGEM BRUTA STANDARD

MOA: MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA

MPB: MODO DE PRODUÇÃO BIOLÓGICO

MPRODI: MODO DE PRODUÇÃO INTEGRADA

NIB: NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO BANCÁRIA

NIFAP: NÚMERO DE BENEFICIÁRIO DO IFAP

OP: ORGANISMO PAGADOR

OTE: ORIENTAÇÃO TÉCNICO-ECONÓMICA

OC: ORGANISMO DE CERTIFICAÇÃO E CONTROLO

PA: PEDIDO DE APOIO

PAC: POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM

PAS: PEDIDO DE APOIO AGRO E SILVO AMBIENTAL

PEN DR: PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

PES: PERÍODO ESPECIAL DE CANDIDATURA

PGF: PLANO DE GESTÃO FLORESTAL

PIB: PRODUTO INTERNO BRUTO

PIR: PROJETO DE IMPACTO RELEVANTE

PME: PEQUENA E MÉDIA EMPRESA

PREE: PLANO DE RELANÇAMENTO DA ECONOMIA EUROPEIA

ProDeR: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

PROF: PLANOS REGIONAIS DE ORDENAMENTO FLORESTAL

PU: PEDIDO ÚNICO DE AJUDAS

RA: REFORMA ANTECIPADA

RAN: RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL

REAP: REGIME DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PECUÁRIA

REL: RENDIMENTO EMPRESARIAL LÍQUIDO

REN: RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

RPU: REGIME DE PAGAMENTO ÚNICO

SAU: SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA

SIG: SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

SIGC: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO E CONTROLO

SiProDeR: SISTEMA DE INFORMAÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO

.....

SIIFAP: SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO IFAP

SILEADER: SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO LEADER

SP: SUBPROGRAMA

STPRODER: SECRETARIADO TÉCNICO

STA: SECRETARIADO TÉCNICO DE AUDITORIA E CONTROLO

TCE: TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU

UDE: UNIDADE DE DIMENSÃO ECONÓMICA = 12 MIL EUROS

UE: UNIÃO EUROPEIA

UTA: UNIDADES DE TRABALHO ANUAL

VAB: VALOR ACRESCENTADO BRUTO

VABPB: VALOR ACRESCENTADO BRUTO A PREÇOS DE BASE

VAL: VALOR ATUAL LÍQUIDO

VALCF: RENDIMENTO DOS FATORES

VPP: VALOR DE PRODUÇÃO PADRÃO

ZIF: ZONAS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL

DEFINIÇÕES

CANDIDATURAS VÁLIDAS: TOTAL DE CANDIDATURAS APRESENTADAS DEDUZIDAS DAS REPETIDAS, DAS DESISTIDAS, DOS PEDIDOS DE APOIO EM VALIDAÇÃO NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO PRODeR E DAS CANCELADAS.

CANDIDATURAS DECIDIDAS: AQUELAS QUE FORAM OBJETO DE DECISÃO DA GESTORA, APÓS AUDIÇÃO DA AUTORIDADE DE GESTÃO.

CANDIDATURAS CONTRATADAS: AQUELAS QUE FORAM ENVIADAS POR *WEB SERVICE* DE CONTRATAÇÃO PARA O IFAP.

DESPESA DECLARADA: DESPESA INCLUÍDA NAS DECLARAÇÕES TRIMESTRAIS, APRESENTADAS PELO ORGANISMO PAGADOR À COMISSÃO EUROPEIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER), aprovado em Dezembro de 2007 pela Decisão C(2007) 6159 da Comissão Europeia inclui o conjunto de intervenções cofinanciadas pelo FEADER em matéria de desenvolvimento Rural no território do Continente, prosseguindo o objetivo de promover a competitividade do sector agroflorestal e dos territórios rurais de forma sustentável.

As intervenções financiadas encontram-se agrupadas por medidas e estas em quatro subprogramas.

Os três subprogramas, 1 "Promoção da competitividade", subprograma 2 "Gestão sustentável do espaço rural", e subprograma 3 "Dinamização das zonas rurais", visam promover ações que contribuem direta e objetivamente para a prossecução dos três objetivos estratégicos nacionais (OEN) assumidos na estratégia nacional para o desenvolvimento rural, os quais, por sua vez, foram delineados em consonância com as orientações estratégicas comunitárias vertidas nos eixos 1, 2 e 3 do FEADER.

Em particular o subprograma 3 integra a abordagem LEADER, através das ações promovidas no âmbito de estratégias de desenvolvimento local e através de agentes organizados especificamente para esse efeito. O subprograma 4, com carácter transversal, traduz a prioridade atribuída à inovação, à produção e difusão do conhecimento e ao desenvolvimento das competências dos agentes que atuam no território, os quais desempenham um papel absolutamente determinante no sucesso global da estratégia nacional adotada.

2. Em termos de contexto socioeconómico, o ano de 2013 continuou marcado, à semelhança do ano anterior, pela recessão económica e pelas imposições do programa de assistência financeira a Portugal, nos termos do Memorando de Entendimento assinado entre a Republica Portuguesa e a CE, o BCE e o FMI por uma contração da atividade económica na zona euro que se refletiu nos níveis de desemprego, acompanhado pelo decréscimo do consumo privado, embora a um ritmo inferior. Portugal, embora com taxas de crescimento negativas, apresentou um resultado melhor do que o do ano anterior.

Em termos agrícolas, em 2013, o produto agrícola, medido a preços de mercado, apresentou um crescimento em volume e em valor, consolidando a inversão iniciada em 2012 da tendência negativa, e contrariando a evolução do conjunto da economia que registou uma relativa estabilização em valor e uma diminuição em volume.

Apesar do enquadramento socioeconómico continuar a ser desfavorável, afetando as condições de financiamento dos agentes públicos e privados, o PRODER mantém-se como uma das principais fontes de financiamento da economia, particularmente do setor agroflorestal. Este facto é bem visível na evolução dos indicadores do Programa.

3. No final de 2013 o Programa apresentava uma taxa global de execução de 77%, aferida pela despesa pública, tendo sido plenamente atingido o objetivo de recuperar o atraso acumulado até 2009 face à média da União Europeia (cerca de 72,5% a 31 de dezembro de 2013).

Esta evolução global foi registada em todos os subprogramas, cujas taxas de execução (rácio entre a despesa pública paga e a programada) são agora de 71% para o subprograma 1 "Promoção da competitividade", 87% para o subprograma 2 "Gestão sustentável do espaço rural", 57% para o subprograma 3 "Dinamização das zonas rurais" e 51% para o subprograma 4 "Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências".

A taxa de contratação (rácio entre a despesa pública contratada e a programada) e a taxa de realização (rácio entre a despesa pública paga e a contratada) do Programa é de 108% e 68%, respetivamente.

4. Globalmente o ano de 2013 foi mais um ano de forte execução do Programa, com um aumento percentual de 17 pontos percentuais, e também de forte procura por parte dos promotores com a entrada, de 6.092 candidaturas às várias ações de investimento.

O elevado número de candidaturas apresentadas ao PRODER no ano de 2012 e início de 2013, colocou o Programa numa situação de *overbooking* muito considerável, para o qual foi necessário uma gestão rigorosa e prudente. Foi decidido, assim, que continuaria a ser possível submeter candidaturas ao PRODER, embora a análise e decisão das mesmas ficasse dependente de futura libertação de verbas provenientes de projetos desistidos ou não

executados integralmente, bem como da efetiva possibilidade de execução dos projetos no tempo de vida do Programa.

Esta medida de gestão, que continuou a permitir aos promotores a apresentação de candidaturas às medidas e ações do Programa durante todo o ano de 2013, apesar de a sua análise ficar dependente de futura disponibilidade financeira, apontou para a relevância e para a preocupação do período de transição para o novo quadro comunitário decorrer sem sobressaltos e sem hiatos temporais no financiamento comunitário.

Neste contexto entraram, em 2013, 4.903 candidaturas sem dotação, representando cerca de 703 milhões de euros de investimento proposto.

Os termos da regulamentação comunitária relativa ao regime de transição, que foi adotada no final de 2013, vieram confirmar o acerto desta opção de gestão do PRODER.

5. O valor acumulado dos compromissos assumidos ascendeu a 4,2 mil milhões de euros, ou seja 110% do programado para o período 2007-2013, excluindo as medidas transitadas, colocando o programa em situação de *overbooking* global.

A execução acumulada do Programa atingiu, no final de 2013, mais de 3,2 mil milhões de euros de pagamentos, representando 77% de taxa de execução (relação entre a despesa pública executada e a programada).

Analisando a execução do ano de 2013 verifica-se que o eixo 1 (competitividade) teve o maior peso (44% do total executado no ano) e dentro deste eixo, a medida 1.1 (ações 1.1.1, 1.1.2 e 1.1.3) representou 79% da execução do eixo e 35% da execução total. Da mesma forma, na análise por subprograma constata-se que os quatro subprogramas viram a sua execução aumentar entre 17 e 20 pontos percentuais.

No que se refere ao cumprimento da regra N+2 a mesma ficou garantida durante o mês de junho de 2013, demonstrando assim a capacidade de execução do Programa.

6. O processo de monitorização dos projetos aprovados sem execução, em curso desde início de 2011, continuou, em 2013, a relevar-se determinante no contexto da boa execução do Programa.

O resultado do trabalho de avaliação permanente e rigorosa das situações em que se verifica que os beneficiários não têm condições para executar os

investimentos aprovados, tem-se revelado fundamental para assegurar que o objetivo do pleno aproveitamento do envelope financeiro do PRODER seja totalmente atingido em tempo útil.

Em 2013 deu-se início à vertente da “Operação Limpeza” direcionada para a monitorização do cumprimento dos prazos de conclusão dos projetos, dado que os projetos aprovados em 2010, ano em que o Programa atingiu elevados níveis de aprovação de candidaturas, atingiam, na maior parte dos casos, a sua conclusão no final de 2012 e em 2013. Esta extensão do trabalho da “Operação Limpeza” é também de extrema importância para garantir e maximizar a plena utilização das verbas que são disponibilizadas em sede de encerramento dos projetos, as quais são de imediato canalizadas para a execução dos projetos aprovados em *overbooking*.

No final de 2013 a taxa global de libertação de verbas decorrentes do encerramento dos 13.034 projetos e dos 2.194 projetos desistidos, era de 8% do total de despesa pública aprovada nos projetos de investimento até essa data. Este é também o valor da taxa de redução da despesa pública decorrente das cerca de 2.000 alterações aos projetos de investimento solicitadas pelos beneficiários e aprovadas pelo Gestor.

7. As atividades de avaliação realizadas contemplaram a elaboração das respostas a um conjunto definido de Questões Específicas. Nesta avaliação foi dado enfoque à elaboração das respostas às Questões Específicas que não foram abordadas na Avaliação de 2012. Em alguns casos procedeu-se à atualização ou desenvolvimento das respostas desenvolvidas na Avaliação de 2012. Para além destas deu-se continuação do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido com vista à estabilização de uma metodologia para a estimativa dos Indicadores de Impacto.
8. No ano de 2013, o sistema de informação do PRODER continuou a sua evolução. Para além de alguns desenvolvimentos em alguns módulos, como o da “Operação Limpeza” e o dos indicadores de resultados, foram efetuados outros com o objetivo de otimizar processos já existentes ou dar resposta a novas necessidades. O SIProDeR deu também em 2013 todo o suporte à atividade desenvolvida pela Autoridade de Gestão no âmbito de processos de auditoria e segurança, bem como no que respeita à articulação técnica com o Organismo Pagador e garantiu, ainda, o suporte à área operacional do

Programa, sendo para o efeito respeitada a metodologia de trabalho definida, quer relativa ao registo e acompanhamento de ocorrências, através da plataforma de gestão utilizada para o efeito, quer à entrada em produção de novas funcionalidades ou ajustamentos decorrentes de alterações efetuadas, como sejam carregamentos de dados, indicadores, mapas de monitorização, circuitos decisórios, notificações eletrónicas e integração de *Web Services*. Durante o ano de 2013 deu-se continuidade ao trabalho de adequação aos critérios estabelecidos na norma internacional ISO/IEC 27002, referente às práticas de gestão da segurança da informação do ProDeR.

9. No que se refere à articulação com os GAL, no ano de 2013, manteve-se o estreito contato entre a Autoridade de Gestão e a Federação Minha Terra enquanto interlocutor nacional dos GAL, com o objetivo de acompanhar a implementação das medidas do subprograma 3, quer as de gestão delegada nos GAL, medidas 3.1 e 3.2, quer em relação às medidas nas quais os GAL são promotores, ou seja, a medida 3.4 – Cooperação LEADER para o Desenvolvimento e medida 3.5 – Funcionamento dos GAL, Aquisição de Competências e Animação.

A recuperação dos níveis de execução do SP3 constituiu uma das preocupações centrais da AG PRODER no quadro da coordenação e articulação com os GAL, ao longo de todo o ano. Nesse sentido, a Gestora participou em 3 reuniões gerais com os GAL, cuja agenda se focou no incremento da execução e na monitorização pela AG desse indicador, que é decisivo para evidenciar a plena implementação do SP3 no atual cenário de execução de todo o PRODER.

10. O ano de 2013 traduziu-se também na consolidação da comunicação do PRODER, centrada agora na realização e apresentação de resultados do Programa, no estrito respeito pelos princípios de transparência e de responsabilidade na gestão dos dinheiros públicos, trabalhando sempre para encaminhar à luz do dia as melhores boas práticas na aplicação do FEADER, com óbvios reflexos na geração de mais e exigentes novos projetos de investimento nestas áreas e que em muito têm contribuído para a alteração

positiva dos níveis de reputação que a agricultura e os agricultores foram granjeando ao longo dos últimos anos junto da opinião pública portuguesa.

11. Em 2013, tendo presente a necessidade de dar um contributo para o conhecimento do setor e da sua dinâmica, permitindo decisões mais informadas e consistentes, tanto dos agentes privados como dos poderes públicos foram efetuados alguns estudos com o objetivo de divulgar um conjunto de indicadores relativos ao investimento efetuado no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER) no período 2007-2013: “Os Jovens Agricultores no PRODER”; “A Fruticultura no PRODER”; “O investimento PRODER no Alqueva”.

Os dados apresentados nestes documentos baseiam-se quer na informação apurada através do Sistema de Informação dos Pedidos de Apoio (Si PRODER), quer na informação retirada do site do Instituto Nacional de Estatística (INE, Recenseamento Agrícola de 2009).

0. INTRODUÇÃO

O relatório anual do ProDeR concretiza um dos instrumentos de acompanhamento e monitorização do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (ProDeR), conforme previsto no Artigo 82.º do Regulamento (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro, seguindo a estrutura e os conteúdos aí definidos.

O presente Relatório visa facultar uma visão global do Programa, procurando-se:

- Contextualizar a implementação do ProDeR no quadro da evolução dos principais indicadores socioeconómicos;
- Efetuar um balanço da operacionalização física e financeira do ProDeR;
- Apresentar os principais fatores críticos que condicionaram a implementação do ProDeR e as medidas adotadas.

A estrutura e conteúdo do relatório estão em conformidade com o Anexo VII do Regulamento CE número 1974/2006 e é constituído por sete Capítulos:

- Capítulo 1: apresenta uma síntese da alteração das condições gerais, nomeadamente no que se refere ao enquadramento socioeconómico de 2013. No enquadramento socioeconómico reporta-se o ambiente macroeconómico, o complexo agroflorestal na economia, a economia agrícola e o enquadramento estrutural;
- Capítulo 2: incide sobre a evolução da execução do Programa, incluindo um ponto de análise global e a análise detalhada por medida/ação ProDeR. Na análise global apresenta-se valores agregados relativos a concursos abertos, candidaturas entradas e investimento proposto, análise aprovação e contratação de pedidos de apoio, execução financeira e indicadores de acompanhamento. Na análise detalhada por medida/ação segue-se a estrutura adotada nos relatórios anteriores com a descrição do enquadramento regulamentar, objetivos e implementação e especificando os indicadores de realização e de resultado;

- Capítulo 3: reflete a execução financeira do Programa, incluindo a tipologia de quadros constantes do já referido Anexo VII do Regulamento CE número 1974/2006;
- Capítulo 4: apresenta as atividades de avaliação contínua referentes ao ano de 2013 e respetiva metodologia;
- Capítulo 5: apresenta as medidas adotadas pela Autoridade de Gestão e pelo Comité de Acompanhamento para assegurar a qualidade e eficácia da execução do programa com a apresentação de um resumo dos problemas mais importantes verificados na gestão do programa e medidas tomadas, a utilização da assistência técnica e as medidas tomadas para garantir que o programa é objeto de publicidade;
- Capítulo 6: apresenta os aspetos relacionados com a conformidade do Programa com as políticas comunitárias;
- Capítulo 7: refere as questões respeitantes à reutilização das verbas comunitárias

1. ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS

1.1 Enquadramento socioeconómico

A – Ambiente macroeconómico

O ano de 2013 foi marcado, à semelhança do ano anterior, por uma contração da atividade económica na zona euro. PT, embora com taxas de crescimento negativas, apresentou um resultado melhor do que o do ano anterior.

Quadro 1: Enquadramento Internacional

	2007	2008	2009	2010	2011p	2012p	2013p
Taxa de variação anual real PIB (%)							
EUA	1,9	-0,3	-3,1	2,4	1,8	2,2	1,9
Zona Euro	3,0	0,3	-4,3	1,9	1,5	-0,5	-0,6
OCDE	2,8	0,2	-3,6	3,0	1,9	1,4	1,2
PT	2,4	0,0	-2,9	1,9	-1,3	-3,2	-1,4
Taxa de Desemprego (%)							
EUA	4,6	5,8	9,3	9,6	8,9	8,1	7,5
Zona Euro	7,4	7,4	9,4	9,9	10,0	11,2	12,1
OCDE	5,7	6,0	8,2	8,3	7,9	8,0	8,1
PT	8,0	7,6	9,5	10,8	12,7	15,7	16,3
Taxa de variação anual real do consumo privado (%)							
EUA	2,3	-0,6	-1,9	1,8	2,5	1,9	2,1
Zona Euro	1,6	0,4	-0,9	1,0	0,1	-1,4	-0,8
OCDE	2,5	0,1	-1,6	2,2	1,8	1,0	1,3
PT	2,4	1,3	-2,3	2,6	-3,3	-5,4	-1,7
Taxa de juro de curto prazo (%)							
EUA	5,3	3,2	0,9	0,5	0,4	0,4	0,3
Zona Euro	4,3	4,6	1,2	0,8	1,4	0,6	0,1
Índice de preços (Base 2005)							
Petróleo	133,2	178,2	113,0	146,0	204,3	204,9	191,2
Matérias primas agrícolas	131,9	126,0	104,6	140,4	155,4	129,4	130,0
Dívida pública em % do PIB							
Zona Euro	66,4	70,3	80,1	85,7	88,1	92,8	95,4
PT	68,4	71,7	83,7	94,0	108,2	124,1	129,0
Défice público em % do PIB							
EUA	-2,9	-6,6	-11,9	-11,4	-10,2	-8,7	-5,4
Zona Euro	-0,7	-2,1	-6,4	-6,2	-4,1	-3,7	-3,0
OCDE	-1,3	-3,4	-8,2	-7,7	-6,4	-5,7	-4,3
PT	-3,1	-3,6	-10,2	-9,8	-4,3	-6,4	-4,9

p – dados provisórios

Fonte: GPP a partir de Economic Outlook No 93 - June 2013 - OECD Annual Projection, Contas Nacionais-INE e Estatísticas do Banco de Portugal

Data de versão dos dados: Março de 2014

O decréscimo do PIB, na zona euro, refletiu-se no desemprego, mais acentuado em PT, que continuou a aumentar, acompanhado pelo decréscimo do consumo privado, embora a um ritmo inferior.

O défice público das economias desenvolvidas continuou a recuar em 2013, fruto das medidas de natureza orçamental adotadas em alguns países.

No caso das matérias-primas agrícolas, após a descida em 2012 depois de alcançarem um nível máximo em 2011, em 2013 verifica-se uma estabilização dos preços.

Relativamente a Portugal destaca-se o aumento do desemprego desde 2008, atingindo os 16,3% em 2013, valor superior ao observado na zona euro e na generalidade dos países desenvolvidos. O défice das administrações públicas na ótica da contabilidade nacional diminuiu em 2013 para 4,9% do PIB, e a dívida pública manteve a trajetória de subida, tendo alcançado em 2013, 129% do PIB.

Quadro 2: PIB e componentes

	2007	2008	2009	2010	2011 ^P	2012 ^P	2013 ^P
<i>Taxa de variação anual real PIB (%)</i>							
PIB	2,4	0,0	-2,9	1,9	-1,3	-3,2	-1,4
Consumo Privado	2,4	1,3	-2,3	2,6	-3,3	-5,4	-1,7
Consumo público	0,5	0,5	4,7	0,1	-5,0	-4,7	-1,7
Investimento	2,1	-0,1	-13,3	1,4	-11,1	-13,4	-7,3
Procura interna	2,0	0,9	-3,3	1,8	-5,1	-6,6	-2,6
Exportações	7,5	-0,1	-10,9	10,2	6,9	3,2	6,1
Importações	5,5	2,3	-10,0	8,0	-5,3	-6,6	2,8

P – dados preliminares;

Fonte: GPP a partir de Contas Nacionais, INE
Data de versão dos dados: Março de 2014

Em Portugal verificou-se uma contração na procura interna, menor que em 2012 (-2,6%), generalizada a todas as componentes: investimento (-7,3%), consumo privado (-1,7) e público (-1,7%), com um decréscimo do PIB em 1,4%. Salienta-se a melhoria do saldo da balança comercial em 2013, com o crescimento das exportações (6,1%) e também das importações, que embora tenham invertido a tendência de descida dos últimos dois anos, cresceram menos que as exportações (2,8%).

B – O complexo agroflorestal na economia

O complexo agroflorestal inclui o complexo agroalimentar (agricultura e indústrias alimentares, bebidas e tabaco) e o complexo florestal (silvicultura e

as indústrias transformadoras de produtos florestais) e tem um peso importante na economia nacional, gerando 6% do PIB em 2013 e 13,3% do emprego total da economia, estimativas para 2011.

Quadro 3: Importância do complexo agroflorestal no PIB, no emprego, nas exportações e nas importações da economia em 2013^E (%)

	PIB	Emprego*	Exportações	Importações
Agricultura	1,7	9,3	1,2	4,4
Ind. Alimentares, Bebidas e Tabaco	2,3	2,3	7,1	10,0
Silvicultura	0,4	0,2	0,2	0,5
Ind. Florestais	1,6	1,5	6,6	2,7
Complexo Agro-Florestal	6,0	13,3	15,1	17,6

E – estimativa
*- Dados para 2011.

Fonte: GPP, a partir de INE.
Data de versão dos dados: Março de 2014

Os produtos do Complexo Agro-florestal são bens internacionalmente transacionáveis, isto é, podem ser importados e exportados e estão, portanto, sujeitos à concorrência internacional nos mercados externos e no mercado interno. As atividades do complexo agroflorestal têm, por isso, um papel importante no comércio internacional representando, atualmente 15,1% dos valores das exportações e 17,6% dos valores das importações, de bens e serviços da Economia.

Quadro 4: Exportações, importações e saldo comercial do Complexo Agro-florestal e da Economia (Milhões euros)

	2007	2008	2009	2010	2011 ^P	2012 ^P	2013 ^P	Taxa de variação 2013/2012 (%)
Complexo Agro-florestal								
Exportações	6.782	7.243	6.566	7.512	9.145	9.581	10.173	6,2
Importações	9.589	10.337	9.292	10.114	11.472	10.999	11.525	4,8
Saldo Comercial	-2.808	-3.094	-2.726	-2.603	-2.327	-1.419	-1.352	
Economia (Bens e Serviços)								
Exportações	54.498	55.802	47.236	54.109	61.060	63.882	67.343	5,4
Importações	68.045	73.125	59.717	67.439	68.538	64.880	65.478	0,9
Saldo Comercial	-13.547	-17.323	-12.482	-13.330	-7.477	-998	1.865	

P – dados preliminares

Fonte: GPP, a partir de CN e CEA (Base 2006), INE.
Data de versão dos dados: Março de 2014

O saldo da balança comercial agro-florestal, tradicionalmente negativo e representando atualmente -1.352 milhões de euros, tem apresentado melhorias significativas. O saldo da balança comercial da economia portuguesa evoluiu de forma muito positiva passando a registar um *superavit* (-998 milhões de euros em 2012 para 1.865 milhões de euros em 2013), com as exportações a superarem as importações de bens e serviços.

C – Economia agrícola

Em 2013, o produto agrícola, medido a preços de mercado, apresentou um crescimento em volume (4,7%) e, mais acentuado, em valor (13,2%), consolidando a inversão iniciada em 2012 da tendência negativa, e contrariando a evolução do conjunto da economia que registou uma relativa estabilização em valor (0,5%) e uma diminuição em volume (-1,4%).

O crescimento em volume (4,7%) dever-se-á a uma utilização mais eficiente dos recursos, conseguindo-se manter o mesmo volume de produção com a menor utilização de consumos intermédios (-2,6%).

O crescimento em valor foi ainda potenciado pela continuação da inversão do ciclo de deterioração dos termos de troca da Agricultura, iniciada em 2012, tendo os preços à produção agrícola aumentado mais (3,8%) do que os preços dos consumos intermédios utilizados pelo sector (2,4%), tendo os preços implícitos no VAB crescido 8,1%.

Quadro 5: Taxa média de crescimento anual da produção, dos consumos intermédios, do VAB agrícola e do PIB (%)

	2013P/2000			2013P/2012P		
	Volume	Preço	Valor	Volume	Preço	Valor
Produção agrícola_{pm}	0,0	1,0	1,0	0,3	3,8	4,1
Consumos intermédios	0,3	2,3	2,6	-2,6	2,4	-0,2
VAB_{pm} Agricultura	-0,4	-0,9	-1,3	4,7	8,1	13,2
PIB_{pm}	0,1	2,0	2,1	-1,4	1,8	0,5

P – dados preliminares

Fonte: Resultados preliminares GPP, a partir de CN e CEA (Base 2006), INE.
Data de versão dos dados: Março de 2014

O aumento da capacidade do setor agrícola de gerar valor acrescentado traduziu-se num crescimento do rendimento da atividade agrícola: o

rendimento dos fatores por unidade de trabalho aumentou 6%, mas é de notar que o rendimento empresarial líquido aumentou 12,7%.

O aumento do rendimento não foi tão elevado como o do VAB devido à diminuição dos subsídios pagos em 2013 (-14%), já que parte dos subsídios relativos a 2013 foi paga em 2012 para atenuar os efeitos da seca.

Quadro 6: Taxa de variação anual de alguns indicadores relativos à atividade agrícola (%)

	2007	2008	2009	2010	2011 ^P	2012 ^P	2013 ^P
<i>taxa de variação anual (%)</i>							
Produção_{pm}							
Preços correntes	3,9	4,9	-5,6	3,2	-1,4	4,0	4,1
Preços constantes 2006	-0,8	2,6	-0,5	-0,5	-1,2	-0,1	0,3
VAB_{pm}							
Preços correntes	-7,8	0,9	-2,6	-0,8	-12,3	4,4	13,2
Preços constantes 2006	-5,6	4,4	-2,8	-0,9	-1,8	-1,7	4,7
VAB_{cf} (preços correntes)	-1,3	4,3	-7,9	4,3	-10,6	7,3	3,9
Emprego (UTA)	-2,3	-1,5	-1,5	-8,0	-3,9	-0,3	-0,5
Produtividade							
VAB _{pm} volume /UTA	-3,4	6,1	-1,2	7,6	2,2	-1,4	5,2
Rendimento							
VAL _{cf} real /UTA	0,5	6,8	-8,6	14,5	-10,5	9,6	6,0
VAL _{cf} - rendas e juros real/UTA	-4,9	3,0	-6,0	16,0	-13,7	14,3	5,3
Rendimento Empresarial Líquido							
	-8,5	4,2	-11,1	11,2	-24,0	26,2	12,7
Subsídios	19,7	12,7	-19,4	17,9	-6,2	12,9	-14,0
FBCF							
FBCF/RLE	12,3	-9,6	-1,7	-6,9	29,6	-21,5	
FBCF/VAB _{cf}	7,1	-8,3	-4,3	-0,1	10,5	-7,9	

P – dados preliminares

Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura (Base 2006), INE.
Data de versão dos dados: Março de 2014

Em 2013, o aumento do produto agrícola em volume a par da ligeira diminuição do emprego agrícola (-0,5%) originou um ganho da produtividade do trabalho (5,2%). O investimento na atividade agrícola apresentou uma evolução irregular, no período 2000-2012, assumindo um crescimento anual de -2,5%. No ano de 2012, assistiu-se a uma diminuição do investimento em -0,9% face ao ano anterior.

Quadro 7: Estrutura da produção agrícola e respetiva variação

	Estrutura em 2013E	Taxa de crescimento médio anual 2013E/2007			Taxa de variação 2013E/2012P		
		Volume	Preço	Valor	Volume	Preço	Valor
Produção do Ramo Agrícola	100,0	0,0	1,3	1,2	-0,1	3,2	3,1
Produção da Agricultura (Preços base)	98,2	0,0	1,2	1,3	-0,1	3,2	3,1
Produção de Bens Agrícolas	95,3	0,1	1,2	1,3	0,1	3,3	3,3
Produção Vegetal	54,4	1,4	0,0	1,4	3,7	3,9	7,8
Cereais	3,1	3,4	-4,8	-1,6	9,9	-25,0	-17,6
Trigo e Espelta	0,2	-7,1	2,2	-5,0	40,9	-19,7	13,1
Plantas Industriais	1,2	-0,8	0,9	0,1	1,0	-3,4	-2,4
Plantas Forrageiras	5,2	-0,8	2,3	1,5	10,0	2,7	13,0
Vegetais e Produtos Hortícolas	17,4	0,5	0,8	1,3	-2,4	5,5	2,9
Batatas (inclui sementes)	2,6	-1,4	1,3	-0,1	-0,8	80,0	78,6
Frutos	18,6	3,0	0,3	3,4	8,5	5,9	15,0
Vinho*	5,6	-0,3	-0,7	-1,1	1,1	0,2	1,3
Azeite*	0,1	18,3	-13,4	2,4	17,2	0,0	17,2
Outros Produtos Vegetais	0,6	6,6	-7,8	-1,7	-0,1	-13,7	-13,8
Produção Animal	40,9	-1,6	2,7	1,0	-4,4	2,5	-2,0
Bovinos	6,0	-1,9	0,0	-1,9	-11,0	-3,0	-13,7
Suínos	9,9	-1,5	5,1	3,5	-5,7	9,1	2,8
Aves de capoeira	7,8	1,3	1,5	2,9	0,5	5,7	6,2
Leite	11,2	-1,0	1,2	0,2	-5,0	6,5	1,2
Serviços Agrícolas	2,9	-0,4	2,3	2,0	-3,5	0,0	-3,5

P – dados preliminares; E – estimativa

Nota: *A última atualização metodológica das Contas Económicas da Agricultura (CEA) teve, entre outras, repercussões na contabilização do vinho e do azeite na produção agrícola. Atualmente o vinho e o azeite produzidos em adegas e lagares cooperativos deixaram de ser considerados na produção agrícola, sendo contabilizados na indústria das bebidas e nas indústrias alimentares, respetivamente. Apenas a produção de vinho e azeite por produtores individuais é considerada na produção agrícola. Por esta razão, a evolução verificada nestes sectores, segundo as CEA, não representa a totalidade da produção nacional de vinho e azeite, sendo mesmo residual neste último caso. Contudo, prevê-se que em setembro de 2014 volte a ser incluída a totalidade das produções de vinho e de azeite.

Fonte: GPP, a partir de -Contas Económicas da Agricultura (Base 2006), INE.
Data de versão dos dados: Março de 2014

Relativamente a produção agrícola em 2013, os resultados revelam uma dinâmica positiva da produção vegetal (3,7%, em volume e 7,8% em valor) e negativa da produção animal (-2%, em valor e -4,4% em volume), em consequência ainda da seca de 2012 (que afetou os nascimentos de bovinos, ovinos e caprinos) e da conjuntura negativa relacionada com o aumento dos custos da produção animal.

Note-se que os sectores do vinho e, em particular, do azeite só estão residualmente refletidos nos resultados apresentados.

O aumento verificado na produção vegetal em 2013 deveu-se essencialmente ao crescimento da produção, sobretudo verificada nos frutos (8,5%), destacando-se também o crescimento da produção de milho (10%) e do azeite (17%), que compensaram as descidas da produção animal (-4,4%).

Na produção animal, destaca-se em 2013 o decréscimo da produção de bovinos (-13,7%, em valor e 11% em volume) e o crescimento da produção de suínos, devido ao crescimento dos preços (9,1%) que contrariou a diminuição em volume (-5,7%).

1.2 Complementaridade com outros instrumentos financeiros

Nesta matéria mantém-se a situação e os procedimentos instituídos e descritos nos relatórios de execução dos anos anteriores.

Na medida 3.6 – “Implantação de Redes de Banda Larga de Nova Geração em Zonas Rurais”, foram apresentados 6 novos pedidos de pagamento, quatro da DST Alentejo e Algarve e dois da Fibroglobal, sendo de destacar que estes PA já se encontram a regularizar adiantamentos pois só lhes falta receber os 20% finais, tendo uma taxa de execução real de 72%. Estes investimentos decorrem de acordo com o previsto no regulamento de aplicação da medida, e têm sido sempre acompanhados de parecer da ANACOM, a validar os investimentos efetuados, e enquadram-se no âmbito do protocolo de articulação entre o ProDeR e os P.O. Regionais do QREN que delimitou, de forma objetiva, as áreas de intervenção a cargo do FEADER - ProDeR e as áreas de intervenção a cargo do FEDER – PO Regionais.

Adicionalmente, no quadro da operacionalização da medida 3.7 – “Centros Educativos Rurais do Algarve”, registou-se um elevado nível de desistências dos PA aprovados, 6 dos 10 PA aprovados foram considerados desistidos ou no âmbito da “Operação Limpeza”, por incumprimento do prazo de início de execução, ou por desistência do promotor. Em relação aos outros PA só um é que apresentou 3 PP, tendo os restantes solicitado prorrogações de prazo de execução ou sido notificados que têm um prazo adicional de 3 meses para fazerem o último Pedido de Pagamento.

Esta medida apresenta sinergias com a tipologia de intervenção “Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar” do Eixo Prioritário 3 (Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano) do Programa Operacional Regional do Algarve, do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN), que visa o desenvolvimento do Programa Nacional de Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.

2. PROGRESSOS DO PROGRAMA

Neste capítulo pretende-se apresentar um balanço da evolução da implementação do ProDeR, até ao final de 2013, quer no que respeita a concursos ou períodos de candidaturas realizados e montantes financeiros disponibilizados, quer a candidaturas apresentadas pelos beneficiários a esses mesmos concursos, investimento proposto, candidaturas aprovadas e contratadas. Esta primeira análise termina com o volume de candidaturas contratadas e com pagamentos já efetuados.

2.1 Balanço global do Programa

Em 2013, a atuação da Autoridade de Gestão (AG) procurou assegurar a continuidade do trabalho que vinha a ser feito ao nível da análise, decisão e contratação de candidaturas, centrando-se com maior intensidade na execução do Programa e na monitorização, de forma permanente e rigorosa, da execução dos projetos aprovados, de forma a poder realocar em tempo útil verbas eventualmente libertadas para projetos em “lista de espera”, atividade traduzida na “Operação Limpeza”.

O elevado número de candidaturas apresentadas ao ProDeR no ano de 2012 e início de 2013, colocou o Programa numa situação de *overbooking* muito considerável, para a qual foi necessária uma gestão rigorosa e prudente. Foi decidido, assim, que continuaria a ser possível submeter candidaturas ao ProDeR, embora a análise e decisão das mesmas ficasse dependente de futura libertação de verbas provenientes de projetos desistidos ou não executados integralmente, bem como da efetiva possibilidade de execução dos projetos no tempo de vida do Programa.

Esta medida de gestão, que continuou a permitir aos promotores a apresentação de candidaturas às medidas e ações do Programa durante todo o ano de 2013, apesar de a sua análise ficar dependente de futura disponibilidade financeira, apontou para a relevância e para a preocupação do período de transição para o novo quadro comunitário decorrer sem sobressaltos e sem hiatos temporais no financiamento comunitário. As regras

de transição para o novo PDR, que ficaram consolidadas no final do ano, vieram permitir que as candidaturas em lista de espera pudessem começar a ser analisadas e decididas em janeiro de 2014, dada a possibilidade aberta por estas regras ao admitirem financiar por conta do orçamento do novo PDR as candidaturas aprovadas no ProDeR, logo que a dotação financeira deste esteja utilizada.

Durante o ano de 2013, o ProDeR pagou cerca de 724 milhões de euros aos beneficiários do Programa, incluindo verbas que posteriormente foram objeto de recuperações, o que representa uma média mensal de pagamentos de cerca de 60 milhões de euros que assim foram canalizados para a economia real.

Por outro lado, foram aprovados em 2013 cerca de 10 mil novos projetos de investimento, aos quais foi atribuído um apoio superior a 710 milhões de euros, o que alavanca um investimento total de cerca de 1,2 mil milhões de euros.

Em termos de valores acumulados, o ProDeR terminou o ano de 2013 com 34,4 mil projetos de investimento aprovados, um montante total de investimento/custo aprovado superior a 7,1 mil milhões de euros, ao qual foi atribuído apoio de cerca de 4,2 mil milhões de euros e que contribuem para a criação de mais de 38.000 postos de trabalho.

No final de 2013, o ProDeR atingiu uma taxa de execução, aferida pela despesa pública (relação entre a despesa pública paga e a programada), de 77%, tendo já pago aos seus beneficiários mais de 3,2 mil milhões de euros, o que significa que, a taxa de execução aumentou 17 pontos percentuais no ano.

A “Operação Limpeza” consolida-se em 2013, como atividade particularmente relevante na gestão do PRODER, possibilitando libertar verbas que já permitiram reabsorver parte do *overbooking* e manter em aberto, até fevereiro de 2013, as medidas PRODER com maior adesão.

No final de 2013, o número total de projetos desistidos era de 2.194, os quais permitiram libertar cerca de 205 milhões de euros de despesa pública, montante que traduz uma taxa de desistências de 6%. O conjunto dos

projetos concluídos era já superior a 13 mil o que representa cerca de 38% dos total de projetos aprovados à data. A taxa de subexecução deste conjunto de projetos é de cerca de 7% traduzindo uma libertação de cerca de 50 milhões de euros.

2.1.1 Concursos abertos

Os regulamentos específicos de cada ação estabelecem as modalidades de apresentação das candidaturas. No ano de 2013 deu-se continuidade à opção adotada no início de 2010, no âmbito da flexibilização e simplificação do Programa, de privilegiar a modalidade de candidaturas em contínuo. A 19 de fevereiro de 2013 estes períodos de candidaturas foram encerrados por força do Programa se encontrar numa situação de *overbooking* considerável e ter sido decidido pela Gestão que a análise e decisão de todas as candidaturas entradas após esta data ficasse dependente de futura libertação de verbas provenientes de projetos desistidos ou não executados integralmente.

Assim, em 2013, foram abertos 7 novos concursos, dos quais 2 com a possibilidade de apresentação de candidaturas em contínuo:

Relativamente às medidas/ações enquadradas no PU, o período de candidaturas decorreu entre fevereiro e maio.

No quadro seguinte, apresenta-se a distribuição dos concursos abertos por medida e subprograma.

Quadro 8: Concursos em vigor no ano de 2013 (exclui medidas enquadradas no PU)

Subprograma / Medida / Ação (exclui medidas PU)	Nº concursos (abertos em 2013)	Nº concursos (em contínuo e abertos em anos anteriores)	Dotação (despesa pública) Mil euros
Subprograma 1	2	10	25.000
111 Modernização e capacitação das empresas		2	*
112 Investimentos de pequena dimensão		1	*
113 Instalação de jovens agricultores		1	*
12 Redimensionamento e cooperação empresarial			
131 Melhoria produtiva dos povoamentos		2	*
132 Gestão multifuncional		1	*
133 Modernização e capacitação das empresas florestais		1	*
142 Informação e promoção de produtos de qualidade			
152 Restabelecimento do potencial produtivo	2		25.000
161 Desenvolvimento do regadio			
162 Regadio de Alqueva		1	*
163 Sustentabilidade dos regadios públicos			
164 Modernização dos regadios coletivos tradicionais			
165 Projetos estruturantes		1	*
Subprograma 2	2	4	5.700
223 Conservação e melhoramento de recursos genéticos			
231 Minimização dos riscos		1	*
232 Ordenamento e reconversão dos povoamentos	2	1	5.700
233 Valorização ambiental dos espaços florestais		1	*
24 ITI - Apoio à gestão e instrumentos de programação e gestão das ITI			
ITI - Investimentos não produtivos		1	*
Subprograma 3	0	6	2.548
311 Diversificação de atividades na exploração agrícola		1	145
312 Criação e desenvolvimento de microempresas		2	1.021
313 Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer		1	192
321 Conservação e valorização do património rural		2	1.190
322 Serviços básicos para a população rural			
341 Cooperação interterritorial			
342 Cooperação transnacional			
35 Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação			
36 Implantação de redes de banda larga de nova geração, em zonas rurais			
37 Centros educativos rurais do Algarve			
Subprograma 4	2	2	0
41 Cooperação para a inovação		1	*
421 Formação especializada	1		
422 Redes temáticas de informação e divulgação	1		
431 Serviços de aconselhamento agrícola		1	*
432 Serviços de apoio às empresas			
Assistência Técnica	1	0	12.000
Assistência Técnica	1		12.000
TOTAL	7	22	45.248

* concursos abertos em período contínuo.

2.1.2 Candidaturas entradas e investimento proposto

No ano de 2013 foram considerados cerca de 140 mil processos de candidatura, sendo que as medidas SIGC (considerando aqui os pedidos de pagamento anuais) representam cerca de 96% do total.

O custo/investimento total envolvido atinge o valor de 898.382 mil euros.

Nas medidas não SIGC, o subprograma 1 "Promoção da competitividade", cujas candidaturas representam 64% do número total de candidaturas apresentadas nas medidas de investimento, continua a ser claramente o que

tem maior adesão. O subprograma 3 “Dinamização das zonas rurais” representa 16% (vs. 9% em 2012) das candidaturas apresentadas nas medidas de investimento.

Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição, por subprograma, do número de candidaturas e do investimento apresentado/custo total.

Quadro 9: Candidaturas apresentadas até 31-12-2013 (exclui medidas enquadradas no PU e os PA sem dotação)

Un.:mil euros

Exclui medidas / ações enquadradas no PU	2013		Acumulado a 31-12-2013	
	Nº de candidaturas	Investimento apresentado	Nº de candidaturas	Investimento apresentado
Subprograma 1	3.157	423.491	29.915	7.338.990
Subprograma 2	598	53.096	5.479	504.059
Subprograma 3	1.753	193.028	7.346	1.096.294
Subprograma 4	575	32.387	4.012	180.769
Assistência técnica	8	17.223	50	96.653
TOTAL	6.091	719.225	46.802	9.216.765

Nota: não inclui as candidaturas desistidas, repetidas, rescindidas e canceladas.

Quadro 10: Candidaturas apresentadas até 31-12-2013 (enquadradas no PU)

Un.:mil euros

Medidas / ações enquadradas no PU	2013		Acumulado a 31-12-2013	
	Nº pedido pagamento	Custo total	Nº pedido pagamento	Custo total
Subprograma 1	0	0	45.532	16.130
Subprograma 2	134.423	179.157	893.705	1.121.506
TOTAL	134.423	179.157	939.237	1.137.636

Para além destas candidaturas, e dada a decisão de gestão de suspender a análise e aprovação de candidaturas em face do *overbooking* constituído, foram, ainda, apresentadas 4.903 candidaturas que representavam cerca de 703 milhões de euros de investimento, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 11: Candidaturas apresentadas até 31-12-2013 (sem dotação)

Un.:mil euros

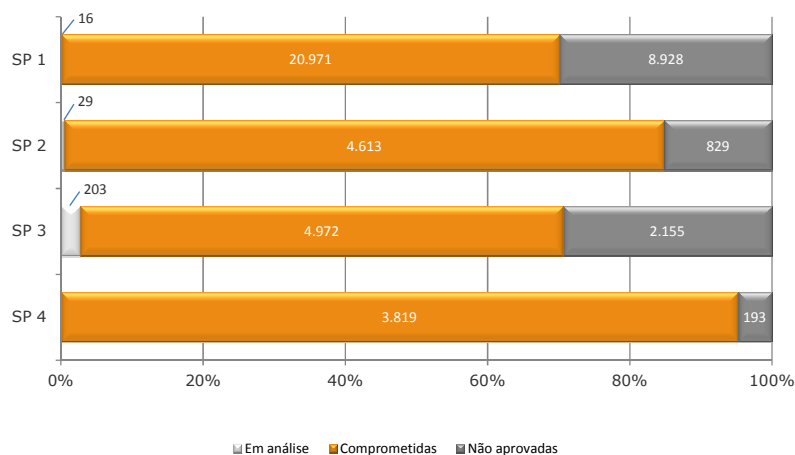
Subprogramas	2013	
	Nº de candidaturas	Investimento apresentado
Subprograma 1	3.805	616.349
Subprograma 2	941	69.072
Subprograma 3	0	0
Subprograma 4	157	17.947
TOTAL	4.903	703.367

2.1.3 Análise, aprovação e contratação dos pedidos de apoio

No que diz respeito ao processo de seleção dos PA (exceto medidas SIGC) apresentado em cada subprograma, no final de 2013 encontravam-se, numa forma geral, todas as candidaturas analisadas.

Em termos médios, a percentagem de não aprovações no universo das candidaturas decididas continua a baixar apresentando, no final de 2013, uma taxa de 26% (vs 30% em 2012).

Figura 1: Situação das candidaturas a 31-12-2013 (acumulado)



Até ao final de 2013 foram aprovadas¹ 34,4 mil candidaturas, que envolveram 6.066.082 mil euros de investimento. Estas aprovações representam uma despesa pública de 3.077.456 mil euros com um cofinanciamento médio aproximado de 83%, pelo FEADER.

Destas candidaturas analisadas foram enviadas para contratação 33.692 com um valor de despesa pública que ascende a 3.030.348 mil euros e uma participação FEADER de 2.502.110 mil euros, das quais cerca de 30% foram enviadas para contratação no ano de 2013.

Quadro 12: Compromissos assumidos e contratos enviados (exclui Medidas/Ações enquadradas no PU e Transitados)

Un.:mil euros

Sub programa	Designação	Compromissos assumidos				Contratações		
		Nº	Custo total	Despesa pública	FEADER [*]	Nº	Despesa pública	FEADER [*]
SP 1	Promoção da competitividade	20.971	4.637.904	2.151.480	1.761.789	20.741	2.126.714	1.740.738
SP 2	Gestão sustentável do espaço rural	4.613	443.160	336.626	285.222	4.603	335.369	284.153
SP 3	Dinamização das zonas rurais	4.972	748.619	443.302	373.836	4.604	422.367	356.041
SP 4	Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências	3.819	140.629	74.238	61.940	3.694	74.088	61.812
	Assistência Técnica	50	95.770	71.810	59.366	50	71.810	59.366
TOTAL ProDeR		34.425	6.066.082	3.077.456	2.542.152	33.692	3.030.348	2.502.110

[*] - Valor ajustado à nova taxa de cofinanciamento (85%).

Se considerarmos o universo total das ações, o volume de candidaturas aprovadas (pedidos de pagamento no caso das medidas de natureza plurianual) traduz-se numa taxa de compromisso global do PRODER (relação entre o fundo aprovado e o programado, excluindo as medidas transitadas) no final de 2013 de 110% dos fundos programados para o período 2007-2013. Esta taxa de compromissos representa um *overbooking* técnico de 10% assumido pelo Programa.

A taxa de contratação global (relação entre o fundo contratado e o programado, excluindo as medidas transitadas) no final de 2013 representava cerca de 109% dos fundos programados para o período 2007-2013.

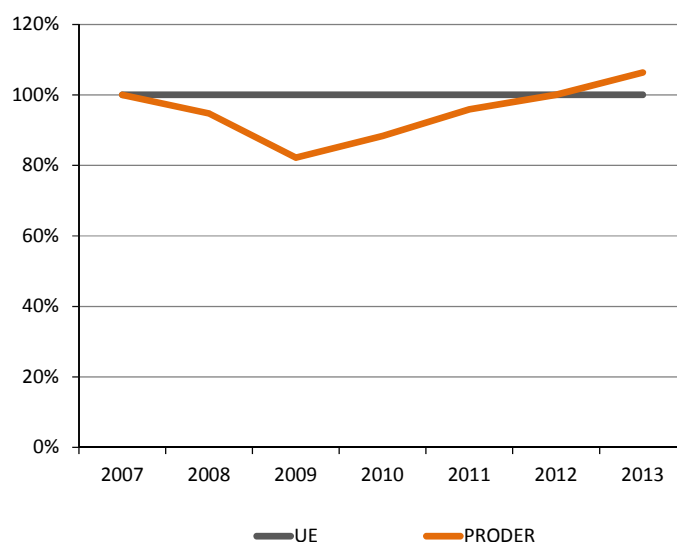
¹ Candidaturas, objeto de análise, com parecer favorável para decisão final.

2.1.4 Execução financeira

O ritmo crescente de execução do ProDeR, que se verificou a partir do final de 2009, permitiu a recuperação total do atraso inicial do Programa, apesar de todas as dificuldades.

Pese embora a situação de profunda crise que Portugal atravessa, os números mostram que tem sido possível recuperar de forma sistemática o atraso do nível de execução face à média da UE conforme gráfico que se apresenta em seguida.

Figura 2: Evolução da Execução do ProDeR face à média da UE



O montante total dos pagamentos efetuados no ProDeR, no final de 2013, era de 3.272.388 mil euros de despesa pública e 2.715.677 mil euros de comparticipação FEADER².

Em termos globais, a taxa de execução do Programa (relação entre a despesa pública paga e a programada) passou de 60% em 2012 para 77% em 2013.

O subprograma 1 "Promoção da competitividade" e o subprograma 2 "Gestão sustentável do espaço rural" continuavam a ser os subprogramas com o maior

² Refere-se a despesa elegível para reembolso pelo FEADER, excluindo-se o montante de pagamentos de adiantamentos com comparticipação nacional e outras despesas não elegíveis, nomeadamente o IVA.

peso em termos de pagamentos acumulados, com 39% e 38%, respetivamente. As ações transitadas registam a tendência, já verificada em anos anteriores, de diminuição do seu peso no total dos pagamentos, representando 14% do total executado (vs. 16% em 2012).

É, ainda, de realçar a forte subida da taxa de execução das medidas florestais, quer do subprograma 1 quer do subprograma 2 (de 28% em 2012 para 59% em 2013).

A taxa de realização (relação entre o fundo pago e o aprovado) foi, em termos globais, de 67%, com valores mais elevados (85%) no subprograma 2 "Gestão sustentável do espaço rural" dadas as particularidades da maioria das suas ações.

Em 2013, o montante total de pagamentos efetuados foi de 723.862 mil euros, a que corresponde uma comparticipação FEADER de 616.480 mil euros.

A execução total PIDDAC ascendeu a 111,6 milhões de euros, incluindo o pagamento do IVA às entidades Públicas. Esta execução correspondeu à utilização integral da dotação OE/PIDDAC disponibilizada, incluindo o reforço de cerca de 5,2 mil milhões de euros.

Nos quadros seguintes apresenta-se, para o período 2007-2013 e para o ano de 2013, os dados relativos a compromissos assumidos, contratos celebrados e pagamentos aos beneficiários, por subprograma do ProDeR e por Eixo da regulamentação comunitária.

Quadro 13: Indicadores de monitorização: 2007-2013 (por subprograma)

Execução financeira (programação, compromissos, contratos e pagamentos)

Dados reportados a 31 dezembro 2013

SUBPROGRAMA		PROGRAMAÇÃO 2007-2013 [a]		COMPROMISSOS ASSUMIDOS [b]			CONTRATOS [c]			PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS [d]		INDICADORES							
		Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER [f]	Nº	Despesa pública	FEADER [f]	Despesa pública	FEADER	Taxa de compromissos 2007-2013 [e]		Taxa de contratação [e]		Taxa de execução 2007-2013		Taxa de realização [e]	
		mil euros			mil euros			mil euros		mil euros		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11=4/1	12=5/2	13=7/1	14=8/2	15=9/1	16=10/2	17=9/7	18=10/8
ProDeR		4.282.019	3.573.777	973.662	4.215.092	3.499.883	952.243	4.168.400	3.460.170	3.272.388	2.715.677	110%	110%	108%	109%	77%	76%	68%	67%
SP 1	PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE	1.790.733	1.452.982	66.503	2.167.610	1.774.005	45.587	2.143.260	1.753.283	1.276.340	1.016.401	121%	122%	120%	121%	71%	70%	60%	58%
SP 2	GESTÃO SUSTENTÁVEL DO ESPAÇO RURAL	1.421.288	1.199.803	898.318	1.458.132	1.230.736	898.308	1.456.875	1.229.668	1.234.297	1.040.477	103%	103%	103%	102%	87%	87%	85%	85%
SP 3	DINAMIZAÇÃO DAS ZONAS RURAIS	470.945	397.606	4.972	443.302	373.836	4.604	422.367	356.041	268.361	225.136	94%	94%	90%	90%	57%	57%	64%	63%
SP 4	PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS	72.877	60.642	3.819	74.238	61.940	3.694	74.088	61.812	37.518	30.728	102%	102%	102%	102%	51%	51%	51%	50%
TR	COMPROMISSOS TRANSITADOS	438.733	390.121	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	427.210	380.246	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	97%	97%	n.a.	n.a.
AT	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	87.444	72.623	50	71.810	59.366	50	71.810	59.366	28.661	22.690	82%	82%	82%	82%	33%	31%	40%	38%

Notas:

n. a. - não aplicável

[a] - Decisão C(2012) 2071 de 28-03-2012.

[b] - Dados relativos a candidaturas aprovadas e com parecer favorável e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados, com exceção da Medida 17 cujo montante de compromissos se refere a candidaturas submetidas.

[c] - Dados relativos a candidaturas contratadas (enviadas através de webservice para o IFAP) e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados.

[d] - Nos pagamentos estão excluídos os adiantamentos, os pagamentos em processo de recuperação e os pagamentos relativos a IVA de entidades públicas.

[e] - A base de cálculo da taxa exclui os Compromissos Transitados.

[f] - Valor ajustado à taxa de cofinanciamento de 85%.

Quadro 14: Indicadores de monitorização: 2013 (por subprograma)

Execução financeira (programação, compromissos, contratos e pagamentos)

Dados reportados a 31 dezembro 2013

SUBPROGRAMA		PROGRAMAÇÃO 2007-2013 [a]		COMPROMISSOS ASSUMIDOS [b]			CONTRATOS [c]			PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS [d]		INDICADORES							
		Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER [f]	Nº	Despesa pública	FEADER [f]	Despesa pública	FEADER	Taxa de compromissos 2007-2013 [e]		Taxa de contratação [e]		Taxa de execução 2007-2013		Taxa de realização [e]	
		mil euros			mil euros			mil euros		mil euros		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11=4/1	12=5/2	13=7/1	14=8/2	15=9/1	16=10/2	17=9/7	18=10/8
ProDeR		4.282.019	3.573.777	144.106	891.586	758.425	144.992	860.271	731.807	723.862	616.480	23%	24%	22%	23%	17%	17%	79%	79%
SP 1	PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE	1.790.733	1.452.982	5.982	502.795	428.003	6.616	451.520	384.420	306.155	261.156	28%	29%	25%	26%	17%	18%	68%	68%
SP 2	GESTÃO SUSTENTÁVEL DO ESPAÇO RURAL	1.421.288	1.199.803	136.327	286.529	243.471	136.516	302.786	257.289	266.087	226.097	20%	20%	21%	21%	19%	19%	88%	88%
SP 3	DINAMIZAÇÃO DAS ZONAS RURAIS	470.945	397.606	1.290	83.244	70.784	1.290	83.244	70.784	90.910	77.545	18%	18%	18%	18%	19%	20%	109%	110%
SP 4	PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS	72.877	60.642	499	7.563	6.429	560	7.637	6.492	11.938	10.267	10%	11%	10%	11%	16%	17%	156%	158%
TR	COMPROMISSOS TRANSITADOS	438.733	390.121	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	42.883	36.409	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	10%	9%	n.a.	n.a.
AT	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	87.444	72.623	8	11.455	9.736	10	15.084	12.821	5.890	5.006	13%	13%	17%	18%	7%	7%	39%	39%

Notas:

n. a. - não aplicável

[a] - Decisão C(2012) 2071 de 28-03-2012.

[b] - Dados relativos a candidaturas aprovadas e com parecer favorável e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados, com exceção da Medida 17 cujo montante de compromissos se refere a candidaturas submetidas.

[c] - Dados relativos a candidaturas contratadas (enviadas através de webservice para o IFAP) e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados.

[d] - Nos pagamentos estão excluídos os adiantamentos, os pagamentos em processo de recuperação e os pagamentos relativos a IVA de entidades públicas.

[e] - A base de cálculo da taxa exclui os Compromissos Transitados.

[f] - Valor ajustado à taxa de cofinanciamento de 85%.

Quadro 15: Indicadores de monitorização: 2007-2013 (por Eixo)

Execução financeira (programação, compromissos, contratos e pagamentos)

Dados reportados a 31 dezembro 2013

EIXO		PROGRAMAÇÃO 2007-2013 [a]		COMPROMISSOS ASSUMIDOS [b]			CONTRATOS [c]			PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS [d]		INDICADORES							
		Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER [f]	Nº	Despesa pública	FEADER [f]	Despesa pública	FEADER	Taxa de compromissos 2007-2013 [e]		Taxa de contratação [e]		Taxa de execução 2007-2013		Taxa de realização [e]	
		mil euros			mil euros			mil euros		mil euros		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11=4/1	12=5/2	13=7/1	14=8/2	15=9/1	16=10/2	17=9/7	18=10/8
ProDeR		4.282.019	3.573.777	973.662	4.215.092	3.499.883	952.243	4.168.400	3.460.170	3.272.388	2.715.677	110%	110%	108%	109%	77%	76%	68%	67%
EIXO 1	COMPETITIVIDADE	1.903.087	1.547.189	70.322	2.241.848	1.835.945	49.281	2.217.348	1.815.095	1.336.736	1.066.585	120%	121%	119%	120%	70%	69%	60%	58%
EIXO 2	MELHORIA DO AMBIENTE E DA PAISAGEM	1.814.528	1.551.292	898.289	1.456.528	1.229.415	898.279	1.455.271	1.228.347	1.637.818	1.400.620	103%	103%	103%	103%	90%	90%	113%	85%
EIXO 3	DIVERSIFICAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA	47.584	42.067	35	36.942	32.662	35	36.942	32.662	28.369	25.375	78%	78%	78%	78%	60%	60%	77%	78%
EIXO 4	LEADER	429.376	360.606	4.966	407.964	342.495	4.598	387.029	324.700	240.803	200.408	95%	95%	90%	90%	56%	56%	62%	62%
	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	87.444	72.623	50	71.810	59.366	50	71.810	59.366	28.661	22.690	82%	82%	82%	82%	33%	31%	40%	38%

Notas:

[a] - Decisão C(2012) 2071 de 28-03-2012.

[b] - Dados relativos a candidaturas aprovadas e com parecer favorável e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados, com exceção da Medida 17 cujo montante de compromissos se refere a candidaturas submetidas.

[c] - Dados relativos a candidaturas contratadas (enviadas através de webservice para o IFAP) e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados.

[d] - Nos pagamentos estão excluídos os adiantamentos, os pagamentos em processo de recuperação e os pagamentos relativos a IVA de entidades públicas.

[e] - A base de cálculo da taxa exclui os Compromissos Transitados.

[f] - Valor ajustado à taxa de cofinanciamento de 85%.

Quadro 16: Indicadores de monitorização: 2013 (por Eixo)

Execução financeira (programação, compromissos, contratos e pagamentos)

Dados reportados a 31 dezembro 2013

EIXO		PROGRAMAÇÃO 2007-2013 [a]		COMPROMISSOS ASSUMIDOS [b]			CONTRATOS [c]			PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS [d]		INDICADORES							
		Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER [f]	Nº	Despesa pública	FEADER [f]	Despesa pública	FEADER	Taxa de compromissos 2007-2013 [e]		Taxa de contratação [e]		Taxa de execução 2007-2013		Taxa de realização [e]	
		mil euros			mil euros			mil euros		mil euros		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11=4/1	12=5/2	13=7/1	14=8/2	15=9/1	16=10/2	17=9/7	18=10/8
ProDeR		4.282.019	3.573.777	144.106	891.586	758.425	144.992	860.271	731.807	723.862	616.480	23%	24%	22%	23%	17%	17%	79%	79%
EIXO 1	COMPETITIVIDADE	1.903.087	1.547.189	6.481	510.358	434.433	7.176	459.157	390.912	319.691	272.782	27%	29%	25%	26%	17%	18%	70%	69%
EIXO 2	MELHORIA DO AMBIENTE E DA PAISAGEM	1.814.528	1.551.292	136.327	286.529	243.471	136.516	302.786	257.289	307.707	261.430	20%	20%	21%	22%	17%	17%	102%	88%
EIXO 3	DIVERSIFICAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA	47.584	42.067	0	0	0	0	0	0	4.526	4.081	0%	0%	0%	0%	10%	10%	0%	0%
EIXO 4	LEADER	429.376	360.606	1.290	83.244	70.784	1.290	83.244	70.784	86.048	73.182	19%	20%	19%	20%	20%	20%	103%	103%
	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	87.444	72.623	8	11.455	9.736	10	15.084	12.821	5.890	5.006	13%	13%	17%	18%	7%	7%	39%	39%

Notas:

[a] - Decisão C(2012) 2071 de 28-03-2012.

[b] - Dados relativos a candidaturas aprovadas e com parecer favorável e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados, com exceção da Medida 17 cujo montante de compromissos se refere a candidaturas submetidas.

[c] - Dados relativos a candidaturas contratadas (enviadas através de webservice para o IFAP) e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados.

[d] - Nos pagamentos estão excluídos os adiantamentos, os pagamentos em processo de recuperação e os pagamentos relativos a IVA de entidades públicas.

[e] - A base de cálculo da taxa exclui os Compromissos Transitados.

[f] - Valor ajustado à taxa de cofinanciamento de 85%.

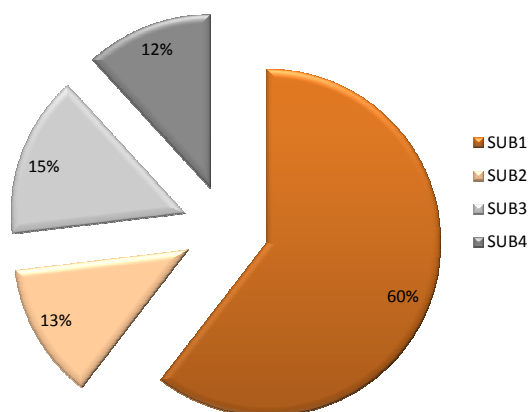
2.1.5 Encerramento de Projetos

Atendendo a que o Programa se aproxima do último ano de execução, com uma carteira de mais de 34 mil projetos aprovados é também de extrema importância garantir e maximizar a plena utilização das verbas que são disponibilizadas em sede de encerramento dos projetos, as quais são de imediato canalizadas para a execução dos projetos aprovados em *overbooking*.

Nesta vertente, a “Operação Limpeza” teve uma importância primordial e permitiu que, no final de 2013, o conjunto de projetos concluídos fosse já superior a 13 mil, com uma libertação de verbas que rondava os 50 milhões de euros. O subprograma 1, com 38% dos seus projetos encerrados, é o subprograma com mais peso (60%) no total dos projetos encerrados. O subprograma 3, o segundo com maior peso no total dos projetos encerrados, já encerrou 43% dos seus projetos.

Em termos de libertação de verbas é o subprograma 1 que apresenta o maior valor, com cerca de 25 milhões de euros libertados, dos quais 55% são provenientes de projetos encerrados na ação 1.1.1 – “Modernização e capacitação de empresas”.

Figura 3: Projetos Encerrados a 31-12-2013 (acumulado)



2.1.6 Indicadores de realização e de resultado

Apresenta-se em seguida o conjunto de indicadores de realização e de resultado que são parte integrante do reporte à Comissão Europeia e que decorrem do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (CMEF). Estes indicadores são calculados com base nos valores pagos entre 2007 e 2013, ou seja com base nos PA em execução, e são apresentados por medidas da Comissão.

À medida que os projetos foram sendo encerrados, foi recolhido um conjunto de informação referente à execução física dos projetos e, em certos casos, aos resultados económicos obtidos. Com base nesta informação, foi possível aferir os indicadores de resultados calculados com base em dados da candidatura, aumentando a robustez dos mesmos, e calcular os indicadores que só eram possíveis de recolher no final da execução.

Quadro 17: Indicadores de realização (medidas da Comissão)

Código da Medida	Descrição da Medida	Indicadores de realização	Efectuado em 2013	Acumulado 2007-2013	Objectivos 2007-2013	Taxa de Execução
111	Formação profissional e ações de divulgação (ações 1.1.1, 1.3.3 e 4.2.1)	Número de participantes em ações de formação	10.976	14.814	14.240	104%
		Número de dias de formação recebidos	50.340	242.823	110.005	221%
112	Instalação de jovens agricultores	Número de jovens agricultores apoiados	2.160	6.971	5.000	139%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	353.108	852.736	140.000	609%
113	Reforma antecipada (1)	Número de beneficiários	NP	NP	NP	NP
		Número de hectares libertados	NP	NP	NP	NP
114	Utilização serviços aconselhamento	Número de agricultores apoiados	509	1.326	7.500	18%
		Número de detentores de áreas forestais apoiadas	NP	NP	NP	NP
115	Criação de serviços de gestão e aconselhamento	Número de serviços recentemente criados	16	285	200	143%
121	Modernização de explorações agrícolas (111c1 s/formação, 112 e 113)	Número de explorações agrícolas apoiadas	4.249	10.009	18.900	53%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	262.790	1.608.974	1.250.000	129%
122	Melhoria do valor económico florestais (131 e 132)	Número de explorações florestais apoiadas	388	1.212	710	171%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	50.361	140.286	160.000	88%
123	Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais (133, 111c2 s/formação e a 12)	Número de empresas apoiadas	130	788	545	145%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	208.265	1.291.466	1.020.000	127%
124	Cooperação para a elaboração de novos produtos, processos e tecnologias	Número de iniciativas de cooperação apoiadas	30	57	150	38%
		Número de operações apoiadas	15	235	161	146%
125	Melhoria e desenvolvimento de Infraestruturas	Volume total do investimento (milhares de euros)	17.134	532.675	470.000	113%
		Superfície de terras agrícolas densificadas objecto de apoio (ha)	3.635	4.923	14.000	35%
126	Restabelecimento do potencial agrícola afectado por catástrofes naturais e medidas de prevenção	Volume total do investimento (milhares de euros)	10.178	38.577	34.000	113%
		Número de beneficiários	0	9.416	30.000	31%
132	Participação dos agricultores em regimes de qualidade dos alimentos	Número de explorações agrícolas apoiadas	0	8.734	14.000	62%
133	Atividades de informação e de promoção	Número de ações apoiadas	0	11	15	73%
Exo 2						
211	Compensação de desvantagens em zonas de montanha	Número de explorações apoiadas	4.688	127.527	75.000	170%
		SAU apoiada (ha)	29.518	759.762	500.000	152%
212	Pagamentos aos agricultores para compensação de desvantagens noutras zonas que não as de montanha	Número de explorações apoiadas	1.289	32.421	15.000	216%
		SAU apoiada (ha)	31.507	560.525	300.000	187%
213	Pagamentos Natura 2000 e relacionados com a Directiva 2000/60/CE	Número de explorações apoiadas	NP	NP	NP	NP
		SAU apoiada (ha)	NP	NP	NP	NP
214	Pagamentos agroambientais	Número de explorações apoiadas	2.338	23.571	50.890	46%
		Superfície total apoiada (ha)	138.948	1.051.668	613.000	172%
		Superfície líquida apoiada (ha)	138.794	1.047.542	603.000	174%
		Número de contratos	2.392	30.776	54.890	56%
215	Pagamentos relacionados com o bem-estar animal	Número de explorações agrícolas apoiadas	NP	NP	NP	NP
		Número de contratos	NP	NP	NP	NP
216	Investimentos não produtivos (setor agrícola)	Número de explorações apoiadas	793	1.391	1.824	76%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	26.839	42.542	16.503	258%
221	Primeira florestação de terras agrícolas	Número de beneficiários	131	251	750	34%
		Número de hectares de terras florestadas	4.132	7.961	25.000	32%
222	Apoio à primeira implantação de sistemas agroflorestais em terras agrícolas	Número de beneficiários	2	3	565	1%
		SAU apoiada (ha)	16	199	15.000	1%
223	Apoio à primeira florestação de terras não agrícolas	Número de beneficiários	64	84	600	14%
		Número de hectares de terras florestadas	1.520	3.347	20.000	17%
224	Pagamentos Natura 2000	Número de explorações florestais apoiadas	NP	NP	NP	NP
		Terras florestais apoiadas (ha)	NP	NP	NP	NP
225	Pagamentos silvo-ambientais	Número de explorações florestais apoiadas	145	312	750	41%
		Superfície florestal total apoiada (ha)	7.929	19.194	14.000	137%
		Superfície florestal líquida apoiada (ha)	7.820	19.085	14.000	136%
		Número de contratos	175	414	1.375	30%
226	Apoio ao restabelecimento do potencial silvícola e à introdução de medidas de prevenção	Número de ações apoiadas	186	485	800	61%
		Número de detentores de áreas forestais apoiadas	461	781	3.250	3.250
227	Investimentos não produtivos (setor florestal)	Volume total do investimento (milhares de euros)	91.795	135.012	86.564	86.564
Exo 3						
311	Diversificação para atividades não agrícolas	Número de beneficiários	NP	NP	NP	NP
		Volume total do investimento (milhares de euros)	NP	NP	NP	NP
312	Criação e desenvolvimento de empresas	Número de microempresas apoiadas	NP	NP	NP	NP
313	Incentivo a atividades turísticas	Número de novas atividades turísticas apoiadas	NP	NP	NP	NP
		Volume total do investimento (milhares de euros)	NP	NP	NP	NP
321	Serviços básicos para a economia e população rurais	Número de ações apoiadas	0	6	20	NP
		Volume total do investimento (milhares de euros)	0	49.753	56.854	NP
322	Renovação e desenvolvimento das aldeias	Número de aldeias em que as ações tiveram lugar	NP	NP	NP	NP
		Volume total do investimento (milhares de euros)	NP	NP	NP	NP
323	Conservação e valorização do património rural	Número de ações apoiadas	0	29	1.000	3%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	0	1.724	110.121	2%
331	Formação e informação aos agentes económicos que exerçam a sua atividade nos domínios abrangidos pelo eixo 3	Número de agentes económicos apoiados	NP	NP	NP	NP
		Número de dias de formação recebidos	NP	NP	NP	NP
341	Aquisição de competências, animação e execução	Número de ações apoiadas	NP	NP	NP	NP
Exo 4						
41	Execução de estratégias locais de desenvolvimento	Número de GAL	0	47	46	102%
		Superfície total das zonas dos GAL (km2)	0	80.473	76.828	105%
		População total das zonas dos GAL	0	3.734.564	NA	NA
		Número de projetos financiados pelos GAL	1.149	3.363	9.900	34%
421	Execução de projetos de cooperação	Número de beneficiários	1	2.066	NP	NP
		Número de projetos de cooperação apoiados	3	44	170	26%
431	Funcionamento do GAL, aquisição de competências e animação do território	Número de GAL participantes na cooperação	46	118	46	257%
		Número de ações apoiadas	0	2.378	3.500	68%

Fonte: Autoridade de Gestão do PRODER

NOTAS:

(1) Medida transitada

NI - Não iniciado; NA - Não disponível; NP - Não aplicável

Quadro 18: Indicadores de resultado (medidas da Comissão)

Eixo 1 - AUMENTO DA COMPETITIVIDADE DOS SECTORES AGRÍCOLA E FLORESTAL

(2007 - 2013)

INDICADOR	Nº de participantes que terminaram com êxito uma actividade de formação relacionada com a agricultura e/ou a silvicultura			Aumento do VAB nas explorações/empresas apoiadas (milhões de €)			Nº de explorações/empresas que introduziram novos produtos e/ou novas técnicas			Valor da produção agrícola com marcas/normas de qualidade reconhecidas (milhões de €)		
	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução
PRODER												
111 - Ações de formação profissional e informação	6.160	11.032	55,8									
112 - Instalação de jovens agricultores				1.699	420	404,4						
113 - Reforma antecipada ⁽¹⁾				NP	NP	NP						
114 - Utilização de serviços de aconselhamento				NA	32	0,0						
115 - Criação de serviços de gestão, de substituição e de aconselhamento				NA	80	0,0						
121 - Modernização das explorações agrícolas				3.902	1.900	205,4	5.408	1.700	318,1			
122 - Melhoria do valor económico da floresta				3	550	0,5	362	250	144,8			
123 - Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais				4.256	3.000	141,9	714	400	178,5			
124 - Coop. p/ elabor. de novos produtos, processos e tecnol. nos sect. agríc., alim. e florestal				NA	130	0,0	59	250	23,6			
125 - Melhoria e desenvolvimento de infraestruturas				3.168	2.000	158,4						
126 - Rest. pot. prod. agr. afec. por catástrofes nat. e intr. de med. prev. adequadas				NA	50	NA						
132 - Participação de agricultores em sistemas de qualidade alimentar										NA	298	0,0
133 - Actividades de informação e de promoção										74	50	147,5

Fonte: Autoridade de Gestão do PRODER

NOTAS:

Os valores de VAB apresentados para as diferentes medidas não são adicionáveis. Por exemplo, o aumento de VAB de um beneficiário da 112 e da 121 está a ser contabilizado na sua totalidade em cada uma das medidas.

(1) Medida transitada

NI - Não iniciado; NA - Não disponível; NP - Não aplicável

Eixo 2 - MELHORIA DO AMBIENTE E DA PAISAGEM RURAL ATRAVÉS DA GESTÃO DO ESPAÇO RURAL

(2007 - 2013)

INDICADOR	Superfície (ha) em que a gestão do respectivo espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para a biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas de elevado valor natural, a qualidade da água, o combate às alterações climáticas, a qualidade dos solos e o combate à marginalização e ao abandono da terra															
	Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas de elevado valor natural			Qualidade da água			Combate às alterações climáticas			Qualidade dos solos			Combate à marginalização e ao abandono da terra			
	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	
PRODER	6.160															
211/212 - Pagamentos para compensação de desvantagens naturais em zonas de montanha/outras zonas com desvantagens	Fora da Rede Natura				971.352	580.000	167,5	971.352	580.000	167,5	971.352	580.000	167,5	971.352	580.000	167,5
	Dentro da Rede Natura	348.934	220.000	158,6	348.934	220.000	158,6	348.934	220.000	158,6	348.934	220.000	158,6	348.934	220.000	158,6
213 - Pagamentos Natura 2000	NP	NP	-	NP	NP	-	NP	NP	-	NP	NP	-	NP	NP	-	
214 - Pagamentos Agro-ambientais	TOTAL sem PBD	1.008.547	560.000	180,1	1.023.909	560.000	182,8	310.579	157.000	197,8	1.034.584	450.000	229,9	123.496	160.000	77,2
	Alteração dos modos de produção agrícola (AMPA)	885.051	400.000	221,3	885.051	400.000	221,3	284.756	110.000	258,9	885.051	360.000	245,8			
	AMPA e Conservação do solo							24.267	40.000	60,7	24.267	40.000	60,7			
	Protecção da biodiversidade doméstica (PBD) (CN)	46.116	40.000	115,3												
	IFI	123.496	160.000	77,2	138.858	160.000	86,8	1.556	7.000	22,2	125.266	50.000	250,5	123.496	160.000	77,2
216 - Apoio a investimentos não produtivos (setor agrícola)	26.936	Não relevante	-	26.936	Não relevante	-	26.936	Não relevante	-	31.540	Não relevante	-	26.936	Não relevante	-	
221 - Primeira florestação de terras agrícolas	7.961	Melhoria	Cumprido	7.961	25.000	31,8	7.961	25.000	31,8	7.961	25.000	31,8	NP	Melhoria	-	
222 - Apoio à primeira implementação de sistemas agroflorestais em terras agrícolas	199	Melhoria	Cumprido	199	15.000	1,3	199	15.000	1,3	199	15.000	1,3	199	Melhoria	Cumprido	
223 - Apoio à primeira florestação de terras não agrícolas	3.347	Melhoria	Cumprido	3.347	20.000	16,7	3.347	20.000	16,7	3.347	20.000	16,7	3.347	Melhoria	Cumprido	
224 - Pagamentos Natura 2000	NP	NP	-	NP	NP	-	NP	NP	-	NP	NP	-	NP	NP	-	
225 - Pagamentos silvoambientais	19.085	Melhoria	Cumprido	19.085	Melhoria	Cumprido	19.085	Melhoria	Cumprido	19.085	Melhoria	Cumprido	19.085	Melhoria	Cumprido	
226 - Apoio ao restabelecimento do potencial silvícola e à introdução de medidas de prevenção	Minimização de riscos	52.306	Melhoria	Cumprido	52.306	75.000	70	52.306	75.000	70	52.306	75.000	70	52.306	Melhoria	Cumprido
	Ordenamento e recuperação dos povoamentos	7.290	Melhoria	Cumprido	7.290	Melhoria	Cumprido	7.290	Melhoria	Cumprido	7.290	Melhoria	Cumprido	7.290	Melhoria	Cumprido
227 - Apoio a investimentos não produtivos (setor florestal)	620	Melhoria	Não cumprido	620	Melhoria	Não cumprido	620	Melhoria	Não cumprido	620	Melhoria	Não cumprido	620	Melhoria	Não cumprido	

Fonte: Autoridade de Gestão do PRODER

NOTAS:

NI - Não iniciado; NA - Não disponível; NP - Não aplicável

EIXOS 3 E 4 - PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA NAS ZONAS RURAIS E DA DIVERSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS
(2007- 2013)

INDICADOR	Aumento do valor acrescentado bruto não agrícola das atividades apoiadas			Número bruto de empregos criados			Número adicional de turistas (nº dormidas)			População das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados			Aumento da implantação da internet nas zonas rurais			Número de participantes que terminaram com sucesso uma atividade de formação		
	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução
PRODER																		
311	Diversificação para atividades não agrícolas	0,05%	0,16%	31,5	235	550	42,7											
312	Criação e desenvolvimento de empresas	0,16%	0,56%	29,3	1.354	3.000	45,1											
313	Incentivo a atividades turísticas	0,08%	0,20%	39,5	524	1.250	41,9	22%	10%	220,1								
321	Serviços básicos para a economia e população rurais										96.018	186.728	51,4	NA	Aumento de 50% sobre a situação inicial	0,0		
323	Conservação e valorização do património rural										856.022	112.037	764,1					
413	Estratégias locais de desenvolvimento - Qualidade de vida/diversificação				2.113	9.500	22,2									NA	1.350	0,0
421	Cooperação transnacional e interterritorial				NA	300	0,0											

Fonte: Autoridade de Gestão do PRODER

NOTAS:

NI - Não iniciado; NA - Não disponível; NP - Não aplicável

2.2 Balanço detalhado por Ação ProDeR

2.2.1 Subprograma 1 – Promoção da competitividade

2.2.1.1 Ação 1.1.1 – Modernização e capacitação das empresas

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea a) i), b) i), iii); Artigo 21º; Artigo 26º e Artigo 28º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 17º e Artigo 19º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.1.1.1; 5.3.1.2.1 e 5.3.1.2.3;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 111, 121, 123;
- Portaria número 289-A/2008, de 11 de abril, com a nova redação/alteração dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria n.º 192/2011 de 12 de maio, pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria n.º 253/2013 de 7 de agosto.

2. Objetivos da Ação

- Promover o processo de modernização e capacitação das empresas do setor agroalimentar através do aumento da eficiência das atividades produtivas, do reforço do desempenho empresarial e da orientação para o mercado;
- Promover o desenvolvimento da competitividade das fileiras, privilegiando as estratégicas, nomeadamente pela introdução da inovação;
- Preservar e melhorar o ambiente, assegurando a compatibilidade dos investimentos com as normas ambientais e de segurança.

A Ação integra duas componentes:

- Componente 1: investimentos nas explorações agrícolas;
- Componente 2: transformação e comercialização de produtos agrícolas.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2013 continuaram a decorrer dois períodos contínuos de candidaturas, um específico para a reestruturação do setor leiteiro e outro, para todos os setores. Em fevereiro de 2013, pelo facto de nessa data o Programa se encontrar numa situação de *overbooking*, foi decidido que continuava a ser possível submeter candidaturas ao ProDeR, ficando a análise e decisão das mesmas dependente de futura libertação de verbas provenientes de projetos desistidos ou não executados integralmente, bem como da efetiva possibilidade de execução dos projetos no tempo de vida do Programa.

No quadro seguinte apresentam-se as candidaturas válidas submetidas, por concurso, até 19 de fevereiro de 2013.

Quadro 19: Ação 1.1.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.:mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	744.422	100.000	0	0	1.346	924.708
Segundo			0	0	1.470	943.921
Terceiro		250.000	0	0	567	371.782
Terceiro - Leite HC			0	0	22	64.546
Quarto - Leite			0	0	47	20.944
Quinto - Olival		126.000	0	0	2	163
Sexto			0	0	1.199	678.971
Sexto - Leite HC			0	0	109	85.718
Sétimo			35	12.208	102	43.614
Oitavo-Leite			3	1.312	10	5.156
Oitavo - em contínuo, 2012			0	0	361	220.471
Oitavo - em contínuo, 2013			393	196.485	393	196.485
Fora concurso - JA			0	0	2.692	421.895
Fora concurso - PIR			0	0	34	387.007
TOTAL		476.000	431	210.004	8.354	4.365.380

Verificou-se a entrada de 35 PA no concurso específico, o sétimo, para o setor do Leite e de 393 PA no oitavo período de candidatura.

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos PA entrados, por componente, no ano.

Quadro 20: Ação 1.1.1 - Distribuição regional dos PA entrados por componente (no ano)

Un.:mil euros

Região	Ano 2013							
	Componente 1		Componentes 1+2		Componente 2		TOTAL	
	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto
Norte	54	11.659	0	0	17	21.974	71	33.633
Centro	44	9.765	0	0	14	14.340	58	24.105
LVT	86	24.592	0	0	7	13.463	93	38.055
Alentejo	177	55.054	0	0	22	51.743	199	106.796
Algarve	9	7.185	0	0	1	231	10	7.416
TOTAL	370	108.254	0	0	61	101.750	431	210.004

Na distribuição do investimento e dos PA entrados em 2013, por região e por componente, verifica-se novamente um equilíbrio, entre as componentes, no que se refere ao investimento proposto. Quanto à distribuição regional verifica-se que a região do Alentejo representa 51% do total do investimento proposto no ano, mantendo-se nas regiões do Norte e do Centro os investimentos na transformação e comercialização dos produtos agrícolas os mais representativos da região.

Em termos acumulados, as regiões LVT, Norte e Centro mantêm um maior peso, em termos de investimento, da componente 2. Nas restantes regiões predominam as candidaturas à componente 1.

Quadro 21: Ação 1.1.1 - Distribuição regional dos PA entrados por componente (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Acumulado								
	Componente 1		Componentes 1+2			Componente 2		TOTAL	
	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto c1	Invest. proposto c2	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto
Norte	2.263	452.189	85	15.188	98.998	456	569.556	2.804	1.135.931
Centro	1.014	217.111	45	105.612	68.307	286	349.310	1.345	740.340
LVT	1.506	424.805	55	35.388	75.840	280	613.451	1.841	1.149.484
Alentejo	1.705	705.213	60	39.311	68.199	228	401.547	1.993	1.214.270
Algarve	340	95.643	5	1.770	1.243	26	26.698	371	125.355
TOTAL	6.828	1.894.961	250	197.269	312.587	1.276	1.960.562	8.354	4.365.380

Analisando a ação 1.1.1 globalmente, em termos de investimento não se verificam alterações face ao constatado nos anos de 2011 e 2012, relativamente ao peso que representam as candidaturas de cada componente. Assim, 43% do investimento (1.894.962 mil euros) diz respeito a investimentos exclusivamente na componente 1 e 45% na componente 2 (1.960.562 mil euros). Relativamente aos PA que integraram as duas componentes registou-se uma diminuição face ao ano de 2012, fruto de desistências.

Os PIR, cujas candidaturas foram suspensas em 2010, mantêm o seu peso com cerca de 0,4% do total de PA e 9% do investimento total proposto.

Quadro 22: Ação 1.1.1 - Distribuição regional dos PA – PIR entrados por componente e setor (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Sector	Acumulado								
		Componente 1		Componente 1+2			Componente 2		TOTAL	
		Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto c1	Invest. proposto c2	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto
Norte	Outras culturas agrícolas	6	56.593				1	33.874	7	90.467
Centro	Leite						1	38.527	1	38.527
	Ovos e aves de capoeira			3	97.605	35.619	2	12.730	5	145.954
LVT	Ovos e aves de capoeira	1	11.822	1	7.004	4.838			2	23.664
	Hortícolas forçagem	2	9.102						2	9.102
Alentejo	Hortofruticultura	2	9.764						2	9.764
	Olival	15	69.530						15	69.530
TOTAL		26	156.810	4	104.609	40.457	4	85.130	34	387.007

Nota: No ano de 2012, havia um PA, do setor Leite, da região Centro, incorretamente classificado como da região LVT

Analisando a distribuição por tipologia dos promotores verifica-se que, em termos de investimento, continuam a destacar-se as formas societárias (78% do total) embora, em termos de número de PA, os produtores individuais sejam mais representativos.

Quadro 23: Ação 1.1.1 - Distribuição dos PA entrados por tipologia do promotor (no ano e acumulado)

Tipologia	2013			2007-2013		
	Nº PA	Investimento		Nº PA	Investimento	
		Mil euros	%		Mil euros	%
Produtor individual	135	22.038	10%	4.181	637.895	15%
Sociedades	281	167.309	80%	3.934	3.418.417	78%
Outras	15	20.657	10%	239	309.068	7%
TOTAL	431	210.004	100%	8.354	4.365.380	100%

Relativamente às “outras” tipologias de promotores, em termos acumulados, 76% desta tipologia são cooperativas.

Quanto à distribuição das candidaturas do ano, por escalão de investimento, reforçou-se a tendência, já registada em anos anteriores, com mais de metade das candidaturas nos escalões de investimento entre 25 mil euros e os 200 mil euros, representando o investimento destas candidaturas 11% do total.

Quadro 24: Ação 1.1.1 - Distribuição dos PA entrados por escalão de investimento (no ano e acumulado)

Tipologia	Ano 2013				Acumulado 2007-2013			
	PA		Investimento		PA		Investimento	
	Nº	%	Mil euros	%	Nº	%	Mil euros	%
< 25 mil euros	0	0,0%	0	0%	150	2%	1.809	0%
≥ 25 mil e < 100 mil euros	115	27%	7.374	4%	2.678	32%	158.570	4%
≥ 100 mil e < 200 mil euros	107	25%	15.638	7%	1.982	24%	279.583	6%
≥ 200 mil e < 500 mil euros	119	28%	37.624	18%	1.843	22%	586.609	13%
≥ 500 mil e < 1.000 mil euros	54	13%	37.610	18%	781	9%	553.417	13%
≥ 1.000 mil e < 2.000 mil euros	20	5%	27.636	13%	494	6%	686.379	16%
≥ 2.000 mil euros	16	4%	84.123	40%	426	5%	2.099.013	48%
TOTAL	431	100%	210.004	100%	8.354	100%	4.365.380	100%

Em termos acumulados mantém-se o já verificado em relatórios anteriores, ou seja mantém-se para os investimentos de maior dimensão, mais de 2 milhões de euros, (5% do total de PA apresentados) cerca de metade do investimento proposto (48%). Aos investimentos de menor dimensão, menos de 100 mil euros (34% do total de PA) correspondeu apenas 4% do investimento total proposto. A dimensão média do investimento dos PA mantém-se próxima dos 500 mil euros.

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2013 foram analisadas e decididas 831 candidaturas (que correspondem a 10% do total de PA analisados). Destas, foram aprovadas 90% (745 PA).

Quadro 25: Ação 1.1.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (no ano)

Concursos	Candidaturas entradas no ano		Candidaturas analisadas no ano		Candidaturas decididas no ano				Candidaturas contratadas no ano		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Segundo	0	0	0	0	0	0	0	0	2	8.199	2.107
Terceiro	0	0	1	267	0	0	1	267	2	674	192
Terceiro-Leite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quarto - Leite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quinto - Olival	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sexto	0	0	0	0	0	0	0	0	10	12.624	3.304
Sexto-Leite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sétimo	35	12.208	90	24.708	12	2.481	78	22.314	82	24.595	10.707
Oitavo-Leite	3	1.312	10	5.156	3	1.081	7	4.075	7	4.075	1.397
Oitavo - em contínuo, 2012	0	0	337	207.376	36	10.026	301	197.350	316	204.184	61.904
Oitavo - em contínuo, 2013	393	196.485	393	196.345	35	22.594	358	173.750	335	147.141	47.555
Fora concurso - JA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fora concurso - PIR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	431	210.004	831	433.851	86	36.182	745	397.756	754	401.491	127.166

Quadro 26: Ação 1.1.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	1.346	924.708	1.346	920.479	1.005	673.467	341	247.013	341	247.013	80.004
Segundo	1.470	943.921	1.470	919.623	468	248.971	1.002	670.652	1.001	669.140	210.721
Terceiro	567	371.782	567	355.602	186	82.588	381	273.015	381	273.015	82.777
Terceiro - Leite	22	64.546	22	64.397	3	53.156	19	11.241	19	11.241	3.910
Quarto - Leite	47	20.944	47	19.809	16	5.032	31	14.777	31	14.777	5.143
Quinto - Olival	2	163	2	164	1	125	1	39	1	39	14
Sexto	1.199	678.971	1.199	676.497	401	228.193	798	448.304	797	447.550	122.181
Sexto - Leite	109	85.718	109	85.664	45	48.181	64	37.483	64	37.483	11.501
Sétimo	102	43.614	101	43.633	12	2.481	89	41.152	88	40.949	16.565
Oitavo-Leite	10	5.156	10	5.156	3	1.081	7	4.075	7	4.075	1.397
Oitavo - em contínuo, 2012	361	220.471	359	217.834	36	10.026	323	207.808	321	207.258	62.810
Oitavo - em contínuo, 2013	393	196.485	393	196.345	35	22.594	358	173.750	335	147.141	47.555
Fora concurso - JA	2.692	421.895	2.692	412.712	1.018	158.505	1.674	254.206	1.673	254.085	99.743
Fora concurso - PIR	34	387.007	34	377.533	3	50.916	31	326.617	31	326.617	92.840
TOTAL	8.354	4.365.380	8.351	4.295.446	3.232	1.585.315	5.119	2.710.131	5.090	2.680.383	837.163

Quanto à contratação, em 2013, verificou-se um aumento de 15% no número de PA contratados e um aumento de cerca de 20%, relativamente ao investimento contratado.

Ao longo de 2013 registou-se a desistência de 176 PA contratados, num total de 34.590 mil euros de despesa pública.

O valor médio do investimento total acumulado e da despesa pública continua a baixar situando-se nos 527 mil euros e nos 164 mil euros, respetivamente.

Quadro 27: Ação 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados por componente (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado							
	Componente 1				Componente 2			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	1.134	245.287	88.566	67.388	246	327.827	90.386	68.580
Centro	701	240.090	75.902	57.609	190	254.410	68.569	52.863
LVT	1.033	303.112	95.573	67.334	174	405.644	112.285	79.369
Alentejo	1.259	475.900	170.040	128.434	181	335.416	104.223	78.333
Algarve	245	72.279	24.140	18.105	20	20.418	7.478	5.608
TOTAL	4.372	1.336.668	454.221	338.871	811	1.343.716	382.942	284.754

Nota: Existem 93 PA com investimentos nas duas componentes

Quanto aos PA contratados, na análise por escalão de investimento, mantém-se a maior concentração de PA contratados, quer em termos anuais quer em termos acumulados, do escalão de investimentos entre os 25 mil euros e os 100 mil euros, com 27% e 33% do total, respetivamente. O peso dos escalões entre 25 mil euros e 500 mil euros mantém-se com 79% dos PA contratados.

Quadro 28: Ação 1.1.1 - Distribuição dos PA contratados por escalão de investimento (no ano e acumulado)

Tipologia	Ano 2013				Acumulado 2007-2013			
	PA		Investimento		PA		Investimento	
	Nº	%	Mil euros	%	Nº	%	Mil euros	%
< 25 mil euros	0	0%	0	0%	47	1%	598	0%
≥ 25 mil e < 100 mil euros	205	27%	13.168	3%	1.664	33%	99.178	4%
≥ 100 mil e < 200 mil euros	184	24%	26.581	7%	1.236	24%	175.548	7%
≥ 200 mil e < 500 mil euros	191	25%	60.143	15%	1.095	22%	349.634	13%
≥ 500 mil e < 1.000 mil euros	78	10%	54.729	14%	476	9%	336.798	13%
≥ 1.000 mil e < 2.000 mil euros	51	7%	69.231	17%	293	6%	403.029	15%
≥ 2.000 mil euros	45	6%	177.639	44%	279	5%	1.315.600	49%
TOTAL	754	100%	401.491	100%	5.090	100%	2.680.383	100%

Em termos acumulados, foram contratados³ 5.090 PA, dos quais 754 no ano de 2013, num total de 837.163 mil euros de despesa pública, representando 623.625 mil euros de participação FEADER. Por força da

³ Entende-se por PA contratados todos os que foram enviados por *web service* para o IFAP.

alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 680.560 mil euros.

Esta taxa sofreu um aumento face ao ano de 2012, data em que a taxa de contratação se encontrava nos 102%.

Destes PA contratados, 95% eram localizados em região de convergência.

c. Execução financeira

No final do ano de 2013, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 514.965 mil euros de despesa pública e 406.691 mil euros de comparticipação FEADER. Deste montante, 21% foi pago no decorrer de 2013 (106.334 mil euros de despesa pública e 90.860 mil euros de comparticipação FEADER).

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 67% (vs 52% em 2012) face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 60% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

Quadro 29: Ação 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (no ano)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	131	17.778	13.765	616	19.762	16.865
Centro	103	15.976	12.632	404	16.525	14.217
LVT	222	42.853	30.894	529	30.359	25.918
Alentejo	276	43.256	32.709	583	36.258	30.944
Algarve	22	7.303	5.477	127	3.430	2.917
TOTAL	754	127.166	95.478	2.259	106.334	90.860

Quadro 30: Ação 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	1.357	178.952	135.968	1.214	104.106	83.214
Centro	875	144.472	110.473	830	92.304	73.457
LVT	1.188	207.859	146.703	1.069	132.771	102.518
Alentejo	1.408	274.263	206.767	1.188	168.502	133.845
Algarve	262	31.618	23.714	240	17.282	13.657
TOTAL	5.090	837.163	623.625	4.540	514.965	406.691

A componente 1 “Investimentos nas explorações agrícolas” continua a representar 55% da execução total da ação.

Quadro 31: Ação 1.1.1 – Distribuição regional dos PA pagos por componente (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pago					
	Componente 1			Componente 2		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	1.019	54.063	43.232	204	50.043	39.982
Centro	655	53.142	42.062	170	39.162	31.394
LVT	906	57.977	44.559	155	74.795	57.960
Alentejo	1.044	106.479	84.481	156	62.023	49.364
Algarve	221	13.265	10.523	19	4.017	3.134
TOTAL	3.845	284.925	224.856	704	230.039	181.834

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Esta ação apresenta investimentos que se enquadram em 3 medidas da Comissão: medida 111 “Formação profissional e ações de informação”; medida 121 “Modernização de explorações agrícolas” e medida 123 “Valor acrescentado dos produtos agrícolas e florestais”.

Análise global da Ação 1.1.1

O predomínio da componente 1, no que se refere ao número de PA enviados para contratação registou uma ligeira diminuição, de 86% em 2012 para 84% do total, em 2013. Relativamente ao investimento e à despesa pública, o peso da componente 1 sobe ligeiramente para 45% do investimento e 50% da despesa pública (vs. 44% e 49% em 2012). Considerando os PA com investimentos na componente 1 (C_1 e C_{1+2}) mantem-se o peso do investimento e da despesa pública, 50% e 54%, respetivamente.

Quadro 32: Ação 1.1.1 - PA contratados das componentes 1 e 2 por tipo de promotor (acumulado)

Promotor		Componente				TOTAL
		1	1+2		2	
			c1	c2		
Nº PA	Jovens	1.673	-	-	-	1.673
	PIR	24	4		3	31
	Outros	2.582	89		715	3.386
	Σ	4.279	93		718	5.090
Investimento (mil euros)	Jovens	254.085	-	-	-	254.085
	PIR	142.159	93.499	44.356	46.603	326.617
	Outros	818.209	28.715	127.681	1.125.075	2.099.681
	Σ	1.214.453	122.214	172.037	1.171.678	2.680.383
Desp. pública (mil euros)	Total	422.475	31.746	43.131	339.811	837.163

Formação (Medida 111 da Comissão)

- Na componente 1 “Investimentos nas explorações agrícolas”, 681 dos PA enviados para contratação (16% do total de 4.372 PA contratados) contemplavam ações de formação envolvendo 7.677 participantes. O número de PA contratados diminuiu em 2013 como resultado do registo de pedidos de alteração e desistências de PA com investimentos na formação.

- Na componente 2 “Transformação e comercialização de produtos agrícolas”, 92 do PA enviados para contratação (11% do total de 811 PA contratados) contemplavam ações de formação, com um número total de participantes de 3.589.
- No total das duas componentes foram apoiados 773 PA com ações de formação (15% do total de 5.090 PA contratados). Tal como nas componentes, também em termos globais, se continua a verificar uma diminuição do peso da formação no total contratado (de 18% em 2012 para 15% em 2013).

Relativamente às metas, e tendo em conta que se esperavam 3.200 PA com formação num total de 8.240 PA (39% de PA com formação), a percentagem dos PA contratados com formação situa-se muito abaixo da meta esperada.

Nos quadros seguintes apresenta-se o investimento proposto em formação nos PA contratados e pagos, em cada uma das componentes, cujo montante total contratado é de cerca de 1.142 mil euros de despesa pública e 836 mil euros de FEADER, representando, assim, cerca de 19% da meta estabelecida.

Quadro 33: Ação 1.1.1 – Ações de formação contratadas das componentes 1 e 2 por atividade (acumulado)

Componente	Número de participantes em ações de formação			Número de participantes (contabilizados uma só vez)	Número de dias de formação recebidos	Despesas públicas contratadas (mil euros)	
	Agricultura	Indústria alimentar	Silvicultura			TOTAL	FEADER
Componente 1	7.677			1.670	9.227	549	410
Componente 2		3.589		1.147	3.406	593	426
TOTAL	7.677	3.589		2.817	12.633	1.142	836

Quadro 34: Ação 1.1.1 – Ações de formação pagas das componentes 1 e 2 por atividade (acumulado)

Componente	Número de participantes em ações de formação			Número de participantes (contabilizados uma só vez)	Número de dias de formação recebidos	Despesas públicas pagas (mil euros)	
	Agricultura	Indústria alimentar	Silvicultura			TOTAL	FEADER
Componente 1	1.320			322	2.959	223	180
Componente 2		1.894		816	1.720	274	221
TOTAL	1.320	1.894		1.138	4.678	496	401

Quadro 35: Ação 1.1.1 - Investimento contratado em formação por componente (no ano e acumulado)

Ano	Un.: mil euros		Acumulado	Un.: mil euros	
	Nº PA	Investimento proposto em formação		Nº PA	Investimento proposto em formação
Componente 1	17	51	Componente 1	681	984
Componente 2	8	156	Componente 2	92	1.140
TOTAL	25	206	TOTAL	773	2.123
			Meta	3.200	7.400
			% da Meta	24%	29%

O conteúdo das ações contratadas mantém-se centrado nos temas: "qualidade do produto" e "novos processos tecnológicos e práticas ou maquinaria inovadora", com um total de 6.097 participantes. A formação contratada equivale a 12.633 dias de formação.

Quadro 36: Ação 1.1.1 – Ações de formação contratadas e pagas por conteúdos (acumulado)

Conteúdo das Ações de Formação	Contratadas		Pagas	
	Nº Participantes	Dias de Formação	Nº Participantes	Dias de Formação
Gestão, Administração e Marketing	1.345	2.010	262	622
Manutenção e melhoria da paisagem e protecção do ambiente	921	604	197	125
Novos padrões	191	244	91	86
Novos processos tecnológicos e práticas ou maquinaria inovadora	2.667	4.458	754	2.058
Outros	2.056	1.926	634	525
Qualidade do produto	3.430	2.860	1.040	1.026
Tecnologias de informação e comunicação (ICT)	656	530	236	237
Total	11.266	12.633	3.214	4.678

No ano de 2013 manteve-se o predomínio do género masculino e com idade inferior a 40 anos nos participantes nas ações de formação.

Quadro 37: Ação 1.1.1 – Ações de formação contratadas e pagas das componentes 1 e 2 por género e idade (acumulado)

Sexo	Contratadas			Pagas		
	Idade		TOTAL	Idade		TOTAL
	<40	>=40		<40	>=40	
Feminino	22%	17%	39%	26%	19%	45%
Masculino	37%	24%	61%	31%	24%	55%
TOTAL	59%	41%	100%	57%	43%	100%

Apoio às explorações agrícolas (Medida 121 da Comissão)

Durante o ano de 2013 foram contratados 626 PA relativos à componente 1 desta ação - “Investimentos nas explorações agrícolas”.

Em termos acumulados, a distribuição regional dos PA contratados sofreu algumas alterações face a 2012: a região do Alentejo aparece agora como a mais representativa, quer em termos de número de PA, quer em termos de investimento. A região LVT reforçou a sua posição aparecendo, no final de 2013, como a segunda mais representativa em termos de investimento.

Quadro 38: Ação 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados da componente 1 (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
Norte	1.134	244.996	88.428	67.285
Centro	701	240.028	75.870	57.585
LVT	1.033	302.750	95.347	67.167
Alentejo	1.259	475.717	169.943	128.362
Algarve	245	72.192	24.084	18.063
TOTAL	4.372	1.335.684	453.672	338.461
Metas	7.800	1.000.000	327.122	261.072
% da meta	56%	134%	139%	130%

O número de PA contratados continuou a registar um crescimento, correspondendo, atualmente, a 56% da meta estabelecida para o número de contratações (7.800 PA) previstas para o período 2007-2013. No que diz respeito ao investimento proposto, mantém-se o já referido em anos anteriores onde já se verificou que os PA contratados ultrapassaram a meta prevista (134%). Em termos de despesa pública e de FEADER, os

valores contratados também ultrapassaram as metas previstas tal como já se verificava anteriormente.

No quadro seguinte apresentam-se os PA contratados, que apresentam uma forte especialização produtiva, sobretudo, nas fileiras estratégicas.

Quadro 39: Ação 1.1.1 – Componente 1 - Número de PA contratados (por atividade do ramo agrícola)

Un.: mil euros

Tipo de actividade do ramo agrícola	Tipo de investimento	Número de PA aprovados			Despesa pública		Volume total de investimento
		Produção biológica	Produção convencional	TOTAL	FEADER	TOTAL	
Grandes culturas	Melhoria fundiária	1	9	10	5.974	8.231	23.183
	Máquinas	17	242	259	12.244	16.651	47.540
	Edifícios	32	52	84	639	852	2.610
	Outros	0	0	0	44	58	220
Hortofruticultura	Melhoria fundiária	2	13	15	12.031	17.237	49.270
	Máquinas	12	264	276	33.163	45.435	133.783
	Edifícios	38	488	526	34.548	47.288	141.497
	Outros	0	1	1	894	1.300	3.738
Vitivinicultura	Melhoria fundiária	0	10	10	6.813	9.252	30.073
	Máquinas	12	288	300	6.734	9.241	27.723
	Edifícios	4	53	57	735	1.058	3.818
	Outros	0	3	3	428	571	2.854
Outras culturas permanentes	Melhoria fundiária	37	122	159	83.516	111.518	297.083
	Máquinas	67	933	1.000	27.354	36.518	96.878
	Edifícios	38	303	341	4.942	6.605	19.434
	Outros	0	2	2	752	1.003	2.849
Produção de leite	Melhoria fundiária	0	0	0	885	1.044	3.740
	Máquinas	2	70	72	14.374	17.380	48.072
	Edifícios	1	158	159	8.383	10.066	28.200
	Outros	0	1	1	131	164	639
Herbívoros (excluindo para produção de leite)	Melhoria fundiária	5	8	13	4.281	5.681	17.288
	Máquinas	42	147	189	7.681	10.091	31.574
	Edifícios	35	146	181	3.324	4.399	13.791
	Outros	0	0	0	790	1.054	4.910
Suínos	Melhoria fundiária	0	0	0	464	619	1.947
	Máquinas	0	11	11	2.977	4.068	12.787
	Edifícios	0	46	46	4.540	6.167	23.190
	Outros	0	2	2	174	274	1.666
Aves de capoeira	Melhoria fundiária	0	0	0	270	360	1.259
	Máquinas	2	13	15	16.271	21.708	70.702
	Edifícios	6	156	162	19.639	26.340	100.604
	Outros	0	0	0	309	412	1.584
Misto (culturas + animais)	Melhoria fundiária	3	6	9	9.105	12.140	36.373
	Máquinas	26	142	168	6.388	8.611	24.897
	Edifícios	20	71	91	621	828	2.570
	Outros	0	0	0	266	354	1.487
Outros	Melhoria fundiária	2	11	13	1.661	2.241	6.145
	Máquinas	16	92	108	3.449	4.606	13.632
	Edifícios	25	62	87	1.404	1.896	5.207
	Outros	0	2	2	263	351	1.048
TOTAL		445	3.927	4.372	338.461	453.672	1.335.684
		Metas	7.800	261.072	327.122	1.000.000	
		% da Meta	56%	130%	139%	134%	

Os ramos agrícolas com mais representação continuam a ser as "outras culturas permanentes" e a "hortofruticultura". O ramo das "aves de capoeira" diminuiu o peso do investimento em 2% (14%) mas manteve o seu peso em termos do número das explorações (4%).

Quanto às rubricas de investimento, a rubrica mais significativa voltou a ser a das "máquinas" com 38% do investimento total, seguida da rubrica "melhoria fundiária" com 34% do investimento total.

Nos modos de produção é de assinalar novamente uma ligeira quebra no peso das explorações que apresentam o investimento em modo de produção biológico (MPB), passando de 11% para 10% em 2013.

A situação é semelhante quando se trata de valores pagos conforme apresentado no quadro seguinte.

Quadro 40: Ação 1.1.1 – Componente 1 - Número de PA pagos (por atividade do ramo agrícola)

Tipo de actividade do ramo agrícola	Tipo de investimento	Número de PA aprovados			Despesa pública		Volume total de investimento
		Produção biológica	Produção convencional	TOTAL	FEADER	TOTAL	
Grandes culturas	Melhoria fundiária	1	8	9	120	155	21.341
	Máquinas	16	181	197	7.737	9.655	31.983
	Edifícios	31	41	72	2.993	3.758	2.064
	Outros	0	0	0	0	0	220
Hortofruticultura	Melhoria fundiária	1	12	13	316	401	40.230
	Máquinas	11	240	251	10.921	14.279	121.812
	Edifícios	33	438	471	42.621	55.370	116.299
	Outros	0	1	1	35	47	3.738
Vitivinicultura	Melhoria fundiária	0	8	8	167	217	27.735
	Máquinas	10	261	271	6.218	7.901	24.956
	Edifícios	3	47	50	3.912	4.914	3.247
	Outros	0	2	2	44	58	2.392
Outras culturas permanentes	Melhoria fundiária	36	113	149	3.490	4.361	274.887
	Máquinas	62	821	883	45.553	57.607	81.955
	Edifícios	38	273	311	30.785	39.171	14.050
	Outros	0	2	2	17	22	2.564
Produção de leite	Melhoria fundiária	0	0	0	0	0	3.544
	Máquinas	1	60	61	2.430	2.866	38.969
	Edifícios	1	115	116	10.188	12.090	21.369
	Outros	0	0	0	0	0	613
Herbívoros (excluindo para produção de leite)	Melhoria fundiária	5	7	12	116	144	15.817
	Máquinas	40	135	175	4.987	6.130	28.130
	Edifícios	33	121	154	4.894	6.035	11.428
	Outros	0	0	0	0	0	4.910
Suínos	Melhoria fundiária	0	0	0	0	0	1.947
	Máquinas	0	11	11	618	796	10.717
	Edifícios	0	42	42	4.965	6.146	23.055
	Outros	0	1	1	5	6	1.060
Aves de capoeira	Melhoria fundiária	0	0	0	0	0	1.259
	Máquinas	2	12	14	885	1.128	68.645
	Edifícios	5	138	143	24.963	31.874	95.367
	Outros	0	0	0	0	0	1.126
Misto (culturas + animais)	Melhoria fundiária	3	5	8	199	241	32.133
	Máquinas	24	119	143	7.494	9.371	19.971
	Edifícios	18	57	75	2.673	3.304	1.798
	Outros	0	0	0	0	0	1.310
Outros	Melhoria fundiária	2	11	13	482	610	5.046
	Máquinas	15	89	104	2.023	2.521	11.189
	Edifícios	22	58	80	2.814	3.514	4.992
	Outros	0	2	2	10	13	1.048
TOTAL		413	3.431	3.844	224.676	284.703	1.174.914
		Metas	7.800	261.072	327.122	1.000.000	
		% da Meta	49%	86%	87%	117%	

No que se refere às orientações técnico-económicas (OTE) das explorações com produção convencional, verifica-se uma situação semelhante à já verificada em anos anteriores com uma concentração em 14 OTE, que

detêm cerca de 73% do número de PA e 79% do investimento proposto, FEADER e despesa pública.

A "olivicultura especializada" continua a ser a atividade agrícola dominante no investimento, com 17% do investimento e 10% das explorações. A atividade agrícola "explorações especializadas na produção de frutos frescos (exceto citrinos, frutos tropicais e frutos de casca rija)" continuou a ter um peso muito significativo, sendo a atividade com maior número de PA, 15%, e a quarta mais importante ao nível do investimento com 9% do investimento total. O setor avícola, no seu conjunto, diminuiu o seu peso, passando a representar 13% (vs. 15% em 2012) do investimento.

Quadro 41: Ação 1.1.1 - Componente 1 - Principais OTE dos PA contratados (modo de produção convencional)

Un.: mil euros

Actividade agrícola	PA (%)	Invest. (%)	Nº PA	FEADER (euros)	Despesa Pública (euros)	Investimento (euros)
Expl. olivícolas especializadas	10%	17%	380	57.734	76.978	208.998
Explorações especializadas em hortícola sob coberto	6%	13%	239	38.544	51.711	157.668
Expl. espec. em aves de carne	4%	10%	148	24.902	33.357	122.311
Expl. espec. frutícolas (com excepção dos citrinos, frutos tropicais e frutos de casca rija)	15%	9%	608	32.001	42.822	113.347
Expl. bovinas especializadas - orientação leite	6%	6%	229	23.447	28.282	79.629
Explorações especializadas vinícolas produtoras de vinhos de qualidade	8%	4%	317	10.263	14.115	46.925
Explorações especializadas em horticultura ao ar livre	5%	4%	193	11.344	15.868	46.170
Explorações especializadas em floricultura e plantas ornamentais sob coberto	3%	4%	129	14.334	20.202	54.698
Expl. espec. de galinhas poedeiras	1%	3%	20	9.847	13.142	43.488
Expl. com diversas culturas e criações mistas	4%	3%	158	9.515	12.793	39.793
Expl. com diversas combinações de culturas permanentes	3%	2%	122	6.655	8.873	23.594
Expl. com diversos herbívoros	3%	2%	123	4.727	6.250	22.133
Expl. espec. em citrinos	2%	2%	97	6.467	8.639	24.559
Expl. Apícolas	2%	0%	98	1.341	1.788	5.465
Outros	27%	21%	1.066	67.565	91.584	270.548
TOTAL	100%	100%	3.927	318.686	426.407	1.259.325

Relativamente à natureza do investimento contratado nas explorações, por setor de atividade e por rubrica de investimento, verificou-se:

- O "olival", continua a ser a atividade com maior importância, à semelhança do que acontece na SAU, representando 20% do investimento total contratado;
- As "explorações especializadas em hortícola sob coberto" voltaram a ter um acréscimo em 2013 face a 2012, de 1 ponto percentual, passando a representar 14% do investimento total;

- As “*frutas*” mantêm a sua posição face a 2012, representando 14% do investimento total contratado;
- O investimento em “*máquinas e equipamentos*” mantém-se o predominante (33%);
- Os investimentos em “*plantações*” representam ainda 17% do investimento total, concentrando-se grande parte no setor “*olival*” e nos “*frutos*” que em conjunto representam 13% do total;
- Os “*bovinos de carne*”, apesar de representarem 22% da SAU detêm apenas 3% do investimento, indicando a natureza extensiva desta atividade nos PA candidatos a esta ação.

Quadro 42: Ação 1.1.1 - Investimento contratado (por atividade agrícola e rubrica de investimento)

Rubrica Actividade agrícola	Captação de água	Compra de terrenos	Cumprimento de novas normas	Edifícios e construçoes	Electrificação	Energias renováveis	Estufas ou estruturas de	Instalações animais	Investimentos ambientais	Máquinas e equipamentos	Melhoramento e melhorias	Plantações	Rede de rega	Outros investimentos	TOTAL por rubrica agrícola
Apicultura	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,5%	0,02%	0,01%	0,0%	0,2%	1%
Bovinos de Carne	0,03%	0,01%	0,01%	0,2%	0,03%	0,03%	0,0%	0,4%	0,0%	1%	0,3%	0,2%	0,0%	0,6%	3%
Bovinos de Leite	0,02%	0,07%	1%	0,2%	0,04%	0,1%	0,0%	1%	0,1%	2%	0,2%	0,0%	0,01%	0,4%	6%
Caprinos	0,0%	0,0%	0,01%	0,01%	0,00%	0,01%	0,0%	0,2%	0,0%	0,2%	0,04%	0,01%	0,01%	0,1%	1%
Cereais Oleaginosas e Proteaginosas	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,10%	0,1%	0,0%	0,0%	3%	0,5%	0,06%	0,4%	0,1%	5%
Culturas Forrageiras	0,1%	0,02%	0,02%	0,10%	0,05%	0,03%	0,0%	0,1%	0,00%	1%	0,2%	0,5%	0,1%	0,1%	3%
Flores	0,03%	0,02%	0,0%	0,2%	0,1%	0,2%	1%	0,0%	0,1%	1%	0,4%	1%	0,2%	0,2%	5%
Frangos (engorda)	0,01%	0,01%	0%	0,2%	0,1%	0,12%	0,0%	2%	0,0%	2%	0,14%	0,0%	0,0%	0,4%	5%
Frutos	0,4%	0,2%	0,01%	0,6%	0,1%	0,05%	0,4%	0,0%	0,05%	4%	1%	5%	2%	1%	14%
Hortícolas ar livre	0,1%	0,17%	0,0%	0,1%	0,1%	0,02%	0,3%	0,0%	0,03%	3%	0,3%	0,02%	0,4%	0,2%	5%
Hortícolas Forcagem	0,04%	0,3%	0,04%	1%	0,10%	0,5%	5%	0,0%	0,1%	3%	1%	0,18%	0,3%	2%	14%
Olival	0,4%	0,7%	0,0%	0,4%	0,3%	0,02%	0,0%	0,0%	0,02%	7%	1%	7%	3%	0%	20%
Outras Culturas	0,02%	0,0%	0,0%	0,1%	0,02%	0,03%	0,03%	0,0%	0,01%	0,6%	0,1%	0,3%	0,1%	0,1%	1%
Outras Permanentes	0,0%	0,00%	0,0%	0,1%	0,0%	0,09%	0,04%	0,0%	0,0%	0,2%	0,1%	0,04%	0,01%	0,03%	1%
Outros Animais	0,0%	0,01%	0,1%	0,1%	0,02%	0%	0,02%	1%	0%	0,5%	0,06%	0,00%	0,00%	0,3%	2%
Ovinos de Carne	0,0%	0,0%	0,0%	0,03%	0,0%	0,0%	0,0%	0,04%	0,0%	0,09%	0,04%	0,03%	0,0%	0,03%	0%
Ovinos de Leite	0,0%	0,0%	0,01%	0,05%	0,0%	0,01%	0,0%	0,1%	0,01%	0,1%	0,01%	0,0%	0,0%	0,03%	0%
Ovos	0,0%	0,0%	0%	0,2%	0,2%	0%	0,0%	2%	0%	2%	0,0%	0,0%	0,0%	1,4%	6%
Suínos	0,01%	0,0%	0,1%	0,1%	0,05%	0,05%	0,0%	1%	0,1%	1%	0,13%	0,03%	0,0%	0,5%	3%
Vinho	0,1%	0,04%	0,1%	0,3%	0,04%	0,02%	0,0%	0,0%	0,03%	2%	0,6%	0,5%	1%	0%	5%
TOTAL por rubrica	1%	1%	1%	2%	4%	1%	2%	7%	8%	33%	5%	17%	7%	9%	100%

Relativamente ao tempo dedicado à agricultura mantém-se a predominância (75%) dos agricultores a tempo inteiro na agricultura, detendo estes 83% do investimento total.

Quadro 43: Ação 1.1.1 – Agricultores singulares - % do rendimento obtido da exploração e tempo dedicado à agricultura

Pedidos de apoio à acção 1.1.1	PA		Investimento proposto	
	Nº	% total	(mil euros)	% total
Tempo parcial, tanto do rendimento como do tempo (< 50% rend. e do tempo)	163	7%	10.289	3%
Tempo parcial, a nível do rendimento (< 50% rend. e >= 50% do tempo)	240	10%	25.275	7%
Tempo parcial, a nível do tempo (>= 50% rend. e < 50% do tempo)	198	8%	21.348	6%
Agricultor a tempo inteiro (>= 50% rend. e do tempo)	1.797	75%	286.451	83%
TOTAL	2.398	100%	343.364	100%

Em termos de composição da SAU das explorações contratadas, continua a verificar-se que a atividade agrícola dominante é o “*olival*” seguida da atividade “*bovinos de carne*”. De realçar as “*culturas forrageiras*” que, mantendo-se em terceiro lugar, reforçaram a sua posição representando 14% do total da SAU apoiada.

Quadro 44: Ação 1.1.1 – Composição da SAU das explorações contratadas (componente 1)

Actividade agrícola	SAU	
	ha	% do total
Olival	72.464	22%
Bovinos de carne	72.173	22%
Vinho	20.589	6%
Cereais oleaginosas e proteaginosas	39.498	12%
Frutos	20.218	6%
Culturas forrageiras	47.084	14%
Hortícolas ar livre	15.953	5%
Bovinos de leite	10.123	3%
Suínos	6.507	2%
Ovinos de carne	8.274	2%
Caprinos	2.853	1%
Apicultura	2.241	1%
Ovinos de leite	2.385	1%
Hortícolas forragem	1.663	1%
Outras culturas	6.292	2%
Outros animais	1.416	0,4%
Flores	1.183	0,4%
Outras permanentes	422	0,1%
Ovos	448	0,1%
Frangos (engorda)	494	0,1%
TOTAL	332.281	100%

Quanto ao tipo de beneficiários contratados e seu escalão etário, continua a dominar a tipologia de “*peçoas singulares*”, com 59% do total e o género masculino (68% do total de “*peçoas singulares*”).

Comparativamente com o que se registava no final de 2012 a tipologia “*peessoas singulares*” recuperou 3 pontos percentuais no seu peso, e o género masculino registou um ligeiro acréscimo de 1 ponto percentual. Em termos de faixa etária, os promotores com menos de 40 anos de idade continuam a diminuir a sua representatividade com menos 4 pontos percentuais do que o verificado no último relatório (65% do total de “*peessoas singulares*”). Esta evolução decorre, como já referido no relatório de 2012, diretamente do facto do apoio ao investimento associado à primeira instalação ter passado a ser atribuído no âmbito da ação 1.1.3.

Quadro 45: Ação 1.1.1 - PA contratados e pagos (por tipo de beneficiário, género e grupo etário)

Tipo de beneficiário	Género	Idade	Número de explorações apoiadas		Meta	% Meta (Contratadas)
			Contratadas	Pagas	Meta	% Meta
Pessoas singulares	Masculino	<40	993	925	5100	32%
		≥ 40	631	544		
	Feminino	<40	569	541	3300	24%
		≥ 40	207	175		
TOTAL			2400	2185		
Pessoas colectivas			1.972	1.659		
TOTAL			4.372	3.844	8400	52%

No que diz respeito à localização do investimento contratado mantém-se a tendência já verificada em anos anteriores de um maior peso nas “*zonas com desvantagens que não as zonas de montanha*” (31% do investimento total). As “*zonas desfavorecidas*” mantêm a sua representatividade com 63% do investimento apoiado.

Quadro 46: Ação 1.1.1 - Número de PA contratados (por zona de intervenção)

Zona de intervenção	Número de pedidos aprovados			Despesa pública		Volume total de investimento
	Produção biológica	Outras produções	TOTAL	FEADER	TOTAL	
<i>SUBTOTAL Zonas desfavorecidas</i>	384	2.561	2.945	224.870	298.936	834.459
Zonas de montanha	192	1.004	1.196	69.386	92.351	254.072
Zonas com desvantagens que não as zonas de montanha	94	1.052	1.146	108.654	144.472	409.530
Zonas mistas	98	505	603	46.829	62.113	170.856
<i>SUBTOTAL Zonas não desfavorecidas</i>	61	1.366	1.427	113.591	154.736	501.225
Zonas Natura 2000	2	55	57	4.788	6.506	21.603
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	6	185	191	15.721	23.406	76.433
Zonas mistas	0	31	31	2.767	4.296	15.765
Outros	53	1.095	1.148	90.316	120.528	387.424
TOTAL	445	3.927	4.372	338.461	453.672	1.335.684

Quadro 47: Ação 1.1.1 - Número de PA pagos (por zona de intervenção)

Zona de intervenção	Número de pedidos aprovados			Despesa pública		Volume total de investimento
	Produção biológica	Outras produções	TOTAL	FEADER	TOTAL	
<i>SUBTOTAL Zonas desfavorecidas</i>	356	2.247	2.603	150.563	189.679	738.127
Zonas de montanha	179	932	1.111	48.401	61.031	236.467
Zonas com desvantagens que não as zonas de montanha	89	876	965	73.384	92.728	362.081
Zonas mistas	88	439	527	28.778	35.920	139.579
<i>SUBTOTAL Zonas não desfavorecidas</i>	57	1184	1241	74112,886	95.025	436.787
Zonas Natura 2000	2	42	44	2.247	2.784	14.347
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	6	159	165	10.694	14.761	62.123
Zonas mistas	0	28	28	2.248	2.761	15.313
Outros	49	955	1.004	58.925	74.719	345.005
TOTAL	413	3.431	3.844	224.676	284.704	1.174.914

Relativamente aos indicadores específicos de realização, realça-se o seguinte:

- Em termos dos investimentos em fatores ambientais e investimentos imateriais continuam a verificar-se resultados abaixo da meta;
- Confirma-se que os resultados da inovação apresentam valores elevados, com 76% dos PA contratados investindo em inovação (definida como sendo a introdução de produtos ou técnicas que a empresa não utilizava anteriormente).

Quadro 48: Ação 1.1.1 – Indicadores específicos de realização da componente 1 (contratados acumulado)

Un.:mil euros

	Nº candidaturas com projectos agrupados	Montante total por tipo de investimento			
		Investimentos em factores ambientais	Bem estar animal	Inovação	Investimento imaterial
	297	35.225	37.657	1.012.659	31.783
% do total da componente	7%	3%	3%	76%	2%
Metas	1.100	≥ 10%	-	≥ 15%	≥ 15%
% da meta	27%	-	-	+++	--

Quadro 49: Ação 1.1.1 – Indicadores específicos de realização da componente 1 (pagos acumulado)

Un.:mil euros

	Nº candidaturas com projectos agrupados	Montante total por tipo de investimento			
		Investimentos em factores ambientais	Bem estar animal	Inovação	Investimento imaterial
	286	31.479	35.891	885.118	28.283
% do total da componente	7%	3%	3%	75%	2%
Metas	1.100	≥ 10%	-	≥ 15%	≥ 15%
% da meta	26%	-	-	+++	--

No que se refere aos indicadores relativos aos resultados esperados sobre os promotores contratados, verifica-se que dos 4.372 PA contratados:

- 51% Pretendem introduzir novos produtos;
- 67% Pretendem introduzir novas técnicas;
- 74% Pretendem introduzir novos produtos ou novas técnicas;
- Em termos do acréscimo de VAB anual, o valor estimado corresponde a 540.611 mil euros. Para se obter um valor comparável com a meta (que corresponde ao VAB gerado durante a vida útil do projeto), foi calculada a vida útil média dos projetos (5,9 anos) e multiplicado este valor pelo VAB anual, para se obter o acréscimo de VAB total (3.164.700 mil euros nos PA contratados), que corresponde a 127% da meta.

Quadro 50: Ação 1.1.1 – Indicadores de resultado da componente 1 (contratados acumulados)

Aumento das UTA	Acréscimo anual de VAB nas explorações apoiadas (mil euros)	Vida útil média dos projetos	Número de explorações		
			Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas
13.250	540.611	5,9	2.209	2.909	3.240
% do total de explorações			51%	67%	74%
Metas	2.500.000		18%	55%	1.700
% da meta	127%		+++	+	191%

Quadro 51: Ação 1.1.1 – Indicadores de resultado da componente 1 (pagos acumulados)

Acréscimo anual de VAB nas explorações apoiadas (mil euros)	Vida útil média dos projetos	Número de explorações		
		Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas
485.075	5,6	1.979	2.558	2.859
% do total de explorações		51%	67%	74%
Metas	2.500.000	18%	55%	1.700
% da meta	108%	-	-	168%

Apoio às empresas de transformação e comercialização (medida 123 da Comissão)

A componente 2 desta ação teve, até ao final de 2013, 811 PA contratados. A distribuição regional dos PA contratados mantém-se semelhante à já verificada em anos anteriores, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 52: Ação 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados da componente 2 (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
Norte	246	327.516	90.240	68.471
Centro	190	254.221	68.490	52.804
LVT	174	405.079	111.956	79.140
Alentejo	181	335.365	104.202	78.317
Algarve	20	20.396	7.461	5.596
TOTAL	811	1.342.576	382.348	284.328
Metas	440	900.000	412.213	337.216
% da meta	184%	149%	93%	84%

Os PA contratados, até ao final de 2013, da componente 2 desta ação (medida 123 da Comissão) ultrapassaram a meta em 84 pontos percentuais. A estes PA estão associados 382.348 mil euros de apoio e 284.328 mil euros de FEADER (93% e 84%, respetivamente, das metas estabelecidas). Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 311.309 mil euros.

Quanto ao investimento proposto este ascendeu a 1.342.576 mil euros, tendo ultrapassado a meta proposta em 49%.

Quadro 53: Ação 1.1.1 – Número de PA contratados da componente 2 por setor de atividade (acumulado)

Sector de actividade	PA contratados		Empresas apoiadas	Despesa pública (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)
	Produção biológica	Produção convencional		TOTAL	FEADER	
Indústria alimentar	n.d.	811	648	382.348	284.328	1.342.576
Misto	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
TOTAL	-	811	648	382.348	284.328	1.342.576
		Meta	440	412.213	337.216	900.000
		% da meta	147%	93%	84%	149%

Analisando os mesmos indicadores relativamente aos valores pagos, constata-se que foram apoiadas 558 empresas que representam 131% e 56%, respetivamente do investimento e do apoio previsto.

Quadro 54: Ação 1.1.1 – Número de PA pagos da componente 2 por setor de atividade (acumulado)

Sector de actividade	PA pagos		Empresas apoiadas	Despesa pública (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)
	Produção biológica	Produção convencional		TOTAL	FEADER	
Indústria alimentar	n.d.	704	558	229.765	181.613	1.182.601
Misto	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
TOTAL	-	704	558	229.765	181.613	1.182.601
		Meta	440	412.213	337.216	900.000
		% da meta	127%	56%	54%	131%

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional e sectorial do investimento contratado.

Quadro 55: Ação 1.1.1 – Repartição regional e sectorial do investimento contratado da componente 2 (acumulado)

Sector	DRAPN	DRAPC	DRAPLVT	DRAPALE	DRAPALG	TOTAL sectorial
Azeite	1%	1%	1%	12%	0,0%	15%
Carne	3%	3%	2%	1%	0,02%	9%
Frutas frescas	2%	1%	5%	0,2%	1%	9%
Frutas transformadas	0,4%	1%	1%	0,3%	0,2%	3%
Leite e produtos lácteos	1,6%	3%	1%	0,4%	0%	6%
Ovos e aves de capoeira	0,2%	4%	2%	0%	0%	6%
Produtos hortícolas frescos	0,1%	1%	3%	1%	0,02%	5%
Produtos hortícolas transformados	3%	1%	5%	2%	0%	11%
Vinho	14%	4%	8%	8%	0,2%	33%
Produtos diversos	0,2%	0,2%	2%	0,5%	0,4%	3%
TOTAL regional (%)	24%	19%	30%	25%	2%	100%
TOTAL regional (invest.)	327.516	254.221	405.079	335.365	20.396	1.342.576
TOTAL regional (apoio)	90.240	68.490	111.956	104.202	7.461	382.348

O investimento contratado mantém-se concentrado na região LVT, com 30% do investimento total e em seguida aparece a região Norte e o Alentejo (representando 24% e 25%, respetivamente, do investimento total). A região do Algarve mantém contratado apenas 2% do investimento.

Analisando a repartição sectorial do investimento, verifica-se:

- O “vinho” continua a ser o principal setor de investimento, na componente 2 com 33% do total (mais 1 ponto percentual do que em 2012);
- O “azeite” diminuiu ligeiramente o seu peso, apesar de se manter como o segundo setor de investimento, representado agora 15% do investimento total;
- Os “produtos hortícolas transformados” continuam a representar o terceiro setor com mais investimento;
- A “carne” diminuiu ligeiramente a sua importância a nível do investimento, com 9% do investimento total, ocupando agora quarto lugar tal como o setor das “frutas frescas” que manteve um peso de 9% no investimento.

Os primeiros 5 setores constituem, atualmente, cerca de 77% do investimento total da componente 2.

A larga maioria dos 811 PA contratados são de empresas PME (79% do total) continuando a ser o setor do “vinho” o mais representativo com 40% (menos 2 pontos percentuais do que em 2012) de PA contratados.

Relativamente às não PME, o setor “vinho” continua a ser o que detém o maior número de PA (16). Os setores “produtos hortícolas transformados” e “Ovos e aves de capoeira” embora com 10 e 6 PA, respetivamente, em termos de investimento, representam 24% e 30% respetivamente. O setor dos “ovos e aves de capoeira” aumentou o seu peso, em termos de investimento, em 16 pontos percentuais face a 2012.

Quadro 56: Ação 1.1.1 – Número de empresas contratadas e pagas da componente 2 (por tipo de empresa)

Tipo de Empresa	Empresas Apoiadas				Investimento			
	Contratadas		Pagas		Contratadas		Pagas	
	Número	% do Total	Número	% do Total	Mil euros	% do Total	Mil euros	% do Total
Micro/pequenas	637	79%	547	78%	715.098	53%	611.840	52%
Médias	128	16%	116	16%	427.924	32%	385.340	33%
Não PME	46	6%	41	6%	199.553	15%	185.421	16%
TOTAL	811	100%	704	100%	1.342.576	100%	1.182.601	100%

Quadro 57: Ação 1.1.1 – Número de empresas contratadas da componente 2 (por tipo de empresa e setor)

Sector	Micro/Pequenas		Médias		Médias/Grandes		TOTAL	
	N.º PA	Inv. proposto (mil euros)	N.º PA	Inv. proposto (mil euros)	N.º PA	Inv. proposto (mil euros)	N.º PA	Inv. proposto (mil euros)
Vinho	281	286.884	37	99.322	16	52.091	334	438.297
Azeite	110	123.653	17	73.069	4	10.403	131	207.125
Produtos hortícolas transformados	10	7.627	13	92.426	10	48.676	33	148.729
Frutas frescas	58	89.597	12	27.633	0	0	70	117.230
Carne	53	57.737	19	52.678	5	13.488	77	123.904
Ovos e aves de capoeira	7	11.755	5	11.491	6	60.707	18	83.953
Produtos hortícolas frescos	22	37.769	10	28.002	2	6.524	34	72.296
Frutas transformadas	17	25.474	3	9.480	0	0	20	34.954
Leite e produtos lácteos	56	48.243	7	26.926	0	0	63	75.168
Diversos vegetais	2	5.327	0	0	0	0	2	5.327
Cereais	7	9.086	3	5.534	3	7.664	13	22.284
Flores e plantas	2	2.864	1	76	0	0	3	2.939
Diversos animais	2	361	0	0	0	0	2	361
Produtos diversos	10	8.722	1	1.288	0	0	11	10.010
TOTAL	637	715.098	128	427.924	46	199.553	811	1.342.576

Relativamente aos indicadores específicos de realização, e à semelhança do que aconteceu na componente 1, verifica-se que o número de candidaturas contratadas com projetos agrupados está próximo da meta, 79% do total, e o valor do investimento em inovação bastante elevado. O investimento em fatores ambientais e imateriais continua abaixo das metas.

Quadro 58: Ação 1.1.1 – Indicadores específicos de realização da componente 2 (contratado acumulado)

Un.:mil euros

	Número de candidaturas com projectos agrupados	Montante total por tipo de investimento		
		Investimentos em factores ambientais	Investimentos em inovação	Investimentos imateriais
	59	48.556	960.901	152.520
% do total da componente	7%	4%	72%	11%
Metas	75	≥ 10%	≥ 15%	≥ 15%
% da meta	79%	-	+++	-

Quadro 59: Ação 1.1.1 – Indicadores específicos de realização da componente 2 (pago acumulado)

Un.:mil euros

	Número de candidaturas com projectos agrupados	Montante total por tipo de investimento		
		Investimentos em factores ambientais	Investimentos em inovação	Investimentos imateriais
	58	44.192	842.489	138.731
% do total da componente	10%	4%	71%	12%
Metas	75	≥ 10%	≥ 15%	≥ 15%
% da meta	77%	-	+++	-

Quanto aos indicadores de resultado, mantém-se o já referido em relatórios anteriores, com os PA já contratados a apresentarem valores, relativamente à introdução de novos produtos e técnicas, bastante superiores às metas. Relativamente ao VAB, o valor anual corresponde a 655.022 mil euros. À semelhança do que foi feito para a componente 1, calculou-se a vida média dos projetos e multiplicou-se pelo VAB anual, para comparar com a taxa de cumprimento da meta (165% em relação aos PA pagos).

Quadro 60: Ação 1.1.1 – Indicadores de resultado da componente 2 (contratados acumulado)

Aumento das UTA	Acréscimo anual de VAB nas empresas apoiadas (mil euros)	Vida útil média dos projetos (anos)	Número de explorações		
			Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas
3.971	655.022	6,95	373	518	567
% do total de explorações			46%	64%	70%
Metas	2.400.000		18%	55%	160
% da meta	190%		++	++	354%

Quadro 61: Ação 1.1.1 – Indicadores de resultado da componente 2 (pagos acumulado)

	Acréscimo anual de VAB nas empresas apoiadas (mil euros)	Vida útil média dos projetos (anos)	Número de explorações		
			Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas
	586.529	6,77	326	452	492
% do total de explorações			58%	81%	88%
Metas	2.400.000		18%	55%	160
% da meta	165%		++	+	308%

2.2.1.2 Ação 1.1.2 – Investimentos de pequena dimensão

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) i) e Artigo 26º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 17º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.1.2.1;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 121;
- Portaria n.º 482/2009, de 6 de maio, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

A ação tem como objetivos a melhoria das condições de vida, de trabalho e de produção e contribuir para o processo de modernização e capacitação das empresas do setor.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

À semelhança de outras ações, no ano de 2012, foi aberto um período contínuo de candidaturas que se prolongou para 2013. Em fevereiro de 2013, pelo facto de nessa data o Programa se encontrar numa situação de *overbooking*, foi decidido que continuava a ser possível submeter candidaturas ao ProDeR, ficando a análise e decisão das mesmas dependente de futura libertação de verbas provenientes de projetos desistidos ou não executados integralmente, bem como da efetiva possibilidade de execução dos projetos no tempo de vida do Programa.

O número de PA apresentado nos anos anteriores continuou a diminuir (de 5.800 candidaturas válidas para 5.619) devido a desistências de candidaturas.

Em 2013, até fevereiro, foram apresentadas 730 novas candidaturas válidas que representam 16.377 mil euros de investimento.

Quadro 62: Ação 1.1.2 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Investimento total	Nº PA	Investimento total
Primeiro	48.252	15.000	0	0	616	12.389
Segundo		22.000	0	0	1.969	41.842
Terceiro, em contínuo 2012			0	0	3.034	69.369
Terceiro, em contínuo 2013			730	16.377	730	16.377
TOTAL		37.000	730	16.377	6.349	139.977

A distribuição regional dos PA entrados continua a revelar tratar-se de uma medida mais adaptada às características da região Norte, que concentra o número de PA e o investimento, com 45% e 44% do total, respetivamente.

Quadro 63: Ação 1.1.2 – Distribuição regional dos PA entrados

Região	PA		Investimento proposto	
	Número	%	(mil euros)	%
Norte	2.832	45%	61.399	44%
Centro	1.565	25%	34.781	25%
LVT	608	10%	13.280	9%
Alentejo	1.158	18%	26.362	19%
Algarve	186	3%	4.155	3%
TOTAL	6.349	100%	139.977	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2013, foram analisadas e decididas, 1.679 candidaturas entradas em 2012 e 728 (99,9%) candidaturas entradas em 2013. Do total das candidaturas analisadas, 86% tiveram um parecer favorável e foram aprovadas.

Quadro 64: Ação 1.1.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (no ano)

Un.:mil euros

Concursos	Candidaturas entradas no ano		Candidaturas analisadas no ano		Candidaturas Decididas no ano				Candidaturas contratadas no ano			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Segundo	0	0	0	0	0	0	0	0	3	54	13	10
Terceiro, em contínuo 2012	0	0	1.679	37.866	261	5.936	1.418	31.931	1.787	40.694	17.595	13.157
Terceiro, em contínuo 2013	730	16.377	728	16.318	88	1.915	640	14.404	622	14.034	5.848	4.342
TOTAL	730	16.377	2.407	54.185	349	7.850	2.058	46.334	2.412	54.783	23.456	17.509

Quadro 65: Ação 1.1.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	616	12.389	616	12.249	162	3.216	454	9.033	454	9.033	3.748	2.801
Segundo	1.969	41.842	1.969	41.703	621	13.530	1.348	28.173	1.348	28.173	12.911	9.648
Terceiro, em contínuo 2012	3.034	69.369	3.032	69.310	299	6.798	2.733	62.512	2.702	61.904	26.976	20.130
Terceiro, em contínuo 2013	730	16.377	728	16.318	88	1.915	640	14.404	622	14.034	5.848	4.342
TOTAL	6.349	139.977	6.345	139.580	1.170	25.458	5.175	114.122	5.126	113.145	49.482	36.922

Em termos acumulados, encontram-se contratados 5.126 PA, dos quais 2.412 PA no ano de 2013, num total de 113.145 mil euros de investimento e 49.482 mil euros de despesa pública, correspondendo a 36.922 mil euros de participação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento o valor FEADER deve ser ajustado para 41.321 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 103%, ou seja aumentou 49 pontos percentuais face a 2012.

Destes PA contratados, 98% encontram-se em região de convergência.

Tal como noutras ações, registaram-se, em 2013, desistências num total de 107 PA contratados. Estes PA representavam 946 mil euros de despesa pública.

Analisando a distribuição regional, dos PA contratados, mantem-se a região Norte como a mais representativa, com 39% do total dos PA contratados, seguida da região Centro com 26%.

Quadro 66: Ação 1.1.2 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	1.988	42.774	18.788	14.091
Centro	1351	30.175	13.254	9.941
LVT	553	12.031	4.721	3.351
Alentejo	1080	24.735	11.298	8.474
Algarve	154	3.429	1.421	1.066
TOTAL	5.126	113.145	49.482	36.922

Quanto ao tipo de promotores dos PA contratados, mantém-se a tendência já verificada anteriormente com a tipologia “*produtor individual*” a representar 74% do investimento contratado, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 67: Ação 1.1.2 - PA contratados (por tipologia de promotor)

Tipologia	Número de PA	Investimento	
		(mil euros)	%
Produtor individual	3.857	83.428	74%
Sociedade	1.206	28.242	25%
Outras	63	1.475	1%
TOTAL	5.126	113.145	100%

Confirma-se, também, que a maioria dos promotores singulares é: 74% do género masculino; 70% com mais de 40 anos. Em termos de faixa etária, o género feminino tem uma estrutura mais jovem do que o género masculino (36% vs. 28%). Comparando com a ação 1.1.1 componente 1, verifica-se que as pessoas singulares têm um peso substancialmente maior (74% vs. 55% na ação 1.1.1 componente 1), o género masculino maior peso (74% - 68%) e os promotores são bastante mais idosos (70% ≥40 contra 35% na 1.1.1).

Quadro 68: Ação 1.1.2 - PA contratados e pagos (por tipo de beneficiário, género e grupo etário)

Tipo de beneficiário	Género	Idade	Número de explorações apoiadas		Meta	% Meta
			Contratadas	Pagas		
Pessoas singulares	Masculino	<40	797	586	5.950	48%
		≥ 40	2.045	1.558		
	Feminino	<40	363	266	3.950	26%
		≥ 40	652	477		
TOTAL			3.857	2.887		
Pessoas colectivas			1.269	967		
TOTAL			5.126	3.854	9.900	52%

Relativamente ao investimento contratado por região e por tipologia mantém-se o já referido em relatórios anteriores: os “equipamentos e máquinas agrícolas” têm o maior peso, em todas as regiões, no investimento contratado para esta ação, sendo a tipologia “construções e equipamentos para melhoria ambiental e eficiência energética” a que tem menor representatividade.

Quadro 69: Ação 1.1.2 - Distribuição regional e por tipologia do investimento dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	1a Construções e equipamentos para melhoria ambiental e eficiência		1b Equipamentos e máquinas agrícolas		1c Pequenas construções		1d Pequenas plantações plurianuais		Não elegível		TOTAL
	Invest. contratado	% do total regional	Invest. contratado	% do total regional	Invest. contratado	% do total regional	Invest. contratado	% do total regional	Invest. contratado	% do total regional	
Norte	1.390	3%	28.274	66%	4.235	10%	4.829	11%	4.046	9%	42.774
Centro	354	1%	21.565	71%	3.382	11%	1.987	7%	2.888	10%	30.175
LVT	238	2%	8.305	69%	978	8%	1.166	10%	1.345	11%	12.031
Alentejo	216	1%	16.894	68%	2.330	9%	2.554	10%	2.740	11%	24.735
Algarve	12	0%	1.697	49%	579	17%	574	17%	568	17%	3.429
TOTAL	2.210	2%	76.735	68%	11.505	10%	11.109	10%	11.586	10%	113.145

Analisando os PA contratados da ação 1.1.2, por escalão de investimento, o maior peso verifica-se no escalão de mais de 20 mil euros de investimento, quer em termos de número de PA quer em termos de investimento.

Quadro 70: Ação 1.1.2 - Distribuição dos PA contratados por escalões de investimento (acumulado)

Un.: mil euros

Tipologia	PA contratados			
	Nº PA	%	Invest. total	%
≥ 5 mil e < 10 mil euros	405	8%	3.069	3%
≥ 10 mil e < 15 mil euros	432	8%	5.377	5%
≥ 15 mil e < 20 mil euros	515	10%	9.095	8%
≥ 20 mil euros	3.774	74%	95.604	84%
TOTAL	5.126	100%	113.145	100%

Quanto à estrutura de investimentos, os “equipamentos e máquinas agrícolas” nesta ação mantêm a liderança com 68% do investimento total contratado.

Quadro 71: Ação 1.1.2 - Comparação das estruturas de investimentos das Ações 1.1.2 e 1.1.1, componente 1

Concursos	Ação 1.1.2	Ação 1.1.1 Componente 1
Equipamentos e Máquinas Agrícolas	68%	44%
Construções	10%	21%
Plantações	10%	15%
Melhoramento Ambiental e Eficiência Energética	2%	5%
Outros	10%	15%
TOTAL	100%	100%

Tal como em anos anteriores analisando a SAU por atividade agrícola, os PA contratados concentraram-se, essencialmente, nos “bovinos de carne” (55% da área total).

Comparando esta ação, em termos de SAU, com a ação 1.1.1 - componente 1 mais uma vez se verifica uma diferença significativa na sua estrutura, mantendo a atividade “olival”, na ação 1.1.1 - componente 1, uma importância muito maior do que nesta ação, representando 22% da área total (mais 17 pontos percentuais que na ação 1.1.2). Os “bovinos de carne” apresentam, como já se viu, um peso muito menor, constituindo 22% da área total (menos 33 pontos percentuais que na ação 1.1.2).

Quadro 72: Ação 1.1.2 - Distribuição da área dos PA contratados por setor de atividade (acumulado)

Un.:ha

Actividade Agrícola	Superfície Agrícola Util			
	Acção 1.1.2		Acção 1.1.1 Componente 1	
	Área	%	Área	%
Olival	11.625	5%	72.464	22%
Vinho	17.676	8%	20.589	6%
Frutos	6.873	3%	20.218	6%
Hortícolas ar livre	2.685	1%	15.953	5%
Hortícolas forragem	183	0,1%	1.663	1%
Cereais oleaginosas e proteaginosas	24.263	11%	39.498	12%
Culturas forrageiras	4.993	2%	47.084	14%
Flores	90	0,04%	1.183	0,4%
Outras Permanentes	24	0,5%	422	0,1%
Outras culturas	1.319	1%	6.292	2%
Bovinos de carne	119.651	55%	72.173	22%
Bovinos de leite	4.536	2%	10.123	3%
Ovinos de carne	12.153	6%	8.274	2%
Ovinos de leite	6.546	3%	2.385	1%
Caprinos	1.776	1%	2.853	1%
Suínos	1.103	1%	6.507	2%
Frangos (engorda)	114	0,1%	494	0,1%
Ovos	0	0%	448	0,1%
Apicultura	424	0,2%	2.241	1%
Outros animais	805	0,4%	1.416	0,4%
Outros	158	0,1%	90	0,03%
TOTAL	216.996	100%	332.281	100%

c. Execução financeira

No final de 2013, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 32.168 mil euros de despesa pública e 26.605 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução (rácio entre o fundo pago e o programado) de 66% face ao programado e de 72% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado). Face a 2012 a taxa de execução desta ação aumentou 38 pontos percentuais

A distribuição regional dos PA pagos acumulados, manteve-se face ao ano de 2012, com a região Norte a ser a mais representativa com 31% do total dos pagamentos seguida do Centro com 30%, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 73: Ação 1.1.2 - Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Total contratados			Total pago		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	1.988	18.788	14.091	1.256	9.903	8.248
Centro	1.351	13.254	9.941	1.124	9.800	8.028
LVT	553	4.721	3.351	476	3.387	2.818
Alentejo	1.080	11.298	8.474	882	8.224	6.798
Algarve	154	1.421	1.066	117	855	712
TOTAL	5.126	49.482	36.922	3.854	32.168	26.605
Meta	9.800	48.252	40.275	9.800	48.252	40.275
% da meta	52%	103%	92%	39%	67%	66%

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Em termos do cumprimento das metas dos indicadores de realização, verifica-se que as explorações contratadas representam 52% do número de PA (vs 28% em 2012) e 103% da despesa apoiada (vs 55% em 2012), conforme quadro anterior.

Quanto à localização do investimento, tal como em anos anteriores, verifica-se que a maioria dos PA contratados e pagos encontra-se em regiões desfavorecidas (84%) com particular ênfase para as "zonas de montanha" que representam 46% e 42% do investimento total, respetivamente dos PA contratados e dos PA pagos.

Quadro 74: Ação 1.1.2 - Número de PA contratados (por zona de intervenção)

Un.:mil euros

Zona de intervenção	Número de pedidos aprovados			Despesa pública		Volume total de investimento
	Produção biológica	Outras produções	TOTAL	FEADER	TOTAL	
SUBTOTAL Zonas desfavorecidas	337	3.966	4.303	31.959	42.670	94.920
Zonas de montanha	168	2.223	2.391	17.263	23.017	51.519
Zonas com desvantagens que não as zonas de montanha	70	937	1.007	7.781	10.412	22.774
Zonas mistas	99	806	905	6.915	9.241	20.627
SUBTOTAL Zonas não desfavorecidas	14	809	823	4.963	6.813	18.225
Zonas Natura 2000	2	29	31	184	258	694
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	0	87	87	504	699	1.872
Zonas mistas	0	12	12	62	98	252
Outros	12	681	693	4.213	5.758	15.407
TOTAL	351	4.775	5.126	36.922	49.482	113.145

Quadro 75: Ação 1.1.2 - Número de PA pagos (por zona de intervenção)

Un.: mil euros

Zona de intervenção	Número de pedidos pagos			Despesa pública		Volume total de investimento
	Produção biológica	Outras produções	TOTAL	FEADER	TOTAL	
<i>SUBTOTAL Zonas desfavorecidas</i>	244	2939	3183	22.749	27.531	69.423
Zonas de montanha	120	1.566	1.686	11.626	14.065	35.765
Zonas com desvantagens que não as zonas de montanha	57	771	828	6.151	7.444	18.526
Zonas mistas	67	602	669	4.972	6.022	15.132
<i>SUBTOTAL Zonas não desfavorecidas</i>	9	662	671	3.856	4.638	14.773
Zonas Natura 2000	2	24	26	161	193	585
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	0	73	73	432	529	1.584
Zonas mistas	0	10	10	53	63	210
Outros	7	555	562	3.209	3.853	12.395
TOTAL	253	3601	3854	26.605	32.168	84.196

As empresas contratadas apresentam, em 2013, uma taxa superior à esperada, no que diz respeito à “*introdução de novos produtos*” (23% das explorações contra um valor da meta de 18%) ao contrário da taxa das empresas com “*introdução de novas técnicas*” que continua inferior à meta (51% das explorações contra um valor da meta de 55%).

Quadro 76: Ação 1.1.2 – Indicadores de resultado (acumulado)

		Número de explorações contratadas		Número de explorações pagas	
		Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas
Sexo	Masculino	660	1.375	460	1.014
	Feminino	248	522	160	393
Pessoas colectivas		291	698	222	525
TOTAL		1.199	2.595	842	1.932
% do total de PA		23%	51%	22%	50%
Meta		18%	55%	18%	55%
% da meta		-	--	-	--

2.2.1.3 Ação 1.1.3 – Instalação de jovens agricultores

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea a) ii) e artigo 22º (1) do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 13º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro e Anexo II ponto 5.3.1.1.2;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 112;
- Portaria n.º 357-A/2008, de 9 de maio, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto, com a Portaria n.º 184/2011 de 5 de maio e com a Portaria n.º 253/2013 de 7 de agosto;

2. Objetivos da Ação

- Fomentar a renovação e o rejuvenescimento das empresas agrícolas;
- Promover o processo de instalação dos jovens agricultores;
- Incentivar a continuidade dos jovens agricultores na atividade;
- Assegurar uma adequada formação e qualificação profissional;
- Promover o processo de desenvolvimento e adaptação das explorações dos jovens agricultores, assegurando o acompanhamento necessário.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2013 manteve-se aberto o período contínuo que já vinha desde 1 de junho de 2011, tendo sido individualizadas, por questões operacionais, as candidaturas relacionadas com a reestruturação do setor leiteiro.

Foram rececionadas 937 candidaturas consideradas válidas, até 19 de fevereiro de 2013 data em que, pelo facto de o Programa se encontrar

numa situação de *overbooking*, foi decidido que continuava a ser possível submeter candidaturas ao ProDeR, ficando a análise e decisão das mesmas dependente de futura libertação de verbas provenientes de projetos desistidos ou não executados integralmente, bem como da efetiva possibilidade de execução dos projetos no tempo de vida do Programa.

Tal como noutras ações o número de candidaturas válidas de concursos de anos anteriores diminuiu por força de desistências entretanto verificadas.

Quadro 77: Ação 1.1.3 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Ano	Avisos	Nº PA entrados válidos
2008	1º	375
	2º	437
	3º	336
2009	4º	451
	5º	513
	6º	588
	7º	276
2010	8º	1.744
2011	9º	235
	10º	1.172
	10º-Leite	30
2012	11º, em contínuo	2.891
	11º-Leite	82
2013	11º, em contínuo	917
	11º-Leite	20
TOTAL		10.067

Em 2013, o ritmo de apresentação de candidaturas manteve-se alto, o que traduz o interesse nesta ação após as alterações legislativas efetuadas.

A distribuição regional destas candidaturas é idêntica à verificada nos anos anteriores, como se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro 78: Ação 1.1.3 - Distribuição regional dos PA entrados (no ano e acumulado)

Região	Número de PA entrados válidos			
	Ano 2013		2007-13	
	Nº	%	Nº	%
Norte	439	47%	5.237	52%
Centro	255	27%	2.025	20%
LVT	123	13%	1.235	12%
Alentejo	85	9%	1.039	10%
Algarve	35	4%	531	5%
TOTAL	937	100%	10.067	100%

Analisando a distribuição dos PA entrados no ano, por tipologia de promotor, verifica-se que a mesma segue a tendência já verificada em relatórios anteriores, ou seja, o predomínio dos “produtores individuais” embora menos acentuado que em 2012 (77% vs 79% em 2012). Na distribuição acumulada, por tipologia e por região, continua a verificar-se que a região do Alentejo se destaca pela importância das “sociedades por quotas” (31%) contrastando com a região Norte, onde esta tipologia representa apenas 11% do total da região.

Quadro 79: Ação 1.1.3 - Distribuição regional dos PA entrados por tipologia do promotor (no ano e acumulado)

Região	Produtor individual				Sociedade por quotas			
	2013		Acumulado		2013		Acumulado	
	Nº PA	% do valor regional	Nº PA	% do valor regional	Nº	% do valor regional	Nº	% do valor regional
Norte	354	49%	4.649	55%	85	40%	588	36%
Centro	195	27%	1.588	19%	60	28%	437	26%
LVT	97	13%	992	12%	26	12%	243	15%
Alentejo	49	7%	721	9%	36	17%	318	19%
Algarve	31	4%	461	5%	4	2%	70	4%
TOTAL	726	100%	8.411	100%	211	100%	1.656	100%

Quando analisamos o impacto da alteração efetuada nesta ação, Portaria n.º 184/2011 de 5 de maio, verifica-se que o investimento médio das candidaturas apresentadas é significativamente superior ao verificado até então.

Quadro 80: Ação 1.1.3 - Distribuição regional dos PA entrados (por avisos e acumulado)

Un.: mil euros

Região	PA entrados válidos					
	Acumulado		10º e 11º Aviso		Investimento médio	Investimento médio 10º e 11º Aviso
	Nº	Investimento [1]	Nº	Investimento		
Norte	5.237	516.114	2.310	309.786	99	134
Centro	2.025	301.533	1.355	205.436	149	152
LVT	1.235	191.862	631	112.216	155	178
Alentejo	1.039	146.258	511	85.608	141	168
Algarve	531	72.916	305	46.989	137	154
TOTAL	10.067	1.228.683	5.112	760.035	122	149

[1] - Inclui investimentos previstos no Plano Empresarial

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2013 foram analisadas e decididas 2.450 candidaturas, num total acumulado de 10.059 candidaturas. Registou-se o envio para contratação de 2.208 candidaturas, dum total de 7.330 PA contratados.

As candidaturas objeto de contratação no decorrer do presente ano envolveram uma despesa pública de 217.042 mil euros conforme quadro seguinte.

Quadro 81: Ação 1.1.3 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (no ano)

Un.: mil euros

Períodos de candidatura	Candidaturas entradas no ano		Candidaturas analisadas no ano		Candidaturas decididas no ano				Candidaturas contratadas no ano		
	Nº PA	Prémio/Investimento	Nº PA	Prémio/Investimento	Parecer desfavorável		Parecer favorável		Nº PA	Prémio/Investimento	
					Nº PA	Prémio/Investimento	Nº PA	Prémio/Investimento		Despesa pública	FEADER
1º	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2º	0	0	1	0	0	0	1	0	1	40	30
3º	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4º	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5º	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6º	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7º	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8º	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9º	0	0	1	121	0	0	1	121	0	0	0
10º	0	0	3	325	1	39	2	286	14	1.527	1.122
11º	937	146.026	2.445	355.724	386	50.629	2.059	304.937	2.193	215.475	160.810
TOTAL	937	146.026	2.450	356.170	387	50.669	2.063	305.344	2.208	217.042	161.962

Em termos acumulados, foram contratados 7.330 PA que correspondem a um total de 540.279 mil euros de despesa pública, com 399.543 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 449.027 mil euros.

Quadro 82: Ação 1.1.3 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Períodos de candidatura	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Prémio/Investimento	Nº PA	Prémio/Investimento	Parecer desfavorável		Parecer favorável		Nº PA	Prémio/Investimento	
					Nº PA	Prémio/Investimento	Nº PA	Prémio/Investimento		Despesa pública	FEADER
1º	375	59.603	375	59.603	241	41.569	134	17.926	134	5.360	3.990
2º	437	47.937	437	47.937	208	24.904	229	23.033	229	9.160	6.800
3º	336	48.956	336	48.956	105	14.297	231	34.659	231	9.240	6.900
4º	451	43.595	451	43.595	176	15.878	275	27.717	275	11.000	8.190
5º	513	50.726	513	50.726	183	18.233	330	32.493	330	13.200	9.840
6º	588	50.093	588	50.093	248	19.949	340	30.144	340	13.600	10.130
7º	276	27.690	276	27.690	76	4.951	200	22.740	200	8.000	5.970
8º	1.744	125.961	1.744	125.961	431	33.433	1.313	91.851	1.313	52.520	39.110
9º	235	14.087	235	14.087	81	4.229	154	9.858	153	6.120	4.580
10º	1.202	184.564	1.202	184.564	251	35.281	951	148.364	950	97.535	70.548
11º, em contínuo 2012	2.973	429.445	2.968	429.032	432	54.355	2.536	373.498	2.487	244.295	181.002
11º, em contínuo 2013	937	146.026	934	145.531	156	24.216	778	121.252	688	70.249	52.484
TOTAL	10.067	1.228.683	10.059	1.227.775	2.588	291.295	7.471	933.536	7.330	540.279	399.543

Em termos de distribuição regional, continua a predominância, embora com tendência para diminuir, da região Norte (47% do total das candidaturas contratadas), mantendo-se também a região Centro como a segunda região (com 22% do total das candidaturas contratadas). Estas duas regiões totalizam cerca de 70% de todas as contratações desta ação.

Quadro 83: Ação 1.1.3 – Distribuição regional dos PA contratados (no ano e acumulado)

Un.: mil euros

Região	2013				Acumulado 2007-2013			
	Nº PA	%	Despesa pública	FEADER	Nº PA	%	Despesa pública	FEADER
Norte	950	43%	88.198	66.202	3.419	47%	225.215	168.020
Centro	638	29%	61.349	46.171	1.627	22%	134.882	100.675
LVT	263	12%	28.118	19.966	969	13%	79.367	55.762
Alentejo	235	11%	27.482	20.702	888	12%	67.989	50.661
Algarve	122	6%	11.895	8.921	427	6%	32.825	24.425
TOTAL	2.208	100%	217.042	161.962	7.330	100%	540.279	399.543

Quanto aos PA contratados, por escalão de investimento, verifica-se que uma parte significativa, cerca de 40% do total dos Jovens Agricultores, investe, sobretudo no escalão inferior a 100 mil euros. Em termos da repartição do investimento pelos diferentes escalões, verifica-se que este se concentra, sobretudo, entre os 100 e os 500 mil euros, com mais de 60% do total.

Comparando com a ação 1.1.1, verifica-se que os Jovens Agricultores, tendencialmente, têm níveis de investimento mais baixos, sobretudo nos escalões entre 100 e 500 mil euros, enquanto na ação 1.1.1, o investimento concentra-se nos escalões superiores a 500 mil euros.

Quadro 84: Ação 1.1.3 – Distribuição dos PA contratados por escalão de investimento (ano e acumulado)

Tipologia	Ano 2013				Acumulado 2007-2013			
	PA		Investimento		PA		Investimento	
	Nº	%	Mil euros	%	Nº	%	Mil euros	%
< 100 mil euros	963	44%	75.053	23%	4.156	57%	197.937	22%
≥ 100 mil e < 200 mil euros	843	38%	111.926	34%	2.011	27%	272.218	30%
≥ 200 mil e < 500 mil euros	358	16%	113.431	35%	983	13%	308.553	34%
≥ 500 mil euros	44	2%	27.204	8%	180	2%	133.089	15%
TOTAL	2.208	100%	327.614	100%	7.330	100%	911.797	100%

Ao analisar as candidaturas contratadas dos PA entrados após a alteração efetuada nesta ação (10º e 11º aviso) verifica-se que o predomínio da região Norte é menor e que a região Centro aparece com 29% do total das contratações.

Tal como já referido anteriormente, verifica-se que o investimento médio contratado, após as alterações efetuadas em 2011 nesta ação, é superior ao até aí registado.

Quadro 85: Ação 1.1.3 – Distribuição regional dos PA contratados (10º e 11º aviso e acumulado)

Região	10º e 11º aviso					Acumulado 2007-2013				
	Nº PA	%	Investi-mento	Despesa pública	FEADER	Nº PA	%	Investi-mento	Despesa pública	FEADER
	Un.:mil euros									
Norte	1.644	40%	221.977	154.215	114.860	3.419	47%	330.017	225.215	168.020
Centro	1.178	29%	177.953	116.922	87.205	1.627	22%	243.654	134.882	100.675
LVT	574	14%	102.624	63.567	44.462	969	13%	156.118	79.367	55.762
Alentejo	464	11%	77.696	51.029	37.941	888	12%	124.047	67.989	50.661
Algarve	265	6%	41.248	26.345	19.565	427	6%	57.960	32.825	24.425
TOTAL	4.125	100%	621.497	412.079	304.033	7.330	100%	911.797	540.279	399.543
	Investimento médio		151 mil euros		Investimento médio		124 mil euros			

c. Execução financeira

No final do ano de 2013, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 297.681 mil euros de despesa pública e 242.819 mil euros de comparticipação FEADER. Deste montante, 43% foram pagos no ano de 2013 (127.935 mil euros de despesa pública e 108.863 mil euros de comparticipação FEADER). Verifica-se, assim, que 6.971 jovens agricultores (JA) já receberam o seu primeiro pedido de pagamento do prémio.

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 95% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 60% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

A distribuição regional dos pagamentos efetuados segue o padrão anterior de predomínio da região Norte, com 40% do total da despesa pública paga, seguida da região Centro, com 25% do total.

Quadro 86: Ação 1.1.3 – Distribuição regional dos PA pagos (no ano e acumulado)

Un.:mil euros

Região	Ano			Acumulado		
	Nº PA	Despesa pública	FEADER	Nº PA	Despesa pública	FEADER
Norte	1.250	42.501	36.184	3.187	120.070	96.695
Centro	910	39.800	33.880	1.579	74.798	62.191
LVT	465	20.096	17.087	945	45.707	37.222
Alentejo	404	17.095	14.535	841	39.351	32.139
Algarve	178	8.443	7.177	419	17.756	14.571
TOTAL	3.207	127.935	108.863	6.971	297.681	242.819

A execução acumulada em regiões de convergência foi de 98%.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Quanto aos indicadores de execução financeira e de realização, verifica-se que se ultrapassou a meta para o número de PA contratados, tal como já tinha sido referido em 2012, em 47% e a despesa pública programada em 73%.

Na orientação produtiva dos PA contratados mantém-se a tendência já registada, nos jovens agricultores, de uma orientação da sua instalação para as fileiras estratégicas.

A atividade agrícola dominante, quer em termos de número de PA quer em investimento continua a ser a atividade de “*explorações especializadas em frutícolas (exceto citrinos, frutos tropicais e frutos de casca rija)*”. A atividade “*Explorações especializadas vinícolas produtoras de vinhos de qualidade*” continuam em segundo lugar, em termos de número de PA contratados, com 9% do total dos PA contratados mas, em termos de investimento, a atividade agrícola que aparece em segundo lugar é a das “*Explorações especializadas em hortícolas de coberto*”, com 9% do total de investimento. Em 2013 aparecem pela primeira vez as atividades “*explorações especializadas na cultura dos cogumelos*” e “*explorações frutícolas especializadas em frutos tropicais*”, com 4% e 3%, respetivamente, do total do investimento apoiado.

Quadro 87: Ação 1.1.3 - Principais OTE dos PA contratados

Un.: mil euros

Tipo de actividade do ramo agrícola	PA contratados		Despesas públicas		Volume total de investimento	
	Nº	%	FEADER	TOTAL	(mil euros)	%
Expl. Apícolas	491	7%	21.643	29.080	41.657	5%
Expl. bovinas especializadas - orientação leite	230	3%	19.321	24.238	51.267	6%
Expl. com diversas combinações de culturas permanentes	244	3%	9.950	13.341	15.996	2%
Expl. com diversos herbívoros	210	3%	7.278	9.717	18.329	2%
Expl. espec. em aves de carne	225	3%	22.344	30.246	62.969	7%
Expl. espec. frutícolas (com exceção dos citrinos, frutos tropicais e frutos de casca rija)	1.705	23%	95.143	128.909	200.300	22%
Expl. frutícolas especializadas em frutos tropicais	153	2%	10.951	14.854	30.971	3%
Expl. olivícolas especializadas	242	3%	11.591	15.597	26.050	3%
Explorações especializadas vinícolas produtoras de vinhos de qualidade	678	9%	22.505	30.297	17.121	2%
Explorações especializadas na cultura dos cogumelos	321	4%	17.367	23.842	33.282	4%
Explorações especializadas em floricultura e plantas ornamentais sob coberto	156	2%	8.443	11.758	33.316	4%
Explorações especializadas em hortícola sob coberto	386	5%	28.596	39.370	86.578	9%
Explorações especializadas em horticultura ao ar livre	288	4%	12.774	17.764	33.970	4%
Outras	2.001	27%	111.639	151.266	259.993	29%
TOTAL	7.330	100%	399.543	540.279	911.797	100%
Metas	5.000		255.600	312.912	290.000	
% da Meta	147%		156%	173%	314%	

Analisando a orientação produtiva dos jovens que concorreram aos apoios no 10º e 11º concurso, mantem-se o predomínio da atividade “explorações especializadas em *frutícolas (exceto citrinos, frutos tropicais e frutos de casca rija)* ” que apresenta um peso de 29% no total das explorações contratadas e 25% do investimento contratado, justificando, assim, o crescimento em termos globais desta atividade que representava 27% do total dos PA contratados até final de 2012.

Quadro 88: Ação 1.1.3 - Principais OTE dos PA contratados com candidaturas ao 10º e 11º concurso

Tipo de actividade do ramo agrícola	PA contratados		Despesas públicas		Volume total de investimento	
	Nº	%	FEADER	TOTAL	(mil euros)	%
Expl. bovinas especializadas - orientação leite	183	4%	17.911	22.358	36.163	6%
Expl. bovinas - leite, criação e carne combinadas	87	2%	6.447	8.449	13.002	2%
Expl. com ovinos e bovinos combinados	179	4%	12.108	16.196	24.022	4%
Expl. espec. em aves de carne	137	3%	19.704	26.726	43.404	7%
Expl. espec. de galinhas poedeiras	32	1%	5.093	6.887	12.852	2%
Expl. Apícolas	347	8%	17.323	23.320	32.146	5%
Expl. com diversas culturas e criações mistas	128	3%	9.103	12.369	18.330	3%
Expl. espec. frutícolas (com excepção dos citrinos, frutos tropicais e frutos de casca rija)	1.216	29%	80.573	109.349	157.840	25%
Explorações especializadas vinícolas produtoras de vinhos de qualidade	80	2%	4.615	6.377	9.981	2%
Expl. frutícolas especializadas em frutos tropicais	106	3%	9.541	12.974	21.181	3%
Expl. olivícolas especializadas	83	2%	6.851	9.237	13.289	2%
Explorações com combinação de diversas culturas arvenses	114	3%	8.764	12.273	18.319	3%
Explorações especializadas em floricultura e plantas ornamentais sob coberto	61	1%	5.613	7.958	11.955	2%
Explorações especializadas na cultura dos cogumelos	280	7%	16.147	22.202	30.273	5%
Explorações especializadas em hortícola sob coberto	253	6%	24.656	34.050	58.478	9%
Explorações especializadas em horticultura ao ar livre	130	3%	8.214	11.444	16.450	3%
Outras	709	17%	51.372	69.911	103.813	17%
TOTAL	4.125	100%	304.033	412.079	621.497	100%

Quanto à superfície agrícola útil (SAU) verifica-se que como setor de atividade predominante se mantém o dos “*bovinos de carne*”, com 36% da área total contratada, seguido das atividades “*Frutos*” e “*olival*”, com 12% e 10% respetivamente, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 89: Ação 1.1.3 – Distribuição da área dos PA contratados por setor de atividade (acumulado)

Classificação por sector	SAU (ha)	
Bovinos de Carne	56.662	36%
Frutos	18.342	12%
Olival	15.170	10%
Cereais Oleaginosas e Proteaginosas	12.499	8%
Vinho	8.785	6%
Culturas Forrageiras	7.889	5%
Caprinos	5.381	3%
Hortícolas ar livre	4.011	3%
Ovinos de Carne	7.706	5%
Ovinos de Leite	4.625	3%
Apicultura	4.205	3%
Suínos	3.293	2%
Bovinos de Leite	2.094	1%
Hortícolas Forçagem	1.100	1%
Flores	552	0,4%
Frangos (engorda)	544	0,3%
Outras Permanentes	420	0,3%
Ovos	77	0,0%
Outros Animais	1.189	1%
Outras Culturas	1.905	1%
TOTAL	156.448	100%

Em termos de tipologia de promotores verifica-se que a tipologia “*Pessoa singular*” continua como a predominante, embora tenha vindo a diminuir o seu peso após as alterações efetuadas nesta ação, conforme se pode constatar no quadro seguinte.

Quadro 90: Ação 1.1.3 – PA contratados por tipologia do promotor (10º e 11º avisos e acumulado)

Un.: mil euros

Tipologia de Promotor	Acumulado		PA do 10º e 11º avisos					Proporção dos 10º e 11º avisos
	Número	%	Número	%	Investimento	Despesa Pública	FEADER	%
Pessoa colectiva	1.320	18%	900	22%	212.336	127.504	94.635	68%
Pessoa singular	6.010	82%	3.225	78%	409.162	284.575	209.398	54%
TOTAL	7.330	100%	4.125	100%	621.497	412.079	304.033	56%

Analisando a ação, segundo o tempo dedicado à exploração, constata-se que os PA em que o promotor é da tipologia “*pessoa singular*” são maioritariamente agricultores a tempo inteiro, quer se trate de PA que se candidataram até ao 9º aviso (85%), quer se trate de PA que se candidataram ao 10º e 11º aviso (79%).

Quadro 91: Ação 1.1.3 – Tempo dedicado por promotores à exploração (da tipologia pessoa singular com candidaturas à Ação 1.1.1 até ao 9º Aviso)

Tipologia segundo tempo dedicado à exploração e proporção do rendimento proveniente desta	PA		Investimento proposto (mil euros)	
	Nº	% total	Total	Inv. médio
Tempo inteiro (>= 50% do tempo)	1.201	85%	155.969	130
Tempo parcial (< 50% do tempo)	220	15%	19.498	89
TOTAL	1.421	100%	175.466	123

Quadro 92: Ação 1.1.3 – Tempo dedicado por promotores da tipologia pessoa singular à exploração (10º e 11º Período de candidaturas)

Tipologia segundo tempo dedicado à exploração e proporção do rendimento proveniente desta	PA		Investimento proposto (mil euros)	
	Nº	% total	(mil euros)	Inv. médio
Tempo inteiro (>= 50% do tempo)	2.543	79%	341.425	134
Tempo parcial (< 50% do tempo)	682	21%	67.737	99
TOTAL	3.225	100%	409.162	127

Quadro 93: Ação 1.1.3 – Tempo dedicado por promotores da tipologia pessoa singular à exploração (acumulado)

Tipologia segundo tempo dedicado à exploração e proporção do rendimento proveniente desta	PA		Investimento proposto (mil euros)	
	Nº	% total	(mil euros)	Inv. médio
Tempo inteiro (>= 50% do tempo)	3.744	81%	497.394	133
Tempo parcial (< 50% do tempo)	902	19%	87.234	97
TOTAL	4.646	100%	584.628	126

A ação 1.1.3 contribui para duas medidas da Comissão: medida 112 “Instalação de Jovens Agricultores” e medida 121 “Modernização de explorações agrícolas”.

Analisando os indicadores financeiros para as candidaturas contratadas, nestas duas medidas, verifica-se:

- O número de pedidos apoiados, quer numa medida quer noutra, encontram-se já acima da meta (147% e 317%, respetivamente);
- O indicador financeiro da despesa pública atingiu 294% na medida 121 COM.
- Relativamente ao volume total de investimento ultrapassou-se a meta estabelecida para o programa, com 314% na medida 112 COM

e 414% na medida 121 COM, o que traduz um investimento médio superior ao esperado.

Quadro 94: Ação 1.1.3 – Indicadores de execução financeira (contratados)

Un.:mil euros

	Medida 112 COM				Medida 121 COM			
	Nº PA	Investimento (mil euros)	Despesa Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)	Nº PA	Investimento (mil euros)	Despesa Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
	7.330	911.797	244.556	178.010	4.125	621.497	295.723	221.534
Meta	5.000	290.000	212.449	170.207	1.300	150.000	100.462	85.393
% da meta	147%	314%	115%	105%	317%	414%	294%	259%

Quadro 95: Ação 1.1.3 – Indicadores de execução financeira (pagos)

Un.:mil euros

	Medida 112 COM				Medida 121 COM			
	Nº PA	Investimento (mil euros)	Despesa Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)	Nº PA	Investimento (mil euros)	Despesa Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
	6.971	852.736	215.757	173.053	2.311	349.863	81.924	69.765
Meta	5.000	290.000	212.449	170.207	1.300	150.000	100.462	85.393
% da meta	139%	294%	102%	102%	178%	233%	82%	82%

Relativamente aos indicadores de realização verifica-se que a atividade mais apoiada continua a ser a de “culturas permanentes” com 33% e 31% respetivamente da despesa pública e do investimento apoiado.

Quadro 96: Ação 1.1.3 – Indicadores de realização (Contratados)

Un.:mil euros

Tipo de actividade do ramo agrícola	Número de PA apoiados	Despesa pública		Volume total de investimento
		FEADER	TOTAL	
Grandes Culturas	294	18.888	26.042	43.425
Hortofruticultura	1.299	75.197	103.677	207.224
Olivicultura	242	11.591	15.597	26.050
Vitivinicultura	716	24.129	32.498	19.928
Culturas permanentes	2.499	134.581	182.157	284.139
Herbívoros (excluindo para produção de leite)	561	24.546	32.793	56.635
Suínos	83	5.357	7.270	14.309
Aves de capoeira	269	28.173	38.114	84.865
Produção de leite	321	25.888	32.847	64.598
Misto (culturas+animais)	756	35.920	48.417	72.587
Outros	290	15.274	20.867	38.038
TOTAL	7.330	399.543	540.279	911.797

A distribuição por género dos JA contratados (dados acumulados) mantém-se face a 2012, em termos de cumprimento das metas.

O investimento realizado pelos jovens agricultores mantém-se significativamente superior ao esperado, em média cerca de 124 mil euros por PA, estando já ultrapassada a meta esperada.

Quadro 97: Ação 1.1.3 – Divisão em função do género dos jovens agricultores contratados (no ano)

Jovens agricultores contratados			Meta	
Género	Nº	%	Nº	%
Masculino	1.315	60%	3.000	44%
Feminino	893	40%	2.000	45%
TOTAL	2.208	100%	5.000	44%

Quadro 98: Ação 1.1.3 – Divisão em função do género dos jovens agricultores contratados e pagos (acumulado)

Género	Jovens agricultores contratados		Jovens agricultores pagos		Meta	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Masculino	4.390	60%	4.177	60%	3.000	139%
Feminino	2.940	40%	2.794	40%	2.000	140%
TOTAL	7.330	100%	6.971	100%	5.000	139%
Investimento pago (mil euros)			852.736	290.000	294%	

Nota: Para contabilização do género consideram-se tanto os promotores individuais como as sociedades. No caso das sociedades e para efeitos do indicador, considerou-se do género feminino quando pelo menos 50% dos membros (ou do capital) eram do sexo feminino.

Relativamente ao acréscimo de VAB, verifica-se que o VAB do 5º ano do projeto de instalação continua a aumentar. Para o cálculo do VAB voltou a utilizar-se a metodologia já usada em anos anteriores. O VAB contratado para os 5 anos do plano empresarial (1.814.193 mil euros) corresponde a 393% da meta.

Quadro 99: Ação 1.1.3 – Acréscimo de VAB (acumulado)

Contratados		Pagos	
Aumento das UTA	Acréscimo de VAB nas explorações apoiadas (mil euros)	Aumento das UTA	Acréscimo de VAB nas explorações apoiadas (mil euros)
12.613	1.814.193	11.952	1.698.671
Meta	462.000		462.000
% da meta	393%		368%

2.2.1.4 Medida 1.2 – Redimensionamento e cooperação empresarial

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b), iii); Artigo 28º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 19º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II, ponto 5.3.1.2.3;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 123;
- Portaria n.º 1238/2008, de 30 de outubro, com a nova redação/alteração dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria n.º 208/2011 de 24 de maio e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Medida

Incentivar o redimensionamento e a cooperação entre empresas agrícolas ou agroalimentares, através de, respetivamente, processos de concentração e fusão empresarial e desenvolvimento de áreas de intervenção comuns, utilizando o potencial de alavancagem da inovação e da orientação para o mercado.

3. Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2013, tal como no ano anterior, não foram abertos concursos para esta medida. Em termos de candidaturas entradas válidas, a situação apresentada no relatório de execução de 2012 mantém-se.

Quadro 100: Medida 1.2 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.:mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	6.887	15.000	5	22.475
Segundo		20.000	-	-
TOTAL		35.000	5	22.475

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2013 não foram analisadas ou decididas candidaturas. A situação no final do ano era a que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 101: Medida 1.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	5	22.475	5	22.475	3	10.980	2	10.128	2	10.128	3.820	2.865
TOTAL	5	22.475	5	22.475	3	10.980	2	10.128	2	10.128	3.820	2.865

Em termos acumulados, encontram-se contratados 2 PA, ambos relativos a adegas cooperativas e com o objetivo de melhorar a comercialização, num total de 3,8 milhões de euros de despesa pública. Face aos valores contratados registados no relatório de 2012 verificou-se uma diminuição de valores fruto de pedidos de alteração dos beneficiários.

A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) é de 54%.

c. Execução financeira

A execução desta medida, no final de 2013, era a mesma já registada em 2012, no montante de 3.374 mil euros de despesa pública e 2.632 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 47% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 92% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos PA contratados e pagos.

Quadro 102: Medida 1.2 - Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Alentejo	2	10.128	3.820	2.865	2	3.374	2.632
Algarve	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	2	10.128	3.820	2.865	2	3.374	2.632

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Durante o ano de 2013, como já se referiu, não foram contratados mais PA.

O número de empresas apoiadas representa 40% da meta. A estes PA estão associados 3.820 mil euros de apoio contratado e 2.865 mil euros de FEADER (cerca de 51% das metas estabelecidas). O investimento contratado, de 10.128 mil euros, representou 51% da meta proposta.

Quadro 103: Medida 1.2 - PA contratados e pagos (por setor de atividade)

Un.:mil euros

Sector de actividade	Número			Volume total de invest.	Despesas públicas Contratadas		Despesas públicas Pagas	
	Produção biológica	Produção convencional	Empresas apoiadas		TOTAL	FEADER	TOTAL	FEADER
Indústria alimentar	n.d.	2	2	10.128	3.820	2.865	3.374	2.632
	Metas	5	20.000	6.887	5.617	6.887	5.617	
	% da meta	40%	51%	55%	51%	49%	47%	

Quanto à dimensão das empresas, ambos os PA se enquadram na categoria das micro/pequenas e médias empresas, conforme quadro que se apresenta de seguida.

Quadro 104: Medida 1.2 – PA contratados (por tipo de empresa e setor)

Tipo de empresa	Empresas apoiadas		Investimento	
	Número	% do total	Mil euros	% do total
Micro/pequenas	0	0%	0	0%
Médias	2	100%	10.128	100%
Médias/Grandes	0	0%	0	0%
TOTAL	2	100%	10.128	100%

Relativamente ao número de iniciativas de cooperação, encontra-se apoiada apenas uma iniciativa (33% da meta), de duas adegas cooperativas - Borba e Vidigueira, Cuba e Alvito, com vista à cooperação estratégica para comercialização comum dos seus produtos.

Quadro 105: Medida 1.2 - Iniciativas de cooperação contratadas

	Aquisição de dimensão	Cooperação estratégica
	0	1
Nº de iniciativas de cooperação apoiadas	0	1
Metas	0	3
% da meta	0%	33%

No quadro seguinte apresentam-se os indicadores de resultado. Das empresas contratadas, 67% do total, pretendem introduzir novos produtos ou novas técnicas.

Já no que se refere ao acréscimo do VAB, os resultados são claramente inferiores ao programado, quer quando consideramos os valores contratados quer quando consideramos os pagos. Para poder estimar, mais corretamente, a contribuição dos projetos para as metas calculou-se a vida útil média dos projetos e multiplicou-se pelo VAB anual (4.594 mil euros).

Quadro 106: Medida 1.2 - Indicadores de resultado (contratados)

	Acréscimo de VAB anual nas explorações apoiadas (contratadas) (mil euros)	Vida útil média dos projetos (anos)	Número de explorações		
			Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas
	4.594	7,5	2	1	2
% do total de explorações			100%	50%	100%
Metas	10.000		-	-	3
% da meta	324%		-	-	67%

Quadro 107: Medida 1.2 - Indicadores de resultado (pagos)

	Acréscimo de VAB anual nas explorações apoiadas (pagas) (mil euros)	Vida útil média dos projetos (anos)	Número de explorações		
			Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas
	4.594	7,5	2	1	2
% do total de explorações			100%	50%	100%
Metas	10.000		-	-	3
% da meta	345%		-	-	67%

Quanto ao aumento do valor exportado verificou-se que, comparativamente com o número de PA apoiados, o seu valor foi significativo (57% da meta).

Quadro 108: Medida 1.2 - Indicadores específicos de resultado (Contratados)

Tipo de empresa	Nº pedidos apoiados	Volume total de invest. (mil euros)	Aumento do valor de produção exportado (mil euros)
Desenvolvimento	2	10.128	11.459
Transformação / comercialização	0	0	0
TOTAL	2	10.128	11.459
Metas	5	20.000	20.000
% da meta	40%	51%	57%

Quadro 109: Medida 1.2 - Indicadores específicos de resultado (pagos)

Tipo de empresa	Nº pedidos apoiados	Volume total de invest. (mil euros)	Aumento do valor de produção exportado (mil euros)
Desenvolvimento	2	10.128	11.459
Transformação / comercialização	0	0	0
TOTAL	2	10.128	11.459
Metas	5	20.000	20.000
% da meta	40%	51%	57%

2.2.1.5 Ação 1.3.1 – Melhoria produtiva dos povoamentos

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) ii) e Artigo 27º do Reg. (CEE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 18º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.1.2.2;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 122;
- Portaria n.º 828/2008, de 8 de agosto, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria n.º 253/2013 de 7 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

Assegurar e melhorar a função económica dos povoamentos, no quadro da gestão sustentável.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Em 2011 esta ação passou a estar aberta a candidaturas em contínuo, quer para a modernização de viveiros florestais, quer para os restantes setores. Em fevereiro de 2013, pelo facto de nessa data o Programa se encontrar numa situação de *overbooking*, foi decidido que continuava a ser possível submeter candidaturas ao ProDeR, ficando a análise e decisão das mesmas dependente de futura libertação de verbas provenientes de projetos desistidos ou não executados integralmente, bem como da efetiva possibilidade de execução dos projetos no tempo de vida do Programa.

Nas candidaturas de anos anteriores registou-se uma diminuição, face a 31 de dezembro de 2012, fruto de desistências e rescisões entretanto ocorridas.

Quadro 110: Ação 1.3.1 - Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas		
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	
Primeiro	63.697	16.000	0	0	292	35.874	
Segundo		20.000	0	0	377	45.232	
Contínuo 2011 - Geral				0	0	203	25.417
Contínuo 2012 - Geral				0	0	398	44.663
Contínuo 2013 - Geral				106	12.409	106	12.409
Contínuo 2011 - Viveiros				0	0	3	4.585
Contínuo 2012 - Viveiros				0	0	1	536
Contínuo 2013 - Viveiros				1	365	1	365
TOTAL			36.000	107	12.775	1.381	169.083

Até fevereiro de 2013, foram consideradas válidas 107 candidaturas entradas cuja distribuição regional se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 111: Ação 1.3.1 - Distribuição regional dos PA entrados (ano)

Região	PA		Investimento proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Norte	2	2%	64	0,5%
Centro	21	20%	4.639	36%
LVT	12	11%	1.182	9%
Alentejo	59	55%	5.625	44%
Algarve	13	12%	1.265	10%
TOTAL	107	100%	12.775	100%

Relativamente a estas candidaturas, verifica-se que seguem a tendência já constatada nos anos anteriores, quer em termos do número de PA quer de volume de investimento. Mantém-se uma forte concentração no Alentejo seguida da região Centro que este ano passou a representar 20% das candidaturas entradas em 2013 (vs 15% em 2012).

Quadro 112: Ação 1.3.1 - Distribuição regional dos PA entrados (acumulado)

Região	PA		Investimento proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Norte	81	6%	4.764	3%
Centro	255	18%	22.894	14%
LVT	264	19%	40.131	24%
Alentejo	705	51%	94.919	56%
Algarve	76	6%	6.374	4%
TOTAL	1.381	100%	169.083	100%

Nas candidaturas efetuadas em 2013, mantém-se como tipologia de beneficiário dominante, a de “*produtor florestal*” com 99% do total.

Quadro 113: Ação 1.3.1 - Distribuição dos beneficiários dos PA entrados por tipologia (ano)

Beneficiários	PA		Investimento proposto	
	Nº	% do total	Mil euros	%
Produtor florestal	106	99%	12.727	99,6%
Entidades gestoras de ZIF	0	0%	0	0%
Organismos da administração local	0	0%	0	0%
Entidade gestoras de baldio	1	1%	48	0,4%
Cooperativa Produtores florestais	0	0%	0	0%
Organismos da administração central	0	0%	0	0%
TOTAL	107	100%	12.775	100%

Em termos acumulados verifica-se que as “*entidades gestoras de zonas de intervenção florestal (ZIF)*”, mantém-se como a segunda tipologia, representando 6% do total de PA candidatos e 7% do investimento total.

Quadro 114: Ação 1.3.1 - Distribuição dos beneficiários dos PA entrados por tipologia (acumulado)

Beneficiários	PA		Investimento proposto	
	Nº	% do total	Mil euros	%
Produtor florestal	1.254	91%	148.817	88%
Entidades gestoras de ZIF	79	6%	12.181	7%
Organismos da administração local	15	1%	4.525	3%
Entidade gestoras de baldio	30	2%	1.559	1%
Cooperativa Produtores florestais	2	0,1%	1.974	1%
Organismos da administração central	1	0,1%	27	0,02%
TOTAL	1.381	100%	169.083	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2013 efetuou-se a análise de 275 candidaturas das quais 107 candidaturas entradas já no ano.

No final do ano encontravam-se analisadas 1.380 candidaturas, sendo que cerca de 13% (176 candidaturas) tiveram uma decisão de não aprovação.

Quadro 115: Ação 1.3.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	292	35.874	292	35.748	79	6.741	213	29.007	213	29.007	12.970	9.727
Segundo	377	45.232	377	44.983	61	3.386	316	41.597	316	41.597	19.405	14.459
Geral - Contínuo - 2011	203	25.417	203	25.374	15	1.545	188	23.829	188	23.829	12.062	8.995
Geral - Contínuo - 2012	398	44.663	397	44.265	18	1.960	379	42.305	378	41.736	20.940	15.608
Geral - Contínuo - 2013	106	12.409	106	12.402	2	100	104	12.302	104	12.302	5.566	4.172
Viveiros - Contínuo - 2011	3	4.585	3	4.576	1	536	2	4.039	2	4.039	1.842	1.100
Viveiros - Contínuo - 2012	1	536	1	452	0	0	1	452	1	452	226	170
Viveiros - Contínuo - 2013	1	365	1	365	0	0	1	365	1	365	131	99
TOTAL	1.381	169.083	1.380	168.165	176	14.269	1.204	153.896	1.203	153.327	73.143	54.329

De notar que ao longo de 2013 continuaram a registar-se desistências de PA já contratados, num total de 30 PA que representavam 1.988 mil euros de despesa pública.

Analisando a distribuição regional, dos PA contratados no ano, verifica-se a mesma tendência da distribuição regional dos PA entrados, com o Alentejo a representar 61% dos PA contratados e 68% do apoio contratado.

Quadro 116: Ação 1.3.1 – Distribuição regional dos PA contratados (no ano e acumulado)

Un.: mil euros

Região	Contratado no ano			Total contratado		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	11	188	141	54	1.578	1.184
Centro	52	2.829	2.119	151	6.318	4.736
LVT	52	3.168	2.279	259	18.373	13.254
Alentejo	218	14.633	10.974	671	45.071	33.803
Algarve	22	620	465	68	1.803	1.353
TOTAL	355	21.438	15.978	1.203	73.143	54.329

Em termos acumulados, encontram-se contratados 1.203 PA, dos quais 355 no ano de 2013, num total de 73.143 mil euros de despesa pública, representando 54.329 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 60.807 mil euros.

c. Execução financeira

No final de 2013, o montante total dos pagamentos acumulados era de 44.188 mil euros de despesa pública e 36.195 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 69% (mais 19 pontos percentuais face a 2012) face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 66% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos PA contratados e pagos.

Quadro 117: Ação 1.3.1 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	54	1.578	1.184	47	820	691
Centro	151	6.318	4.736	132	3.092	2.539
LVT	259	18.373	13.254	244	12.777	10.356
Alentejo	671	45.071	33.803	544	26.575	21.845
Algarve	68	1.803	1.353	58	924	764
TOTAL	1.203	73.143	54.329	1.025	44.188	36.195

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Relativamente aos indicadores de realização, mantém-se a tendência, já verificada em anos anteriores dos PA contratados apresentarem um volume de investimento médio inferior ao esperado, uma vez que se ultrapassou a meta relativa ao número de empresas florestais contratadas em 141% e se obteve apenas 102% do valor da meta do investimento apoiado.

Também no que se refere à tipologia das entidades contratadas confirma-se que a larga maioria (99%) se refere a promotores privados apresentando os promotores públicos cada vez mais uma expressão residual.

Quadro 118: Ação 1.3.1 – Indicadores de realização

Indicador de realização	Tipos	Valores Contratados	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Volume total de investimento (em mil euros)		153.327	132.756	150.000	89%
Nº de empresas florestais com apoio ao investimento	Promotores públicos	9	9	100	9%
	Promotores privados	1.194	1.016	400	254%
	TOTAL	1.203	1.025	600	171%

Analisando a área intervencionada, as espécies mais representativas continuam a ser o Sobreiro e o Pinheiro Manso.

Relativamente à área abrangida, os PA contratados correspondem a 32% (mais 6 pontos percentuais do que em 2012) da meta o que confirma que a área média das explorações apoiadas está a ser bastante inferior ao esperado.

Quadro 119: Ação 1.3.1 - Indicadores específicos de resultado - área intervencionada (acumulado)

Espécie florestal	Área contratada (ha)	Área paga (ha)
Sobreiro	23.810	23.340
Pinheiro Manso	18.338	16.746
Eucalipto	7.521	4.018
Pinheiro Bravo	1.468	1.467
Azinhreira	1.701	1.441
Outras Resinosas	51	50
Outras Quercíneas	91	91
Outras Folhosas	39	39
Medronheiro	62	62
Cerejeira Brava	26	26
Castanha	11	11
Freixo	22	13
Carvalho-Negral	7	7
Pseudotsuga	3	3
Nogueira americana	1	1
Nogueira	1	1
Sem espécie identificada	99.511	83.898
TOTAL	152.662	131.215
Meta	476.250	476.250
% da meta	32%	28%

No que diz respeito à localização do investimento continua a verificar-se um peso maior nas "zonas com desvantagens que não as zonas de

montanha” (58% do investimento total contratado), face às “*zonas de montanha*” (5% do investimento total contratado) e às “*zonas mistas*” (com 25% do investimento total contratado). No cômputo geral as “*zonas desfavorecidas*” têm uma representação no investimento contratado de 88%.

Quadro 120: Ação 1.3.1 - Número de PA contratados (por zona de intervenção)

Zona de intervenção	Nº de pedidos aprovados	Nº de explorações florestais aprovadas	Despesa pública (mil euros)		Volume total de invest. (mil euros)
			FEADER	TOTAL	
SUBTOTAL	1087	1129	48.720	65.556	135.222
Zonas desfavorecidas					
Zonas de montanha	146	146	2.683	3.577	8.428
Zonas com desvantagens que não as de montanha	672	691	32.843	44.373	88.681
Zonas mistas	269	292	13.194	17.606	38.113
SUBTOTAL	116	126	5.609	7.587	18.105
Zonas não desfavorecidas					
Zonas Natura 2000	6	6	351	527	1.189
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	0	0	0	0	0
Zonas mistas	0	0	0	0	0
Outras	110	120	5.258	7.060	16.917
TOTAL	1.203	1.255	54.329	73.143	153.327
Meta	600	600	52.769	63.697	150.000
% da meta	201%	209%	103%	115%	102%

A mesma tendência verifica-se quando se efetua a análise dos PA pagos por zona de intervenção.

Quadro 121: Ação 1.3.1 - Número de PA pagos (por zona de intervenção)

Zona de intervenção	Nº de pedidos aprovados	Nº de explorações florestais aprovadas	Despesa pública (mil euros)		Volume total de invest. (mil euros)
			FEADER	TOTAL	
SUBTOTAL	917	959	32.314	39.409	115.846
Zonas desfavorecidas					
Zonas de montanha	124	124	1.656	2.010	7.322
Zonas com desvantagens que não as de montanha	586	605	23.594	28.894	80.285
Zonas mistas	207	230	7.064	8.505	28.239
SUBTOTAL	108	118	3.881	4.779	16.910
Zonas não desfavorecidas					
Zonas Natura 2000	6	6	345	450	1.189
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	0	0	0	0	0
Zonas mistas	0	0	0	0	0
Outras	102	112	3.536	4.329	15.722
TOTAL	1.025	1.077	36.195	44.188	132.756
Meta	600	600	52.769	63.697	150.000
% da meta	171%	180%	69%	69%	89%

Analisando os indicadores de resultado desta ação constata-se que em termos de número de explorações que introduziram novos produtos ou novas técnicas a meta foi já ultrapassada.

Quadro 122: Ação 1.3.1 – Indicadores de resultado (acumulado)

Indicador de resultado	Contratados	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Aumento do VAB nas explorações/empresas apoiadas (em mil euros)	n.d.	n.d.	400.000	-
Nº de explorações/empresas que introduziram novos produtos ou novas técnicas	372	322	250	129%
Nº de explorações/empresas que implementaram a certificação florestal	102			
Nº de explorações/empresas que utilizam biomassa para produção de energias renováveis	41			

Das 372 explorações contratadas que introduziram novos produtos ou novas técnicas, 102 apresentam a certificação da gestão florestal já implementada e 41 apresentam investimentos em biomassa para energias renováveis.

2.2.1.6 Ação 1.3.2 – Gestão multifuncional

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) ii) e Artigo 27º do Reg. (CEE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 18º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.1.2.2;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 122;
- Portaria n.º 821/2008, de 8 de agosto, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria n.º 253/2013 de 7 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Diversificar as atividades nas explorações florestais promovendo a utilização e valorização económica de recursos associados à floresta e aos espaços florestais;
- Desenvolver a oferta de bens e serviços proporcionados pelos ecossistemas florestais, maximizando as suas funções protetoras (ambiente) e sociais (lazer/fruição pelas populações);
- Promover a valorização de recursos endógenos e a sustentabilidade dos territórios rurais.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Tal como já referido noutras ações, esta ação manteve um período de candidaturas em contínuo em 2013. Em fevereiro de 2013, pelo facto de nessa data o Programa se encontrar numa situação de *overbooking*, foi decidido que continuava a ser possível submeter candidaturas ao ProDeR, ficando a análise e decisão das mesmas dependente de futura libertação de verbas provenientes de projetos desistidos ou não executados integralmente, bem como da efetiva possibilidade de execução dos projetos

no tempo de vida do Programa. Assim, foram consideradas 5 candidaturas válidas que representavam 618 mil euros de investimento total proposto. Verificou-se uma diminuição de candidaturas válidas, face a 31 de dezembro de 2012, fruto de desistências e rescisões entretanto ocorridas.

Quadro 123: Ação 1.3.2 - Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	8.188	4.000	0	0	101	5.766
Segundo		5.000	0	0	9	564
Em contínuo - 2010		-	0	0	6	672
Em contínuo - 2011		-	0	0	44	3.927
Em contínuo - 2012		-	0	0	45	3.089
Em contínuo - 2013		-	5	618	5	618
TOTAL		9.000	5	618	210	14.636

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2013 foram analisadas 19 candidaturas e foram aprovados 17 PA com 1.313 mil euros do investimento proposto.

Quadro 124: Ação 1.3.2 – Distribuição dos PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (ano)

Un.: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas no ano		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	resp.públic	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Segundo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Em contínuo - 2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Em contínuo - 2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Em contínuo - 2012	0	0	14	938	1	121	13	816	16	1.439	732	549
Em contínuo - 2013	5	618	5	618	1	121	4	496	4	496	166	125
TOTAL	5	618	19	1.555	2	243	17	1.313	20	1.935	898	673

Quadro 125: Ação 1.3.2 – Distribuição dos PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest.total	Nº PA	Invest.total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest.total	Desp.públic	FEADER
					Nº PA	Invest.total	Nº PA	Invest.total				
Primeiro	101	5.766	101	5.765	48	3.038	53	2.726	53	2.726	1.236	927
Segundo	9	564	9	564	4	179	5	384	5	384	155	116
Em contínuo - 2010	6	672	6	672	1	28	5	644	5	644	251	188
Em contínuo - 2011	44	3.927	44	3.932	12	2.696	32	1.236	32	1.236	682	512
Em contínuo - 2012	45	3.089	46	3.089	2	26	44	3.064	44	3.064	1.627	1.220
Em contínuo - 2013	5	618	6	618	2	121	4	496	4	496	166	125
TOTAL	210	14.636	212	14.639	69	6.087	143	8.552	143	8.552	4.118	3.088

No final de 2013, encontravam-se contratados 143 PA, num total de 4.118 mil euros de despesa pública, representando 3.088 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 3.433 mil euros.

Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição dos PA contratados por região, tipologia do beneficiário e do investimento.

Quadro 126: Ação 1.3.2 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Região	Total contratado			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	14	738	346	259
Centro	20	2.344	1.070	803
LVT	8	280	116	87
Alentejo	43	3.557	1.716	1.287
Algarve	58	1.632	870	652
TOTAL	143	8.552	4.118	3.088

O Alentejo continua a ser a região mais representativa, em termos de investimento contratado, com 42%, tal como o Algarve que permanece como a região com maior número de PA contratados (41%).

Os tipos de beneficiários mais representativos, em termos de número de PA contratados, continuam a ser as "entidades gestores de zonas de caça associativa" (43%) e as "entidades gestores de zonas de caça turística" (40%). Analisando o investimento total e a despesa pública, a tipologia de beneficiário "entidades gestores de zonas de caça turística" mantém-se

como a mais representativa com 61% do total contratado, reforçando assim a sua posição face a 2012 (54%).

Quadro 127: Ação 1.3.2 – Distribuição dos PA contratados por tipologia do beneficiário (acumulado)

Beneficiários	PA		Investimento total		Despesa pública		FEADER	
	Nº PA	%	Mil euros	%	Mil euros	%	Mil euros	%
Entidade gestora de zona de caça associativa	61	43%	1.230	14%	569	14%	427	14%
Entidade gestora de zona de caça turística	57	40%	5.250	61%	2.515	61%	1.886	61%
Entidade gestora de zona de caça municipal	8	6%	698	8%	333	8%	250	8%
Produtor florestal individual	14	10%	1.021	12%	526	13%	394	13%
Entidades gestoras de zonas de intervenção florestal (ZIF)	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Entidade gestora de zona de pesca desportiva	2	1%	278	3%	137	3%	103	3%
Organismos da administração local	1	1%	75	1%	37	1%	28	1%
TOTAL	143	100%	8.552	100%	4.118	100%	3.088	100%

A tipologia de investimento contratado mantém a distribuição já referida em relatórios anteriores, com a tipologia “*gestão cinegética*” claramente maioritária, com 80% do investimento, seguida das tipologias “*Produção de cogumelos silvestres*” “*Gestão de pesca nas águas interiores*” e “*Apicultura*” que representam, em conjunto, 17% do investimento contratado.

Quadro 128: Ação 1.3.2 – Distribuição dos PA contratados por tipologia do investimento (acumulado)

Tipologia	PA *		Investimento total		Despesa Pública		FEADER	
	Nº	%	Mil euros	%	Mil euros	%	Mil euros	%
Gestão Cinegética	126	86%	6.816	80%	3.253	79%	2.440	79%
Gestão de Pesca nas Águas Interiores	5	3%	424	5%	189	5%	142	5%
Produção de cogumelos silvestres	5	3%	595	7%	334	8%	250	8%
Apicultura	9	6%	398	5%	179	4%	134	4%
Produção de frutos silvestres	2	1%	56	1%	25	1%	19	1%
Produção de plantas: condimentares, medicinais e/ou aromáticas	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Não identificado**	0	0%	263	3%	138	3%	103	3%
TOTAL	147	100%	8.552	100%	4.118	100%	3.088	100%

Nota: * Existem 2 PA com investimento em Produção de cogumelos silvestres e Produção de frutos silvestres
Existem 2 PA com investimento em Gestão Cinegética e Gestão de Pesca nas Águas Interiores

c. Execução financeira

Esta ação apresenta uma execução financeira de 2.569 mil euros de despesa pública e 2.116 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 31% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 69

% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos PA pagos face aos contratados.

Quadro 129: Ação 1.3.2 - Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

DRAP	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	14	346	259	11	235	196
Centro	20	1.070	803	19	548	454
LVT	8	116	87	8	99	82
Alentejo	43	1.716	1.287	40	1.086	899
Algarve	58	870	652	57	600	485
TOTAL	143	4.118	3.088	135	2.569	2.116

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Relativamente aos indicadores de realização, continua a verificar-se que as empresas apresentam um volume de investimento médio inferior ao esperado, uma vez que 123% da meta do número de empresas florestais representam apenas 75% da meta relativa ao investimento.

Quadro 130: Ação 1.3.2 – Indicadores de realização (pago acumulado)

Un.: mil euros

Indicador de realização	N.º PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Municípios	9	773	184	148
Outros	115	6.292	2.233	1.839
Proprietários Privados	11	465	153	129
TOTAL	135	7.530	2.569	2.116
Meta	110	10.000	8.188	6.892
% da meta	123%	75%	31%	31%

Nas zonas de intervenção mantém-se como mais representativa, nos PA contratados, a "zona de montanha" com 37% dos PA e 22% do investimento contratado.

Quadro 131: Ação 1.3.2 – Indicadores de realização - por zonas de intervenção (contratado acumulado)

Zona de intervenção	Nº PA	Número de explorações florestais apoiadas	Despesa pública (mil euros)		Volume total de invest. (mil euros)
			FEADER	TOTAL	
SUBTOTAL					
Zonas desfavorecidas	133	133	3.005	4.007	8.276
Zonas de montanha	53	53	700	934	1.892
Zonas com desvantagens que não as de montanha	31	31	918	1.224	2.691
Zonas mistas	49	49	1.387	1.849	3.693
SUBTOTAL					
Zonas não desfavorecidas	10	10	83	110	276
Zonas Natura 2000	1	1	6	8	22
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	0	0	0	0	0
Zonas mistas	0	0	0	0	0
Outras	9	9	77	102	253
TOTAL	143	143	3.088	4.118	8.552
Meta	110	110	6.892	8.188	10.000
% da meta	130%	130%	45%	50%	86%

Quadro 132: Ação 1.3.2 – Indicadores de realização - por zonas de intervenção (pago acumulado)

Zona de intervenção	Nº PA	Número de explorações florestais apoiadas	Despesa pública (mil euros)		Volume total de invest. (mil euros)
			FEADER	TOTAL	
SUBTOTAL					
Zonas desfavorecidas	125	125	2.066	2.507	7.254
Zonas de montanha	49	49	548	670	1.686
Zonas com desvantagens que não as de montanha	30	30	714	869	2.440
Zonas mistas	46	46	805	968	3.128
SUBTOTAL					
Zonas não desfavorecidas	10	10	50	62	276
Zonas Natura 2000	1	1	6	8	22
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	0	0	0	0	0
Zonas mistas	0	0	0	0	0
Outras	9	9	44	54	253
TOTAL	135	135	2.116	2.569	7.530
Meta	110	110	6.892	8.188	10.000
% da meta	123%	123%	31%	31%	75%

O acumulado dos projetos de promotores públicos contratados representa 45% da meta para o programa, enquanto a meta para os projetos de promotores privados foi já atingida.

Quadro 133: Ação 1.3.2 – Indicadores de realização – tipologia de empresas (acumulado)

Indicador de realização	Tipos	Contratados	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Volume total de investimento (em mil euros)		8.552	7.530	10.000	75%
Nº de empresas florestais com apoio ao investimento	Promotores públicos	9	9	20	45%
	Promotores privados	134	126	90	140%
	TOTAL	143	135	110	123%

O acréscimo de VAB previsto nas explorações contratadas, de 2.962 mil euros (6% da meta), mantém-se inferior ao esperado face ao número total de empresas florestais contratadas.

Quadro 134: Ação 1.3.2 – Indicadores de resultado (acumulado)

Indicador de resultado	Contratados	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Aumento do VAB nas explorações/empresas apoiadas (em mil euros)	2.962	2.587	50.000	5%
Nº de explorações/empresas que introduziram novos produtos ou novas técnicas	44	40	40	100%

* Nem todos os PA têm VAB registado

2.2.1.7 Ação 1.3.3 – Modernização e capacitação das empresas florestais

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea a) i), b) iii); Artigo 21º e Artigo 28º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 18º e Artigo 19º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.1.1.1 e 5.3.1.2.3;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 111, 123;
- Portaria n.º 846/2008 de 8 de agosto, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria n.º 253/2013 de 7 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Promover a modernização das empresas florestais;
- Adaptar as empresas às exigências ambientais, de segurança e prevenção de riscos;
- Criar e modernizar as unidades de primeira transformação;
- Modernizar e racionalizar as operações de exploração e pós-colheita dos produtos;
- Promover uma maior participação dos produtores florestais nas vantagens económicas decorrentes do processo de transformação e comercialização dos produtos;
- Desenvolver novos produtos, processos e tecnologias e promover a integração no mercado.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

A 1 de outubro de 2010 foi aberto um período de candidaturas em contínuo para esta ação que se prolongou ao longo de 2011, 2012 e 2013. Em

fevereiro de 2013, pelo facto de nessa data o Programa se encontrar numa situação de *overbooking*, foi decidido que continuava a ser possível submeter candidaturas ao ProDeR, ficando a análise e decisão das mesmas dependente de futura libertação de verbas provenientes de projetos desistidos ou não executados integralmente, bem como da efetiva possibilidade de execução dos projetos no tempo de vida do Programa. Nos primeiros concursos verificou-se uma diminuição de candidaturas válidas, face a 31 de dezembro de 2012, decorrente de desistências e rescisões entretanto ocorridas.

Quadro 135: Ação 1.3.3 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.:mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	41.484	10.098	0	0	143	72.082
Segundo		12.952	0	0	112	43.259
Em contínuo - 2010		-	0	0	48	18.596
Em contínuo - 2011		-	0	0	98	37.516
Em contínuo - 2012		-	0	0	57	22.633
Em contínuo - 2013		-	18	5.636	18	5.636
TOTAL		23.050	18	5.636	476	199.721

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2013 foram analisadas 34 candidaturas, das quais 76% foram aprovadas. O número de PA contratados no ano (34) representou 13% do total de contratações efetuadas, envolvendo uma despesa pública de 3.983 mil euros, conforme quadro seguinte.

Quadro 136: Ação 1.3.3 – Distribuição dos PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (no ano)

Un.: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovado		Aprovado		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Segundo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Em contínuo - 2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Em contínuo - 2011	0	0	0	0	0	0	0	0	1	155	58	44
Em contínuo - 2012	0	0	16	6.306	5	801	11	5.504	18	6.785	2.228	1.671
Em contínuo - 2013	18	5.636	18	5.636	3	620	15	5.015	15	5.015	1.697	1.262
TOTAL	18	5.636	34	11.941	8	1.421	26	10.520	34	11.954	3.983	2.977

Em termos acumulados, encontram-se contratados 271 PA, num total de 41.248 mil euros de despesa pública, representando 30.666 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 33.578 mil euros.

Quadro 137: Ação 1.3.3 – Distribuição dos PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovado		Aprovado		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	143	72.082	143	70.194	98	49.497	45	20.697	45	20.697	8.306	6.230
Segundo	112	43.259	112	42.277	55	18.292	57	23.985	57	23.985	9.719	7.049
Em contínuo - 2010	48	18.596	48	18.220	18	8.017	30	10.203	30	10.203	3.861	2.876
Em contínuo - 2011	98	37.516	98	36.735	19	4.910	79	31.825	79	31.825	11.460	8.595
Em contínuo - 2012	57	22.633	57	22.421	12	5.317	45	17.104	45	17.104	6.206	4.654
Em contínuo - 2013	18	5.636	18	5.636	3	620	15	5.015	15	5.015	1.697	1.262
TOTAL	476	199.721	476	195.483	205	86.653	271	108.829	271	108.829	41.248	30.666

Quanto à tipologia do investimento contratado, verifica-se a mesma tendência relatada desde 2010 com a "colheita, recolha concentração e triagem de material lenhoso e resina" como a tipologia mais representativa (53%). A tipologia de investimento "primeira transformação de cortiça" continua a ser a segunda tipologia mais importante com 26% do investimento contratado.

O investimento médio realizado na "colheita, recolha concentração e triagem de material lenhoso e resina" registou uma diminuição do investimento médio (276 mil euros por PA no final de 2012 vs 260 mil euros por PA até 2013).

Quadro 138: Ação 1.3.3 - PA contratados por tipologia de investimento (acumulado)

Tipologia do investimento	Nº PA	Investimento proposto (mil euros)
1ª Transformação de biomassa florestal	14	9.536
1ª Transformação de cortiça	22	28.116
1ª Transformação de material lenhoso e resina	14	6.663
Colheita, recolha e concentração de cortiça nas unidades de produção	4	815
Colheita, recolha, concentração e triagem de biomassa florestal	34	5.749
Colheita, recolha, concentração e triagem de material lenhoso e resina	223	57.950
TOTAL	311	108.829

Nota: o número de PA é superior aos contratados porque uma candidatura pode ter mais do que uma tipologia.

Tal como já verificado em anos anteriores, a rubrica de "equipamentos" continua a ser a mais representativa, em termos de investimento total contratado.

Quadro 139: Ação 1.3.3 – PA contratados por rubrica de investimento (acumulado)

Rubricas do investimento	Nº PA	Investimento proposto (mil euros)
Equipamentos	271	84.597
Edifícios e construções	39	11.147
Imateriais	262	8.833
Transporte	18	1.655
Outros	17	1.240
Ambientais	18	1.329
Formação	9	29
TOTAL	634	108.829

Nota: o número de PA é superior aos contratados porque uma candidatura pode ter mais do que uma rubrica.

A tipologia, de promotores, predominante continua a ser a "sociedade por quotas" com 66% do total de PA contratados e 63% do investimento.

Quadro 140: Ação 1.3.3 – PA contratados por tipologia de promotores (acumulado)

Tipologia do promotor	Candidaturas contratadas no ano		Total de candidaturas contratadas	
	N.º PA	Invest. Total (mil euros)	N.º PA	Invest. Total (mil euros)
Estab. individual de responsabilidade limitada	0	0	1	361
Pessoa Singular	4	786	40	8.015
Sociedade anónima	1	3.009	11	15.836
Sociedade por quotas	23	7.074	179	68.148
Sociedade unipessoal p/ quotas	6	1.085	40	16.469
TOTAL	34	11.954	271	108.829

c. Execução financeira

O montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era, no final do ano de 2013, de 28.199 mil euros de despesa pública e 22.487 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 67% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 73% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos montantes pagos face aos contratados.

Quadro 141: Ação 1.3.3 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	62	24.788	8.637	6.478	56	4.996	4.078
Centro	116	39.658	15.155	11.366	114	12.177	9.856
LVT	65	22.622	9.437	6.807	67	7.957	6.059
Alentejo	24	20.500	7.469	5.602	17	2.674	2.182
Algarve	4	1.262	550	412	4	395	312
TOTAL	271	108.829	41.248	30.666	258	28.199	22.487

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Esta ação apresenta investimentos que se enquadram em duas medidas da Comissão: medida 111 “Formação profissional e ações de informação” e medida 123 “Valor acrescentado dos produtos agrícolas e florestais”.

Analisando os investimentos que contribuem para a medida 123 e tal como já verificado em relatórios anteriores, constata-se que já se ultrapassou a meta do número de empresas a apoiar em 148%, com 101% da meta da despesa pública, o que representa, tal como já se tinha verificado anteriormente, investimentos médios mais baixos do que os previstos.

Quadro 142: Ação 1.3.3 – Distribuição dos PA contratados da Medida 123 COM por setor de atividade (acumulado)

Sector de actividade	Nº PA contratados		Nº de empresas apoiadas	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	Produção biológica	Produção convencional				
Silvicultura	n.a.	271	248	108.800	41.239	30.659
TOTAL	-	271	248	108.800	41.239	30.659
		Metas	100	100.000	40.778	33.178
		% da meta	248%	109%	101%	92%

Quadro 143: Ação 1.3.3 – Distribuição dos PA Pagos da Medida 123 COM por setor de atividade (acumulado)

Sector de actividade	Nº PA pagos		Nº de empresas apoiadas	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	Produção biológica	Produção convencional				
Silvicultura	n.a.	258	228	98.737	28.194	22.483
TOTAL	-	258	228	98.737	28.194	22.483
		Metas	100	100.000	40.778	33.178
		% da meta	228%	99%	69%	68%

Continua, assim, a verificar-se que as empresas candidatas apresentam projetos com uma dimensão média inferior à programada, o que se traduz num cumprimento de 257% e 236% da meta, respetivamente de PA contratados e pagos, relativamente às microempresas e de 170% e 160% da meta relativamente às pequenas e médias empresas.

Quadro 144: Ação 1.3.3 – Distribuição dos PA contratados e pagos por dimensão de empresa (acumulado)

	Empresas contratadas		Empresas com execução	
	Tipo de empresa		Tipo de empresa	
	Microempresas	PME	Microempresas	PME
Nº empresas	231	17	212	16
Metas	90	10	90	10
% da meta	257%	170%	236%	160%

Quanto ao tipo de atividade, continua a verificar-se uma maior adesão da atividade de comercialização e de recolha em detrimento da transformação, onde apenas se atingiu 85% e 76% da meta, respetivamente de PA contratados e pagos.

Quadro 145: Ação 1.3.3 - PA contratados por tipo de atividade (acumulado)

	Tipo de empresa					
	Transformação		Comercialização		Recolha	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
Nº PA	42	38	106	103	239	220
Meta	50		20		30	
% da meta	85%	76%	530%	515%	797%	734%

Quanto aos indicadores específicos de realização, continua a verificar-se uma baixa taxa de investimento em fatores ambientais e investimentos imateriais, e uma taxa de investimento em inovação superior à meta.

Quadro 146: Ação 1.3.3 – Indicadores específicos de realização por tipo de empresa (acumulado)

	Montante total por tipo de investimento					
	Investimentos em factores ambientais		Investimentos em inovação		Investimentos imateriais	
	Investimento Contratado	Investimento Pago	Investimento Contratado	Investimento Pago	Investimento Contratado	Investimento Pago
	1.329	1.102	98.269	89.110	8.833	7.903
% total invest.	1%	1%	90%	90%	8%	8%
Metas (%)	30%		20%		10%	
% da meta	--	--	++	++	-	-

Un.: mil euros

Dos 271 PA contratados apenas 9 (3%) se candidataram a ações de formação.

Quanto aos restantes indicadores da componente de formação continua a verificar-se que o número de participantes em ações de formação excede as metas previstas, embora a despesa pública atribuída seja muito baixa face à respetiva meta.

Quadro 147: Ação 1.3.3 - Número de participantes em ações de formação em PA contratados-Medida 111 COM (por conteúdo de atividade)

Nº participantes em acções de formação				Nº participantes (contabilizados só uma vez)	Nº dias de formação recebidos	Despesa pública contratada (mil euros)	
Agricultura	Indústria alimentar	Silvicultura	TOTAL			FEADER	TOTAL
-	-	11	11		21	1	1
-	-	0	0		0	0	0
-	-	78	78		90	4	5
-	-	29	29		15	1	1
-	-	13	13		12	1	1
-	-	4	4		1	0,04	0,1
-	-	37	37		22	1	1
-	-	172	172	-	161	7	9
TOTAL			125				
Metas			40	-	200	600	801
% da meta			313%	-	80%	1,2%	1,2%

Quadro 148: Ação 1.3.3 - Número de participantes em ações de formação em PA pagos-Medida 111 COM (por conteúdo de atividade)

Nº participantes em acções de formação				Nº participantes (contabilizados só uma vez)	Nº dias de formação recebidos	Despesas públicas pagas (mil euros)	
Agricultura	Indústria alimentar	Silvicultura	TOTAL			FEADER	TOTAL
-	-	0	0		0	0	0
-	-	0	-		0	0	0
-	-	10	10		11	2	2
-	-	13	13		7	1	1
-	-	9	9		6	1	1
-	-	4	4		1	0,1	0,2
-	-	16	16		2	0,3	0,4
-	-	52	52	-	27	4	5
TOTAL			18				
Metas			40	-	200	600	801
% da meta			45%	-	13%	0,7%	0,6%

No que se refere aos indicadores de resultado, verifica-se um aumento do VAB, nas empresas apoiadas, mas mantém-se inferior ao esperado. Este indicador apenas atingiu 72% e 64% da meta, referente respetivamente a empresas contratadas e apoiadas, para um número de empresas contratadas superior em 113% à meta prevista.

Quadro 149: Ação 1.3.3 – Indicadores de resultado - aumento do VAB (acumulado)

Indicador de resultado*	contratados	Pagos	Meta	% de cumprimento da meta
Aumento do VAB anual nas explorações/empresas apoiadas (em mil euros)	66.505	59.683	400.000	64%
Vida útil média dos projetos (anos)	4,3	4,3		

Em relação à inovação, continua a verificar-se uma elevada percentagem de empresas que introduziu novos produtos ou novas técnicas no seu processo produtivo.

Quadro 150: Ação 1.3.3 – Indicadores de resultado - PA contratados e pagos que introduziram novos produtos/técnicas (acumulado)

	PA Contratados	PA Pagos
	Introdução de novos produtos / novas técnicas	
Nº PA	236	220
Meta	60	60
% da meta	393%	367%

2.2.1.8 Ação 1.4.1 – Apoio aos regimes de qualidade

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea c) ii) e Artigo 32º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 22º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.1.3.2;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 132;
- Portaria 260/2009, de 11 de março, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto.

2. Objetivos da Ação

- Promover a adesão dos produtores de produtos agroalimentares a sistemas de qualidade certificada;
- Contribuir para a criação das condições necessárias à sustentabilidade e competitividade dos sistemas de qualidade certificada;
- Assegurar ao consumidor a disponibilização de produtos alimentares e/ou processos de produção de qualidade certificada.

3. Implementação da Ação

Esta ação cuja candidatura está integrada no Pedido Único (PU) tem, nos termos de protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP, a sua gestão e execução asseguradas pelo IFAP. Por esta razão, este ponto do relatório foi elaborado tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

Como já referido nos relatórios de execução anteriores, as candidaturas aprovadas em 2009 e 2010 conduziram à utilização integral da dotação da ação, pelo que, em 2011 foram suspensas as candidaturas, mantendo-se essa suspensão em vigor até 2013.

Apresentamos, em seguida, a distribuição regional das candidaturas aprovadas, bem como a sua distribuição por regime de qualidade.

Quadro 151: Ação 1.4.1 - Distribuição regional dos pedidos aprovados (acumulado)

Região	Total de candidaturas aprovadas	
	Nº PA	%
Norte	7.691	49%
Centro	2.528	16%
LVT	1.752	11%
Alentejo	3.169	20%
Algarve	413	3%
Total	15.553	100%
TOTAL Beneficiários	10.071	
Meta	14.000	
% Meta	72%	

Quadro 152: Ação 1.4.1 - Distribuição dos pedidos aprovados (por regime de qualidade)

Regime de Qualidade	Total Pedidos Aprovados até 2013	
	Número	%
IGP	39	0%
DOP	2.029	13%
MPB	2.284	15%
PRODI	9.817	63%
DOP/PRODI	938	6%
IGP/PRODI	276	2%
DOP/MPB	163	1%
IGP/MPB	7	0%
TOTAL	15.553	100%

Nota: existem pedidos para mais do que um regime

Em termos acumulados, foram contratados 15.374 PA, num total de 16.130 mil euros de despesa pública, representando 12.037 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 12.217 mil euros.

a. Execução financeira

No final do ano de 2013, o montante total dos pagamentos acumulados era de 13.763 mil euros de despesa pública e 10.205 mil euros de

comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 86% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado).

Quadro 153: Ação 1.4.1 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas			Total de candidaturas Pagas	
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
Norte	7.602	5.257	3.943	4.497	3.375
Centro	2.499	2.372	1.779	2.019	1.515
LVT	1.732	2.062	1.486	1.762	1.202
Alentejo	3.133	5.919	4.439	5.044	3.783
Algarve	408	520	390	441	331
Total	15.374	16.130	12.037	13.763	10.205
Meta	14.000	15.758	11.900	15.758	11.900
% Meta	110%	102%	101%	87%	86%

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

O número de explorações apoiadas, até 2013, totaliza 8.734, atingindo 62% da meta prevista para o período de programação.

Quadro 154: Ação 1.4.1 – Indicadores de realização e de execução financeira

Número de explorações agrícolas participantes em regimes de qualidade apoiadas	Contratado		Pago	
	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
8.734	16.130	12.037	13.763	10.205
Meta	14.000	11.900	15.758	11.900
% da meta	62%	102%	87%	86%

2.2.1.9 Ação 1.4.2 – Informação e promoção de produtos de qualidade

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º Alínea c) iii) e Artigo 33º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 23º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.1.3.3;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 133;
- Portaria n.º 346/2009, de 3 de abril, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Apoiar o desenvolvimento de estratégias de promoção e de políticas comerciais que permitam induzir o consumo pela valorização dos produtos alimentares abrangidos por regimes de qualidade;
- Incentivar a diferenciação e o posicionamento no mercado pela qualidade, utilizando o potencial de mercado associado.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Em 2013 não foram abertos concursos para esta ação. Face ao ano de 2012 ocorreu uma redução no número de PA válidos no primeiro concurso devido ao registo de uma desistência.

Quadro 155: Ação 1.4.2 - Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	3.436	3.327	-	-	11	6.029
Segundo		6.000	-	-	4	1.449
TOTAL		9.327	-	-	15	7.478

Quanto à distribuição regional dos PA entrados por região e tipologia, a situação não se altera face ao reportado em Relatórios anteriores.

b. Análise e decisão das candidaturas

Todas as candidaturas entradas já se encontravam analisadas, decididas e contratadas tendo sido apenas registado uma desistência que representava 127 mil euros de despesa pública, conforme quadro seguinte.

Quadro 156: Ação 1.4.2 - PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas		
	N.º PA	Invest. Total	N.º PA	Invest. Total	Não Aprovadas		Aprovadas		N.º PA	Invest. Total	Desp. pública
					N.º PA	Invest. Total	N.º PA	Invest. Total			
Primeiro	11	6.029	11	6.029	1	580	10	5.194	10	5.194	2.798
Segundo	4	1.449	4	1.449	2	756	2	693	2	693	243
TOTAL	15	7.478	15	7.478	3	1.336	12	5.887	12	5.887	3.041

Analisando o acumulado dos PA contratados por tipologia de promotor verifica-se que a desistência ocorreu na tipologia "associação de produtores".

Quadro 157: Ação 1.4.2 – PA contratados por tipologia de promotor (no ano e acumulado)

Tipologia do promotor	Candidaturas contratadas no ano		Total de candidaturas contratadas	
	N.º PA	Invest. Total (mil euros)	N.º PA	Invest. Total (mil euros)
Agrupamento de produtores	-	-	5	1.870
Associação de produtores	-	-	2	1.271
Cooperativa	-	-	3	1.232
Parceria de agrupamento de produtores	-	-	2	1.513
TOTAL	-	-	12	5.887

Em termos acumulados, encontram-se contratados 12 PA, num total de 3.041 mil euros de despesa pública, representando 2.138 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de

cofinanciamento o valor FEADER deve ser ajustado para 2.487 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 88%.

c. Execução financeira

O montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era, no final de 2013, de 1.450 mil euros de despesa pública e 1.135 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 40% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 53% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos montantes pagos face aos contratados.

Quadro 158: Ação 1.4.2 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	2	915	416	312	2	180	150
Centro	1	317	190	143	1	164	130
Lisboa	4	2.544	1.364	881	4	574	428
Alentejo	5	2.110	1.070	803	4	533	426
Algarve	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	12	5.887	3.041	2.138	11	1.450	1.135

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Analisando os PA contratados, por categoria de produto, mantém-se como mais representativa a categoria das "carnes frescas" (58% dos produtos apoiados), seguida das "frutas, produtos hortícolas, cereais não-transformados ou transformados" com 25%.

Quanto aos regimes de qualidade, tal como já constatado anteriormente, verifica-se que os DOP/IGP representam a larga maioria (75%) dos PA apoiados, tendo o MPB 23% do total.

Quadro 159: Ação 1.4.2 – Distribuição dos apoios por regime de qualidade e categoria de produto (PA contratados)

Categoria do produto	Nº Pedidos aprovados	Nº Acções apoiadas						Despesas públicas (mil euros)		
		509/2006 (ETG)	510/2006 (DOP e IGP)	2092/91 (MPB)	1493/99 (Vinha)	Regime Nacional (PRODI)	TOTAL	FEADER	TOTAL	
Carnes frescas	7	-	5	2	-	-	7	997	1.330	
Produtos à base de carne	1	-	1	-	-	-	1	260	347	
Queijos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros produtos de origem animal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Matérias gordas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Frutas, produtos hortícolas, cereais não-transformados ou transformados	3	-	3	-	-	-	3	596	795	
Cervejas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Bebidas à base de extractos de plantas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Produtos de padaria, de pastelaria, de confeitaria ou da indústria de bolachas e biscoitos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros produtos alimentares	1	-	-	1	-	-	1	284	569	
TOTAL	12	0	9	3	0	0	12	2138	3041	
							Meta	15	2.818	3.436
							% da Meta	80%	76%	88%

Quadro 160: Ação 1.4.2 – Distribuição dos apoios por regime de qualidade e categoria de produto (PA pagos)

Categoria do produto	Nº Pedidos aprovados	Nº Acções apoiadas						Despesas públicas (milhares de euros)		
		509/2006 (ETG)	510/2006 (DOP e IGP)	2092/91 (MPB)	1493/99 (Vinha)	Regime Nacional (PRODI)	TOTAL	FEADER	TOTAL	
Carnes frescas	6	-	5	1	-	-	6	634	787	
Produtos à base de carne	1	-	1	-	-	-	1	64	78	
Queijos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros produtos de origem animal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Matérias gordas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Frutas, produtos hortícolas, cereais não-transformados ou transformados	3	-	3	-	-	-	3	257	307	
Cervejas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Bebidas à base de extractos de plantas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Produtos de padaria, de pastelaria, de confeitaria ou da indústria de bolacha e biscoitos	-	-	-	-	-	-	-	8	11	
Outros produtos alimentares	1	-	-	1	-	-	1	171	266	
TOTAL	11	0	9	2	0	0	11	1135	1450	
							Meta	15	2.818	3.436
							% da Meta	73%	40%	42%

Quanto aos indicadores de resultado, os valores voltaram a ser revistos com base nos dados da execução dos projetos encerrados, nomeadamente os relativos ao valor de produção e ao acréscimo da produção, apresentando-se o primeiro destes indicadores superior à meta em 47%.

Quadro 161: Ação 1.4.2 – Indicador de resultado – valor da produção (por categoria de produto)

Un.:mil euros

Categoria do produto	Valor da Produção Contratada		Valor da Produção Paga	
	Marca/ /norma europeia	Marca/ /norma EM	Marca/ /norma europeia	Marca/ /norma EM
Carnes frescas	13.754	-	13.752	-
Produtos à base de carne	4.800	-	4.800	-
Queijos	-	-	-	-
Outros produtos de origem animal	-	-	-	-
Matérias gordas	-	-	-	-
Frutas, produtos hortícolas, cereais não-transformados ou transformados	55.179	-	55.179	-
Cervejas	-	-	-	-
Bebidas à base de extractos de plantas	-	-	-	-
Produtos de padaria, de pastelaria, de confeitaria ou da indústria de bolacha e biscoitos	-	-	-	-
Outros produtos alimentares	-	-	-	-
TOTAL	73.733	0	73.730	0
Meta	50.000		50.000	
% da Meta	147%		147%	

O indicador de resultado do acréscimo do valor de produção manteve-se em 24% da meta, dos PA contratados e pagos, o que é manifestamente inferior ao esperado.

Quadro 162: Ação 1.4.2 – Indicador de resultado – Acréscimo do valor da produção

Categoria do produto	Acréscimo produção Contratado (mil euros)		Acréscimo produção Pago (mil euros)	
	Marca/ /norma europeia	Marca/ /norma EM	Marca/ /norma europeia	Marca/ /norma EM
Carnes frescas	7.289	-	7.289	-
Produtos à base de carne	4.800	-	4.800	-
Queijos	-	-	-	-
Outros produtos de origem animal	-	-	-	-
Matérias gordas	-	-	-	-
Frutas, produtos hortícolas, cereais não-transformados ou transformados	16.331	-	16.331	-
Cervejas	-	-	-	-
Bebidas à base de extractos de plantas	-	-	-	-
Produtos de padaria, de pastelaria, de confeitaria ou da indústria de bolacha e biscoitos	-	-	-	-
Outros produtos alimentares	-	-	-	-
TOTAL	28.420	0	28.419	0
Meta (mil euros)	120.000		120.000	
% da Meta	24%		24%	

2.2.1.10 Medida 1.5 – Restabelecimento do potencial produtivo

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) vi) do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.2.6 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 126;
- Portaria n.º 964/2009, de 25 de agosto com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto;
- Despacho n.º 20635/2009 do Gabinete do Ministro, de 14 de setembro;
- Despacho n.º 27915-E/2009 do Gabinete do Ministro, de 31 de dezembro;
- Despacho n.º 6775/2010 do Gabinete do Ministro, de 16 de abril;
- Despacho n.º 452/2013, do Gabinete do secretário de Estado da Agricultura, de 9 de janeiro;
- Despacho n.º 3318/2013, do Gabinete do secretário de Estado da Agricultura, de 1 de março.

2. Objetivos da Medida

Manutenção das condições de produção afetadas por catástrofes ou calamidades naturais de elevado impacto.

3. Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

O verão de 2012 foi marcado pela ocorrência de incêndios florestais em algumas freguesias da região do Algarve bem como por um tornado em novembro de 2012 que justificaram a abertura de um concurso, em 2013,

no âmbito desta ação, nos termos do Despacho n.º 452/2013, do Gabinete do secretário de Estado da Agricultura, de 9 de janeiro. Este concurso esteve aberto de 21 de janeiro a 21 de março, para as candidaturas que visavam a reconstituição ou reposição do potencial produtivo das explorações, no que se refere a animais, plantações plurianuais, equipamentos e estruturas agrícolas situados nas mesmas, que tenham sido danificados em consequência direta das referidas intempéries.

Ainda em 2013, em janeiro ocorreram fortes intempéries em todo o Continente que justificaram a abertura de outro concurso no âmbito desta ação, nos termos do Despacho n.º 3318/2013, do Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura, de 1 de março.

O total de candidaturas válidas entradas, em 2013, foi de 923 com um investimento total proposto de 30.460 mil euros.

Durante o ano de 2013 verificou-se, ainda, uma ligeira diminuição de candidaturas válidas, face a 31 de dezembro de 2012, proveniente de desistências e rescisões entretanto ocorridas.

O total de candidaturas válidas entradas era, a 31 de dezembro de 2013, de 1.593 com um investimento total proposto de 65.709 mil euros.

Quadro 163: Medida 1.5 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Número de PA	Investimento total	Número de PA	Investimento total
Primeiro	31.158	3.000	0	0	15	99
Segundo (Oeste)		18.000	0	0	517	29.321
Terceiro		5.000	0	0	120	4.284
Quarto		1.000	0	0	18	1.545
Quinto		5.000	70	1.949	70	1.949
Sexto		15.000	853	28.511	853	28.511
TOTAL		47.000	923	30.460	1.593	65.709

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2013 procedeu-se à contratação de 784 PA dos concursos abertos no ano. Em termos acumulados, a taxa de aprovação subiu de 77%, em 2012, para 82% em 2013.

Quadro 164: Medida 1.5 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	15	99	15	99	12	70	3	29	3	29	22	16
Segundo (Oeste)	517	29.321	517	29.321	115	4.051	402	24.088	402	24.088	13.982	10.332
Terceiro	120	4.284	120	4.284	29	582	91	3.669	91	3.669	2.389	1.762
Quarto	18	1.545	18	1.545	0	0	18	1.545	18	1.545	809	607
Quinto	70	1.949	70	1.949	11	62	59	1.887	56	1.858	1.001	750
Sexto	853	28.511	853	28.511	118	1.728	735	26.739	728	26.511	13.357	9.875
TOTAL	1.593	65.709	1.593	65.709	285	6.494	1.308	57.956	1.298	57.701	31.559	23.341

O número de PA contratados no segundo e quarto concurso diminuiu face ao apresentado no relatório de execução de 2012, dado terem sido registadas desistências de PA.

Analisando os PA contratados por rubricas de investimento verifica-se que a rubrica “*estufas ou outras estruturas de forçagem*” diminuiu o seu peso passando a representar 73% (vs. 83% em 2012) do total do investimento nesta ação, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 165: Medida 1.5 – PA contratados por rubrica de investimento (acumulado)

Rubrica de investimento	Investimento (em % do investimento total contratado)
Estufas ou outras estruturas de forçagem	73%
Outras infraestruturas	6,0%
Instalações animais	5,5%
Edifícios e outras construções	5,3%
Plantações	5,2%
Máquinas e equipamentos	2,7%
Rede de rega	1,3%
Outros investimentos	0,9%
Eletrificação	0,2%
Investimentos ambientais e energias renováveis	0,1%
TOTAL	100%

Em termos acumulados foram contratados 1.298 PA, num total de 31.559 mil euros de despesa pública, representando 23.341 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 25.367 mil euros.

c. Execução financeira

Em 2013 foi pago, nesta ação, 4.494 mil euros de despesa pública com uma participação FEADER de 3.820 mil euros.

O montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era, no final de 2013, de 19.594 mil euros de despesa pública e 15.197 mil euros de participação FEADER, representando uma taxa de execução de 61% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 65% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

Quadro 166: Medida 1.5 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (ano)

Un.: mil euros

DRAP	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	184	3.636	1.838	1.378	46	309	263
Centro	221	8.616	4.042	3.032	58	979	832
LVT	181	7.458	4.275	3.063	94	1.882	1.599
Alentejo	128	6.350	2.952	2.214	44	763	649
Algarve	70	2.309	1.250	938	33	562	477
TOTAL	784	28.369	14.358	10.625	275	4.494	3.820

Quadro 167: Medida 1.5 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	219	4.439	2.344	1.758	78	840	665
Centro	247	9.925	4.848	3.636	82	1.739	1.413
LVT	599	31.889	18.462	13.519	484	14.739	11.255
Alentejo	132	6.476	3.023	2.267	47	809	684
Algarve	101	4.972	2.882	2.161	44	1.467	1.180
TOTAL	1.298	57.701	31.559	23.341	735	19.594	15.197

A execução desta ação foi 96% em regiões de convergência.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Em termos de indicadores de acompanhamento, alterou-se a situação reportada em relatórios anteriores sobre o investimento médio apoiado por

empresa agrícola, que passou de superior para inferior ao esperado, fruto do tipo de culturas e explorações que foram danificadas e apoiadas nos últimos concursos.

Quadro 168: Medida 1.5 – Indicadores de realização (contratado acumulado)

Un.: mil euros

	Total contratado				
	Nº PA	Investimento	Desp. pública	FEADER	Acréscimo de VAB
TOTAL	1.298	57.701	31.559	23.341	n.d.
Meta	660	34.000	31.158	25.027	50.000
% da meta	197%	170%	101%	93%	N.D.

Quadro 169: Medida 1.5 – Indicadores de realização (pago acumulado)

Un.: mil euros

	Total pago				
	Nº PA	Investimento	Desp. pública	FEADER	Acréscimo de VAB (executado)
TOTAL	735	38.577	19.594	15.197	5.318
Meta	660	34.000	31.158	25.027	50.000
% da meta	111%	113%	63%	61%	11%

Quanto às áreas apoiadas, no final de 2013, encontravam-se contratados 11.614 ha de superfície agrícola danificada, o que corresponde a 83% da meta prevista.

Quadro 170: Medida 1.5 – Superfície de terra agrícola danificada por tipo de ação e de dano (Contratado)

	Tipo de ação	Subtipo ação	Cheias	Tempestades	Doenças	Incêndios	Outros	TOTAL	Meta	% da meta
Replantação	0	0	0	0	0	0				
Outros	0	0	0	104	0	104				
TOTAL	0	11.208	0	104	302	11.614				

Quadro 171: Medida 1.5 – Superfície de terra agrícola danificada por tipo de ação e de dano (Pago)

	Tipo de ação	Subtipo ação	Cheias	Tempes- tades	Doen- ças	Incên- dios	Outros	TOTAL	Meta	% da meta
Superfície de terras agrícolas danificadas objecto de apoio (ha)	Restabelecimento	Infra-estruturas	0	4.713	0	0	106	4.819		
		Replantação	0	0	0	0	0	0		
		Outros	0	0	0	104	0	104		
	TOTAL			0	4.713	0	104	106	4.923	14.000

Quadro 172: Medida 1.5 – Despesa pública relativa a terra agrícola danificada por tipo de ação e de dano (Contratada)

	Tipo de ação	Subtipo ação	Cheias	Tempes- tades	Doenças	Incêndios	Outros	TOTAL	Nº PA aprovados
Despesa pública	Restabelecimento	Infra-estruturas	0	30.537	0	0	1.001	31.537	1.295
		Replantação	0	0	0	0	0	0	0
		Outros	0	0	0	22	0	22	3
	TOTAL			0	30.537	0	22	1.001	31.559
		Meta	31.158	660					
		% da meta	101%	197%					

Quadro 173: Medida 1.5 – Despesa pública relativa a terra agrícola danificada por tipo de ação e de dano (Paga)

	Tipo de ação	Subtipo ação	Cheias	Tempes- tades	Doenças	Incêndios	Outros	TOTAL	Nº PA com Pagamentos
Despesa pública	Restabelecimento	Infra-estruturas	0	19.379	0	0	194	19.572	732
		Replantação	0	0	0	0	0	0	0
		Outros	0	0	0	22	0	22	3
	TOTAL			0	19.379	0	22	194	19.594
		Meta	31.158	660					
		% da meta	63%	111%					

2.2.1.11 Ação 1.6.1 – Desenvolvimento do regadio

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) v) e artigo 30º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.2.5 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos das medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 125;
- Portaria n.º 964/2008, de 28 de agosto, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 66/2008, de 27 de outubro, alterada pela Portaria número 1141/2009, de 1 de outubro e com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto, pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria n.º 253/2013 de 7 de agosto.

2. Objetivos da Ação

- Disponibilizar água aos prédios rústicos, privilegiadamente através da retenção de recursos hídricos superficiais, da implementação de sistemas de captação, de transporte e de distribuição mais eficientes e de métodos de rega mais adequados de forma integrada com outras infraestruturas;
- Promover melhores acessibilidades através da construção e requalificação de caminhos agrícolas nas áreas beneficiadas pelo regadio;
- Dotar de energia elétrica as infraestruturas coletivas nas áreas de regadio;
- Melhorar a estrutura fundiária, reduzindo a dispersão e fragmentação da propriedade rústica, de forma integrada com as outras infraestruturas;
- Incentivar as novas tecnologias e promover a adaptação dos sistemas de produção ao ambiente.

3. Implementação da ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2013 não foram abertos concursos para esta ação, pelo que a situação se mantém face aos relatórios anteriores.

Quadro 174: Ação 1.6.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de Candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	118.605	63.228	0	0	1	74.481
Segundo		34.103	0	0	2	40.198
Terceiro		21.485	0	0	1	24.944
Quarto		6.389	0	0	4	82.124
TOTAL		125.205	0	0	8	221.746

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2013 regista-se uma ligeira diminuição dos valores contratados fruto de pedidos de alteração efetuados pelos promotores.

Quadro 175: Ação 1.6.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total Candidaturas entradas		Total Candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	1	74.481	1	74.481	0	0	1	64.078	1	64.078	52.575	39.431
Segundo	2	40.198	2	40.198	1	243	1	39.954	1	39.954	34.103	25.577
Terceiro	1	24.944	1	24.944	0	0	1	24.944	1	24.944	21.485	16.113
Quarto	4	82.124	4	82.124	3	74.633	1	6.261	1	6.261	5.109	2.555
TOTAL	8	221.746	8	221.746	4	74.876	4	135.238	4	135.238	113.272	83.677

Em termos acumulados, mantêm-se contratados 4 PA, num total de 113.272 mil euros de despesa pública, representando 83.677 mil euros de participação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento o valor FEADER foi ajustado para 92.180 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 96%.

c. Execução financeira

A execução acumulada desta ação, no final de 2013, era de 73.583 mil euros de despesa pública e 58.444 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 176: Ação 1.6.1 - Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Centro	2	104.032	86.678	65.009	2	61.256	48.512
LVT	1	6.261	5.109	2.555	0	0	0
Alentejo	1	24.944	21.485	16.113	1	12.327	9.932
Algarve	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	4	135.238	113.272	83.677	3	73.583	58.444

Quadro 177: Ação 1.6.1 - Distribuição regional dos PA contratados e pagos (no ano)

Un.: mil euros

Região	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Centro	0	0	0	0	2	5.111	4.418
LVT	0	0	0	0	0	0	0
Alentejo	0	0	0	0	1	2.761	2.347
Algarve	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	3	7.872	6.765

A taxa de execução desta ação subiu para 61% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e é de 70% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Dadas as alterações efetuadas aos investimentos dos PA contratados verifica-se uma redução no cumprimento das metas previstas para a ação pois atingiu-se 96% (vs. 106% em 2012) da meta para a despesa pública e 87% para o FEADER e 113% da meta do volume total de investimento em "terras agrícolas" (vs. 122% em 2012).

Quadro 178: Ação 1.6.1 – Indicadores de realização por tipo de operação apoiada (contratado acumulado)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas			Despesa pública (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)		
		Terras agrícolas	Terras florestais	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	Terras florestais	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	4	4	N.A.	4	83.677	113.272	135.238	N.A.	135.238
TOTAL	4	4	0	4	83.677	113.272	135.238	0	135.238
			Metas	11	95.650	118.605	120.000		120.000
			% da meta	36%	87%	96%	113%		113%

Quadro 179: Ação 1.6.1 – Indicadores de realização por tipo de operação apoiada (pago acumulado)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas			Despesa pública (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)		
		Terras agrícolas	Terras florestais	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	Terras florestais	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	3	3	N.A.	3	58.444	73.583	128.977	N.A.	128.977
TOTAL	3	3	0	3	58.444	73.583	128.977	0	128.977
			Metas	11	95.650	118.605	120.000		120.000
			% da meta	27%	61%	62%	107%		107%

Quanto aos indicadores específicos de realização, mantem-se a informação prestada em relatórios anteriores para os PA contratados, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 180: Ação 1.6.1 – Indicadores específicos de realização (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Número de prédios servidos por acessibilidades		Número de prédios servidos por infra-estruturas colectivas electrificadas		Área do perímetro com reestruturação predial	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
Primeiro concurso (Cova da Beira)	100%	100%	100%	100%	0%	0%
Segundo concurso (Baixo Mondego)	100%	100%	67%	67%	100%	100%
Terceiro concurso (Veiros)	100%	100%	100%	100%	0%	0%
Quarto concurso (Lezíria - Bloco 4)	100%		100%		0%	
Total Ponderado	100%	100%	85%	84%	46%	48%
Metas	100%	100%	100%	100%	25%	25%
% da meta	=	=	85%	84%	184%	191%

O mesmo se passa quanto aos indicadores de resultado, onde continua a verificar-se uma ultrapassagem das metas, com exceção da redução do número de prédios por proprietário. Para calcular a taxa de execução da meta, relativamente ao VAB, utilizou-se a metodologia de multiplicar o valor do VAB anual (19.282 e 17.580, respetivamente, para os PA contratados e pagos) pela vida útil média dos projetos em causa (30 anos), já que a meta foi estabelecida, tendo em atenção o benefício total do projeto e não o benefício anual.

Quadro 181: Ação 1.6.1 – Indicadores de resultado (acumulado)

Concursos	Aumento anual do VAB (mil euros)		Aumento da área regada (ha)		Redução do número de prédios por proprietário		Consumo de água (m ³ /ha)	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
Primeiro (Cova da Beira)	12.264	12.264	5.662	5.662	0%	0%	3.545	3.545
Segundo (Baixo Mondego)	4.567	4.567	1.320	1.320	40%	40%	11.434	11.434
Terceiro (Veiros)	749	749	1.114	1.114	0%	0%	3.472	3.472
Quarto concurso (Lezíria – Bloco 4)	1.702		1.011		0%		7.229	
TOTAL	19.282	17.580	9.106	8.096	6%	7%	5.088	4.821
Metas	350.000	350.000	8.000	8.000	20%	20%	≤ 6.600	≤ 6.600
% da meta	165%	151%	114%	101%	29%	33%	130%	137%

2.2.1.12 Ação 1.6.2 – Regadio de Alqueva

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) v) e artigo 30º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.2.5 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 125;
- Portaria n.º 820/2008, de 8 de agosto, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria n.º 253/2013 de 7 de agosto.

2. Objetivos da Ação

- Disponibilizar água aos prédios rústicos incluídos nos blocos de rega do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, através de sistemas de adução, transporte e de distribuição eficientes e de métodos de rega adequados, de forma integrada com outras infraestruturas;
- Promover melhores acessibilidades, através da construção e requalificação de caminhos agrícolas nas áreas beneficiadas pelo regadio;
- Dotar de energia elétrica as infraestruturas coletivas de regadio;
- Melhorar a estrutura fundiária, reduzindo a dispersão e fragmentação da propriedade rústica, de forma integrada com as outras infraestruturas, nos blocos que apresentem deficiências deste âmbito;
- Incentivar as novas tecnologias e promover a adaptação dos sistemas de produção ao ambiente.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Esta ação encontrava-se aberta em contínuo desde o início do Programa, não se tendo verificado entrada de candidaturas no ano de 2013. Em março de 2013, pelo facto de o Programa se encontrar numa situação de *overbooking*, foi decidido que continuava a ser possível submeter candidaturas ao ProDeR, ficando a análise e decisão das mesmas dependente de futura libertação de verbas provenientes de projetos desistidos ou não executados integralmente, bem como da efetiva possibilidade de execução dos projetos no tempo de vida do Programa.

Em termos acumulados o número de candidaturas válidas manteve-se face ao registado no ano de 2012.

Quadro 182: Ação 1.6.2 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.:mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas no ano		Total de Candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Em Contínuo	297.350	0	0	12	322.662
TOTAL		0	0	12	322.662

b. Análise e decisão das candidaturas

Em termos acumulados, mantêm-se contratados 12 PA num total de 314.138 mil euros de despesa pública, representando 235.603 mil euros de participação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 251.639 mil euros

Quadro 183: Ação 1.6.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

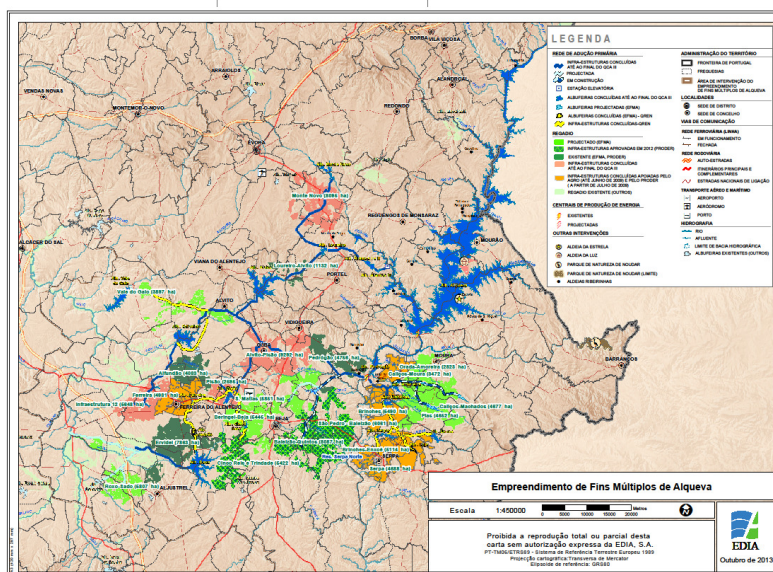
Un.:mil euros

Períodos de candidatura	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Em Contínuo	12	322.662	12	322.662	0	0	12	315.227	12	315.227	314.138	235.603
TOTAL	12	322.662	12	322.662	0	0	12	315.227	12	315.227	314.138	235.603

Assim, dos investimentos previstos para execução na zona do EFMA – Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, já foram concluídos, em 2013, os seguintes aproveitamentos hidroagrícolas: no subsistema de Alqueva:Loureiro-Alvito; no subsistema do Ardila: Brinches, Brinches-Enxoé, Orada-Amoreira e Serpa.

No mapa que representa as áreas abrangidas pelo EFMA, pode verificar-se a localização de cada um dos aproveitamentos nos respetivos subsistemas, bem como a distribuição das áreas beneficiadas em cada um deles: subsistema de Alqueva 25.112 ha; no subsistema do Ardila: 17.462 ha; e no subsistema de Pedrógão: 17.411 ha.

Figura 4: Ação 1.6.2 – Progresso das obras do Alqueva



c. Execução financeira

O montante total dos pagamentos acumulados, no final de 2013, nesta ação era de 208.650 mil euros de despesa pública e 161.974 mil euros de comparticipação FEADER. Deste montante, foram pagos, em 2013, 4.570

mil euros de despesa pública e 3.712 mil euros de participação FEADER.

Quadro 184: Ação 1.6.2 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Períodos de candidatura	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Em Contínuo	12	315.227	314.138	235.603	12	208.650	161.974
TOTAL	12	315.227	314.138	235.603	12	208.650	161.974

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 68% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 69% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

O investimento e a despesa pública atribuídos aos 12 PA contratados correspondem a 105% e 106%, respetivamente, do programado para esta ação.

Quadro 185: Ação 1.6.2 - Indicadores de realização (contratados por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesa pública (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	12	12	12	235.603	314.138	315.227	315.227
TOTAL	12	12	12	235.603	314.138	315.227	315.227
			Metas	237.150	297.350	300.000	
			% da meta	99%	106%	105%	

Quadro 186: Ação 1.6.2 - Indicadores de realização (pagos por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesa pública (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	12	12	12	161.974	208.650	315.227	315.227
TOTAL	12	12	12	161.974	208.650	315.227	315.227
			Metas	237.150	297.350	300.000	
			% da meta	68%	70%	105%	

Mantém-se a análise efetuada aos indicadores específicos de realização, apresentada em anos anteriores:

- A percentagem de prédios que serão servidos por acessibilidades é superior à meta prevista;
- Será cumprida a meta relativamente ao número de prédios servidos por infraestruturas coletivas eletrificadas;
- Nos PA contratados não será feita qualquer reestruturação predial.

Quadro 187: Ação 1.6.2 - Indicadores de realização

	Número de prédios servidos por acessibilidades		Número de prédios servidos por infra-estruturas colectivas electrificadas		Área do perímetro com reestruturação predial	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	100%	100%	100%	100%	0%	0%
Metas	80%	80%	100%	100%	30%	30%
% da meta	++	=	=	=	--	--

Relativamente ao aumento de VAB, manteve-se o método de cálculo utilizado anteriormente (VAB anual x vida útil média dos projetos). Este indicador atingiu 163% da meta estabelecida no programa.

Quadro 188: Ação 1.6.2 - Indicadores de resultado

	Aumento do VAB (mil euros)		Aumento da área regada (ha)		Redução do número de prédios por proprietário		Consumo de água (m ³ /ha)	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	76.065	76.065	59.985	59.985	0%	0%	4.144	4.144
TOTAL	76.065	76.065	59.985	59.985	0%	0%	4.144	4.144
Metas	1.400.000	1.400.000	90.000	90.000	20%	20%	Redução de 5%	Redução de 5%
% da meta	163%	163%	67%	67%	0%	0%	++ (-51%)	++ (-51%)

2.2.1.13 Ação 1.6.3 – Sustentabilidade dos regadios públicos

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) v) e artigo 30º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.2.5 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 125;
- Portaria n.º 1137-A/2008, de 9 de outubro, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria n.º 253/2013 de 7 de agosto.

2. Objetivos da Ação

- Melhorar a gestão dos aproveitamentos hidroagrícolas;
- Modernizar infraestruturas primárias;
- Melhorar a segurança das infraestruturas;
- Incentivar a introdução de novas tecnologias;
- Estender as infraestruturas hidroagrícolas a áreas adjacentes com solos com melhor aptidão ao regadio.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Como não foram abertos novos concursos nesta ação apresenta-se um quadro equivalente ao apresentado no relatório de 2012 mas com valores inferiores, quer em número de PA quer em investimento total por desistência de 13 PA que representavam 15.274 mil euros de despesa pública.

Quadro 189: Ação 1.6.3 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.:mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	40.402	25.377	25	25.420
Segundo		1.433	4	2.436
Terceiro		10.018	41	42.196
Quarto		21.320	35	23.992
Quinto		19.936	11	64.321
TOTAL		78.084	116	158.365

b. Análise e decisão das candidaturas

Tal como já referido no relatório de 2012, a fraca execução desta ação, decorrente do facto dos promotores, maioritariamente entidades públicas, se encontrarem com limitações orçamentais, levou a que tivesse sido efetuada uma consulta aos beneficiários (Associações de Beneficiários) de 42 PA com parecer favorável mas sem dotação orçamental, no sentido dos mesmos apresentarem um orçamento revisto bem como um calendário da realização de cada projeto. Considerando a previsível libertação de verbas de projetos em execução, foram reanalisados e contratados 38 PA.

Quadro 190: Ação 1.6.3 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas [1]		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	25	25.420	25	25.420	0	0	25	17.913	25	17.913	14.835	11.127
Segundo	4	2.436	4	2.436	1	124	3	2.862	3	2.862	2.364	1.773
Terceiro	41	42.196	41	42.196	11	11.023	30	25.841	30	25.841	24.758	18.480
Quarto	35	23.992	35	23.992	20	9.532	15	11.487	15	11.487	9.851	7.388
Quinto	11	64.321	11	64.321	5	17.936	6	30.049	6	30.049	27.949	20.842
TOTAL	116	158.365	116	158.365	37	38.615	79	88.152	79	88.152	79.757	59.609

[1] No terceiro, quarto e quinto concursos encontram-se incluídos 25 PA sem dotação orçamental no montante de 30.531 mil euros de inv

Em termos acumulados, encontram-se contratados 79 PA, num total de 79.757 mil euros de despesa pública, representando 59.609 mil euros de

comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 67.644 mil euros.

A distribuição regional dos PA contratados sofreu alterações face a 2012. A região do Alentejo reforçou o seu peso passando a representar 58% dos PA contratados e 61% da despesa pública. A região Norte passou a ser a segunda mais representativa, em termos do total de PA contratados, com 13% e 7%, respetivamente do total de PA contratados e da despesa pública contratada. As regiões do Algarve e LVT apresentam ambas 13% do total da despesa pública contratada.

Quadro 191: Ação 1.6.3 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Região	PA contratados			
	Nº PA	Invest.	Desp. Pública	FEADER
Norte	10	6.588	5.511	4.133
Centro	9	5.785	5.613	4.210
LVT	8	12.255	10.108	7.372
Alentejo	46	52.368	48.329	36.246
Algarve	6	11.156	10.196	7.647
TOTAL	79	88.152	79.757	59.609

c. Execução financeira

O montante total dos pagamentos acumulados nesta ação é de 11.243 mil euros de despesa pública e 9.407 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 192: Ação 1.6.3 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	10	5.511	4.133	10	1.732	1.415
Centro	9	5.613	4.210	7	300	255
LVT	8	10.108	7.372	11	4.748	3.942
Alentejo	46	48.329	36.246	28	4.147	3.527
Algarve	6	10.196	7.647	1	314	267
TOTAL	79	79.757	59.609	57	11.243	9.407

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 28% (vs. 10% em 2012) face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 16% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

O investimento e a despesa pública atribuída aos PA contratados até 2013 correspondem a 215% e a 197%, respetivamente, do programado para esta ação.

Quadro 193: Ação 1.6.3 – Indicadores de realização (contratado por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesa pública (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	79	79	79	59.609	79.757	88.152	88.152
TOTAL	79	79	79	59.609	79.757	88.152	88.152
			Metas	34.154	40.402	41.000	
			% da meta	175%	197%	215%	

Quadro 194: Ação 1.6.3 – Indicadores de realização (pago por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesa pública (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	57	57	57	9.407	11.243	51.936	51.936
TOTAL	57	57	57	9.407	11.243	51.936	51.936
			Metas	34.154	40.402	41.000	
			% da meta	28%	28%	127%	

Quanto ao aumento da área beneficiada, verifica-se que os PA contratados representam intervenções numa área de 112 mil ha.

Quadro 195: Ação 1.6.3 – Distribuição Regional da Área beneficiada⁴

DRAP	Aproveitamento Hidroagrícola	Área contratada (ha)	Área paga (ha)
Norte	Vale da Vilaça	2.064	2.064
	Armamar	420	420
	Alfandega da Fé	331	331
	Vale de Madeiro	300	300
	Gostei	280	280
	Curalha	110	110
Centro	Mairos	100	100
	Idanha a Nova	8.193	8.193
LVT	Vale do Lis	2.145	0
	Vila Franca de Xira	13.420	13.420
Alentejo/LVT	Alvorninha	125	125
	Vale do Sorraia	15.364	15.364
Alentejo	Vale do Sado	9.614	9.614
	Odivelas	12.361	12.361
	Mira	12.000	12.000
	Caia	7.271	7.271
	Roxo	5.041	5.041
	Campilhas e Alto Sado	5.954	5.954
	Xévorra	1.764	1.764
	Vigia	1.500	0
Algarve	Luçefecit	1.179	1.179
	Sotavento	8.261	0
	Silves, Lagoa, Portimão	2.405	2.405
	Alvor	1.747	1.747
Total		111.949	100.043

Quanto aos indicadores específicos de realização, regista-se o seguinte:

- A percentagem de prédios que serão servidos por acessibilidades é superior à meta prevista;
- Será cumprida a meta relativamente ao número de prédios servidos por infraestruturas coletivas eletrificadas;
- Nos PA contratados não será feita qualquer reestruturação predial.

Quadro 196: Ação 1.6.3 – Indicadores de realização (PA encerrados)

Operação	Nº de prédios do perímetro servidos por acessibilidades (em % do total de prédios)	Nº de prédios do perímetro servidos por infra-estruturas coletivas eletrificadas (em % do total de prédios)	Área do perímetro com reestruturação predial (em % do total de prédios)
Indicadores de realização	100%	100%	0%
Metas	80%	100%	10%
% da meta	125%	100%	0%

⁴ A área total não é igual ao somatório das áreas dos diferentes concursos porque há duplicação de áreas.

2.2.1.14 Ação 1.6.4 – Modernização dos regadios coletivos tradicionais

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) v) e artigo 30º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.2.5 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 125;
- Portaria n.º 842/2009 de 4 de agosto, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria n.º 253/2013 de 7 de agosto.

2. Objetivos da Ação

- Promover a recuperação física dos sistemas de captação, transporte e distribuição de água;
- Incentivar a adoção de tecnologias mais eficientes;
- Promover a extensão dos sistemas de rega a áreas adjacentes e o aproveitamento do potencial existente.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2013 não foram abertos concursos para esta ação, pelo que se mantém a situação descrita nos relatórios anteriores embora com uma diminuição de candidaturas válidas, face a 31 de dezembro de 2012, fruto de 2 desistências entretanto ocorridas.

Quadro 197: Ação 1.6.4 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total
Primeiro	8.227	76	11.217
Total	8.227	76	11.217

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2013 não se efetuaram novas contratações nesta ação e verificaram-se 2 desistências de PA já contratados num total de 471 mil euros de investimento.

Quadro 198: Ação 1.6.4 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	76	11.217	76	11.217	14	2.755	62	8.350	62	8.350	7.929	5.947
Total	76	11.217	76	11.217	14	2.755	62	8.350	62	8.350	7.929	5.947

Em termos acumulados, encontram-se contratados 62 PA, num total de 7.929 mil euros de despesa pública, representando 5.947 mil euros de comparticipação FEADER. Todos os PA contratados localizam-se em região de convergência. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 6.677 mil euros.

A distribuição regional dos PA contratados mantém-se semelhante à apresentada no relatório de 2012.

Quadro 199: Ação 1.6.4 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Acumulado 2007-2011			
	Nº PA	%	Despesa pública	FEADER
Norte	55	89%	6.788	5.091
Centro	6	10%	1.098	823
LVT	0	0%	0	0
Alentejo	1	2%	43	33
Algarve	0	0%	0	0
TOTAL	62	100%	7.929	5.947

c. Execução financeira

O montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era, no final de 2013, de 6.683 mil euros de despesa pública e 5.617 mil euros de participação FEADER.

Quadro 200: Ação 1.6.4 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	55	6.788	5.091	55	5.780	4.861
Centro	6	1.098	823	5	859	721
LVT	0	0	0	0	0	0
Alentejo	1	43	33	1	43	35
Algarve	0	0	0	0	0	0
TOTAL	62	7.929	5.947	61	6.683	5.617

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 81% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 94% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

O investimento e a despesa pública atribuída aos PA que se encontravam contratados correspondem a 93% e a 96%, respetivamente, do programado para esta ação.

Quadro 201: Ação 1.6.4 – Indicadores de realização (contratado por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	62	62	62	5.947	7.929	8.350	8.350
TOTAL	62	62	62	5.947	7.929	8.350	8.350
			Metas	6.930	8.227	9.000	
			% da meta	86%	96%	93%	

Quadro 202: Ação 1.6.4 – Indicadores de realização (pago por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	61	61	61	5.617	6.683	8.296	8.296
TOTAL	61	61	61	5.617	6.683	8.296	8.296
			Metas	6.930	8.227	9.000	
			% da meta	81%	81%	92%	

Quanto aos indicadores de resultado verifica-se, face a 2012, uma diminuição da área regada contratada (2.002 ha em 2013 face a 2.025 ha em 2012) fruto das desistências entretanto verificadas. Quanto ao consumo de água o aumento deve-se a que, com as obras de regadio, foi possível cultivar culturas mais exigentes em água ou aumentar as regas das culturas já praticadas.

Quadro 203: Ação 1.6.4 – Indicadores de resultado

	Aumento da área regada (ha)		Consumo de água (m ³ /ha)
	Contratado	Pago	Executado
	2.002	1.995	+24%
TOTAL	2.002	1.995	+24%
Metas			Redução de 5%
% da meta			-

2.2.1.15 Ação 1.6.5 – Projetos estruturantes

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) v) e artigo 30º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.2.5 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 125;
- Portaria n.º 1037/2009, de 11 de setembro, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria n.º 253/2013 de 7 de agosto.

2. Objetivos da Ação

- Contribuir para a melhoria da competitividade dos territórios;
- Melhorar a acessibilidade viária e a rede elétrica necessárias à concretização de uma estratégia de desenvolvimento rural integrado de um território;
- Contribuir para a requalificação ambiental, através do apoio a soluções coletivas mais adequadas para a transferência, valorização e tratamento de efluentes agropecuários e agroindustriais fora do âmbito da exploração/unidade industrial.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

No ano de 2012 foi aberto um período de candidaturas em contínuo, a 17 de abril, para projetos de “eletrificação rural” no âmbito desta ação. Em fevereiro de 2013, pelo facto de nessa data o Programa se encontrar numa situação de *overbooking*, foi decidido que continuava a ser possível submeter candidaturas ao ProDeR, ficando a análise e decisão das mesmas dependente de futura libertação de verbas provenientes de projetos desistidos ou não executados integralmente, bem como da efetiva possibilidade de execução dos projetos no tempo de vida do Programa.

Para este período de candidaturas registou-se a entrada de 6 PA representando um investimento de 1.595 mil euros.

Tal como nas outras ações verificou-se uma diminuição de candidaturas válidas, face a 31 de dezembro de 2012, fruto de desistências e rescisões entretanto ocorridas.

No quadro seguinte apresentam-se as candidaturas válidas submetidas até 31 de dezembro de 2013.

Quadro 204: Ação 1.6.5 - Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos		Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	Caminhos	46.574	0	0	1.168	653.417
	Electrificação		0	0	65	9.745
Segundo	Requalificação ambiental		0	0	1	16.749
Terceiro	Electrificação - em contínuo 2012		0	0	13	798
Terceiro	Electrificação - em contínuo 2013		6	1.595	6	1.595
TOTAL		46.574	6	1.595	1.253	682.305

A distribuição regional dos PA entrados por item mantém-se face ao já relatado em relatórios anteriores com, no caso dos "caminhos agrícolas", uma concentração dos PA apresentados nas regiões Norte e Centro (38% e 48% do total, respetivamente) e uma concentração do investimento na região LVT (62%).

Quadro 205: Ação 1.6.5 - Distribuição regional dos PA entrados para o item "caminhos agrícolas " (acumulado)

Região	PA		Invest. proposto		
	Número	%	Mil euros	%	
Caminhos	Norte	440	38%	83.873	13%
	Centro	566	48%	136.212	21%
	LVT	55	5%	405.462	62%
	Alentejo	43	4%	18.687	3%
	Algarve	64	5%	9.183	1%
	TOTAL	1.168	100%	653.417	100%

O mesmo se passa quanto às candidaturas para a “*eletrificação rural*”, em que a distribuição regional mantém a tendência já verificada em anos anteriores, embora a região do Alentejo tenha reforçado a sua posição.

Quadro 206: Ação 1.6.5 – Distribuição regional dos PA entrados para o item “eletrificação rural” (acumulado)

	Região	PA		Invest. proposto	
		Número	%	Mil euros	%
Electrificação	Norte	29	35%	1.287	11%
	Centro	39	46%	2.106	17%
	LVT	1	1%	11	0%
	Alentejo	11	13%	7.895	65%
	Algarve	4	5%	839	7%
TOTAL		84	100%	12.138	100%

Por fim, no que se refere à “*requalificação ambiental*”, mantém-se a candidatura de 1 PA na região Alentejo, para a concentração, a nível regional, de soro originário de explorações leiteiras, a qual teve um parecer desfavorável.

Quadro 207: Ação 1.6.5 - Distribuição regional dos PA entrados para o item “requalificação ambiental” (acumulado)

	Região	PA		Invest. proposto	
		Número	%	Mil euros	%
Requalificação ambiental	Norte	0	0%	0	0%
	Centro	0	0%	0	0%
	LVT	0	0%	0	0%
	Alentejo	1	100%	16.749	100%
	Algarve	0	0%	0	0%
TOTAL		1	100%	16.749	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2013 foram analisados e decididos 13 PA entrados no terceiro período de candidaturas, representando 2.037 mil euros de despesa pública. Destes PA, 85% foram aprovados e contratados.

Nesta ação registaram-se, ainda ao longo de 2013, 14 PA desistidos que representavam 1.820 mil euros de despesa pública.

Quadro 208: Ação 1.6.5 - PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas				
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas [1]		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total					
Primeiro	Caminhos	1.168	653.417	1.168	653.417	1.117	633.617	51	19.567	51	19.567	17.963	13.294
	Electrificação	65	9.745	65	9.745	24	1.700	41	8.032	41	8.032	7.643	5.730
Segundo	Segundo	1	16.749	1	16.749	1	16.749	0	0	0	0	0	0
Terceiro	Electrificação - em contínuo 2012	13	798	13	798	2	16	11	676	11	676	676	507
	Electrificação - em contínuo 2013	6	1.595	6	1.595	0	0	6	1.544	6	1.544	1.483	1.112
TOTAL		1.253	682.305	1.253	682.305	1.144	652.082	109	29.820	109	29.820	27.765	20.643

[1] No concurso dos caminhos encontram-se incluídos 173 PA sem dotação orçamental no montante de 41.623 mil euros de investimento

Em termos acumulados, encontram-se contratados 109 PA, num total de 27.765 mil euros de despesa pública, representando 20.643 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 23.007 mil euros.

A distribuição regional dos PA contratados mantém-se à já relatada em relatórios anteriores, com 84% dos PA contratados, na tipologia "caminhos agrícolas", da região Norte e Centro.

Quadro 209: Ação 1.6.5 - Distribuição regional dos PA contratados (caminhos agrícolas)

Un.: mil euros

Região	Total contratado				
	Nº PA	Invest.	Desp. pública	FEADER	
Caminhos	Norte	18	3.106	2.965	2.224
	Centro	25	13.294	11.878	8.909
	LVT	3	1.625	1.579	1.006
	Alentejo	2	1.177	1.177	883
	Algarve	3	365	364	273
TOTAL	51	19.567	17.963	13.294	

Também na tipologia "electrificação rural" a região Centro continua a ser a região dominante, em termos de PA contratados, com 57% do total. Em

termos de investimento, o Alentejo reforçou a sua liderança, com 73% do investimento total.

Quadro 210: Ação 1.6.5 – Distribuição regional dos PA contratados (eletrificação rural)

Un.:mil euros

	Região	Total contratado			
		Nº PA	Invest.	Desp. pública	FEADER
Electrificação	Norte	11	577	546	409
	Centro	33	1.412	1.250	938
	LVT	1	11	11	5
	Alentejo	9	7.469	7.215	5.412
	Algarve	4	784	780	585
	TOTAL	58	10.253	9.802	7.349

c. Execução financeira

No final de 2013, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 17.817 mil euros de despesa pública e 14.551 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 211: Ação 1.6.5 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	29	3.511	2.633	27	2.615	2.098
Centro	58	13.128	9.846	57	10.110	8.269
LVT	4	1.589	1.011	4	962	782
Alentejo	11	8.393	6.294	8	3.151	2.580
Algarve	7	1.143	858	6	980	821
	TOTAL	109	27.765	20.643	102	17.817

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 37% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 70% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

O investimento e a despesa pública atribuída aos 109 PA contratados até 2013 correspondem a 43% e a 60%, respetivamente, do programado para esta ação.

Quadro 212: Ação 1.6.5 – Indicadores de realização (contratado por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Acesso	51	51	51	13.294	9.802	19.567	19.567
Fornecimento de energia	58	58	58	7.349	17.963	10.253	10.253
TOTAL	109	109	109	20.643	27.765	29.820	29.820
			Metas	38.988	46.574	70.000	
			% da meta	53%	60%	43%	

Quadro 213: Ação 1.6.5 – Indicadores de realização (pago por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Acesso	51	51	51	10.610	13.089	19.567	19.567
Fornecimento de energia	51	51	51	3.941	4.729	8.672	8.672
TOTAL	102	102	102	14.551	17.817	28.239	28.239
			Metas	38.988	46.574	70.000	
			% da meta	37%	38%	40%	

2.2.1.16 Medida 1.7 – Cumprimento de novas normas obrigatórias

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea c) i) e artigo 31º do Reg. (CE) n.º 1698/2005;
- Anexo II ponto 5.3.1.3.1 do Reg. (CE) n.º 1974/2006;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 131;
- Portaria 811/2010, de 26 de agosto.

2. Objetivos da Medida

Promover a rápida implementação de normas exigentes baseadas na legislação comunitária nos domínios do ambiente, da saúde pública, da sanidade animal e fitossanidade, do bem-estar dos animais e da segurança no trabalho.

3. Implementação da Medida

Tal como já referido em relatórios anteriores esta ação cuja candidatura está integrada no Pedido Único (PU) tem, nos termos de protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP, a sua gestão e execução asseguradas pelo IFAP. Por esta razão, este ponto do relatório foi elaborado tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

a. Apreciação dos Pedidos de Pagamento e Pedido de Apoio

A decisão anual sobre o período de apresentação do PU passou a ser da competência do conselho diretivo do IFAP, com divulgação no respetivo sítio, em www.ifap.pt, conforme estabelecido pela Portaria n.º 86/2011, de 25 de Fevereiro. Em 2013 não decorreu nenhum período de apresentação de candidaturas.

Os beneficiários desta ação são agricultores, a título individual ou coletivo, detentores de ovinos e caprinos, devidamente registados no Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA). O apoio a atribuir reveste a forma de um subsídio anual, de carácter degressivo, por um período três anos, atribuído por cada animal identificado

eletronicamente de acordo com as normas previstas na regulamentação comunitária e nacional em vigor (a contar da data em que o cumprimento da norma se tornou obrigatório de acordo com a legislação comunitária - 1 de Janeiro de 2010).

No final do ano de 2013 mantiveram-se inalterados os dados já apresentadas no relatório anterior, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 214: Ação 1.7 – Candidaturas e identificações comunicadas (acumulado)

Un.:mil euros

Ano	Total de candidaturas entradas		Total de Identificações Comunicadas		
	Nº PA	Custo total estimado	Nº PA	Despesa pública	FEADER
2010	24.115	312	6.781	312	240
2011	3.881	19	848	19	16
2012	24.334	86	3.730	86	73
2013	-	-	-	-	-
TOTAL	52.330	416	11.359	416	329
TOTAL Beneficiários	30.158		9.472		

Considerando o universo das identificações comunicadas a região Centro mantém-se como a mais representativa em termos de número de candidaturas e a região do Alentejo como a mais representativa em termos de despesa pública, com 56% do total.

Quadro 215: Ação 1.7 – Distribuição regional das identificações comunicadas (acumulado)

unid. mil euros

DRAP	Identificações Comunicadas		
	N.º PA	Desp. Pública	FEADER
Norte	2.850	97	75
Centro	4.056	55	43
LVT	952	23	18
Alentejo	3.307	232	186
Algarve	194	9	7
TOTAL	11.359	416	329

Tal como já referido no relatório anterior, relativamente ao número de animais identificados o Alentejo apresenta 62% do total de ovinos identificados enquanto o Norte é o mais representativo no que se refere a caprinos (46% do total).

Quadro 216: Ação 1.7 – Distribuição regional dos animais identificados (acumulado)

DRAP	N.º Animais				
	Ovinos	%	Caprinos	%	Total
Norte	52.079	18%	24.303	46%	76.382
Centro	37.718	13%	7.484	14%	45.202
LVT	12.792	5%	6.263	12%	19.055
Alentejo	176.984	62%	11.864	22%	188.848
Algarve	3.773	1%	3.429	6%	7.202
TOTAL	283.346	100%	53.343	100%	336.689

b. Execução financeira

No ano de 2013 não se registaram pagamentos nesta ação pelo que o montante total dos pagamentos acumulados continua a ser de 413 mil euros de despesa pública e 326 mil euros de participação FEADER, com distribuição anual que se apresenta em seguida.

Quadro 217: Ação 1.7 – PA pagos (acumulado)

unid: mil euros

Ano	PA Pagos		
	N.º	Desp. Pública	FEADER
2010	6.754	311	241
2011	845	17	14
2012	3.679	85	72
2013	0	0	0
TOTAL	11.278	413	326

Quadro 218: Ação 1.7 – Distribuição regional PA pagos (acumulado)

unid: mil euros

DRAP	PA Pagos		
	N.º	Desp. Pública	FEADER
Norte	2.830	97	75
Centro	4.024	55	43
LVT	944	23	18
Alentejo	3.287	230	184
Algarve	193	9	7
TOTAL	11.278	413	326
TOTAL Beneficiários	9.416		

Quadro 219: Ação 1.7 – Distribuição regional dos animais apoiados (acumulado)

DRAP	N.º Animais				
	Ovinos	%	Caprinos	%	Total
Norte	51.955	18%	24.207	46%	76.162
Centro	37.625	13%	7.434	14%	45.059
LVT	12.749	5%	6.254	12%	19.003
Alentejo	176.364	62%	11.618	22%	187.982
Algarve	3.773	1%	3.407	6%	7.180
TOTAL	282.466	100%	52.920	100%	335.386

Em termos globais, a ação manteve uma taxa de execução de 11% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 99% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. *Indicadores de acompanhamento do Programa*

Os indicadores financeiros e de realização mantiveram-se face ao já referido no relatório anterior, conforme quadros que se apresentam de seguida.

Quadro 220: Ação 1.7 – Indicadores Financeiros

Unid: mil euros

Tipo de Norma	N.º Animais Identificados	Contratado		Pago	
		Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
Combinação (Sanidade animal/saúde pública)	335.386	416	312	413	326
TOTAL	335.386	416	312	413	326
Metas	3.000.000	3.382	2.850	3.382	2.850
% da meta	11%	12%	11%	12%	11%

Quadro 221: Ação 1.7 – Indicadores de Realização

	Identificações Comunicadas		Pagos	
	Número Beneficiários	Número CN	Número Beneficiários	Número CN
	9.472	50.503	9.416	50.308
Meta	30.000	450.000	30.000	450.000
% da Meta	32%	11%	31%	11%

2.2.2 Subprograma 4 – Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências

2.2.2.1 Medida 4.1 – Cooperação para a inovação

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) iv) e Artigo 29º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 20º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.1.2.4;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 124;
- Portaria número 596/2009 de 3 de junho, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto, pela Declaração de Retificação n.º 32-A/2010 de 26 de outubro, pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria n.º 253/2013 de 7 de agosto.

2. Objetivos da Medida

- Promover o desenvolvimento da inovação através de práticas de cooperação entre os diversos agentes das fileiras para obtenção de novos produtos, processos ou tecnologias;
- Aumentar a interligação entre o conhecimento científico e tecnológico e as atividades produtivas, adequando-o eficazmente às necessidades do setor, à melhoria do desempenho das empresas e incorporando os resultados nos produtos a oferecer ao consumidor;
- Incentivar a incorporação da inovação pelos agentes económicos nos processos produtivos, potencializando e otimizando os apoios em áreas complementares como a modernização produtiva, a qualificação ou os serviços prestados.

3. Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Em 2013, encontrava-se aberto um período contínuo de candidaturas para esta medida. Em fevereiro de 2013, pelo facto de nessa data o Programa se encontrar numa situação de *overbooking*, foi decidido que continuava a ser possível submeter candidaturas ao ProDeR, ficando a análise e decisão das mesmas dependente de futura libertação de verbas provenientes de projetos desistidos ou não executados integralmente, bem como da efetiva possibilidade de execução dos projetos no tempo de vida do Programa.

Em 2013 (até 26 de fevereiro) entraram 124 candidaturas, conforme quadro que se apresenta.

Quadro 222: Medida 4.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	18.100	10.000	0	0	78	16.936
Segundo		15.000	0	0	92	18.834
Terceiro - em contínuo 2012			0	0	9	1.769
Terceiro - em contínuo 2013			124	15.204	124	15.204
TOTAL	18.100	25.000	124	15.204	303	52.743

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2013 foram analisadas e decididas 133 candidaturas. Destas foram contratadas 126 PA que representam 7.116 mil euros de despesa pública com 5.006 mil euros de participação FEADER.

Quanto aos concursos anteriores registaram-se 14 desistências que representavam 1.631 mil euros de apoio.

Quadro 223: Medida 4.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (ano)

Un: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Segundo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Terceiro - em contínuo 2012	0	0	9	1.769	0	0	9	1.769	9	1.769	1.041	759
Terceiro - em contínuo 2013	124	15.204	124	15.204	7	660	117	14.544	117	14.544	6.074	4.247
TOTAL	124	15.204	133	16.972	7	660	126	16.313	126	16.313	7.116	5.006

Quadro 224: Medida 4.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	78	16.936	78	16.936	33	6.926	45	9.045	45	9.045	4.644	3.391
Segundo	92	18.834	92	18.834	37	7.216	55	11.613	55	11.613	5.274	3.713
Terceiro - em contínuo 2012	9	1.769	9	1.769	0	0	9	1.769	9	1.769	1.041	759
Terceiro - em contínuo 2013	124	15.204	124	15.204	7	660	117	14.544	117	14.544	6.074	4.247
TOTAL	303	52.743	303	52.743	77	14.802	226	36.970	226	36.970	17.034	12.110

Em termos acumulados encontram-se contratados 226 PA num total de 17.034 mil euros de despesa pública e 12.110 mil euros de comparticipação FEADER.

Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 14.344 mil euros.

Analisando os PA contratados por tipo de atividade da empresa, por setor e por rubricas de investimento, verifica-se:

- Os PA que envolvem apenas empresas de produção agrícola continuam a ser responsáveis pela maioria (58%) do investimento total contratado;
- Considerando a produção agrícola e a indústria agroalimentar, os sectores mais representativos passaram a ser o da "pecuária" e o dos "frutos" com 24%, logo seguidos dos setores dos "Cereais"

oleaginosas e proteaginosas” e das *“flores”* com 14% e 12%, respetivamente;

- Na indústria agroalimentar, o setor do *“olival”* continua a diminuir a sua representação passando a representar 8% (vs. 12% em 2012) no total desta indústria. O apoio a este setor teve como objetivo a valorização dos bagaços e a sua utilização como fertilizante;
- A rubrica de *“recursos humanos”* continua a reforçar a sua predominância em termos de investimento (52% vs 45% em 2012), seguida dos *“equipamentos”* e do *“material de pesquisa”*, ambas representando 15% (em 2012 os *“equipamentos”* representavam 20%).

Quadro 225: Investimento contratado (por rubricas)

Un. mil euros

Tipo de Empresa	Sector	Rubricas de investimento									TOTAL
		Construções ou adaptação de edifícios	Demonstração e de divulgação	Deslocações e estadas	Despesas gerais	Equipamentos	Material de pesquisa	Programas informáticos	Recursos humanos	Não elegíveis	
Agrícola	Cereais oleaginosas e proteaginosas	63	107	210	132	1.056	950	2	1.872	-	4.392
	Flores	791	163	192	155	844	644	35	1.641	-	4.465
	Frutos	58	14	264	180	197	383	41	2.513	2	3.652
	Hortícolas	-	12	24	21	33	119	7	480	1	697
	Vinha	-	108	145	83	294	572	1	1.573	-	2.778
	Outras culturas agrícolas	4	37	213	74	70	451	0	1.073	7	1.929
	Pecuária	567	30	159	117	774	610	20	1.303	-	3.581
Misto	Cereais oleaginosas e proteaginosas	-	20	18	8	70	43	-	91	-	250
	Frutos	6	24	41	68	123	70	30	867	-	1.228
	Produtos Florestais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Vinha	-	18	17	21	-	54	-	308	-	417
	Não elegíveis	-	5	84	21	7	121	-	543	-	780
Indústria agroalimentar	Frutos	223	112	95	185	1.094	275	2	2.177	-	4.163
	Cereais oleaginosas e proteaginosas	-	8	15	28	98	56	9	406	30	651
	Outras culturas agrícolas	4	124	96	45	272	56	6	500	-	1.105
	Vinha	-	9	62	52	11	167	-	443	-	744
	Olival	-	10	57	54	83	149	35	617	-	1.004
	Pecuária	-	405	302	326	617	646	2	2.835	-	5.133
	TOTAL	1.716	1.206	1.994	1.570	5.643	5.368	191	19.243	40	36.970

c. Execução financeira

No final de 2013, o montante total dos pagamentos acumulados nesta medida era de 7.084 mil euros de despesa pública e 5.886 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 226: Medida 4.1 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	61	5.473	4.105	51	2.335	1.953
Centro	19	2.380	1.777	12	1.012	841
LVT	90	5.404	3.430	59	2.557	2.108
Alentejo	54	3.685	2.730	29	1.113	928
Algarve	2	92	69	2	67	57
TOTAL	226	17.034	12.110	152	7.084	5.886

Em termos globais, a medida alcançou uma taxa de execução de 39% (vs. 21% em 2012) face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 49% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Analisando os indicadores específicos de realização, verifica-se:

- O investimento atribuído aos 226 PA, contratados até 2013, corresponde a 148% da meta prevista para esta medida;
- Confirma-se que, comparativamente com o número de iniciativas de cooperação apoiadas, o número de projetos com estrutura de I&D foi superior ao previsto.

Quadro 227: Medida 4.1 - Indicadores específicos de realização

	Montante total do investimento (mil euros)		Nº empresas				Nº iniciativas de cooperação apoiadas	
			Projectos com estrutura de I&D		Nº médio de empresas beneficiadas por iniciativas de cooperação			
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	36.970	28.750	210	192	33	37	64	57
Metas	25.000	25.000	110	110	850	850	150	150
% da meta	148%	115%	191%	175%	4%	4%	43%	38%

Quanto às iniciativas de cooperação contratadas verifica-se que foi atingido 43% (vs. 22% em 2012) da meta estabelecida para o Programa.

Analisando o número de iniciativas de cooperação contratadas, por setor e tipo de iniciativa, o setor com maior representatividade continua a ser o setor da agricultura, com 55% das iniciativas.

Quadro 228: Medida 4.1 - Indicadores de realização (contratado)

Tipo de iniciativas de cooperação	Número de iniciativas de cooperação apoiadas					Despesa pública (mil euros)	
	Agricultura	Agro-indústria	Silvicultura	Misto	Total	Total	FEADER
Desenvolvimento de novos produtos	10	19	0	3	32	8.584	5.957
Desenvolvimento de novas técnicas	25	3	0	4	32	8.449	6.153
TOTAL	35	22	-	7	64	17.034	12.110
Metas					150	18.100	15.250
% da meta					43%	94%	79%

Quadro 229: Medida 4.1 - Indicadores de realização (pago)

Tipo de iniciativas de cooperação	Número de iniciativas de cooperação apoiadas					Despesa pública (mil euros)	
	Agricultura	Agro-indústria	Silvicultura	Misto	Total	Total	FEADER
Desenvolvimento de novos produtos	2	11	0	0	13	3.380	2.777
Desenvolvimento de novas técnicas	11	1	0	2	14	3.704	3.110
TOTAL	13	12	-	2	27	7.084	5886
Metas					150	18.100	15.250
% da meta					18%	39%	39%

Relativamente aos indicadores de resultado, o número de explorações contratadas, que introduziram novos produtos e/ou novas técnicas, apresenta uma percentagem de 44% da meta.

Quadro 230: Medida 4.1 - Indicadores de resultado

	Nº de explorações								Aumento de VAB nas explorações/empresas apoiadas (milhões de euros)
	Novos prod/proc/técnicas		Novos produtos		Novos processos		Novas tecnologias		
	Contratados	Pagos	Contratados	Pagos	Contratados	Pagos	Contratados	Pagos	
	66	59	33	27	6	6	27	26	2,3
Metas	150	150	-	-	-	-	-	-	60
% da meta	44%	39%	-	-	-	-	-	-	4%

2.2.2.2 Ação 4.2.1 – Formação especializada

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea a) i) e Artigo 21º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.1.1 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 111;
- Portaria número 596-D/2008, de 8 de julho, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.
- Despacho normativo número.4-A/2008 de 24 de janeiro com a última redação dada pelo Despacho normativo número.12/2012 de 21 de maio.

2. Objetivos da Ação

- Promover a formação de jovens agricultores, ativos dos setores da agricultura, silvicultura e indústria alimentar, conferindo-lhes competências específicas para o desenvolvimento das suas atividades;
- Aumentar a articulação entre o processo de formação e os objetivos associados aos investimentos apoiados noutras medidas do Programa.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2013 foi aberto o terceiro concurso para esta ação destinado à formação de Jovens Agricultores. Tal como noutras ações, em fevereiro de 2013, pelo facto de nessa data o Programa se encontrar numa situação de *overbooking*, foi decidido que continuava a ser possível submeter candidaturas ao ProDeR, ficando a análise e decisão das mesmas dependente de futura libertação de verbas provenientes de projetos

desistidos ou não executados integralmente, bem como da efetiva possibilidade de execução dos projetos no tempo de vida do Programa.

Este concurso teve 29 candidaturas válidas com um investimento total de 8.550 mil euros, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 231: Ação 4.2.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.:mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	11.783	3.003	0	0	59	7.659
Segundo		10.484	0	0	56	13.866
Terceiro			29	8.550	29	8.550
TOTAL	11.783	13.487	29	8.550	144	30.075

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2013 foram analisados, decididos e contratados, todos os PA entrados no terceiro concurso, representando 7.874 mil euros de despesa pública contratada, conforme quadro seguinte.

Nesta ação registou-se, ainda ao longo de 2013, a desistência de um PA que representava 6 mil euros de despesa pública.

Quadro 232: Ação 4.2.1 - PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas [1]		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	59	7.659	59	7.659	35	3.610	24	3.001	24	3.001	3.001	2.212
Segundo	56	13.866	56	13.866	2	465	54	12.975	54	12.975	9.563	7.127
Terceiro	29	8.550	29	8.550	1	54	28	8.534	28	8.534	7.874	5.831
TOTAL	144	30.075	144	30.075	38	4.130	106	24.510	106	24.510	20.438	15.170

[1] Estão a considerar-se 26 candidaturas do 1º concurso aprovadas mas sem dotação orçamental.

A distribuição regional dos PA contratados mantém-se com a região Norte e o Centro como as mais representativas.

Quadro 233: Ação 4.2.1 – Distribuição regional dos PA contratados

Un.: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	34	8.353	7.333	5.473
Centro	35	9.449	7.625	5.719
LVT	16	2.893	2.700	1.906
Alentejo	14	1.606	1.298	961
Algarve	7	2.210	1.481	1.111
TOTAL	106	24.510	20.438	15.170

As "entidades de natureza pública ou privada sem fins lucrativos" mantêm-se como a tipologia, de promotor, mais representativa nos PA contratados.

Quadro 234: Ação 4.2.1 – PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.: mil euros

Tipologia de Promotores	Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Investimento Contratado	Despesa pública	FEADER
Entidades de natureza pública ou privada, c/fins lucrativos	45	10.989	9.134	6.731
Entidades de natureza pública ou privada, s/fins lucrativos	61	13.521	11.304	8.439
TOTAL	106	24.510	20.438	15.170

No final de 2013 encontravam-se contratados 106 PA num total de 20.438 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 15.170 mil euros. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 17.360 mil euros.

c. Execução financeira

A execução acumulada em 2013 era de 7.223 mil euros de despesa pública e 6.127 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 235: Ação 4.2.1 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Regiões	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	34	7.333	5.473	29	3.131	2.652
Centro	35	7.625	5.719	27	2.170	1.841
LVT	16	2.700	1.906	13	836	710
Alentejo	14	1.298	961	14	721	612
Algarve	7	1.481	1.111	6	366	311
TOTAL	106	20.438	15.170	89	7.223	6.127

Em termos globais, a ação voltou a registar um forte aumento na sua execução (32 pontos percentuais) ao alcançar uma taxa de execução 61% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e 40% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Analisando os indicadores de realização, verifica-se que o número de dias de formação recebidos (317% da meta) e o número de participantes nas ações de formação (121% da meta) se encontram acima do esperado, particularmente se analisado em conjunto com a despesa pública paga que apenas representa 61% da meta.

Quadro 236: Ação 4.2.1 – Indicadores de realização (acumulado)

Número de participantes em ações de formação			Número de participantes	Número de dias de formação recebidos	Despesa pública contratadas (mil euros)		Despesa pública pagas (mil euros)	
Agricultura	Indústria alimentar	Silvicultura			Total	FEADER	Total	FEADER
17.170	-	-	17.170	348.598	20.438	15.170	7.223	6.127
Meta			14.200	110.000	11.783	10.000	11.783	10.000
% da Meta			121%	317%	173%	152%	61%	61%

O conteúdo das ações contratadas centrou-se sobretudo nos temas: "Manutenção e melhoria da paisagem e proteção ao ambiente" (18.741 participantes); "Gestão, administração e marketing" (19.781 participantes)

e "Novos processos tecnológicos e práticas ou maquinaria inovadora" (1.744 participantes).

Quadro 237: Ação 4.2.1 – Ações de formação contratadas e pagas por conteúdos (acumulado)

Un.: mil euros

Conteúdo das ações de formação	Contratadas		Pagas	
	Nº participantes	Dias de formação	Nº participantes	Dias de formação
Gestão, administração e marketing	19.781	68.348	9.665	39.897
Manutenção e melhoria da paisagem e proteção do ambiente	18.741	92.412	11.043	84.714
Novos padrões	1.049	13.339	1.049	13.339
Novos processos tecnológicos e práticas ou maquinaria inovadora	1.744	13.365	1.744	13.365
Outros	29.754	150.098	14.038	80.578
Qualidade do produto	271	8.115	271	3.304
Tecnologias de informação e comunicação (ICT)	1.246	2.921	1.246	2.921
TOTAL	72.586	348.598	39.056	238.118
TOTAL participantes	17.170		13.658	

Nota: Um participante pode fazer mais do que um conteúdo de formação.

Nos quadros seguintes apresenta-se a execução física das ações de formação, que se candidataram ao 1º concurso e ao 3º concurso – formação para jovens agricultores, por região.

No 1º concurso, na região Norte e LVT foram executadas todas as ações aprovadas. A região Centro e Alentejo apresentam uma taxa de execução de 98% logo seguida da região do Algarve, com 86%. É de assinalar que se registaram em 2013 pedidos de alteração a estes PA no sentido de aumentar as ações a realizar. Considerando todo o Continente constata-se que a taxa de execução física destas ações é, no final de 2013, de 99%.

Quadro 238: Ação 4.2.1 – Ações de formação contratadas e executadas por região (1.º concurso – Formação de Jovens Agricultores)

Regiões	Contratadas		Executadas		Taxa de execução
	Nº Ações	%	Nº Ações	%	
Norte	261	53%	261	54%	100%
Centro	86	17%	84	17%	98%
LVT	78	16%	78	16%	100%
Alentejo	45	9%	44	9%	98%
Algarve	22	4%	19	4%	86%
TOTAL	492	100%	486	100%	99%

Quadro 239: Ação 4.2.1 – Ações de formação contratadas e executadas por região (3.º concurso – Formação de Jovens Agricultores)

Regiões	Contratadas		Executadas		Taxa de execução
	Nº Ações	%	Nº Ações	%	
Norte	691	39%	138	45%	20%
Centro	714	40%	104	34%	15%
LVT	228	13%	39	13%	17%
Alentejo	91	5%	13	4%	14%
Algarve	61	3%	10	3%	16%
TOTAL	1.785	100%	304	100%	17%

As ações de formação de frequência obrigatória para a instalação de novos jovens agricultores resumem-se a quatro grandes áreas formativas: formação básica de agricultura; formação específica para a orientação produtiva da instalação; formação de gestão da empresa agrícola e componente prática em contexto empresarial (estágio).

Considerando que a formação é de frequência obrigatória em função do perfil do jovem agricultor, nomeadamente, habilitações académicas, experiência em agricultura e experiência na orientação produtiva da exploração, a distribuição das ações de formação executadas por áreas formativas e região apresentada no quadro seguinte, permite concluir que:

- a maioria dos jovens agricultores que se instalaram com necessidades de formação demonstraram já ter tido experiência nos sectores agrícola, silvícola ou agroalimentar no geral;
- a orientação produtiva onde se instalaram era uma área nova face à experiência demonstrada;
- a maioria não possuía competências de gestão;
- os estágios foram realizados por jovens agricultores que nunca tiveram qualquer contacto com o sector.

Quadro 240: Ação 4.2.1 – Ações de formação executadas por área formativa e por região (1.º concurso – Formação de Jovens Agricultores)

Região	Formação geral de agricultura		Orientação produtiva da exploração		Gestão agrícola		Componente prática (estágio)		TOTAL	
	Nº ações	%	Nº ações	%	Nº ações	%	Nº ações	%	Nº ações	%
Norte	47	59%	80	53%	91	53%	43	52%	261	54%
Centro	13	16%	26	17%	31	18%	14	17%	84	17%
LVT	9	11%	26	17%	27	16%	16	20%	78	16%
Alentejo	9	11%	13	9%	16	9%	6	7%	44	9%
Algarve	2	3%	6	4%	8	5%	3	4%	19	4%
TOTAL	80	100%	151	100%	173	100%	82	100%	486	100%

Quadro 241: Ação 4.2.1 – Formandos que concluíram a formação por área formativa e por região (1.º concurso – Formação de Jovens Agricultores)

Região	Formação geral de agricultura		Orientação produtiva da exploração		Gestão agrícola		Componente prática (estágio)		TOTAL	
	Nº Participantes	%	Nº Participantes	%	Nº Participantes	%	Nº Participantes	%	Nº Participantes	%
Norte	709	58%	1.272	54%	1.484	53%	626	51%	4.091	54%
Centro	196	16%	393	17%	487	18%	231	19%	1.307	17%
LVT	140	12%	380	16%	417	15%	243	20%	1.180	16%
Alentejo	139	11%	208	9%	264	10%	88	7%	699	9%
Algarve	29	2%	92	4%	126	5%	45	4%	292	4%
TOTAL	1.213	100%	2.345	100%	2.778	100%	1.233	100%	7.569	100%

Quadro 242: Ação 4.2.1 – Ações de formação executadas por área formativa e por região (3.º concurso – Formação de Jovens Agricultores)

Região	Formação geral de agricultura		Orientação produtiva da exploração		Gestão agrícola		Componente prática (estágio)		TOTAL	
	Nº ações	%	Nº ações	%	Nº ações	%	Nº ações	%	Nº ações	%
Norte	30	49%	34	45%	46	44%	28	44%	138	45%
Centro	20	33%	30	40%	31	30%	23	36%	104	34%
LVT	8	13%	8	11%	18	17%	5	8%	39	13%
Alentejo	1	2%	1	1%	4	4%	7	11%	13	4%
Algarve	2	3%	2	3%	5	5%	1	2%	10	3%
TOTAL	61	100%	75	100%	104	100%	64	100%	304	100%

Quadro 243: Ação 4.2.1 – Formandos que concluíram a formação por área formativa e por região (3.º concurso – Formação de Jovens Agricultores)

Região	Formação geral de agricultura		Orientação produtiva da exploração		Gestão agrícola		Componente prática (estágio)		TOTAL	
	Nº Participantes	%	Nº Participantes	%	Nº Participantes	%	Nº Participantes	%	Nº Participantes	%
Norte	447	49%	505	47%	722	44%	210	37%	1.884	45%
Centro	311	34%	415	38%	491	30%	234	41%	1.451	35%
LVT	123	13%	124	11%	282	17%	78	14%	607	14%
Alentejo	12	1%	14	1%	63	4%	31	5%	120	3%
Algarve	22	2%	27	2%	79	5%	13	2%	141	3%
TOTAL	915	100%	1.085	100%	1.637	100%	566	100%	4.203	100%

Relativamente ao segundo concurso – formação de ativos, a taxa de execução física é de 51% (vs 33% em 2012), mantendo-se a região LVT como a que mais contribui para essa execução.

Quadro 244: Ação 4.2.1 – Ações de formação contratadas e executadas por região (2.º concurso – Formação de Activos)

Regiões	Contratadas		Executadas		Taxa de execução
	Nº Ações	%	Nº Ações	%	
Norte	622	44%	326	46%	52%
Centro	511	36%	254	36%	50%
LVT	94	7%	58	8%	62%
Alentejo	129	9%	63	9%	49%
Algarve	51	4%	14	2%	27%
TOTAL	1.407	100%	715	100%	51%

2.2.2.3 Ação 4.2.2 – Redes temáticas de informação e divulgação

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea a) i) e Artigo 21º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.1.1 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 111;
- Portaria n.º 745/2009, de 13 de julho, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto, pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria n.º 253/2013 de 7 de agosto.

2. Objetivos da Ação

- Criar redes de tratamento e difusão da informação técnica e científica no âmbito das atividades dos setores agrícola, florestal e agroalimentar, promovendo a articulação e adequação entre a produção de conhecimento e os seus potenciais utilizadores;
- Melhorar o tratamento e o acesso à informação necessária para o desenvolvimento da competitividade das empresas e dos territórios e promover a cooperação e a organização sectorial, favorecendo a emergência de estratégias sectoriais de desenvolvimento e reforço dos “clusters” nacionais.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2013 foi aberto o segundo concurso para esta ação, com início a 26 de fevereiro. Posteriormente, pelo facto de o Programa se encontrar numa situação de *overbooking*, foi decidido que continuava a ser possível submeter candidaturas ao ProDeR, ficando a análise e decisão das mesmas dependente de futura libertação de verbas provenientes de projetos desistidos ou não executados integralmente, bem como da efetiva possibilidade de execução dos projetos no tempo de vida do Programa.

Este concurso teve 20 candidaturas válidas com um investimento total de 3.288 mil euros, conforme quadro que se apresenta em seguida. Em 2013 registaram-se, ainda, 4 desistências, no primeiro concurso, que representavam 43 mil euros de investimento.

Quadro 245: Ação 4.2.2 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.:mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	9.339	0	0	127	18.793
Segundo		20	3.288	20	3.288
TOTAL	9.339	20	3.288	147	22.081

b. Análise e decisão das candidaturas

Todas as candidaturas do segundo concurso foram analisadas, decididas e contratadas no ano de 2013.

Quadro 246: Ação 4.2.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	127	18.793	127	18.793	12	3.497	115	15.267	115	15.267	9.321	6.323
Segundo	20	3.288	20	3.288	0	0	20	3.288	20	3.288	1.941	1.192
TOTAL	147	22.081	147	22.081	12	3.497	135	18.554	135	18.554	11.261	7.515

No final de 2013, encontravam-se contratados 135 PA com 11.261 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 7.515 mil euros. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 9.235 mil euros.

c. Execução financeira

No final de 2013, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 6.072 mil euros de despesa pública e 4.825 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 247: Ação 4.2.2 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	30	6.618	4.068	3.051	28	1.811	1.485
Centro	10	636	406	302	8	255	205
LVT	59	8.419	5.070	2.875	52	2.841	2.175
Alentejo	31	2.723	1.611	1.207	28	1.095	901
Algarve	5	158	107	80	6	71	59
TOTAL	135	18.554	11.261	7.515	120	6.072	4.825

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 64% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 64% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

No final do ano de 2013, encontravam-se contratadas 24 redes temáticas (vs 19 em 2012), ultrapassando, assim, a meta prevista para o período de programação.

Em termos de investimento e despesa pública contratada alcançou-se 98% e 121%, respetivamente, das metas previstas para o período 2007-2013.

Quadro 248: Ação 4.2.2 – Indicadores de realização (contratados e pagos)

	Nº redes temáticas criadas		Investimento contratado (mil euros)		Despesa pública (mil euros)		FEADER (mil euros)	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	24	22	18.554	16.202	11.261	6.072	7.515	4.825
Meta	19	19	19.000	19.000	9.339	9.339	7.573	7.573
% Meta	126%	116%	98%	85%	121%	65%	99%	64%

Quanto ao investimento pago verifica-se um aumento de 9 pontos percentuais face a 2012.

Quadro 249: Ação 4.2.2 – Investimento em redes temáticas por setor e produtos

Um mil euros

Tipo de empresa	Sector	Produtos	Nº redes		Investimento	
			Contratado	Pago	Contratado	Pago
Agrícola	Cereais	Milho	1	1	326	326
	Frutas, flores e hortícolas	Frutas, flores e hortícolas	5	5	3.604	3.604
		Produtos de qualidade	1	1	451	451
	Olival	Azeite	1	1	1.679	1.026
	Pecuária		1	1	761	761
		Produtos de qualidade	1	1	203	183
	Vinha	Vinho	2	2	986	986
	Outro sector		2	1	1.457	903
Agroalimentar	Olival	Azeite	1	1	1.958	1.958
	Pecuária		1	1	1.321	1.321
	Produtos florestais	Sobreiro	1	1	432	432
Misto	Frutas, flores e hortícolas	Frutas, flores e hortícolas	3	2	1.629	556
	Outro sector	Outro sector	1	1	1.105	1.105
Florestal	Produtos florestais	Pinheiro	2	2	939	886
		Produtos de qualidade	1	1	1.706	1.706
TOTAL			24	22	18.554	16.202
Metas			19	19	19.000	19.000
% da meta			126%	116%	98%	85%

Tal como já se tinha verificado anteriormente, o número de produtores, abrangidos pelas 24 redes temáticas contratadas, continua superior ao esperado, uma vez que era expectável abranger apenas 40% dos produtores agrícolas ativos e atingiu-se 68%.

Quadro 250: Ação 4.2.2 – Indicador específico de resultado

	Nº produtores abrangidos por redes temáticas	
	Contratado	Pago
	205.764	205.764
Explorações agrícolas, recenseamento de 2009	304.000	304.000
% Activos do sector	68%	68%
Meta	40%	40%
% Meta	169%	169%

Nota: Para cálculo deste indicador de resultados considerou-se o valor mais elevado obtido nos diferentes grupos. Existe uma Rede Temática cujo grupo tem um público-alvo extremamente elevado.

Houve uma correção do número de produtores, com base nos indicadores de resultado o que levou a sua diminuição.

2.2.2.4 Ação 4.3.1 – Serviços de aconselhamento agrícola/ Subações 4.3.1.1 e 4.3.1.2

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea a) iv) e v); Artigo 24º e Artigo 25º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigos 13º a 16º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, de 29 de setembro;
- Artigo 15º e Artigo 16º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.1.1.4 e 5.3.1.1.5;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 114 e 115;
- Portaria número 481/2009 de 6 de maio, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto, pela Portaria n.º 1170/2010 de 10 de Novembro e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Desenvolver a oferta de serviços de aconselhamento;
- Incentivar a utilização de serviços de aconselhamento por parte das explorações agrícolas.

Esta ação encontra-se dividida em duas subações:

- Subação 4.3.1.1 "Desenvolvimento de serviços de aconselhamento" – destinada a desenvolver a oferta de serviços de aconselhamento agrícola no contexto das obrigações comunitárias.
- Subação 4.3.1.2 "Aquisição e serviços de aconselhamento" – destinada a incentivar a utilização de serviços de aconselhamento por parte das explorações agrícolas.

3. Implementação da Ação

A gestão da ação 4.3.1.2 "Aquisição de serviços de aconselhamento" é da responsabilidade do IFAP. Por esta razão, este ponto do relatório foi

elaborado tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Subação 4.3.1.1:

Em 2012, foi aberto, a 21 de fevereiro, um período de candidaturas em contínuo para a subação 4.3.1.1. A 26 de fevereiro de 2013, pelo facto de o Programa se encontrar numa situação de *overbooking*, foi decidido que continuava a ser possível submeter candidaturas ao ProDeR, ficando a análise e decisão das mesmas dependente de futura libertação de verbas provenientes de projetos desistidos ou não executados integralmente, bem como da efetiva possibilidade de execução dos projetos no tempo de vida do Programa.

Em 2013 registou-se, assim, a entrada de 29 candidaturas com um investimento de 4.786 mil euros. O número de PA, do primeiro concurso, continuou a diminuir (de 90 candidaturas válidas em 2012 para 89 em 2013) devido à ocorrência de uma desistência.

Quadro 251: Subação 4.3.1.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	15.768	0	0	89	15.423
Segundo - em contínuo 2012		0	0	10	2.157
Segundo - em contínuo 2013		29	4.786	29	4.786
TOTAL	15.768	29	4.786	128	22.365

Subação 4.3.1.2:

Relativamente à subação 4.3.1.2, manteve-se aberto o período de candidaturas em contínuo iniciado em 2011 (1 de fevereiro) através da plataforma i-Digital do IFAP.

Em seguida apresenta-se o ponto de situação das candidaturas entradas no ano e acumuladas.

Quadro 252: Subação 4.3.1.2 – Candidaturas válidas apresentadas

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Em contínuo	5.593	373	560	3.086	4.629
TOTAL	5.593	373	560	3.086	4.629

b. Análise e decisão das candidaturas

Subação 4.3.1.1:

Todas as candidaturas entradas válidas, em 2013, foram analisadas e decididas e contratadas no ano, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 253: Subação 4.3.1.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	89	15.423	89	15.423	2	316	87	14.714	87	14.714	7.357	5.477
Segundo - em contínuo 2012	10	2.157	10	2.157	1	259	9	1.897	9	1.897	942	706
Segundo - em contínuo 2013	29	4.786	29	4.786	3	179	26	4.607	26	4.607	1.704	1.278
TOTAL	128	22.365	128	22.365	6	754	122	21.218	122	21.218	10.002	7.461

No final de 2013, encontram-se contratados 10.002 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 7.461 mil euros. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 8.077 mil euros.

Subação 4.3.1.2:

Todas as candidaturas entradas, da subação 4.3.1.2, foram analisadas, e decididas.

Quadro 254: Subação 4.3.1.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	3.086	4.629	3.086	4.629	0	0	3.086	4.629	2.961	3.553	2.660
TOTAL	3.086	4.629	3.086	4.629	0	0	3.086	4.629	2.961	3.553	2.660

Encontram-se contratados 3.553 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 2.660 mil euros. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 3.016 mil euros.

c. Execução financeira

Subação 4.3.1.1:

No final de 2013, o montante total dos pagamentos acumulados nesta subação era de 7.139 mil euros de despesa pública e 5.644 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 255: Subação 4.3.1.1 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un: mil euros

Regiões	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	73	12.546	5.443	4.082	62	3.938	3.133
Centro	20	2.194	1.137	853	19	787	631
LVT	7	753	347	219	7	255	187
Alentejo	22	5.726	3.076	2.307	17	2.159	1.693
Algarve	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	122	21.218	10.002	7.461	105	7.139	5.644

Em termos globais, a subação alcançou uma taxa de execução de 44% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de cerca de 76% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

Subação 4.3.1.2:

No final de 2013, o montante total dos pagamentos acumulados nesta subação era de 977 mil euros de despesa pública e 827 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 256: Subação 4.3.1.2 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas			Total de candidaturas pagas		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	2.267	2.720	2.040	1.050	802	679
Centro	364	437	328	122	82	69
LVT	17	20	10	8	5	4
Alentejo	281	337	253	134	81	68
Algarve	32	38	29	12	7	6
TOTAL	2.961	3.553	2.660	1.326	977	827
Meta	7.500	5.593	4.750	7.500	5.593	4.750
% Meta	39%	64%	56%	18%	17%	17%

Em termos globais, a subação alcançou uma taxa de execução de 17% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de cerca de 31% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Subação 4.3.1.1:

Tal como já tinha sido referido em relatórios anteriores, o total de candidaturas contratadas ultrapassa a meta prevista para o período de programação, com a utilização de 63% do apoio previsto. Verifica-se, assim, que os serviços são de menor dimensão do que o previsto.

Quadro 257: Subação 4.3.1.1 – Indicadores de realização

	Nº serviços de aconselhamento		Despesa pública		FEADER	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	122	105	10.002	7.139	7.461	5.644
Meta	50	50	15.768	15.768	12.947	12.947
% da meta	244%	210%	63%	45%	58%	44%

Quanto aos indicadores de resultado para esta subação, em 2013 foi possível calcular o indicador do aumento do VAB nas explorações cuja operação foi encerrada, através dos relatórios de fecho de cada operação. Este indicador ainda se encontra abaixo da meta para o programa.

O apoio às 122 entidades que prestam serviços de aconselhamento pressupõe o apoio a 2.521 explorações o que continua a traduzir um número muito abaixo do esperado.

Quadro 258: Subação 4.3.1.1 – Indicadores específicos de resultado

	Nº de empresas abrangidas pelos serviços agro-rurais		Aumento do VAB nas explorações/em presas apoiadas (milhões de euros)
	Contratado	Executado	Executado
	2.521	1.168	0,5
Explorações agrícolas, recenseamento 2009	304.000	304.000	
% de explorações	1%	0%	
Meta	10%	10%	32,0
% da meta	8%	4%	2%

Subação 4.3.1.2:

Nesta subação o indicador do número de candidaturas contratadas aumentou 5 pontos percentuais, representando, no final de 2013, 39% da meta prevista para o período de programação, enquanto o apoio contratado já representa 64% do apoio previsto.

Quadro 259: Subação 4.3.1.2 – Indicadores de realização

	Nº de Agricultores apoiados nos serviços de aconselhamento		Despesa pública		FEADER	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	2.961	1.326	3.553	977	2.660	827
Meta	7.500	7.500	5.593	5.593	4.750	4.750
% da meta	39%	18%	64%	17%	56%	17%

Quanto aos indicadores de resultado para esta subação apenas existe o indicador do aumento do VAB nas explorações apoiadas, cujo valor só pode ser obtido nos relatórios de fecho de cada operação.

2.2.2.5 Ação 4.3.2 – Serviços de apoio às empresas

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea a) v) e Artigo 25º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 16º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.1.1.5;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 115;
- Portaria número 813/2009 de 28 de julho, com a nova redação dada pela Declaração de Rectificação n.º 67/2009 de 11 de Setembro, pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto, pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria n.º 253/2013 de 7 de agosto.

2. Objetivos da Ação

- Promover a oferta de serviços com o objetivo de melhorar o desempenho das empresas;
- Melhorar a integração vertical e horizontal das empresas promovendo uma maior orientação das atividades produtivas para o mercado.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Nesta ação não foram abertos concursos em 2013. O número de PA do primeiro concurso, que decorreu em 2009, manteve-se face a 2012, mas o do segundo concurso diminuiu (de 92 candidaturas válidas para 91) devido a uma desistência ocorrida ao longo do ano de 2013.

Quadro 260: Ação 4.3.2 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	12.793	0	0	113	29.139
Segundo		0	0	91	19.737
TOTAL	12.793	0	0	204	48.876

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2013 todas as candidaturas já se encontravam analisadas, decididas e contratadas.

Quadro 261: Ação 4.3.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	113	29.139	113	29.139	33	7.428	80	21.678	80	21.678	7.167	5.247
Segundo	91	19.737	91	19.737	27	6.527	64	13.070	64	13.070	4.634	3.376
TOTAL	204	48.876	204	48.876	60	13.955	144	34.748	144	34.748	11.800	8.623

A tipologia de promotor "*Organização sectorial*" continua a representar 75% dos PA contratados nesta ação e 71% do investimento contratado.

Quadro 262: Ação 4.3.2 – PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.: mil euros

Tipologia do promotor	Total de candidaturas contratadas até 2013			
	Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
Organização sectorial	107	24.528	8.206	6.011
Pessoa colectiva de natureza privada	37	10.219	3.595	2.612
TOTAL	144	34.748	11.800	8.623

Em termos acumulados, encontram-se contratados 144 PA, num total de 11.800 mil euros de despesa pública, representando 8.623 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 9.779 mil euros.

c. Execução financeira

No final de 2013, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação era de 9.023 mil euros de despesa pública e 7.419 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 263: Ação 4.3.2 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un: mil euros

Regiões	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	47	11.562	3.370	2.528	47	2.729	2.290
Centro	39	8.486	2.755	2.067	39	2.167	1.774
LVT	32	8.904	3.316	2.260	32	2.392	1.932
Alentejo	22	4.914	2.036	1.527	22	1.478	1.213
Algarve	4	883	323	242	4	257	211
TOTAL	144	34.748	11.800	8.623	144	9.023	7.419

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 73% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 86% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Os PA apoiados correspondem à criação de 37 “Serviços de gestão”, 139 “Serviços de aconselhamento técnico” e 4 “Serviços de substituição”.

A meta do número de serviços de gestão mantém-se nos 25% da meta prevista para o período de programação.

Em termos de despesa pública contratada, esta passou a representar 92% da meta do Programa, o que continua a traduzir um apoio médio superior ao esperado tal como já se verificava em anos anteriores.

Quadro 264: Ação 4.3.2 – Indicadores de realização

Un: mil euros

	Nº serviços de gestão		Despesa pública		FEADER	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	37	37	11.800	9.023	8.623	7.419
Meta	150	150	12.793	12.793	10.122	10.122
% da meta	25%	25%	92%	71%	85%	73%

Quanto à percentagem de empresas abrangidas por serviços agrorurais verificou-se que com 25% da meta do número de “*Serviços de gestão*” contratados se ultrapassa a meta do número de empresas abrangidas por esse serviço.

Quadro 265: Ação 4.3.2 – Indicadores específicos de resultado

Un: mil euros

	Nº de empresas abrangidas pelos serviços agrorurais	
	Contratado	Pago
	10.201	10.201
Explorações agrícolas, Recenseamento 2009	304.000	304.000
% de explorações	3%	3%
Meta	10%	10%
% da meta	34%	34%

2.2.3 Subprograma 2 – Gestão sustentável do espaço rural

A gestão das medidas/ações 2.1 “Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas”, 2.2.1 “Alteração dos modos de produção agrícola”, 2.2.2 “Proteção da biodiversidade doméstica”, 2.2.4 “Conservação do solo” e 2.4 “intervenções territoriais integradas – Pagamentos agro e silvo ambientais” são da responsabilidade do IFAP.

Por esta razão, estes pontos do relatório foram elaborados tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

2.2.3.1 Medida 2.1 – Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas

A medida de apoio à manutenção da atividade agrícola envolve duas situações distintas, a de “zonas de montanha” e a de “outras zonas desfavorecidas”, correspondendo, respetivamente, aos códigos de medida da Comissão 211 e 212.

Estas medidas comunitárias correspondem à medida ProDeR 2.1 “Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas”, que compreende as ações 2.1.1 “Manutenção da atividade agrícola fora da Rede Natura” e 2.1.2 “Manutenção da atividade agrícola em Rede Natura”. Assim, cada uma das medidas da COM engloba as duas ações ProDeR.

A medida ProDeR 2.1 está associada ao Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC)⁵ sendo, nos termos de protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP, a sua gestão e execução asseguradas pelo IFAP⁶.

⁵ Estabelecido nos termos do Regulamento (CE) n.º 796/2004, da Comissão, de 21 de abril e de acordo com o determinado pelo Regulamento (CE) número 1975/2006, da Comissão, de 7 de dezembro, que estabelece o regime de execução do FEADER.

⁶ Nos termos do protocolo, e de acordo com a articulação funcional estabelecida por via desse documento, cabe ao IFAP: a receção dos PA, sua análise, controlo, proposta de decisão e execução (com exceção das autorizações de despesa). Cumpre à AG a decisão e a autorização de despesa, bem como a divulgação de normas técnicas relativas às ações, elaboração de normas de procedimentos para aplicação às atividades do seu âmbito e a monitorização dos indicadores do Quadro Comum de Acompanhamento e outros.

1. *Enquadramento regulamentar*

- Artigo 36º alínea a) i), ii); Artigo 37º e Artigo 50º do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II pontos 5.3.2.1.1 e 5.3.2.1.2 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 211 e 212;
- Portaria n.º 229-A/2008, de 6 de março, com a nova redação dada pela Portaria n.º 1479/2008 de 18 de setembro e pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 104/2012 de 17 de abril, alterada pela Portaria n.º 370/2012 de 9 de novembro.

2. *Objetivos da Medida*

A presente medida, através das 2 ações que a compõem, tem por objetivo assegurar a manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas, através da atribuição de uma compensação aos agricultores pelas desvantagens inerentes à produção agrícola nas zonas de montanha e restantes zonas desfavorecidas.

3. *Implementação da Medida*

A gestão da medida 2.1 “Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas” é da responsabilidade do IFAP. Por esta razão, este ponto do relatório foi elaborado tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

a. *Apreciação dos Pedidos de Pagamento e Pedido de Apoio*

A decisão anual sobre o período de apresentação do PU é da competência do Conselho Diretivo do IFAP, com divulgação no respetivo sítio, em www.ifap.pt., conforme estabelecido pela Portaria n.º 86/2011, de 25 de Fevereiro. Em 2013 decorreu entre 02 de Fevereiro e 15 de Maio de 2013.

Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição do número e áreas das candidaturas com pedidos de pagamento determinados para apoio no PU 2013, por tipo de zona desfavorecida.

Em 2013, foram determinadas para apoio 112.723 candidaturas ou seja menos 900 candidaturas do que em 2012. Relativamente à área candidata, a maioria (63%) continuou a situar-se em zona de montanha.

Quadro 266: Medida 2.1 – Candidaturas determinadas para apoio no PU 2013 (por ação)

Medida 2.1 - Manutenção da actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas	Acção 2.1.1		Acção 2.1.2		TOTAL
	Zona montanha fora RN	Outras zonas desf. fora RN	Zona montanha em RN	Outras zonas desf. em RN	
Nº candidaturas	79.057	15.737	13.935	4.014	112.743
	70%	14%	12%	4%	100%
Área candidatada (ha)	414.112	229.795	100.744	72.176	816.828
	51%	28%	12%	9%	100%
Apoio previsto (mil euros)	79.631	12.202	17.269	3.508	112.610
	71%	11%	15%	3%	100%

Em termos de número de candidaturas, áreas candidatas e montantes envolvidos, verifica-se uma relativa estabilidade nas candidaturas apresentadas nos diferentes períodos, conforme se pode constatar no quadro seguinte.

Quadro 267: Medida 2.1 – Candidaturas determinadas para apoio (por ação e ano candidatura)

Período de candidatura	Acção 2.1.1		Acção 2.1.2		TOTAL
	Zona montanha fora RN	Outras zonas desf. fora RN	Zona montanha em RN	Outras zonas desf. em RN	
2007	79.180	15.035	11.457	3.721	109.393
2008	75.760	14.872	11.682	3.874	106.188
2009	79.580	14.273	12.087	3.643	109.583
2010	76.221	14.691	13.885	4.167	108.964
2011	82.228	16.026	10.192	3.787	112.233
2012	82.765	16.080	10.631	4.147	113.623
2013	79.057	15.737	13.935	4.014	112.743
Média	79.256	15.245	11.981	3.908	110.390

Quadro 268: Medida 2.1 – Áreas determinadas para apoio (por ação e ano de candidatura)

Un.: ha

Período de candidatura	Acção 2.1.1		Acção 2.1.2		TOTAL
	Zona montanha fora RN	Outras zonas desf. fora RN	Zona montanha em RN	Outras zonas desf. em RN	
2007	422.274	209.597	76.237	58.819	766.927
2008	387.211	219.580	74.295	67.771	748.857
2009	415.807	196.144	81.737	60.242	753.930
2010	399.181	220.901	102.217	67.842	790.141
2011	426.424	227.819	68.762	64.196	787.201
2012	439.644	240.810	70.201	73.312	823.966
2013	414.112	229.795	100.744	72.176	816.828
Média	414.950	220.664	82.028	66.337	783.979

Quadro 269: Medida 2.1 – Montante do Apoio (por ação e ano de candidatura)

Un.: mil euros

Período de candidatura	Acção 2.1.1		Acção 2.1.2		TOTAL
	Zona montanha fora RN	Outras zonas desf. fora RN	Zona montanha em RN	Outras zonas desf. em RN	
2007	77.319	11.458	13.488	3.515	105.780
2008	76.647	11.478	13.559	3.553	105.237
2009	78.304	11.361	18.322	3.733	111.720
2010	76.932	11.410	17.956	3.785	110.083
2011	82.359	12.129	12.134	3.229	109.851
2012	83.818	12.459	12.443	3.571	112.291
2013	79.631	12.202	17.269	3.508	112.610
Média	79.287	11.785	15.025	3.556	109.653

b. Execução financeira

A ação 2.1.1 “Manutenção da atividade agrícola fora da Rede Natura” teve, em 2013, uma execução de 91.063 mil euros e a ação 2.1.2 “Manutenção da Atividade Agrícola em Rede Natura” teve uma execução de 20.352 mil euros. Em termos acumulados, a medida 2.1 “Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas”, totalizou 758.308 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 640.197 mil euros, o que corresponde a 99% da meta financeira prevista para o período de programação.

Quadro 270: Medida 2.1 – Distribuição regional dos pagamentos (no ano)

Un.: mil euros

Acção ProDeR	Tipo de apoio	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Continente
2.1.1 Manutenção da Actividade Agrícola fora da Rede Natura	Zona de Montanha	57.996	17.770	206	488	2.415	78.874
	Restantes Zonas Desfavorecidas	3	2.844	497	8.846	2	12.191
	Total da Acção 2.1.1.	57.998	20.614	702	9.334	2.417	91.066
2.1.2 Manutenção da Actividade Agrícola em Rede Natura	Zona de Montanha em ITI	7.874	1.761	-	51	409	10.094
	Restantes Zonas Desfavorecidas em ITI	-	146	14	2.998	32	3.189
	Zona de Montanha não ITI	4.287	1.925	3	7	578	6.799
	Restantes Zonas Desfavorecidas não ITI	-	155	27	87	-	269
	Total da Acção 2.1.2.	12.160	3.987	44	3.143	1.018	20.352
Total da Medida 2.1		70.159	24.600	747	12.477	3.435	111.418

Quadro 271: Medida 2.1 – Distribuição regional dos pagamentos (acumulado)

Un.: mil euros

Acção ProDeR	Tipo de apoio	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Continente
2.1.1 Manutenção da Actividade Agrícola fora da Rede Natura	Zona de Montanha	411.746	127.024	454	3.262	15.577	558.062
	Restantes Zonas Desfavorecidas	12	20.177	3.174	58.706	26	82.094
	Total da Acção 2.1.1.	411.758	147.201	3.627	61.968	15.602	640.157
2.1.2 Manutenção da Actividade Agrícola em Rede Natura	Zona de Montanha em ITI	39.288	8.756	-	260	1.871	50.175
	Restantes Zonas Desfavorecidas em ITI	-	848	74	10.298	226	11.444
	Zona de Montanha não ITI	26.570	13.059	6	150	4.568	44.353
	Restantes Zonas Desfavorecidas não ITI	-	1.082	128	10.967	-	12.177
	Total da Acção 2.1.2.	65.857	23.744	208	21.675	6.665	118.150
Total da Medida 2.1		477.615	170.946	3.835	83.643	22.267	758.306

Por força da delimitação das zonas desfavorecidas e das regiões de convergência, mantém-se a concentração da execução em regiões de convergência.

4. *Indicadores de acompanhamento do Programa*

Nos quadros seguintes apresenta-se a situação dos indicadores de realização e de resultado da medida, onde se constata a ultrapassagem das metas estabelecidas no Programa.

Quadro 272: Medida 2.1 – Indicadores de realização (output)

Indicador de realização	Ação	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Número de explorações apoiadas em zonas de montanha	2.1.1 - Fora RN	106.088	60.000	177%
	2.1.2 - Em RN	21.439	15.000	143%
Área agrícola apoiada em zonas de montanha	2.1.1 - Fora RN	580.711	350.000	166%
	2.1.2 - Em RN	179.051	150.000	119%
Número de explorações apoiadas em zonas com desvantagens naturais que não as zonas de montanha	2.1.1 - Fora RN	23.497	11.000	214%
	2.1.2 - Em RN	8.924	4.000	223%
Área agrícola apoiada em zonas com desvantagens naturais que não as zonas de montanha	2.1.1 - Fora RN	390.641	230.000	170%
	2.1.2 - Em RN	169.884	70.000	243%

Quadro 273: Medida 2.1 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado	Ação	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas/silvícolas de elevado valor natural	2.1.2 - Em RN	348.934	220.000	159%
Qualidade da água	2.1.1 - Fora RN	971.352	580.000	167%
	2.1.2 - Em RN	348.934	220.000	159%
Combate às alterações climáticas	2.1.1 - Fora RN	971.352	580.000	167%
	2.1.2 - Em RN	348.934	220.000	159%
Qualidade dos solos	2.1.1 - Fora RN	971.352	580.000	167%
	2.1.2 - Em RN	348.934	220.000	159%
Combate à marginalização e ao abandono da terra	2.1.1 - Fora RN	971.352	580.000	167%
	2.1.2 - Em RN	348.934	220.000	159%

2.2.3.2 Medida 2.2 – Valorização de modos de produção

Esta medida corresponde ao código de medida comunitária CE 214 e engloba as seguintes ações:

- 2.2.1 – Alteração de modos de produção agrícola
- 2.2.2 – Proteção da biodiversidade doméstica
- 2.2.3 – Conservação e melhoramento dos recursos genéticos
- 2.2.4 – Conservação do solo

As ações 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4 encontram-se implementadas no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos do protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP, a gestão e execução destas ações asseguradas com base no sistema de informação do IFAP.

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento das ações em apreço são apresentados no âmbito do Pedido de Apoio agro e silvo ambiental (PAS) e do Pedido Único (PU), respetivamente. A partir da campanha de 2011, inclusivé, a apresentação dos pedidos de apoio passou a ser formalizada conjuntamente com a apresentação do 1º pedido de pagamento no formulário do pedido único.

Com exceção da ação 2.2.3 os apoios são atribuídos por um período de cinco anos de compromissos devendo ser confirmados anualmente.

Tal como acontece na medida 2.1 “Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas” a gestão das ações 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4 é da responsabilidade do IFAP. Por esta razão, este ponto do relatório foi elaborado tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

2.2.3.2.1 Ação 2.2.1 – Alteração de modos de produção agrícola

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigos: 36º alínea a) iv) e Artigo 39 do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 27º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.1.4;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 214;
- Portaria n.º 229-B/2008, de 6 de março (Ações 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4) com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto, Portaria número 47/2013 de 4 de fevereiro e Portaria número 137/2013 de 1 de Abril;
- Portaria n.º104/2012 de 17 de abril, alterada pela Portaria n.º 370/2012 de 9 de novembro.

2. Objetivos da Ação

A ação 2.2.1 “Alteração de modos de produção agrícola”, visa a promoção da adoção de formas de exploração das terras agrícolas compatíveis com a proteção e a melhoria do ambiente, da paisagem e dos recursos naturais, bem como a produção de bens agrícolas reconhecidos pela qualidade associada aos serviços ambientais que incorporam - o Modo de Produção Integrada (MPRODI) e o Modo de Produção Biológico (MPB).

3. Implementação da Ação

a. Apreciação dos Pedidos de Pagamento e Pedido de Apoio

A decisão anual sobre o período de apresentação do PU é da competência do Conselho Diretivo do IFAP, com divulgação no respetivo sítio, em www.ifap.pt, conforme estabelecido pela Portaria n.º 86/2011, de 25 de Fevereiro. Em 2013 decorreu entre 1 de Fevereiro e 15 de Maio de 2013. No decorrer daquele período verificou-se a apresentação dos seguintes pedidos de pagamento:

- 6º Pedido de pagamento (PP) das candidaturas do período especial de 2007 (PES 2008) com opção de assinalar prolongamento de compromisso para 2013;
- 5º PP das candidaturas efetuadas em 2008 (PAS 2009);
- 4º PP das candidaturas efetuadas em 2009 (PAS 2010);
- 3º PP das candidaturas efetuadas em 2010 (PAS 2011).

Como aconteceu no PU 2011 e no de 2012, a apresentação de novas candidaturas manteve-se suspensa, tendo sido permitido apenas a apresentação de aumentos de área inferiores a 20 ha de beneficiários já aderentes à ação.

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional do número e áreas das candidaturas com pedidos de pagamento determinados para apoio no PU 2013, por modos de produção.

Quadro 274: Ação 2.2.1 – Distribuição regional dos pedidos de pagamento determinados para apoio (por modo de produção) - PU 2013

Regiões	MPRODI		MPB		TOTAL	
	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)
Norte	3.378	41.820	589	10.282	3.967	52.102
Centro	1.028	21.382	418	15.791	1.446	37.173
LVT	824	27.701	43	4.386	867	32.087
Alentejo	1.232	153.820	434	45.247	1.666	199.067
Algarve	230	3.872	11	297	241	4.169
TOTAL	6.692	248.595	1.495	76.003	8.187	324.598

Nota: O total não corresponde ao número total de candidaturas, já que numa mesma candidatura o beneficiário pode candidatar-se, ao mesmo tempo, ao MPRODI e ao MPB.

Analisando os valores do quadro acima, verifica-se uma estabilização na distribuição regional quer ao nível dos pedidos de apoio quer ao nível da área alvo de apoio. Tal como em anos anteriores, confirma-se que a região Norte apresenta o maior número de explorações, com maior expressão no MPRODI (50% do total contra 39% no MPB), contudo a maioria da área alvo de apoio a esta ação, concentra-se no Alentejo, acumulando, esta região, 62% da área determinada para apoio em produção integrada e 60% em agricultura biológica.

Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição, por modos de produção, das candidaturas e áreas com pedidos de pagamento apresentados no PU 2013 e determinados para apoio, por ano de início de compromisso (2008, 2009, 2010 ou 2011).

Quadro 275: Ação 2.2.1 – Pedidos de pagamento determinados para apoio (por modo de produção e ano de início de apoio) - PU 2013

Ano de início de apoio	MPRODÍ		MPB		TOTAL	
	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)
2008	2.665	55.293	632	29.783	3.297	85.076
2009	1.999	67.322	424	21.592	2.423	88.914
2010	1.105	68.413	187	10.420	1.292	78.833
2011	923	57.567	252	14.209	1.175	71.775
2012	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	0
TOTAL	6.692	248.595	1.495	76.003	8.187	324.598

Nota: O total não corresponde ao número total de candidaturas, já que numa mesma candidatura o beneficiário pode candidatar-se, ao mesmo tempo, ao MPRODÍ e ao MPB.

Verifica-se da análise do quadro anterior, que as candidaturas dos sucessivos períodos de candidatura foram reduzindo de número, fruto da natural redução de apresentação de pedidos de apoio/pedidos de pagamento ao longo do tempo, o que conduziu a uma redução de pedidos de pagamento determinados para apoio e respetiva área, tendo-se constatado, no entanto, que a dimensão média da área sob compromisso foi crescendo.

No quadro seguinte, apresenta-se o valor da área média, por candidatura determinada para apoio.

Quadro 276: Ação 2.2.1 – Área média determinada para apoio - ha/candidatura (por região e modo de produção) - PU 2013

Modos de produção	Regiões					TOTAL
	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
MPRODÍ	12,4	20,8	33,6	124,9	16,8	37,1
MPB	17,5	37,8	102,0	104,3	0,8	50,8
TOTAL	13,1	25,7	37,0	119,5	17,3	39,6
Comparação MPB/ MPRODÍ	1,4	1,8	3,0	0,8	0,05	1,4

No que respeita à área média de candidatura por modo de produção, verifica-se que continua sempre superior no MPB relativamente ao MPRODI.

A área média sofreu um ligeiro decréscimo, de 1 ponto percentual, face a 2012 (40,8 ha em 2012).

Quadro 277: Ação 2.2.1 – Área determinadas para apoio em 2013 (por grupo de cultura e modo de produção) - PU 2013

Culturas	MPRODI		MPB		TOTAL	
	Área (ha)	% Área	Área (ha)	% Área	Área (ha)	% Área
Culturas Permanentes	96.163	39%	17.937	24%	114.099	35%
Arroz	18.456	7%	0	0%	18.456	6%
Culturas temporárias de regadio	10.309	4%	957	1%	11.266	3%
Culturas temporárias de sequeiro	13.494	5%	3.304	4%	16.798	5%
Culturas forrageiras	4.060	2%	1.399	2%	5.459	2%
Culturas hortícolas	1.168	0,5%	372	0,5%	1.541	0,5%
Pastagem permanente	63.062	25%	25.554	34%	88.616	27%
Pastagem permanente biodiversa	41.884	17%	26.481	35%	68.364	21%
TOTAL	248.595	100%	76.003	100%	324.598	100%

A distribuição das áreas apoiadas, por tipo de culturas, mantém-se em 2013 semelhante ao já verificado em anos anteriores, com as “*pastagens permanentes*” e as “*pastagens permanentes biodiversas*” a totalizarem um valor próximo de 2011, ou seja, 156.980 ha (vs 147.870 ha em 2012) e 48% da área apoiada. Nas “*culturas permanentes*”, verificou-se um regresso a valores semelhantes de 2011, tendo totalizado 114.099 ha (vs 105.526 ha em 2012), 35% do total. No MPB, embora com um ligeiro aumento face a 2012 mantém-se um peso das “*pastagens*” e das “*culturas forrageiras*” superior ao verificado em MPRODI (71% no MPB e 44% no MPRODI).

No quadro seguinte, apresenta-se a distribuição das culturas, dentro do grupo de “*culturas permanentes*”. No ano de 2013 a “*vinha*” continua a surgir em primeiro lugar com os mesmos 32% do total da área apoiada e os “*frutos secos e olival de sequeiro*”, mantem-se como a segunda cultura mais importante deste grupo, com o mesmo valor percentual de 31% (35.489 ha) do total da área apoiada.

Quadro 278: Ação 2.2.1 – Área determinada para apoio em 2013 (por tipo de cultura permanente e modo de produção) - PU 2013

Culturas Permanentes	MPRODI		MPB		TOTAL	
	Área (ha)	% Área	Área (ha)	% Área	Área (ha)	% Área
Frutos frescos de regadio	15.993	17%	511	3%	16.504	14%
Frutos frescos de sequeiro	1.288	1%	333	2%	1.621	1%
Frutos secos e olival de regadio	20.942	22%	2.542	14%	23.484	21%
Frutos secos e olival de sequeiro	22.387	23%	13.103	73%	35.489	31%
Vinha	35.553	37%	1.448	8%	37.000	32%
TOTAL	96.163	100%	17.937	100%	114.099	100%

Da análise entre os dois modos de produção verifica-se a existência do mesmo cenário que em 2012, ou seja, dentro das culturas permanentes em MPRODI, a “vinha” mantém-se como predominante, mantendo-se a quase totalidade da restante área distribuída de forma equilibrada entre “*frutos frescos de regadio*”, “*frutos secos e olival de regadio*” e “*frutos secos e olival de sequeiro*”. O MPB mantém uma distribuição muito diferente da distribuição global do MPRODI com um domínio total dos “*frutos secos e olival de sequeiro*” (73% contra 23% no MPRODI) seguindo-se os “*frutos secos e olival de regadio*” (14%). Embora continuem a não existir dados relativamente à distribuição do olival neste dois grupos de cultura, é de esperar que a cultura com maior expressão seja o olival.

Verifica-se um aumento do número de candidaturas apoiadas em 2013 face a 2012, que se deverá ao facto de terem sido efetuados, em 2013, pagamentos relativos a situações pendentes de campanhas anteriores (transferências de titularidade, controlo administrativo e controlo financeiro).

Os quadros seguintes ilustram a evolução da área e número de candidaturas determinadas para apoio (PU 2008 a PU 2013).

Quadro 279: Ação 2.2.1 – Candidaturas apoiadas (por ano de apoio e modo de produção)

Ano de apoio	Indicador	MPRODI	MPB	TOTAL
Candidaturas apoiadas em 2008	Nº candidaturas apoiadas	3.867	1.005	4.872
	Área total apoiada (ha)	80.413	44.461	124.874
	Área média apoiada (ha)	21	44	26
	Apoio total (Mil euros) ⁽¹⁾	13.815	7.761	21.576
	Apoio médio (Euros)	3.142	6.792	4.429
Candidaturas apoiadas em 2009	Nº candidaturas apoiadas	5.500	1.128	6.628
	Área total apoiada (ha)	141.124	53.208	194.332
	Área média apoiada (ha)	26	47	29
	Apoio total (Mil euros) ⁽¹⁾	24.372	11.293	35.665
	Apoio médio (Euros)	2.921	6.600	5.381
Candidaturas apoiadas em 2010	Nº candidaturas apoiadas	7.007	1.481	8.488
	Área total apoiada (ha)	279.134	113.955	393.089
	Área média apoiada (ha)	40	77	46
	Apoio total (Mil euros) ⁽¹⁾	31.914	13.058	44.971
	Apoio médio (Euros)	4.532	8.774	5.272
Candidaturas apoiadas em 2011	Nº candidaturas apoiadas	6.908	1.653	8.561
	Área total apoiada (ha)	251.341	81.718	333.059
	Área média apoiada (ha)	36	49	39
	Apoio total (Mil euros) ⁽¹⁾	37.350	15.025	52.375
	Apoio médio (Euros)	5.407	9.090	6.118
Candidaturas apoiadas em 2012	Nº candidaturas apoiadas	6.331	1.369	7.700
	Área total apoiada (ha)	239.290	74.790	314.080
	Área média apoiada (ha)	38	55	92
	Apoio total (Mil euros)	32.463	12.062	44.525
	Apoio médio (Euros)	5.128	8.811	5.783
Candidaturas apoiadas em 2013	Nº candidaturas apoiadas	6.692	1.495	8.187
	Área total apoiada (ha)	248.595	76.003	324.598
	Área média apoiada (ha)	37	51	88
	Apoio total (Mil euros)	34.702	12.619	47.322
	Apoio médio (Euros)	5.186	8.441	5.780

⁽¹⁾ Valor corrigido

Nota: O total não corresponde ao número total de candidaturas, já que numa mesma candidatura o beneficiário pode candidatar-se, ao mesmo tempo, ao MPRODI e ao MPB.

b. Execução financeira

O valor de apoios pagos em 2013 teve a distribuição regional que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 280: Ação 2.2.1 – Valores pagos (por região e modo de produção)

Unid: mil euros

Modos de produção	Regiões					TOTAL
	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
MPRODI	9.981	5.013	7.084	16.686	1.629	40.393
MPB	3.498	3.636	665	7.709	97	15.605
TOTAL	13.478	8.649	7.749	24.395	1.726	55.997

O quadro seguinte mostra a evolução anual dos pagamentos desta ação.

Quadro 281: Ação 2.2.1 – Valores pagos acumulados (por ano e por região)

Unid: mil euros

Ano de pagamento	Regiões					TOTAL
	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
2008	6.180	3.924	2.405	6.130	337	18.977
2009	6.383	4.407	3.089	8.859	773	23.512
2010	9.873	7.116	6.051	16.862	1.354	41.257
2011	11.476	8.132	6.211	20.278	1.558	47.655
2012	11.404	8.165	7.011	20.869	1.506	48.955
2013	13.478	8.649	7.749	24.395	1.726	55.997
TOTAL	58.795	40.394	32.516	97.393	7.255	236.353

Entre 2012 e 2013 registou-se um aumento dos valores pagos (14%).

No quadro seguinte, apresenta-se o valor médio pago por candidatura.

Quadro 282: Ação 2.2.1 – Valores médios pagos por candidatura

	Regiões					TOTAL
	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
Valor médio (euros)	1.294	2.290	3.527	5.713	2.950	2.635
Número de candidaturas	10.419	3.777	2.197	4.270	585	21.248

Em termos financeiros globais, esta ação teve uma execução acumulada de 236.353 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 198.181 mil euros, correspondendo a 116% da meta global estabelecida para o Programa.

Refira-se, ainda, que a execução desta ação verifica-se essencialmente em região de convergência, correspondendo os apoios a candidaturas nestas regiões a 97%.

Sendo uma ação plurianual com compromissos assumidos por um período mínimo de cinco anos importa estimar o valor total dos compromissos assumidos. Isso é efetuado no anexo I para o conjunto dos pagamentos agro e silvoambientais.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

No MPB foram apoiadas 2.305 pedidos de pagamento (incluí PP do ano e o saldo dos PP de 2011), o que significa que foi executada, até 2013, 65% da meta prevista para o Programa. Em termos de área, a adesão foi de 278.217 ha, representando este valor 174% da meta estabelecida para o período de programação. Face ao ano anterior, registou-se um aumento de 21 pontos percentuais na área.

O MPRODI teve uma adesão de 9.541 agricultores, o que corresponde a 48% da meta prevista para o período de 2007-2013. Relativamente à área, a adesão foi de 607.448 ha, representando 253% da meta definida. Face à meta estabelecida no início do período de programação verifica-se que a dimensão média das explorações quase triplicou no MPB e quintuplicou no MPRODI. Esta situação decorre da natural evolução da dimensão das explorações agrícolas bem como ao facto de, no atual período de programação, existir a obrigatoriedade de submeter toda a superfície cultivada com plantas da mesma espécie e, assim como toda a superfície de pastagem permanente numa mesma parcela, ao modo de produção candidato, o que poderá ter conduzido à declaração de uma maior número de hectares para apoio.

Quadro 283: Ação 2.2.1 – Indicadores de realização (output)

Indicador de realização	Modos	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Número de explorações ou de unidade com outras formas de gestão apoiadas	MPRODÍ	9.541	19.975	48%
	MPB	2.305	3.525	65%
	Total 2.2.1	11.846	23.500	50%
Área física (ha) sob apoio agro-ambiental	MPRODÍ	607.448	240.000	253%
	MPB	277.603	160.000	174%
	Total 2.2.1	885.051	400.000	221%
Área total (ha) objecto de apoio agro-ambiental	MPRODÍ	610.327	240.000	254%
	MPB	278.217	160.000	174%
	Total 2.2.1	888.544	400.000	222%
Número total de contratos	MPRODÍ	9.346	20.400	46%
	MPB	2.256	3.600	63%
	Total 2.2.1	11.602	24.000	48%

Quadro 284: Ação 2.2.1 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para:	Modos	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas/silvícolas de elevado valor natural	MPRODÍ	607.448	240.000	253%
	MPB	277.603	160.000	174%
	Total 2.2.1	885.051	400.000	221%
Qualidade da água	MPRODÍ	607.448	240.000	253%
	MPB	277.603	160.000	174%
	Total 2.2.1	885.051	400.000	221%
Combate às alterações climáticas	MPRODÍ	7.153	40.000	18%
	MPB	277.603	160.000	174%
	Total 2.2.1	284.756	200.000	142%
Qualidade dos solos	MPRODÍ	607.448	240.000	253%
	MPB	277.603	160.000	174%
	Total 2.2.1	885.051	400.000	221%

2.2.3.2.2 Ação 2.2.2 – Proteção da biodiversidade doméstica

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 36º alínea a) iv) e Artigo 39º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 27º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.1.4;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 214;
- Portaria n.º 229-B/2008, de 6 de março (Ações 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4) com a nova redação dada pelas Portarias n.º 814/2010 de 27 de agosto, Portaria número 47/2013 de 4 de fevereiro e Portaria número 137/2013 de 1 de Abril;
- Portaria n.º 104/2012 de 17 de abril, alterada pela Portaria n.º 370/2012 de 9 de novembro.

2. Objetivos da Ação

A Ação 2.2.2 “Proteção da biodiversidade doméstica”, visa garantir a utilização sustentada dos recursos genéticos assegurando, nomeadamente, a conservação *in situ* das raças ameaçadas e promovendo a sua utilização de forma a minimizar as perdas de variabilidade genética por acumulação de consanguinidade. Pretende também assegurar o fornecimento de material genético aos Bancos Portugueses de Germoplasma Animal, enquanto instrumento essencial dos programas de conservação *ex situ*.

3. Implementação da Ação

a. Apreciação dos Pedidos de Pagamento e Pedido de Apoio

A decisão anual sobre o período de apresentação do PU passou a ser da competência do Conselho Diretivo do IFAP, com divulgação no respetivo sítio, em www.ifap.pt, conforme estabelecido pela Portaria n.º 86/2011, de 25 de Fevereiro. Em 2013 decorreu entre 1 de Fevereiro e 15 de Maio de 2013.

No decorrer daquele período verificou-se a apresentação dos seguintes pedidos de pagamento:

- 6º Pedido de pagamento (PP) das candidaturas do período especial de 2007 (PES 2008), com opção de assinalar prolongamento de compromisso para 2013;
- 5º PP das candidaturas efetuadas em 2008 (PAS 2009);
- 4º PP das candidaturas efetuadas em 2009 (PAS 2010);
- 3º PP das candidaturas efetuadas em 2010 (PAS 2011).

Como aconteceu no PU 2011 e 2012, a apresentação de novas candidaturas manteve-se suspensa, tendo sido permitido apenas a apresentação de aumentos no número de animais candidatos de beneficiários já aderentes à ação.

Tal como se pode constatar no quadro seguinte, mantém-se em 2013 a existência de um predomínio de pedidos de pagamento na região Norte, representando 85% (3.675 pedidos determinados para apoio) de um total de 4.345. Em termos de cabeças normais (CN) apoiadas, mantém-se um claro domínio da mesma região, representando 66% de um total de 37.033 CN, surgindo também com um peso significativo a região do Alentejo (21%).

Este resultado decorre, tal como já referido em relatórios anteriores, de uma grande parte das raças autóctones ameaçadas de extinção e respetivos efetivos, se localizarem essencialmente na região Norte.

Quadro 285: Ação 2.2.2 – Distribuição regional dos pedidos de pagamento determinados para apoio (candidaturas e CN) – PU 2013

Região	Pedidos determinados para Apoio (1)		CN determinadas para apoio	
	Número	%	Número	%
Norte	3.675	85%	24.260	66%
Centro	424	10%	3.533	10%
LVT	32	1%	668	2%
Alentejo	168	4%	7.729	21%
Algarve	46	1%	844	2%
TOTAL	4.345	100%	37.033	100%
Total de explorações apoiadas	3.940			

(1) Contabilização efectuada por raça

As diferenças regionais existentes ao nível da dimensão das explorações agrícolas e pecuárias refletem-se na dimensão média dos efetivos das explorações apoiadas, conforme se evidencia no quadro seguinte, verificando-se claramente que é na região do Alentejo que os efetivos médios são largamente superiores à média nacional.

Quadro 286: Ação 2.2.2 – Número médio de CN determinadas para apoio (por exploração apoiada e região) – PU 2013

Indicador	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	TOTAL por exploração
Número médio de CN por candidatura apoiada	6,60	8,33	20,86	46,01	18,35	8,52

Analisando a distribuição dos apoios, por espécie ameaçada, verifica-se que o peso dos “bovinos” diminuiu (64% vs 66% em 2012), no que se refere a CN apoiadas e no que se refere igualmente ao número de pedidos determinados para apoio (73% vs 80% em 2012). Dentro da espécie dos bovinos a raça “barrosã” continuou a ser a mais representativa com cerca de 24% das CN apoiadas seguida da “arouquesa” com cerca de 21%.

Quadro 287: Ação 2.2.2 – Apoios por espécie – PU 2013

Espécie	Pedidos determinados para apoio (1)		CN determinadas para apoio	
	Número	%	Número	%
Bovinos	3.191	73%	23.540	64%
Ovinos	452	10%	7.965	22%
Caprinos	123	3%	1.887	5%
Suínos	50	1%	1.062	3%
Equídeos	481	11%	2.569	7%
Galinhas	48	1%	10	0%
TOTAL	4.345	100%	37.033	100%
Total de explorações apoiadas	3.940			

(1) Contabilização efectuada por raça

Apresenta-se de seguida a distribuição dos PA e CN determinadas para apoio do PU 2013, por raça ameaçada e segundo o ano de apresentação do PA.

Dos pedidos de pagamento apresentados em 2013, 58% são referentes a confirmações de pedidos de apoio com início no primeiro ano da

operacionalização da ação, ou seja da campanha de 2008, 27% no 2º ano (2009), 10% no 3º ano (2010) e apenas 5% no 4.º ano (2011).

Quadro 288: Ação 2.2.2 – Distribuição dos pedidos de pagamento determinados para apoio (por espécie e raça e por ano de PA) - PU 2013

Espécie/Raça	Pedidos de Pagamento determinados					CN determinadas para apoio					
	Relativos a candidaturas PES 2008	Relativos a candidaturas PAS 2009	Relativos a candidaturas PAS 2010	Relativos a candidaturas PAS 2011	Total de pedidos em 2013	Relativos a candidaturas PES 2008	Relativos a candidaturas PAS 2009	Relativos a candidaturas PAS 2010	Relativos a candidaturas PAS 2011	Total de pedidos em 2013	
Bovinos	Algarvia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Garvonesa/Chamusca	3	2	0	1	6	118	91	0	17	226
	Jarmelista	6	5	1	1	13	71	42	4	5	122
	Cachena	163	48	22	33	266	2.246	548	190	756	3.739
	Marinhoa	130	35	13	10	188	485	163	60	51	760
	Arouquesa	367	111	62	18	558	1.613	529	261	101	2.504
	Maronesa	325	69	29	12	435	1.916	580	208	86	2.791
	Mirandesa	104	52	23	6	185	1.943	1.108	209	45	3.304
	Preta	5	10	3	1	19	334	765	242	38	1.380
	Minhota	406	372	91	33	902	1.783	1.431	415	94	3.723
Ovinos	Barrosã	444	125	34	16	619	3.894	827	192	57	4.971
	Subtotal	1.953	829	278	131	3.191	14.404	6.105	1.781	1.251	23.540
	Churra Algarvia	12	3	3	1	19	240	41	37	14	332
	Churra Badana	7	2	5	2	16	170	59	85	21	335
	Churra do Campo	0	0	0	1	1	0	0	0	6	6
	Churra do Minho	23	9	3	3	38	244	63	43	56	407
	Mondegueira	11	2	5	0	18	220	27	67	0	314
	Bordaleira Entre Douro	66	73	28	5	172	268	301	102	20	690
	Campança	10	3	1	0	14	651	162	6	0	839
	Churra Galega Mirandesa	16	15	3	1	35	361	234	68	7	669
Caprinos	Merina da Beira Baixa	14	6	3	1	24	359	80	65	2	507
	Saloia	3	2	2	0	7	155	115	46	0	315
	Churra Galega Bragançã	39	18	3	1	61	807	311	50	6	1.175
	Merina Branca	2	1	10	1	14	44	48	767	150	1.009
	Merino Preto	14	9	5	5	33	693	397	88	189	1.366
	Subtotal	217	143	71	21	452	4.211	1.859	1.424	471	7.965
	Algarvia	20	1	5	2	28	275	34	57	13	378
	Serpentina	6	4	0	4	14	162	142	0	69	373
	Charnaqueira	9	7	1	1	18	156	107	25	4	292
	Brazia	49	6	1	1	57	691	93	12	9	805
Preta de Montesinho	5	0	1	0	6	37	0	2	0	39	
Subtotal	89	18	8	8	123	1.320	376	96	95	1.887	
Svinos	Malhado de Alcobaca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Bisara	5	8	4	5	22	57	173	61	85	375
	Alentejana	10	7	6	5	28	353	178	72	84	687
	Subtotal	15	15	10	10	50	410	350	132	169	1.062
Equídeos	Sorraia	1	0	1	0	2	11	0	57	0	68
	Burro de Miranda	75	72	38	16	201	168	152	60	25	405
	Garrana	146	70	12	17	245	1.241	310	63	42	1.656
	Lusitana	12	15	5	1	33	175	183	42	40	440
Subtotal	234	157	56	34	481	1.595	645	222	107	2.569	
Galinhas	Amarela	12	2	2	0	16	3	0	0	0	3
	Pedrés Portuguesa	10	5	2	2	19	1	1	0	3	5
	Preta Lusitânica	9	2	2	0	13	1	0	0	0	2
	Subtotal	31	9	6	2	48	5	1	1	3	10
Total Pedidos Pagamento/CN	2.539	1.171	429	206	4.345	21.945	9.336	3.656	2.096	37.033	
Total de Explorações					3.940						

b. Execução financeira

O valor dos apoios pagos, em 2013, foi de 5.826 mil euros de despesa pública com 4.942 mil euros de participação FEADER. Em termos acumulados já foram pagos 25.423 mil euros de despesa pública com uma participação FEADER de 21.482 mil euros de FEADER, o que corresponde a 90% da meta global estabelecida para o Programa.

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos pagamentos desta ação.

Quadro 289: Ação 2.2.2 – Distribuição regional dos pagamentos

Un.: mil euros

Regiões	Pago em 2013		Total Pago	
	Desp.Publica	FEADER	Desp.Publica	%
Norte	3.734	3.167	16.442	65%
Centro	531	450	2.876	11%
LVT	120	102	497	2%
Alentejo	1.235	1.048	4.824	19%
Algarve	207	176	785	3%
TOTAL	5.826	4.942	25.423	100%

Sendo uma ação plurianual com compromissos assumidos por um período mínimo de cinco anos estimou-se o valor desses compromissos o que é apresentado no Anexo I.

Refira-se, ainda, que a execução desta ação se verifica, essencialmente, em região de convergência, correspondendo os apoios a candidaturas nestas regiões a 97%.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Nos quadros seguintes apresenta-se a situação relativa aos indicadores de realização e de resultado.

Quadro 290: Ação 2.2.2 – Indicadores de realização (output)

Indicador de realização	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Número de explorações ou de unidade com outras formas de gestão apoiadas	7.180	9.000	80%
CN sob apoio agro-ambiental	46.116	45.000	102%
Número total de contratos	7.180	9.000	80%

Quadro 291: Ação 2.2.2 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado superfície (ha) ou CN em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para:	Execução acumulada	Meta CN	% de cumprimen to da meta
Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas/silvícolas de elevado valor natural	46.116	40.000	115%

Assim, em termos de número de candidaturas já se atingiu 80% da meta estabelecida para o ProDeR e 115% em termos de efetivo pecuário apoiado.

Continua-se a verificar que o efetivo pecuário médio das explorações apoiadas é substancialmente superior ao que se estimava (com base no que sucedeu no quadro de referência anterior) quando se estabeleceram as metas do ProDeR, o que parece indicar uma tendência para a concentração destas raças num número mais reduzido de explorações.

2.2.3.2.3 Ação 2.2.3 Conservação e melhoramento de recursos genéticos / Subações 2.2.3.1 e 2.2.3.2

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 36.º, alínea a) iv); Artigo 39 (5)º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 28º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.1.4;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 214;
- Portaria n.º 1268/2009 de 16 de outubro, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e com a Portaria n.º 253/2013 de 7 de agosto (Subação 2.2.3.1);
- Portaria n.º 618/2008, de 14 de julho, Declaração de Retificação n.º 43/2008 e Portaria n.º 1305/2008, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria n.º 1049/2010, de 11 de outubro (Subação 2.2.3.2), pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria n.º 253/2013 de 7 de agosto (Subação 2.2.3.1).

2. Objetivos das Subações

Subação 2.2.3.1:

- Conservar a variabilidade genética, com valor, atual ou futuro, para a agricultura;
- Sempre que possível promover a evolução para a utilização económica de variedades locais;
- Valorizar os conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos vegetais.

Subação 2.2.3.2:

- Assegurar a continuidade do melhoramento dos recursos genéticos animais (Raças Autóctones, Exóticas e da Raça Bovina Frísia),

permitindo a seleção, e disponibilização aos criadores, dos melhores animais reprodutores;

- Promover o funcionamento regular dos Livros Genealógicos e Registos Zootécnicos;
- Assegurar os trabalhos de caracterização das raças abrangidas;
- Promover a avaliação genética como objetivo final dos programas de melhoramento.

3. Implementação da Ação

No âmbito desta ação será apresentada a análise das subações 2.2.3.1 “Componente vegetal” e 2.2.3.2 “Componente animal”.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Subação 2.2.3.1

A subação 2.2.3.1 “Componente vegetal”, teve um único concurso aberto em 2010, pelo que se mantém a informação divulgada em relatórios anteriores, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 292: Subação 2.2.3.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	5.318	0	0	31	5.944
TOTAL	5.318	-	-	31	5.944

Subação 2.2.3.2

Também para a subação 2.2.3.2 não foram abertos concursos em 2013 pelo que se mantém a informação prestada no relatório de 2012, tendo apenas sido registada uma desistência no terceiro concurso.

Quadro 293: Subação 2.2.3.2 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	44.796	0	0	51	34.016
Segundo		0	0	2	860
Terceiro		0	0	51	23.690
TOTAL	44.796	0	0	104	58.567

b. Análise e decisão das candidaturas

Subação 2.2.3.1

No ano de 2013 foram apresentados dois pedidos de alteração ao investimento que levaram à diminuição do valor de apoio, em cerca de 34 mil euros, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 294: Subação 2.2.3.1 – PA entrados, analisados e contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	31	5.944	31	5.944	11	2.235	20	3.651	20	3.651	2.549	1.970
TOTAL	31	5.944	31	5.944	11	2.235	20	3.651	20	3.651	2.549	1.970

Em termos acumulados, mantêm-se contratados 20 PA, num total de 2.549 mil euros de despesa pública e com 1.970 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 2.126 mil euros.

A distribuição regional dos PA contratados é a que se apresenta em seguida, onde é visível uma redução da despesa pública na região Centro, onde se localizam os PA que sofreram alteração do apoio aprovado.

Quadro 295: Subação 2.2.3.1 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	4	745	493	393
Centro	3	296	162	123
LVT	5	907	639	464
Alentejo	7	1.483	1.102	867
Algarve	1	220	153	122
Total	20	3.651	2.549	1.970

Subação 2.2.3.2

Nesta subação foram também apresentados pedidos de alteração ao investimento que conduziram à libertação de cerca de 315 mil euros, conforme se poderá constatar no quadro seguinte:

Quadro 296: Subação 2.2.3.2 – PA entrados, analisados e contratados (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	51	34.016	51	34.016	0	0	51	33.129	51	33.129	26.622	20.706
Segundo	2	860	2	860	0	0	2	860	2	860	783	509
Terceiro	51	23.690	51	23.690	0	0	51	23.653	51	23.653	19.201	15.080
TOTAL	104	58.567	104	58.567	0	0	104	57.642	104	57.642	46.606	36.294

A distribuição regional dos PA contratados é a que se apresenta no quadro seguinte, onde apenas a região norte manteve o nível do apoio anteriormente contratado.

Quadro 297: Subação 2.2.3.2 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	42	27.917	22.747	18.198
Centro	17	9.102	6.896	5.517
LVT	18	10.318	7.461	4.978
Alentejo	22	9.442	8.639	6.911
Algarve	5	863	863	690
TOTAL	104	57.642	46.606	36.294

Em termos acumulados, encontram-se contratados 104 PA num total de 46.606 mil euros de despesa pública, representando 36.294 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 39.460 mil euros.

c. Execução financeira

Subação 2.2.3.1

No final de 2013, o montante total dos pagamentos acumulados era de 1.298 mil euros de despesa pública e 1.063 mil euros de comparticipação FEADER.

Em termos de distribuição regional a situação é a seguinte:

Quadro 298: Subação 2.2.3.1 – Distribuição regional dos montantes pagos (acumulado)

Un: mil euros

Regiões	Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	4	272	226
Centro	3	48	38
LVT	5	255	201
Alentejo	7	627	518
Algarve	1	96	80
TOTAL	20	1.298	1.063

Em termos globais, a subação alcançou uma taxa de execução de 24% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 54% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado), tendo este último indicador registado um aumento de 14 pontos percentuais face ao ano de 2012.

Subação 2.2.3.2

Nesta subação, no ano de 2013, foi pago o montante de 6.024 mil euros de despesa pública com 5.120 mil euros de comparticipação FEADER. No quadro seguinte apresenta-se a distribuição dos pagamentos efetuados em cada ano.

Quadro 299: Subação 2.2.3.2 – Distribuição anual dos montantes pagos (acumulados)

Un.: mil euros

Período de pagamento	Total pago	
	Desp. pública	FEADER
2008	8.976	8.976
2009	6.557	5.009
2010	5.872	4.514
2011	6.589	5.140
2012	6.081	5.170
2013	6.024	5.120
TOTAL	40.099	33.929

No final de 2013, o montante total dos pagamentos acumulados nesta subação era de 40.099 mil euros de despesa pública e 33.929 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 300: Subação 2.2.3.2 – Distribuição regional dos montantes pagos (acumulados)

Un.: mil euros

Regiões	Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	42	20.005	17.353
Centro	17	6.168	5.307
LVT	18	6.163	4.610
Alentejo	22	7.024	6.044
Algarve	5	739	616
TOTAL	104	40.099	33.929

Em termos globais, a subação alcançou uma taxa de execução de 89% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 93% face ao apoiado (rácio entre o fundo pago e o apoiado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Mantem-se 50% da meta de número de candidaturas com uma ligeira diminuição do apoio contratado (98% da meta). O apoio pago na ação 2.2.3, até ao final de 2013, permitiu atingir 83% da meta para o programa.

Quadro 301: Ação 2.2.3 – Indicadores Financeiros e de Realização (acumulado)

	Contratado					Pago				
	Nº de cabeças normais	Nº de candidaturas	Nº de explor. ou outras formas de gestão apoiadas	Valor do apoio (mil euros)	Valor do fundo (mil euros)	Nº de cabeças normais	Nº de candidaturas	Nº de explor. ou outras formas de gestão apoiadas	Valor do apoio (mil euros)	Valor do fundo (mil euros)
	194.979	124	53	49.156	38.264	194.979	124	53	41.397	34.992
Metas	240.000	250	50	50.114	38.958	240.000	250	50	50.114	38.958
% da meta	81%	50%	106%	98%	98%	81%	50%	106%	83%	90%

2.2.3.2.4 Ação 2.2.4 – Conservação do solo

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigos: 36º alínea a) iv) e Artigo 39 do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 27º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.1.4;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 214;
- Portaria n.º 229-B/2008, de 6 de março (Ações 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4) com a nova redação dada pelas Portarias n.º 814/2010 de 27 de agosto, Portaria número 47/2013 de 4 de fevereiro e Portaria número 137/2013 de 1 de Abril;
- Portaria n.º 104/2012 de 17 de abril, alterada pela Portaria n.º 370/2012 de 9 de novembro.

2. Objetivos da Ação

A ação 2.2.4 - Conservação do Solo, visa apoiar as práticas de sementeira direta e mobilização na linha, em áreas de rotação da unidade de produção, reconhecida pelo seu contributo para a conservação do solo.

3. Implementação da Ação

a. Apreciação dos Pedidos de Pagamento e Pedido de Apoio

A decisão anual sobre o período de apresentação do PU passou a ser da competência do conselho diretivo do IFAP, com divulgação no respetivo sítio, em www.ifap.pt, conforme estabelecido pela Portaria n.º 86/2011, de 25 de Fevereiro. Em 2013 decorreu entre 1 de Fevereiro e 15 de Maio de 2013.

A ação 2.2.4 – “Conservação do Solo”, resultou da autonomização do «compromisso complementar da sementeira direta ou mobilização da linha» da ação 2.2.1 – Alteração dos Modos de Produção Agrícola. Esta autonomização foi decidida por se considerar que existia um número

considerável de potenciais beneficiários interessados na realização da sementeira direta ou mobilização da linha mas que considerariam excessivas as exigências inerentes aos modos de produção.

Os beneficiários, do “*compromisso complementar da sementeira direta ou mobilização da linha*” da ação 2.2.1, que se candidataram no PES e no PAS 2009 e que receberam apoios em 2008 e 2009 transitaram automaticamente para a ação 2.2.4 tendo sido dada a possibilidade de reiniciarem a contagem do período de 5 anos de compromisso a partir do pedido de pagamento de 2010.

Como aconteceu no PU 2011 e 2012, a apresentação de novas candidaturas manteve-se suspensa, tendo sido permitido apenas a apresentação de aumentos de área inferior a 20 ha alvo de apoio de beneficiários já aderentes à ação.

No quadro seguinte, apresenta-se a distribuição regional do número e da área dos pedidos de pagamentos determinados para apoio. Relativamente a 2013, verifica-se um aumento de pedidos de pagamento determinados de apoio (142 vs 139 em 2012), acompanhado de um ligeiro aumento de área apoiada (11.739 ha versus 11.443 ha em 2012). Em termos de número de pedidos de pagamento, verifica-se uma concentração na região do Alentejo, representando 88% com um total de 125 pedidos. Em termos de área determinada para apoio, esta região representa 91% num total de 10.664 ha. A região do Algarve não apresentou pedidos de pagamento em 2013.

Quadro 302: Ação 2.2.4 – Distribuição regional dos pedidos de pagamento e áreas determinadas para apoio – PU 2013

Regiões	Pedidos determinados para Apoio		Áreas determinadas para apoio	
	Número	%	Área (ha)	%
Norte	1	1%	1	0,01%
Centro	1	1%	21	0,2%
Lisboa	15	11%	1.053	9%
Alentejo	125	88%	10.664	91%
Algarve	0	0%	0	0%
TOTAL	142	100%	11.739	100%

Analisando o tipo de culturas determinadas para apoio, em 2013, continuam a predominar as “culturas temporárias de sequeiro” que reforçaram a sua posição representando 71% em 2013 (vs. 67% em 2012) com 8.354 ha, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 303: Ação 2.2.4 – Áreas determinadas para apoio em 2013 (por grupo de cultura) - PU 2013

Culturas	TOTAL	
	Área (ha)	% Área
Culturas temporárias de regadio	3.386	29%
Culturas temporárias de sequeiro	8.354	71%
TOTAL	11.739	100%

b. Execução financeira

O valor acumulado de despesa pública paga nesta ação é de 2.772 mil euros a que corresponde uma comparticipação FEADER de 2.295 mil euros.

Considerando a execução financeira do compromisso complementar “*sementeira direta ou mobilização na linha*” que está incluído na execução financeira global da ação 2.2.1, para os anos de 2008 e 2009, podemos analisar a distribuição por ano de execução no quadro seguinte.

Quadro 304: Ação 2.2.4 – Montantes pagos (por ano)

Ano de Pagamento	Despesa Pública (mil euros)
2008 *	122
2009 *	340
2010	475
2011	644
2012	863
2013	791
TOTAL	3.235

* Incluído na ação 2.2.1

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 44% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado).

Sendo uma ação plurianual com compromissos assumidos por um período mínimo de cinco anos estimou-se o valor desses compromissos, o que é apresentado no Anexo I.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Analisando os indicadores de realização verifica-se que as áreas apoiadas continuam inferiores ao previsto, tendo atingido apenas 61% da meta para um número superior de explorações apoiadas (199%). A área sob apoio agro ambiental sofreu um ligeiro aumento.

Quadro 305: Ação 2.2.4 – Indicadores de realização

Indicador de realização	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Número de explorações ou de unidade com outras formas de gestão apoiadas	199	100	199%
Área física (ha) sob apoio agro-ambiental	24.267	40.000	61%
Número total de contratos	199	100	199%

Nota: Os valores do Quadro O.214(1) na linha 6. Ações para Conservação dos solos inclui não só a ação 2.2.4 mas também o apoio à Sementeira Directa no âmbito das Intervenções Territoriais Integradas, que incluem 31 explorações e 1 556 hectares apoiados

Quadro 306: Ação 2.2.4 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado	Execução acumulada (ha)	Meta	% de cumprimento da meta
Combate às alterações climáticas	24.267	40.000	61%
Qualidade dos solos	24.267	40.000	61%

2.2.3.3 Ação 2.3.1 – Minimização de riscos / Subações 2.3.1.1 e 2.3.1.2

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 36º alínea b) vi) e Artigo 48º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 30º e Artigo 33º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.2.6;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 226;
- Portaria n.º 1137-C/2008, de 9 de outubro com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria n.º 253/2013 de 7 de agosto.

2. Objetivos da Ação

Melhorar e contribuir para a estabilidade da floresta e sua resistência aos agentes abióticos e bióticos nocivos.

3. Implementação da Ação

À semelhança dos Relatórios anteriores, no âmbito desta ação será apresentada a análise das subações 2.3.1.1 “Defesa da floresta contra incêndios” e 2.3.1.2 “Minimização de riscos bióticos após incêndios”.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Em 2011 a subação 2.3.1.1 iniciou um período de candidaturas em contínuo que se manteve até fevereiro de 2013. Em fevereiro de 2013, pelo facto de nessa data o Programa se encontrar numa situação de *overbooking*, foi decidido que continuava a ser possível submeter candidaturas ao ProDeR, ficando a análise e decisão das mesmas dependente de futura libertação de verbas provenientes de projetos desistidos ou não executados integralmente, bem como da efetiva possibilidade de execução dos projetos no tempo de vida do Programa.

Até fevereiro de 2013 deram entrada 61 candidaturas válidas que representam 4.366 mil euros de investimento e desistiram 9 candidaturas

dos concursos de anos anteriores. Em termos acumulados deram entrada 594 candidaturas à subação 2.3.1.1 e 8 candidaturas à subação 2.3.1.2, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 307: Ação 2.3.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso por Subação (no ano e acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Subação	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	2.3.1.1	36.471	0	0	124	11.806
Segundo			0	0	167	13.689
Em contínuo-2011			0	0	38	11.608
Em contínuo-2012			0	0	204	25.976
Em contínuo-2013			61	4.366	61	4.366
Primeiro	2.3.1.2		0	0	5	303
Segundo			0	0	3	330
TOTAL			61	4.366	602	68.078

A distribuição regional dos PA manteve-se face ao já verificado anteriormente, com uma clara predominância da região Centro na subação 2.3.1.1, com mais de metade das candidaturas e do investimento previsto, e da região Norte e Centro na subação 2.3.1.2.

Quadro 308: Ação 2.3.1 – Distribuição regional dos PA entrados (acumulado)

Regiões	Subação 2.3.1.1				Subação 2.3.1.2			
	PA		Invest. proposto		PA		Invest. proposto	
	Nº	%	Mil euros	%	Nº	%	Mil euros	%
Norte	129	22%	12.987	19%	3	38%	225	35%
Centro	353	59%	39.127	58%	3	38%	124	20%
LVT	56	9%	9.348	14%	1	13%	185	29%
Alentejo	24	4%	2.530	4%	1	13%	100	16%
Algarve	32	5%	3.453	5%	0	0%	0	0%
TOTAL	594	100%	67.445	100%	8	100%	634	100%

Em termos de tipologia dos beneficiários, confirma-se a tendência já indicada desde 2011 em que, na subação 2.3.1.1, cerca de metade são "organismos de administração local" tendo ainda um peso significativo as "entidades gestoras de baldios" e as "entidades gestoras de ZIF". Na subação 2.3.1.2 também se mantém a tipologia de "Organismos da

administração local” como a mais representativa, com 38% dos PA entrados e 57% do total do investimento.

Quadro 309: Ação 2.3.1 – Distribuição dos PA por tipo de beneficiário (acumulado)

Beneficiários	PA entrados							
	Subação 2.3.1.1				Subação 2.3.1.2			
	Nº	% do total	Investimento	% do total	Nº	% do total	Investimento	% do total
Entidades gestoras de ZIF	111	19%	32.542	48%	0	0%	0	0%
Entidade gestoras de baldio	119	20%	6.885	10%	2	25%	146	23%
Associação produtores florestais	7	1%	726	1%	0	0%	0	0%
Cooperativa produtores florestais	1	0,2%	169	0%	0	0%	0	0%
Organismos da administração central	23	4%	3.156	5%	2	25%	72	11%
Organismos da administração local	304	51%	22.661	34%	3	38%	364	57%
Produtor florestal	29	5%	1.306	2%	1	13%	52	8%
TOTAL	594	100%	67.445	100%	8	100%	634	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2013 foram analisadas e decididas 145 candidaturas e contratados 153 PA. Em termos acumulados, já foram objeto de contratação 484 PA, conforme quadros que se apresentam em seguida.

Quadro 310: Ação 2.3.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (ano)

Concursos	Subação	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
						Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	2.3.1.1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	29	20	16
Segundo		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Em contínuo-2011		0	0	1	416	0	0	1	416	2	867	533	426
Em contínuo-2012		0	0	83	10.791	4	429	79	10.402	93	11.634	8.974	7.151
Em contínuo-2013		61	4.366	61	4.366	2	105	59	4.260	57	4.046	3.516	2.813
Primeiro	2.3.1.2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Segundo		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		61	4.366	145	15.572	6	535	139	15.078	153	16.575	13.043	10.406

Quadro 311: Ação 2.3.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Subação	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
						Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	2.3.1.1	124	11.806	124	11.806	53	4.675	71	6.856	71	6.856	4.661	3.729
Segundo		167	13.689	167	13.689	38	3.201	129	10.033	129	10.033	7.718	6.137
Em contínuo-2011		38	11.608	38	11.608	8	1.240	30	10.343	30	10.343	8.499	6.789
Em contínuo-2012		204	25.976	204	25.976	10	1.543	194	24.526	193	24.255	20.516	16.286
Em contínuo-2013		61	4.366	61	4.366	2	105	59	4.260	57	4.046	3.516	2.813
Primeiro	2.3.1.2	5	303	5	303	4	203	1	96	1	96	63	50
Segundo		3	330	3	330	0	0	3	251	3	251	204	144
TOTAL		602	68.078	602	68.078	115	10.968	487	56.365	484	55.880	45.175	35.948

Na distribuição regional dos PA contratados, a região Centro, no caso da subação 2.3.1.1, reforçou novamente a sua predominância com 59% dos PA contratados mas reduziu o seu peso em termos de investimento (58% vs. 64% em 2012). Apresentam-se de seguida os quadros com a distribuição regional acumulada, por subação.

Quadro 312: Ação 2.3.1 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.:mil euros

Regiões	Subação 2.3.1.1				Subação 2.3.1.2			
	Total contratado				Total contratado			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	94	9.135	6.596	5.276	2	143	129	103
Centro	283	32.245	27.486	21.989	0	0	0	0
LVT	55	9.149	7.032	5.452	1	107	75	41
Alentejo	21	2.068	1.585	1.268	1	96	63	50
Algarve	27	2.938	2.210	1.768	0	0	0	0
TOTAL	480	55.533	44.909	35.754	4	346	266	194

Em termos de tipologia dos beneficiários mantém-se o predomínio, na subação 2.3.1.1, da tipologia "organismos de administração local" (56%) mas em termos de investimento, as "entidades gestoras de ZIF" mantêm o seu peso, com 48% do investimento total. Na outra subação mantém-se apenas 4 PA contratados sendo 2 da tipologia "entidades gestoras de baldios" e 2 da tipologia "organismos da administração local".

Quadro 313: Ação 2.3.1 – Distribuição dos PA contratados por tipo de beneficiário (acumulado)

Un.:mil euros

Beneficiários	PA contratados							
	Subação 2.3.1.1				Subação 2.3.1.2			
	Nº	% do total	Investimento	% do total	Nº	% do total	Investimento	% do total
Entidades gestoras de ZIF	82	17%	26.916	48%	0	0%	0	0%
Entidade gestoras de baldio	89	19%	5.390	10%	2	50%	143	41%
Associações de produtores florestais	3	1%	173	0,3%	0	0%	0	0%
Cooperativas de produtores florestais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Organismos da Administração Central	20	4%	2.679	5%	0	0%	0	0%
Organismos da Administração Local	267	56%	19.783	36%	2	50%	203	59%
Produtores florestais	19	4%	593	1%	0	0%	0	0%
TOTAL	480	100%	55.533	100%	4	100%	346	100%

Analisando os PA contratados pela tipologia de investimentos, verifica-se que, no caso da subação 2.3.1.1, a tipologia “mosaicos de parcelas de gestão combustível” mantém o seu predomínio com 48% (do total de investimento. Na subação 2.3.1.2 mantém-se uma única tipologia de investimento, “controlo de invasoras lenhosas”, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 314: Ação 2.3.1 – Distribuição dos PA contratados por tipo de investimento (acumulado)

Tipologias de investimento	Subação 2.3.1.1			Subação 2.3.1.2		
	Nº PA	Investimento		Nº PA	Investimento	
		Mil euros	% do total		Mil euros	% do total
Mosaicos de parcelas de gestão combustível	115	26.639	48%	0	0	0%
Rede primária de faixas de gestão combustível	220	20.892	38%	0	0	0%
Construção de pontos de água	95	4.533	8%	0	0	0%
Beneficiação de pontos de água	26	966	2%	0	0	0%
Rede secundária de faixas de gestão combustível	24	2.504	5%	0	0	0%
Controlo de invasores lenhosas	0	0	0%	4	346	100%
TOTAL	480	55.533	100%	4	346	100%

Em termos acumulados, nas duas subações, foram contratados 484 PA, num total de 45.175 mil euros de despesa pública, representando 35.948 mil euros de participação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento o valor FEADER deve ser ajustado para 38.271 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 124%.

c. Execução financeira

O montante total dos pagamentos acumulados era, no final de 2013, de 21.006 mil euros de despesa pública e 17.728 mil euros de comparticipação FEADER.

Em termos de distribuição regional a situação é a que se apresenta no quadro seguinte:

Quadro 315: Ação 2.3.1 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un: mil euros

Regiões	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	96	9.278	6.724	5.380	58	2.449	2.056
Centro	283	32.245	27.486	21.989	256	13.304	11.264
LVT	56	9.256	7.107	5.493	51	3.128	2.628
Alentejo	22	2.163	1.648	1.318	19	738	620
Algarve	27	2.938	2.210	1.768	25	1.386	1.160
TOTAL	484	55.880	45.175	35.948	409	21.006	17.728

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 57% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado), mais 36 pontos percentuais do que em 2012, e de 49% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Apesar de ajustadas as metas, mantém-se uma área florestal apoiada inferior à prevista (56% da meta face a 124% do apoio contratado). Quanto ao tipo de intervenção, a maioria dos PA contratados, para a subação 2.3.1.1, até ao final de 2013 diziam respeito a “*infraestruturas*”. Relativamente ao tipo de ação, os PA contratados referem-se, maioritariamente ao tipo “*prevenção de incêndios*” (98%).

Quadro 316: Ação 2.3.1 – Indicadores de realização por tipo de intervenção (contratado)

Tipos de intervenções	Tipos de proprietários	Nº PA	Área floresta beneficiada (ha)	Investimento proposto (mil euros)	Despesa pública (mil euros)
Infraestruturas	Municípios	315	18.748	23.040	18.161
	Outros	122	36.986	30.810	25.480
	Proprietários privados	43	1.907	1.683	1.268
Outros reinvestimentos em espaços florestais	Municípios	2	29	203	138
	Outros	1	49	43	39
	Proprietários privados	1	0	100	90
TOTAL		484	57.720	55.880	45.175
Meta		800	75.000	50.000	36.471
% da meta		61%	77%	112%	124%

Quadro 317: Ação 2.3.1 – Indicadores de realização por tipo de intervenção (pago)

Tipos de intervenções	Tipos de proprietários	Nº PA	Área floresta beneficiada (ha)	Investimento proposto (mil euros)	Despesa pública (mil euros)
Infraestruturas	Municípios	270	10.539	18.737	9.986
	Outros	101	24.767	25.572	10.133
	Proprietários privados	34	1.221	1.249	684
Outros reinvestimentos em espaços florestais	Municípios	2	29	203	120
	Outros	1	49	43	39
	Proprietários privados	1	0	100	44
TOTAL		409	36.605	45.904	21.006
Meta		800	75.000	50.000	36.471
% da meta		51%	49%	92%	58%

Quadro 318: Ação 2.3.1 – Indicadores de realização por tipo de ação (contratado)

Tipos de ações	Tipos de proprietários	Nº PA	Área floresta beneficiada (ha)	Investimento proposto (mil euros)	Despesa pública (mil euros)
Prevenção-incêndios	Municípios	315	18.748	23.040	18.161
	Outros	122	36.986	30.810	25.480
	Proprietários privados	43	1.907	1.683	1.268
Prevenção-catástrofes naturais	Municípios	2	29	203	138
	Outros	1	49	43	39
	Proprietários privados	1	0	100	90
TOTAL		484	57.720	55.880	45.175

Quadro 319: Ação 2.3.1 – Indicadores de realização por tipo de Ação (pago)

Tipos de ações	Tipos de proprietários	Nº PA	Área floresta beneficiada (ha)	Investimento proposto (mil euros)	Despesa pública (mil euros)
Prevenção-incêndios	Municípios	270	10.539	18.737	9.986
	Outros	101	24.767	25.572	10.133
	Proprietários privados	34	1.221	1.249	684
Prevenção-catástrofes naturais	Municípios	2	29	203	120
	Outros	1	49	43	39
	Proprietários privados	1	0	100	44
TOTAL		409	36.605	45.904	21.006

Quanto à área apoiada, que contribui para a qualidade da água, para o combate às alterações climáticas e para a qualidade dos solos, verifica-se que apenas se atingiu 49% da meta para o Programa com 58% da despesa pública prevista.

Quadro 320: Ação 2.3.1 – Indicadores de resultado

Indicadores de resultado	Área apoiada (ha)		Meta	% de cumprimento da meta	
	Contratado	Pago		Contratado	Pago
Biodiversidade	57.720	36.605	+	(cumprido)	(cumprido)
Qualidade da água	57.720	36.605	75.000	77%	49%
Combate às alterações climáticas	57.720	36.605	75.000	77%	49%
Qualidade dos solos	57.720	36.605	75.000	77%	49%
Combate à marginalização das terras	57.720	36.605	+	(cumprido)	(cumprido)

2.2.3.4 Ação 2.3.2 – Ordenamento e recuperação de povoamentos

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 36º alínea b) i), ii), iii), vi); Artigo 43º; Artigo 44º; Artigo 45º e Artigo 48º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 30º; Artigo 31º; Artigo 32º e Artigo 33º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.2.1, 5.3.2.2.2, 5.3.2.2.3 e 5.3.2.2.6;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 221, 222, 223 e 226;
- Portaria n.º 1137-B/2008, de 9 de outubro com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria n.º 104/2012 de 17 de abril, alterada pela Portaria n.º 370/2012 de 9 de novembro.

2. Objetivos da Ação

- Restabelecer o potencial de produção silvícola, das áreas afetadas pela ocorrência de incêndios e de agentes bióticos nocivos, incluindo a recuperação e reabilitação dos povoamentos, dos ecossistemas e das comunidades/habitats, e ainda a conservação do solo e da água (reabilitação imediata pós-incêndio);
- Contribuir para atenuar os efeitos das alterações climáticas, melhorar a biodiversidade, minimizar os efeitos da erosão dos solos e proteger os recursos hídricos;
- Aumentar e diversificar a oferta de produtos florestais de qualidade: madeiras nobres, cortiça e outros produtos não lenhosos;
- Reordenar, reconverter e relocalizar espécies das sub-fileiras florestais, visando o aumento da sua produtividade;
- Introduzir adequadas medidas de prevenção associadas aos povoamentos, ao nível da rede de infraestruturas a recuperar ou a instalar.

3. Implementação da Ação

A ação 2.3.2 compreende duas subações: a subação 2.3.2.1 – “Recuperação do potencial produtivo” e a subação 2.3.2.2 – “Instalação de sistemas florestais e agroflorestais”.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Em 2011 estas subações passaram ao sistema de candidaturas em contínuo. Para além destes períodos, existiram, ainda, dois concursos para a estabilização de emergência após incêndios: um decorrente de vários incêndios florestais relativos à época de incêndios de 2012, que decorreu entre 31 de janeiro e 4 de março de 2013 e o outro decorrente do incendio florestal de Picões e da Serra do Caramulo, que decorreu entre 19 de novembro e 21 de dezembro de 2013. A partir de 19 de fevereiro de 2013, data em que, pelo facto de o Programa se encontrar numa situação de *overbooking*, foi decidido que continuava a ser possível submeter candidaturas ao ProDeR, ficando a análise e decisão das mesmas dependente de futura libertação de verbas provenientes de projetos desistidos ou não executados integralmente, bem como da efetiva possibilidade de execução dos projetos no tempo de vida do Programa.

Em 2013 foram ainda rececionadas, para as duas subações, um total de 187 candidaturas válidas, como se pode ver no quadro que se segue.

Quadro 321: Ação 2.3.2 - Candidaturas válidas apresentadas a concurso (por Subação)

Un.: mil euros

Concursos	Subação	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	2.3.2.1	69.228	10.000	0	0	24	3.033
Segundo			7.000	0	0	24	3.139
Terceiro (Estabilização de emergência)			600	0	0	10	154
Quarto (Estabilização de emergência)			6.000	0	0	38	5.066
Quinto (em contínuo, 2011)				0	0	10	1.501
Quinto (em contínuo, 2012)				0	0	33	3.494
Quinto (em contínuo, 2013)				18	5.421	18	5.421
Sétimo (Estabilização de emergência)			4.000	0	0	22	6.317
Oitavo (Estabilização de emergência)				48	4.733	48	4.733
Nono (Estabilização de emergência)				29	4.451	29	4.451
Primeiro	2.3.2.2		9.000	0	0	119	8.472
Segundo			6.000	0	0	113	7.004
Sexto (em contínuo, 2011)				0	0	68	30.528
Sexto (em contínuo, 2012)				0	0	228	10.095
Sexto (em contínuo, 2013)				92	2.991	92	2.991
TOTAL			42.600	187	17.596	876	96.401

Nota: Nos 1º e 2º concursos existem 8 PA com investimento em simultâneo nas duas Subações.

A distribuição regional dos PA alterou-se face ao relatado em 2012, ou seja, na subação 2.3.2.1 passou a ser a região do Centro a predominante, em termos de investimento, seguida da região do Algarve, facto que se deve ao âmbito regional dos concursos desta ação. Na subação 2.3.2.2 a região do Alentejo continua a ocupar o primeiro lugar com mais de metade do investimento total.

Apresenta-se de seguida o quadro com a distribuição regional dos PA.

Quadro 322: Ação 2.3.2 – Distribuição regional dos PA entrados (acumulado)

Regiões	Subação 2.3.2.1				Subação 2.3.2.2			
	PA		Investimento proposto		PA		Investimento proposto	
	Nº	%	Mil euros	%	Nº	%	Mil euros	%
Norte	77	30%	8.182	22%	125	20%	10.968	19%
Centro	96	38%	12.553	34%	172	28%	11.218	19%
LVT	32	13%	3.033	8%	72	12%	1.694	3%
Alentejo	20	8%	3.695	10%	224	36%	34.246	58%
Algarve	31	12%	9.848	26%	27	4%	964	2%
TOTAL	256	100%	37.310	100%	620	100%	59.090	100%

Quanto à tipologia de promotor os "organismos da administração local" reforçaram o seu peso face a 2012 (30% vs 24% em 2012) passando a ser a tipologia mais representativa no universo dos pedidos de apoio para a subação 2.3.2.1. Nesta subação, a tipologia de "produtores florestais" mantém-se como a segunda tipologia mais importante embora tenha diminuído o seu peso face a 2012 (29% vs. 33%) dos PA mas em termos de investimento passou a ser a mais representativa com 31% do total de investimento. As "entidades gestoras de ZIF" aparecem este ano como a terceira tipologia mais representativa.

Quadro 323: Ação 2.3.2 - Distribuição dos PA da subação 2.3.2.1 (por tipologia de beneficiário)

Beneficiários	PA		Investimento	
	Nº	% do total	Mil euros	% do total
Entidades gestoras de ZIF	52	20%	6.821	18%
Entidades gestoras de baldio	48	19%	6.123	16%
Organismos da Administração Central	5	2%	1.855	5%
Organismos da Administração Local	77	30%	10.764	29%
Cooperativas de produtores florestais	0	0%	0	0%
Associações de produtores florestais	1	0,4%	18	0,05%
Produtores florestais	73	29%	11.729	31%
TOTAL	256	100%	37.310	100%

Na subação 2.3.2.2 a tipologia de "produtores florestais" continua a ser a mais representativa, com 81% e 83%, respetivamente de número de PA e de investimento apresentado.

Quadro 324: Ação 2.3.2 - Distribuição dos PA subação 2.3.2.2 (por tipologia de beneficiário)

Beneficiários	PA		Investimento	
	Nº	% do total	Mil euros	% do total
Entidades gestoras de ZIF	74	12%	6.197	10%
Entidades gestoras de baldio	32	5%	3.024	5%
Organismos da Administração Local	8	1%	715	1%
Cooperativas de produtores florestais	2	0,3%	74	0,1%
Associações de produtores florestais	1	0,2%	4	0,01%
Produtores florestais	503	81%	49.076	83%
TOTAL	620	100%	59.090	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2013 foram analisadas 281 candidaturas, das quais 93% foram aprovadas. Cerca de 50% do total de candidaturas contratadas foram objeto de contratação no ano de 2013, representando 32.410 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 25.275 mil euros.

Quadro 325: Ação 2.3.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (ano)

Concursos	Subação	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
						Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	2.3.2.1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2.3.2.2	0	0	0	0	0	0	0	0	4	106	175	79
Segundo	2.3.2.1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	58	32	26
	2.3.2.2	0	0	0	0	0	0	0	0	10	492	1.026	778
Terceiro (Estabilização de emergência)	2.3.2.1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quarto (Estabilização de emergência)	2.3.2.1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quinto (em contínuo, 2011)	2.3.2.1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quinto (em contínuo, 2012)	2.3.2.1	0	0	19	1.563	1	52	18	1.707	22	2.116	1.576	1.261
Quinto (em contínuo, 2013)	2.3.2.1	18	5.421	18	5.421	0	0	18	6.078	18	6.078	4.006	3.205
Sexto (em contínuo, 2011)	2.3.2.2	0	0	0	0	0	0	0	0	6	516	1.317	667
Sexto (em contínuo, 2012)	2.3.2.2	0	0	99	4.292	10	627	89	3.512	131	5.680	12.845	10.134
Sexto (em contínuo, 2013)	2.3.2.2	93	3.071	92	2.991	5	186	87	2.717	86	2.709	6.717	5.354
Sétimo (Estabilização de emergência)	2.3.2.1	0	0	5	89	3	19	2	70	18	6.305	2.616	2.093
Oitavo (Estabilização de emergência)	2.3.2.1	48	4.733	48	4.733	0	0	48	4.733	48	4.733	2.100	1.680
Nono (Estabilização de emergência)	2.3.2.1	29	4.451	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		188	17.676	281	19.089	19	885	262	18.817	343	28.793	32.410	25.275

Nota: Nos 1º e 2º concursos existem PA com investimento em simultâneo nas duas Subações.

Em termos acumulados encontram-se contratadas 690 candidaturas, i.e., 99% das candidaturas aprovadas, conforme se vê no quadro seguinte.

Quadro 326: Ação 2.3.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Subação	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
						Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	2.3.2.1	24	3.033	24	3.033	2	577	22	2.410	22	2.410	1.405	1.110
	2.3.2.2	119	8.472	119	8.472	73	5.909	46	2.565	46	2.565	3.865	3.031
Segundo	2.3.2.1	24	3.139	24	3.139	9	820	15	2.290	15	2.290	1.285	1.028
	2.3.2.2	113	7.004	113	7.004	35	2.303	78	4.667	78	4.667	6.096	4.772
Terceiro	2.3.2.1	10	154	10	154	0	0	10	154	10	154	59	47
Quarto	2.3.2.1	38	5.066	38	5.066	3	17	35	4.921	35	4.921	2.710	2.168
Quinto (em contínuo, 2011)	2.3.2.1	10	1.501	10	1.501	1	198	9	1.303	9	1.303	1.073	858
Quinto (em contínuo, 2012)	2.3.2.1	33	3.494	33	3.494	1	52	32	3.638	32	3.638	2.677	2.141
Quinto (em contínuo, 2013)	2.3.2.1	18	5.421	18	5.421	0	0	18	6.078	18	6.078	4.006	3.205
Sexto (em contínuo, 2011)	2.3.2.2	68	30.528	68	30.528	8	10.763	60	2.698	60	2.698	6.236	4.535
Sexto (em contínuo, 2012)	2.3.2.2	228	10.095	228	10.095	12	701	216	8.894	213	8.687	19.741	15.430
Sexto (em contínuo, 2013)	2.3.2.2	93	3.071	92	2.991	5	186	87	2.717	86	2.709	6.717	5.354
Sétimo (Estabilização de emergência)	2.3.2.1	22	6.317	22	6.317	4	24	18	6.305	18	6.305	2.616	2.093
Oitavo (Estabilização de emergência)	2.3.2.1	48	4.733	48	4.733	0	0	48	4.733	48	4.733	2.100	1.680
Nono (Estabilização de emergência)	2.3.2.1	29	4.451	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		877	96.481	847	91.950	153	21.549	694	53.372	690	53.157	60.584	47.452

Nota: Nos 1º e 2º concursos existem PA com investimento em simultâneo nas duas Subações.

Em termos acumulados, foram contratados 690 PA, num total de 60.584 mil euros de despesa pública, com 47.452 mil euros de participação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento o valor FEADER deve ser ajustado para 51.404 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 87%.

Analisando a distribuição regional dos PA contratados por subação, verifica-se:

- Relativamente à subação 2.3.2.1 “Recuperação do potencial produtivo” - os PA contratados concentram-se na região do Norte e do Centro, representando ambas cerca de 62% do total de PA. Em termos de investimento, o Centro continua a destacar-se, representando 32% do investimento embora o Algarve se tenha destacado com 33% do total de investimento.
- Relativamente à subação 2.3.2.2 “Instalação de sistemas florestais e agroflorestais” - o Alentejo mantém-se como região predominante, com 42% dos PA e 51% do investimento.

Quadro 327: Ação 2.3.2 - Distribuição regional dos PA contratados

Un.:mil euros

Regiões	Subação 2.3.2.1				Subação 2.3.2.2			
	Total contratado				Total contratado			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	49	4.638	3.232	2.586	110	4.163	5.714	4.207
Centro	80	10.067	5.080	4.064	83	4.460	8.892	6.714
LVT	32	2.991	1.981	1.571	67	1.288	3.114	2.263
Alentejo	19	3.643	2.735	2.188	203	10.849	24.303	19.435
Algarve	27	10.493	4.894	3.915	20	565	638	510
TOTAL	207	31.832	17.922	14.325	483	21.325	42.661	33.128

Nota: Existem PA com investimento em simultâneo nas duas Subações.

Analisando, em termos de acumulados, na tipologia de promotores verificam-se alterações face a 2012. A tipologia mais representativa em 2013, em termos de número de PA, para a subação 2.3.2.1 "Recuperação do potencial produtivo", passou a ser a de "produtores florestais" quer em termos de número de PA, com 28% dos PA, quer em termos de investimento, com 35%. A tipologia "organismos da administração local" e as "entidades gestoras de ZIF" surgem em segundo lugar, em termos de investimento, com 21% do investimento.

Na subação 2.3.2.2 "Instalação de sistemas florestais e agroflorestais" os "produtores florestais" continuam a ser a tipologia mais representativa em termos de PA e de investimento, representando 91% dos PA e 84% do investimento.

Quadro 328: Ação 2.3.2 - Distribuição dos PA contratados (por tipologia de beneficiário)

Beneficiários	Subação 2.3.2.1				Subação 2.3.2.2			
	PA		Investimento		PA		Investimento	
	Nº	% do total	Mil euros	% do total	Nº	% do total	Mil euros	% do total
Entidades gestoras de ZIF	52	25%	6.783	21%	7	1%	402	2%
Entidades gestoras de baldio	43	21%	5.412	17%	30	6%	2.831	13%
Organismos da Administração Central	5	2%	1.855	6%	0	0%	0	0%
Organismos da Administração Local	49	24%	6.572	21%	5	1%	223	1%
Cooperativas de produtores florestais	0	0%	0	0%	1	0,2%	40	0,2%
Associação de produtores florestais	1	0,5%	18	0,1%	0	0%	0	0%
Produtores florestais	57	28%	11.193	35%	440	91%	17.829	84%
TOTAL	207	100%	31.832	100%	483	100%	21.325	100%

Se analisarmos os PA contratados, por tipologia de investimentos, verifica-se, na subação 2.3.2.1 a tipologia predominante continua a ser a “estabilização de emergência após incêndio” com 52% e 51% do número de PA e do investimento, respetivamente, enquanto, na subação 2.3.2.2, mantém-se a tipologia “florestação de terras agrícolas” a mais representativa.

Quadro 329: Ação 2.3.2 - Distribuição dos PA contratados (por Subação e tipologia de investimento)

Un.: mil euros

Tipologias de investimento	Subação 2.3.2.1			Subação 2.3.2.2		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	Nº PA	Invest. total	Desp. pública
Estabilização de emergência após incêndio	111	16.113	7.485	0	0	0
Reflorestação	47	3.960	2.608	0	0	0
Reabilitação de habitats florestais	25	7.836	5.681	0	0	0
Reabilitação de povoamentos	29	3.923	2.149	0	0	0
Instalação sistemas agroflorestais	0	0	0	5	235	118
Florestação de terras agrícolas abandonadas	0	0	0	48	1.192	1.587
Florestação de terras agrícolas	0	0	0	349	13.800	36.374
Florestação de espaços florestais	0	0	0	86	6.097	4.583
TOTAL	212	31.832	17.922	488	21.325	42.661

Nota: Existem PA com investimento em simultâneo nas duas Subações.

Em termos de espécies previstas nos PA contratados na subação 2.3.2.1, verifica-se que o “Pinheiro bravo” passou a ser segunda espécie mais representativa com 26% da área total contratada. O “sobreiro” (*quercus suber*) aparece, agora, como o mais representativo com 29% da área total contratada.

Em termos regionais, o Norte passou a ser a região dominante seguida do Alentejo, representando ambas 60% da área total.

Quadro 330: Ação 2.3.2 - Distribuição das áreas contratadas à subação 2.3.2.1 (por espécie e DRAP)

Espécies	Regiões (em ha)					TOTAL
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	
Azinhaira	0	76	0	13	0	89
Carvalho-negral	56	735	0	33	0	824
Castanha	7	18	8	10	0	43
Cupressus	0	86	117	0	0	203
Medronheiro	2	0	0	28	29	59
Outras folhosas	28	46	0	7	75	156
Outras quercineas	84	12	19	0	0	115
Outras resinosas	21	171	0	0	0	192
Pinheiro bravo	2.596	136	298	328	0	3.358
Pinheiro manso	0	18	335	455	47	854
Sobreiro	12	74	1.170	1.361	1.083	3.701
Outras espécies	2.520	481	97	7	0	3.105
TOTAL	5.326	1.852	2.044	2.242	1.235	12.698

Efetuada a mesma análise para os PA contratados na subação 2.3.2.2, verifica-se que o “sobreiro” continua a ser a espécie mais representativa (44%) e a região do Alentejo a que tem mais área apoiada (52%).

Quadro 331: Ação 2.3.2 - Distribuição das áreas contratadas à subação 2.3.2.2 (por espécie e DRAP)

Espécies	Regiões (em ha)					TOTAL
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	
Alfarrobeira	0	0	0	25	0	25
Azinhaira	0	157	0	738	0	895
Bétula	31	12	0	0	0	43
Carvalho-negral	116	25	0	0	0	140
Castanha	296	64	0	0	0	360
Freixo	30	33	5	49	0	117
Nogueira	34	0	8	0	0	42
Outras folhosas	50	10	10	0	0	70
Outras quercineas	391	143	25	0	0	559
Outras resinosas	40	18	19	0	0	77
Pinheiro bravo	1.165	238	53	182	0	1.638
Pinheiro manso	54	47	837	2.356	128	3.421
Pseudotsuga	147	47	0	0	0	195
Sobreiro	288	1.617	365	3.807	125	6.203
Outras espécies	2	9	48	99	18	176
TOTAL	2.644	2.420	1.369	7.257	272	13.962

No que se refere ao tipo de apoio contratado, mantém-se o predomínio da “prevenção de catástrofes naturais/restabelecimento” (ação 2321), em termos de investimento, com 60% do investimento total e 51% da despesa pública com exclusão de prémios.

Apresenta-se, em seguida, a distribuição dos PA contratados pelas medidas COM a que dizem respeito.

Quadro 332: Ação 2.3.2 – PA contratados por tipo de apoio (acumulado)

Tipos de apoios	PA		Investimento		Despesa pública (excluindo prémios)		Despesa pública (prémios)		FEADER	
	Nº	%	Mil euros	%	Mil euros	%	Mil euros	%	Mil euros	%
<u>Med. COM 221</u> Primeira florestação em terra agrícola	349	50%	13.800	26%	11.683	33%	24.698	98%	28.137	59%
<u>Med. COM 222</u> Sistemas agro-florestais em terra agrícola	5	1%	235	0,4%	118	0%	0	0%	94	0,2%
<u>Med. COM 223</u> Primeira florestação em terra não agrícola	133	19%	7.290	14%	5.626	16%	537	2%	4.897	10%
<u>Med. COM 226</u> Prevenção catástrofes naturais/restabelecimento	207	30%	31.832	60%	17.922	51%	0	0%	14.325	30%
TOTAL	694	100%	53.157	100%	35.348	100%	25.235	100%	47.452	100%

c. Execução financeira

No final de 2013, o montante total dos pagamentos acumulados era de 17.910 mil euros de despesa pública e 15.131 mil euros de comparticipação FEADER.

Em termos de distribuição regional a situação é a seguinte:

Quadro 333: Ação 2.3.2 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un:mil euros

Regiões	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	159	8.800	8.947	6.793	124	4.054	3.436
Centro	163	14.527	13.972	10.778	104	4.130	3.482
LVT	92	4.280	5.094	3.834	85	1.787	1.504
Alentejo	221	14.492	27.038	21.622	171	6.155	5.197
Algarve	47	11.058	5.532	4.426	41	1.785	1.513
TOTAL	682	53.157	60.584	47.452	524	17.910	15.131

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 26% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 31% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Analisando os indicadores financeiros e de realização desta ação verifica-se que para a componente da primeira florestação de terras agrícolas (Med.221 da COM) e da primeira florestação de terras não agrícolas (Med.223 da COM) o apoio por ha de terra florestada e por beneficiário continua a ser superior ao previsto.

Quadro 334: Ação 2.3.2 – Indicadores Financeiros

Med. COM	Despesa publica		Meta	% de cumprimento da meta	
	Contratada	Paga		Contratada	Paga
221	36.381	6.706	23.628	154%	28%
222	118	103	6.645	2%	2%
223	6.163	3.047	13.309	46%	23%
226	17.922	8.054	25.647	70%	31%

Quadro 335: Ação 2.3.2 – Indicadores de realização (beneficiários)

Med. COM	Nº beneficiários apoiados		Meta	% de cumprimento da meta	
	Contratados	Pagos		Contratados	Pagos
221	309	251	750	41%	34%
222	4	3	565	1%	1%
223	108	84	600	18%	14%
226	121	76	-	-	-

Quadro 336: Ação 2.3.2 – Indicadores de realização (ha)

Med. COM	Área apoiada (ha)		Meta	% de cumprimento da meta	
	Contratada	Paga		Contratada	Paga
221	9.622	7.961	25.000	38%	32%
222	200	199	15.000	1%	1%
223	4.140	3.347	20.000	21%	17%
226	12.698	7.290	-	-	-

Quadro 337: Ação 2.3.2 – Indicadores de realização (investimento)

Med. COM	Investimento		Meta	% de cumprimento da meta	
	Contratado	Pago		Contratado	Pago
226	31.832	18.294	45.000	71%	41%

Em termos de indicadores de resultado, verifica-se que o valor máximo da taxa de cumprimento, para o “combate às alterações climáticas” e à “qualidade dos solos”, no que diz respeito à área contratada, é de 38%, na medida 221 da Comissão.

Quadro 338: Ação 2.3.2 – Indicadores de resultado

Indicadores de resultado	Med COM	Área apoiada (ha)		Meta	% de cumprimento da meta	
		Contratada	Paga		Contratada	Paga
Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas de elevado valor natural	221	9.622	7.961	+	Cumprido	Cumprido
	222	200	199	+	Cumprido	Cumprido
	223	4.140	3.347	+	Cumprido	Cumprido
	226	12.698	7.290	+	Cumprido	Cumprido
Qualidade da água	221	9.622	7.961	25.000	38%	32%
	222	200	199	15.000	1%	1%
	223	4.140	3.347	20.000	21%	17%
	226	12.698	7.290	+	Cumprido	Cumprido
Combate às alterações climáticas	221	9.622	7.961	25.000	38%	32%
	222	200	199	15.000	1%	1%
	223	4.140	3.347	20.000	21%	17%
	226	12.698	7.290	+	Cumprido	Cumprido
Qualidade dos solos	221	9.622	7.961	25.000	38%	32%
	222	200	199	15.000	1%	1%
	223	4.140	3.347	20.000	21%	17%
	226	12.698	7.290	+	Cumprido	Cumprido
Combate à marginalização das terras	222	200	199	+	Cumprido	Cumprido
	223	4.140	3.347	+	Cumprido	Cumprido
	226	12.698	7.290	+	Cumprido	Cumprido

Estes resultados revelam alguma deficiência ao nível da programação inicial que importa corrigir em sede de reprogramação.

2.2.3.5 Ação 2.3.3 – Valorização ambiental dos espaços florestais

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 36º alínea b) vii) e Artigo 49º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 29º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.2.7;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 227;
- Portaria n.º 1137-D/2008, de 9 de outubro com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria n.º 253/2013 de 7 de agosto.

2. Objetivos da Ação

- Aumentar o caráter público das florestas, promovendo a oferta de bens e serviços, sem retorno económico, proporcionados pelos ecossistemas florestais, maximizando quer as suas funções ambientais, protetoras do solo e da água e contributivas para a biodiversidade, quer as suas funções sociais, de lazer e de fruição pelas populações;
- Contribuir para atenuar os efeitos das alterações climáticas, melhorar a biodiversidade, minimizar os efeitos da erosão dos solos e proteger os recursos hídricos;
- Reordenar, reconverter e relocalizar espécies das sub-fileiras florestais, visando o aumento da sua produtividade.

3. Implementação da Ação

À semelhança dos relatórios anteriores, no âmbito desta ação será apresentada a análise das subações 2.3.3.1 “Promoção do valor ambiental dos espaços florestais”; 2.3.3.2 “Reconversão de povoamentos com fins ambientais” e 2.3.3.3 “Proteção contra agentes bióticos nocivos”.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

As 3 subações, estiveram num período de candidaturas em contínuo desde 2011 até 2013. A partir de fevereiro de 2013, data em que, pelo facto de o Programa se encontrar numa situação de *overbooking*, foi decidido que continuava a ser possível submeter candidaturas ao ProDeR, ficando a análise e decisão das mesmas dependente de futura libertação de verbas provenientes de projetos desistidos ou não executados integralmente, bem como da efetiva possibilidade de execução dos projetos no tempo de vida do Programa.

No ano de 2013, até fevereiro, foram rececionadas 220 candidaturas válidas, representando 27.508 mil euros de investimento.

Em termos acumulados foram rececionadas 1.539 candidaturas válidas. Em alguns concursos verificou-se uma diminuição do número de candidaturas válidas devido a desistências e validações de candidaturas.

Quadro 339: Ação 2.3.3 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso por subação

Un.: mil euros

Concursos	Subação	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas		
				Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	
Primeiro	2.3.3.1	59.186	6.000	0	0	60	3.762	
	2.3.3.2		6.000	0	0	8	876	
	2.3.3.3		7.000	0	0	33	5.869	
Segundo	2.3.3.1		4.000	0	0	127	6.884	
	2.3.3.2		2.000	0	0	14	1.391	
	2.3.3.3		10.000	0	0	92	14.469	
Terceiro	2.3.3.1		Em contínuo 2011	0	0	0	127	6.080
	2.3.3.2			0	0	4	1.149	
	2.3.3.3			0	0	113	24.444	
Quarto	2.3.3.1			Em contínuo 2012	0	0	279	14.708
	2.3.3.2				0	0	8	1.129
	2.3.3.3				0	0	454	92.958
	2.3.3.1	Em contínuo 2013		105	6.479	105	6.479	
	2.3.3.2			1	31	1	31	
	2.3.3.3			114	20.998	114	20.998	
TOTAL			35.000	220	27.508	1.539	201.225	

Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição geográfica de cada uma das subações. A distribuição regional dos PA da ação 2.3.3 – “Valorização

ambiental dos espaços florestais” é muito distinta de subação para subação.

Na subação 2.3.3.1 “Promoção do valor ambiental dos espaços florestais”, os PA e o investimento continuam a concentrar-se nas regiões Centro e Norte, com particular incidência na primeira.

Quadro 340: Ação 2.3.3 - Distribuição regional dos PA da subação 2.3.3.1

Regiões	PA		Investimento		Invest. médio
	Nº	%	Mil euros	%	Mil euros
Norte	137	20%	7.205	19%	53
Centro	417	60%	23.995	63%	58
LVT	70	10%	3.131	8%	45
Alentejo	64	9%	2.974	8%	46
Algarve	10	1%	607	2%	61
TOTAL	698	100%	37.912	100%	54

Na subação 2.3.3.2 “Reconversão de povoamentos com fins ambientais”, a situação não sofreu alterações significativas, face a relatórios de anos anteriores, continuando o Norte a ter o maior investimento médio (240 mil euros), o Centro o maior número de PA (31%) e o Alentejo maior percentagem de investimento (44%).

Quadro 341: Ação 2.3.3 – Distribuição regional dos PA da subação 2.3.3.2

Regiões	PA		Investimento		Invest. médio
	Nº	%	Mil euros	%	Mil euros
Norte	2	6%	273	6%	240
Centro	11	31%	742	16%	78
LVT	9	26%	1.391	30%	58
Alentejo	10	29%	2.003	44%	171
Algarve	3	9%	166	4%	120
TOTAL	35	100%	4.575	100%	131

Quanto à subação 2.3.3.3 “Proteção contra agentes bióticos nocivos”, a região do Alentejo continua a reforçar a sua posição de liderança apresentando agora 73% dos PA entrados e 66% do investimento. Em

termos de investimento médio, a região Centro mantém-se destacada das restantes com 434 mil euros.

Quadro 342: Ação 2.3.3 – Distribuição regional dos PA da subação 2.3.3.3

Regiões	PA		Investimento		Invest. médio
	Nº	%	Mil euros	%	Mil euros
Norte	25	3%	4.078	3%	163
Centro	57	7%	24.758	16%	434
LVT	124	15%	23.146	15%	187
Alentejo	592	73%	104.544	66%	177
Algarve	8	1%	2.213	1%	277
TOTAL	806	100%	158.738	100%	197

No quadro seguinte, apresenta-se a distribuição por tipologia de beneficiário e por subação.

Quadro 343: Ação 2.3.3 – Distribuição dos PA entrados por tipologia de beneficiário (acumulado)

Beneficiários	Subação 2.3.3.1		Subação 2.3.3.2		Subação 2.3.3.3	
	Nº PA	% do total	Nº PA	% do total	Nº PA	% do total
Associação de produtores florestais	5	1%	0	0%	17	2%
Entidade gestoras de baldio	31	4%	0	0%	10	1%
Entidades gestoras de ZIF	17	2%	6	17%	51	6%
Entidades participadas pelo Estado	0	0%	1	3%	3	0,4%
Organismos da Administração Central	18	3%	1	3%	9	1%
Organismos da Administração Local	379	54%	4	11%	12	1%
Produtores florestais	246	35%	23	66%	702	87%
Cooperativa de produtores florestais	2	0,3%	0	0%	2	0,2%
TOTAL	698	100%	35	100%	806	100%

Na subação 2.3.3.1 “Promoção do valor ambiental dos espaços florestais”, a tipologia, de beneficiários, mais representativa continua a ser a de “organismos da administração local” com 54% dos PA apresentados e 56% do investimento apresentado, seguindo-se “produtores florestais” com 35% e 28% respetivamente, do número de PA e do investimento apresentado.

Estas duas tipologias representam, no seu conjunto, a quase totalidade dos PA e do investimento entrado, cerca 89% do total de PA e 84% do total de investimento. Em termos do investimento médio, o valor mais elevado mantém-se na tipologia “*entidades gestoras de ZIF*”, com 125 mil euros.

Na subação 2.3.3.2 “Reconversão de povoamentos com fins ambientais” mantém-se uma adesão muito baixa à reconversão de povoamentos florestais com fins ambientais, sendo a tipologia dominante a do “*produtor florestal*”, com 66% do total de PA, 62% do investimento total. Em 2013, o maior valor médio de investimento, 650 mil euros mantém-se na tipologia de “*entidades participadas pelo Estado*”.

Na subação 2.3.3.3 “Proteção contra agentes bióticos nocivos”, os “*produtores florestais*” também correspondem à tipologia, de beneficiários, mais representativa, com 87% dos PA apresentados e 75% do investimento, seguindo-se as “*entidades gestoras de ZIF*” e as “*associações de produtores florestais*”.

Quadro 344: Ação 2.3.3 – Distribuição do investimento por tipologia de beneficiário (acumulado)

Un.: mil euros

Beneficiários	Subação 2.3.3.1			Subação 2.3.3.2			Subação 2.3.3.3		
	Investi-mento	% do total	Invest. Médio	Investi-mento	% do total	Invest. Médio	Investi-mento	% do total	Invest. Médio
Associação de produtores florestais	442	1%	88	0	0%	0	3.762	2%	221
Entidade gestoras de baldio	2.297	6%	74	0	0%	0	2.149	1%	215
Entidades gestoras de ZIF	2.131	6%	125	324	7%	54	28.541	18%	560
Entidades participadas pelo Estado	0	0%	0	650	14%	650	1.577	1%	526
Organismos da Administração Central	840	2%	47	287	6%	287	1.519	1%	169
Organismos da Administração Local	21.339	56%	56	469	10%	117	1.331	1%	111
Produtores florestais	10.770	28%	44	2.845	62%	124	119.714	75%	171
Cooperativa de produtores florestais	93	0,2%	47	0	0%	0	146	0,1%	73
TOTAL	37.912	100%	54	4.575	100%	131	158.738	100%	197

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2013 foram analisadas 326 candidaturas, das quais 312 (96%) foram aprovadas. Do universo das aprovadas, 350 foram objeto de contratação, conforme quadro seguinte.

Quadro 345: Ação 2.3.3 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (ano)

Un.: mil euros

Concursos	Subação	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
						Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	2.3.3.1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2.3.3.2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2.3.3.3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Segundo	2.3.3.1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	25	25	20
	2.3.3.2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Terceiro	2.3.3.1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2.3.3.2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2.3.3.3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quarto (Em contínuo 2012)	2.3.3.1	0	0	85	4.554	8	385	77	4.171	91	4.916	3.995	3.174
	2.3.3.2	0	0	5	949	1	75	4	874	4	874	520	416
Quarto (Em contínuo 2013)	2.3.3.1	105	6.479	105	6.479	5	537	100	5.952	100	5.952	4.978	3.979
	2.3.3.2	1	31	1	31	0	0	1	31	1	31	12	10
	2.3.3.3	114	20.998	114	20.998	2	189	112	20.809	111	20.773	14.827	11.844
TOTAL		220	27.508	326	63.223	14	829	312	62.396	350	69.708	43.284	34.434

Quadro 346: Ação 2.3.3 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Subação	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
						Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	2.3.3.1	60	3.762	60	3.762	29	2.020	31	1.670	31	1.670	1.368	1.073
	2.3.3.2	8	876	8	876	5	624	3	223	3	223	93	70
	2.3.3.3	33	5.869	33	5.869	12	2.072	21	3.714	21	3.714	2.666	2.051
Segundo	2.3.3.1	127	6.884	127	6.884	36	1.909	91	4.744	91	4.744	4.187	3.349
	2.3.3.2	14	1.391	14	1.391	7	329	7	1.057	7	1.057	555	444
Terceiro	2.3.3.1	92	14.469	92	14.469	13	2.417	79	11.957	79	11.957	8.960	7.161
	2.3.3.2	127	6.080	127	6.080	70	3.468	57	2.612	57	2.612	2.365	1.888
	2.3.3.3	4	1.149	4	1.149	0	0	4	1.041	4	1.041	704	469
Quarto (em contínuo 2012)	2.3.3.1	113	24.444	113	24.444	2	2.902	111	21.395	111	21.395	14.649	11.550
	2.3.3.2	279	14.708	279	14.708	26	998	253	13.619	251	13.571	11.444	9.118
	2.3.3.3	8	1.129	8	1.129	1	75	7	1.053	7	1.053	593	474
Quarto (em contínuo 2013)	2.3.3.1	454	92.958	454	92.958	13	886	441	92.003	441	92.003	59.499	46.987
	2.3.3.2	105	6.479	105	6.479	5	537	100	5.952	100	5.952	4.978	3.979
	2.3.3.3	1	31	1	31	0	0	1	31	1	31	12	10
TOTAL	2.3.3.1	114	20.998	114	20.998	2	189	112	20.809	111	20.773	14.827	11.844
	TOTAL	1.539	201.225	1.539	201.225	221	18.426	1.318	181.879	1.315	181.795	126.899	100.467

A distribuição regional dos PA contratados por subação mantém-se idêntica à relatada em Relatórios anteriores, com a predominância da região Centro na subação 2.3.3.1 e da região Alentejo na subação 2.3.3.3. Na subação 2.3.3.2 a região do Alentejo passou a dominar quer em termos de número de PA quer em termos de investimento contratado, conforme se pode verificar no quadro que se segue.

Quadro 347: Ação 2.3.3 - Distribuição regional dos PA contratados

Un.:mil euros

Regiões	Total contratado											
	Subação 2.3.3.1				Subação 2.3.3.2				Subação 2.3.3.3			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	37	2.191	1.624	1.299	0	0	0	0	17	1.551	1.071	857
Centro	381	21.498	18.595	14.876	3	122	70	56	46	23.027	16.692	13.347
LVT	65	2.884	2.651	2.055	6	1.115	670	438	118	22.463	17.225	12.899
Alentejo	39	1.578	1.101	881	10	2.003	1.142	914	574	100.735	64.649	51.719
Algarve	8	397	371	296	3	165	74	60	8	2.065	963	770
TOTAL	530	28.548	24.342	19.408	22	3.405	1.956	1.467	763	149.842	100.600	79.593

Na distribuição por tipologia de investimento contratado da subação 2.3.3.1 mantém-se o domínio das "galerias ripícolas", com 84% do total do investimento.

Quadro 348: Ação 2.3.3 - Distribuição dos PA contratados na Subação 2.3.3.1 (por tipologia de investimento)

Tipologias de investimento	Subação 2.3.3.1		
	Nº PA	Investimento proposto	
		Mil euros	% do total
Processos de erosão	6	682	2%
Corredores ecológicos	41	1.406	5%
Galerias ripícolas	466	24.101	84%
Mont. azinho notáveis em RN	1	21	0,1%
Paisagens notáveis	16	2.338	8%
TOTAL	530	28.548	100%

Na subação 2.3.3.3 "Proteção contra agentes bióticos nocivos", a tipologia de investimento "recuperação de montados em declínio" mantém o predomínio, com 84% do investimento total contratado, continuando a ser os "montados de sobreiro" os mais representativos com 55% do investimento total contratado. A tipologia "controlo do nemátodo da madeira do pinheiro" representa, em 2013, apenas 14% (vs 7% em 2012) do investimento contratado.

Quadro 349: Ação 2.3.3 - Distribuição dos PA contratados na subação 2.3.3.3 (por tipologia de investimento)

Tipologias de investimento	Subação 2.3.3.3			
	Nº PA	Investimento proposto		
		Mil euros	% do total	
Controlo do nemátodo da madeira do pinheiro	52	21.177	14%	
Recuperação de montados em declínio	Sobreiro	400	82.248	55%
	Azinheira	133	18.602	12%
	Mistos	151	24.432	16%
Cont. esp. inv. /problemas estabilidade ecológica	12	2.288	2%	
Cont. esp. inv. /outras áreas	5	254	0,2%	
Recuperação de povoamentos de castanheiro	10	841	1%	
TOTAL	763	149.842	100%	

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição dos PA contratados por tipologia de beneficiário.

Quadro 350: Ação 2.3.3 - Distribuição dos PA contratados (por subação e por tipologia de promotor)

Beneficiários	Subação 2.3.3.1		Subação 2.3.3.2		Subação 2.3.3.3	
	Nº PA	Investi-mento	Nº PA	Investi-mento	Nº PA	Investi-mento
Associação de produtores florestais	5	442	0	0	14	2.658
Entidade gestoras de baldio	14	1.163	0	0	3	345
Entidades gestoras de ZIF	13	1.903	1	23	45	25.029
Organismos da Administração Central	15	746	1	287	8	1.485
Organismos da Administração Local	344	18.293	2	90	9	1.106
Produtores florestais	139	6.001	17	2.463	680	117.565
Entidades participadas pelo Estado	0	0	1	542	3	1.577
Cooperativa de produtores florestais	0	0	0	0	1	75
TOTAL	530	28.548	22	3.405	763	149.842

Relativamente à tipologia de promotores não se verificaram alterações face ao já verificado em anos anteriores.

Em termos acumulados, foram contratados 1315 PA, num total de 126.899 mil euros de despesa pública, representando 100.467 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 107.558 mil euros.

c. Execução financeira

Tendo iniciado a sua execução financeira no ano de 2011, esta ação atingiu, no final de 2013, o montante total dos pagamentos acumulados de 51.809 mil euros de despesa pública e 43.731 mil euros de participação FEADER.

Em termos de distribuição regional a situação é a seguinte:

Quadro 351: Ação 2.3.3 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un: mil euros

Regiões	Total contratado				Total Pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	54	3.742	2.696	2.157	27	921	774
Centro	430	44.648	35.357	28.279	368	14.769	12.425
LVT	189	26.462	20.546	15.392	162	10.229	8.631
Alentejo	623	104.316	66.892	53.514	442	25.470	21.548
Algarve	19	2.626	1.408	1.126	13	420	352
Total	1.315	181.795	126.899	100.467	1.012	51.809	43.731

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 87% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 44% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Verifica-se novamente uma alteração, em termos de áreas contratadas e pagas, uma vez que a região do Alentejo (ao contrário de 2012 em que era a LVT) passou claramente a ser a predominante, representando agora 46% da área total contratada, passado a região LVT a ser a segunda região mais importante, ao nível desta ação.

Quadro 352: Ação 2.3.3 – Distribuição regional das áreas contratadas e pagas (acumulado)

Un: ha

Regiões Subações	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	TOTAL
Contratadas						
2.3.3.1	974	6.264	1.569	468	15.187	24.461
2.3.3.2	0	58	287	1.375	76	1.796
2.3.3.3	1.391	21.290	77.776	103.545	869	204.871
Total	2.365	27.611	79.631	105.388	16.132	231.128
Pagas						
2.3.3.1	449	5.861	1.479	276	123	8.188
2.3.3.2	0	8	360	1.063	7	1.438
2.3.3.3	719	10.694	92.073	77.747	856	182.090
Total	1.168	16.563	93.913	79.086	986	191.716

Analisando os indicadores de realização continua a verificar-se que o apoio médio por proprietário florestal é superior ao previsto inicialmente, uma vez que 237% do investimento contratado se refere apenas a 42% dos proprietários florestais previstos.

Quadro 353: Ação 2.3.3 – Indicadores de realização

Indicadores de realização	Contratado	Pago	Meta	% de cumprimento da meta	
				Contratado	Pago
Volume total de investimento	181.795	134.310	76.687	237%	175%
Nº proprietários florestais apoiados	1.047	769	2.500	42%	31%

Quadro 354: Ação 2.3.3 – Indicadores de resultado

Indicadores de resultado	Med COM	Área apoiada (ha)		Meta	Cumprimento da meta	
		Contratado	Pago		Contratado	Pago
Biodiversidade	227	231.128	191.716	+	Cumprido	Cumprido
Combate às alterações climáticas	227	231.128	191.716	+	Cumprido	Cumprido
Qualidade dos solos	227	231.128	191.716	+	Cumprido	Cumprido
Combate à marginalização das terras	227	231.128	191.716	+	Cumprido	Cumprido

2.2.3.6 Ação 2.4.1 – Apoio à gestão das ITI

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigos: 52º alínea b), iii) e Artigo 57º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.3.2.3 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 323;
- Portaria número 596-B/2008, de 8 de julho com as alterações introduzidas pelas Portarias n.º 1229-B/2008, de 27 de outubro, pela Portaria n.º 1327/2010, de 10 de dezembro e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Elaboração e implementação dos regulamentos de proteção e gestão dos sistemas agrícolas e florestais relacionados com os sítios “Natura 2000” e outros locais de elevado valor natural no quadro de ITI;
- Sensibilização da população alvo para as ITI e acompanhamento técnico aos seus beneficiários no âmbito dos compromissos agros e silvo ambientais contratados.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2013 voltaram a não ser abertos concursos/períodos de candidaturas tendo-se registado duas desistências face a 2012, e que se traduz nos dados do quadro que se apresenta em seguida

Quadro 355: Ação 2.4.1 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.:mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	3.609	362	8	322
Segundo		487	8	437
Terceiro		434	8	554
Quarto		150	3	150
TOTAL	3.609	1.433	27	1.464

b. Análise e decisão das candidaturas

Todas as candidaturas entradas foram analisadas, decididas e contratadas até 2011, conforme se verifica no quadro seguinte, no qual se encontra igualmente refletida a situação das duas desistências já mencionadas.

Quadro 356: Ação 2.4.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	8	322	8	322	0	0	8	302	8	302	302	226
Segundo	8	437	8	437	0	0	8	373	8	373	373	280
Terceiro	8	554	8	554	0	0	8	526	8	526	406	305
Quarto	3	150	3	150	0	0	3	241	3	241	241	181
TOTAL	27	1.464	27	1.464	0	0	27	1.442	27	1.442	1.322	992

Em termos acumulados, encontram-se contratados 27 PA num total de 1.322 mil euros de despesa pública, representando 992 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 1.079 mil euros.

c. Execução financeira

O montante total dos pagamentos acumulados nesta ação é agora de 670 mil euros de despesa pública e 527 mil euros de comparticipação FEADER. Este montante é inferior ao valor pago até 2012 fruto das 2 desistências que se registaram em 2013.

Quadro 357: Ação 2.4.1 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.:mil euros

Regiões	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	12	669	549	411	12	411	328
Centro	7	350	350	263	7	90	69
LVT	0	0	0	0	0	0	0
Alentejo	4	263	263	198	4	94	73
Algarve	4	160	160	120	4	74	58
TOTAL	27	1.442	1.322	992	27	670	527

A distribuição regional dos PA contratados, e conforme já referido nos relatórios de execução dos anos anteriores, revela o predomínio, em termos de acumulado, da região Norte, fruto da DRAPN assumir a presidência de 4 ELA.

Da análise deste quadro constata-se também que foi na região de Lisboa e Vale do Tejo que ocorreram as desistências de dois pedidos de apoio referentes à ELA da ITI da Serra de Aires e Candeeiros.

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 17% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 53% face ao com tratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a ação (3.987 mil euros), verifica-se que o volume total de investimento contratado corresponde a cerca de 36%.

Quadro 358: Ação 2.4.1 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.:mil euros

	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
	27	1.442	1.322	992	670	527
Meta	3.987	3.609	3.022	3.022	3.609	3.022
% da meta	36%	37%	33%	19%	17%	

2.2.3.7 Ação 2.4.2 – Instrumentos de programação e gestão para ITI

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigos: 52º alínea b), iii) e Artigo 57º a) do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.3.2.3 do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 323;
- Portaria número 1245/2010, de 14 de Dezembro com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Conservação do património natural relativo à biodiversidade visada nos objetivos da Rede Natura 2000, através da criação de condições para uma adequada gestão de sistemas agrícolas e florestais relevantes;
- Aumento da atratividade das zonas rurais através da conservação do seu património natural.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2013 não foram abertos concursos para esta ação.

Quadro 359: Ação 2.4.2 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total
Primeiro	2.406	2	282
TOTAL	2.406	2	282

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2013 não se registaram análises, decisões ou contratações nesta ação.

Quadro 360: Ação 2.4.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	2	282	2	282	0	0	2	282	2	282	282	212
TOTAL	2	282	2	282	0	0	2	282	2	282	282	212

Em termos acumulados, encontram-se contratados 2 PA num total de 282 mil euros de despesa pública, representando 212 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 10%.

c. Execução financeira

A execução financeira desta ação até final de 2013 era a seguinte:

Quadro 361: Ação 2.4.2 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.:mil euros

Regiões	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Centro	1	132	132	99	1	66	56
LVT	0	0	0	0	0	0	0
Alentejo	0	0	0	0	0	0	0
Algarve	1	150	150	113	1	75	64
TOTAL	2	282	282	212	2	141	120

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 18% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 48% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a ação (2.700 mil euros), verifica-se que o volume total de investimento contratado corresponde a cerca de 10%.

Quadro 362: Ação 2.4.2 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.:mil euros

Nº PA	Total contratado			Total pago	
	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
2	282	282	212	141	120
Meta	2.700	2.406	2.045	2.406	2.045
% da meta	10%	12%	10%	6%	6%

2.2.3.8 Ações 2.4.3 a 2.4.13 – ITI - Pagamentos agro e silvo ambientais

Cada uma destas ações compreende, além dos pagamentos às componentes agro e silvo ambientais, também as candidaturas correspondentes à componente dos investimentos não produtivos que pela sua especificidade será analisada no seu conjunto noutro ponto deste Relatório.

1. *Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)*

- Artigos: 36º alínea a), iv), alínea b), v); Artigo 39º; Artigo 47º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 27º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.2.1.4; 5.3.2.2.5;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 214, 225;
- Portaria número 232-A/2008 de 11 de março, com a nova redação dada pela Portaria n.º 1234/2010 de 10 de dezembro, pela Portaria número 49/2013 de 4 de fevereiro e pela Portaria número 137/2013 de 1 de Abril; Portaria n.º 104/2012 de 17 de abril, alterada pela Portaria n.º 370/2012 de 9 de novembro.

2. *Objetivos das Ações*

Conservar a estrutura ecológica dos sistemas agroflorestais e florestais que contribuem significativamente para os valores naturais existentes no território e respetiva paisagem.

3. *Implementação das Ações*

Os apoios agroambientais e silvo ambientais atribuídos no âmbito das Intervenções Territoriais Integradas (ITI), ou seja, na medida 2.4 (exceto a componente dos Investimentos não produtivos) estão incorporados no SIGC - Sistema Integrado de Gestão e de Controlo sendo, nos termos de

protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP, a sua gestão e execução asseguradas por este último.

Os pedidos de apoio (PA) e os pedidos de pagamento (PP) das ações em apreço passaram a ser apresentados, a partir de 2011, em simultâneo no Pedido Único (PU).

Tal como acontece nas medidas/ações 2.1, 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4, a gestão da medida 2.4 “ITI – Pagamentos agro e silvo ambientais” é também da responsabilidade do IFAP. Por esta razão, este ponto do relatório foi elaborado tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

a. Apreciação dos Pedidos de Pagamento e Pedido de Apoio

Tal como já referido para as ações 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4, a decisão anual sobre o período de apresentação do PU passou a ser da competência do conselho diretivo do IFAP, com divulgação no respetivo sítio, em www.ifap.pt, conforme estabelecido pela Portaria n.º 86/2011, de 25 de Fevereiro. Em 2013 decorreu entre 1 de Fevereiro e 15 de Maio.

A distribuição geográfica dos PA destas ações está, naturalmente, condicionada pela localização das ITI atualmente existentes e pela sua respetiva dimensão física.

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos pagamentos agros e silvo ambientais determinados para apoio. Tal como nos anos anteriores mantém-se o predomínio da região Norte, em número de candidaturas, área para apoio e apoio determinado, onde se localizam quatro das treze ITI existentes no Continente.

Quadro 363: Ações 2.4.3 a 2.4.13 – Distribuição regional dos PP agro e silvo ambientais determinados para apoio

Regiões	Candidaturas determinadas		Áreas determinadas		Apoios determinados	
	Número	%	ha	%	(mil euros)	%
Norte	7.638	85%	67.975	60%	9.973	71%
Centro	958	11%	10.603	9%	1.443	10%
LVT	23	0,3%	403	0,4%	44	0,3%
Alentejo	269	3%	32.959	29%	2.366	17%
Algarve	118	1%	997	1%	148	1%
TOTAL	9.006	100%	112.937	100%	13.974	100%

A ITI Douro Vinhateiro (a única que não se enquadra em rede natura e cujo objetivo é a preservação da paisagem) mantém a sua predominância quer no valor do apoio determinado, quer em número de candidaturas embora, neste caso, tenha novamente diminuído o seu peso (1 ponto percentual no número de candidaturas e 4 pontos percentuais nos apoios, face a 2012). A ITI Peneda-Gerês é a mais representativa no que se refere às áreas determinadas para apoio, com 39% da área total, sendo esta situação resultado das candidaturas em áreas de baldios.

A ITI de Castro Verde continua a destacar-se, porque, tal como já foi referido, apesar de possuir apenas 2% das candidaturas determinadas para apoio, detém o segundo lugar em termos de área e montante alvo de apoio, com o valor de 24% e 14%, respetivamente.

Quadro 364: Ações 2.4.3 a 2.4.13 - Pedidos de pagamento determinados para apoio (por ITI)

Tipologia	Candidaturas determinadas		Áreas determinadas		Apoios determinados		
	Número	%	ha	%	(mil euros)	%	
Douro Vinhateiro	4.726	52%	12.209	11%	5.733	41%	
Rede Natura	Douro Internacional	1.903	21%	10.185	9%	1.526	11%
	Peneda Gerês	925	10%	43.742	39%	2.279	16%
	Montesinho-Nogueira	477	5%	4.017	4%	768	5%
	Serra Estrela	340	4%	3.868	3%	596	4%
	Castro Verde	169	2%	27.596	24%	1.941	14%
	Tejo Internacional	209	2%	4.446	4%	497	4%
	Costa Sudoeste	55	1%	2.521	2%	248	2%
	RN Alentejo	53	1%	3.447	3%	216	2%
	Monchique e Caldeirão	106	1%	346	0,3%	99	1%
	Serra de Aires e Candeeiros	43	0,5%	560	0,5%	71	1%
TOTAL	9.006	100%	112.937	100%	13.974	100%	

O balanço entre as componentes, agro e silvo ambiental, feito no quadro seguinte, permite confirmar novamente a reduzida expressão que a componente silvo ambiental continua a assumir.

Quadro 365: Ações 2.4.3 a 2.4.13 – Pedidos de pagamento determinados para apoio (por tipologia de natureza de apoio)

Tipologia	Candidaturas determinadas		Áreas determinadas		Apoios determinados	
	Número	%	ha	%	(mil euros)	%
Agro-ambientais	8.728	97%	104.577	93%	13.046	93%
Silvo-ambientais	278	3%	8.360	7%	927	7%
TOTAL	9.006	100%	112.937	100%	13.974	100%

Os quadros que se seguem, apresentam a informação dos PP, área e montantes determinados para apoio, do PU 2013, distribuídos segundo o ano de apresentação dos PA.

Quadro 366: Ações 2.4.3 a 2.4.13 - Pedidos de pagamento determinados para apoio por ITI

Número de candidaturas determinadas para apoio em 2013 segundo o ano de início do compromisso	Intervenções Territoriais Integradas (N.º)											TOTAL	Total de explorações	
	Douro Vinhateiro	Beçade-Garás	Montesinho-Regueira	ITI Douro Internacional, Sabor, Magas e Vale do Côa	Serra da Estrela	Tejo Internacional	Serras de Aire e Candeeiros	Castro Verde	Costa Sudoeste	Monchique e Caldeirão	RN Alentejo			
Agro-ambientais	Relativas a candidaturas PES 2008	414	176	11	303	7	2	5	12	1	0	0	931	929
	Relativas a candidaturas PAS 2009	794	86	114	254	17	4	3	19	1	0	0	1.292	1.291
	Relativas a candidaturas PAS 2010	390	94	40	149	56	10	7	23	3	0	0	772	772
	Relativas a candidaturas PAS/PU 2011	1.048	114	133	289	55	45	11	22	8	14	12	1.751	1.751
	Relativas a candidaturas PU 2012	550	89	89	395	63	26	9	25	17	43	11	1.317	1.313
	Relativas a candidaturas PU 2013	1.530	317	59	512	104	29	6	67	5	24	12	2.665	2.660
	Total de apoios em 2013	4.726	876	446	1.902	302	116	41	168	35	81	35	8.728	8.716
Silvo-ambientais	Relativas a candidaturas PES 2008	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Relativas a candidaturas PAS 2009	1	2	0	0	3	0	1	2	0	0	9	9	9
	Relativas a candidaturas PAS 2010	2	3	1	11	11	0	0	8	0	0	36	36	36
	Relativas a candidaturas PAS/PU 2011	0	8	0	17	27	0	0	7	5	4	68	68	68
	Relativas a candidaturas PU 2012	6	12	0	2	20	1	0	2	8	12	63	63	63
	Relativas a candidaturas PU 2013	40	6	0	8	32	1	0	1	12	2	102	102	102
	Total de apoios em 2013	49	31	1	38	93	2	1	20	25	18	278	278	278
TOTAL	4.726	925	477	1.903	340	209	43	169	55	106	53	9.006	8.994	

Quadro 367: Ações 2.4.3 a 2.4.13 - Área apoiada por ITI

Áreas determinadas para apoio em 2013 segundo o ano de início do compromisso		Intervenções Territoriais Integradas (ha)											TOTAL
		Douro Vinhateiro	Peneda-Gerês	Montesinho-Nogueira	ITI Douro Internacional, Sabor, Maças e Vale do Côa	Serra da Estrela	Tejo Internacional	Serras de Aires e Candeeiros	Castro Verde	Costa Subeeste	Monchique e Caldeirão	RN Alentejo	
Agro-ambientais	Relativas a candidaturas PES 2008	1.180	486	67	1.660	48	28	13	2.571	5	0	0	6.059
	Relativas a candidaturas PAS 2009	1.766	174	660	1.631	157	14	13	3.404	5	0	0	7.823
	Relativas a candidaturas PAS 2010	984	1.658	289	807	289	42	66	3.581	75	0	0	7.792
	Relativas a candidaturas PAS/PU 2011	3.056	401	912	1.587	328	162	83	4.108	402	26	1.104	12.169
	Relativas a candidaturas PU 2012	1.411	2.512	534	1.684	298	160	43	4.324	1.306	65	1.102	13.439
	Relativas a candidaturas PU 2013	3.813	36.947	311	2.765	2.210	310	196	9.588	286	40	830	57.296
	Total de apoios em 2013	12.209	42.177	2.774	10.135	3.330	715	414	27.576	2.079	131	3.037	104.577
Silvo-ambientais	Relativas a candidaturas PES 2008	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Relativas a candidaturas PAS 2009	50	20	0	0	57	0	20	27	0	0	173	173
	Relativas a candidaturas PAS 2010	100	111	50	83	298	0	0	108	0	0	751	751
	Relativas a candidaturas PAS/PU 2011	0	297	0	283	1.931	0	0	179	49	33	2.771	2.771
	Relativas a candidaturas PU 2012	10	424	0	9	315	5	0	96	95	359	1.314	1.314
	Relativas a candidaturas PU 2013	1.404	392	0	163	1.130	141	0	32	72	18	3.351	3.351
	Total de apoios em 2013	1.564	1.243	50	538	3.731	146	20	442	215	410	8.360	8.360
TOTAL	12.209	43.742	4.017	10.185	3.868	4.446	560	27.596	2.521	346	3.447	112.937	

Quadro 368: Ações 2.4.3 a 2.4.13 - Despesa pública por ITI

Apoio determinado em 2013 segundo o ano de início do compromisso		Intervenções Territoriais Integradas (mil euros)											TOTAL
		Douro Vinhateiro	Peneda-Gerês	Montesinho-Nogueira	ITI Douro Internacional, Sabor, Maças e Vale do Côa	Serra da Estrela	Tejo Internacional	Serras de Aires e Candeeiros	Castro Verde	Costa Subeeste	Monchique e Caldeirão	RN Alentejo	
Agro-ambientais	Relativas a candidaturas PES 2008	622	137	14	246	11	8	3	173	1	0	0	1.215
	Relativas a candidaturas PAS 2009	971	47	159	290	38	4	3	243	1	0	0	1.755
	Relativas a candidaturas PAS 2010	505	102	65	131	74	13	11	264	10	0	0	1.173
	Relativas a candidaturas PAS/PU 2011	1.276	76	213	236	76	48	15	230	37	13	62	2.283
	Relativas a candidaturas PU 2012	557	123	130	237	71	51	9	319	125	34	64	1.719
	Relativas a candidaturas PU 2013	1.802	1.513	79	378	232	62	19	708	22	22	64	4.901
	Total de apoios em 2013	5.733	1.999	660	1.517	502	184	60	1.938	194	69	190	13.046
Silvo-ambientais	Relativas a candidaturas PES 2008	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Relativas a candidaturas PAS 2009	5	3	0	0	7	0	2	5	0	0	23	23
	Relativas a candidaturas PAS 2010	13	14	9	17	41	0	0	16	0	0	111	111
	Relativas a candidaturas PAS/PU 2011	0	33	0	52	117	0	0	18	6	2	228	228
	Relativas a candidaturas PU 2012	2	30	0	4	40	1	0	11	12	21	121	121
	Relativas a candidaturas PU 2013	259	28	0	21	108	11	0	3	13	3	445	445
	Total de apoios em 2013	279	108	9	94	313	12	2	54	30	26	927	927
TOTAL	5.733	2.279	768	1.526	596	497	71	1.941	248	99	216	13.974	

Tendo em atenção que, em 2013, os promotores que iniciaram os seus contratos em 2008 podiam terminar os seus compromissos ou em alternativa renová-los por mais um ano, os resultados expressos nos quadros anteriores permitem concluir pela existência de um interesse renovado pelas ITI. De facto, verifica-se um acréscimo significativo no número total de candidaturas, área e apoio, face a 2012.

A execução física e financeira mantém-se concentrada em quatro ITI:

- a. ITI Douro Vinhateiro, que continua a destacar-se no número de PP (52% do total) e apoio determinado (41%);
- b. ITI Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Côa, que diminuiu ligeiramente o seu peso face a 2012, apresentando 21% dos PP, 9% da área e 11% dos apoios determinados;
- c. ITI Peneda-Gerês, com um ligeiro aumento face a 2012, apresenta 10% dos PP, 39% da área e 16% dos apoios determinados;
- d. ITI Castro Verde, que diminuiu o seu peso em termos de área, com 24%, e de apoios determinados com 14% (mantendo 2% dos PP).

Estas quatro ITI, no seu conjunto, representam mais de 80% dos PP, da área e dos apoios determinados, o que face a 2012, constitui um decréscimo percentual relativamente às restantes ITI, as quais tiveram um aumento no peso relativo nestas três vertentes, embora apresentem níveis de execução bastante baixos, sendo esta situação particularmente evidente nos apoios silvoambientais.

A distribuição dos diferentes tipos de apoio agro ambiental e silvo ambiental constam dos quadros seguintes.

Quadro 369: Ações 2.4.3 a 2.4.13 - Pedidos de pagamento determinados para apoio (por tipo de apoio ambiental)

Tipo de apoio agro-ambiental	Candidaturas, áreas e apoios determinados para apoio AgroAmbientais		
	N.º	Superfície (ha)	Apoio (mil euros)
Gestão do pastoreio em áreas de baldio	37	41.633	1.528
Ajuda à conservação da estrutura ecológica de base	3.557	15.684	2.382
Manutenção de socacos	4.931	12.382	5.769
Manutenção da rotação de sequeiro cereal-pousio	445	32.940	2.449
Sementeira directa	0	0	0
Manutenção de pastagens permanentes com alto valor natural	1.049	4.285	590
Manutenção de pastagens permanentes de sequeiro naturais ou melhoradas	30	1.527	108
Gestão do pastoreio em formações arbustivas mediterrânicas	7	209	17
Conservação dos soutos notáveis da Terra Fria	239	330	184
Gestão de pastagem permanente extensiva	5	475	12
Extensificação do pastoreio	2	241	8
TOTAL	10.302	109.704	13.046
TOTAL DE EXPLORAÇÕES	8.728	104.577	

Nota: a mesma exploração pode ter mais do que um tipo de apoio

Da análise do quadro anterior, constata-se que a “manutenção de socacos” continua a ser o apoio com maior número de candidaturas (48%) e apoio determinado (44%) para apenas 11% da área alvo de apoio. Embora este apoio se encontre previsto na ITI da Serra da Estrela e na ITI Peneda Gerês, é a ITI do Douro Vinhateiro que assume a maior expressão com cerca de 96% das candidaturas a este apoio nesta ITI.

Verifica-se, ainda, que em termos de área a “gestão do pastoreio em área de baldios”, continua a liderar com 38% da área alvo de apoio apesar de representar apenas 0,4% das candidaturas (33 candidaturas na ITI Peneda Gerês e apenas 4 na ITI da Serra da Estrela) e 12% do apoio determinado.

O segundo lugar em termos de apresentação de candidaturas continua a ser detido pelo apoio à “ajuda à conservação da estrutura ecológica de base”, com 35% das candidaturas determinadas, encontrando-se a maior parte localizadas na ITI do Douro Internacional Sabor, Maças e Vale do Côa (53%, o que constitui uma redução de 5 pontos percentuais face a 2012).

Relativamente à área candidata, o segundo lugar (30% vs. 33% face a 2012) é ocupado pela “manutenção da rotação de sequeiro cereal-pousio”, cuja ITI de Castro verde detém 85% da área apoiada (27.576 ha, o que constitui um aumento de 2.654 ha face a 2012), seguida pelas ITI da Rede Natura Alentejo, ITI Douro Internacional Sabor, Maças e Vale do Côa com 7% (2.320 ha) e 5% (1.467 ha), respetivamente, sendo que nas restantes ITI, as áreas candidatas são área residuais entre 812 e 214 ha. Este apoio ocupa igualmente o segundo lugar com 19% dos apoios determinados, detendo a ITI de Castro Verde 80% dos apoios.

Relativamente aos apoios silvo ambientais destacam-se novamente os apoios à “manutenção de maciços, bosquetes ou núcleos de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones e de exemplares e formações reliquiais ou notáveis” e “conservação da rede de corredores ecológicos”, que no seu conjunto representam 56% das candidaturas determinadas, 60% da área e 58% dos apoios determinados. É, ainda, de continuar a realçar a “conservação da rede de corredores ecológicos” pelo seu contributo na área determinada para apoio que é de 52% face ao total de 8.360 ha de área líquida apoiada.

A ITI com maior expressão nesta componente, é a ITI do Tejo Internacional, detendo nestes dois apoios 52% do número total de candidaturas, 63% da área (4.412 ha) e 55% (300 mil euros) do montante total determinado para apoio, o que constitui um aumento de 22, 15 e 16 pontos percentuais, respetivamente, face a 2012.

Quadro 370: Ações 2.4.3 a 2.4.13 – Pedidos de pagamento (por tipo de apoio silvo ambiental)

Tipo de apoio Silvo-ambiental	Candidaturas, áreas e apoios determinados para apoio SilvoAmbientais		
	N.º	Superfície (ha)	Apoio (mil euros)
Renaturalização de manchas florestais	29	1.375	93
Renaturalização de montados de azinho	1	20	2
Conservação e recuperação da diversidade inter-específica nos povoamentos florestais	65	1.703	155
Requalificação de matagais estremes de baixo valor de conservação	24	691	65
Manutenção de maciços, bosquetes ou núcleos de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones e de exemplares e formações reliquiaes ou notáveis	120	2.676	268
Manutenção de galerias ripícolas	14	104	15
Conservação da rede de corredores ecológicos	112	4.307	275
Manutenção dos habitats/Renovação de povoamentos de Quercus spp. E Catanea Sativa	28	372	32
Manutenção de matagais	13	203	11
Fomento das populações de água de Bonelli/grandes águias	5	45	7
Biodiversidade florestal - S. Mamede	2	34	3
Manutenção e beneficiação da floresta autóctone	1	21	2
TOTAL	414	11.550	927
TOTAL DE EXPLORAÇÕES	278	8.360	

Nota: a mesma exploração pode ter mais do que um tipo de apoio

Seguidamente apresenta-se alguma informação adicional relativa a cada uma das ITI.

Ação 2.4.3 - ITI Douro Vinhateiro

A ITI Douro Vinhateiro, que prevê apenas o apoio agro ambiental à manutenção de socalcos, é a principal região, em termos do número de candidaturas apoiadas, com 4.726 candidaturas (aumento de 1.121 explorações face a 2012), as quais representam 54% das candidaturas agroambientais e 53% do total das candidaturas às ITI.

Em termos da superfície total apoiada, os 12.209 ha (aumento de 2.840 ha face a 2012) correspondem a 12% da superfície agro ambiental apoiada, passando a ser a terceira ITI com maior área apoiada, suplantando a ITI

Douro Internacional, Sabor, Maçons e Vale do Côa. Relativamente à despesa pública, com 5.733 mil euros de apoio, representa 44% do montante de apoio às agroambientais nas ITI e 41 % do montante total pago às ITI.

Ação 2.4.4 – ITI Peneda-Gerês

A ITI Peneda-Gerês é a principal região, em termos de área apoiada, com 42 mil ha (acréscimo de 6 mil ha face a 2012), correspondente a 40% da superfície determinada para apoio agro ambiental. Nesta ITI foram apoiados 876 beneficiários, 10% do total de candidaturas agroambientais. O montante de apoio determinado corresponde a 15% do montante de apoio determinado para as agroambientais nas ITI. O principal tipo de apoio agro ambiental é a *“gestão de pastoreio em áreas de baldio”*, com 93% da área e 72% do apoio desta ITI. Em termos do número de candidaturas, é a *“ajuda à conservação da estrutura ecológica de base”*, com 51% das candidaturas.

Relativamente aos apoios silvo ambientais, a Peneda-Gerês continua a ser uma das ITI mais importantes, tendo o seu peso relativo aumentado face a 2012, com 19% (vs 16% em 2012) da área (1.564 ha) e 30% (vs 20% em 2012) do apoio total (279 mil euros). Foram apoiados 49 beneficiários (vs 18 em 2012), o que corresponde a 18% de todas as candidaturas em silvo ambientais. O principal tipo de apoio silvo ambiental é a *“conservação e recuperação da diversidade interespecífica nos povoamentos florestais”*, com cerca de ½ das candidaturas, área e apoios determinados.

Ação 2.4.5 – ITI Montesinho-Nogueira

A ITI Montesinho-Nogueira representa, em termos agroambientais, 5% do número de beneficiários (446 vs 342 em 2012), 3% da área (2.774 ha vs 3.204 ha em 2012) e 5% do apoio determinado (660 mil euros vs 530 mil euros). O principal tipo de apoio agro ambiental é a *“ajuda à conservação da estrutura ecológica de base”*, com 38% das candidaturas, 49% da área e 37% do apoio.

Quanto aos apoios silvo ambientais, esta ITI representa 11% dos beneficiários (31 vs 12 em 2012), 15% da área (1.243 ha vs 668 ha em 2012) e 12% do apoio (108 mil euros vs 46 mil euros em 2012). Os apoios silvoambientais mais importantes são a *“renaturalização de manchas florestais”*, a *“manutenção de maciços, bosquetes ou núcleos de espécies*

arbóreas ou arbustivas autóctones e de exemplares e formações reliquiais ou notáveis e a *"conservação da rede de corredores ecológicos"* que, no seu conjunto, representam mais de 80% das candidaturas, da área e dos apoios determinados.

Em termos totais esta ITI mantém 5% das candidaturas, 4% da área determinada, tendo aumentado o seu peso relativo para 6% relativamente aos apoios atribuídos.

Ação 2.4.6 - ITI Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Côa

Na área de intervenção da ITI Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Côa, houve 1.902 candidaturas determinadas (vs 1.581 face a 2012) para apoio na componente agro ambiental equivalendo a 21% do total das ITI e 22% dos apoios agroambientais, continuando a ser, assim, a segunda ITI com mais beneficiários após a ITI Douro Vinhateiro, embora o seu peso relativo tenha diminuído em 2 pontos percentuais face a 2012.

Em termos de área determinada, são apoiados 10.185 ha de superfície total, correspondente a 9% do total das ITI e a 10% dos apoios agroambientais, passando de terceira a ser a quarta ITI com mais área determinada para apoio, após a ITI Peneda-Gerês, a ITI Castro Verde e o Douro Vinhateiro, tendo-se igualmente registado uma diminuição de 2 pontos percentuais relativamente ao ano transato.

Em termos de montantes de despesa pública determinados em 2012, esta foi de 1.526 mil euros (vs 1.294 mil euros em 2012), o que corresponde a 12% do total de apoios agroambientais e a 11% do total pago a todas as ITI.

No que se refere aos apoios silvoambientais, foram apresentadas três candidaturas, com 150 ha de área (0,6%) e 9 mil euros de apoio determinado, referente sobretudo a *"manutenção de maciços, bosquetes ou núcleos de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones e de exemplares e formações reliquiais ou notáveis"* e *"conservação da rede de corredores ecológicos"* (que representam 66% das candidaturas, 96% da área e 90% do apoio).

Ação 2.4.7 - ITI Serra da Estrela

No ano de 2013, esta ITI apresentou 302 beneficiários determinados (acréscimo de 90 beneficiários face a 2012) nas agroambientais. A estes beneficiários foram determinados pagamentos no valor de 502 mil euros (vs 324 mil euros face a 2012), referentes a 3.330 ha de superfície apoiada (vs 1.750 ha face a 2012), representando assim esta ITI entre 3 e 4% do valor total de beneficiários, área e apoio determinado. Os principais tipos de apoios agroambientais são a *"ajuda à conservação da estrutura ecológica de base"*, com 80% das candidaturas, 40% da área total e 65% do apoio e, ainda, em termos de área, a *"gestão do pastoreio em áreas de baldio"*, com 41% do total da área.

Quanto aos apoios silvo ambientais, esta ITI diminuiu a sua importância passando a ser a terceira ITI mais importante em termos de número de beneficiários (14% do total das ITI vs 19% face a 2012) e representando entre 9 e 6% da área (538 ha) e 10% do apoio (94 mil euros) total a esta componente. Os apoios silvoambientais mais importantes são a *"conservação e recuperação da diversidade interespecífica nos povoamentos florestais"*, a *"requalificação de matagais extremos de baixo valor de conservação"* e a *"manutenção de maciços, bosquetes ou núcleos de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones e de exemplares e formações reliquiais ou notáveis"* que, no seu conjunto, representam mais de 80% das candidaturas, da área e dos apoios determinados.

Em termos globais, esta ITI assume 4% das candidaturas e apoio determinado e 3% da área determinada.

Ação 2.4.8 - ITI Tejo Internacional

Como no ano transato, verifica-se que nesta ITI existe um predomínio da componente silvo ambiental em termos de área e apoio determinados, mantendo-se como a ITI mais importante, com mais de 1/3 dos beneficiários (93) e do apoio (313 mil euros) e 45% da área (3.731 ha) determinada. O principal apoio silvo ambiental é a *"conservação da rede de corredores ecológicos"*, com mais de 2/3 do número de candidaturas, área e apoios determinados.

Quanto às agroambientais, esta ITI representa entre 1 e 2% dos beneficiários (116), da área (715 ha) e do apoio (184 mil euros).

Em termos globais esta ITI, assume 2% das candidaturas e 4% da área e do apoio determinados.

Ação 2.4.9 – ITI Serras de Aire e Candeeiros

Esta ITI mantém a sua pequena expressão, tanto na componente agro ambiental como na componente silvo ambiental, representando 0,5% do total de apoios de todas as ITI, a nível dos beneficiários, área e apoio total.

Esta ITI é a que tem menor adesão, juntamente com a ITI Monchique e Caldeirão e Rede Natura do Alentejo, nesta última no que se refere a número de candidaturas apenas.

Ação 2.4.10 – ITI Castro Verde

Esta ITI continua a ser, sobretudo, representativa ao nível da área determinada para apoio na componente agro ambiental, segunda ITI mais importante, com 26% da área total (27.576 ha vs 24.922 ha em 2012) e 15% nível do apoio total (1.938 mil euros vs 1.731 mil euros em 2012). Foram determinados para apoio 168 beneficiários (vs 150 face a 2012) na componente agro ambiental desta ITI, representando 2% do total de beneficiários. Nesta ITI, em termos agroambientais, apoia-se apenas a *“manutenção da rotação de sequeiro cereal-pousio”*.

Quanto aos apoios silvo ambientais esta ITI continua a ter pequena expressão, tendo mantido apenas 1 beneficiário determinado com 20 ha de *“renaturalização de montados de azinho”* e 2 mil euros de apoio total.

Ação 2.4.11 - ITI Costa Sudoeste

Na ITI Costa do Sudoeste existe um certo equilíbrio entre agro e silvo ambientais, sobretudo ao nível do número de beneficiários, ao contrário das restantes ITI onde, por norma, existe um completo domínio da componente agro ambiental.

Esta ITI apresenta uma adesão reduzida, ao nível das agroambientais, tendo somente 35 beneficiários (vs 33 em 2012) determinados para apoio com uma área determinada para apoio de 2.079 ha (vs 1.830 ha em 2012) e um apoio determinado de 194 mil euros, ou seja menos de 2% dos valores totais.

Quanto aos apoios silvo ambientais esta ITI representa entre 5% (442 ha) e 7% (20 beneficiários) dos valores totais. Foram determinados para esta

ITI 54 mil euros de apoio (vs 41 mil euros em 2012), ou seja cerca de 6% do apoio total da componente silvo ambiental. O principal apoio silvo ambiental é a "conservação da rede de corredores ecológicos", com cerca de ½ do número de candidaturas, área e apoios determinados.

Globalmente esta ITI apresenta apenas 0,6 % dos beneficiários e 2 % de área e apoio determinados.

Ação 2.4.12 - ITI Monchique e Caldeirão

Em 2013, assistiu-se a um aumento do número de candidaturas agroambientais, para 81, deixando de haver um relativo equilíbrio face às candidaturas silvo ambientais (25).

Na componente agro ambiental a área determinada é de 131 ha (vs 30 ha face a 2012) e o apoio determinado foi de 69 mil euros (vs 15 mil euros em 2012). Na componente silvo ambiental a área determinada é de 215 ha (vs 137 ha em 2012) e o apoio determinado foi de 30 mil euros (vs 16 mil euros em 2012)

Em termos globais, esta ITI representa menos de 1% dos beneficiários, da área e dos apoios determinados.

2.4.13 – ITI das Zonas de Rede Natura do Alentejo

Face a 2012 e no 2º ano de abertura de candidaturas para esta ITI, assistiu-se a um incremento significativo do número de beneficiários, da área e do apoio determinados, na componente agro ambiental, respetivamente 46, 44 e 51%.

Na componente agro ambiental, no PU 2013, foram determinados para apoio 35 beneficiários (vs 24 em 2012), com uma área determinada de 3.037 ha (vs 2.104 em 2012) e um apoio previsto de 190 mil euros (vs 126 mil euros em 2012). O principal tipo de apoio agro ambiental é a "manutenção da rotação de sequeiro cereal-pousio" que representa 80% das candidaturas, 76% da área e 90% dos apoios determinados.

Na componente silvo ambiental foram determinados 18 beneficiários, com uma área determinada de 410 ha e um apoio previsto de 26 mil euros. O principal apoio silvo ambiental é a "manutenção dos habitats/Renovação de povoamentos de *Quercus spp. E Catanea Sativa*", com cerca de ½ do número de candidaturas, área e apoios determinados.

No total das ITI, esta nova ITI assume 0,6% dos beneficiários, 3% da área e 2% do apoio determinados para pagamento.

No que se refere aos novos pedidos de apoio apresentados no PU 2013, pode-se observar nos quadros seguintes a distribuição por ITI das candidaturas e áreas aprovadas e a estimativa do apoio anual sob compromisso.

Quadro 371: Ações 2.4.3 a 2.4.13 – Pedidos de apoio agroambientais – Ano de Início 2013 (por ITI)

Intervenções Territoriais Integradas	Candidaturas, áreas e apoios do PU 2013 nas Agro-Ambientais		
	N.º candidaturas aprovadas	Área candidatada (ha)	Valor de apoio (mil euros)
ITI Douro Vinhateiro	1.530	3.813	1.802
ITI Peneda-Gerês	317	36.947	1.513
ITI Montesinho-Nogueira	59	311	79
ITI Douro Internacional, Sabor, Maças e Vale do Côa	512	2.765	378
ITI Serra da Estrela	104	2.210	232
ITI Tejo Internacional	29	310	62
ITI Serras de Aires e Candeeiros	6	196	19
ITI Castro Verde	67	9.588	708
ITI Costa Sudoeste	5	286	22
ITI Monchique e Caldeirão	24	40	22
ITI Natura Alentejo	12	830	64
Total	2.665	57.296	4.901
TOTAL DE EXPLORAÇÕES	2.660		

Quadro 372: Ações 2.4.4 a 2.4.13 – Pedidos de apoio silvoambientais – Ano de Início 2013 (por ITI)

Intervenções Territoriais Integradas	Candidaturas, áreas e apoios do PU 2012 nas Silvo-Ambientais		
	N.º candidaturas aprovadas	Área candidatada (ha)	Valor de apoio (mil euros)
ITI Peneda-Gerês	40	1.404	259
ITI Montesinho-Nogueira	6	392	28
ITI Douro Internacional, Sabor, Maças e Vale do Côa	0	0	0
ITI Serra da Estrela	8	163	21
ITI Tejo Internacional	32	1.130	108
ITI Serras de Aires e Candeeiros	1	141	11
ITI Castro Verde	0	0	0
ITI Costa Sudoeste	1	32	3
ITI Monchique e Caldeirão	12	72	13
ITI Natura Alentejo	2	18	3
Total	102	3.351	445
TOTAL DE EXPLORAÇÕES	102		

b. Execução financeira

Componente agro ambiental

Em termos acumulados o valor da despesa pública (51.879 mil euros) corresponde a 34% da meta prevista de 153.120 mil euros para o período de programação. Esta componente continua, assim, bastante longe das metas previstas, embora se tenha verificado um aumento significativo de 9 pontos percentuais relativamente a 2012.

Quadro 373: Ações 2.4.3 a 2.4.13 – Execução da componente agro ambiental (por ITI)

Intervenções Territoriais Integradas	Pagamentos - Despesa Pública (mil euros)	
	No ano	Acumulado
ITI Douro Vinhateiro	5.982	23.857
ITI Peneda-Gerês	2.166	9.355
ITI Montesinho-Nogueira	663	2.032
ITI Douro Internacional	1.481	5.552
ITI Serra da Estrela	467	1.366
ITI Tejo Internacional	198	643
ITI Serras de Aires e Candeeiros	70	159
ITI Castro Verde	2.064	8.043
ITI Costa Sudoeste	212	391
ITI Monchique e Caldeirão	110	124
ITI Natura Alentejo	174	359
Total	13.590	51.879
	Meta	153.120
	% da meta	34%

Componente silvo ambiental

A execução financeira em 2013 foi de apenas 1.550 mil euros de despesa pública com um valor de participação FEADER de 1.318 mil euros.

Em termos acumulados apenas se executou 2.960 mil euros de despesa pública, atingindo-se 16% da meta 2007-2013, constatando-se uma duplicação do valor percentual relativamente a 2012.

Quadro 374: Ações 2.4.4 a 2.4.13 – Execução da componente silvo ambiental (por ITI)

Intervenções Territoriais Integradas	Pagamentos - Despesa Pública (mil euros)	
	No ano	Acumulado
ITI Douro Vinhateiro	0	0
ITI Peneda-Gerês	783	1.243
ITI Monteseinho-Nogueira	135	272
ITI Douro Internacional	16	35
ITI Serra da Estrela	102	254
ITI Tejo Internacional	373	867
ITI Serras de Aires e Candeeiros	7	7
ITI Castro Verde	3	13
ITI Costa Sudoeste	76	181
ITI Monchique e Caldeirão	27	44
ITI Natura Alentejo	28	44
Total	1.550	2.960
	Meta	18.285
	% da meta	16%

A execução ao nível da região convergência corresponde exatamente à execução total do ProDeR pois todas as ITI estão inseridas em região convergência.

Sendo ações plurianuais com compromissos assumidos por um período mínimo de cinco anos pode estimar-se o valor desses compromissos o que é realizado no Anexo I para o conjunto dos pagamentos agro e silvo ambientais.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

No total contabilizaram-se 11.526 beneficiários com apoios agroambientais no âmbito das ITI, o que corresponde a uma execução, em 2013, de 63% da meta prevista no ProDeR (18.240 beneficiários).

Relativamente às metas de realização, destacam-se as ações agroambientais com uma taxa de cumprimento de 85% (vs 64% em 2012), em termos de áreas e de 53% em termos de número de explorações apoiadas.

As ações silvoambientais apresentam taxas de cumprimento de 42% quanto a produtores florestais apoiados (vs 22% em 2012) e de 137% de área florestal beneficiada (VS 80% em 2012), face às metas estabelecidas.

Quadro 375: Ações 2.4.3 a 2.4.13 – Indicadores de realização (output)

Indicador de realização	Modos	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Número de explorações ou de unidade com outras formas de gestão apoiadas	Agro-ambientais	11.526	18.240	63%
Área física (ha) ou CN sob apoio agro-ambiental		138.224	163.000	85%
Área total (ha) objecto de apoio agro-ambiental		138.858	173.000	80%
Número total de contratos		11.551	21.890	53%
Número de explorações florestais apoiadas	Silvo-ambientais	312	750	42%
Área florestal beneficiária do apoio silvo-ambiental (ha)		19.194	14.000	137%
Número de contratos		414	1.375	30%
Número produtores florestais apoiados		312	750	42%

Em termos gerais, estes valores indicam por um lado que a área média foi superior ao esperado mas o apoio por hectare, pelo contrário, foi muito inferior ao previsto.

Quanto aos indicadores de resultado, mais uma vez se destacam as ações agroambientais com um cumprimento das metas a rondar os 80% (acréscimo de 20 pp face a 2012) nos setores para os quais contribui em termos de gestão do espaço rural sendo de destacar a qualidade dos solos onde se atingiu 251% da meta, o que corresponde a um aumento de 69 pp face a 2012.

Excetua-se o setor do “*combate às alterações climáticas*” que teve, em 2013, uma taxa de cumprimento igual a 2012, ou seja de 22%.

Para as ações silvoambientais e em todos os indicadores alcançou-se um valor na ordem dos 136% o que representa um aumento de 56% face a 2012.

Quadro 376: Ações 2.4.3 a 2.4.13 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para:	Modos	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas/silvícolas de elevado valor natural	Agro-ambientais	123.496	160.000	77%
	Silvo-ambientais	19.085	14.000	136%
Qualidade da água	Agro-ambientais	138.858	160.000	87%
	Silvo-ambientais	19.085	14.000	136%
Combate às alterações climáticas	Agro-ambientais	1.556	7.000	22%
	Silvo-ambientais	19.085	14.000	136%
Qualidade dos solos	Agro-ambientais	125.266	50.000	251%
	Silvo-ambientais	19.085	14.000	136%
Combate à marginalização e abandono das terras	Agro-ambientais	123.496	160.000	77%
	Silvo-ambientais	19.085	14.000	136%

Notas: A acção 2.4.3. - ITI Douro Vinhateiro só contribui para a meta agro-ambiental de "Qualidade do Solo".

2.2.3.9 Ações 2.4.3 a 2.4.13 – ITI - Investimentos não produtivos

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigos: 36º alínea a) vi), alínea b), vii); Artigo 41º e Artigo 49º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 29º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.2.1.6; 5.3.2.2.7;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 216, 227;
- Portaria número 596-C/2008 de 8 de julho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto, com a nova redação dada pela Portaria n.º 1048/2010, de 11 de outubro, pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria n.º 236/2012 de 8 de agosto.

2. Objetivos das Ações

- Conservar a estrutura ecológica dos sistemas agroflorestais e florestais que contribuem significativamente para os valores naturais existentes no território e respetiva paisagem;
- Complementarmente às componentes, agro e silvo ambiental, importa assegurar o apoio a investimentos não produtivos que contribuem para os objetivos da intervenção e, no essencial, associados aos compromissos estabelecidos.

3. Implementação das Ações

À semelhança dos relatórios anteriores, no âmbito da medida 2.4 será apresentada em conjunto a análise dos apoios aos investimentos não produtivos (INP) em cada ITI correspondentes às seguintes ações:

- 2.4.3 "ITI Douro Vinhateiro"
- 2.4.4 "ITI Peneda-Gerês"
- 2.4.5 "ITI Montesinho-Nogueira"
- 2.4.6 "ITI Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Côa"

- 2.4.7 "ITI Serra da Estrela"
- 2.4.8 "ITI Tejo Internacional"
- 2.4.9 "ITI Serras de Aires e Candeeiros"
- 2.4.10 "ITI Castro Verde"
- 2.4.11 "ITI Costa Sudoeste"
- 2.4.12 "ITI Monchique e Caldeirão"
- 2.4.13 "ITI Zonas de Rede Natura do Alentejo"

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

No ano de 2012 foi aberto um período de candidaturas em contínuo, que se prolongou até 2013. A partir de 19 de fevereiro de 2013, data em que, pelo facto de o Programa se encontrar numa situação de *overbooking*, foi decidido que continuava a ser possível submeter candidaturas ao ProDeR, ficando a análise e decisão das mesmas dependente de futura libertação de verbas provenientes de projetos desistidos ou não executados integralmente, bem como da efetiva possibilidade de execução dos projetos no tempo de vida do Programa.

Tal como noutras ações verificou-se uma diminuição no número de candidaturas devido a desistências, com especial incidência no 3º concurso. Até fevereiro de 2013 registaram-se 130 candidaturas válidas com um investimento total de 3.626 mil euros.

Quadro 377: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.:mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	25.465	4.489	0	0	307	6.144
Segundo		12.422	0	0	669	23.698
Terceiro (em contínuo 2012)			0	0	1.192	38.630
Terceiro (em contínuo 2013)				130	3.626	130
TOTAL	25.465	16.911	130	3.626	2.298	72.099

A concentração dos INP na DRAP Norte mantém-se em 2013 (95% de PA e 97% do investimento) por força do domínio das ITI Douro Vinhateiro, conforme o quadro seguinte.

Quadro 378: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição regional dos PA entrados (acumulado)

Regiões	PA		Invest. proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Norte	2186	95%	69.748	97%
Centro	57	2%	1.205	2%
LVT	5	0%	120	0%
Alentejo	29	1%	566	1%
Algarve	21	1%	459	1%
TOTAL	2.298	100%	72.099	100%

Tal como já referido em relatórios anteriores, esta análise tem em atenção o seguinte: a ITI Douro Vinhateiro e a ITI Douro Internacional, Sabor, Mações e Vale do Côa, da DRAP Norte, têm parte do território na DRAP Centro, a ITI Serras de Aire e Candeeiros distribui-se territorialmente pela região de LVT e pelo Centro, a ITI Monchique e Caldeirão distribui-se pela região territorial da DRAP Alentejo e da DRAP Algarve.

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2013 foram analisadas e decididas 1.266 candidaturas das quais 94% (1.191 candidaturas) aprovadas. Todas as candidaturas aprovadas foram objeto de contratação, conforme quadro seguinte.

Quadro 379: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (ano)

Un: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Segundo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Terceiro (em contínuo 2012)	0	0	1.136	36.768	62	1.587	1.074	35.181	1.130	37.044	31.953	25.563
Terceiro (em contínuo 2013)	130	3.626	130	3.626	13	345	117	3.281	117	3.281	2.939	2.351
TOTAL	130	3.626	1.266	40.394	75	1.932	1.191	38.462	1.247	40.324	34.892	27.914

Quadro 380: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	307	6.144	307	6.106	53	1.246	254	4.859	254	4.859	4.202	3.362
Segundo	669	23.698	669	23.698	201	6.354	468	17.344	468	17.344	12.857	10.286
Terceiro (em contínuo 2012)	1.192	38.630	1.192	38.630	62	1.587	1.130	37.044	1.130	37.044	31.953	25.563
Terceiro (em contínuo 2013)	130	3.626	130	3.626	13	345	117	3.281	117	3.281	2.939	2.351
TOTAL	2.298	72.099	2.298	72.060	329	9.532	1.969	62.528	1.969	62.528	51.952	41.561

Analisando a distribuição regional dos PA contratados para estas ações constata-se que 95% se situam no Norte, com grande relevância na ITI Douro Vinhateiro, seguida da ITI Peneda-Gerês, conforme quadros que se apresentam em seguida.

Quadro 381: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un: mil euros

Regiões	Total contratado			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	1.880	60.595	50.401	40.321
Centro	40	898	731	584
LVT	4	99	80	64
Alentejo	25	482	377	301
Algarve	20	454	364	291
TOTAL	1.969	62.528	51.952	41.561

A distribuição regional dos PA por ITI manteve-se face ao já verificado em relatórios anteriores, confirmando-se de novo o domínio da região Norte, situação esta justificada pela extensão da sua área de atuação a 4 das ITI com maior relevância no âmbito dos apoios agro e silvoambientais.

Quadro 382: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição dos PA contratados, por ITI (acumulado)

Un: mil euros

Nome da ITI	Total contratado			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Douro Vinhateiro	1.601	51.060	45.104	36.083
Peneda-Gerês	161	6.843	3.691	2.953
Montesinho-Nogueira	13	335	160	128
Douro Int., Sabor, Maçãs e Vale do Côa	130	2.935	1.903	1.522
Serra da Estrela	10	159	150	120
Tejo Internacional	4	137	99	79
Serras de Aires e Candeeiros	5	123	105	84
Rede Natura Alentejo	7	150	137	110
Castro Verde	15	294	218	175
Costa Sudoeste	7	179	136	109
Monchique e Caldeirão	16	313	249	199
TOTAL	1.969	62.528	51.952	41.561

A percentagem dos investimentos não produtivos silvoambientais, voltou a baixar, com 1% do número de PA e 2% do investimento total, embora se tivesse verificado um aumento de PA contratados neste tipo de apoio, assim como do investimento proposto em cerca de 63% e 47%, respetivamente, face a 2012.

Quadro 383: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição dos PA contratados por tipo de INP (acumulado)

Componentes	PA		Invest. proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Silvoambientais	29	1%	1.139	2%
Agroambientais	1941	99%	61.389	98%
TOTAL	1.970	100%	62.528	100%

Nota: Existem PA com investimento em simultâneo em silvoambientais e agroambientais.

Analisando os PA contratados por ITI, verifica-se ligeiras alterações face aos anos anteriores.

Na componente agro ambiental, a ITI Douro Vinhateiro mantém-se como a principal ITI, no que se refere ao número de PA e investimento proposto, com 83% e 84% (vs. 90% e 83% respetivamente, em 2012).

De destacar, a ITI da Peneda Gerês que se mantém na posição cimeira relativamente à área alvo de apoio, com cerca de 81% da área contratada, cuja justificação está relacionada com o tipo de promotor candidato a esta ITI

Também na componente silvo ambiental surge novamente em 2013, a ITI Peneda Gerês como a mais representativa quanto ao investimento contratado (64%), o que se deve igualmente às candidaturas dos baldios. A ITI Montesinho-Nogueira ocupa a segunda posição no que se refere ao investimento contratado nesta componente, com 19% do total do investimento e a ITI Tejo internacional continua a manter o primeiro lugar relativamente à área contratada (40% do total da área contratada).

Quadro 384: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição dos PA contratados por ITI (acumulado)

ITI	Componentes	PA		Invest. contratado		Área	
		Nº	%	Mil euros	%	ha	%
Douro Vinhateiro	Agroambiental	1601	81%	51.060	82%	6.293	10%
Peneda-Gerês	Agroambiental	152	8%	6.215	10%	51.028	78%
	Silvoambiental	9	0%	628	1%	580	1%
Montesinho-Nogueira	Agroambiental	8	0%	96	0%	84	0%
	Silvoambiental	5	0%	239	0%	506	1%
Douro Internacional	Agroambiental	130	7%	2.930	5%	1.026	2%
	Silvoambiental	1	0%	5	0%	2	0%
Serra da Estrela	Agroambiental	7	0%	118	0%	132	0%
	Silvoambiental	3	0%	41	0%	20	0%
Tejo Internacional	Agroambiental	1	0%	25	0%	10	0%
	Silvoambiental	3	0%	111	0%	830	1%
Serras de Aires e Candeeiros	Agroambiental	5	0%	123	0%	186	0%
	Silvoambiental	0	0%	-	0%	-	0%
Rede Natura Alentejo	Agroambiental	5	0%	95	0%	537	1%
	Silvoambiental	2	0%	55	0%	75	0%
Castro Verde	Agroambiental	15	1%	294	0%	3.687	6%
	Silvoambiental	0	0%	-	0%	-	0%
Monchique e Caldeirão	Agroambiental	13	1%	307	0%	73	0%
	Silvoambiental	3	0%	6	0%	29	0%
Costa Sudoeste	Agroambiental	4	0%	127	0%	225	0%
	Silvoambiental	3	0%	52	0%	151	0%
TOTAL		1.970	100%	62.528	100%	65.473	100%

Nota: Existe 1 PA com investimento em simultâneo nas componentes agro e silvoambientais.

Os 1.969 PA contratados situam-se em 11 ITI, com especial preponderância na ITI Douro Vinhateiro que, na sua maioria, prevêem

investimentos de “recuperação de muros de suporte de pedra posta nos socalcos”.

Em termos acumulados, foram contratados 1.969 PA, dos quais 1.247 no ano de 2013, num total de 51.952 mil euros de despesa pública, representando 41.561 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento o valor FEADER deve ser ajustado para 44.014 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 205%.

c. Execução financeira

No final de 2013, o montante total dos pagamentos acumulados nesta ação foi de 23.669 mil euros de despesa pública e 19.974 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional dos pagamentos é a que se apresenta em seguida.

Quadro 385: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un: mil euros

Regiões	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	1.880	60.595	50.401	40.321	1.346	22.925	19.351
Centro	40	898	731	584	30	437	363
LVT	4	99	80	64	1	29	25
Alentejo	25	482	377	301	11	136	115
Algarve	20	454	364	291	14	142	121
TOTAL	1.969	62.528	51.952	41.561	1.402	23.669	19.974

Quadro 386: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição dos PA pagos, por ITI (acumulado)

Un: mil euros

Nome da ITI	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Douro Vinhateiro	1.601	51.060	45.104	36.083	1.173	21.183	17.870
Peneda-Gerês	161	6.843	3.691	2.953	85	1.067	907
Montesinho-Nogueira	13	335	160	128	5	60	51
Douro Int., Sabor, Maçãs e Vale do Cóa	130	2.935	1.903	1.522	105	901	758
Serra da Estrela	10	159	150	120	6	98	83
Tejo Internacional	4	137	99	79	2	53	44
Serras de Aires e Candeeiros	5	123	105	84	1	29	25
Rede Natura Alentejo	7	150	137	110	2	35	30
Castro Verde	15	294	218	175	8	95	80
Costa Sudoeste	7	179	136	109	5	75	64
Monchique e Caldeirão	16	313	249	199	10	73	62
TOTAL	1.969	62.528	51.952	41.561	1.402	23.669	19.974

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 93% (vs. 38% em 2012) face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 48% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado). Este último indicador sofreu uma diminuição resultado do aumento, em 2013, de cerca de 67% do valor do fundo contratado relativamente a 2012.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Analisando os indicadores reforça-se, o já verificado anteriormente, que o apoio médio, na componente agro ambiental, foi superior ao previsto inicialmente uma vez que com 321% da despesa pública contratada e 374% do investimento apoiou-se 106% do número de explorações previstas. Tal como já referido anteriormente, esta situação encontra-se relacionada com o facto de se ter aumentado o valor do apoio na ITI Douro Vinhateiro de 30 mil para 70 mil euros e de 100 mil euros para 200 mil euros nos baldios, a partir do segundo concurso.

Quadro 387: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Indicadores financeiros

Indicadores financeiros	Modos	Valor contratado	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta	
					Contratado	Pago
Despesa pública (em mil euros)	Agroambientais	51.280	23.406	15.994	321%	146%
FEADER (em mil euros)		41.024	19.751	13.450	305%	147%
Despesa pública (em mil euros)	Silvoambientais	672	264	9.472	7%	3%
FEADER (em mil euros)		537	223	8.050	7%	3%

Quadro 388: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Indicadores de realização

Indicadores de realização	Modos	Valor contratado	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta	
					Contratado	Pago
Número de explorações ou de unidade com outras formas de gestão apoiadas	Agroambientais	1.941	1391	1.824	106%	76%
Volume total de investimento (mil euros)		61.389	42.542	16.503	372%	258%
Número produtores florestais apoiados	Silvoambientais	29	12	750	4%	2%
Volume total de investimento (mil euros)		1.139	703	9.877	12%	7%

Nota: Existem PA com investimento em simultâneo nas componentes agro e silvoambientais.

Quadro 389: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Indicadores de resultado

Indicadores de resultado Superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para:	Modos	Valor contratado	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta	
					Contratado	Pago
Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas/silvícolas de elevado valor natural	Agroambientais	59.180	2.012	NR	NR	NR
	Silvoambientais	2.193	207	+	Cumprido	Não cumprido
Qualidade da água	Agroambientais	59.180	2.012	NR	NR	NR
	Silvoambientais	2.193	207	+	Cumprido	Não cumprido
Combate às alterações climáticas	Agroambientais	59.180	2.012	NR	NR	NR
	Silvoambientais	2.193	207	+	Cumprido	Não cumprido
Qualidade dos solos	Agroambientais	65.473	4.277	NR	NR	NR
	Silvoambientais	2.193	207	+	Cumprido	Não cumprido
Combate à marginalização e abandono das terras	Agroambientais	59.180	2.012	NR	NR	NR
	Silvoambientais	2.193	207	+	Cumprido	Não cumprido

Nota: A Ação 2.4.3 - ITI Douro Vinhateiro só contribui para a meta agroambiental "Qualidade dos solos".

2.2.4 Subprograma 3 – Abordagem LEADER

A abordagem LEADER insere-se nos Eixos 3 e 4 e abrange medidas/ações do subprograma 3:

Medida 3.1 – Diversificação da economia e criação de emprego

Ação 3.1.1 – Diversificação de atividades na exploração agrícola

Ação 3.1.2 – Criação e desenvolvimento de microempresas

Ação 3.1.3 – Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer

Medida 3.2 – Melhoria da qualidade de vida

Ação 3.2.1 – Conservação e valorização do património rural

Ação 3.2.2 – Serviços básicos para a população rural

Medida 3.3 – Implementação de estratégias de desenvolvimento local

Medida 3.4 – Cooperação LEADER para o desenvolvimento

Ação 3.4.1 – Cooperação interterritorial

Ação 3.4.2 – Cooperação transnacional

Medida 3.5 – Funcionamento dos GAL, Aquisição de competências e animação

2.2.4.1 Ação 3.1.1 – Diversificação de atividades na exploração agrícola

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 52º alínea a) i), ii) e iii); Artigo 53º; Artigo 54º do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 35º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.3.1.1;
- Códigos de medidas do Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro: 311;
- Portaria n.º 520/2009, de 14 de maio – medida 3.1 – Diversidade da economia e criação de emprego com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho, pela Portaria n.º 108/2012 de 20 de abril e pela Portaria n.º 253/2013 de 7 de agosto.

2 Objetivos da Ação

Estimular o desenvolvimento de atividades não agrícolas na exploração criando novas fontes de rendimento e de emprego, contribuindo diretamente para a manutenção/melhoria do rendimento do agregado familiar, assim como para a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural.

3 Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Em 2013, foram abertos três concursos no âmbito desta ação: o terceiro concurso, abrangendo 11 GAL; o quarto concurso, abrangendo 13 GAL e o quinto concurso para um único GAL. A estes concursos candidataram-se 138 PA representando um investimento total de 20.492 mil euros.

Relativamente aos dois primeiros concursos o número de candidaturas diminuiu fruto de desistências entretanto ocorridas.

Quadro 390: Ação 3.1.1 – Candidaturas apresentadas a concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Nº GAL	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total
Primeiro	38	33.389	14.475	117	20.764
Segundo	39		21.640	181	35.374
Terceiro	32		12.685	169	27.699
Quarto	13		2.042	72	10.156
Quinto	1		0	6	174
TOTAL		33.389	50.842	545	94.167

Na distribuição regional, a região Norte mantém-se como a mais representativa, com 39% dos PA apresentados a concurso e 41% (vs 43% em 2012) do investimento total, conforme se pode verificar no quadro apresentado em seguida.

Quadro 391: Ação 3.1.1 – Distribuição regional das candidaturas entradas (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	213	38.756
Centro	101	10.334
LVT	88	16.175
Alentejo	115	22.899
Algarve	28	6.004
TOTAL	545	94.167

b. Análise e decisão das candidaturas

No final do ano de 2013 encontravam-se analisadas e decididas 527 candidaturas (97% do total das candidaturas entradas). Em termos globais foram aprovados 73% dos PA analisados.

Em termos acumulados, foram contratados 355 PA, num total de 30.694 mil euros de despesa pública, representando 24.348 mil euros de participação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento o valor FEADER deve ser ajustado para 25.939 mil euros

que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 92%.

Quadro 392: Ação 3.1.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	117	20.764	117	20.764	37	6.720	80	14.045	80	14.045	7.237	5.744
Segundo	181	35.374	181	35.374	44	8.875	137	26.499	137	26.499	13.203	10.494
Terceiro	169	27.699	161	26.703	43	7.868	118	18.836	104	16.772	8.689	6.858
Quarto	72	10.156	62	7.852	16	2.287	46	5.565	28	3.242	1.495	1.196
Quinto	6	174	6	174	0	0	6	174	6	174	70	56
TOTAL	545	94.167	527	90.867	140	25.749	387	65.118	355	60.732	30.694	24.348

A distribuição regional dos PA contratados para esta ação segue a tendência já registada nas candidaturas entradas, com o maior número de PA e de investimento a situar-se na região Norte (39% e 41%, respetivamente). Em termos de investimento médio, destaca-se a região do Alentejo com cerca de 206 mil euros por projeto enquanto que as regiões Norte e centro, apesar de concentrarem mais de metade dos PA e do investimento contratado são as regiões com mais baixo valor de investimento médio por projeto (181 e 94 mil euros, respetivamente).

Quadro 393: Ação 3.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	138	24.921	12.018	9.615
Centro	74	6.958	3.509	2.807
LVT	59	11.636	6.105	4.677
Alentejo	69	14.188	7.490	5.992
Algarve	15	3.030	1.572	1.257
TOTAL	355	60.732	30.694	24.348

Na tipologia de promotor dos PA contratados, mantém-se o predomínio da tipologia "outras entidades empresariais privadas - agrícola" (com 55% dos PA e 63% do investimento).

Quadro 394: Ação 3.1.1 – Distribuição dos PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.: mil euros

Tipo de Promotor	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Outras entidades empresariais privadas - Agrícola	196	38.187	19.769	15.689
Empresários em nome individual - Agricultor	139	18.234	8.779	6.971
Membro do agregado familiar do agricultor	9	2.124	1.110	888
Cooperativas	2	283	141	84
Outras	9	1.904	895	716
TOTAL	355	60.732	30.694	24.348

Quanto aos domínios de intervenção, mantem-se a situação já reportada em relatórios anteriores em que a larga maioria (74% do investimento e 57% dos PA) foram "investimentos nas explorações agrícolas em empreendimentos de agro-turismo". O domínio "investimentos nas explorações agrícolas - energias renováveis" continua em crescimento representando, em 2013, 17% no número de PA contratados (vs 13% em 2012) e 6% do investimento, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 395: Ação 3.1.1 – Distribuição dos PA contratados (por domínios de intervenção)

Un.: mil euros

Domínio de intervenção	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Investimentos nas explorações agrícolas - Empreendimentos de agro-turismo	202	44.802	22.733	18.074
Investimentos nas explorações agrícolas - Transformação de produtos do Anexo I do Tratado	20	470	205	164
Investimentos nas explorações agrícolas - Serviços de recreação e lazer	18	3.091	1.594	1.244
Investimentos nas explorações agrícolas - Produção de bens resultantes de actividades de transformação	7	532	236	189
Investimentos nas explorações agrícolas - Actividades pedagógicas	6	968	540	388
Criação ou desenvolvimento de produtos turísticos	5	900	520	396
Alojamento turístico - Casas de campo	15	2.903	1.526	1.221
Investimentos nas explorações agrícolas - Comercialização de produtos do Anexo I do Tratado	3	75	31	25
Investimentos nas explorações agrícolas - Energias renováveis	59	3.436	1.465	1.172
Outros	20	3.555	1.843	1.475
TOTAL	355	60.732	30.694	24.348

c. Execução financeira

O montante total dos pagamentos acumulados nesta ação é de 16.282 mil euros de despesa pública e 13.689 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional dos pagamentos é a que se apresenta em seguida.

Quadro 396: Ação 3.1.1 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Norte	105	13.433	6.449	5.414
Centro	41	3.404	1.551	1.312
LVT	58	5.810	3.325	2.788
Alentejo	60	6.970	4.279	3.605
Algarve	14	1.084	677	569
TOTAL	277	30.702	16.282	13.689

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 49% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 56% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado). A taxa de execução apresenta um crescimento de 22 pontos percentuais face a 2012.

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a ação, verifica-se que o volume total de investimento contratado corresponde a 100%, enquanto o número de beneficiários atingiu os 96% da meta programada, resultado de uma dimensão média de investimento ligeiramente superior à programada.

Quadro 397: Ação 3.1.1 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.: mil euros

Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
355	60.732	30.694	24.348	277	30.702	16.282	13.689
370	60.459	33.389	28.217	370	60.459	33.389	28.217
96%	100%	92%	86%	75%	51%	49%	49%

Quanto aos indicadores de resultado verifica-se que a criação de postos de trabalho corresponde a 79% da meta, considerando o universo dos PA contratados.

Quadro 398: Ação 3.1.1 – Indicadores de resultado

	N.º Bruto de Empregos Criados (Contratado)			N.º Bruto de Empregos Criados (Pago)			Acréscimo de VAB não agrícola (Contratado, em milhões de euros)
	Total	Jovens	Feminino	Total	Jovens	Feminino	
	437	74	175	235	36	101	9,2
Meta	550	110	330	550	110	330	24,5
% da meta	79%	67%	53%	43%	32%	30%	37%

2.2.4.2 Ação 3.1.2 – Criação e desenvolvimento de microempresas

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 52º alínea a) i), ii) e iii); Artigo 54º do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 35º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.3.1.2;
- Códigos de medidas do Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro: 312;
- Portaria n.º 520/2009, de 14 de maio – medida 3.1 – “Diversidade da economia e criação de emprego” com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho, pela Portaria n.º 108/2012 de 20 de abril e pela Portaria n.º 253/2013 de 7 de agosto.

2 Objetivos da Ação

Incentivar a criação e desenvolvimento de empresas nas zonas rurais tendo em vista a densificação do tecido económico e a criação de emprego, contribuindo para a revitalização económica e social destas zonas.

3 Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2013 decorreu o terceiro concurso para 3 GAL, e o quarto concurso, em 21 GAL, num total de 622 candidaturas entradas que representam 69.770 mil euros de investimento. A diminuição de candidaturas dos dois primeiros concursos, face ao apresentado no relatório de 2012 deve-se a situações de desistência.

Quadro 399: Ação 3.1.2 – Candidaturas apresentadas a concurso (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Nº GAL	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total
Primeiro	47	103.508	37.843	547	78.831
Segundo	47		36.138	700	92.030
Terceiro	44		29.428	649	76.820
Quarto	21		5.539	293	34.221
TOTAL	159	103.508	108.948	2.189	281.902

Mantém-se o predomínio da região Norte e Centro que, representam 69% dos PA e 67% do investimento total apresentado a concurso, conforme se pode verificar no quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 400: Ação 3.1.2 – Distribuição regional das candidaturas entradas (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	774	98.830
Centro	736	90.708
LVT	240	38.098
Alentejo	328	42.750
Algarve	111	11.516
TOTAL	2.189	281.902

b. Análise e decisão das candidaturas

No final do ano de 2013 encontravam-se analisadas e decididas 97% (2.124 PA) das candidaturas em todos os GAL. Destas foram aprovadas 1.379 candidaturas, conforme quadro que se apresenta.

Quadro 401: Ação 3.1.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas [1]		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	547	78.831	547	78.831	148	20.929	399	57.902	399	57.902	28.911	22.996
Segundo	700	92.030	700	92.030	298	41.594	402	50.436	401	50.362	26.415	21.119
Terceiro	649	76.820	606	72.578	179	23.145	427	49.433	361	42.396	22.748	17.988
Quarto	293	34.221	271	32.049	120	15.138	151	16.911	95	11.620	6.205	4.964
TOTAL	2.189	281.902	2.124	275.488	745	100.806	1.379	174.682	1.256	162.279	84.279	67.067

[1] No 3º concurso encontram-se incluídos 2 PA sem dotação orçamental no montante de 309 mil euros de investimento

Em termos acumulados, foram contratados 1.256 PA, num total de 84.279 mil euros de despesa pública, representando 67.067 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento o valor FEADER deve ser ajustado para 70.600 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 81%.

Em termos regionais a região Centro reforçou o seu peso, representando, agora, 37% dos PA contratados e 35% do investimento.

Quadro 402: Ação 3.1.2 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	377	47.198	24.645	19.716
Centro	461	56.278	28.285	22.628
LVT	163	26.096	13.736	10.633
Alentejo	207	28.138	15.202	12.161
Algarve	48	4.569	2.411	1.929
TOTAL	1.256	162.279	84.279	67.067

A tipologia de promotor “empresas” continua a ser a mais contratada com 77% dos PA e 83% do total do investimento contratado, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 403: Ação 3.1.2 – Distribuição dos PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.: mil euros

Tipo de Promotor	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Empresas	972	134.227	70.063	55.769
Empresários em nome individual	244	24.485	12.289	9.795
Cooperativas	23	1.548	818	654
Associações e fundações privadas	6	730	360	262
Outras	11	1.290	749	588
TOTAL	1.256	162.279	84.279	67.067

Quanto ao domínio de intervenção os “serviços de apoio às empresas” e a “restauração e similares” mantêm-se como os domínios mais importantes representando, em conjunto, 45% dos PA e 47% do investimento contratado.

Quadro 404: Ação 3.1.2 – Distribuição dos PA contratados (por domínios de intervenção)

Un.: mil euros

Domínio de intervenção	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Serviços de apoio às empresas	308	37.079	19.248	15.340
Restauração e Similares	247	39.105	20.329	16.218
Indústrias transformadoras	182	27.059	14.704	11.676
Comércio a retalho	159	15.205	7.344	5.839
Comércio por grosso	48	7.426	3.711	2.969
Agro-industria	65	3.569	1.796	1.431
Serviços de apoio à população	98	13.979	7.328	5.850
Construção e atividades imobiliárias	24	3.234	1.611	1.289
Energias renováveis	15	2.477	1.403	1.106
Actividades de diversão e recreativas	26	4.238	2.281	1.780
Tecnologias de informação e comunicação	20	1.908	956	765
Actividades de informação e comunicação	16	2.046	1.131	881
Artesanato	14	1.516	734	587
Outros	34	3.439	1.701	1.337
TOTAL	1.256	162.279	84.279	67.067

c. Execução financeira

O montante total dos pagamentos acumulados nesta ação é de 54.578 mil euros de despesa pública e 45.354 mil euros de participação FEADER.

A distribuição regional dos pagamentos é a que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 405: Ação 3.1.2 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Norte	300	28.195	17.600	14.662
Centro	326	30.879	16.200	13.499
LVT	152	14.588	9.155	7.492
Alentejo	174	16.265	9.774	8.146
Algarve	44	3.065	1.849	1.555
TOTAL	995	92.992	54.578	45.354

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 52% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 65% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a ação (4.000 microempresas criadas), verifica-se que o número de PA contratados, até final de 2013, corresponde a 31%, (mais 10 pontos percentuais do que em 2012) da meta do programa. Assim, conclui-se que a dimensão do investimento contratado foi superior ao esperado, uma vez que em termos de despesa pública contratada já se atingiu 81% da meta.

Quadro 406: Ação 3.1.2 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	1.256	162.279	84.279	67.067	995	92.992	54.578	45.354
Meta	4.000	-	103.508	86.932	4.000	-	103.508	86.932
% da meta	31%	-	81%	77%	25%	-	53%	52%

Com os PA contratados prevêem-se criar 2.388 postos de trabalho o que representa 80% da meta prevista para este indicador.

Quadro 407: Ação 3.1.2 – Indicadores de resultado (contratado)

	N.º Bruto de Empregos Criados (Contratado)			N.º Bruto de Empregos Criados (Pago)			Acréscimo de VAB não agrícola (Contratado, em milhões de euros)
	Total	Jovens	Feminino	Total	Jovens	Feminino	
	2.388	507	854	1.354	303	488	32
Meta	3.000	600	1800	3.000	600	1800	80
% da meta	80%	84%	47%	45%	50%	27%	40%

2.2.4.3 Ação 3.1.3 – Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 52º alínea a) i), ii) e iii); artigo 55º do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 35º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.3.1.3;
- Códigos de medidas do Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro: 313;
- Portaria n.º 520/2009, de 14 de maio – medida 3.1 – “Diversidade da economia e criação de emprego” com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho, pela Portaria n.º 108/2012 de 20 de abril e pela Portaria n.º 253/2013 de 7 de agosto.

2 Objetivos da Ação

Desenvolvimento do turismo e de outras atividades de lazer como forma de potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural, contribuindo para o crescimento económico e criação de emprego.

3 Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2013, foram abertos os seguintes períodos em contínuo para esta ação: o terceiro para 15 GAL e o quarto para 12 GAL, onde foram apresentadas um total de 236 candidaturas que representam 39.773 mil euros de investimento. A diminuição de candidaturas dos primeiros concursos, face ao apresentado no relatório de 2012 deve-se a situações de desistência.

Quadro 408: Ação 3.1.3 – Candidaturas apresentadas a concurso (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Nº GAL	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total
Primeiro	46	70.119	30.723	335	68.392
Segundo	47		32.714	426	89.276
Terceiro	38		19.616	363	64.452
Quarto	13		2.929	87	14.045
TOTAL		70.119	85.981	1.211	236.165

Analisando a distribuição regional das candidaturas entradas, verifica-se, à semelhança dos outros anos, uma predominância das regiões Norte e Centro, que no seu conjunto, representam cerca de 67% e 65%, respetivamente dos PA e do investimento total apresentado a concurso, conforme se pode verificar no quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 409: Ação 3.1.3 – Distribuição regional das candidaturas entradas (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	494	97.038
Centro	318	57.067
LVT	132	32.045
Alentejo	172	31.497
Algarve	95	18.518
TOTAL	1.211	236.165

b. Análise e decisão das candidaturas

Até ao momento foram analisadas e decididas 98% das candidaturas entradas, das quais 59% foram aprovadas.

Das 699 candidaturas aprovadas, foram contratados, até final de 2013, 630 PA (90% das decididas).

Quadro 410: Ação 3.1.3 – PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	335	68.392	335	68.392	120	24.958	215	43.434	215	43.434	21.613	17.286
Segundo	426	89.276	426	89.276	198	41.839	228	47.438	226	47.223	23.205	18.326
Terceiro	363	64.452	348	61.884	141	24.490	207	37.394	160	30.648	15.774	12.137
Quarto	87	14.045	74	11.799	25	4.439	49	7.359	29	4.799	2.506	2.005
TOTAL	1.211	236.165	1.183	231.352	484	95.727	699	135.625	630	126.103	63.098	49.754

Em termos acumulados, foram contratados 630 PA, num total de 63.098 mil euros de despesa pública, representando 49.754 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento o valor FEADER deve ser ajustado para 53.039 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 90%.

A distribuição regional dos PA contratados, que se apresenta no quadro seguinte, segue a mesma tendência já referida para as candidaturas entradas.

Quadro 411: Ação 3.1.3 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	246	48.274	23.408	18.727
Centro	159	29.296	14.357	11.486
LVT	77	18.852	9.865	7.168
Alentejo	106	20.794	10.982	8.786
Algarve	42	8.887	4.485	3.588
TOTAL	630	126.103	63.098	49.754

Em 2013 a tipologia de promotor “*outras entidades empresariais privadas*” reforçou a sua posição, representando agora 45% dos PA contratados e 45% do investimento, logo seguida dos “*empresários em nome individual*” e das “*empresas*”.

Quadro 412: Ação 3.1.3 – Distribuição dos PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.: mil euros

Tipo de Promotor	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Empresas	127	29.591	14.923	11.505
Empresários em nome individual	164	30.083	14.424	11.539
Outras entidades empresariais privadas	284	56.966	29.153	23.034
Associações e fundações privadas	10	1.347	615	489
Privados	13	1.967	907	726
Outras entidades empresariais privadas - Agrícola	5	1.229	642	514
Cooperativas	5	829	391	313
Outras	22	4.090	2.042	1.634
TOTAL	630	126.103	63.098	49.754

Quanto ao domínio de intervenção, os PA associados a esta ação, mantêm-se maioritariamente associados ao "alojamento turístico", nas suas diferentes tipologias, com um forte predomínio das "casas de campo", com cerca de 64% dos PA e 65% do investimento contratado.

Quadro 413: Ação 3.1.3 – Distribuição dos PA contratados (por domínios de intervenção)

Un.: mil euros

Domínio de intervenção	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Alojamento turístico - Casas de campo	402	82.152	40.404	32.211
Alojamento turístico - Turismo de habitação	84	19.159	9.831	7.812
Animação Turística	62	9.514	4.816	3.644
Criação ou desenvolvimento de produtos turísticos	32	6.760	3.671	2.675
Alojamento turístico - Parques de campismo e caravanismo	24	4.417	2.295	1.747
Rotas/precursos	7	758	397	318
Produtos turísticos-Actividades de diversão e recreativas	3	942	462	369
Outros	16	2.401	1.222	978
TOTAL	630	126.103	63.098	49.754

c. Execução financeira

Esta ação apresentava no final de 2013 um montante total de pagamentos acumulados de 36.381 mil euros de despesa pública e 30.330 mil euros de participação FEADER.

Analisando a distribuição regional dos pagamentos verifica-se que a região Norte se destaca com mais de 40% do número de PA e 44% do investimento.

Quadro 414: Ação 3.1.3 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Norte	204	30.907	15.286	12.757
Centro	110	15.968	7.109	5.924
LVT	64	9.021	4.498	3.714
Alentejo	94	10.789	7.084	5.922
Algarve	37	4.236	2.404	2.013
TOTAL	508	70.921	36.381	30.330

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 51% (mais 17 pontos percentuais do que 2012) face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 58% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a ação (900 ações turísticas), verifica-se que o número de PA contratados, até final de 2013, corresponde a 70% da meta do Programa. Quanto ao investimento e apoio contratado mantém-se superior ao esperado uma vez que representou 99% e 90%, respetivamente, o que denota uma dimensão média de investimento superior ao programado.

Quadro 415: Ação 3.1.3 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	630	126.103	63.098	49.754	508	70.921	36.381	30.330
Meta	900	127.347	70.119	58.999	900	127.347	70.119	58.999
% da meta	70%	99%	90%	84%	56%	56%	52%	51%

Quanto aos indicadores de resultado verifica-se que, relativamente à criação de postos de trabalho contratados, já se atingiu 79% da meta.

Quadro 416: Ação 3.1.3 – Indicadores de resultado

	N.º Bruto de Empregos Criados (Contratado)			N.º Bruto de Empregos Criados (Pago)			Acréscimo de VAB não agrícola (Contratado, em milhões de euros)
	Total	Jovens	Feminino	Total	Jovens	Feminino	
	983	152	392	524	87	229	16,7
Meta	1.250	500	750	1.250	500	750	30
% da meta	79%	30%	52%	42%	17%	31%	55%

2.2.4.4 Ação 3.2.1 – Conservação e valorização do património rural

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 52º alínea b) i) e iii); artigo 57º do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II pontos 5.3.3.2.3 Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas do Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 323;
- Portaria n.º 521/2009 de 14 de maio – medida 3.2 – “Melhoria da qualidade de vida”, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho, pela Portaria n.º 108/2012 de 20 de abril e pela Portaria n.º 253/2013 de 7 de agosto.

2 Objetivos da Ação

Valorizar o património rural na ótica do interesse coletivo, enquanto fator de identidade e de atratividade do território, tornando-o acessível à comunidade, no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento local.

3 Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2013, foi aberto o terceiro e o quarto período de candidaturas em contínuo, para 20 e 18 GAL, respetivamente, onde foram rececionadas um total 447 candidaturas válidas que representam 31.463 mil euros de investimento. Nos primeiros concursos registaram-se desistências razão pela qual o número de candidaturas diminuiu.

Quadro 417: Ação 3.2.1 – Candidaturas apresentadas a concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Nº GAL	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total
Primeiro	44	60.101	23.644	354	35.071
Segundo	46		33.858	511	51.588
Terceiro	42		18.384	451	38.570
Quarto	18		3.583	190	12.504
TOTAL		60.101	79.469	1.506	137.733

Na distribuição regional, mantém-se o predomínio da região Norte, com 43% dos PA e do investimento total proposto.

Quadro 418: Ação 3.2.1 – Distribuição regional das candidaturas entradas (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	653	59.181
Centro	440	39.891
LVT	150	14.179
Alentejo	203	18.268
Algarve	60	6.213
TOTAL	1506	137.733

b. Análise e decisão das candidaturas

No final do ano de 2013 encontravam-se analisadas 1.456 candidaturas (97% do total das entradas) das quais 75% foram aprovadas.

Quadro 419: Ação 3.2.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Total de candidaturas contratadas		Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	354	35.071	354	35.071	118	12.089	236	22.982	236	22.982	12.031	9.565
Segundo	511	51.588	511	51.588	84	11.023	427	40.565	426	40.365	21.104	16.789
Terceiro	451	38.570	423	36.041	103	8.386	320	27.655	276	24.116	13.228	10.496
Quarto	190	12.504	168	10.616	54	3.560	114	7.056	82	4.716	2.498	1.998
TOTAL	1.506	137.733	1.456	133.316	359	35.058	1.097	98.258	1.020	92.179	48.861	38.849

Das 1.097 candidaturas aprovadas, foram contratados 1.020 PA (75% dos aprovados).

Em termos acumulados, foram contratados 1.020 PA, num total de 48.861 mil euros de despesa pública, representando 38.849 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento o valor FEADER deve ser ajustado para 41.226 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 81%.

A distribuição regional dos PA contratados mantém a mesma estrutura já identificada em relatórios anteriores, com um predomínio das regiões Norte e Centro, que no seu conjunto representam mais de 68% das candidaturas e do investimento contratado.

Quadro 420: Ação 3.2.1 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	416	36.585	19.235	15.388
Centro	283	26.692	13.951	11.160
LVT	127	11.792	6.413	4.891
Alentejo	154	13.473	7.321	5.857
Algarve	40	3.637	1.941	1.553
TOTAL	1020	92.179	48.861	38.849

Nesta ação, a tipologia de promotores mais significativa continua a ser a “*administração local*” com 353 candidaturas no valor de 35.671 mil euros. Esta tipologia, juntamente com as “*associações e fundações privadas*” e o “*setor público (não administração local)*” continuam a ter um grande peso, representando 75% das candidaturas e 80% do investimento total.

Quadro 421: Ação 3.2.1 – Distribuição dos PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.: mil euros

Tipo de Promotor	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Administração Local	353	35.671	18.823	14.996
Associações e fundações privadas	230	19.833	10.582	8.465
Sector Público (não administração local)	163	16.478	8.532	6.818
Privados	58	3.081	1.606	1.285
IPSS	26	2.789	1.595	1.249
Empresas	7	816	451	331
Empresários em nome individual	12	964	504	396
Cooperativas	13	1.246	702	533
Outros	158	11.301	6.066	4.776
TOTAL	1020	92.179	48.861	38.849

Os PA contratados, na ação 3.2.1, como já referido anteriormente, continuam a centrar-se sobretudo na “*património rural construído*” na “*preservação e recuperação de práticas e tradições culturais*” e na “*refuncionalização de edifícios de traça tradicional*”, tendo passado a representar, 88% das candidaturas e do investimento contratado (mais 3 pontos percentuais do que em 2012).

Quadro 422: Ação 3.2.1 – Distribuição dos PA contratados (por domínios de intervenção)

Un.: mil euros

Domínio de intervenção	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Património Rural construído	418	36.267	19.307	15.363
Preservação e recuperação de práticas e tradições culturais	232	17.826	9.390	7.439
Refuncionalização de edifícios de traça tradicional	252	26.973	14.280	11.369
Rotas/precursos	45	3.384	1.811	1.449
Criação ou desenvolvimento de produtos turísticos	27	2.727	1.368	1.066
Centros de observação da paisagem/natureza	11	1.308	717	573
Serviços de animação cultural e recreativa de base local	15	1.688	960	768
Animação Turística	6	674	294	235
Outros	14	1.330	733	587
TOTAL	1.020	92.179	48.861	38.849

c. Execução financeira

À semelhança das outras ações deste subprograma, a execução desta ação iniciou-se em 2010, com um montante de pagamentos acumulados, até ao momento, de 28.774 mil euros de despesa pública e 24.153 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 423: Ação 3.2.1 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Norte	306	18.274	11.723	9.861
Centro	196	13.828	7.402	6.233
LVT	121	6.238	4.036	3.348
Alentejo	132	5.315	4.093	3.444
Algarve	36	2.004	1.520	1.266
TOTAL	790	45.660	28.774	24.153

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 48% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 61% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a ação (1.000 ações relativas ao património rural), verifica-se que o número de PA contratados, até final de 2013, corresponde a 102% da meta do programa.

Quadro 424: Ação 3.2.1 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	1020	92.179	48.861	38.849	790	45.660	28.774	24.153
Meta	1.000	103.434	60.101	50.773	1.000	103.434	60.101	50.773
% da meta	102%	89%	81%	77%	79%	44%	48%	48%

Quadro 425: Ação 3.2.1 – Indicadores de resultado (acumulado)

	População das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados (Contratado)	População das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados (Pago)
	1.364.486	864.161
Meta	112.037	112037
% da meta	1218%	771%

2.2.4.5 Ação 3.2.2 – Serviços básicos para a população rural

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 52º alínea b) i) e IMI); Artigo 56º do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II pontos 5.3.3.2.1 Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas do Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006:321;
- Portaria n.º 521/2009 de 14 de maio – medida 3.2 – “Melhoria da qualidade de vida”, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria n.º 108/2012 de 20 de abril e pela Portaria n.º 253/2013 de 7 de agosto.

2 Objetivos da Ação

Aumento da acessibilidade a serviços básicos que constituem um elemento essencial na equiparação dos níveis de vida e na integração social das populações.

3 Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2013, foi aberto o terceiro e o quarto período contínuo de candidaturas, para 14 e 12 GAL, respetivamente, que teve a adesão de 310 PA num total de 31.530 mil euros de investimento.

Quadro 426: Ação 3.2.2 – Candidaturas apresentadas a concurso (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Nº GAL	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total
Primeiro	45	66.779	29.879	412	58.071
Segundo	46		36.039	574	81.980
Terceiro	34		19.036	432	55.394
Quarto	12		2.741	111	11.091
TOTAL		66.779	87.694	1.529	206.536

As candidaturas a esta ação, embora com uma ligeira redução de peso, mantêm uma forte representatividade, quer no Norte, quer no Centro, com 67% do total de candidaturas no conjunto das duas regiões, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 427: Ação 3.2.2 – Distribuição regional das candidaturas entradas (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	430	71.548
Centro	590	79.433
LVT	151	17.896
Alentejo	288	30.618
Algarve	70	7.040
TOTAL	1.529	206.536

b. Análise e decisão das candidaturas

No final do ano de 2013, encontravam-se analisadas 1.489 (97%) do total das candidaturas entradas em todos os GAL e destas foram aprovadas 1.080 (73%).

Quadro 428: Ação 3.2.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	412	58.071	412	58.071	104	17.503	308	40.568	308	40.568	23.976	19.084
Segundo	574	81.980	574	81.980	167	25.135	407	56.845	400	55.940	30.004	23.958
Terceiro	432	55.394	415	53.189	116	18.894	299	34.295	262	30.718	17.503	13.857
Quarto	111	11.091	88	8.377	22	3.039	66	5.338	43	3.383	2.279	1.823
TOTAL	1.529	206.536	1.489	201.617	409	64.570	1.080	137.046	1.013	130.609	73.762	58.722

Das 1.080 candidaturas aprovadas foram contratados 1.013 PA, num total de 73.762 mil euros de despesa pública, representando 58.722 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento o valor FEADER deve ser ajustado para 62.030 mil euros

que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 111%.

A distribuição regional é semelhante à das candidaturas entradas, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 429: Ação 3.2.2 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	282	45.885	24.100	19.280
Centro	361	46.223	25.845	20.676
LVT	121	12.920	8.163	6.243
Alentejo	207	21.210	13.180	10.544
Algarve	42	4.370	2.473	1.979
TOTAL	1013	130.609	73.762	58.722

Esta ação tem um forte cariz social, continuando como tipologia de promotor dominante as “*instituições particulares de solidariedade social (IPSS)*”, com mais de 73% das candidaturas e 75% do investimento contratado, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro 430: Ação 3.2.2 – Distribuição dos PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.:mil euros

Tipo de Promotor	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
IPSS	747	98.071	54.381	43.415
Associações e fundações privadas	148	16.861	10.256	8.099
Administração Local	30	4.372	2.302	1.783
Sector Público (não administração local)	26	2.346	1.423	1.138
Cooperativas	10	840	524	406
Outros	52	8.119	4.874	3.881
TOTAL	1013	130.609	73.762	58.722

Em termos de domínios de intervenção mantém-se o peso significativo do “*acompanhamento domiciliário a idosos e pessoas com deficiência*”, com cerca de 23% dos PA e 19% do investimento contratado. Outros serviços de cariz social, como o apoio à infância e os serviços itinerantes de apoio social tiveram, também, um peso significativo.

Quadro 431: Ação 3.2.2 – Distribuição dos PA contratados (por domínios de intervenção)

Un.: mil euros

Domínio de intervenção	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Acompanhamento domiciliário a idosos e pessoas com deficiência	233	24.319	14.004	11.193
Serviços de animação cultural e recreativa de base local	117	14.207	8.572	6.769
Serviços de apoio à infância	89	11.445	6.492	5.194
Serviços itinerantes de apoio social	82	9.789	5.142	4.079
Serviços de apoio à população	5	384	231	185
Preservação e recuperação de práticas e tradições culturais	8	445	314	251
Refuncionalização de edifícios de traça tradicional	2	229	136	109
Serviços de apoio a novos residentes	11	3.447	1.522	1.218
Outros serviços básicos	466	66.343	37.349	29.726
TOTAL	1.013	130.609	73.762	58.722

c. Execução financeira

O montante de pagamentos acumulados nesta ação, em 2013, é de 45.943 mil euros de despesa pública e 38.383 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional destes pagamentos é apresentada no quadro seguinte, sendo o Norte e Centro as regiões mais importantes, representando ambas, no seu conjunto, 61% dos PA e 74% do investimento apoiado.

Quadro 432: Ação 3.2.2 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Norte	245	24.191	16.712	13.973
Centro	243	25.207	14.922	12.496
LVT	105	6.658	5.252	4.308
Alentejo	170	9.221	7.644	6.426
Algarve	31	1.864	1.413	1.179
TOTAL	793	67.142	45.943	38.383

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 68% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 64% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a ação (1.500 ações apoiadas), verifica-se que o número de PA contratados, até final de 2013, corresponde a 68% da meta do programa. Quanto ao investimento e apoio contratado continua a ser superior ao esperado uma vez que representou uma percentagem da meta superior (130% e 110% respetivamente) face à percentagem de PA contratados.

Quadro 433: Ação 3.2.2 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.:mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	1013	130.609	73.762	58.722	793	67.142	45.943	38.383
Meta	1.500	100.736	66.779	56.086	1.500	100.736	66.779	56.086
% da meta	68%	130%	110%	105%	53%	67%	69%	68%

Quadro 434: Ação 3.2.2 – Indicadores de resultado (acumulado)

	População das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados (Contratado)	População das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados (Pago)
	161.367	94.363
Meta	186.728	186728
% da meta	86%	51%

2.2.4.6 Medida 3.4 – Cooperação LEADER para o desenvolvimento

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 61º alínea f); Artigo 63º alínea b) e Artigo 65º do Reg. (CE) n.º 1698/2005;
- Artigo 39º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.4.2;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 421;
- Portaria n.º 786/2009 de 27 de julho, medida 3.4 – “Cooperação LEADER para o desenvolvimento”, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de Junho, pela Portaria n.º 108/2012 de 20 de abril e pela Portaria n.º 253/2013 de 7 de agosto.

2 Objetivos da Medida

Valorizar os territórios rurais e consolidar o seu tecido económico e social, através da cooperação, enquanto instrumento potenciador das complementaridades, diversidades e heterogeneidades dos territórios em cooperação.

Conjugar, através da cooperação, o saber-fazer e os recursos humanos e financeiros oriundos de diferentes territórios rurais, permitindo atingir massa crítica necessária à viabilização dos projetos de cooperação, otimizar e racionalizar os recursos e identificar complementaridades que permitem abrir novas oportunidades de mercado e de desenvolvimento dos territórios rurais.

3 Implementação da Medida

A implementação desta medida começa pela apresentação por parte dos GAL, em conjunto com a ELD, das áreas temáticas em que pretendem desenvolver projetos de cooperação, os objetivos a alcançar e a mais-valia para o território resultante da concretização da cooperação, através de um Plano de Cooperação. Este integra um diagnóstico das necessidades de

cooperação do território e a formulação da estratégia de cooperação, baseada num conjunto de ideias de cooperação, com um orçamento e calendário previsual, referente à assistência técnica preparatória dos projetos de cooperação.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Esta medida, tal como já referido, iniciou a sua operacionalização com a apresentação dos Planos de Cooperação por parte dos GAL, ainda em 2009. No ano de 2013 não entraram novos planos de cooperação, tendo sido registadas duas desistências e efetuada uma correção à classificação dos planos de cooperação apresentados em 2012.

Quadro 435: Medida 3.4 – Candidaturas apresentadas

Planos de cooperação	Total de candidaturas entradas	
	Nº Intenções	Investimento total
3.4.1	26	324
3.4.2	31	692
TOTAL	57	1.017

A distribuição regional dos planos de cooperação é semelhante à que se apresentou em relatórios anteriores.

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2013 como não entraram novos PA não se registaram análises e/ou decisões, mas apenas desistências.

Quadro 436: Medida 3.4 – Planos de Cooperação entrados, analisados, decididos e contratados por Ação (acumulado)

Un.:mil euros

Planos de cooperação	Total de intenções entradas		Intenções analisadas		Total de intenções Decididas				Total de intenções contratadas			
	Nº Intenções	Invest. total	Nº Intenções	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº Intenções	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº Intenções	Invest. total	Nº Intenções	Invest. total				
3.4.1	26	324	26	324	2	17	24	292	24	292	248	198
3.4.2	31	692	31	692	3	28	28	566	28	566	509	403
TOTAL	57	1.017	57	1.017	5	45	52	857	52	857	757	601

Existem, assim, 52 planos de cooperação contratados no final de 2013.

Apresenta-se em seguida, a distribuição regional dos planos de cooperação contratados.

Quadro 437: Medida 3.4 – Distribuição regional dos Planos de Cooperação contratados

Un.:mil euros

Região	Total contratados							
	Coop. interterritorial				Coop. Transnacional			
	Nº Intenções	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	Nº Intenções	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	5	42	36	28	9	194	174	139
Centro	6	76	65	52	7	145	131	105
LVT	8	98	83	66	4	59	53	38
Alentejo	2	39	33	27	5	86	78	62
Algarve	3	36	31	25	3	81	73	59
TOTAL	24	292	248	198	28	566	509	403

Os 52 planos de cooperação contratados, correspondem a 34 PA contratados, 18 referem-se a intenções de cooperação relativas às ações 3.4.1 e 3.4.2, 6 apenas à ação 3.4.1 e 10 à ação 3.4.2.

c. Execução financeira

O total dos pagamentos efetuados foi de 338 mil euros de despesa pública com 275 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional e por tipo de plano de cooperação é a que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 438: Medida 3.4 – Distribuição regional dos Planos de Cooperação pagos (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Total pagos					
	Coop. Interterritorial			Coop. Transnacional		
	Nº Intenções	Despesa Pública	FEADER	Nº Intenções	Despesa Pública	FEADER
Norte	3	12	10	8	105	87
Centro	3	39	32	6	95	79
LVT	8	51	42	4	52	39
Alentejo	2	8	7	5	38	32
Algarve	2	18	14	3	47	39
TOTAL	18	128	105	26	338	275

2.2.4.7 Ação 3.4.1 – Cooperação interterritorial

1 Objetivos da Medida

Promover o desenvolvimento de projetos de cooperação entre territórios rurais, situados no espaço nacional com criação de mais valia para os territórios cooperantes.

2 Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Esta ação foi operacionalizada através de períodos de candidatura. Em 2013 não se abriram períodos de candidaturas para esta ação. No final deste ano, existiam 141 candidaturas entradas válidas com um investimento total proposto de 9.428 mil euros. Face a 2012 registou-se 1 desistência.

Quadro 439: Ação 3.4.1 – Candidaturas apresentadas

Un.:mil euros

Concurso	Orçamento ProDeR	Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Investimento total
Primeiro	10.479	63	5.410
Segundo		15	1.447
Terceiro		63	2.572
TOTAL	10.479	141	9.428

A distribuição regional das candidaturas, em termos acumulados e comparativamente com o ano 2012, manteve-se, tal como se verifica no quadro seguinte.

Quadro 440: Ação 3.4.1 – Distribuição regional das candidaturas entradas (acumulada)

Un.:mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	51	3.051
Centro	33	2.279
LVT	31	2.691
Alentejo	19	946
Algarve	7	462
TOTAL	141	9.428

b. Análise e decisão das candidaturas

Desde o final de 2011 que as candidaturas se encontram todas analisadas, decididas e contratadas.

Quadro 441: Ação 3.4.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.:mil euros

Concurso	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	63	5.410	63	5.410	0	0	63	4.925	63	4.925	4.187	3.297
Segundo	15	1.447	15	1.447	0	0	15	1.384	15	1.384	1.145	916
Terceiro	63	2.572	63	2.572	4	379	59	1.898	59	1.898	1.614	1.285
TOTAL	141	9.428	141	9.428	4	379	137	8.208	137	8.208	6.946	5.498

Em termos acumulados, encontram-se contratados 137 PA, num total de 6.946 mil euros de despesa pública, representando 5.498 mil euros de comparticipação FEADER. Destes PA contratados 97% encontram-se em região de convergência. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento o valor FEADER deve ser ajustado para 5.821 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 66%.

A análise da distribuição regional dos PA contratados mantém-se face aos anos anteriores, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 442: Ação 3.4.1 – Distribuição regional dos PA contratados

Un.:mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	49	2.704	2.298	1.839
Centro	32	2.124	1.774	1.420
LVT	30	2.062	1.753	1.344
Alentejo	19	858	729	583
Algarve	7	460	391	313
TOTAL	137	8.208	6.946	5.498

Quanto à temática de cooperação mantém-se um grande peso das tipologias “turismo e promoção dos territórios” e “produtos locais” que representam, quer em número de PA contratados, quer em investimento, mais de 85% do total contratado, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 443: Ação 3.4.1 – Distribuição por temática de cooperação dos PA contratados

Un.: mil euros

Temática da Cooperação ¹	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Turismo e promoção dos territórios	85	3.922	3.303	2.614
Produtos locais	84	2.972	2.527	2.000
Meio ambiente e recursos naturais	8	719	611	489
Património histórico-cultural	6	295	250	192
Qualificação, participação e cidadania	5	245	208	166
Novas tecnologias	2	55	47	37
TOTAL	190	8.208	6.946	5.498

¹ Um PA pode ter mais de uma temática de cooperação

c. Execução financeira

A execução desta ação apresenta um montante de pagamentos acumulados de 5.471 mil euros de despesa pública e 4.567 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional destes pagamentos é apresentada no quadro seguinte.

Quadro 444: Ação 3.4.1 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	49	1.745	1.467
Centro	31	1.434	1.196
LVT	30	1.436	1.192
Alentejo	20	600	499
Algarve	7	256	213
TOTAL	137	5.471	4.567

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 52% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 83% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

3 Indicadores de acompanhamento do Programa

Os projectos de cooperação apoiados apresentaram um apoio médio superior ao esperado, uma vez que o número de projectos de cooperação atingiu apenas 13% da meta do Programa enquanto a despesa pública, a eles associada, representou 66% da meta. Verifica-se, ainda, que 72% de GAL estiveram envolvidos em ações de cooperação.

Quadro 445: Ação 3.4.1 – Indicadores de realização e financeiros

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Projectos de Cooperação	N.º GAL Participantes na cooperação	Desp. pública	FEADER	Projectos de Cooperação	N.º GAL Participantes na cooperação	Desp. pública	FEADER
	19	45	6.946	5.498	19	44	5.471	4.567
Meta	150	<46	10.479	8.800	150	<46	10.479	8.800
% da Meta	13%	72%	66%	62%	13%	72%	52%	52%

2.2.4.8 Ação 3.4.2 – Cooperação transnacional

1 Objetivos da Medida

Promover o desenvolvimento de projetos de cooperação entre territórios rurais nacionais e de países terceiros, podendo estes não estar situados no espaço da UE

2 Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Tal como na ação 3.4.1, a operacionalização desta ação foi efetuada por períodos de candidaturas, não tendo existido nenhum período em 2013. O número de candidaturas válidas diminuiu, face a 2011, por força de desistências ocorridas no ano de 2013.

Quadro 446: Ação 3.4.2 – Candidaturas apresentadas

Un.:mil euros

Concurso	Orçamento ProDeR	Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Investimento total
Primeiro	1.423	11	875
Segundo		42	3.164
Terceiro		10	773
TOTAL	1.423	63	4.812

Em termos acumulados entraram 63 candidaturas válidas, com um total de 4.812 mil euros de investimento proposto.

A distribuição regional das candidaturas entradas mantém-se já reportada em anos anteriores.

Quadro 447: Ação 3.4.2 – Distribuição regional das candidaturas entradas (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	14	975
Centro	16	995
LVT	9	699
Alentejo	16	1.292
Algarve	8	852
TOTAL	63	4.812

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2013, foram contratados 3 PA que representam 200 mil euros de investimento.

Quadro 448: Ação 3.4.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concurso	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	11	875	11	875	0	0	11	859	11	859	773	618
Segundo	42	3.164	42	3.164	3	261	39	2.785	39	2.785	2.507	1.967
Terceiro	10	773	10	773	1	110	9	650	9	650	585	453
TOTAL	63	4.812	63	4.812	4	371	59	4.294	59	4.294	3.864	3.039

Em termos acumulados, foram contratados 59 PA, num total de 3.864 mil euros de despesa pública, com 3.039 mil euros de participação FEADER. Destes PA contratados 95% encontram-se em região de convergência. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento o valor FEADER será ajustado para 3.277 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 273%.

Analisando a distribuição regional dos PA contratados mantém-se a mesma tendência já registada em anos anteriores com a região Centro como a mais representativa em termos de número de PA contratados e a região do Alentejo como a que apresenta um investimento mais significativo (24% do total do investimento contratado).

Quadro 449: Ação 3.4.2 – Distribuição regional dos PA contratados

Un.: mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	12	819	737	590
Centro	16	988	889	711
LVT	9	648	583	414
Alentejo	14	1.039	936	748
Algarve	8	799	719	575
TOTAL	59	4.294	3.864	3.039

Analisando os PA contratados, segundo a temática de cooperação que apresentam, mantém-se o predomínio da temática “qualificação, participação e cidadania”, com 39% e 35%, respetivamente, dos PA e do investimento total.

Quadro 450: Ação 3.4.2 – Distribuição por temática de cooperação dos PA contratados

Un.: mil euros

Temática da Cooperação ¹	Total contratados			
	Nº PA	Investi-mento	Despesa Pública	FEADER
Qualificação, participação e cidadania	25	1.523	1.370	1.096
Produtos locais	16	1.108	997	767
Turismo e promoção dos territórios	13	975	877	679
Meio ambiente e recursos naturais	9	647	582	466
Património histórico-cultural	1	42	38	30
TOTAL	64	4.294	3.864	3.039

¹ Um PA pode ter mais de uma temática de cooperação

c. Execução financeira

A execução desta ação apresenta um montante de pagamentos acumulados de 2.342 mil euros de despesa pública e 1.983 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional destes pagamentos é apresentada no quadro seguinte.

Quadro 451: Ação 3.4.2 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	12	503	425
Centro	16	537	454
LVT	10	277	235
Alentejo	13	710	600
Algarve	8	316	269
TOTAL	59	2.342	1.983

Em termos globais, a ação alcançou uma taxa de execução de 165% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 65% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

3 Indicadores de acompanhamento do Programa

O número de projetos de cooperação contratados ultrapassou a meta em 30%, tendo também superado largamente, o valor da meta em termos de apoio (253%). Este diferencial é compensado na ação 3.4.1.

Quadro 452: Ação 3.4.2 – Indicadores de realização e financeiros

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Projectos de Cooperação	N.º GAL Participantes na cooperação	Desp. pública	FEADER	Projectos de Cooperação	N.º GAL Participantes na cooperação	Desp. pública	FEADER
	26	37	3.864	3.039	25	36	2.342	1.983
Meta	20	<46	1.423	1.200	20	<46	1.423	1.200
% da Meta	130%	72%	272%	253%	125%	72%	165%	165%

2.2.4.9 Medida 3.3 – Implementação de estratégias de desenvolvimento local

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 59º e Artigo 63º alínea a) do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 37º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro e Anexo II ponto 5.3.4.1;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 413;
- Portaria n.º 392-A/2008 de 4 de junho, medida 3.3 – “Implementação de estratégias locais de desenvolvimento”, com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2 Objetivos da Medida

- Dinamização Económica dos Territórios Rurais, nomeadamente através da Diversificação da Economia e Criação de Emprego e da Melhoria da Qualidade de Vida nas Zonas Rurais;
- Reforçar a Governança Local.

3 Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Como já foi referido em relatórios anteriores, o reconhecimento dos GAL e aprovação das Estratégias Locais de Desenvolvimento (ELD), iniciou-se no ano de 2008 com o reconhecimento de 44 GAL.

O processo de reconhecimento dos GAL, feito mediante um concurso público, permitiu que cada concorrente apresentasse uma ELD, que se adequasse às necessidades do território de intervenção definido, em particular uma estratégia que possibilitasse a concretização de objetivos, definidos pelo conjunto dos atores socioeconómicos desse mesmo território, essenciais para a revitalização das zonas rurais. Este processo

ficou concluído apenas em janeiro de 2010 com o reconhecimento dos últimos 3 GAL e aprovação das respetivas estratégias.

As ELD incorporam as medidas 3.1 "Diversificação da economia e criação de emprego" e 3.2 "Melhoria da qualidade de vida", cuja execução já foi apresentada anteriormente.

Neste ponto apresenta-se uma síntese da execução das ELD/medidas 3.1 e 3.2, em cada um dos GAL.

Quadro 453: Medida 3.3 – Execução das ELD (por GAL)

Grupos de Acção Local	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Contratadas				Valores Pagos		
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotação (DP)	N.º PA	Invest. total	N.º PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Despesa Pública	FEADER
AD ELO	9.566	7.653	5	10.665	274	29.158	196	17.500	9.039	7.231	128	4.901	4.038
ADAE	6.125	4.900	5	9.399	152	23.640	69	12.053	5.717	4.573	64	4.012	3.378
ADER-AL	8.814	7.051	10	11.334	239	29.702	116	13.928	7.708	6.166	115	5.438	4.588
ADERE	5.015	4.012	15	6.310	125	21.063	39	7.688	3.725	2.980	31	1.677	1.404
ADERES	4.850	3.296	5	4.216	118	13.613	57	7.632	3.630	2.904	40	1.975	1.678
ADER-SOUSA	8.850	7.080	10	9.937	190	34.672	70	14.181	7.559	6.048	67	5.263	4.420
ADIBER	6.289	5.031	5	5.371	184	18.095	98	9.052	5.355	4.284	78	3.646	3.025
ADICES	7.590	6.072	5	7.585	140	20.079	98	13.360	6.750	5.400	66	3.962	3.311
ADIRN	9.823	7.858	5	7.788	135	23.198	104	17.418	9.435	7.548	90	5.040	4.219
ADL	8.641	6.913	15	9.759	118	17.281	87	13.413	7.203	5.762	87	5.372	4.480
ADRAT	7.319	5.856	10	7.986	120	16.966	99	13.404	7.046	5.636	73	4.496	3.754
ADREPES	7.437	4.090	5	7.648	117	17.862	89	12.195	7.256	3.991	46	3.067	2.285
ADRIL	9.872	7.898	15	8.649	310	34.486	166	18.483	9.596	7.677	117	5.787	4.860
ADRMAG	9.369	7.496	10	11.522	227	35.533	119	19.628	9.103	7.283	115	7.111	5.928
ADRMINHO	7.514	6.011	15	6.478	200	30.370	103	14.251	7.368	5.894	70	3.984	3.338
ADRITEM	9.107	7.285	5	9.420	102	17.618	68	12.367	7.371	5.897	63	5.683	4.741
ADRUSE	5.592	4.474	15	6.852	83	11.590	77	11.133	5.483	4.386	60	3.067	2.573
APRODER	6.610	5.288	10	7.747	124	16.095	81	9.346	5.530	4.424	54	2.821	2.332
ATAHCA	6.633	5.306	10	7.197	149	17.222	100	12.829	6.561	5.249	93	5.076	4.198
BEIRA DOURO	6.427	5.142	15	8.142	104	18.345	77	11.553	6.401	5.121	72	4.267	3.588
BEIRA INTERIOR SUL	8.912	7.129	15	8.486	121	18.026	77	11.697	6.833	5.467	67	4.193	3.497
CASTELOS DO CÔA	5.763	4.611	5	6.080	112	17.683	64	10.934	5.309	4.247	49	3.356	2.845
CHARNECA	8.414	6.731	10	10.260	110	16.790	93	14.272	8.164	6.531	84	5.404	4.502
CORANE	8.699	6.959	5	7.631	248	33.777	138	18.245	8.271	6.617	88	4.307	3.602
DESTEQUE	7.927	6.341	5	7.891	202	25.581	121	14.922	7.262	5.809	100	4.493	3.767
DOLMEN	8.105	6.484	5	8.671	170	27.772	101	16.947	7.669	6.135	97	5.834	4.889
DOURO HISTÓRICO	6.619	5.295	10	8.413	107	17.997	71	10.799	5.588	4.470	54	3.551	2.974
DOURO SUPERIOR	5.303	4.242	5	4.168	135	12.759	98	10.123	5.205	4.164	64	3.432	2.847
ELOZ	5.315	4.252	10	3.286	116	10.853	85	8.262	4.558	3.646	64	2.777	2.323
GAL ADD	7.320	5.856	5	7.163	207	25.186	114	14.079	7.251	5.800	102	5.156	4.326
GAL ADDLAP	6.546	5.237	5	6.546	126	14.880	81	9.824	5.593	4.474	58	2.340	1.989
GAL AL SUD - ESDIME	8.593	6.875	7	7.668	146	19.397	114	13.680	8.107	6.485	87	5.264	4.402
GAL COVA DA BEIRA	6.532	4.642	7	7.832	130	16.206	56	6.874	3.470	2.776	57	2.216	1.878
GAL T B GUADIANA	6.386	5.109	15	7.194	122	15.059	94	11.287	5.974	4.779	75	3.359	2.792
INT ALGARVE CENTRAL	6.055	4.844	20	9.473	115	12.873	54	5.519	3.184	2.547	48	2.100	1.768
LEADER OESTE	9.597	7.677	15	6.583	164	30.712	95	17.708	8.622	6.898	80	4.424	3.643
LEADERSÔR	6.205	4.964	10	9.822	119	15.918	62	8.914	4.930	3.944	57	2.935	2.468
MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA	7.938	6.350	5	6.574	103	15.222	74	11.168	6.074	4.859	57	3.204	2.676
MONTE	12.484	9.988	15	9.663	206	25.323	164	20.787	11.006	8.805	98	5.509	4.578
PINHAL MAIOR	5.595	4.476	15	6.655	137	16.000	107	11.914	5.357	4.285	79	3.172	2.641
PROBASTO	5.011	4.009	10	2.674	148	13.623	69	6.177	3.407	2.725	47	2.045	1.710
PRÓ-RAIA	5.601	4.508	10	6.781	134	19.908	72	9.700	4.875	3.900	45	2.537	2.140
PRÓ-RURAL	5.635	4.508	5	6.380	99	12.523	76	9.044	5.105	4.084	55	1.971	1.674
SOL DO AVE	5.328	4.898	5	7.313	152	28.630	59	8.954	5.001	4.000	51	3.359	2.835
TAGUS	6.123	4.898	15	8.392	113	14.033	85	10.357	5.275	4.220	62	2.371	2.000
TERRAS DE SICÓ	7.938	6.351	15	8.780	151	22.519	87	11.434	6.730	5.384	69	3.647	3.032
TERRAS DENTRO	5.470	4.376	14	7.449	76	10.667	50	6.868	4.042	3.234	40	2.356	1.976
TOTAL	340.859	270.323	453	361.835	6.980	956.502	4.274	571.902	300.693	238.741	3.363	181.958	151.909

Quadro 454: Medida 3.3 – Execução das ELD – Ação 3.1.1 (por GAL)

Grupos de Ação Local	Ação 3.1.1												
	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Contratadas			Valores Pagos			
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotação (DP)	N.º PA	Invest. total	N.º PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Despesa Pública	FEADER
AD ELO	356	376	1	781	40	1.476	35	888	347	278	19	180	152
ADAE	7	184	1	766	3	134	1	19	7	6	1	7	6
ADER-AL	1.234	987	2	1.417	28	4.846	11	1.824	1.001	801	11	751	637
ADERE	750	600	3	1.006	16	4.346	6	1.681	840	672	4	270	226
ADERES	513	371	1	328	5	882	5	882	438	351	4	159	135
ADER-SOUSA	314	263	2	603	7	1.526	2	319	181	145	2	23	19
ADIBER	338	270	1	244	4	462	2	410	240	192	2	124	105
ADICES	200	121	1	171	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ADIRN	712	490	1	887	8	2.197	5	1.424	700	560	5	319	271
ADL	884	566	3	1.389	13	2.638	7	1.440	680	544	7	501	414
ADRAT	596	481	2	887	8	1.195	8	1.195	596	477	8	486	410
ADREPES	1.041	573	1	825	12	2.350	9	1.488	828	455	6	431	342
ADRIL	2.162	2.024	3	1.904	51	7.429	26	4.097	2.049	1.639	18	1.199	1.005
ADRIMAG	689	609	2	1.220	8	1.720	6	1.335	588	471	6	350	297
ADRIMINHO	899	989	3	941	13	2.811	9	1.731	899	719	8	486	412
ADRITEM	590	670	1	1.106	5	1.127	5	1.127	590	472	4	387	321
ADRUSE	396	450	3	723	4	766	4	766	396	317	4	252	215
APRODER	1.580	864	2	1.700	22	3.053	9	1.600	812	649	7	343	290
ATAHCA	844	531	2	844	12	2.035	9	1.717	840	672	8	634	526
BEIRA DOURO	825	657	3	962	13	3.290	7	1.642	824	659	6	521	440
BEIRA INTERIOR SUL	1.442	1.004	3	1.447	17	3.257	10	2.255	1.324	1.059	7	498	419
CASTELOS DO CÔA	151	201	1	683	6	1.082	2	446	151	121	2	151	128
CHARNECA	1.993	1.529	2	2.429	24	4.000	20	3.419	1.865	1.492	17	947	799
CORANE	1.655	1.250	1	1.243	23	4.061	19	3.495	1.655	1.324	10	452	381
DESTIQUE	1.543	1.421	1	1.350	28	3.716	23	3.056	1.481	1.185	19	748	630
DOLMEN	817	653	1	1.095	12	3.233	8	2.116	817	653	8	653	555
DOURO HISTÓRICO	1.135	794	2	1.018	14	3.550	6	1.694	778	622	6	597	501
DOURO SUPERIOR	355	424	1	392	9	1.247	6	680	355	284	2	184	147
ELOZ	54	213	2	120	1	136	1	136	54	43	1	54	44
GAL ADD	41	33	1	477	1	103	1	103	41	33	1	11	10
GAL ADDLAP	360	262	1	327	5	952	3	606	313	251	3	119	101
GAL AL SUD - ESDIME	1.740	1.302	3	1.740	17	4.861	11	3.103	1.734	1.387	9	1.067	890
GAL COVA DA BEIRA	1.088	870	3	706	5	636	0	0	0	0	0	0	0
GAL T B GUADIANA	589	471	3	1.395	9	1.314	7	1.027	540	432	8	380	321
INT ALGARVE CENTRAL	765	727	4	1.650	3	344	2	323	191	153	1	12	10
LEADER OESTE	1.528	1.222	3	662	14	3.479	9	2.758	1.377	1.101	7	503	422
LEADERSÔR	957	1.489	2	1.942	14	2.325	5	1.130	642	514	3	296	252
MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA	1.004	638	1	644	8	1.732	5	1.252	636	509	4	354	301
MONTE	1.192	1.093	3	1.018	16	2.308	15	2.154	973	779	10	316	266
PINHAL MAIOR	201	339	3	535	8	393	8	393	180	144	5	54	46
PROBASTO	251	200	2	150	5	417	2	162	85	68	1	60	51
PRÓ-RAIA	250	586	2	625	2	56	2	56	17	14	2	17	15
PRÓ-RURAL	1.114	586	1	1.084	10	2.443	8	1.864	1.031	825	6	340	289
SOL DO AVE	282	504	1	537	5	1.398	2	554	279	223	2	233	196
TAGUS	523	504	3	795	8	1.096	7	946	523	419	7	294	250
TERRAS DE SICÓ	238	191	3	286	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TERRAS DENTRO	875	588	2	1.185	9	1.745	7	1.420	792	634	6	517	439
TOTAL	37.073	31.171	93	44.240	545	94.167	355	60.732	30.694	24.348	277	16.282	13.689

Quadro 455: Medida 3.3 – Execução das ELD – Ação 3.1.2 (por GAL)

Grupos de Ação Local	Ação 3.1.2												
	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Contratadas				Valores Pagos		
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotação (DP)	N.º PA	Invest. total	N.º PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Despesa Pública	FEADER
AD ELO	3.035	2.428	1	2.934	74	11.585	41	5.514	2.825	2.260	36	1.685	1.376
ADAE	2.899	1.995	1	2.965	67	10.493	38	5.616	2.702	2.161	32	1.948	1.635
ADER-AL	1.851	1.481	2	2.655	59	6.933	24	2.858	1.510	1.208	24	1.270	1.073
ADERE	500	400	3	1.104	33	2.939	6	402	172	138	5	110	92
ADERES	753	556	1	797	22	1.732	11	1.073	509	407	6	204	173
ADER-SOUSA	2.823	2.247	2	3.048	72	13.267	20	3.913	2.257	1.806	20	1.919	1.610
ADIBER	1.158	822	1	1.331	46	3.216	30	2.117	1.063	851	24	685	563
ADICES	3.424	2.247	1	3.607	68	9.132	52	6.450	3.244	2.595	36	1.804	1.496
ADIRN	2.978	2.462	1	3.231	37	6.839	30	5.621	2.859	2.287	22	1.549	1.285
ADL	1.460	1.168	3	1.699	21	2.387	16	1.986	1.062	849	16	889	740
ADRAT	2.796	2.330	2	2.858	40	7.744	24	5.265	2.795	2.236	23	2.165	1.789
ADREPES	1.562	859	1	1.799	36	4.301	25	2.545	1.425	784	13	686	447
ADRIL	2.334	1.558	3	2.519	76	6.774	41	4.044	2.305	1.844	39	1.863	1.559
ADRIMAG	2.177	1.612	2	3.090	55	8.839	22	4.138	2.135	1.708	21	1.617	1.367
ADRIMINHO	1.507	1.321	3	1.618	38	5.205	18	2.788	1.549	1.239	11	839	694
ADRITEM	2.859	1.953	1	2.754	37	6.923	16	3.407	2.009	1.607	14	1.361	1.140
ADRUSE	1.114	602	3	1.325	18	2.134	18	2.134	1.064	851	12	593	497
APRODER	1.735	1.764	2	2.453	28	4.145	18	3.020	1.689	1.351	15	897	736
ATAHCA	1.163	796	2	1.323	27	3.701	16	2.042	1.163	931	16	908	750
BEIRA DOURO	1.155	927	3	1.223	21	3.317	15	2.169	1.098	879	15	811	676
BEIRA INTERIOR SUL	2.108	2.034	3	2.424	31	4.523	22	3.568	2.075	1.660	21	1.364	1.144
CASTELOS DO CÔA	1.583	1.455	1	1.731	27	3.788	20	3.031	1.574	1.259	16	1.120	949
CHARNECA	3.431	2.718	2	3.496	47	7.513	36	5.996	3.325	2.660	32	2.314	1.921
CORANE	2.277	1.691	1	2.221	109	10.914	52	4.210	2.136	1.709	28	1.195	988
DESTIQUE	1.335	1.051	1	1.733	60	6.653	19	2.101	912	730	17	828	690
DOLMEN	2.095	1.676	1	2.194	49	7.685	30	4.502	2.037	1.630	30	1.573	1.311
DOURO HISTÓRICO	1.576	1.059	2	1.663	36	5.279	19	2.664	1.152	922	20	1.048	868
DOURO SUPERIOR	1.274	848	1	1.238	71	4.261	44	2.675	1.423	1.138	19	736	603
ELOZ	1.329	1.063	2	1.298	38	3.356	27	2.416	1.308	1.046	16	813	676
GAL ADD	3.227	2.417	1	3.321	94	12.353	51	6.749	3.178	2.542	44	2.392	1.990
GAL ADDLAP	1.834	1.309	1	1.461	40	4.222	27	2.859	1.547	1.238	18	648	551
GAL AL SUD - ESDIME	2.978	2.467	1	3.281	41	6.245	34	4.744	2.707	2.166	26	1.897	1.582
GAL COVA DA BEIRA	1.307	870	1	2.472	44	4.804	12	1.368	743	594	11	263	224
GAL T B GUADIANA	1.444	1.155	3	1.471	28	2.731	25	2.355	1.179	943	24	898	749
INT ALGARVE CENTRAL	1.375	969	4	1.988	48	5.550	17	1.813	1.060	848	17	832	706
LEADER OESTE	3.048	2.439	3	2.427	48	10.119	23	5.254	2.538	2.031	23	1.644	1.351
LEADERSÔR	1.041	1.117	2	1.920	37	3.807	14	1.432	718	574	14	654	545
MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA	3.342	2.067	1	2.908	45	6.833	31	5.142	2.843	2.275	26	1.690	1.405
MONTE	4.393	3.597	3	3.661	73	9.569	52	7.538	3.873	3.098	36	2.316	1.916
PINHAL MAIOR	1.939	1.280	3	2.230	60	6.369	45	4.934	1.849	1.479	41	1.307	1.088
PROBASTO	1.253	1.002	2	1.324	59	4.035	36	2.443	1.232	985	17	456	380
PRÓ-RAIA	2.250	1.319	2	2.458	62	6.331	36	4.003	2.143	1.714	22	1.135	954
PRÓ-RURAL	1.055	1.319	1	1.635	20	2.631	14	1.512	825	660	10	427	363
SOL DO AVE	494	1.280	1	1.403	24	4.232	5	838	441	353	5	406	345
TAGUS	2.104	1.280	3	2.044	46	5.477	31	3.660	1.900	1.520	24	840	710
TERRAS DE SICÓ	2.540	2.032	3	3.131	45	6.671	31	4.445	2.461	1.969	19	1.076	895
TERRAS DENTRO	1.938	1.176	3	1.941	32	4.344	22	2.927	1.664	1.331	19	901	754
TOTAL	93.855	72.217	90	103.409	2.189	281.902	1.256	162.279	84.279	67.067	995	54.578	45.354

Quadro 456: Medida 3.3 – Execução das ELD – Ação 3.1.3 (por GAL)

Grupos de Ação Local	Ação 3.1.3												
	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Contratadas			Valores Pagos			
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotação (DP)	N.º PA	Invest. total	N.º PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Despesa Pública	FEADER
AD ELO	1.695	1.356	1	1.900	25	5.228	15	3.161	1.545	1.236	10	747	612
ADAE	223	405	1	1.420	11	1.978	2	499	223	178	2	136	115
ADER-AL	1.851	1.481	2	2.456	39	6.601	18	3.157	1.654	1.323	19	984	836
ADERE	1.710	1.208	3	1.546	42	8.562	14	3.273	1.625	1.300	11	606	509
ADERES	1.231	825	1	762	15	2.814	6	1.098	545	436	4	372	316
ADER-SOUSA	1.830	1.464	2	2.274	21	5.889	12	3.361	1.808	1.446	10	986	831
ADIBER	1.771	1.521	1	1.449	38	5.462	14	2.298	1.280	1.024	12	773	640
ADICES	1.100	789	1	712	15	3.042	10	1.966	983	787	5	434	366
ADIRN	2.383	1.907	1	1.511	25	5.953	18	4.551	2.382	1.905	13	796	668
ADL	3.233	2.587	3	3.233	35	6.791	25	5.231	2.723	2.179	25	2.155	1.791
ADRAT	1.109	764	2	1.238	8	1.765	7	1.465	837	669	8	709	590
ADREPES	2.603	1.432	1	2.676	30	6.821	22	4.974	2.896	1.593	9	864	706
ADRIL	2.833	2.309	3	2.276	62	10.071	37	6.104	2.825	2.260	27	1.408	1.177
ADRIMAG	1.896	1.588	2	2.245	44	9.155	18	3.923	1.830	1.464	18	1.575	1.302
ADRIMINHO	1.618	1.058	3	1.134	55	9.093	22	3.387	1.583	1.266	16	793	663
ADRITEM	1.360	1.259	1	1.791	8	2.044	7	1.745	1.006	805	6	634	530
ADRUSE	1.773	1.573	3	1.849	21	4.056	19	3.900	1.771	1.417	16	1.038	862
APRODER	970	902	2	1.417	18	3.651	8	1.231	709	567	6	454	370
ATAHCA	1.658	1.326	2	1.959	31	4.768	22	3.599	1.596	1.277	23	1.468	1.212
BEIRA DOURO	1.697	1.358	3	2.559	23	6.225	15	3.652	1.957	1.566	13	1.195	1.014
BEIRA INTERIOR SUL	1.747	1.115	3	1.822	23	3.382	17	2.592	1.398	1.118	15	763	635
CASTELOS DO CÔA	1.202	778	1	768	28	4.820	10	2.112	1.008	807	9	665	560
CHARNECA	1.004	804	2	1.688	9	2.159	7	1.739	999	799	7	724	595
CORANE	1.908	1.474	1	1.492	57	10.081	22	3.754	1.801	1.441	17	1.090	914
DESTIQUE	1.922	1.755	1	1.769	40	8.045	18	3.871	1.798	1.438	13	1.144	958
DOLMEN	1.546	1.236	1	1.646	26	6.509	16	3.851	1.476	1.180	15	1.165	972
DOURO HISTÓRICO	914	794	2	1.224	11	2.153	7	1.587	714	571	9	653	543
DOURO SUPERIOR	1.120	857	1	993	21	2.685	16	2.250	1.116	892	11	878	724
ELOZ	1.275	850	2	631	16	2.848	9	2.126	1.045	836	8	561	473
GAL ADD	688	715	1	894	15	2.467	7	1.327	688	550	5	257	218
GAL ADDLAP	1.079	1.047	1	1.485	17	2.983	8	1.437	746	597	4	188	160
GAL AL SUD - ESDIME	1.140	957	1	1.016	10	2.474	8	1.960	1.140	912	6	571	480
GAL COVA DA BEIRA	944	580	1	1.186	18	3.464	6	639	219	175	6	193	162
GAL T B GUADIANA	2.079	1.663	3	2.010	30	5.932	19	4.016	2.028	1.622	15	991	829
INT ALGARVE CENTRAL	1.052	727	4	1.892	23	4.024	9	1.598	832	666	9	609	507
LEADER OESTE	2.400	1.920	3	1.953	40	11.773	16	5.236	2.250	1.800	12	937	770
LEADERSÔR	1.104	1.117	2	2.072	13	2.369	6	1.455	711	569	7	493	413
MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA	1.393	1.264	1	1.088	15	3.028	7	1.418	793	635	5	506	415
MONTE	2.411	1.763	3	1.684	33	5.321	25	4.303	2.180	1.744	16	1.228	1.015
PINHAL MAIOR	966	866	3	1.147	17	2.077	14	1.869	878	703	10	410	339
PROBASTO	1.002	802	2	461	29	3.894	8	1.254	660	528	6	410	339
PRÓ-RAIA	1.000	1.026	2	1.159	26	4.830	13	2.041	803	643	6	422	353
PRÓ-RURAL	1.401	1.026	1	1.478	17	3.445	11	2.307	1.227	981	9	445	379
SOL DO AVE	2.421	984	1	2.571	58	14.661	19	4.472	2.403	1.923	18	1.641	1.379
TAGUS	832	984	3	1.631	10	1.687	6	1.122	630	504	5	419	346
TERRAS DE SICÓ	1.350	1.080	3	1.553	33	7.616	9	2.232	1.225	980	6	641	529
TERRAS DENTRO	827	588	3	1.350	10	1.468	6	963	554	444	6	253	214
TOTAL	71.269	55.885	90	75.067	1.211	236.165	630	126.103	63.098	49.754	508	36.381	30.330

Quadro 457: Medida 3.3 – Execução das ELD – Ação 3.2.1 (por GAL)

Grupos de Ação Local	Ação 3.2.1												
	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Contratadas			Valores Pagos			
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotação (DP)	N.º PA	Invest. total	N.º PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Despesa Pública	FEADER
AD ELO	1.510	1.340	1	2.360	47	3.596	37	2.742	1.401	1.120	24	592	488
ADAE	739	768	1	1.887	23	3.105	8	1.321	620	496	9	481	407
ADER-AL	1.498	1.199	2	2.603	49	4.726	27	2.468	1.427	1.141	26	956	807
ADERE	1.191	1.033	3	1.291	12	2.022	4	633	303	242	5	261	220
ADERES	984	721	1	934	48	3.688	21	1.963	823	659	18	439	373
ADER-SOUSA	1.396	1.117	2	1.463	54	6.968	16	2.031	957	766	16	661	554
ADIBER	1.317	1.053	1	1.110	37	4.450	17	2.107	1.209	967	11	794	666
ADICES	890	789	1	1.025	18	1.759	15	1.521	816	652	10	459	390
ADIRN	1.662	1.317	1	1.198	31	3.807	23	2.757	1.505	1.204	23	903	766
ADL	1.031	825	3	1.358	16	1.596	13	1.512	854	683	14	679	571
ADRAT	2.726	2.202	2	3.003	60	6.137	56	5.354	2.726	2.180	34	1.136	965
ADREPES	1.116	614	1	1.392	18	1.887	15	1.653	959	528	11	565	430
ADRIL	1.056	842	3	304	84	4.864	43	1.588	933	747	15	250	212
ADRIMAG	2.087	1.670	2	2.401	72	7.330	42	3.925	2.048	1.639	40	1.603	1.340
ADRIMINHO	825	668	3	677	46	3.462	25	1.695	823	658	15	520	441
ADRITEM	1.865	1.580	1	1.540	30	3.607	24	3.208	1.851	1.481	22	1.486	1.245
ADRUSE	1.433	986	3	1.878	25	2.671	24	2.559	1.380	1.104	16	602	512
APRODER	1.139	781	2	975	28	2.353	24	1.905	1.139	911	14	401	334
ATAHCA	1.095	1.061	2	1.087	55	3.575	31	2.411	1.093	874	25	767	631
BEIRA DOURO	1.451	1.161	3	2.099	20	2.476	19	2.287	1.350	1.080	19	914	771
BEIRA INTERIOR SUL	1.510	1.293	3	1.223	25	1.927	16	1.237	730	584	14	562	475
CASTELOS DO CÔA	714	676	1	768	16	1.669	14	1.504	704	563	8	330	281
CHARNECA	517	467	2	1.179	11	882	11	882	505	404	11	451	377
CORANE	1.029	1.046	1	1.297	31	2.372	24	1.890	964	771	16	559	473
DESTEQUE	1.422	1.221	1	2.260	41	3.091	38	2.932	1.503	1.202	34	1.032	875
DOLMEN	1.672	1.337	1	1.761	47	4.736	29	2.905	1.506	1.205	26	1.128	947
DOURO HISTÓRICO	1.016	1.324	2	2.332	14	2.025	13	1.877	999	800	9	619	526
DOURO SUPERIOR	704	628	1	772	19	1.354	17	1.305	680	544	17	520	439
ELOZ	1.329	1.063	2	532	31	2.363	25	2.099	1.114	891	21	604	505
GAL ADD	661	765	1	678	36	2.851	14	1.248	653	522	14	485	406
GAL ADDLAP	1.351	1.571	1	1.358	29	2.562	23	2.225	1.280	1.024	19	669	568
GAL AL SUD - ESDIME	932	821	1	584	32	1.682	31	1.646	932	746	17	490	409
GAL COVA DA BEIRA	1.664	1.160	1	1.618	37	3.712	22	2.412	1.160	928	24	876	741
GAL T B GUADIANA	1.056	844	3	1.100	27	2.737	21	1.899	1.024	819	14	540	440
INT ALGARVE CENTRAL	1.350	1.211	4	1.508	21	1.454	15	1.105	615	492	13	448	375
LEADER OESTE	1.636	1.309	3	927	43	3.382	36	2.789	1.476	1.181	27	717	592
LEADERSÔR	1.373	559	2	1.748	29	3.698	20	2.250	1.243	994	17	492	415
MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA	746	1.233	1	977	12	1.312	9	1.085	563	450	7	202	171
MONTE	1.474	1.476	3	931	32	2.982	28	2.609	1.265	1.012	13	465	386
PINHAL MAIOR	720	820	3	974	23	1.560	21	1.298	690	552	12	309	260
PROBASTO	1.503	1.203	2	346	36	3.523	13	1.367	793	634	13	570	482
PRÓ-RAIA	400	789	2	989	7	592	4	419	206	165	3	105	90
PRÓ-RURAL	900	789	1	971	25	1.713	21	1.614	871	697	17	367	311
SOL DO AVE	1.263	1.152	1	1.410	44	3.662	26	1.808	1.009	807	22	692	585
TAGUS	866	1.152	3	2.296	19	1.868	18	1.806	829	663	14	464	394
TERRAS DE SICÓ	1.826	1.461	3	2.170	38	3.387	22	2.039	1.168	934	20	577	480
TERRAS DENTRO	453	1.214	3	1.204	8	560	5	289	165	132	1	35	28
TOTAL	57.102	50.313	90	64.495	1.506	137.733	1.020	92.179	48.861	38.849	790	28.774	24.153

Quadro 458: Medida 3.3 – Execução das ELD – Ação 3.2.2 (por GAL)

Grupos de Ação Local	Ação 3.2.2												
	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Contratadas				Valores Pagos		
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotação (DP)	N.º PA	Invest. total	N.º PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Despesa Pública	FEADER
AD ELO	2.970	2.153	1	2.690	88	7.274	68	5.195	2.920	2.336	39	1.697	1.409
ADAE	2.257	1.548	1	2.362	48	7.930	20	4.598	2.165	1.732	20	1.440	1.214
ADER-AL	2.380	1.904	2	2.203	64	6.595	36	3.622	2.116	1.693	35	1.477	1.236
ADERE	864	771	3	1.364	22	3.194	9	1.699	785	628	6	430	357
ADERES	1.367	823	1	1.395	28	4.498	14	2.616	1.314	1.052	8	801	680
ADER-SOUSA	2.486	1.989	2	2.550	36	7.021	20	4.556	2.356	1.885	19	1.673	1.405
ADIBER	1.706	1.365	1	1.237	59	4.505	35	2.120	1.563	1.250	29	1.270	1.051
ADICES	1.976	2.125	1	2.071	39	6.146	21	3.424	1.707	1.365	15	1.265	1.060
ADIRN	2.088	1.683	1	960	34	4.401	28	3.066	1.989	1.591	27	1.473	1.229
ADL	2.033	1.767	3	2.079	33	3.870	26	3.245	1.884	1.507	25	1.148	965
ADRAT	92	79	2	0	4	125	4	125	92	74	0	0	0
ADREPES	1.116	614	1	957	21	2.503	18	1.535	1.148	631	7	521	360
ADRIL	1.486	1.164	3	1.646	37	5.348	19	2.650	1.484	1.187	18	1.067	907
ADRMAG	2.520	2.016	2	2.566	48	8.490	31	6.307	2.501	2.001	30	1.966	1.622
ADRMINHO	2.666	1.975	3	2.108	48	9.798	29	4.650	2.514	2.011	20	1.347	1.128
ADRITEM	2.433	1.824	1	2.228	22	3.917	16	2.880	1.915	1.532	17	1.815	1.505
ADRUSE	877	862	3	1.077	15	1.963	12	1.774	873	698	12	582	488
APRODER	1.185	978	2	1.203	28	2.892	22	1.590	1.182	946	12	726	601
ATAHCA	1.873	1.592	2	1.983	24	3.143	22	3.059	1.870	1.496	21	1.299	1.080
BEIRA DOURO	1.299	1.039	3	1.299	27	3.037	21	1.803	1.172	938	19	827	687
BEIRA INTERIOR SUL	2.105	1.684	3	1.571	25	4.937	12	2.045	1.307	1.045	10	1.007	824
CASTELOS DO CÔA	2.114	1.501	1	2.130	35	6.324	18	3.841	1.872	1.498	14	1.091	927
CHARNECA	1.469	1.213	2	1.468	19	2.235	19	2.235	1.469	1.175	17	967	810
CORANE	1.830	1.499	1	1.378	28	6.349	21	4.896	1.714	1.371	17	1.011	845
DESTAQUE	1.705	893	1	779	33	4.075	23	2.962	1.568	1.254	17	741	613
DOLMEN	1.975	1.580	1	1.975	36	5.610	18	3.573	1.833	1.466	18	1.316	1.105
DOURO HISTÓRICO	1.978	1.324	2	2.176	32	4.991	26	2.977	1.945	1.556	10	634	536
DOURO SUPERIOR	1.849	1.485	1	772	15	3.213	15	3.213	1.631	1.305	15	1.114	933
ELOZ	1.329	1.063	2	705	30	2.151	23	1.485	1.036	829	18	745	624
GAL ADD	2.702	1.926	1	1.793	61	7.411	41	4.652	2.691	2.153	38	2.011	1.702
GAL ADDLAP	1.922	1.047	1	1.915	35	4.161	20	2.697	1.707	1.366	14	716	609
GAL AL SUD - ESDIME	1.803	1.328	1	1.047	46	4.135	30	2.228	1.593	1.274	29	1.238	1.041
GAL COVA DA BEIRA	1.529	1.160	1	1.850	26	3.590	16	2.456	1.349	1.079	16	884	752
GAL T B GUADIANA	1.218	975	3	1.219	28	2.344	22	1.991	1.203	962	14	550	454
INT ALGARVE CENTRAL	1.514	1.211	4	2.434	20	1.502	11	681	485	388	8	199	169
LEADER OESTE	984	787	3	614	19	1.959	11	1.670	982	785	11	623	507
LEADERSÔR	1.729	682	2	2.141	26	3.718	17	2.647	1.616	1.293	16	1.000	844
MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA	1.453	1.148	1	957	23	2.316	22	2.271	1.239	991	15	452	384
MONTE	3.014	2.058	3	2.369	52	5.143	44	4.182	2.716	2.173	23	1.185	996
PINHAL MAIOR	1.768	1.171	3	1.768	29	5.601	19	3.420	1.760	1.408	11	1.092	907
PROBASTO	1.002	802	2	393	19	1.754	10	951	637	509	10	549	457
PRÓ-RAIA	1.700	789	2	1.550	37	8.099	17	3.181	1.705	1.364	12	859	728
PRÓ-RURAL	1.165	789	1	1.212	27	2.291	22	1.746	1.150	920	13	391	332
SOL DO AVE	868	978	1	1.392	21	4.677	7	1.283	868	694	4	388	330
TAGUS	1.797	978	3	1.627	30	3.905	23	2.823	1.393	1.114	12	354	301
TERRAS DE SICÓ	1.985	1.588	3	1.640	35	4.845	25	2.719	1.877	1.502	24	1.353	1.128
TERRAS DENTRO	1.378	810	3	1.769	17	2.550	10	1.270	866	693	8	650	541
TOTAL	81.560	60.737	90	74.623	1.529	206.536	1.013	130.609	73.762	58.722	793	45.943	38.383

Em complemento dos indicadores apresentados em cada uma das ações, apresenta-se, ainda, os indicadores de realização e de resultado da medida 3.3.

Quadro 459: Medida 3.3 – Indicadores financeiros e de realização

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	N.º de GAL	Área Total das Zonas dos GAL (Km)	N.º Projectos financiados pelos GAL	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)	N.º Projectos financiados pelos GAL	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
	47	80.473	4.274	300.693	238.741	3.363	181.958	151.909
Meta	46	76.828	9.900	333.898	281.007	9.900	333.898	281.007
% da meta	102%	105%	43%	90%	85%	34%	54%	54%

Quadro 460: Medida 3.3 – Indicadores de resultado

	N.º Bruto de Empregos Criados	
	Contratado	Pago
	3.726	2.113
Meta	1.350	
% da meta	276%	156%

2.2.4.10 Medida 3.5 – Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 59º e Artigo 63º alínea c) do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 38º do Reg. (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro e Anexo II ponto 5.3.4.3;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 431;
- Portaria n.º 392-A/2008 de 4 de junho, medida 3.3 – “Implementação de estratégias locais de desenvolvimento” e medida 3.5 – “Funcionamento dos Grupos de Ação Local, aquisição de competências e animação” com a nova redação dada pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto e pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho.

2 Objetivos da Medida

- Preparação e implementação de uma Estratégia de Desenvolvimento Local;
- Dotar os parceiros do GAL dos instrumentos e competências necessárias à elaboração e dinamização de Estratégias de Desenvolvimento Local;
- Divulgar a Estratégia de Desenvolvimento Local junto do público-alvo através de ações de informação e animação local.

3 Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Esta medida apresenta duas componentes: a componente 1 – “Funcionamento do GAL” e a componente 2 – “Aquisição de competências e animação”.

No caso da componente 2 - “Aquisição de competências e animação” e por força do Despacho da Gestora n.º 7/2011, de 30 de dezembro,

continuaram a ser rececionados Pedidos de Alteração (PALTs) ao longo de 2013. O valor do investimento nesta componente passou, assim, a ser de 25.058 mil euros (vs. 24.538 mil euros em 2012).

No quadro seguinte apresenta-se o total de candidaturas válidas no âmbito das duas componentes.

Quadro 461: Medida 3.5 – Candidaturas apresentadas

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Total de candidaturas entradas					
		Componente 1		Componente 2		Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Investimento total	Nº PA	Investimento total	Nº PA	Investimento total
Primeiro	83.577	48	46.656	44	23.673	92	70.329
Segundo		4	3.067	3	1.385	7	4.452
TOTAL	83.577	52	49.724	47	25.058	99	74.781

A distribuição regional das candidaturas é a mesma que a apresentada em relatórios anteriores.

Quadro 462: Medida 3.5 – Distribuição regional das candidaturas entradas (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas					
	Componente 1		Componente 2		Total de candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento	Nº PA	Investimento	Nº PA	Investimento
Norte	15	15.263	15	8.465	30	23.728
Centro	20	17.201	15	7.114	35	24.315
LVT	6	6.172	6	3.374	12	9.546
Alentejo	8	8.626	8	4.499	16	13.125
Algarve	3	2.462	3	1.605	6	4.067
TOTAL	52	49.724	47	25.058	99	74.781

b. Análise e decisão das candidaturas

Todos os PA válidos, quer da componente 1 quer da componente 2, já tinham sido analisados, decididos e contratados em 2011.

Quadro 463: Medida 3.5 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso – componente 1 (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	48	46.656	48	46.656	4	3.114	44	43.532	44	43.532	43.522	34.588
Segundo	4	3.067	4	3.067	1	513	3	2.555	3	2.555	2.555	2.044
TOTAL	52	49.724	52	49.724	5	3.627	47	46.086	47	46.086	46.077	36.632

Quadro 464: Medida 3.5 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso – componente 2 (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	44	23.673	44	23.673	0	0	44	27.045	44	27.045	27.045	21.484
Segundo	3	1.385	3	1.385	0	0	3	1.647	3	1.647	1.647	1.317
TOTAL	47	25.058	47	25.058	0	0	47	28.691	47	28.691	28.691	22.801

Quanto à distribuição regional das candidaturas contratadas, mantém-se a já apresentada no relatório anterior.

Quadro 465: Medida 3.5 – Distribuição regional dos PA contratados

Un.:mil euros

Região	PA Contratados											
	Componente 1				Componente 2				Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	15	15.265	15.255	12.204	15	8.987	8.987	7.190	30	24.252	24.242	19.394
Centro	15	13.574	13.574	10.859	15	8.744	8.744	6.995	30	22.318	22.318	17.854
LVT	6	6.172	6.172	4.708	6	3.975	3.975	3.028	12	10.147	10.147	7.736
Alentejo	8	8.614	8.614	6.891	8	5.380	5.380	4.304	16	13.994	13.994	11.196
Algarve	3	2.462	2.462	1.969	3	1.605	1.605	1.284	6	4.067	4.067	3.253
TOTAL	47	46.086	46.077	36.632	47	28.691	28.691	22.801	94	74.778	74.768	59.433

Em termos acumulados, encontram-se contratados 47 PA da componente 1 e 47 PA da componente 2, num total de 74.768 mil euros de despesa pública, com 59.433 mil euros de comparticipação FEADER. Destes PA contratados 98% encontram-se em região de convergência. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento o valor FEADER deve ser ajustado para 62.140 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 89%.

c. Execução financeira

A execução desta medida foi, em 2013, de 13.833 mil euros de despesa pública e 11.771 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional dos pagamentos acumulados é apresentada no quadro seguinte.

Quadro 466: Medida 3.5 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total de pagamentos								
	Componente 1			Componente 2			Total pagos		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	15	7.614	6.187	35	9.465	7.894	35	17.079	14.080
Centro	15	7.143	5.814	30	8.582	7.185	30	15.725	12.999
LVT	6	3.167	2.498	14	4.166	3.407	14	7.334	5.905
Alentejo	8	4.096	3.335	11	3.581	2.990	11	7.676	6.325
Algarve	3	1.258	1.022	4	1.496	1.238	4	2.753	2.259
TOTAL	47	23.277	18.855	94	27.290	22.714	94	50.567	41.569

Em termos acumulados, a execução desta medida, foi de 50.567 mil euros de despesa pública, com 41.569 mil euros de comparticipação FEADER.

A taxa de execução foi de 60% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 70% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Os indicadores de execução financeira dos valores apoiados representam 89% e 85%, respetivamente, das metas do Programa para a Despesa Pública e Fundo. Quanto aos indicadores de realização verifica-se que o número de participantes nas ações de aquisição de competências continua a ser inferior ao esperado, com 69% da meta.

Quadro 467: Medida 3.5 – Indicadores de realização e financeiros

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)	
	N.º de participantes nas acções de aquisição de competências	N.º de acções apoiadas	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
	1.038	2.378	74.768	59.433	50.567	41.569
Meta	1.500	3.500	83.577	69.600	83.577	69.600
% da meta	69%	68%	89%	85%	61%	60%

2.2.4.11 Medida 3.6 – Implantação de redes de banda larga de nova geração, em zonas rurais

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 52 alínea b) i); Artigo 56º do Reg. (CE) n.º 1698/2005
- Anexo II ponto 5.3.3.2.1 do Reg. (CE) n.º 1974/2006
- Anexo III do Reg. (CE) n.º 1698/2005
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 321
- Portaria n.º 829/2010 de 31 de Agosto com a alteração dada pela Portaria n.º 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria n.º 253/2013 de 7 de agosto.

2 Objetivos da Medida

- Disponibilizar as redes de Banda Larga de Nova Geração à população e aos agentes económicos das zonas rurais;
- Disponibilizar o acesso aos serviços de Banda Larga de Nova Geração à população e aos agentes económicos rurais;
- Aumentar a competitividade das empresas e a geração de emprego nas zonas rurais, através da disponibilização de serviços inovadores, assentes nas redes de Banda Larga de Nova Geração;
- Contribuir para o desenvolvimento socioeconómico das zonas rurais;
- Combate à infoexclusão.

3 Implementação da Medida

A apresentação da implementação bem como os indicadores de acompanhamento encontram-se desenvolvidos no ponto 2.2.6.3 “Infraestruturas de banda larga nas zonas rurais” do presente relatório.

2.2.4.12 Medida 3.7 – Centros educativos rurais do Algarve

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 52 alínea b) i); Artigo 56º do Reg. (CE) n.º 1698/2005
- Anexo II ponto 5.3.3.2.1 do Reg. (CE) n.º 1974/2006
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 321
- Portaria n.º 231/2011 de 14 de junho com a alteração dada pela Portaria n.º 253/2013 de 7 de agosto.

2 Objetivos da Medida

- Promover o reordenamento da rede escolar, através da requalificação de equipamentos escolares já existentes ou da criação de Centros Educativos Comunitários;
- Promover a utilização multifuncional dos equipamentos educativos abertos à comunidade envolvente;
- Contribuir para o desenvolvimento socioeconómico das zonas rurais através de equipamentos educativos que funcionem como polos de fixação ou atração para as comunidades rurais ou para novos residentes;
- Contrariar os processos de desertificação do mundo rural e combater a situação de desfavorecimento das comunidades educativas inseridas nas zonas rurais;
- Desenvolver o Programa Nacional de Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.

3 Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2013 não foram abertos concursos para esta medida. O número de candidaturas válidas diminuiu, face a 2012, facto que se deve ao registo de desistências, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 468: Medida 3.7 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	8.235	7.000	4	3.206
TOTAL	8.235	7.000	4	3.206

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2013, tal como em 2012, não se registaram contratações nesta medida.

Quadro 469: Medida 3.7 - PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	4	3.206	4	3.206	0	0	4	3.206	4	3.206	2.755	2.066
TOTAL	4	3.206	4	3.206	0	0	4	3.206	4	3.206	2.755	2.066

Em termos acumulados, encontram-se contratados 4 PA que correspondem a um total de 2.755 mil euros de despesa pública, com 2.066 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento o valor FEADER deve ser ajustado para 2.342 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 33%.

c. Execução financeira

A execução desta medida foi, em 2013, de 234 mil euros de despesa pública e 199 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 470: Medida 3.7 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Centro	0	0	0	0	0	0	0
LVT	0	0	0	0	0	0	0
Alentejo	0	0	0	0	0	0	0
Algarve	4	3.206	2.755	2.066	4	1.492	1.268
TOTAL	4	3.206	2.755	2.066	4	1.492	1.268

Em termos acumulados, a execução desta medida, foi de 1.492 mil euros de despesa pública e 1.268 mil euros de comparticipação FEADER.

A taxa de execução foi de 18% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 58% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

5 Indicadores de acompanhamento do Programa

Os indicadores de execução financeira dos valores apoiados representam 33% e 30%, respetivamente, das metas do Programa para a despesa pública e fundo. Quanto aos indicadores de realização verifica-se que o número de ações é inferior ao esperado, com 24% da meta.

Quadro 471: Medida 3.7 – Indicadores de realização e financeiros

Un.: mil euros

	Numero de ações apoiadas		Despesa pública				Volume total de investimento	
	Contratado	Pago	FEADER		TOTAL		Contratado	Pago
			Contratado	Pago	Contratado	Pago		
	4	4	2.066	1.268	2.755	1.492	3.206	3.206
Meta	17		7.000		8.235		9.234	
% Meta	24%	24%	30%	18%	33%	18%	35%	35%

2.2.5 Medidas transitadas do quadro de programação anterior

Continuam a ter execução, um conjunto de medidas transitadas do Programa de Desenvolvimento Rural de 2000-2006, abreviadamente designado por RURIS e do Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural, abreviadamente designado por PO AGRO.

As medidas transitadas “Indemnizações Compensatórias – IC” e “Medidas Agro Ambientais – MAA” estão inseridas no sistema integrado de gestão e de controlo (SIGC) sendo, a sua gestão e execução, nos termos de protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP, asseguradas com base no sistema de informação do IFAP.

REFORMA ANTECIPADA (RA)

A medida “Reforma antecipada” não foi implementada no ProDeR pelo que não existem novos compromissos. A realização que se verifica resulta dos pedidos aprovados no quadro da programação anterior, no Programa de Desenvolvimento Rural – RURIS.

Quadro 472: Medidas transitadas (RA) - Execução (no ano)

Cod. COM	Designação	Beneficiários Apoiados	Valores pagos (mil euros)	
			Apoio total	FEADER
113	Reforma antecipada	498	1.551	1.319
TOTAL		498	1.551	1.319

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da realização entre 2007 e 2013. Estes compromissos são de longa duração o que implica a manutenção de um nível de pagamentos que se reduz de forma gradual com o termo do período de atribuição do apoio.

Quadro 473: Medidas transitadas (RA) - Apoio total e FEADER pagos (acumulado)

Período de candidatura	Cod. COM 113 Reforma antecipada	
	Apoio total	FEADER
2007	4.570	4.570
2008	4.201	3.914
2009	3.438	2.571
2010	3.216	2.407
2011	2.759	2.064
2012	2.284	1.942
2013	1.551	1.319
TOTAL	22.020	18.786

Em termos acumulados, a execução desta medida, é de 22.020 mil euros de despesa pública e 18.786 mil euros de comparticipação FEADER. Cerca de 98% do valor de apoio total foi dirigido à região de convergência.

A taxa de execução foi de 57% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado).

EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS (EA)

Em 2010, por força do encerramento do PO AGRO, passaram a ser financiados com dotações ProDeR alguns compromissos plurianuais da medida 1 do AGRO “Modernização, reconversão e diversificação das explorações agrícolas” enquadrados na medida COM 121.

Os valores pagos no ano e acumulados apresentam-se no quadro seguinte.

Quadro 474: Medidas transitadas (EA) – Execução (no ano e acumulado)

Cod. COM	Designação	Valores do ano			Valores acumulados		
		Nº Pedidos aprovados	Apoio total	FEADER	Nº Pedidos aprovados	Apoio total	FEADER
121	Modernização das explorações agrícolas	3	46	39	99	858	670
TOTAL		3	46	39	99	858	670

Em termos acumulados, o montante total dos pagamentos acumulados nesta medida era de 858 mil euros de despesa pública e 670 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 75% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado).

Todos os pagamentos efetuados ocorreram em região de convergência.

PRIMEIRA FLORESTAÇÃO DE TERRAS AGRÍCOLAS (FTA)

O apoio à “Primeira florestação de terras agrícolas” está incluído na ação 2.3.2., continuando, no entanto, a ser apoiados os beneficiários aprovados na intervenção do Programa de Desenvolvimento Rural – RURIS.

A medida transitada do RURIS (QCA III), com o código COM 221 “Primeira florestação de terras agrícolas”, teve a seguinte realização no ano de 2013:

Quadro 475: Medidas transitadas (FTA) - Execução (no ano)

Cod. COM	Designação	Nº Pedidos aprovados (no ano)	Valores pagos (mil euros)	
			Apoio total	FEADER
221	Primeira florestação de terras agrícolas	6.340	38.867	33.026
TOTAL		6.340	38.867	33.026

A área total apoiada nesta medida é de 191.008 ha, conforme quadro que se apresenta a seguir.

Quadro 476: Medidas transitadas (FTA) – Área Apoiada (acumulado)

Ano de Pagamento	Área Apoiada (ha)
2007	124.731
2008	117.664
2009	126.640
2010	128.858
2011	126.851
2012	128.549
2013	138.500
TOTAL	191.008

Em termos acumulados a execução é de 265.985 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 228.260 mil euros.

Quadro 477: Medidas transitadas (FTA) – Apoio total e FEADER pagos (acumulado)

Ano de Pagamento	Cod. COM 121 Primeira florestação de terras agrícolas	
	Apoio total	FEADER
2007	34.079	34.079
2008	35.432	33.565
2009	43.770	34.962
2010	39.834	31.791
2011	39.069	31.160
2012	34.934	29.677
2013	38.867	33.026
TOTAL	265.985	228.260

Em termos acumulados 99,6% do valor de apoio total foi pago em região de convergência.

PRIMEIRA FLORESTAÇÃO EM TERRAS NÃO AGRÍCOLAS (FTNA)

Também no caso desta medida transitada, medida 3 – “Desenvolvimento sustentável das florestas” do Programa AGRO e às ações análogas da Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior do PO Regional Centro (AIBT), estão em causa despesas de consolidação, nomeadamente operações associadas à instalação de povoamentos com espécies de rotações/revoluções superiores a 20 anos, concretizadas no período máximo de 5 anos a contar da instalação.

Durante o ano de 2013 foram efetuados pagamentos, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 478: Medidas transitadas (FTNA) - Execução (no ano)

Cod. COM	Designação	NºPedidos aprovados (no ano)	Hectares Apoiados (no ano)	Valores pagos (mil euros)	
				Apoio total	FEADER
223	Primeira florestação em terra não agrícola	126	6.508	1.791	1.522
TOTAL		126	6.508	1.791	1.522

Em termos acumulados, o montante total dos pagamentos acumulados nesta medida era de 8.487 mil euros de despesa pública e 7.008 mil euros de participação FEADER, representando uma taxa de execução de 118% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado).

Quadro 479: Medidas transitadas (FTNA) - Execução (acumulado)

unid: mil euros

Período de candidatura	Cod. COM 223 Primeira florestação em terra não agrícola	
	Apoio total	FEADER
2.010	618	495
2.011	3.427	2.738
2.012	2.650	2.253
2.013	1.791	1.522
TOTAL	8.487	7.008

Os pagamentos efetuados em região de convergência representaram 99% do total.

INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS (IC)

Com o início do PRODER em 2007 passou a existir a medida “Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas” (MZD) em substituição das “Indemnizações compensatórias” (IC). No entanto, continuam a ser realizados pagamentos entre 2007 e 2013 resultantes de situações de controlos e outras que implicaram atrasos nos pagamentos dos apoios.

Quadro 480: Medidas transitadas (IC) – Execução (no ano)

Cod. COM	Designação	NºPedidos aprovados (no ano)	Área Apoiada (ha no ano)	Valores pagos (mil euros)	
				Apoio total	FEADER
211	Pagamentos desvantagens naturais zonas de montanha	400	1.268	357	303
212	Pagamentos desvantagens naturais noutras zonas	115	1.069	101	119
TOTAL				458	422

Em termos acumulados, a execução desta medida transitada pode ser vista no quadro seguinte.

Quadro 481: Medidas transitadas (IC) – Apoio total e FEADER pagos (acumulado)

Un.:mil euros

Período de candidatura	Cod. COM 211 Pag.desvantagens naturais zonas montanha		Cod. COM 212 Pag.desvantagens naturais noutras zonas	
	Apoio total	FEADER	Apoio total	FEADER
2007	4.097	4.097	1.723	1.723
2008	5	5	0	0
2009	1.403	1.122	532	425
2010	200	160	63	51
2011	405	322	107	85
2012	357	303	102	87
2013	357	303	119	101
TOTAL	6.825	6.313	2.647	2.472

A totalidade destes beneficiários estão em região de convergência.

MEDIDAS AGRO AMBIENTAIS (MAA)

Na sequência do período especial de candidaturas, em 2007, as medidas agro ambientais do ProDeR começaram a ser executadas em 2008. No entanto, continuaram a vigorar os compromissos das medidas agro ambientais do RURIS até ao termo do período de 5 anos.

Embora aquele período de 5 anos já tenha, entretanto, terminado, tem havido alguns pagamentos resultantes de situações de controlo e outras que implicaram atraso na liquidação dos mesmos.

Quadro 482: Medidas transitadas (MAA) - Execução (no ano)

Cod. COM	Designação	NºPedidos aprovados (no ano)	Área Apoiada (ha no ano)	Animais Apoiados (CN no ano)	Valores pagos (mil euros)	
					Apoio total	FEADER
214	Pagamentos agro-ambientais	220	50	-	151	98
TOTAL		220	50	0	151	98

Em termos acumulados, a realização destas medidas transitadas pode ser vista no quadro seguinte. Os pagamentos que ainda se verificam são apenas acertos relativos aos compromissos cessados.

Quadro 483: Medidas transitadas (MAA) – Execução (acumulado)

Un.:mil euros

Período de candidatura	Cod. COM 214 Pagamentos	
	Apoio total	FEADER
2007	62.780	62.780
2008	40.502	40.502
2009	8.856	6.943
2010	6.529	5.149
2011	643	499
2012	926	767
2013	151	98
TOTAL	120.387	116.738

A quase, totalidade destes beneficiários localiza-se em região de convergência.

2.2.6 Operações ligadas às prioridades “Health Check” e Pacote de Recuperação (número1 do art. 16º-A)

No quadro do “Health Check” da reforma da Política Agrícola Comum (PAC) e na linha das orientações daí decorrentes, estabelecidas no PEN, a revisão do ProDeR contemplou, as seguintes prioridades/tipos de operação:

- Medidas de acompanhamento da reestruturação do setor leiteiro/apoio ao investimento relacionado com a produção leiteira e melhorias na transformação e comercialização leiteiras com a adequação e reforço da ação 1.1.1 “Modernização e capacitação das empresas” que corresponde às medidas da COM 121 “Modernização de explorações agrícolas” e 123 “Valor acrescentado dos produtos agrícolas e florestais”;
- Biodiversidade/ Produção integrada e biológica e atenuação e adaptação às alterações climáticas com a adequação e reforço da ação 2.2.1 “ Alteração de modos de produção” que corresponde à medida da COM 214 “Pagamentos Agro ambientais”;
- Infraestruturas de banda larga nas zonas rurais/ criação de infraestruturas para a internet de banda larga e respetivo acesso, incluindo meios de transmissão (*backhaul*) e equipamento usado no solo (por exemplo, tecnologias de transmissão fixas, terrestres sem fios, por satélite ou uma combinação das mesmas), melhoria da infraestrutura de banda larga existente e instalação de infraestruturas de banda larga passivas como obras de engenharia civil, tais como condutas, e outros elementos da rede como fibra escura, em sinergia com outras infraestruturas (energia, transportes, água, redes de esgotos, etc.) com a criação da medida 3.6 “Implantação de Redes de Banda Larga de Nova Geração, em Zonas Rurais” que corresponde à medida da COM 321” Serviços básicos para a economia e população rural”.

2.2.6.1 Medidas de acompanhamento da reestruturação do setor leiteiro/apoio ao investimento relacionado com a produção leiteira e Melhorias na transformação e comercialização leiteiras

1 Implementação das operações

No ano de 2013 continuaram a ser apoiados PA da prioridade/tipo de operação: medidas de acompanhamento da reestruturação do setor leiteiro/apoio ao investimento relacionado com a produção leiteira e melhorias na transformação.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Em 2012 foi aberto um período contínuo para candidaturas específicas do setor leiteiro, a 19 de junho. A 19 de fevereiro de 2013, pelo facto de o Programa se encontrar numa situação de *overbooking*, foi decidido que continuava a ser possível submeter candidaturas ao ProDeR, embora a análise e decisão das mesmas ficasse dependente de futura libertação de verbas provenientes de projetos desistidos ou não executados integralmente, bem como da efetiva possibilidade de execução dos projetos no tempo de vida do Programa.

Até 2013 foram apresentadas, em termos acumulados, 417 candidaturas, das quais 142 no ano de 2013, no âmbito do sétimo e oitavo concurso da ação 1.1.1 e décimo primeiro da ação 1.1.3 que se enquadravam nesta prioridade/tipo de operação.

b. Análise e decisão das candidaturas

Dos PA analisados e decididos foram contratados 310, dos quais 136 em 2013, num total de 133.357 mil euros de investimento proposto, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 484: Health Check (ação 1.1.1 e 1.1.3) – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Terceiro	22	64.546	22	64.546	3	53.156	19	11.239	19	11.239	3.910	3.519
Quarto - Leite	43	19.270	43	19.270	13	3.603	30	14.529	30	14.529	5.043	4.539
Sexto	108	82.909	108	82.909	44	45.372	64	37.482	64	37.482	11.501	10.138
Sétimo	102	43.614	101	43.546	12	2.481	89	41.151	88	40.948	16.564	14.879
Oitavo - Leite	10	5.156	10	5.156	3	1.081	7	4.075	7	4.075	1.397	1.257
Décimo - Jovens	30	6.531	30	6.531	7	1.338	23	5.198	23	5.198	2.571	2.272
Décimo primeiro - Jovens	102	25.501	100	25.177	19	4.483	81	20.694	79	19.886	9.304	8.374
TOTAL	417	247.528	414	247.136	101	111.514	313	134.368	310	133.357	50.290	44.978

A distribuição regional das candidaturas contratadas é a que se apresenta no quadro seguinte. Na componente 1 verifica-se que as principais regiões, em termos de investimento proposto, passaram a ser o Norte e o Centro (em 2012 era o Centro e o Alentejo) enquanto na componente 2, a região Centro continua a destacar-se, tendo passado o seu peso no investimento total a representar 52% ou seja mais 6 pontos percentuais do que em 2012.

Em termos acumulados, foram contratados 269 PA da componente 1 e 41 PA da componente 2, num total de 50.290 mil euros de despesa pública, com 44.978 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 129%.

Quadro 485: Health Check – Distribuição regional dos PA contratados

Un.: mil euros

Região	Total contratado							
	Componente 1				Componente 2			
	Nº PA	Invest. Total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. Total	Desp. pública	FEADER
Norte	113	29.827	12.288	10.975	6	20.837	7.313	6.502
Centro	93	24.519	9.230	8.259	27	28.093	9.725	8.732
LVT	21	6.388	2.648	2.379	1	1.654	563	507
Alentejo	42	18.512	7.417	6.628	7	3.526	1.107	996
Algarve	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	269	79.247	31.582	28.241	41	54.111	18.708	16.737

Analisando os PA contratados por rubrica de investimento verifica-se que na medida COM 121, se continua a registar a tendência do reforço no peso da tipologia de investimento "máquinas e equipamentos" que passou a

representar 41% (vs. 35% em 2012) e a diminuição do peso da tipologia “instalações animais” que passou a representar 24% (vs 28% em 2012).

Quadro 486: Health Check (Explorações Agrícolas) – Distribuição dos PA contratados (por rubrica de investimento)

Un.: mil euros

Região	Investimento contratado	
	valor	%
Instalações animais	18.848	24%
Máquinas e equipamentos	32.249	41%
Edifícios e outras construções	3.800	5%
Cumprimento de normas	7.877	10%
Melhoramentos fundiários	3.019	4%
Investimentos ambientais	1.084	1%
Cumprimento de novas normas	1.870	2%
Energias renováveis	1.933	2%
Outros	8.567	11%
TOTAL	79.247	100%

No que se refere às rubricas de investimento dos PA contratados, na componente de “transformação e comercialização”, que integram a medida COM 123, verifica-se, à semelhança do já verificado em anos anteriores, que as rubricas “máquinas e equipamentos” e “edifícios e outras construções” continuam a ter um peso muito significativo, representando, respetivamente, 63% e 20% do investimento total.

Quadro 487: Health Check (Transformação e comercialização) – Distribuição dos PA contratados (por rubrica de investimento)

Un.: mil euros

Região	Investimento contratado	
	valor	%
Máquinas e equipamentos	34.043	63%
Edifícios e outras construções	10.601	20%
Cumprimento de novas normas	1.065	2%
Melhoramentos fundiários	1.646	3%
Energias renováveis	2.128	4%
Outros investimentos imateriais	4.284	8%
Outros investimentos materiais	344	1%
TOTAL	54.111	100%

c. Execução financeira

A execução destes PA foi de 16.389 mil euros de despesa pública e 14.750 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional dos pagamentos efetuados é apresentada no quadro seguinte.

Quadro 488: Health Check – Distribuição dos PA pagos face aos contratados

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	119	19.601	17.476	84	4.158	3.742
Centro	120	18.954	16.992	102	6.390	5.751
LVT	22	3.211	2.886	17	1.136	1.023
Alentejo	49	8.523	7.624	41	4.704	4.234
Algarve	0	0	0	0	0	0
TOTAL	310	50.290	44.978	244	16.389	14.750

A taxa de execução foi de 42% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 33% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

No caso das explorações agrícolas (Med.121 COM) a taxa de execução foi de 54% e no caso da transformação e comercialização (Med.123 COM) a taxa de execução foi de 30%.

2 Indicadores de acompanhamento do Programa

Os indicadores de execução financeira, associados ao Health Check, dos valores apoiados nas explorações agrícolas (Med.121 COM), em termos de PA contratados, representam 130% da meta relativa ao investimento e 155% da meta relativa ao apoio, com apenas 27% dos PA previstos.

Quadro 489: Health Check (Explorações Agrícolas) – Indicadores de execução financeira (Medida COM 121)

Un.: mil euros

	Total de candidaturas - contratado				Total de candidaturas - pago			
	Nº PA	Invest. Total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. Total	Desp. pública	FEADER
	269	79.247	31.582	28.241	211	62.249	10.845	9.761
Metas	1.000	60.900	20.193	18.174	1.000	60.900	20.193	18.174
da meta	27%	130%	156%	155%	21%	102%	54%	54%

Quanto aos indicadores de realização verifica-se que apenas 2 dos PA apoiados se encontra em modo de produção biológico.

Quadro 490: Health Check (Explorações Agrícolas) – Indicadores de realização – Valores contratados (Medida COM 121)

Un.: mil euros

Prioridade	Tipo de Operação	Número de candidaturas aprovadas			Nº de explorações apoiadas	Despesa pública Contratada		Volume de investimento total
		Produção biológica	Produção convencional	Total		FEADER	Total	
Medidas de acompanhamento da reestruturação do sector leiteiro	Investimento apoiado relacionado com o sector leiteiro	2	267	269	269	28.241	31.582	79.247
	Outros	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		2	267	269	269	28.241	31.582	79.247

Quadro 491: Health Check (Explorações Agrícolas) – Indicadores de realização – Valores pagos (Medida COM 121)

Un.: mil euros

Prioridade	Tipo de Operação	Número de candidaturas pagas			Nº de explorações apoiadas	Despesa pública Paga		Volume de investimento total
		Produção biológica	Produção convencional	Total		FEADER	Total	
Medidas de acompanhamento da reestruturação do sector leiteiro	Investimento apoiado relacionado com o sector leiteiro	1	210	211	211	9.761	10.845	62.249
	Outros	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		1	210	211	211	9.761	10.845	62.249

No âmbito da transformação e comercialização (Med.123 COM) os indicadores de realização financeira dos PA contratados, no ano de 2013, registam 89% do investimento previsto para 2007-2013 e 101% do apoio.

Quadro 492: Health Check (Transformação e comercialização) – Indicadores de execução financeira (Medida COM 123)

Un.:mil euros

	Total de candidaturas - contratado				Total de candidaturas - pago			
	Nº PA	Invest. Total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. Total	Desp. pública	FEADER
	41	54.111	18.708	16.737	33	29.143	5.544	4.989
Metas	40	60.900	18.508	16.657	40	60.900	18.508	16.657
% da meta	103%	89%	101%	100%	83%	48%	30%	30%

Quadro 493: Health Check (Transformação e comercialização) – Indicadores de realização – valores contratados (Medida COM 123)

Un.:mil euros

Prioridade	Tipo de Operação	Número de candidaturas aprovadas			Nº de explorações apoiadas	Despesa pública Contratada		Volume de investimento total
		Produção biológica	Produção convencional	Total		FEADER	Total	
Medidas de acompanhamento da reestruturação do sector leiteiro	Investimento apoiado relacionado com o sector leiteiro	0	41	41	41	16.737	18.708	54.111
	Outros	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		0	41	41	41	16.737	18.708	54.111

Quadro 494: Health Check (Transformação e comercialização) – Indicadores de realização – valores pagos (Medida COM 123)

Un.:mil euros

Prioridade	Tipo de Operação	Número de candidaturas pagas			Nº de explorações apoiadas	Despesa pública paga		Volume de investimento total
		Produção biológica	Produção convencional	Total		FEADER	Total	
Medidas de acompanhamento da reestruturação do sector leiteiro	Investimento apoiado relacionado com o sector leiteiro	0	33	33	33	4.989	5.544	29.143
	Outros	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		0	33	33	33	4.989	5.544	29.143

2.2.6.2 Alteração dos modos de produção

1 Implementação das operações

A ação 2.2.1 é implementada no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos do protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP, a gestão e execução assegurada com base no sistema de informação do IFAP, motivo pela qual este ponto do relatório foi elaborado tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento desta ação são apresentados no âmbito do Pedido de Apoio agro e silvo ambiental (PAS) e do Pedido Único (PU), respetivamente.

No ano de 2013 foram recuperados alguns apoios da prioridade/tipo de operação: biodiversidade/produção integrada biológica e atenuação e adaptação às alterações climáticas/melhoramento da eficiência da utilização de fertilizantes azotados.

a. Execução financeira

A execução destes PA foi de 20.808 mil euros de despesa pública e 18.728 mil euros de comparticipação FEADER.

A taxa de execução foi de 109% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado).

2 Indicadores de acompanhamento do Programa

Os indicadores de execução financeira, associados ao Health Check, dos valores apoiados na alteração dos modos de produção (Med.214 COM), representam 89% da meta relativa ao número de explorações ou de unidades com outras formas de gestão apoiadas, 193% da meta da área objeto de apoio e 109% da meta da meta relativa ao apoio.

Quadro 495: Health Check (Alteração dos modos de produção) – Indicadores de execução financeira e de realização (Medida COM 214)

Indicador de realização	Prioridades	Execução acumulada	Meta *	% de cumprimento da meta
Número de explorações ou de unidade com outras formas de gestão apoiadas	Adaptação às alterações climáticas e sua mitigação	6.215	7.000	89%
	Biodiversidade	6.215	7.000	89%
Área física (ha) sob apoio agro-ambiental	Adaptação às alterações climáticas e sua mitigação	227.157	118.000	193%
	Biodiversidade	227.157	118.000	193%
Área total (ha) objecto de apoio agro-ambiental	Adaptação às alterações climáticas e sua mitigação	230.095	118.000	195%
	Biodiversidade	230.095	118.000	195%
Número total de contratos	Adaptação às alterações climáticas e sua mitigação	6.215	9.600	65%
	Biodiversidade	6.215	9.600	65%
Despesa Pública Paga	Adaptação às alterações climáticas e sua mitigação	20.809	19.074	109%
	Biodiversidade			
FEADER Pago	Adaptação às alterações climáticas e sua mitigação	18.728	17.167	109%
	Biodiversidade			

* Metas ajustadas às alterações efetuadas na dotação, no início de 2012

2.2.6.3 Infraestruturas de banda larga nas zonas rurais

1 Implementação das operações

No ano de 2011 foram apoiados PA da prioridade/tipo de operação: Infraestruturas de banda larga nas zonas rurais.

➤ Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2013 não foram abertos concursos para esta medida. Mantêm-se, assim, rececionadas 2 candidaturas válidas, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 496: Medida 3.6 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total
Primeiro	33.333	2	46.547
TOTAL	33.333	2	46.547

➤ Análise e decisão das candidaturas

Em 2013 as candidaturas a esta medida já se encontravam analisadas, decididas e contratadas.

Quadro 497: Medida 3.6 - PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	2	46.547	2	46.547	0	0	2	46.547	2	46.547	32.583	29.324
TOTAL	2	46.547	2	46.547	0	0	2	46.547	2	46.547	32.583	29.324

Em termos acumulados, encontram-se contratados 2 PA que correspondem a um total de 32.583 mil euros de despesa pública, com 29.324 mil euros

de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 98%.

A distribuição regional mantém-se face ao já reportado em relatórios anteriores, tal como se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro 498: Medida 3.6 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	0	0	0	0
Centro	1	13.038	9.126	8.214
LVT	0	0	0	0
Alentejo	1	33.509	23.456	21.110
Algarve	0	0	0	0
Total	2	46.547	32.583	29.324

➤ **Execução financeira**

No final do ano de 2013, o montante total dos pagamentos acumulados nesta medida era de 26.066 mil euros de despesa pública e 23.459 mil euros de comparticipação FEADER.

Em termos globais, a medida alcançou uma taxa de execução de 78% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 80% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

Quadro 499: Medida 3.6 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Centro	1	13.038	9.126	8.214	1	7.301	6.571
LVT	0	0	0	0	0	0	0
Alentejo	1	33.509	23.456	21.110	1	18.765	16.888
Algarve	0	0	0	0	0	0	0
Total	2	46.547	32.583	29.324	2	26.066	23.459

A execução acumulada em regiões de convergência foi de 100%.

2 Indicadores de acompanhamento do Programa

Em termos de indicadores de execução financeira e de realização, mantém-se a situação já reportada desde 2011 em que com 67% da meta para o número de PA contratados já se atingiu 98% da despesa pública programada e 66% do valor esperado de investimento.

Quadro 500: Medida 3.6 – Indicadores de Realização

	Numero de ações apoiadas		Despesa pública				Volume total de investimento	
	Contratado	Pago	FEADER		TOTAL		Contratado	Pago
			Contratado	Pago	Contratado	Pago		
	2	2	29.324	23.459	32.583	26.066	46.547	46.547
Meta	3	3	30.000	30.000	33.333	33.333	70.000	70.000
% Meta	67%	67%	98%	78%	98%	78%	66%	66%

3. EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA

3.1 Execução financeira por Medida e por região elegível ao abrigo do objetivo de convergência

Em 2013 o ProDeR apresentou uma execução financeira de 723.862 mil euros de despesa pública total, com uma comparticipação FEADER de 616.480 mil euros. Em termos acumulados (2007-2013) o valor da execução (3.272.388 mil euros de despesa pública e 2.715.677 mil euros de FEADER) representa uma taxa de execução de cerca de 76% do fundo programado para todo o período, o que representa um aumento de 17 pontos percentuais face a 2012 e 34 pontos percentuais face a 2011.

O Eixo 1 "Aumento da competitividade dos setores agrícola e florestal", com um volume de pagamentos de 272.782 mil euros FEADER, em 2013, representou 44% do total de pagamentos do ano e alcançou uma taxa de execução acumulada de cerca de 69% em relação ao total do fundo programado para o período 2007-2013. No Eixo 1 é de realçar a contribuição da ação 1.1.3 "instalação de jovens agricultores" que representou 40% (vs 22% em 2012) do total da execução deste eixo passando a ser a ação que mais contribuiu para este valor. A ação 1.1.1 "Modernização e capacitação das empresas", cuja execução representou 33% do total da execução do eixo em 2013, passou a ser a segunda ação mais representativa do eixo 1. O conjunto de ações que contribuem para a medida COM 125 "Infraestruturas agrícolas e florestais", em 2013, passou a representar apenas 7% do total da execução do Eixo (vs. 25% em 2012).

O Eixo 2 "Melhoria do ambiente e da paisagem rural", apresentou um volume de pagamentos de 261.430 mil euros de FEADER que representou 42% do total de pagamentos em 2013 e uma taxa de execução acumulada de 90% em relação ao total do fundo programado para o período 2007-2013.

A execução do Eixo 4/LEADER representou, em 2013, 12% do total da execução no ano, ficando com uma taxa de execução acumulada de 56%.

As despesas correspondentes aos compromissos transitados, em particular do Programa RURIS, continuam a representar 6% do total de pagamentos do ano.

A distribuição dos pagamentos por região de convergência e de não convergência segue a tendência dos anos anteriores, i.e., os pagamentos a projetos localizados em regiões de convergência representaram 98% do total dos pagamentos.

Seguidamente apresentam-se os quadros financeiros globais e repartidos por região de convergência, não convergência e fundos adicionais ao abrigo do número 5a do artigo 69º do Reg. (CE) número 1698/2005 (health check), com a execução relativa ao ano 2013 e a acumulada 2007-2013.

Quadro 501: Execução financeira – Repartição do FEADER

Un.: euros

Regiões	2013		2007-2013	
	Programado	Executado	Programado	Executado
Regiões do objectivo não convergência	4.965.403	13.392.732	74.442.381	44.009.357
Regiões do objectivo convergência	498.581.363	593.295.118	3.097.336.997	2.299.863.098
Contribuição adicional para Portugal		-1.295.643	320.000.000	314.867.715
Fundos adicionais do n.º 5 a do artigo 69º do Reg. (CE) nº 1698/2005 - Regiões do objectivo convergência	10.800.000	11.087.832	81.998.000	56.937.241
Total FEADER Continente	514.346.766	616.480.039	3.573.777.378	2.715.677.410

Quadro 502: Execução financeira – Plano financeiro por Eixo nas regiões de não convergência

Un.: euros

Eixo	FEADER 2007-2013	FEADER 2013	FEADER 2007-2013
	Programado	Executado	
(1) Eixo 1	51.520.603	9.290.592	28.380.616
(2) Eixo 2	19.092.180	2.916.213	12.368.045
(3) Eixo 3*		0	0
(4) Eixo 4*	3.829.598	1.185.927	3.260.696
(5) Assistência técnica		0	0
Total FEADER (1+2+3+5)	74.442.381	13.392.732	44.009.357

*O Eixo 4 contribui na totalidade para o Eixo 3 aplicando-se a respectiva taxa.

Quadro 503: Execução financeira – Plano financeiro por Eixo nas regiões de convergência

Un.: euros

Eixo	FEADER 2007-2013	FEADER 2013	FEADER 2007-2013
	Programado	Executado	
(1) Eixo 1	1.453.210.649	256.547.748	1.015.827.953
(2) Eixo 2	1.202.659.068	259.829.349	1.062.282.384
(3) Eixo 3*	12.067.150	-83.644	1.915.338
(4) Eixo 4*	356.776.902	71.995.580	197.147.462
(5) Assistência técnica**	72.623.228	5.006.086	22.689.960
Total FEADER (1+2+3+5)	3.097.336.997	593.295.118	2.299.863.098

*O Eixo 4 contribui na totalidade para o Eixo 3 aplicando-se a respectiva taxa.

Quadro 504: Execução financeira – Fundos adicionais do n.º 5 a do artigo 69º do Reg. (CE) número 1698/2005 - Regiões do objetivo convergência

Un.: euros

Eixo	FEADER 2007-2013	FEADER 2013	FEADER 2007-2013
	Programado	Executado	
(1) Eixo 1	34.831.400	6.943.325	14.749.705
(2) Eixo 2	17.166.600	-19.825	18.728.086
(3) Eixo 3*	30.000.000	4.164.332	23.459.449
(4) Eixo 4*			
(5) Assistência técnica			
Total FEADER (1+2+3+5)	81.998.000	11.087.832	56.937.241

*O Eixo 4 contribui na totalidade para o Eixo 3 aplicando-se a respectiva taxa.

Quadro 505: Execução financeira – Plano financeiro total

Un.: euros

Eixo	FEADER 2007-2013	FEADER 2013	FEADER 2007-2013
	Programado	Executado	
(1) Eixo 1	1.547.188.727	272.781.665	1.066.584.349
(2) Eixo 2	1.551.291.773	261.430.093	1.400.620.154
(3) Eixo 3*	42.067.150	4.080.688	25.374.787
(4) Eixo 4*	360.606.500	73.181.507	200.408.159
(5) Assistência técnica	72.623.228	5.006.086	22.689.960
Total FEADER (1+2+3+5)	3.573.777.378	616.480.039	2.715.677.410

*O Eixo 4 contribui na totalidade para o Eixo 3 aplicando-se a respectiva taxa.

Quadro 506: Execução financeira – Despesas declaradas – Global

Un.: euros

EIXOS / MEDIDAS	DESCRIÇÃO	PAGAMENTOS 2013		PAGAMENTOS ACUMULADOS 2007-2013	
		DESPESA PÚBLICA	FEADER	DESPESA PÚBLICA	FEADER
1	Aumento da Competitividade dos Setores Agrícola e Florestal	319.690.589	272.781.716	1.336.736.113	1.066.584.588
111	Formação Profissional e Ações de Informação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	5.568.574	4.754.667	13.795.354	11.357.339
112	Instalação de Jovens Agricultores - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	66.318.394	56.382.252	215.756.547	173.053.356
113	Reforma Antecipada - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	1.551.414	1.318.704	22.020.065	18.785.702
114	Utilização de Serviços de Aconselhamento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	391.795	333.203	977.142	826.558
115	Criação de Serviços de Aconselhamento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	3.024.525	2.670.427	16.162.072	13.062.734
121	Modernização de Explorações Agrícolas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	136.856.009	116.781.167	399.655.056	321.716.947
122	Melhoria do Valor Económico da Floresta - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	46.231	39.296	858.073	670.146
123	Melhoria do Valor Económico da Floresta - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	18.677.151	15.880.557	46.756.749	38.311.279
124	Valor Acrescentado dos Produtos Agrícolas e Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	56.425.942	48.091.162	261.333.675	206.727.672
125	Novos Produtos, Processos e Tecnologias - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	3.086.197	2.623.564	7.083.833	5.886.479
126	Infraestruturas Agrícolas e Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	22.973.849	19.848.774	317.975.653	249.993.690
127	Prevenção de Catástrofes Naturais /Restabelecimento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	4.494.138	3.820.018	19.593.641	15.196.861
131	Cumprimento de Normas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	330	281	412.898	326.240
132	Participação de Agricultores em Sistemas de Qualidade Alimentar - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006			13.763.339	10.204.867
133	Informação e Promoção de Atividades - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	322.269	276.942	1.450.087	1.134.865
2	Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural	307.707.156	261.430.042	1.637.818.271	1.400.619.915
211	Zonas Desfavorecidas - Áreas de Montanha - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	96.122.470	81.726.332	659.398.349	557.318.526
212	Zonas Desfavorecidas - Outras Áreas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	351.672	298.302	6.799.044	6.289.266
214	Zonas Desfavorecidas - Outras Áreas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	15.768.631	13.406.509	108.381.546	91.662.797
216	Pagamentos Agroambientais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	117.910	99.935	2.646.168	2.470.661
221	Investimentos não Produtivos na Agricultura - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	82.407.893	69.908.216	478.212.146	417.332.325
222	Investimentos não Produtivos na Agricultura - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	151.168	98.244	120.387.846	116.737.989
223	Primeira Florestação em Terra Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	13.715.334	11.658.325	23.405.788	19.750.924
225	Primeira Florestação em Terra Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	43.135.808	36.655.596	272.691.434	233.927.380
226	Sistemas Agroflorestais em Terra Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	38.867.267	33.026.327	265.985.345	228.260.236
227	Sistemas Agroflorestais em Terra Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	9.794	8.325	102.827	87.403
228	Primeira Florestação em Terra não Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	3.835.662	3.260.320	11.533.809	9.581.149
229	Primeira Florestação em Terra não Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	1.790.868	1.522.245	8.486.774	7.007.856
230	Pagamentos Ambientais Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	1.549.775	1.318.399	2.959.722	2.474.914
231	Prevenção de Catástrofes Naturais/Restabelecimento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	18.221.385	15.488.356	29.059.719	24.530.735
232	Investimentos não Produtivos Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	32.940.406	27.999.664	52.072.931	43.953.763
3	Qualidade de Vida nas Zonas Rurais e Diversificação da Economia Rural	4.526.213	4.080.688	28.369.227	25.374.787
321	Serviços Básicos para a Economia e População Rural - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	4.861.156	4.363.334	27.557.925	24.727.539
323	Conservação e Património Rural - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	-334.943	-282.646	811.302	647.249
4	LEADER	86.048.389	73.181.507	240.802.930	200.408.159
413	Qualidade de Vida/Diversificação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	69.110.914	58.762.046	181.957.610	151.908.913
421	Cooperação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	3.104.633	2.648.514	8.278.073	6.930.102
431	Custos de Funcionamento, Aquisição Competências, Animação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	13.832.842	11.770.946	50.567.247	41.569.144
	Assistência Técnica	5.889.827	5.006.086	28.661.492	22.689.960
511	Assistência Técnica	5.889.827	5.006.086	28.661.492	22.689.960
	TOTAL	723.862.174	616.480.039	3.272.388.033	2.715.677.410

Quadro 507: Execução financeira – Despesas declaradas – Regiões de Convergência

Un.: euros

EIXOS / MEDIDAS	DESCRIÇÃO	PAGAMENTOS 2013		PAGAMENTOS ACUMULADOS 2007-2013	
		DESPESA PÚBLICA	FEADER	DESPESA PÚBLICA	FEADER
1	Aumento da Competitividade dos Setores Agrícola e Florestal	308.853.246	263.491.124	1.296.176.415	1.038.203.973
111	Formação Profissional e Ações de Informação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	4.969.909	4.245.802	11.806.898	9.854.609
112	Instalação de Jovens Agricultores - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	64.611.716	54.931.576	211.119.166	169.682.783
113	Reforma Antecipada - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	1.542.039	1.310.735	21.686.623	18.491.205
114	Utilização de Serviços de Aconselhamento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	387.213	329.308	972.560	822.662
115	Criação de Serviços de Aconselhamento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	2.857.309	2.528.294	15.499.766	12.542.441
121	Modernização de Explorações Agrícolas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	132.596.514	113.107.062	384.722.205	311.441.612
122	Melhoria do Valor Económico da Floresta - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	18.022.251	15.323.892	44.942.772	36.853.916
123	Valor Acrescentado dos Produtos Agrícolas e Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	53.932.263	45.965.812	248.558.121	198.187.694
124	Novos Produtos, Processos e Tecnologias - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	2.671.254	2.270.862	6.055.083	5.065.477
125	Infraestruturas Agrícolas e Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	22.605.808	19.516.344	317.185.101	249.324.873
126	Prevenção de Catástrofes Naturais /Restabelecimento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	4.334.359	3.684.205	18.767.475	14.693.391
131	Cumprimento de Normas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	342	291	406.949	322.260
132	Participação de Agricultores em Sistemas de Qualidade Alimentar - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006			13.269.967	9.957.546
133	Informação e Promoção de Actividades - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	322.269	276.942	1.183.728	963.503
2	Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural	304.347.846	258.582.417	1.620.030.592	1.387.059.547
211	Zonas Desfavorecidas - Áreas de Montanha - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	96.122.470	81.726.332	659.396.633	557.317.067
212	Zonas Desfavorecidas - Outras Áreas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	15.689.942	13.339.498	107.969.762	91.376.032
214	Pagamentos Agroambientais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	80.277.946	68.105.251	463.633.367	406.275.283
216	Investimentos não Produtivos na Agricultura - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	13.715.334	11.658.325	23.405.788	19.750.924
221	Primeira Florestação em Terra Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	43.018.606	36.556.399	271.336.254	232.918.162
222	Sistemas Agroflorestais em Terra Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	9.794	8.325	102.827	87.403
223	Primeira Florestação em Terra não Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	3.825.032	3.251.285	11.502.638	9.558.997
225	Pagamentos Ambientais Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	1.790.868	1.522.245	8.478.528	7.004.879
226	Prevenção de Catástrofes Naturais/Restabelecimento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	1.549.775	1.318.399	2.959.722	2.474.914
227	Investimentos não Produtivos Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	18.071.437	15.360.900	28.853.538	24.357.705
227	Investimentos não Produtivos Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	32.067.510	27.257.703	50.870.064	42.943.060
3	Qualidade de Vida nas Zonas Rurais e Diversificação da Economia Rural	4.526.213	4.080.688	28.369.227	25.374.787
321	Serviços Básicos para a Economia e População Rural - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	4.861.156	4.363.334	27.557.925	24.727.539
323	Conservação e Património Rural - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	-334.943	-282.646	811.302	647.249
4	LEADER	84.654.269	71.995.580	236.356.425	197.147.462
413	Qualidade de Vida/Diversificação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	68.021.777	57.836.031	178.890.359	149.624.232
421	Cooperação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	3.023.863	2.579.184	7.937.894	6.661.687
431	Custos de Funcionamento, Aquisição Competências, Animação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	13.608.629	11.580.365	49.528.172	40.861.543
	Assistência Técnica	5.889.827	5.006.086	28.661.492	22.689.960
511	Assistência Técnica	5.889.827	5.006.086	28.661.492	22.689.960
TOTAL		708.271.401	603.155.895	3.209.594.150	2.670.475.730

Quadro 508: Execução financeira – Despesas declaradas – Health Check

Un.: euros

EIXOS / MEDIDAS	DESCRIÇÃO	PAGAMENTOS 2013		PAGAMENTOS ACUMULADOS 2007-2013	
		DESPESA PÚBLICA	FEADER	DESPESA PÚBLICA	FEADER
1	Aumento da Competitividade dos Setores Agrícola e Florestal	7.714.805	6.943.325	16.388.561	14.749.705
111	Formação Profissional e Ações de Informação				
112	Instalação de Jovens Agricultores				
113	Reforma Antecipada				
114	Utilização de Serviços de Aconselhamento				
115	Criação de Serviços de Aconselhamento				
121	Modernização de Explorações Agrícolas	5.627.285	5.064.556	10.845.049	9.760.545
122	Melhoria do Valor Económico da Floresta				
123	Valor Acrescentado dos Produtos Agrícolas e Florestais	2.087.521	1.878.769	5.543.512	4.989.161
124	Novos Produtos, Processos e Tecnologias				
125	Infraestruturas Agrícolas e Florestais				
126	Prevenção de Catástrofes Naturais / Restabelecimento				
131	Cumprimento de Normas				
132	Participação de Agricultores em Sistemas de Qualidade Alimentar				
133	Informação e Promoção de Atividades				
2	Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural	-22.028	-19.825	20.808.981	18.728.086
211	Zonas Desfavorecidas - Áreas de Montanha				
212	Zonas Desfavorecidas - Outras Áreas				
214	Pagamentos Agroambientais	-22.028	-19.825	20.808.981	18.728.086
216	Investimentos não Produtivos na Agricultura				
221	Primeira Florestação em Terra Agrícola				
222	Sistemas Agroflorestais em Terra Agrícola				
223	Primeira Florestação em Terra não Agrícola				
225	Pagamentos Ambientais Florestais				
226	Prevenção de Catástrofes Naturais / Restabelecimento				
227	Investimentos não Produtivos Florestais				
3	Qualidade de Vida nas Zonas Rurais e Diversificação da Economia Rural	4.627.036	4.164.332	26.066.055	23.459.449
321	Serviços Básicos para a Economia e População Rural	4.627.036	4.164.332	26.066.055	23.459.449
323	Conservação e Património Rural				
4	LEADER				
413	Qualidade de Vida / Diversificação				
421	Cooperação				
431	Custos de Funcionamento, Aquisição Competências, Animação				
	Assistência Técnica				
511	Assistência Técnica				
TOTAL		12.319.813	11.087.832	63.263.597	56.937.241

Quadro 509: Execução financeira do ProDeR

Un.: mil euros

SUBPROGRAMA / AÇÃO		Eixo COM	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA [a]		CONTRATOS [b]						PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS [c]			
Código Ação PDR	Designação		2007-2013		2013		2007-2013			2013		2007-2013		
			Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER [d]	Nº	Despesa pública	FEADER [d]	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
ProDeR			4.282.019	3.573.777	144.992	860.271	731.807	952.243	4.168.400	3.460.170	723.862	616.480	3.272.388	2.715.677
SP 1	PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE	1	1.790.733	1.452.982	6.616	451.520	384.420	45.587	2.143.260	1.753.283	306.155	261.156	1.276.340	1.016.401
1.1.1	Modernização e capacitação das empresas		744.422	602.583	754	127.166	108.568	5.090	837.163	680.560	106.334	90.860	514.965	406.691
1.1.2	Investimentos de pequena dimensão		48.252	40.275	2.412	23.456	19.938	5.126	49.482	41.321	17.828	15.155	32.168	26.605
1.1.3	Instalação de jovens agricultores		312.912	255.600	2.208	217.042	184.604	7.330	540.279	449.027	127.935	108.863	297.681	242.819
1.2	Redimensionamento e cooperação empresarial		6.887	5.617	0	0	0	2	3.820	3.011	0	0	3.374	2.632
1.3.1	Melhoria produtiva dos povoamentos		63.697	52.769	355	21.438	18.227	1.203	73.143	60.807	17.701	15.051	44.188	36.195
1.3.2	Gestão multifuncional		8.188	6.892	20	898	763	143	4.118	3.433	976	830	2.569	2.116
1.3.3	Modernização e capacitação das empresas florestais		41.484	33.778	34	3.983	3.386	271	41.248	33.578	7.591	6.452	28.199	22.487
1.4.1	Apoio aos regimes de qualidade		15.758	11.900	0	0	0	15.374	16.130	12.217	0	0	13.763	10.205
1.4.2	Informação e promoção de produtos de qualidade		3.436	2.818	0	0	0	12	3.041	2.487	322	277	1.450	1.135
1.5	Restabelecimento do potencial produtivo		31.158	25.027	784	14.358	12.204	1.298	31.559	25.367	4.494	3.820	19.594	15.197
1.6.1	Desenvolvimento do regadio		118.605	95.650	0	0	0	4	113.272	92.180	7.872	6.765	73.583	58.444
1.6.2	Regadio de Alqueva		297.350	237.150	0	0	0	12	314.138	251.639	3.909	3.542	208.650	161.974
1.6.3	Sustentabilidade dos regadios públicos		40.402	34.155	38	41.317	35.143	79	79.757	67.644	6.837	5.835	11.243	9.407
1.6.4	Modernização dos regadios coletivos tradicionais		8.227	6.930	0	0	0	62	7.929	6.677	1.700	1.445	6.683	5.617
1.6.5	Projetos estruturantes		46.574	38.988	11	1.862	1.587	109	27.765	23.007	2.657	2.263	17.817	14.551
1.7	Cumprimento de novas normas obrigatórias		3.382	2.850	0	0	0	9.472	416	329	0	0	413	326

SUBPROGRAMA / AÇÃO		Eixo COM	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA [a]		CONTRATOS [b]						PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS [c]			
Código Ação PDR	Designação		2007-2013		2013		2007-2013		2013		2007-2013			
			Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER [d]	Nº	Despesa pública	FEADER [d]	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
ProDeR			4.282.019	3.573.777	144.992	860.271	731.807	952.243	4.168.400	3.460.170	723.862	616.480	3.272.388	2.715.677
SP 2	GESTÃO SUSTENTÁVEL DO ESPAÇO RURAL		1.421.288	1.199.803	136.516	302.786	257.289	898.308	1.456.875	1.229.668	266.087	226.097	1.234.297	1.040.477
2.1.1	Manutenção da atividade agrícola fora da Rede Natura		646.783	546.406	94.794	91.833	78.081	691.186	674.549	569.618	91.063	77.426	640.157	540.386
2.1.2	Manutenção da atividade agrícola em Rede Natura		117.599	99.321	17.949	20.777	17.664	110.198	127.524	107.779	20.352	17.303	118.150	99.812
2.2.1	Alteração de modos de produção agrícola		204.461	171.053	8.187	47.322	40.155	37.927	236.392	198.215	55.997	47.529	236.353	198.181
2.2.2	Proteção da biodiversidade doméstica		28.369	24.000	4.345	4.460	3.780	23.958	25.428	21.486	5.826	4.942	25.423	21.482
2.2.3	Conservação e melhoramento de recursos genéticos		50.114	42.400	0	0	0	124	49.155	41.586	6.053	5.145	41.396	34.991
2.2.4	Conservação do solo		6.191	5.200	142	791	673	472	2.772	2.294	791	673	2.772	2.295
2.3.1	Minimização dos riscos		36.471	30.873	153	13.043	11.087	484	45.175	38.271	13.271	11.280	21.006	17.728
2.3.2	Ordenamento e reconversão dos povoamentos		69.228	58.750	343	32.410	27.550	682	60.584	51.404	11.274	9.584	17.910	15.131
2.3.3	Valorização ambiental dos espaços florestais		59.186	50.000	350	43.284	36.792	1.315	126.899	107.557	32.748	27.836	51.809	43.731
2.4	Apoio à gestão das ITI (2.4.1)		6.015	5.067	0	0	0	29	1.604	1.321	-335	-283	811	647
	Instrumentos de programação e gestão para ITI (2.4.2)													
	ITI - Investimentos não produtivos (2.4.3-2.4.13)		25.465	21.500	1.247	34.892	29.658	1.969	51.952	44.014	13.908	11.822	23.669	19.974
	ITI - Pagamentos agro e silvoambientais (2.4.3-2.4.13)		171.405	145.233	9.006	13.974	11.850	29.964	54.841	46.121	15.139	12.840	54.839	46.120
SP 3	DINAMIZAÇÃO DAS ZONAS RURAIS		470.945	397.606	1.290	83.244	70.784	4.604	422.367	356.041	90.910	77.545	268.361	225.136
3.1.1	Diversificação de atividades na exploração agrícola		33.389	28.217	101	9.547	8.117	355	30.694	25.939	6.998	5.950	16.282	13.689
3.1.2	Criação e desenvolvimento de microempresas		103.508	86.932	411	24.739	21.030	1.256	84.279	70.600	18.962	16.119	54.578	45.354
3.1.3	Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer		70.119	58.999	180	17.049	14.494	630	63.098	53.040	12.224	10.393	36.381	30.330
3.2.1	Conservação e valorização do património rural		60.101	50.773	326	14.122	12.011	1.020	48.861	41.226	12.591	10.709	28.774	24.153
3.2.2	Serviços básicos para a população rural		66.779	56.086	269	17.585	14.952	1.013	73.762	62.030	18.337	15.591	45.943	38.383
3.4	Cooperação LEADER para o desenvolvimento (cooperação interterritorial e transnacional)		11.902	10.000	3	200	180	230	11.567	9.726	3.105	2.649	8.278	6.930
3.5	Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação		83.577	69.600	0	0	0	94	74.768	62.140	13.833	11.771	50.567	41.569
3.6	Implantação de redes de banda larga de nova geração, em zonas rurais		33.333	30.000	0	0	0	2	32.583	28.999	4.627	4.164	26.066	23.459
3.7	Centros educativos rurais do Algarve		8.235	7.000	0	0	0	4	2.755	2.342	234	199	1.492	1.268

Un.: mil euros

SUBPROGRAMA / AÇÃO		Eixo COM	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA [a]		CONTRATOS [b]						PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS [c]			
Código Ação PDR	Designação		2007-2013		2013			2007-2013			2013		2007-2013	
			Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER [d]	Nº	Despesa pública	FEADER [d]	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
ProDeR			4.282.019	3.573.777	144.992	860.271	731.807	952.243	4.168.400	3.460.170	723.862	616.480	3.272.388	2.715.677
SP 4	PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS		72.877	60.642	560	7.637	6.492	3.694	74.088	61.812	11.938	10.267	37.518	30.728
4.1	Cooperação para a inovação	1	18.100	15.250	126	7.116	6.049	226	17.034	14.344	3.086	2.624	7.084	5.886
4.2.1	Formação especializada		11.783	10.000	0	0	0	106	20.438	17.360	3.845	3.270	7.223	6.127
4.2.2	Redes temáticas de informação e divulgação		9.339	7.573	0	0	0	135	11.261	9.235	1.590	1.370	6.072	4.825
4.3.1.1	Desenvolvimento de serviços de aconselhamento		15.768	12.947	0	0	0	122	10.002	8.077	1.121	976	7.139	5.644
4.3.1.2	Aquisição de serviços de aconselhamento		5.593	4.750	434	521	443	2.961	3.553	3.016	392	333	977	827
4.3.2	Serviços de apoio às empresas		12.293	10.122	0	0	0	144	11.800	9.779	1.903	1.694	9.023	7.419
TR	COMPROMISSOS TRANSITADOS		438.733	390.121	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	42.883	36.409	427.210	380.246
	Medidas agroambientais (RURIS)	2	118.940	115.558	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	151	98	120.388	116.738
	Florestação de terras agrícolas (RURIS)		264.530	227.052	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	38.867	33.026	265.985	228.260
	Indemnizações compensatórias (pagamentos em atraso RURIS)		8.543	7.996	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	476	404	9.472	8.784
	Reforma antecipada (RURIS)	1	38.356	32.671	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	1.551	1.319	22.020	18.786
	Explorações agrícolas (Medida 1 AGRO)		1.122	894	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	46	39	858	670
	Florestas (prémios Medida 3 AGRO e AIBT)		2	7.242	5.950	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	1.791	1.522	8.487
AT	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		87.444	72.623	10	15.084	12.821	50	71.810	59.366	5.890	5.006	28.661	22.690

Notas:

n.a. - não aplicável

[a] - Decisão C(2012) 2071 de 28-03-2012.

[b] - Dados relativos a candidaturas contratadas (enviadas através de webservice para o IFAP) e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados.

[c] - Nos pagamentos estão excluídos os adiantamentos, os pagamentos em processo de recuperação e os pagamentos relativos a IVA de entidades públicas.

[d] - Valor ajustado à taxa de cofinanciamento de 85%.

3.2 Fluxos financeiros com a Comissão Europeia

Quadro 510: Fluxos financeiros com a COM (acumulado)

Un.: euros

Pré-financiamento (7% Fundo 2007-2013) *	PPI Solicitados	PPI Reembolsados	Pagamentos da COM realizados	Pagamentos da COM por satisfazer
(1)	(2)	(3)	(4) = (1) + (3)	(5) = (2) - (3)
242.765.556	2.715.677.410	2.525.374.611	2.768.140.167	190.302.799

* Pago em duas parcelas de 3,5%, i.e., 21382.778 euros cada uma.

Quadro 511: Cumprimento da "regra n+2"

Un.: euros

Pré-financiamento (7% Fundo 2007-2013)	Autorização Orçamental 2007-11	PPI Solicitados	Cumprimento da Regra N+2
(1)	(2)	(3)	(4) = [(1) + (3)] / (2)
242.765.556	2.541.772.329	2.715.677.410	116%

Quadro 512: Pedidos de pagamento intermédios (acumulado)

Un.: euros

Pedidos de Pagamento Intermédios (PPI)		Data	Montante	Reembolsos da COM	Data	Montante
19/2007	3º trimestre	12-12-2007	83.256.792	19/2007	19-12-2007	83.256.792
29/2007	4º trimestre	30-01-2008	24.652.128	29/2007	11-06-2008 16-06-2008	24.277.128 375.000
39/2008	1º trimestre	28-04-2008	115.632.203	39/2008	01-07-2008	115.632.203
49/2008	2º trimestre	17-07-2008	26.865.080	49/2008	18-08-2008	26.865.080
59/2008	3º trimestre	05-11-2008	62.399.635	59/2008	03-12-2008	62.399.635
69/2008	4º trimestre	30-01-2009	93.256.000	69/2008	11-03-2009	93.256.000
79/2009	1º trimestre	27-04-2009	9.921.025	79/2009	04-06-2009	9.921.025
89/2009	2º trimestre	30-07-2009	-718.041	89/2009	21-12-2009	-718.041
99/2009	3º trimestre	10-11-2009	111.355.308	99/2009	21-12-2009	111.355.308
109/2009	4º trimestre	29-01-2010	37.652.534 -1.075.686	109/2009	03-03-2010	36.576.848
119/2010	1º trimestre	30-04-2010	30.643.680	119/2010	25-05-2010	30.643.680
129/2010	2º trimestre	30-07-2010	125.549.019 -562.612	129/2010	16-09-2010	124.986.407
139/2010	3º trimestre	10-11-2010	202.970.482	139/2010	03-01-2011	202.970.482
149/2010	4º trimestre	31-01-2011	81.751.099	149/2010	21-02-2011	81.751.099
159/2011	1º trimestre	15-04-2011	78.830.050 -361.602	159/2011	24-05-2011	78.468.448
169/2011	2º trimestre	25-07-2011	76.370.041	169/2011	24-08-2011	76.370.041
179/2011	3º trimestre	04-11-2011	178.519.424	179/2011	13-12-2011	178.519.424
189/2011	4º trimestre	30-01-2012	175.237.789	189/2011	07-03-2012	175.237.789
199/2012	1º trimestre	30-04-2012	74.659.758 361.651	199/2012	30-05-2012	75.021.409
209/2012	2º trimestre	31-07-2012	139.174.865	209/2012	31-08-2012	139.174.865
219/2012	3º trimestre	09-11-2012	212.571.781	219/2012	12-12-2012	212.571.782
229/2012	4º trimestre	31-01-2013	160.284.966	229/2012	11-03-2013	160.284.966
239/2013	1º trimestre	24-04-2013	75.700.931	239/2013	07-06-2013	75.700.931
249/2013	2º trimestre	29-07-2013	137.022.462 104	249/2013	20-08-2013	137.022.462
259/2013	3º trimestre	08-11-2013	213.453.847	259/2013	02-12-2013	213.453.847
269/2013	4º trimestre	31-01-2014	190.302.696	269/2013		
TOTAL			2.715.677.410		TOTAL	2.525.374.611

1º trimestre: engloba despesas de 1 Jan. a 31 Mar.
2º trimestre: engloba despesas de 1 Abr. a 30 Jun.
3º trimestre: engloba despesas de 1 Jul. a 15 Out.
4º trimestre: engloba despesas de 16 Out. a 31 Dez.

4. RESUMO DAS ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO

4.1 Introdução

De acordo com a Equipa de Avaliadores independentes, a abordagem adotada para a avaliação de 2013, tal como sustentado na Avaliação de 2012, teve por base os seguintes aspetos:

- O Relatório de Execução, cuja elaboração é da responsabilidade da AG, tem-se revelado, de forma sistemática, um documento coeso e aprofundado na análise da dinâmica das medidas, com apresentação clara dos níveis de cumprimento dos vários indicadores do programa (realização, resultado, impacto e específicos do programa) e discussão objetiva das respetivas trajetórias;
- O atual momento da execução do Programa confere uma margem de atuação reduzida para eventuais alterações programáticas, no âmbito do Quadro em curso;
- Entendimento entre a AG e a Equipa de Avaliação quanto à relevância de começar a direcionar os trabalhos de avaliação para as exigências da Avaliação Ex-post (nomeadamente no que se refere à estimativa dos indicadores de impacto e resposta às Questões Específicas).

Ainda que orientada pelos aspetos acima referidos a abordagem acomoda o previsto no número 2 do artigo 86º do Regulamento (CE) 1698/2005.

4.2 Atividades de avaliação realizadas

As atividades de avaliação realizadas contemplaram os seguintes pontos:

- Elaboração das respostas a um conjunto de Questões Específicas. Nesta avaliação foi dado enfoque à elaboração das respostas às Questões Específicas que não foram abordadas na Avaliação de 2012. Em alguns casos procedeu-se à atualização ou desenvolvimento das respostas desenvolvidas na Avaliação de 2012. A resposta foi, em alguns casos, elaborada para o agregado de questões de cada código

COM. A seleção das questões a responder teve por base os seguintes critérios:

- ✓ A questão não foi respondida na Avaliação de 2012. De entre as questões que cumprem este critério destacam-se: COM 211; COM 212; COM 214; COM 216; COM 221; COM 225;
 - ✓ A evolução da trajetória das medidas/ações que integram o código COM justifica atualização da resposta formulada na Avaliação de 2012;
 - ✓ Foi recolhida (ou está em curso a recolha) de informação que pode complementar a resposta desenvolvida na Avaliação de 2012.
- Continuação do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido com vista à estabilização de uma metodologia para a estimativa dos Indicadores de Impacto. Apresentação de constrangimentos, soluções encontradas e estimativas preliminares;
 - Não obstante a dominância dos dois objetivos acima descritos para a Avaliação de 2013, o funcionamento do Programa foi escrutinado visando as exigências que o atual momento do seu período de vida coloca na sua gestão.

4.3 Abordagem Metodologica

O quadro metodológico desenvolvido para responder aos objetivos da Avaliação Anual de 2013 do ProDeR conjugou um conjunto de métodos de recolha e análise de informação complementares. Adotou-se, desta forma, uma abordagem multi-método (análise documental, análise estatística, entrevistas, inquéritos, casos de estudo).

A arquitetura da avaliação articulou elementos quantitativos e qualitativos, tendo sido a avaliação quantitativa complementada com métodos qualitativos sempre que:

- o resultado da análise quantitativa não deu respostas suficientemente significativas;

- não existir outra forma de obter resultados para as questões “porquê” e “como” o Programa produziu determinados efeitos.

No quadro metodológico, a natureza dos eixos sugere aproximações distintas nos métodos concretos. Embora a avaliação tenha sido efetuada com base em procedimentos metodológicos comuns, a estrutura de conteúdos dos instrumentos de avaliação ou a orientação da pesquisa de informação foi ajustada face à especificidade: dos eixos, das medidas e dos tópicos de avaliação. De seguida providencia-se uma visão metodológica mais detalhada por componente do relatório.

- *Avaliação do funcionamento do Programa*

A metodologia aplicada apresenta uma lógica de encadeamento de resultados das várias vertentes da avaliação, tal como sugerido nas fichas de avaliação apresentadas em sede de proposta. Pretendeu-se, portanto, manter, ao nível da medida, aspetos como: conceção e programação, gestão e acompanhamento, divulgação, identificação de pontos fortes e fracos da execução. Ainda que tenha sido a medida/ação o elemento fundamental da análise, as considerações produzidas foram sempre agregadas e discutidas ao nível do subprograma e Programa, dando particular ênfase, à identificação de estrangulamentos e boas práticas na prossecução da cadeia de objetivos (medida/ação, subprograma, Programa). Esta avaliação foi grandemente suportada por análise documental (em particular do Relatório de Execução), entrevistas e casos de estudo.

- *Questões Específicas*

A resposta às questões específicas não pode ser desenquadrada da análise da cadeia de objetivos do programa e do seu impacto (aqui entendido como efeito da intervenção que perdura a médio e longo prazo, podendo ser positivo ou negativo, esperado ou inesperado, indireto ou observado ao nível macroeconómico e social – impactos globais). A elaboração às respostas assentou na análise da eficácia das medidas, em particular, e da arquitetura do Programa como um todo e, foi sempre que necessário, complementada com a opinião de especialistas e tratamento de informação obtida em entrevistas e casos de estudo.

➤ *Indicadores de Impacto*

Neste item o enfoque foi na continuidade do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido com vista à estabilização de uma metodologia para a estimativa dos Indicadores de Impacto. Foram igualmente apresentados constrangimentos, soluções encontradas e, em alguns casos, estimativas preliminares. A estimativa dos indicadores de impacto deriva das Medidas Chave consideradas para cada caso e da definição do contrafactual.

5. MEDIDAS ADOTADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO

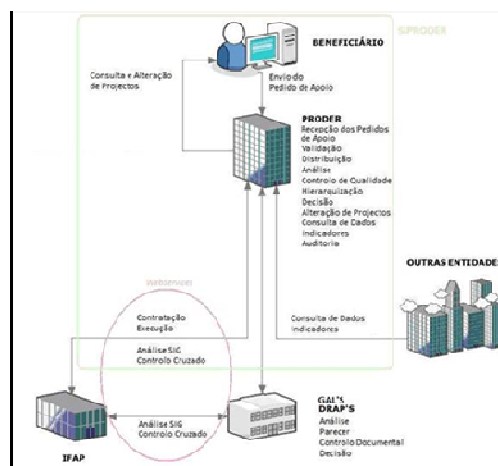
5.1 Medidas de acompanhamento e avaliação

5.1.1 Sistemas de informação

Durante o ano de 2013 o SiProDeR continuou a assegurar a operacionalização do Programa em duas vertentes:

- Operacional, assegurando o ciclo de vida dos pedidos de apoio, desde a sua submissão *on-line*, através do desenvolvimento de formulários específicos, de acordo com cada concurso e medida, até ao seu envio para o Organismo Pagador, passando por todas as fases do *workflow*;
- Estratégica, assegurando a produção e disponibilização de informação de apoio à gestão quer ao nível dos processos de análise, de controlo de qualidade e decisórios, quer no que respeita à disponibilização de indicadores necessários ao acompanhamento, gestão e avaliação da execução do programa; o SiProDeR assegura a articulação da AG, com os beneficiários, com as Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP), com os GAL e com o Organismo Pagador (IFAP), disponibilizando as funcionalidades que se ilustram no esquema seguinte.

Figura 5: Sistemas de informação – arquitetura funcional



De janeiro a dezembro de 2013 foram desenvolvidos todos os instrumentos de suporte aos concursos lançados durante esse período, tendo paralelamente sido otimizadas as ferramentas existentes de suporte às restantes medidas. Entre estas, em janeiro de 2013, dado o esgotamento das verbas do ProDeR, foi necessário efetuar várias alterações ao procedimento de receção de candidaturas, decorrentes da continuação da aceitação de candidaturas que não podiam originar novos compromissos, a saber:

Receção de Candidaturas sem Dotação

- Alteração dos formulários, para darem a indicação das condições em que as candidaturas eram recebidas;
- Alteração dos recibos de candidatura, incorporando as instruções subsequentes à sua aceitação condicional;
- Alteração da receção das candidaturas, colocando-as numa situação especial;
- Alteração do Balcão do Beneficiário, para inibir as funcionalidades que não envolviam candidaturas nesta situação especial.

Tendo em consideração a elevada taxa de execução do Programa e a preocupação cada vez mais premente com o seu encerramento, foi dada particular importância às tarefas relacionadas com a “Operação Limpeza” e com os indicadores financeiros. Foram assim efetuados os seguintes desenvolvimentos neste âmbito:

“Operação Limpeza”

- Inclusão da validação das condicionantes pré-contratuais nos procedimentos da “Operação Limpeza”;
- Operacionalização do encerramento compulsivo dos projetos que ultrapassaram a data de fim da execução e que ainda não efetivaram o devido encerramento;

- Operacionalização das situações que dão origem à resolução contratual dos projetos que ultrapassaram a data de fim de execução e que não executaram os projetos;

Indicadores Financeiros

- Consolidação da base de dados para distribuir os compromissos de cada projeto por medidas ProDeR, por medidas da Comissão e por região de convergência/não convergência de forma a permitir uma rápida consulta dos valores. Neste processo foram também incluídos os projetos registados no SILEADER;
- Desenvolvimento de quadros para monitorização do *overbooking* dando a perspetiva das medidas ProDeR e das medidas da COM;
- *Refactory* do quadro de compromissos por medida da COM.

Para além dos desenvolvimentos já referidos (“Operação Limpeza”, Indicadores e operacionalização dos concursos), foram efetuados outros com o objetivo de otimizar processos já existentes ou dar resposta a novas necessidades que foram surgindo, desenvolvimentos esses que se apresentam em seguida.

Outros Desenvolvimentos

- Automatização da notificação da decisão, através de envio de e-mail. No Balcão do Beneficiário, disponibilização do detalhe da decisão e possibilidade do beneficiário aceitar os seus termos;
- Automatização da comunicação das decisões de audiência prévia (AP3) através de envio de e-mail;
- Operacionalização da resposta às condicionantes pré-contratuais no Balcão do Beneficiário e operacionalização da respetiva análise no SIProDeR;
- Desenvolvimento, no Balcão do Beneficiário, de funcionalidade de recuperação ou alteração de *password*;
- *Refactory* da funcionalidade de validação do e-mail dos beneficiários;

- Aplicação de limitações à submissão de pedidos de alteração no Balcão do Beneficiário, tendo em consideração a situação dos projetos;
- Operacionalização do cálculo do prémio de instalação da medida 1.1.3, em sede de análise de alterações aos projetos;
- Operacionalização do cálculo dos prémios “Perca de Rendimento e de Manutenção”, da medida 2.3.2.2, em sede de análise de alterações aos projetos;
- No âmbito dos indicadores de gestão foram efetuados vários desenvolvimentos, a saber:
 - ✓ *Refactory* do processo de regionalização;
 - ✓ Desenvolvimento de mapa de compromissos por região;
 - ✓ Desenvolvimento de quadro de monitorização dos pedidos de pagamento em análise.
- No core do SIProDeR foram efetuados os seguintes desenvolvimentos:
 - ✓ Definição de perfis predefinidos na gestão de utilizadores, para atribuição de privilégios aos utilizadores;
 - ✓ Criação do conceito de coordenador das DRAPs e do ST-PRODER;
 - ✓ Integração, entre o SGO e o módulo de alterações, da autenticação dos utilizadores;
 - ✓ Criação de mecanismo de disponibilização/disseminação de informações para os utilizadores do SIProDeR;
 - ✓ Mecanismo de consulta de detalhe de projeto para projetos importados do SILEADER;
 - ✓ *Refactory* dos recibos de candidatura;
 - ✓ Automatização do envio para contratação deixando de ser necessária a intervenção humana no processo;
 - ✓ Automatização do processo de hierarquização dos projetos, permitindo agilizar o processo de decisão;

No âmbito das tarefas do SIProDeR e para efeitos de contratação, pedidos de pagamento e acompanhamento da execução dos projetos, o SIProDeR articula-se através de mecanismos informáticos com o Organismo Pagador da seguinte forma:

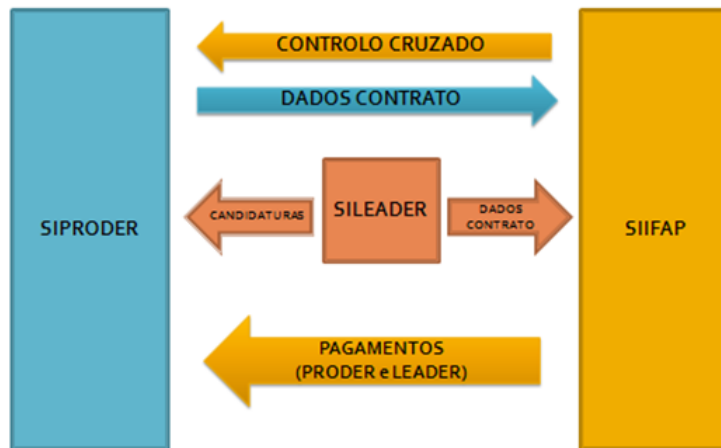
- *Web Service* de Controlo Cruzado - utilizado para recolher dos sistemas do OP informação sobre os promotores, relevante para o processo de análise;
- *Web Service* de Contratação - utilizado para envio de dados de contratação dos projetos aprovados pela AG;
- *Web Service* de Alterações - utilizado para o envio dos dados dos projetos resultantes das alterações solicitadas pelos beneficiários e decididas pela AG;
- *Web Service* de Retorno - mecanismo utilizado para recolha dos dados de execução financeira dos projetos, de forma a permitir o acompanhamento pela AG;

No âmbito de consolidação de toda a informação referente aos ProDeR numa base de dados única, o SIProDeR integra com o SILEADER, recolhendo toda a informação relevante dos projetos aí geridos (informação financeira e informação de indicadores físicos). Esta integração é realizada da seguinte forma:

- *Web Service* de Projetos - fornece a informação de todos os projetos registados no SILEADER incluindo o seu estado e respetivos compromissos;
- Acesso direto à base de dados (BD) do SILEADER - para consulta e importação dos dados referentes aos indicadores físicos.

Na figura seguinte ilustram-se os mecanismos de integração entre o SIProDeR e os sistemas referidos:

Quadro 513: Integração do SIProDeR com outros Sistemas



No quadro abaixo identificam-se todos os módulos do SIProDeR e respetivas funcionalidades disponíveis.

Quadro 514: Sistemas de informação – Módulos do SIProDeR

Módulos	
Segurança	<ul style="list-style-type: none"> Autenticação Gestão de Utilizadores
Área do Beneficiário	<ul style="list-style-type: none"> Submissão de Pedido de Apoio Receção de credenciais de acesso ao balcão Balcão do Beneficiário <ul style="list-style-type: none"> Consulta e alteração de dados pessoais Consulta e alteração de Pedido de Apoio Envio de documentos de suporte Tomada de conhecimento da decisão Preenchimento de indicadores de resultado
Área do Técnico	<ul style="list-style-type: none"> Dashboard Pedidos de Apoio para analisar/decidir Análise e Parecer Consulta detalhe do Pedido de Apoio
Receção de Pedidos de Apoio	<ul style="list-style-type: none"> Receção e tratamento dos Pedidos de Apoio Validação automática dos Pedidos de Apoio
Distribuição de Pedidos de Apoio	<ul style="list-style-type: none"> Distribuição automática Distribuição por organismo Distribuição por técnico
Análise	<ul style="list-style-type: none"> Detalhe do Pedido de Apoio Análise FACI Análise SIG Análise de Grupo Controlo Documental Controlo Cruzado Controlo Qualidade Parecer Parecer superior Despacho Audiência Prévia Validação das condicionantes pré-contratuais
Controlo de Qualidade ST-PRODER/DRAPS	<ul style="list-style-type: none"> Gestão de Lotes Seleção de Pedidos de Apoio Análise e parecer
Decisão de Pedidos de Apoio	<ul style="list-style-type: none"> Seleção Hierarquização Decisão Comunicação da decisão Conhecimento da decisão Resposta à decisão
Contratação	<ul style="list-style-type: none"> Validação da informação Envio para Organismo Pagador
Indicadores de Gestão	<ul style="list-style-type: none"> Quadros de Monitorização dos Pedidos de Apoio Quadros Financeiros Quadros Físicos Quadros de Monitorização de tarefas Indicadores de resultado
Operação Limpeza	<ul style="list-style-type: none"> Registo de Pedidos de Apoio Notificação dos Promotores Análise e acompanhamento Desistência, Encerramento Compulsivo e Resolução contratual
Administração	<ul style="list-style-type: none"> Gestão de workflow Gestão de utilizadores Gestão de perfis de acesso Monitorização e controlo
Auditoria	<ul style="list-style-type: none"> Auditoria de Consultas e Escritas fora do contexto aplicacional Contratação Evolução de um Pedido de Apoio no workflow
Interoperabilidade	<ul style="list-style-type: none"> Comunicação informática com outros sistemas <ul style="list-style-type: none"> IDIGITAL SILEADER

O SIProDeR deu também em 2013 todo o suporte à atividade desenvolvida pela AG no âmbito de processos de auditoria e segurança, bem como no que respeita à articulação técnica com o OP.

O SIProDeR garante ainda o suporte à área operacional do Programa, sendo para o efeito respeitada a metodologia de trabalho definida, quer relativa ao registo e acompanhamento de ocorrências, através da plataforma de gestão utilizada para o efeito, quer à entrada em produção de novas funcionalidades ou ajustamentos decorrentes de alterações efetuadas, como sejam carregamentos de dados, indicadores, mapas de monitorização, circuitos decisórios, notificações eletrónicas e integração do Web service.

Durante o ano de 2013 deu-se continuidade ao trabalho de adequação aos critérios estabelecidos na norma internacional ISO/IEC 27002, referente às práticas de gestão da segurança da informação do ProDeR. Neste sentido foram efetuadas as seguintes tarefas:

- Atualização do inventário de ativos;
- Atualização do relatório de avaliação de risco;
- Revisão do plano de segurança;
- Revisão do plano de continuidade;
- Promoção da guarda do correio eletrónico em servidor para realização de backups automáticos;
- Participação na criação de norma que define a atribuição de acessos a redes e postos de trabalho;
- Garantia do *follow up* da auditoria informática realizada pelo IFAP.

Em 2013, por força do termo de contrato do serviço de *hosting* em vigor, foi realizado, sob a responsabilidade do SIProDeR, um procedimento de aquisição de serviços para garantir a sua continuidade, tendo sido ganho por um operador diferente do que prestava o serviço até então. Consequentemente, em agosto de 2013, realizou-se a migração de toda a infraestrutura de servidores do SIProDeR para o novo operador de serviços. Esta migração foi efetuada sob a supervisão do SIProDeR e ocorreu sem problemas ou quebras

de serviço de relevo, não tendo sido notado nenhum impacto especial no normal funcionamento dos serviços.

De acordo com a informação transmitida pelo Organismo Pagador, em 2012 foram introduzidas melhorias no respetivo sistema de Informação, designadamente:

- Colocação em produção do módulo de controlo de qualidade aos pagamentos;
- Disponibilização de uma aplicação (ACPEJA) que permite efetuar o registo de informação pertinente para avaliação do plano empresarial dos jovens agricultores;
- Criação de um módulo de registo das visitas de verificação física no local (VFL);
- Implementação de novas regras de validação no *Web service* de contratação;
- Alterações diversas ao *web service* de retorno de dados no quadro de articulação com a Autoridade de Gestão do PRODER;
- Criação no módulo iDigital da Ficha de Responsabilidade do Beneficiário (FRB), que permite de forma simples, obter toda a informação relevante associada a um beneficiário;
- Desenvolvimento de tarefas complementares visando o registo/acompanhamento das obrigações contratuais complementares, no quadro do encerramento das operações;
- Inclusão de novos detalhes de movimentos na listagem "Consulta de Movimentos da Operação/Pedidos de Pagamento";
- Criação de condições técnicas para o cumprimento da regra n+2 nos programas FEADER.

5.1.2 Relacionamento com os GAL

A recuperação dos níveis de execução do SP3 constituiu uma das preocupações centrais da AG ProDeR no quadro da coordenação e articulação com os GAL, ao longo de todo o ano. Nesse sentido, a Gestora participou em 3 reuniões gerais com os GAL, cuja agenda se focou no incremento da execução e na monitorização pela AG desse indicador, que é decisivo para evidenciar a plena implementação do SP3 no atual cenário de execução de todo o ProDeR.

5.1.2.1 Protocolo e sistemas de informação

Em termos de relacionamento com os GAL, manteve-se o estreito contato entre a AG e a Federação Minha Terra enquanto interlocutor nacional dos GAL, com o objetivo de acompanhar a implementação das medidas do subprograma 3, quer as de gestão delegada nos GAL, medidas 3.1 e 3.2, quer em relação às medidas nas quais os GAL são promotores, ou seja, a medida 3.4 - "Cooperação LEADER para o Desenvolvimento" e medida 3.5 - "Funcionamento dos GAL, Aquisição de Competências e Animação".

Continuaram a decorrer as visitas de auditoria e acompanhamento aos GAL, tendo como objetivos principais a verificação, in loco, do cumprimento das regras estabelecidas nos normativos, nomeadamente a validação dos procedimentos aprovados e em vigor nos GAL, a manutenção das condições que levaram ao seu reconhecimento, enquanto organismos intermédios de gestão e o esclarecimento das dúvidas que existam.

5.1.2.2 Sistema de supervisão LEADER

Nos termos do art.º 28-F do Regulamento (CE) n.º 65/2011, de 27 de Janeiro de 2011 (anterior art.º 33º do Regulamento (CE) n.º 1975/2006, de 7 de Dezembro de 2006), o Estado-Membro é responsável por verificar se os GAL têm a capacidade administrativa e de controlo necessária para a realização dos controlos administrativos inerentes às competências referidas nos parágrafos seguintes.

Nos termos da Portaria n.º 392-A/2008, de 4 de Junho, são os agentes locais, através dos GAL, que gerem a aplicação das medidas 3.1 “Diversificação da atividade económica e criação de emprego”, e 3.2 “Promoção da qualidade de vida das populações nos seus territórios”. Consequentemente é competência dos GAL definir os critérios de seleção a aplicar, analisar e decidir sobre a admissibilidade e o mérito dos PA apresentados às medidas 3.1 e 3.2, assegurando que as operações sejam hierarquizadas em conformidade com os critérios de elegibilidade definidos nas portarias regulamentadoras e com os critérios de seleção definidos para cada concurso, bem como de acordo com as orientações técnicas definidas pela AG do ProDeR.

A AG do ProDeR procede a controlos regulares dos procedimentos de análise e decisão dos PA, nomeadamente, controlos dos registos desses procedimentos e repetição dos respetivos controlos administrativos por amostragem.

É ainda competência dos GAL analisar os Pedidos de Pagamento (PP) apresentados pelos beneficiários dos PA aprovados nas duas referidas medidas, verificando a sua elegibilidade. Sendo, no caso dos pedidos de pagamento (PP), cabe ao OP (IFAP I.P.) proceder à repetição dos respetivos controlos administrativos por amostragem.

Assim, no ano de 2013, o Secretariado Técnico de Auditoria e Controlo (STA) desenvolveu os seus trabalhos de Controlo de Qualidade sobre os procedimentos de análise e decisão dos PA apresentados aos GAL, segundo a metodologia definida, controlos por amostragem de confirmação da verificação do cumprimento das condições de elegibilidade dos PA consideradas como chave, dos procedimentos, normativos e critérios de avaliação definidos. O trabalho de incidiu ainda sobre a verificação da correta evidência do ciclo administrativo dos procedimentos de análise e decisão dos PA.

As ações de controlo dividiram-se entre ações de controlo em gabinete e visitas de acompanhamento realizadas junto da ETL dos GAL. No âmbito das duas ações, foram controlados 39 GAL, 25 dos quais em sede de visita de acompanhamento. Neste período foram selecionados para controlo 181 PA, dos quais 153 PA foram selecionados em sede de visita e 28 PA para ações de controlo em gabinete. Num universo de cerca de 1.290 PA contratados em 2013, o controlo representa uma taxa de 14%.

Relativamente aos resultados de controlo entre as medidas 3.1 e 3.2, registamos para a medida 3.1, 81 PA (86%) com resultado "Conforme" e 13 PA (14%) com resultado "Insuficiente". Quanto à medida 3.2, registamos 67 PA (77%) com resultado "Conforme", 17 PA (20%) com resultado "Insuficiente", e 3 PA (3%) com resultado "Não Conforme".

Destes 181 PA objeto de controlo de qualidade, foram considerados 148 PA (82%) com resultado "Conforme", 30 PA (17%) com resultado "Insuficiente", e 3 PA (2%) com resultado "Não Conforme". De onde se pode observar uma melhoria de 5 pontos percentuais, face aos resultados do controlo registados no ano anterior.

Quanto aos tipos de insuficiências registadas no período, as com maior incidência foram as associadas com insuficiências na verificação do cumprimento de critérios de elegibilidade, relacionados com: situação económica e financeira equilibrada, fontes de financiamento da componente privada dos investimentos, avaliação da razoabilidade dos custos, enquadramento na ação, e por último, avaliação da viabilidade e da sustentabilidade das operações.

Em sequência das visitas de acompanhamento e dos controlos em gabinete realizados, foram produzidos relatórios detalhados e enviados para cada um dos GAL. Constando desses relatórios, para além dos resultados detalhados do controlo, foram emitidas um conjunto de recomendações, com vista difundir as boas práticas e as metodologias mais adequadas de verificação das condições de elegibilidade dos PA, para que as mesmas fossem refletidas nas análises dos pedidos de apoio.

No sentido de aumentar a eficiência e a eficácia deste tipo de controlo de qualidade, e implementadas e introduzidas melhorias na aplicação dos procedimentos, foram ainda promovidas 3 sessões técnicas de trabalho – Norte, Centro e Sul, dirigidas a todos os GAL. Essas sessões incidiram sobre a divulgação dos resultados do controlo de qualidade efetuado em 2012, incluindo a identificação das principais insuficiências encontradas, indicando quais as melhores práticas que devem ser asseguradas. Nestas 3 ações estiveram presentes, 39 GAL, com a presença de 93 participantes, entre dirigentes, coordenadores e técnicos analistas.

Nessas sessões de trabalho, foi também incluído, um outro conteúdo formativo relacionado com o “Sistemas de Auditoria e Controlo FEADER”, no sentido de dar a conhecer os vários tipos de auditorias a que o fundo FEADER está sujeito, sensibilizar os técnicos analistas da importância do registo detalhado das evidências em sede de controlo administrativo e emissão de parecer, por forma existir uma pista de auditoria adequada, assim como evidenciar do impacto financeiro para a execução do Programa e do orçamento nacional, caso sejam encontradas irregularidades durante as mesmas.

5.1.3 Sistemas de controlo

5.1.3.1 Controlos efetuados pela Autoridade de Gestão

Em 2013, foi dada continuidade ao procedimento de controlo implementado em 2009, com o objetivo da AG assegurar a aplicação uniforme das normas de procedimentos e respetiva conformidade no processo de análise e controlo documental dos pedidos de apoio, analisados nas DRAP e no STPRODER.

O controlo de qualidade procedeu assim à análise semanal de, pelo menos, 5% do número total de PA com parecer favorável e desfavorável emitido pelas DRAP e pelo STPRODER.

Durante o ano de 2013, os resultados obtidos pelo CQ realizado no STA, tendo em conta o parecer proposto pelas DRAP e pelo STPRODER, de favorável/desfavorável, foram os seguintes:

Quadro 515: Resultados do Controlo de Qualidade (ano)

Sentido do parecer emitido pelas DRAP	Nº PA	Amostra		Resultados do CQ					
		Nº PA	%	Conforme	%	Insuficiente	%	Não Conforme	%
PA favoráveis	8.450	447	5%	394	88%	53	12%	0	0%
PA desfavoráveis	1.090	76	7%	73	96%	3	4%	0	0%
Total	9.540	523	5%	467	89%	56	11%	0	0%

Dos 523 PA controlados foram detetadas insuficiências em apenas 56 PA (11%), que foram devolvidos à entidade analista para correção, não tendo existido nenhum identificado como não conforme. De assinalar, que se manteve a tendência decrescente da taxa de insuficientes, que passou de 14% em 2012 para 11%.

Relativamente às medidas/ações, nas quais se registaram maior número de erros, identificamos a ação 1.1.2 – “Investimentos de Pequena Dimensão” e a ação 1.1.3 – “Instalação de Jovens Agricultores”.

Quanto aos tipos de erros mais assinalados em 2013 neste tipo de controlo, no que diz respeito à análise técnica, identificamos de maior incidência o requisito de análise: “Avaliação e Razoabilidade dos Custos”, pelo facto da razoabilidade dos investimentos apresentados para cofinanciamento, não estar devidamente justificada no parecer emitido ou então apresentavam valores diferentes dos constantes nos orçamentos.

Decorrente da análise documental, a insuficiência “Orçamentos para Todos os Dossiers de Investimento”, foi a que colheu maior expressão, constituindo, assim, o principal motivo de devolução.

Quadro 516: Controlo de Qualidade – Distribuição por DRAP dos PA devolvidos e peso na amostra (2010 a 2013)

PA devolvidos		DRAP					ST PRODER	Total
		Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve		
2010	Nº	38	18	20	10	8	0	94
	%	15%	18%	18%	10%	24%	0%	16%
2011	Nº	27	12	7	5	3	1	55
	%	14%	18%	18%	10%	18%	14%	15%
2012	Nº	16	6	8	7	13	0	50
	%	12%	7%	13%	11%	57%	0%	14%
2013	Nº	30	8	7	10	1	0	56
	%	11%	8%	13%	12%	17%	0%	11%

Pela observação do quadro, verificamos que a taxa de devolução face ao número total da amostra de PA selecionados para controlo manteve a sua tendência descendente.

A atividade de controlo de qualidade exercido pelas 4 equipas regionais, criadas e formadas para o efeito, operando na DRAPN, DRAPC, DRAPLVT e DRAPALE, teve o seu término no 1º trimestre de 2013, uma vez que existiu a necessidade de alocar os recursos humanos especializados que estavam a ser utilizados nesta tarefa, para atividades relacionadas com a aprovação de candidaturas, cujo volume em análise este ano era significativo. Assim sendo, foram somente controlados por estas equipas, nesse período, 18 PA, com um único PA com insuficiência.

Os resultados do controlo de qualidade continuaram a ser comunicados semanalmente às DRAP, incluídos no procedimento da consulta escrita das Decisões dos PA, e apresentadas estatísticas globais nas reuniões da AG, assim como divulgado o relatório de execução anual.

Para além destes procedimentos, sempre que pertinente procedeu-se à divulgação dos erros das boas práticas, através de comunicações via email para todas as DRAP. Foram objeto de particular atenção as matérias relativas à elegibilidade do IVA e à avaliação da razoabilidade dos custos.

5.1.3.2 Controlos efetuados pelo IFAP, pela IGAMAOT e pela IGF

Em termos da atividade de controlo regulamentar, foram realizados os trabalhos de Certificação de Contas do OP no âmbito do Regulamento da Comissão n.º 885/2006, de 21 de Junho, pela autoridade competente e de auditoria, a IGF (Inspeção-Geral de Finanças). Na sequência dos seus planos anuais de controlos, foram realizados os controlos de natureza física específicos do FEADER, previstos no Regulamento (CE) n.º 65/2011, nomeadamente, o controlo in loco (artigo 26º) e o controlo ex post (artigo 29º) realizados pelo IFAP e IGAMAOT (Inspeção-Geral de Agricultura do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território), respetivamente.

5.1.3.3 Auditorias

Em termos da preparação e valorização dos recursos humanos, afetos à atividade de análise e controlo administrativo dos PA, foi considerado relevante pela área de auditoria e controlo da AG, promover junto das DRAP e GAL, uma ação de formação dedicada aos "Sistemas de Auditoria e Controlo FEADER".

Estas ações visaram dar a conhecer os vários tipos de auditorias ao fundo FEADER, sensibilizar os técnicos analistas da importância do registo detalhado das evidências do trabalho realizado em sede do controlo administrativo e emissão de parecer, por forma a existir uma pista de auditoria adequada, assim como evidenciar do impacto financeiro para a execução do programa e do orçamento nacional, caso sejam encontradas irregularidades durante as mesmas. Foram assim efetuadas as seguintes ações:

DRAP: 5 Ações de Formação, com 112 participantes;

GAL: 3 Ações de Formação, com 93 participantes e 39 GAL.

Em 2013 foram realizadas as seguintes auditorias, promovidas pelas entidades responsáveis:

➤ DG-AGRI:

- ✓ Inq. RD3/2013/004/PT – Auditoria realizada de 23 a 27 de setembro de 2013, que incidiu sobre o eixo 4 (LEADER) do PRODER, para verificar se os sistemas de gestão, controlo e sanções, em vigor, observam o disposto na regulamentação comunitária aplicável.
- ✓ Inq. IR/2013/001/PT – Auditoria realizada entre 29 de julho e 1 de agosto de 2013, relativa ao IFAP, sobre os aspetos referentes à conformidade do sistema de gestão das dívidas e da elaboração do quadro do anexo III do Regulamento (CE) n.º 885/2006 transmitido à Comissão em fevereiro de 2013 e em anos anteriores.

- IGAMAOT:
 - ✓ Auditoria de sistema às medidas do ProDeR com intervenção dos GAL – Processo n.º AC/000040/12.
- Tribunal de Contas Europeu (TCE):
 - ✓ Auditoria no contexto da DAS 2012, relativa ao FEADER – Processo n.º 18/2012 (Fevereiro de 2013).

5.1.4 Alterações a Portarias

No decurso deste ano foram alteradas algumas das Portarias que aprovaram os regulamentos de aplicação das ações ProDeR com o objetivo de conformar as suas regras com outras alterações legislativas, nomeadamente as que se verificaram na regulamentação comunitária aplicável ao programa.

Ações 2.2.1, «Alteração de modos de produção agrícola», 2.2.2, «Proteção da biodiversidade doméstica», e 2.2.4, «Conservação do solo», integradas na medida 2.2, «Valorização de modos de produção», do subprograma 2 «Gestão sustentável do espaço rural»

A Portaria n.º 47/2013, de 4 de fevereiro, alterou a Portaria n.º 229-B/2008, de 6 de Março, (na redação dada pelas Portarias n.ºs 1348/2008, de 26 de novembro, 427-A/2009, de 23 de abril, e 814/2010, de 27 de agosto), que aprovou o Regulamento de Aplicação das ações 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4 do ProDeR.

As alterações introduzidas em sede de reduções e exclusões pelo Regulamento (UE) n.º 65/2011, de 27 de janeiro, conduziram à necessidade de rever, adequar e simplificar o regime sancionatório das ações, e ajustou-se ainda o período de prolongamento dos compromissos e o conceito de “alteração de pouca importância”, em conformidade com as alterações ao

Regulamento (UE) n.º 679/2011, de 14 de julho, que alterou o Regulamento (CE) n.º 1974/2006, de 15 de dezembro.

Componentes Agro ambientais e Silvo ambientais da medida 2.4, “Intervenções Territoriais Integradas”, do subprograma 2 “Gestão sustentável do espaço rural”

Em 4 de fevereiro, foi publicada a Portaria n.º 49/2013, alterando a Portaria n.º 232-A/2008, de 11 de março (na redação dada pelas Portarias n.ºs 964-A/2008, de 28 de agosto, e 1234/2010, de 10 de dezembro), que aprovou o Regulamento de Aplicação das Componentes Agro ambientais e Silvo ambientais da Medida 2.4.

Com efeito, a publicação do Regulamento (UE) n.º 65/2011, de 27 de janeiro, a par da necessidade de clarificar e simplificar o regime sancionatório destas ações, obrigou à revisão e adequação desse regime nos casos de reduções e exclusões por incumprimento de requisitos mínimos, de critérios de elegibilidade, compromissos e outras normas obrigatórias. Ajustou-se também o conceito de “alteração de pouca importância”, definido no Regulamento (UE) n.º 679/2011, de 14 de julho e procederam-se a acertos na redação de algumas ações, para aclarar a aplicação dos critérios de elegibilidade e a execução dos compromissos, necessidade revelada no acompanhamento da execução da medida durante a última campanha agrícola.

Por outro lado, a operacionalização das alterações introduzidas pelas Portarias n.ºs 47/2013, de 4 de fevereiro e 49/2013, de 4 de fevereiro, às Portarias n.ºs 229-B/2008, de 6 de março, e 232-A/2008, de 11 de março, referidas nos antecedentes pontos 1 e 2, suscitaram dúvidas de interpretação, que a Portaria n.º 137/2013, de 1 de abril veio posteriormente clarificar, com vista a uma melhor compreensão do regime por todos os seus destinatários.

Ações 3.1.1, «Diversificação de Atividades na Exploração Agrícola», 3.1.2, “Criação e Desenvolvimento de Microempresas”, e 3.1.3, “Desenvolvimento de Atividades Turísticas e de Lazer”, da medida 3.1 “Diversificação da

Economia e Criação de Emprego”, do subprograma 3 “Dinamização das zonas rurais”

No âmbito do processo transversal de simplificação dos procedimentos de candidatura aos apoios, ocorrido em 2010, o Regulamento de aplicação da medida 3.1, aprovado pela Portaria n.º 520/2009, de 14 de maio, previa que os beneficiários candidatos enquanto pessoas singulares, só tinham obrigação de se constituir na forma de sociedade unipessoal ou estabelecimento individual de responsabilidade limitada, após a aprovação do pedido de apoio, evitando o ónus de despesas de constituição societária, inúteis em caso de recusa do projeto.

Veio porém, a constatar-se que esta obrigação era essencial para pessoas singulares que ainda não tivessem iniciado a sua atividade, mas deixava de fora a figura do empresário em nome individual, que devia ser igualmente incluída como beneficiário. Esta alteração foi introduzida pela Portaria n.º 149/2013, de 15 de abril, regularizando várias situações de contratação que se encontravam pendentes.

Medida 1.6 “Regadio e outras infraestruturas coletivas”, inserida no subprograma 1 “Promoção da competitividade”

Os Regulamentos de aplicação das ações referentes ao regadio 1.6.1, 1.6.2, 1.6.3, 1.6.4 e 1.6.5, aprovados pelas Portarias n.ºs 820/2008, de 8 de agosto, 964/2008, de 28 de agosto, 1137 -A/2008, de 9 de outubro, 842/2009, de 4 de agosto e 1037/2009, de 11 de setembro, respetivamente, (com as últimas redações dadas pelas Portarias n.º 814/2010, de 27 de agosto e n.º 228/2011, de 9 de junho), estabeleceram como custos elegíveis as revisões de preços decorrentes da legislação aplicável, até ao limite de 5 % do montante sujeito. De facto, no propósito de repor o equilíbrio financeiro dos contratos, dentro dos parâmetros legais previstos, o Código dos Contratos Públicos (CCP) admite a possibilidade da revisão de preços desde que o contrato o permita e estipule os respetivos termos, nomeadamente, o método de cálculo e a periodicidade.

Na medida em que, os termos em que esta matéria foi definida nas portarias acima identificadas, se apresentavam, injustificadamente, mais restritivos

que a lei geral aplicável, decidiu-se harmonizar a regulamentação e remeter apenas para o enquadramento legal previsto no CCP.

Para tanto, a Portaria n.º 152/2013, de 17 de abril alterou todas as portarias do regadio, determinando a elegibilidade das revisões de preços decorrentes da legislação aplicável.

Alterações transversais

Os regulamentos de aplicação das medidas, ações e subações do ProDeR, excluindo as ações enquadradas no Pedido Único (PU), fixam, de forma transversal, valores mínimos do custo total elegível dos investimentos propostos e apurados na análise do pedido de apoio, como critério de elegibilidade das operações. Estão também fixados os limites máximos para o valor elegível de algumas despesas, designadas como “variáveis”, porquanto calculadas em função de uma percentagem do valor total elegível de parte ou da totalidade das despesas elegíveis da operação.

Em virtude das mudanças graves e profundas ocorridas desde o início do Programa, no contexto da atual crise económica e financeira do país, verificou-se, num leque considerável de operações, que alguns dos investimentos realizados foram concluídos por custos inferiores aos inicialmente previstos e aprovados.

Esta alteração das condições de realização dos investimentos, afetou transversalmente todos os projetos aprovados no ProDeR e obrigou os beneficiários a fazer adaptações, para conseguir prosseguir e viabilizar a execução dos seus projetos.

Neste enquadramento, considerou-se que tais adaptações, se devidamente justificadas pelos beneficiários e desde que não afetassem substantivamente o objeto e os objetivos dos projetos em questão, deveriam ser aceites.

Com este propósito, a Portaria n.º 253/2013, de 7 de agosto, alterou as Portarias regulamentadoras das ações 1.1.1, 1.1.3, 1.3.1, 1.3.2, 1.3.3, 1.6.1, 1.6.2, 1.6.3, 2.3.1, 2.3.3, 3.1.1, 3.1.2, 3.1.3, 3.2.1, 4.1, 4.2.2, 3.4.1, 3.4.2, 4.3.2, 1.6.4, 1.6.5, subação 2.2.3.1 e medidas 3.6 e 3.7, para, nos casos em que o beneficiário executou o projeto por custos inferiores aos aprovados, mas salvaguardou a sua concretização, permitir a aceitação da

execução inferior ao limite mínimo do valor do investimento elegível previsto, mantendo os valores aprovados para as despesas variáveis, geralmente executadas logo no início das operações.

5.2 Problemas mais importantes verificados na gestão do Programa

5.2.1 Monitorização dos projetos aprovados - “Operação Limpeza”

5.2.1.1 Projetos aprovados sem execução

O processo de monitorização dos projetos aprovados sem execução, em curso desde início de 2011, continuou, em 2013, a relevar-se determinante no contexto da boa execução do Programa.

O resultado do trabalho de avaliação permanente e rigorosa das situações em que se verifica que os beneficiários não têm condições para executar os investimentos aprovados, tem-se revelado fundamental para assegurar que o objetivo do pleno aproveitamento do envelope financeiro do ProDeR seja totalmente atingido em tempo útil.

As verbas libertadas pelos projetos desistidos continuaram a permitir manter em aberto, até fevereiro de 2013, as medidas ProDeR com maior adesão, designadamente a instalação de jovens agricultores, as medidas dirigidas aos investimentos florestais e aos investimentos agrícolas e agroindustriais, e foram sendo reutilizadas ao longo de todo o ano de 2013 na aprovação dos novos projetos e na absorção do *overbooking* assumido pelo Programa.

De salientar que a estas verbas acrescem ainda as que estão também a ser libertadas pela subexecução dos projetos já concluídos.

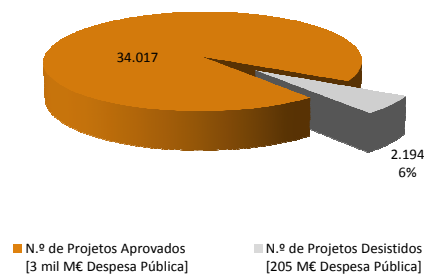
Olhando para a trajetória da taxa de desistências em número de projetos e em termos de despesa pública, verifica-se que, ao longo dos 3 anos decorridos desde o início da “Operação Limpeza”, se manteve estável, assente numa percentagem na ordem dos 5%, valor que é notável tendo em atenção o contexto económico e financeiro existente neste período.

Só no final de 2013 se verificou um ligeiro aumento desta taxa, quer em termos de número de projetos, quer de despesa pública, de apenas um ponto percentual, que decorreu sobretudo da desistência, no último trimestre do ano, de projetos de beneficiários das medidas LEADER, 3.1 e 3.2, da ação 1.1.1 e das medidas das florestas, e ainda do regadio no que respeita à despesa pública.

O número total de projetos desistidos após a sua aprovação e contratação era assim, em dezembro de 2013, de apenas 2.194 projetos, quando

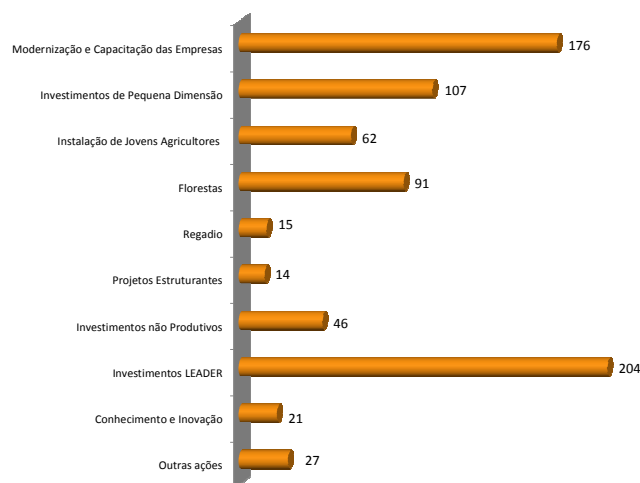
estavam aprovados mais de 34.000 projetos. A despesa pública libertada por estes projetos foi de cerca de 205 milhões de euros, montante que traduz uma taxa de desistências na ótica da despesa de 6%, a mesma que em termos do número de projetos.

Figura 6: Número de projetos desistidos (acumulado)



No ano de 2013 foram objeto de desistência 763 projetos, apenas mais 50 projetos do que no ano anterior, o que representa uma variação de apenas 7%. É de salientar que cerca de 80% das situações de incumprimento do prazo de início dos projetos que foram identificadas em 2013, foram resolvidas, tendo os beneficiários apresentado os respetivos pedidos de pagamento.

Figura 7: Número de projetos desistidos (ano)

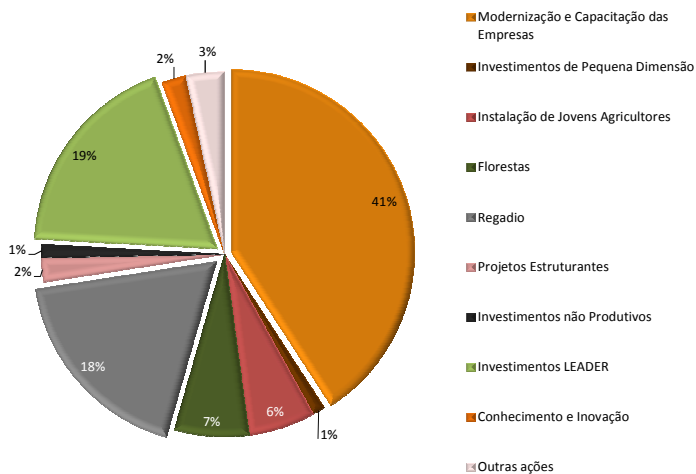


Mais de metade, dos projetos desistidos, encontrava-se aprovada nas três ações de apoio ao investimento agrícola e agroindustrial (ações 1.1.1, 1.1.2 e 1.1.3) e nas medidas das florestas.

Por outro lado, nas medidas de investimento LEADER, 3.1 e 3.2, concentrou-se cerca de 27% do número de projetos desistidos.

Já no que respeita ao montante de despesa pública associado aos projetos desistidos em 2013 (85 milhões de euros), a variação face ao ano de 2012 (27%) é muito superior à registada no número de projetos (7%). Esta situação deve-se principalmente à desistência, em 2013, de projetos de investimento de regadio aos quais estavam associados elevados montantes de investimento.

Figura 8: Despesa Pública disponibilizada pelos projetos desistidos (no ano)
[85 Milhões de euros]



À semelhança do que aconteceu em 2011 e 2012, foi na ação 1.1.1 que se registou o maior montante de libertação de verbas, cerca de 35 milhões de euros de despesa pública, 41% do montante total.

As medidas do regadio e do LEADER, 3.1 e 3.2, libertaram montantes muito aproximados, no conjunto cerca de 31 milhões de euros de despesa pública, 37% do montante total.

É de salientar que nas medidas das florestas se verificou um decréscimo de libertação de verbas face a 2011 e 2012. Estas medidas libertaram um montante de despesa pública de cerca de 5,5 milhões de euros nos 91 projetos desistidos, montante que corresponde a 7% da dotação total libertada em 2013.

Apesar de ser na ação 1.1.1 que se verifica o maior volume de despesa pública libertada, que no final de 2013 ascendia a cerca de 79 milhões de euros, quase 40% do montante total disponibilizado no Programa, a taxa de desistências nesta ação é de cerca de 9% na ótica da despesa pública e em termos de número de projetos.

Figura 9: Despesa Pública disponibilizada pelos projetos desistidos (acumulado)
[205 Milhões de euros]

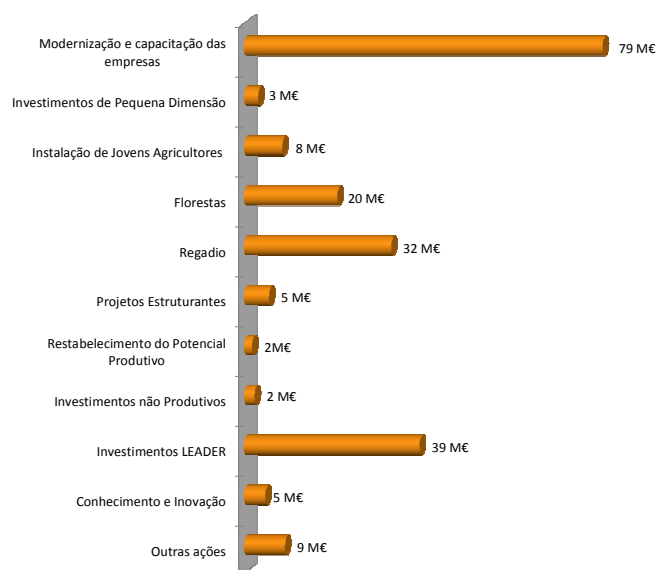
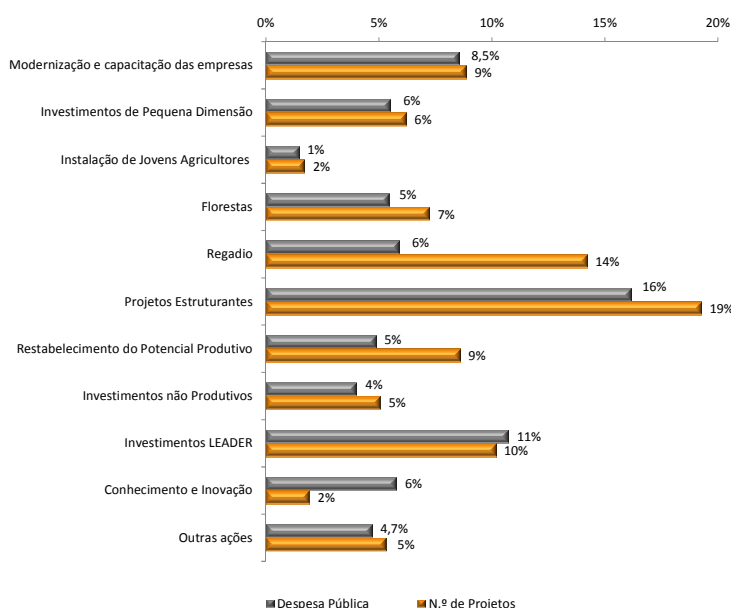


Figura 10: Taxas de Desistências face aos compromissos assumidos (acumulado)



Nas medidas de investimento LEADER, 3.1. e 3.2, que libertaram, até final de 2013, cerca de 39 milhões de euros, 19% do total de despesa pública libertada, a taxa de desistências ronda os 11%, sendo de 10% quando aferida pelo número de projetos.

Por outro lado, as medidas do regadio, cujo montante de libertação de verbas ronda os 32 milhões de euros, apresentam uma taxa de desistências de 6%. Esta taxa passa no entanto para 14% se lida na ótica do número de projetos desistidos. Situação que está próxima desta é a das medidas florestais, que libertaram até final de 2013 cerca de 20 milhões de euros e apresentam uma taxa de desistências de 5%. Já em termos do número de projetos, a taxa de desistências situa-se nos 7%, dado o elevado número de projetos aprovados no conjunto destas medidas.

De salientar ainda que a ação de “Instalação de jovens agricultores” continua a registar uma taxa de desistências muito baixa, de 2% em termos do número de projetos e de 1% se aferida pela despesa. Ao contrário, no que respeita à medida 1.6.5 “Projetos estruturantes” verifica-se que em 2013 o número de projetos desistidos aumentou bastante, o que veio determinar um aumento significativo da taxa de desistências desta medida, quer em número de projetos (19%), quer em despesa pública (16%), sendo que o montante de despesa libertada é idêntico ao que está associado à

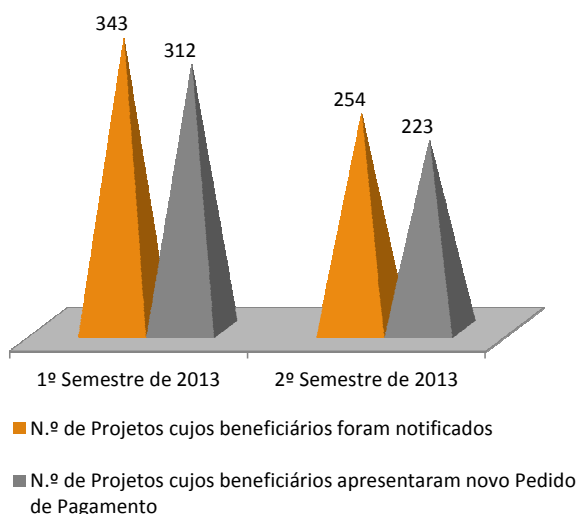
desistência de projetos na área do conhecimento e inovação (subprograma 4), cerca de 5 milhões de euros, o que neste último domínio representa apenas uma taxa de 6%, dado o montante aprovado ser quase o triplo do que está associado aos “Projetos estruturantes”.

Como referido, todos os montantes libertados têm sido de imediato integrados na dotação das respetivas medidas e ações, ficando automaticamente disponíveis para absorver o *overbooking* assumido pelo Programa.

5.2.1.2 Projetos aprovados sem apresentação de Pedidos de Pagamento há mais de 6 meses

Desde o final de 2011 que no âmbito da chamada “Operação Limpeza” se passou também a monitorar o conjunto de projetos que, já estando em execução e com pedidos de pagamento liquidados, não apresentavam novos pedidos de pagamento há mais de seis meses. Este trabalho foi continuado, com carácter permanente e numa base semestral, em 2012 e em 2013.

Figura 11: Projetos sem Pedidos de pagamento há mais de seis meses



Os beneficiários que se encontravam nessa situação foram notificados, através de e-mail, para apresentarem, no prazo de 3 meses, um novo pedido de pagamento, de forma a demonstrarem que o seu projeto se encontrava a ser executado com regularidade no quadro físico e financeiro estabelecido nos termos da sua aprovação.

No ano de 2013 foram notificados 597 beneficiários, 57% dos quais no primeiro semestre do ano. É de relevar que 90% dos beneficiários que foram notificados apresentaram novos Pedidos de Pagamento.

Verificaram-se também situações em que a avaliação do ciclo de realização física e financeira dos investimentos aprovados determinou a necessidade dos beneficiários apresentarem um pedido de alterações para poderem dar continuidade e concluírem a execução dos seus projetos.

Na fase final da execução do Programa é, também, determinante que os beneficiários que se vêm confrontados com essa necessidade habilitem a gestão com informação concreta sobre o respetivo calendário de execução, pelo que, em sede de submissão do pedido de alteração, lhes é exigido que indiquem as datas e os montantes dos pedidos de pagamento que vão ainda apresentar, ficando estes responsáveis pelo cumprimento desse calendário, sob pena da gestão não poder garantir, em tempo útil, o financiamento do projeto.

Esse calendário constitui um elemento fundamental no trabalho de monitorização da execução, em particular numa situação de *overbooking* como aquela em que o Programa se encontra e em que a gestão tem necessariamente que dispor de dados sobre a execução futura dos projetos, com a maior aderência possível à real capacidade de execução dos mesmos, especialmente daqueles que apresentam atrasos significativos face aos prazos inicialmente aprovados.

Constata-se que praticamente metade dos projetos cujos beneficiários solicitam um pedido de alterações aos investimentos aprovados, diretamente na plataforma criada pelo SIProDeR para este efeito, origina uma redução do apoio atribuído. No conjunto de todas as medidas e ações de investimento a taxa média de redução do apoio, resultante dos pedidos de alterações de investimentos, que no final de 2013 eram na ordem dos 2.000, situava-se

nos 8%, muito próxima da taxa de subexecução resultante da libertação de verbas em sede de encerramento de projetos.

5.2.1.3 Conclusão de projetos de Instalação de Jovens Agricultores (antigo regime)

As características particulares inerentes ao formato de execução definido para os projetos de jovens agricultores (anterior regime) justificaram que fosse efetuado um processo de monitorização com uma configuração especialmente adequada à realização destes projetos.

Os primeiros projetos aprovados perfizeram 36 meses de contrato em 2012, o que de acordo com o regulamento de aplicação da ação, determinava que os respetivos beneficiários estavam na altura de fazer prova do cumprimento dos seus planos de formação, quando aplicável, e dos seus planos empresariais e conseqüentemente, caso comprovassem esse cumprimento, poderem solicitar o saldo do prémio à primeira instalação.

Sendo de extrema importância para a gestão alertar, em tempo útil, os beneficiários destes projetos para a necessidade de cumprimento dos requisitos que lhes possibilitam receber a restante parte do prémio aprovado, a Autoridade de Gestão implementou um processo de acompanhamento, com periodicidade anual, em que são identificados e alertados todos os beneficiários que, nesse ano, perfazem os referidos 36 meses.

No e-mail enviado, os beneficiários são lembrados da data em que o seu projeto atinge os 36 meses, momento em que devem fazer prova do cumprimento dos mencionados planos e apresentarem o segundo e último pedido de pagamento. É também indicado o sítio do site do ProDeR onde podem consultar as entidades formadoras, caso ainda não tenham efetuado formação e estejam obrigados a fazê-lo.

Nos casos em que se verifica que os beneficiários não apresentam o pedido de pagamento final do prémio, apesar de regulamentarmente o deverem ter feito, o beneficiário é contactado telefonicamente, sendo reforçado o alerta e apurada a real situação do projeto, de modo a avaliar se existem condições

para o atraso ser rapidamente ultrapassado ou se, pelo contrário, a situação do projeto oferece dúvidas quanto à sua concretização plena, caso em que poderá justificar-se a realização de uma visita ao projeto para verificar o cumprimento do plano empresarial, podendo, no limite, decorrer da mesma o desencadeamento de um processo de resolução contratual com a sequente devolução, total ou parcial, das verbas já recebidas pelo beneficiário.

No ano de 2013 foram notificados 1.734 jovens agricultores, dos quais 1.329 submeteram o segundo pedido de pagamento e 4 desistiram. Os restantes 401 jovens encontram-se em monitorização, depois de terem justificado as razões que levaram à não apresentação do pedido de saldo do prémio atribuído, sendo que alguns jovens ainda não concluíram a formação e outros apresentaram pedidos de alterações e ajustamentos ao plano empresarial.

5.2.1.4 Cumprimento do prazo de conclusão dos projetos

Em 2013 deu-se início à vertente da “Operação Limpeza” direcionada para a monitorização do cumprimento dos prazos de conclusão dos projetos, dado que os projetos aprovados em 2010, ano em que o Programa atingiu elevados níveis de aprovação de candidaturas, atingiam, na maior parte dos casos, a sua conclusão no final de 2012 e em 2013.

Por outro lado e atendendo a que o Programa se aproxima do último ano de execução, com uma carteira de mais de 34 000 projetos aprovados, dos quais mais de 10 000 foram aprovados em 2013, esta extensão do trabalho da “Operação Limpeza” é também de extrema importância para garantir e maximizar a plena utilização das verbas que são disponibilizadas em sede de encerramento dos projetos, as quais são de imediato canalizadas para a execução dos projetos aprovados em *overbooking*.

Os resultados deste trabalho, tal como os das restantes fases da chamada “Operação Limpeza”, só são possíveis de serem atingidos com eficácia, se existir transparência no processo e um envolvimento e uma participação responsável de todos os intervenientes, em especial dos beneficiários, que estão obrigados a executar os seus projetos nos termos e prazos em que foram aprovados.

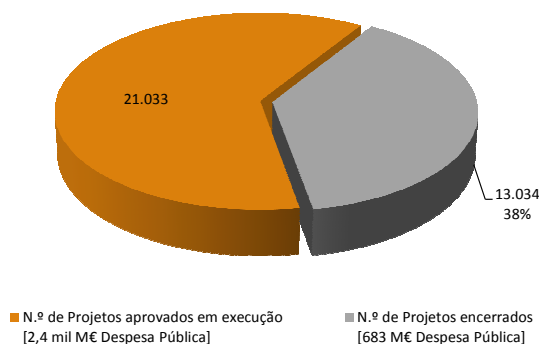
Nesta vertente da “Operação Limpeza” todos os beneficiários cujos projetos estão a 6 meses da data de conclusão aprovada (inicial ou resultante de um pedido de prorrogação) são avisados por e-mail para a necessidade de concluírem os seus investimentos e apresentarem o último ou único pedido de pagamento até essa data. Em 2013 foram enviados avisos a cerca de 2 800 beneficiários.

Nos casos em que se verifica o não cumprimento do prazo aprovado para a conclusão do projeto, o beneficiário é notificado e é, ainda, concedido pelo Gestor, a título excecional, uma prorrogação de 3 meses para concluir e apresentar o último pedido de pagamento do projeto. O número de beneficiários que foram notificados em 2013 por incumprimento do prazo de conclusão do projeto rondou os 3.000, dos quais mais de 85% regularizaram a sua situação.

Há situações em que, infelizmente, os beneficiários não têm condições para executar integralmente os investimentos aprovados nos prazos aprovados ou mesmo nos que lhes são concedidos a título excecional. Essas situações são avaliadas casuisticamente, podendo dar origem ao encerramento do projeto por montante inferior ao aprovado inicialmente, caso se constate que não ficam prejudicados, de forma substantiva, os objetivos previstos no projeto aprovado. Há no entanto casos em que se verifica que os investimentos realizados pelos beneficiários não permitem assegurar o cumprimento dos objetivos do projeto, sendo nesses casos necessário proceder à resolução contratual do projeto, com a consequente devolução das verbas recebidas.

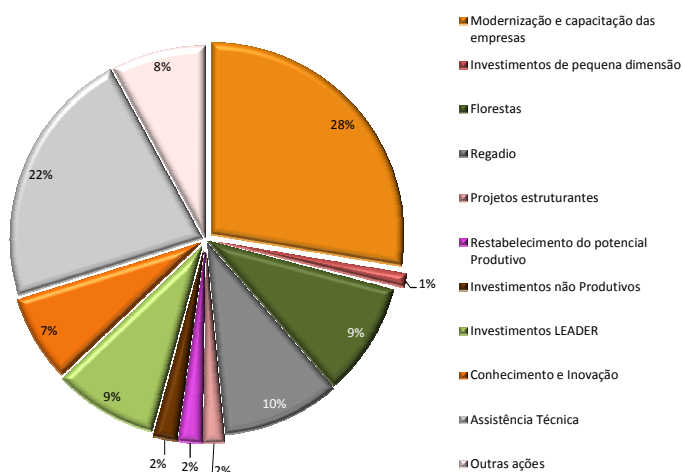
No final de 2013 o conjunto de projetos concluídos era já superior a 13.000, o que representa cerca de 38% do total de projetos aprovados à data. A despesa pública executada no conjunto desses projetos é de cerca de 638 milhões de euros, montante que representa 22% da despesa pública total aprovada.

Figura 12: Número de projetos encerrados até final de 2013



Neste conjunto de projetos verificou-se uma subexecução de cerca de 7%, o que se traduz numa libertação de despesa pública de cerca de 50 milhões de euros, montante que à semelhança do libertado por desistência de projetos foi creditado de imediato nas respetivas medidas e ações para ser reutilizado na diminuição do *overbooking* assumido pelo Programa.

Figura 13: Despesa Pública disponibilizada pelos projetos encerrados [50 Milhões de euros]

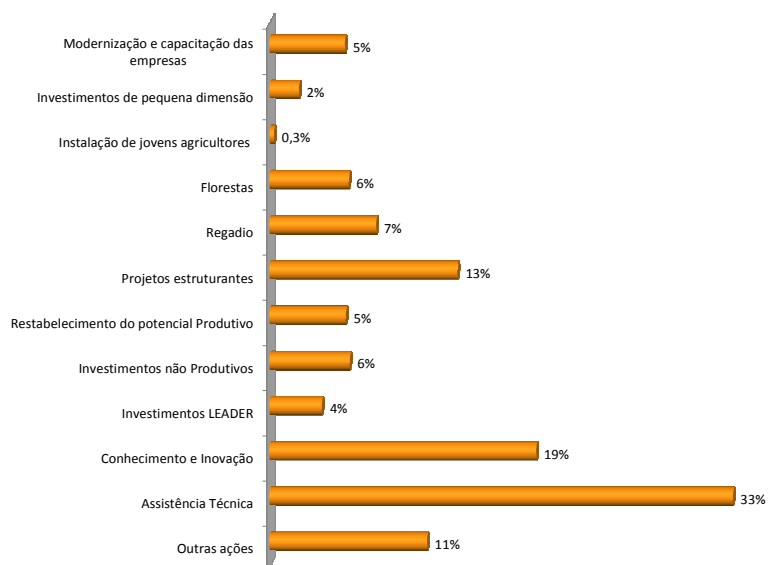


A ação 1.1.1, de apoio à modernização e capacitação empresarial, e a medida de assistência técnica foram responsáveis por 50% do montante total libertado. No entanto as taxas de subexecução destas duas medidas

são totalmente distintas. Enquanto na ação 1.1.1 se verificou que no conjunto dos 2 309 projetos encerrados apenas 5% da despesa aprovada não foi executada, na medida de assistência técnica essa taxa é de 33%. Esta situação decorre sobretudo dos constrangimentos e procedimentos orçamentais a que as entidades públicas estão sujeitas.

As medidas do LEADER (3.1 e 3.2), das florestas e do regadio apresentam taxas de subexecução entre os 4% e os 7%, tendo sido responsáveis pela libertação de um montante total de despesa pública de cerca de 14 milhões de euros, valor idêntico ao libertado pela ação 1.1.1.

Figura 14: Taxa de subexecução em 31.12.2013

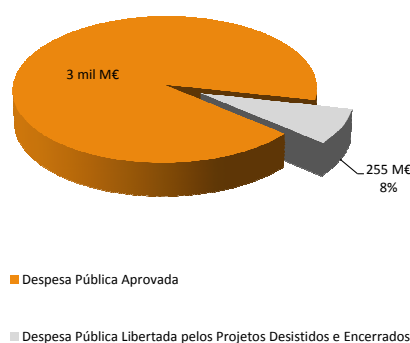


Nas medidas do subprograma 4, investimento em conhecimento e inovação, onde foi libertado um montante de 3,6 milhões de euros, a taxa de subexecução, de 19%, é bastante elevada quando comparada com as restantes áreas de investimento do Programa. Esta situação é também justificada pelo facto de nestes projetos participarem muitas entidades públicas. O mesmo acontece na medida dos "Projetos estruturantes", que registava no final de 2013 a maior taxa de encerramento de projetos, mas que apresenta também uma taxa de subexecução de 13%, muito acima da média do Programa.

A ação dirigida à instalação de jovens agricultores é aquela que apresenta menor taxa de encerramento de projetos, de 12%, no entanto no final de 2013 estavam submetidos e em análise pedidos de pagamento relativos à segunda e última tranche dos prémios e últimos pedidos de pagamento (novo regime) que permitem elevar esta taxa para 28%. Por outro lado, a taxa de subexecução não apresenta expressão nesta ação, o que se deve ao facto da maioria dos projetos encerrados ser relativa a prémios à primeira instalação, cujos jovens agricultores terão recebido a quase ou a totalidade do prémio, o que significa que terão cumprido os respetivos planos empresariais.

Em síntese, no final de 2013 a taxa global de libertação de verbas decorrentes do encerramento dos 13.034 projetos e dos 2.194 projetos desistidos, era de 8% do total de despesa pública aprovada nos projetos de investimento até essa data. Este é também o valor da taxa de redução da despesa pública decorrente das cerca de 2.000 alterações aos projetos de investimento solicitadas pelos beneficiários e aprovadas pelo Gestor.

Figura 15: Despesa pública aprovada e libertada em 31.12.2013



Desta forma se conclui que apesar das condições económicas extremamente adversas, os beneficiários ProDeR continuam genericamente a demonstrar uma boa capacidade de execução dos seus projetos, o que é uma manifestação clara da dinâmica de investimento do sector agro-florestal, que

nestes últimos três anos de crise não deixou de evidenciar uma boa performance de investimento.

Este quadro de libertações é também consonante com as previsões e estimativas traçadas pela gestão para efeitos de absorção do *overbooking* técnico assumido pelo Programa.

É no entanto fundamental manter a monitorização permanente e rigorosa que tem sido realizada no âmbito da chamada “Operação Limpeza”, pois só numa base de acompanhamento permanente e atempado da execução dos projetos aprovados, a gestão pode continuar a assegurar, em tempo útil, a reutilização de verbas libertadas, procedimento que só tem conseguido levar a cabo com resultados visíveis para a performance do Programa e consequentemente para os próprios beneficiários, porque a designada “Operação Limpeza” foi e continua a ser reconhecida, por todos os que nela estão envolvidos, como uma ferramenta adequada e indispensável à boa gestão do Programa.

5.2.2 Resumo dos problemas mais importantes verificados na gestão de cada subprograma

Dificuldades operacionais e medidas tomadas

Subprograma 1

No ano de 2013 mantiveram-se, durante todo o ano de 2013 abertos os vários concursos em contínuo, contudo, sobre todas as candidaturas entradas antes de 19/02/2013, houve um esforço, quer das DRAP's, quer do STPRODER, para que estivessem totalmente analisadas no próprio ano. Esse objetivo começou a ser cumprido em Outubro por algumas DRAP's e, em Dezembro, a totalidade das DARP's tinham analisado (incluindo o fecho de procedimentos de audiência prévia) os PA's entrados até 19/02/2013.

Subprograma 2

Ação 1.4.1 – “Apoio aos regimes de qualidade”

Existem casos de não pagamento que permanecem por resolver e que continuam a ser alvo de análise pelo GPP e DGADR.

Medida 2.1 – “Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas”, 2.2 – “Valorização de modos de produção (PRODI, MPB, Proteção da Biodiversidade Doméstica e Conservação do Solo) ” e 2.4 – “Intervenções Territoriais Integradas”: Ações 2.4.3 a 2.4.13 – componente agro e silvo ambiental

Sem problemas relevantes de serem mencionados, exceto no que refere à continuada reclamação por parte dos Agricultores, em especial Jovens Agricultores, para a não existência de abertura de candidaturas, por falta de dotação orçamental, a novos compromissos à medida 2.2 (PRODI, MPB, Proteção da Biodiversidade Doméstica e Conservação do Solo).

Medida 2.2.3 – “Conservação e melhoramento de recursos genéticos” – Subação 2.2.3.1 – “Componente vegetal; Medida” 2.4.1 – “Apoio à gestão das ITI”; Medida 2.4.2 – “Instrumentos de programação e gestão para as intervenções Territoriais Integradas”

Os problemas identificados no relatório de execução de 2012 mantêm-se, tendo-se mantido igualmente a mesma atuação por parte do SP2, por

forma a reduzir os impactos das dificuldades sentidas pelos promotores na execução da despesa, como é de especial relevância as situações das entidades públicas, sujeitas a cortes orçamentais e atrasos na autorização da realização das despesa e dos procedimentos de contratação pública, e os casos das parcerias destas entidades com outras entidade públicas e entidades privadas.

Medida 2.4 – “Intervenções Territoriais Integradas” – Ações 2.4.3 a 2.4.13 – “Componente dos Investimentos Não produtivos”

A análise dos pedidos de apoio concentra-se maioritariamente na DRAPN, o que exige um grande esforço para concluir em devido tempo as análises dos projetos que lhe são distribuídos, mas que aliado ao acompanhamento que o SP2 presta em todo o processo de análise, se tem verificado uma continuada melhoria dos tempos de análise e aprovação de PA face aos anteriores concursos.

Subprograma 3

O ano de 2013 caracteriza-se por ter sido o ano em que foram encerrados os últimos concursos dos GAL, havendo apenas duas exceções relativamente aos GAL ADERES e COVA DA BEIRA, uma vez que foram reconhecidos mais tarde e por isso ainda terão um último período de candidaturas no início de 2014.

No final do ano de 2013, as medidas 3.1 e 3.2 cuja gestão está delegada nos Grupos de Ação Local, apresentam uma taxa de compromisso muito próxima dos 100%, que será ultrapassada em 2014, tendo em conta a possibilidade concedida pela Comissão, para que fosse constituído um moderado *overbooking* de gestão, uma vez que a essas medidas não poderá ser aplicado o regime de transição.

A aplicação prática desta possibilidade assenta no Despacho n.º 15/2013 da Gestor do ProDeR, através do qual é concedido a cada GAL a possibilidade de aprovação, com dotação financeira, de um conjunto de projetos que tinham ficado por contratar por falta de dotação nas Estratégias Locais de Desenvolvimento.

Em termos de execução continua a recuperação do atraso, mas ainda a um ritmo inferior ao desejado, tendo o ano terminado com um resultado semelhante ao de 2012, ou seja, uma taxa de execução que rondou os 20%/ano.

De destacar o elevado número de Único ou Último PP apresentado pelos diferentes promotores das medidas do subprograma 3, 982, o que demonstra que existe um número significativo de projetos que já se encontram na sua fase de conclusão, destacando-se os 102 PA da medida 3.4 que se encontram nesta situação, o que permite atingir uma taxa de encerramento que ronda, aproximadamente, os 45%.

Em termos de dificuldades sentidas destacam-se as seguintes:

- Os ajustamentos introduzidos pela AG e pelos GAL, conduziram a um aumento na taxa de execução, que no entanto não acompanha a recuperação do nível de execução registado noutros subprogramas e que ainda se mantém abaixo da média do programa.

A recuperação dos níveis de execução constituiu uma das preocupações centrais da AG ProDeR no quadro da coordenação e articulação com os GAL, ao longo de todo o ano.

Nesse sentido, a Gestora participou em 3 reuniões gerais com os GAL, cuja agenda se focou no incremento da execução e na monitorização pela AG desse indicador, que é decisivo para evidenciar a plena implementação do SP3 no atual cenário de execução de todo o ProDeR.

Foi também efetuado, pelo ST do ProDeR, um acompanhamento junto dos GAL no sentido de serem cumpridos os prazos para análise e decisão das candidaturas, de modo a permitir por um lado um aumento da execução e por outro não prejudicar os promotores que já não terão 24 meses para execução das operações;

- Mantêm-se algumas dificuldades de libertação dos PP em Controlo de Qualidade junto do Organismo Pagador, que por vezes causam atrasos pontuais, mas significativos, aos promotores abrangidos por esse controlo, sendo que se verificou uma melhoria em relação aos montantes pagos mensalmente neste subprograma, por via de uma maior dotação de PIDDAC destas ações;

- Ao nível das medidas cuja gestão é feita no ST do ProDeR, destaque para a Cooperação LEADER para o Desenvolvimento, que apresenta uma taxa de compromisso inferior a 100% por via de desistência de alguns PA, em particular na ação relativa aos planos de cooperação, bem como subexecução de alguns PA das Ações de cooperação interterritorial e transnacional, o que alguma forma vem demonstrar um desfasamento entre as intenções que os GAL têm ao nível da cooperação e a sua aplicabilidade prática.
- Ainda no âmbito da medida de Cooperação, continuam a verificar-se atrasos na execução dos PA, sobretudo na cooperação transnacional, uma vez que não existem regras ou prazos comuns nos diferentes estados membros, ou em outros países parceiros, muito por responsabilidade das dinâmicas dos parceiros e das várias velocidades de implementação dos projetos.
- A medida 3.7, face ao elevado número de desistências ou anulações, tem atualmente uma taxa de compromisso que ronda os 30%, o que levará à disponibilização de um valor de 5,5 milhões de euros de despesa pública, para outras medidas do Programa.

5.3 Exame Anual do ProDeR

A reunião do exame anual do ProDeR realizou-se em 20 de novembro de 2013, em Bruxelas, e à semelhança dos anteriores encontros contou com a participação, não só da Autoridade de Gestão e do Organismo Pagador (IFAP), mas também do GPP e de vários representantes da Comissão Europeia - DG AGRI.

No âmbito deste exame anual a Autoridade de Gestão apresentou à Comissão um ponto de situação, reportado à data, do estado de execução do Programa, tendo dado evidência da evolução dos seus principais indicadores de realização financeira desde o último exame anual, realizado em dezembro de 2012.

O investimento global aprovado aumentou cerca de mil milhões de euros, ao qual estão associados cerca de 10.000 novos projetos. A despesa pública aprovada aumentou 600 milhões de euros e o nível de pagamentos efetuados aos beneficiários ProDeR entre os dois exames anuais foi também na ordem dos 600 milhões de euros, o que permitiu elevar a taxa de execução global do Programa de 60% para 74%, resultado proveniente de uma firme capacidade de execução manifestada pelos beneficiários, num contexto económico e financeiro muito desfavorável e em mais um ano em que o Estado Português continuou a estar subjugado a assinaláveis estrangimentos orçamentais.

Foi também apresentado, com detalhe, o nível de execução de cada um dos eixos e das medidas do Programa, tendo sido relevado que atualmente todos os eixos do Programa atingem níveis de execução acima da média da União Europeia, estando totalmente recuperado, apesar da difícil conjuntura económica e financeira, o atraso vivido no primeiro triénio do período de execução do Programa.

Foram ainda apresentados, globalmente e por áreas de investimento do Programa, os resultados da chamada "Operação Limpeza", em vigor desde o início de 2011 e que continua a decorrer em permanência, nesta fase já com o objetivo prioritário de libertar verbas que permitam absorver o *overbooking* assumido, o qual se reflete de forma diferenciada de medida para medida, como evidenciam os dados de aprovação (já líquidos de desistências e reduções decorrentes da reprogramação de projetos) apresentados à

Comissão, o que implica que seja feita uma gestão global do envelope financeiro do Programa, de modo a assegurar atempadamente a sua plena execução.

A este propósito e dado que à data estava em fase de estabilização final a regulamentação comunitária relativa às regras de transição para o novo PDR, as quais vieram permitir viabilizar um período de encerramento faseado e gradual, mas cuja operacionalização suscitou um conjunto detalhado de questões, que tinham sido colocadas pela Autoridade de Gestão à Comissão, os seus representantes informaram que estavam a preparar os esclarecimentos e que seriam enviados no imediato às autoridades nacionais. Assim aconteceu e no início de dezembro todas as questões tinham sido claramente esclarecidas pelos serviços da Comissão, o que permitiu que fosse preparada a operacionalização do regime de transição ainda durante esse mês. Foi assim possível, a 7 de janeiro, dar início ao processo de análise e decisão de um primeiro lote de candidaturas que estavam desde fevereiro de 2013 a aguardar disponibilidades financeiras, cujas regras de transição vieram viabilizar ao permitirem financiar por conta do novo PDR candidaturas do atual Programa.

Neste exame anual foi ainda apresentada a distribuição regional das principais apostas de investimento do Programa, as quais globalmente foram também analisadas, quer em termos da sua representatividade expressa pela variável investimento, quer pela despesa pública nacional e comunitária consignada à realização dos projetos que lhe estão associados. Foi no contexto desta análise salientado que o emprego associado ao investimento global que está a ser apoiado pelo ProDeR ronda os 38.000 postos de trabalho, dos quais cerca de 70% estão ligados ao investimento agrícola e agroindustrial, que representa cerca de 62% das apostas de investimento do Programa. Com exceção da região Alentejo, dado o peso do investimento associado ao regadio do Alqueva, esta última percentagem assume valores superiores nas regiões Norte, Centro, Lisboa e Algarve.

A análise da situação do Programa incidiu também sobre o cumprimento da regra N+2 em 2013, garantida no mês de junho, e sobre as perspetivas de execução futura, tendo sido abordada a possibilidade de, em 2014, serem efetuados ajustamentos financeiros e de reafectação de fundos entre medidas

em função da evolução do *overbooking* das principais medidas do Programa e dos respetivos níveis de execução.

Foi ainda efetuado, como é habitual neste fórum, um ponto de situação relativo às atividades do âmbito das auditorias e respetivos follow-up.

A Comissão considerou que as autoridades nacionais responderam de forma esclarecedora às matérias abordadas no exame anual, pelo que na sequência deste encontro não identificou a necessidade de apresentar quaisquer observações nos termos do número 2, do artigo 83º do Regulamento (CE) número 1698/2005.

5.4 Reunião do Comité de Acompanhamento – Resultados

A reunião anual do Comité de Acompanhamento do Programa foi realizada em 6 de junho de 2013.

Neste fórum, que visa assegurar a eficácia e a qualidade de execução do Programa, foi efetuada a análise do ponto de situação do Programa, tendo a gestão disponibilizado aos membros do Comité informação sobre a evolução registada no mesmo durante o último ano e efetuado um balanço sobre os trabalhos de gestão e acompanhamento desenvolvidos, designadamente sobre os resultados do trabalho de monitorização da execução dos projetos aprovados e contratados, a designada “Operação Limpeza”, bem como foram apresentadas e discutidas as perspetivas para a futura execução do Programa.

A gestão, à semelhança do que tinha sido feito no Comité do ano anterior, apresentou também uma análise mais qualitativa, desta vez sobre os principais beneficiários do ProDeR que são responsáveis pelo esforço de investimento agrícola e agroindustrial que está a ser apoiado pelo Programa, o qual pela relevância que assume tinha sido objeto de abordagem qualitativa no Comité do ano anterior.

O quadro de indicadores financeiros apresentados neste Comité, que são também analisados ao longo deste relatório de execução, evidenciam a excelente performance do Programa, que ao longo do último ano continuou ainda a ser objeto de elevada procura por parte dos seus beneficiários, o que num contexto de forte retração económica traduz uma manifesta capacidade de investimento do sector agroflorestal, comportamento que se mantém pelo terceiro ano consecutivo e que continua a concorrer de forma totalmente desigual com o contexto de séria crise económica e financeira, pelo que não deixou de ser assinalado neste fórum.

Neste Comité foi também tema de abordagem, a medida de gestão tomada, divulgada e esclarecida no site do ProDeR, em fevereiro de 2013: colocação do “travão” na análise e decisão de novas candidaturas em consequência de se ter consolidado uma situação de *overbooking* global do Programa no limite máximo tecnicamente admissível, de cerca de 10%.

A reflexão efetuada em torno desta medida de gestão, que continuou a permitir aos promotores a apresentação de candidaturas às medidas e ações

do Programa durante todo o ano de 2013, apesar de a sua análise ficar dependente de futura disponibilidade financeira, decorrente da libertação de verbas provenientes de projetos desistidos ou não executados integralmente, apontou para a relevância e ao mesmo tempo preocupação de o período de transição para o novo quadro comunitário decorrer sem sobressaltos e sem hiatos temporais no financiamento comunitário.

As regras de transição para o novo PDR, que ficaram consolidadas no final do ano, vieram de encontro a essa preocupação ao permitirem que as candidaturas em lista de espera pudessem começar a ser analisadas e decididas em janeiro de 2014, dada a possibilidade aberta por estas regras ao admitirem financiar por conta do orçamento do novo PDR as candidaturas aprovadas no ProDeR, logo que a dotação financeira deste esteja utilizada.

Os resultados da designada “Operação Limpeza”, foram também analisados com detalhe porquanto os mesmos são fundamentais para permitir atempadamente que as verbas libertadas sejam canalizadas para a execução dos projetos aprovados em *overbooking*. À data do Comité a taxa de desistências era de 5%, continuando a registar a mesma ordem de valor desde 2011, quer na ótica do número de projetos, quer na da despesa pública. A taxa de subexecução, que reflete a libertação de verbas provenientes de projetos encerrados que não executaram todo o montante de apoio aprovado, foi também objeto de análise, tendo os membros do Comité sido informados que à data estavam concluídos mais de 8.200 projetos, os quais tinham libertado cerca de 26 milhões de euros de despesa pública, daí resultando uma taxa de subexecução global de 6%.

Como referido, em 2013, a gestão convidou o Comité a refletir sobre os protagonistas do investimento agrícola e agroindustrial. Para tal, foi apresentado, de forma detalhada, uma análise sobre os beneficiários das principais apostas de investimento, tendo sido iniciada a abordagem pela caracterização do universo de agricultores em Portugal, enquadrando as distintas realidades nas quais o sector se movimenta. A abordagem teve também como objetivo apontar pistas para o futuro, constituindo-se como um contributo para o próximo período de financiamento.

Resumidamente apresentam-se a seguir alguns dos indicadores que sustentaram a análise efetuada.

O universo global de beneficiários com investimentos agrícolas e agroindustriais financiados nas três principais medidas do Programa, mais de 11.000, representam mais de 60% do total de beneficiários das medidas de investimento ProDeR. Mesmo quando se considera todo o envelope financeiro do Programa, incluindo as medidas contempladas no Pedido Único, o investimento gerado por estes beneficiários representa mais de 50% do total ProDeR e 61% do total ProDeR das medidas de investimento. Neste universo de 11.000 beneficiários, as mulheres representam 28%, são mais de 3.100, os Homens 52%, mais de 5.800 e para as Empresas está reservada uma fatia de 20%, cerca de 2.200.

O peso do investimento associado a estas três principais categorias de beneficiários é de 11% nas mulheres, 21% nos homens e 68% nas empresas, sendo que o montante de investimento médio dos particulares é significativamente inferior ao das empresas.

É nos dois sectores de atividade predominantes em termos de investimento (hortofrutícola e pecuária) que se concentra também a atividade das Mulheres: 69% das beneficiárias. Regionalmente, não se verifica um afastamento significativo das atividades face à estrutura produtiva das regiões. É na região Norte que se concentram quase metade das beneficiárias, das quais 44% dedicam-se à hortifruticultura. A atividade vitivinícola tem uma representação de 23%, muito superior à registada por outras Regiões. A região Centro compreende 31% das beneficiárias, sendo as atividades predominantes a horticultura e a pecuária. Na região Alentejo estão cerca de 15% e apostam sobretudo nas atividades da pecuária (35%) e da hortofruticultura (21%).

No que respeita aos Homens, a malha sectorial é idêntica à das mulheres, havendo apenas a registar em termos regionais uma maior percentagem de homens na região de Lisboa dedicados ao sector do vinho (27%), quase o dobro dos 14% alcançados pelas mulheres nesta região.

Relativamente às empresas, constata-se uma redução na atividade hortofrutícola face às mulheres e homens, dado que nestas atividades predominam os produtores individuais, e um aumento do peso das empresas de transformação nos sectores do vinho e do azeite.

O peso dos jovens agricultores neste universo de beneficiários, mais de 55% e cerca de 1/3 do total de beneficiários das medidas de investimento, mereceu uma abordagem mais detalhada neste Comité, apoiada em indicadores que se encontram espelhados e cuja análise é aprofundada na brochura da AG ProDeR, intitulada "Os Jovens Agricultores no ProDeR – Alguns Indicadores", elaborada em maio de 2013 pela equipe da área de acompanhamento e avaliação do Programa.

É nos jovens agricultores que reside o impacto do rejuvenescimento do sector e do seu tecido produtivo. Tendo em conta o crescente mediatismo que tem rodeado esta realidade, a gestão considerou oportuno refletir sobre a mesma, de modo a clarificar e ajudar a enquadrar o fenómeno.

Os jovens com projetos de instalação eram à data mais de 6.000, sendo que em termos de número de projetos aprovados este era bastante superior, uma vez que no início do Programa os jovens podiam concorrer ao prémio e ao investimento, regra alterada em junho de 2011, quando a AG associou o prémio à obrigatoriedade de realização de investimento.

Apesar do predomínio dos Homens (60%), a diferença de géneros nos jovens agricultores é menos acentuada do que no universo da população agrícola recenseada (Homens – 69%; Mulheres – 31%).

Nas sub-regiões Grande Lisboa, Oeste, Lezíria do Tejo e no Alentejo Litoral, a percentagem de mulheres jovens agricultoras mais do que duplica a percentagem de mulheres agricultoras recenseadas e há sub-regiões, como a Serra da Estrela e o Ave, em que o número de mulheres jovens agricultoras é superior ao dos homens. Por outro lado, o número muito significativo de jovens que decidem instalar-se no interior do país (68%), por oposição a regiões do litoral (32%), aponta para uma perspetiva positiva de combate à desertificação nas zonas rurais.

Outro aspeto salientado foi o investimento associado a estes projetos, que à data rondava os 735 milhões de euros, aos quais acresciam cerca de 210 milhões de euros de prémios. A sua repartição entre jovens mulheres (40%) e jovens homens (60%), totalmente alinhada com o indicador número de beneficiários globais dos investimentos agrícolas e agroindústrias, por género, bem como com investimento médio dos projetos de jovens agricultores, por género, apresentando as jovens agricultoras mulheres robustez equivalente à

dos Homens em termos de capacidade de investir, foram também aspetos abordados.

Foi ainda explicitado o peso do investimento das empresas, que representa 35% do investimento total jovem, ou seja, o dobro do peso que as empresas têm no número total dos jovens (17%). São projetos com maior dimensão em que o investimento médio, de cerca de 247 mil euros, se aproxima do investimento médio registado nos projetos agrícolas da ação 1.1.1 - 250 mil euros.

Os jovens agricultores representam uma pequena fatia, de 2%, dos 278 mil agricultores recenseados em Portugal (ano de 2009). A média etária do agricultor português é superior a 60 anos, mais do dobro da média etária do jovem agricultor no ProDeR, que é de 30 anos.

Tendo em conta o grave contexto socioeconómico que o país atravessa, o indicador do número de postos de trabalho associados a estes projetos de jovens agricultores, cerca de 10 000 postos de trabalho, adquire uma importância acrescida, sendo o Algarve a sub-região onde se localiza uma maior concentração de emprego, com um número superior a 1.000 postos de trabalho, dado tanto mais relevante quanto é nesta região que se regista a taxa de desemprego mais elevada do país. Apesar de incomparáveis, são realidades que coexistem, interagem e que por isso devem ser objeto de reflexão conjunta, colocando-se pois a questão: será que a motivação do jovem quando decide ingressar na agricultura tem por base uma vocação ou o sector é encarado como a única saída possível num país carente de oportunidades de emprego, nomeadamente porque há financiamento disponível?

Apesar de ainda ser cedo para se tirarem conclusões finais, a realidade que os números traduzem é a de um forte crescimento de candidaturas de jovens agricultores ao longo do tempo de vida do ProDeR, claramente acentuado de 2011 para 2012, tendência que é acompanhada, no mesmo período, também por uma subida mais acentuada da taxa de desemprego do escalão etário onde reside o maior número de jovens apoiados pelo Programa. Por outro lado, considerando que em meados de 2011 a exigência nas regras de acesso aos apoios aos jovens agricultores aumentou, passando o investimento a ser condição obrigatória para a atribuição prémio, é importante constatar que o ritmo de candidaturas não abrandou, muito pelo contrário, aumentou o que

permite inferir que a procura dos jovens não constituiu uma mera corrida ao prémio, sem a preocupação de gerar investimento, o que é muito positivo.

As habilitações literárias dos jovens agricultores foram também objeto de análise: 35% dos jovens agricultores que se instalam possuem formação de nível pós-secundário e superior, incluindo cursos tecnológicos, bacharelatos, licenciaturas e doutoramentos, aspeto da maior importância num setor em que os níveis de qualificação são baixos. Entre os jovens agricultores detentores exclusivamente do ensino secundário, a larga maioria (90%) não tem formação agrícola específica e entre os que possuem habilitações de nível pós-secundário e superior, a percentagem de jovens sem formação agrícola específica diminui para os 70%. De sublinhar que os jovens agricultores revelam possuir experiência na atividade agrícola (60% dos jovens têm 3 ou mais anos de experiência) e nos sectores de atividade da instalação (53% dos jovens).

Em termos de apostas de investimento, estes jovens agricultores ProDeR mantêm a orientação produtiva seguida pelas mulheres e homens beneficiários das medidas de investimento agrícola e agroindustrial, com particular ênfase na hortofruticultura: 44%, percentagem que se reparte em 31% nos frutos - principal atividade para cerca de 1/3 dos jovens agricultores - e 13% nas hortícolas e flores. Regionalmente verifica-se que os jovens instalam-se nas atividades tradicionais de cada região e escolhem, sobretudo, a região Norte para se instalar (46% do total), onde se dedicam às atividades da hortofruticultura, pecuária e vinho, esta última dominante na sub-região do Douro.

Da análise efetuada concluiu-se que os jovens agricultores apostam em investimentos que respeitam as orientações produtivas já consolidadas no sector, mas importam também qualificação adicional, formal e material, inovação e, sobretudo, escala. Em termos da dimensão das explorações, os jovens utilizam uma área média de 22 ha, o que representa cerca do dobro da média da área das explorações agrícolas no seu conjunto. Como consequência deste facto, os jovens agricultores representam, a nível do Continente, cerca de 4% da superfície agrícola utilizada.

Como referido, as perspetivas de execução do Programa foram, como habitualmente no âmbito dos trabalhos deste fórum, objeto de análise e reflexão. À data, a taxa de execução global do Programa situava-se nos 65%

.....

e atingia os 67% se se tivesse em consideração a despesa em análise apresentada pelos beneficiários, o que a manter-se o ritmo de submissão de despesa permitia perspetivar uma boa performance do Programa até ao final do ano. No entanto, este quadro de execução não estava isento de riscos exteriores ao desempenho do Programa, designadamente o difícil contexto em que decorria a execução anual do orçamento de estado, tendência que devia ser agravada no 4º trimestre do ano. O Programa convive com este obstáculo desde 2010, mas todos os anos o conseguiu ultrapassar com o apoio da tutela, obtendo a verba necessária para assegurar o desempenho que os níveis de execução comprovados pelos beneficiários permitem atingir, pelo que as perspetivas para final de 2013 apontavam para um bom resultado anual e assim aconteceu. Apesar das dificuldades orçamentais, foi possível disponibilizar dotação nacional para o Programa pagar aos beneficiários os apoios relativos à despesa comprovada e no final de 2013 ser atingida uma taxa de execução de 77%.

No contexto dos trabalhos do Comité foi ainda objeto de abordagem e de aprovação, o Relatório de Execução de 2012, na sua versão final, em que foram integrados os contributos dos membros do Comité, apresentados previamente à realização deste fórum uma vez que o documento foi disponibilizado, como já é habitual, aos membros com uma antecedência maior do que a restante documentação, para que todos pudessem pronunciar-se e apresentar a suas reflexões atempadamente.

O Relatório, na sequência da sua aprovação pelo Comité foi remetido à Comissão Europeia em 26 de junho de 2013, cumprindo o prazo regulamentar estabelecido para o efeito e foi aprovado formalmente por este órgão comunitário em 29 de julho de 2013.

Neste fórum, foi ainda prestada, sucintamente, informação sobre as matérias abordadas no Exame Anual realizado em dezembro de 2012. Os serviços da Comissão consideraram que o Programa continua a avançar e a atingir os seus objetivos e não identificaram necessidade de solicitarem esclarecimentos adicionais às autoridades nacionais, razão pela qual, na sequência deste Exame, não foi apresentada pela Comissão Europeia carta de observações às autoridades nacionais, conforme previsto regulamentarmente.

Os representantes da Comissão Europeia neste fórum apresentaram também e disponibilizaram aos membros do Comité um *powerpoint* relativo às

orientações que a Comissão estava a preparar sobre o processo de encerramento dos Programas 2007-2013 e sobre a transição para o novo período programático, cujas regras, como atrás referido, ficaram consolidadas no final do ano.

5.5 Utilização da assistência técnica

1. Enquadramento Regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 5.º do Regulamento (CE) número 1290/2005, de 5 de agosto;
- Artigo 66.º do Regulamento (CE) número 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 40.º do Regulamento (CE) número 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006: 511;
- Portaria número 94/2010 de 12 de fevereiro com a nova redação dada pela Portaria n.º 326/2012 de 17 de outubro.

2. Objetivo da Medida

Financiar as atividades de preparação, gestão, controlo, acompanhamento, avaliação, informação e divulgação das medidas previstas no ProDeR, bem como as atividades destinadas a reforçar a capacidade administrativa e técnica para a sua execução, tendo em vista a gestão e a operacionalização, de forma eficaz e eficiente do Programa.

3. Implementação da Medida

➤ Concursos/candidaturas apresentadas

Em setembro de 2013 foi aberto um período de candidaturas, de 2 a 13 de setembro, tendo sido rececionadas 8 candidaturas com um total de 17.223 mil euros de investimento total, conforme quadro que se apresenta de seguida:

Quadro 517: AT - Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro		0	0	1	880
Segundo		0	0	1	5.038
Terceiro		0	0	7	7.330
Quarto		0	0	8	14.621
Quinto		0	0	9	14.602
Sexto		0	0	8	18.377
Sétimo		0	0	7	18.435
Oitavo		0	0	1	147
Nono		8	17.223	8	17.223
TOTAL		8	17.223	50	96.655

➤ **Análise e decisão das candidaturas**

No ano 2013, foram analisadas e aprovadas as 8 candidaturas, nos termos previstos da regulamentação em vigor e tendo em conta que a AG do ProDeR é ela própria beneficiária, a aprovação ocorreu por despacho do Senhor Secretário de Estado da Agricultura. Todas estas candidaturas aprovadas foram objeto de contratação para além de mais duas candidaturas que tinham sido decididas mas não contratadas no ano de 2012.

Quadro 518: AT - PA entrados, analisados, decididos e contratados (por concurso)

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	1	880	1	880	0	0	1	880	1	880	880
Segundo	1	5.038	1	5.038	0	0	1	5.038	1	5.038	5.038
Terceiro	7	7.330	7	7.330	0	0	7	7.330	7	7.330	7.330
Quarto	8	14.621	8	14.369	0	0	8	14.369	8	14.369	11.496
Quinto	9	14.602	9	14.383	0	0	9	14.383	9	14.383	12.184
Sexto	8	18.377	8	18.377	0	0	8	18.377	8	18.377	11.624
Sétimo	7	18.435	7	18.435	0	0	7	18.021	7	18.021	11.681
Oitavo	1	147	1	147	0	0	1	147	1	147	124
Nono	8	17.223	8	17.223	0	0	8	17.223	8	17.223	11.455
TOTAL	50	96.655	50	96.184	0	0	50	95.770	50	95.770	71.810

Tendo em conta a particularidade desta ação, apresenta-se, como é habitual, no quadro seguinte a distribuição dos PA contratados no ano, por promotor.

Quadro 519: AT - Distribuição PA contratados no ano

Un.: mil euros

Região	Candidaturas contratadas		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER
DRAPN	1	813	691
DRAPC	1	623	529
DRAPLVT	1	275	234
DRAPALE	1	1.033	878
DRAPALG	1	234	199
IFAP	2	7.160	6.086
AG ProDer	1	4.703	3.997
SGMF	1	120	102
GPP	1	124	105
TOTAL	10	15.084	12.822

Em 2013 foram contratados 10 PA a que corresponde um montante de despesa pública de 15.084 mil euros, com uma comparticipação FEADER no valor de 12.822 mil euros.

➤ **Execução financeira**

A despesa pública paga em 2013 foi de 5.890 mil euros com uma participação FEADER de 5.006 mil euros, conforme quadro que se apresenta de seguida.

Quadro 520: AT - Distribuição PA pagos no ano

Un.: mil euros

Região	Candidaturas pagas		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER
DRAPN	1	311	265
DRAPC	2	94	80
DRAPLVT	3	192	163
DRAPALE	3	754	641
DRAPALG	2	103	87
IFAP	2	2.152	1.829
AG ProDer	0	2.196	1.866
SGMF	2	88	75
GPP	1	0	0
TOTAL	16	5.890	5.006

Em termos acumulados, esta medida teve uma execução acumulada de 28.661 mil euros de despesa pública e uma comparticipação de 22.690 mil euros de FEADER. A taxa de execução foi de 31% face ao programado.

Quadro 521: AT - Indicadores de realização

Ano		Acumulado	
Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
5.890	5.006	28.661	22.690
Meta		87.444	72.623
% da Meta		33%	31%

5.6 Medidas tomadas para garantir que o Programa é objeto de publicidade

5.6.1 Autoridade de Gestão

Com base no Plano de Comunicação aprovado, a estratégia de comunicação implementada durante o ano de 2013 atingiu todos os objetivos a que se propôs:

- Estabilização da imagem institucional do Programa e reforço da sua associação aos valores-guia que temos vindo a desenhar e implementar nos últimos 4 anos: confiança / credibilidade / rigor / clareza / transparência;
- Fortalecimento da proximidade com os beneficiários e restantes públicos, assumindo o portal oficial ProDeR como meio privilegiado de disseminação de informação essencial e relevante, como é exemplo a publicação das principais medidas de gestão;
- Promoção da difusão de conhecimentos sobre o papel fundamental da União Europeia e do FEADER na construção de um sector agrícola e florestal mais competitivo, dinâmico e inovador, bem como de um mundo rural fecundo de novos projetos, gerando dinâmicas de fixação de populações e geradora de empregos;
- Acompanhamento do trabalho desenvolvido por cada beneficiário em matéria de regras de publicitação, de modo a assegurar a adequada divulgação da aplicação do fundo comunitário - FEADER.

No início de 2013, o ProDeR entrou tecnicamente em *overbooking* e para fazer face a essa situação esta AG optou por garantir aos beneficiários a possibilidade de continuarem a submeter as suas candidaturas, embora a análise e decisão das mesmas ficasse dependente de futura libertação de verbas provenientes de projetos desistidos ou não executados integralmente, bem como da efetiva possibilidade de execução dos projetos no tempo de vida do Programa.

A estratégia de comunicação que acompanhou a implementação desta operação foi planeada com todo o rigor, e em tempo, de modo a que todos os stakeholders fossem envolvidos e para que, no dia assinalado para se iniciar a chamada «suspensão de candidaturas», 19 de fevereiro de 2013, nenhum

investidor ficasse por esclarecer. Gerindo eficazmente esta situação, o ProDeR soube preservar a imagem pública muito positiva do Programa e da aplicação do fundo em Portugal, falando aos seus públicos e disponibilizando-se sempre para os esclarecimentos necessários, em diversos fóruns e plataformas comunicacionais.

No presente capítulo damos conta das principais ações de comunicação e informação desenvolvidas no ano de 2013.

Figura 16: Alguns exemplos do ProDeR na imprensa



Site ProDeR

O site do ProDeR impõe-se como o eixo mais relevante da comunicação deste Programa com os seus públicos-alvo, a sua principal porta de entrada. A rapidez, a facilidade e o baixo custo de acesso à informação proporcionados pela internet, bem como a possibilidade de disponibilizar de forma imediata consideráveis volumes de informação, fazem do site um meio privilegiado de divulgação e informação sobre o Programa.

O destaque que se conferiu à periódica apresentação de resultados – globais e sectoriais, quer seja em formato notícia, quer seja através de quadros/mapas de execução de leitura simples – a aposta numa imagem gráfica mais atrativa e a possibilidade que se forneceu a cada subscritor de ter acesso a informação para um consumo mais rápido, personalizado e imediato de uma forma regular, através do envio da *Newsletter* ProDeR, constituem as principais linhas orientadoras do sítio eletrónico oficial do ProDeR.

Monitorizado pelo Google *Analytics*®, esta ferramenta tem permitido uma análise fina, em tempo real e mais aprofundada da sua performance.

Assim, substancialmente mais relevante, em termos de navegabilidade e usabilidade dos portais, do que o número de visitas registadas são os resultados que o site obteve ao nível da permanência dessa estada (quantas páginas foram visitadas e qual a sua duração) e em média por cada visita são consultadas 4,84 páginas e que quem nos visita despende uma média de 4:24 mn.

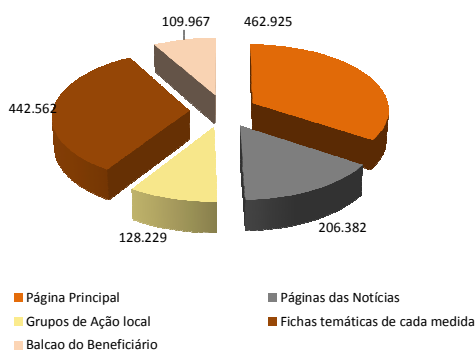
Comparativamente com a informação que reportámos referente ao ano de 2012, em 2013 a percentagem de utilizadores experientes no portal ProDeR diminui ligeiramente e registou-se um suave aumento de novos visitantes, que atingem agora cerca de 43%.

Estes indicadores permitem concluir, com alguma margem de segurança, que a esmagadora maioria de quem visita o site do ProDeR regressa, descobrindo-se aqui uma certa fidelização por parte dos seus utilizadores; mas também que o ProDeR não apenas manteve a atratividade necessária para captar novos públicos, como soube angariar novos visitantes, novos públicos. Ora, tendo em conta o relato do ocorrido no Programa ao longo de 2013 (situação técnica de *overbooking*, candidaturas suspensas, período financeiro a terminar) trata-se de uma situação que só poderá ser considerada notável.

Uma análise aos números permite verificar a existência de uma distribuição que, de uma forma geral, poderemos considerar uniforme do número de visitas (contagem das sessões ativas) e visualizações de página (número total de páginas visualizadas). Registou-se um tráfego maior no mês de março que é plenamente justificado, com a publicação de um comunicado

no site, sobre a suspensão na análise e decisão de novas candidaturas, por via do *overbooking* muito considerável – 19 de fevereiro de 2013. Acresce, que logo no início do ano, no dia 10 de janeiro, esta AG aproveitou a emissão da habitual informação sobre os resultados do ano anterior e as perspetivas para o ano de 2013 para esclarecer, alertando, os seus públicos de que o Programa aproximava-se já a passos largos de uma situação de *overbooking* técnico, razão pela qual podemos observar uma elevada afluência ao site durante esse período, superior à registada no resto do ano, um clímax no dia seguinte ao da publicação do comunicado de suspensão de candidaturas e a manutenção dessa intensidade de visitas até ao final do mês de março.

Figura 17: Site ProDeR – Conteúdos mais visitados (no ano)



Nunca é demais ressaltar que a calibragem deste sistema, inaugurado em outubro de 2011, poderá influenciar os resultados finais acumulados que têm vindo a ser registados. No quadro seguinte apresenta-se os indicadores mais relevantes para caracterizar o desempenho do site no ano de 2013.

Quadro 522: Site ProDeR – Dados quantitativos

Indicadores	2013	Acumulado
Visitantes	514.350	4.822.346
Newsletter (assinantes)	2.725	10.375
Total de visualizações de página (Indicador disponível a partir de setembro de 2011)	2.490.088	6.575.829

Em 2013 foram emitidas 22 *newsletter*, correspondendo a uma média superior a 40 conteúdos noticiosos que chegaram por correio eletrónico a 10.375 subscritores. De relevar que só em 2013, 2.725 utilizadores manifestaram a sua vontade em receber pela primeira vez novidades sobre o ProDeR, mais uma vez um dado de elementar relevância quando pensamos que o Programa no passado ano se centrou, quase em exclusivo, na execução, estava em situação de *overbooking*, com todos os seus períodos de submissão de candidaturas tecnicamente encerrados.

Contact Center

O sistema integrado de comunicação ProDeR – Contact Center – constitui uma plataforma de comunicação por excelência. De uma forma direta, célere e eficaz, os beneficiários, efetivos ou potenciais, projetistas ou público em geral, expõem as suas dúvidas específicas, apresentam sugestões ou resolvem problemas de submissão de candidaturas.

Formato adotado e implementado em 2009, este sistema tem permitido uma gestão mais eficiente de recursos que o ProDeR tinha em funcionamento desde 2008, mas que não funcionavam como uma plataforma coesa: a linha telefónica de atendimento geral, número verde 800 500 064; o contacto geral de *e-mail*, ProDeR@gpp.pt; e o contacto de *e-mail* exclusivo com as Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP), apoioProDeR@gpp.pt (de utilização residual quando confrontado com o endereço de correio eletrónico preferencial de comunicação, facilmente explicado pela abertura e promoção de outros canais de ligação entre o ST ProDeR e as DRAP, como são as reuniões realizadas com maior assiduidade ou os contactos telefónicos permanentes, considerados mais eficazes pelos técnicos ProDeR).

Endereço de correio eletrónico – ProDeR@gpp.pt

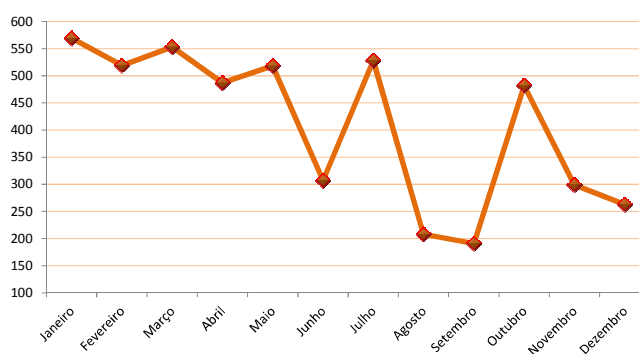
Da análise efetuada à tabela seguinte, constata-se um ligeiro incremento no número total de e-mails recebidos no endereço exclusivo para receção de pedidos de esclarecimento ou sugestões, face a período homólogo de

2012. É ainda de relevar que o tempo médio de resposta (4 dias) atingido no ano de 2013 é, à semelhança da média registada nos três últimos anos, inferior ao prazo limite de resposta estabelecido inicialmente por esta AG – 7 dias.

Quadro 523: Endereço eletrónico – Dados quantitativos

	2013	Acumulado
Total de e-mails recebidos	4.924	29.763
Total de esclarecimentos prestados	9.848	61.349
Tempo médio de resposta:	4 dias	

Figura 18: Endereço electrónico – Distribuição mensal de e-mails rececionados



Da observação do quadro supra, resulta uma evidência: ao contrário dos restantes indicadores, a curva de receção de mensagens que chegam ao ProDeR via correio eletrónico acompanha o histórico da “Operação Limpeza” e atinge os seus picos nos seus momentos-chave de notificações – meados de abril, julho e outubro.

Telefone – Linha Verde

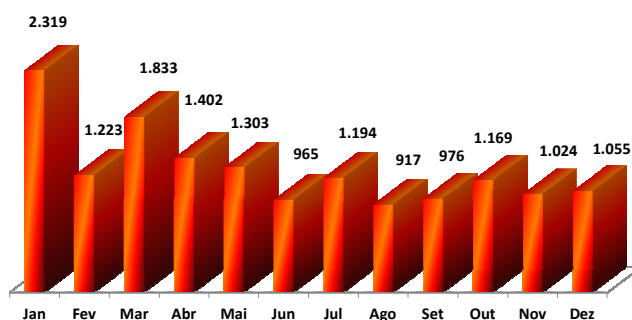
A linha telefónica de atendimento ProDeR mantém o horário de funcionamento das 9h00 às 19h00, todos os dias úteis da semana.

Quadro 524: Linha verde – Dados quantitativos

Telefonemas recebidos (nº)		Questões respondidas (nº)	
Ano	Acumulado	Ano	Acumulado
15.380	68.330	27.618	120.161

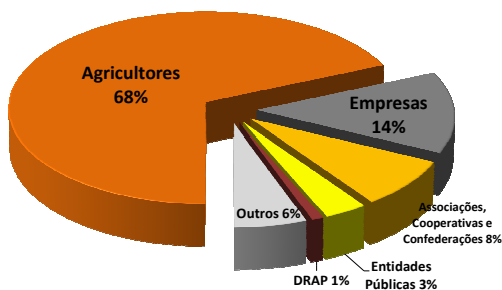
Durante o ano de 2013, a Linha Verde recebeu menos 2.537 chamadas telefónicas do que em 2012. Esta situação encontra explicação na circunstância de todos os períodos de candidaturas terem estado encerrados desde, praticamente, o início de 2013, o que diminuiu drasticamente as dúvidas relacionadas com a operacionalização de cada medida (formulários, submissão de documentos de suporte às candidaturas,...).

Figura 19: Linha Verde – Número de telefonemas recebidos (no ano)



À semelhança do comportamento registado com os acessos ao Portal ProDeR, também a Linha Verde assinala o seu maior pico no início de 2013, cuja interpretação está devidamente fundamentada no ponto “site do ProDeR”.

Figura 20: Linha Verde – Tipologia de utilizadores (no ano)



Quem procura a Linha Verde como meio privilegiado para obter esclarecimentos são os agricultores (representando 68%), seguidos de longe pelas empresas, onde se podem incluir a categoria dos projetistas (14%).

Eventos públicos de divulgação ProDeR

Durante o ano de 2013, o ProDeR realizou 122 sessões de divulgação, representando uma interessante dinâmica na comunicação ProDeR, transversal e alargada às diversas entidades que em muito contribuem para a organização e sucesso destas iniciativas, Direções Regionais, Grupos de Ação Local (GAL) e Estruturas Locais de Apoio (ELA).

Até 31 de dezembro de 2013, o ProDeR contabilizou 1.238 eventos públicos de divulgação.

Figura 21: Eventos públicos – Ações de divulgação



Participação em Feiras

Durante o ano de 2013, o ProDeR participou nas duas principais feiras nacionais dedicadas à agricultura, desenvolvimento rural e floresta: a OVIBEJA, que decorreu em Beja, de 24 a 28 de abril de 2013; e a Feira Nacional de Agricultura, que se realizou em Santarém, entre os dias 8 a 16 de junho de 2013.

Figura 22: Participação em Feiras



Intervenções e colunas de opinião

Para além das ações de comunicação ProDeR promovidas por esta Autoridade de Gestão ou pelos nossos parceiros, as presenças da Gestora do Programa enquanto oradora, constituíram, mais uma vez, momentos de comunicação de excelência, fundamentais para a prossecução dos objetivos definidos no Plano de Comunicação e cruciais para os bons níveis de notoriedade de que o Programa usufrui.

Este ano, o formato de eventos foi aperfeiçoado, designadamente as iniciativas no âmbito do subprograma 3-LEADER. Permitindo um efeito multiplicador de eficiência na nossa comunicação, cada deslocação da Gestora aos territórios dos Grupos de Ação Local foi acompanhada de visitas a explorações agrícolas, a projetos de investimento na área agrícola e agroindustrial (subprograma 1) ou no âmbito da inovação (subprograma 4), metodologia que concede à comunicação ProDeR dois claros benefícios: facilita, incrementando, o contacto no terreno entre a Gestão e os beneficiários das distintas áreas de investimento, enquanto promove a troca de experiências e de conhecimento transversal sobre o Programa entre os seus beneficiários.

Figura 23: Intervenções da Gestora do ProDeR



Intervenção da Gestora do PRODER na abertura dos trabalhos do VII Congresso Mundial do Presunto, que pela primeira vez escolheu Portugal para país anfitrião e teve lugar em Ourique, em maio de 2013

À semelhança do trabalho realizado em 2012, também em 2013 foram selecionados cirurgicamente os meios e o momento oportuno para a publicação de uma coluna de opinião assinada pela Gestora do ProDeR, difundindo, assim, os resultados atingidos pelo Programa. Foi o caso da peça de opinião divulgada no número de julho de 2013, do jornal «Pessoas e Lugares», e do artigo publicado na edição comemorativa do 30º aniversário da revista «Jovens Agricultores», da Associação de Jovens Agricultores de Portugal (AJAP).

Figura 24: Exemplo de Publicação de uma Coluna de opinião



Ainda neste âmbito, de relevar a participação da Gestora do ProDeR no estudo «Roteiro Jovem Empresário Rural». Objetivando o conceito de Jovem Empresário Rural (JER), a AJAP desenvolveu um trabalho alargado sobre o tema, ouviu várias personalidades ligadas à agricultura e ao desenvolvimento rural que colaboraram com as suas reflexões e

Material de comunicação

Globalmente, o ProDeR distribuiu 39.334 publicações até 31 de dezembro de 2013.

Todas as publicações estão também disponíveis em suporte eletrónico a partir do sítio oficial do ProDeR.

Quadro 525: Material de comunicação – Publicações/merchandising distribuídos (no ano)

Publicações distribuídas - 2013		
Folhetos	Jovens agricultores	300
	Investimentos de Pequena Dimensão	469
	Dinamização das zonas rurais	1.200
TOTAL		1.969

Boas práticas de publicitação ProDeR

Porque a comunicação no âmbito das políticas europeias é um desafio que envolve todos os intervenientes, aqui ficam alguns exemplos do trabalho efetuado pelos beneficiários ProDeR na difusão do FEADER, sensibilizando o público em geral para a adequada aplicação do fundo:

Figura 26: Boas práticas – Exemplo de notícia em sítio oficial



Figura 27: Boas práticas – Exemplo de notícia em meio internacional de circulação mundial produzida a partir de informação oficial disponibilizada no site PRODER

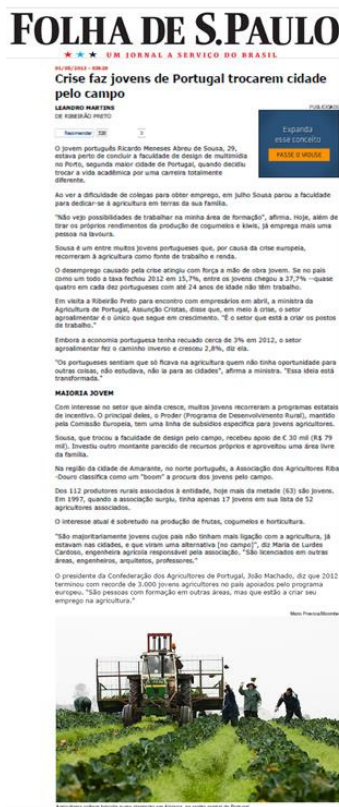


Figura 28: Boas práticas – Exemplo da aplicação das normas de publicitação em banner de divulgação a projeto PRODER



Comunicação Interna

Refletindo na relevância que esta AG confere ao processo comunicacional interno na consolidação da identidade desta organização, justifica-se uma breve nota sobre o tema a encerrar este capítulo dedicado à comunicação ProDeR. Assim, consolidámos canais e instrumentos, designadamente a disponibilização diária do *clipping* eletrónico e a divulgação das mais relevantes tomadas de decisão/novos procedimentos da AG, em formato comunicado.

5.6.2 Grupos de Ação Local

Relativamente à questão da publicitação do Programa, é de referir que a principal responsabilidade, dentro do subprograma, compete aos GAL, através das operações aprovadas nas medidas 3.1 e 3.2, importando ressaltar ainda a importância que têm, neste tema específico, os Planos de aquisição de competências e animação (PACA), ferramenta privilegiada para garantir que o subprograma 3 é objeto de publicitação nos territórios rurais. Este Plano define os dispositivos de informação da população local e de abrangência territorial das ações, visando o conjunto da população, assim como os membros da parceria local, as instituições e os promotores de projeto potenciais, promovendo o apelo a projetos e disseminação de resultados enquanto matérias de uma ampla difusão pública.

Em relação aos PACA, importa referir que os mesmos estavam inicialmente previstos para durarem 3 anos, havendo dois períodos de candidatura, sendo que a segunda deveria ter decorrido no final de 2011.

Contudo, e uma vez que as verbas estavam previamente afetadas a cada GAL, por via das suas ELD, e no sentido da simplificação de procedimentos e de incutir celeridade ao processo, e foi elaborado um Despacho de gestão, o Despacho n.º 7/2011, que possibilita o reforço dos PACA em vigor, no montante disponível, prorrogando a sua execução até 31/12/2014. Alguns GAL só em 2013 carregaram os seus pedidos de alteração dos PACA, motivo pelo qual a taxa de compromisso da medida 3.5 ainda não se encontra nos 100%.

Para além deste veículo de divulgação, os GAL utilizaram ainda os próprios sites para disponibilizarem informação sobre a Estratégia Local de Desenvolvimento, calendário de abertura de concursos para apresentação de pedidos de apoio, formulários de pedidos de apoio e auxiliares de preenchimento.

Esta informação é potenciada pelo site do ProDeR, onde os GAL e as medidas deste Programa geridas por estas entidades têm um espaço exclusivo – o micro site Dinamização das Zonas Rurais.

Outro dos meios utilizados pelos GAL para publicitarem o seu trabalho e dinamizarem os territórios de intervenção tem sido a organização e/ou participação em eventos locais, através de *stands* próprios e onde contactam os potenciais investidores, organização e/ou participação em seminários e workshops temáticos, nos quais apresentam as suas Estratégias Locais de Desenvolvimento e as medidas mais importantes para a concretização dos objetivos definidos. Uma vez que este foi o último ano de apresentação de candidaturas, verificou-se, especialmente no primeiro semestre, uma forte campanha de divulgação dos concursos tentando assim dinamizar o máximo de candidaturas possível, tendo em vista a plena absorção das verbas disponíveis em cada ELD, o que tendo sido atingido no global do subprograma, não o foi em cada Gal individualmente.

A publicitação dos apoios, é uma obrigatoriedade que se encontra bem enraizada nos gestores da Abordagem LEADER e também nos promotores que, mesmo não sendo obrigatória, fazem muitas vezes questão de colocar a publicitação.

Em relação às medidas do subprograma 3 e face aos montantes envolvidos por PA, mantém-se em vigor a regra de que todas as infraestruturas de valor superior a 150.000€ teriam de ter placas descritivas permanentes, sendo que nas instalações dos GAL terá de existir uma placa informativa de que se trata da sede de um organismo intermédio de gestão do ProDeR.

6. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM AS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS

Durante o ano de 2013, todas as regras relativas à concorrência, à contratação pública, à proteção e melhoria do ambiente, à promoção da igualdade entre os géneros e à não discriminação, foram cumpridas em conformidade com as políticas comunitárias.

6.1 Cumprimento das regras relativas à concorrência

As medidas previstas no âmbito do ProDeR encontram-se dentro das condições e limites do Regulamento (CE) n.º1698/2005, de 20 de setembro, e não se prevê financiamento nacional adicional.

A nível de auxílios de Estado, a AG do ProDeR assegura que as operações cofinanciadas de iniciativa privada respeitam as normas e procedimentos comunitários aplicáveis. Estes normativos encontram-se previstos na regulamentação nacional. O IFDR, enquanto Autoridade de Certificação, assegura o cumprimento dos auxílios *de minimis*, em articulação com a AG.

O controlo administrativo a que são submetidas as candidaturas passa pela verificação do cumprimento das regras de concorrência, através da exibição da documentação necessária por parte dos promotores, documentação essa que fica anexa aos projetos.

6.2 Cumprimento das regras relativas à contratação pública

As regras relativas à contratação pública encontram-se acauteladas através do controlo administrativo efetuado a todas as operações cujos beneficiários sejam organismos do Estado, com o integral respeito pela legislação comunitária e nacional, nomeadamente o Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho, que estabelece as regras da concorrência e dos contratos públicos, sucedido pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro com as devidas alterações, cuja aplicabilidade se iniciou em julho de 2008.

6.3 Cumprimento das regras relativas à proteção e melhoria do ambiente

O ProDeR tem assegurado através do controlo administrativo e do controlo *in loco* o cumprimento das regras relativas à proteção e melhoria do ambiente. Para além disso, a maioria das medidas do Eixo 2, servem para integrar esses objetivos e os beneficiários destas ações comprometem-se a respeitar para o conjunto da exploração as exigências da condicionalidade prevista no Regulamento (CE) número 1782/2003, de 29 de setembro, expressos pelos requisitos legais de gestão, e pelas boas condições agrícolas e ambientais e requisitos mínimos relativos à utilização de adubos e produtos fitofarmacêuticos.

6.4 Cumprimento das regras relativas à igualdade entre os géneros e à não discriminação

O ProDeR incorpora as disposições do Artigo 8º do Reg. (CE) n.º 1698/2005, de 20 de setembro, relativas à igualdade entre homens e mulheres e não discriminação, na medida em que os requisitos exigidos prendem-se com as condições relativas ao exercício da atividade e necessárias à implementação dos investimentos propostos.

Todas as pessoas, independentemente do sexo, raça, religião ou orientação política, que preencham aqueles requisitos, estão em condições de beneficiar dos apoios.

São preocupações transversais do ProDeR a atenuação de desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres e entre grupos etários através nomeadamente dos seguintes aspetos:

- Assegurar que a informação sobre o Programa seja clara e acessível a todos os potenciais interessados, garantindo-se condições para mobilizar a sua participação;
- No processo de consulta a agentes económicos e sociais, foram incluídas organizações representativas das mulheres em meio rural;

- Nas medidas disponibilizadas, são criadas condições mais propícias a uma cidadania ativa e participativa, independentemente do género;
- No processo de acompanhamento e avaliação, será possível integrar os resultados obtidos através dos indicadores específicos, permitindo a aferição dos objetivos transversais a atingir;
- Salvaguarda da participação equitativa no Comité de Acompanhamento do ProDeR.

7. REUTILIZAÇÃO DOS MONTANTES RECUPERADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 33º DO REGULAMENTO (CE) Número 1290/2005

O Regulamento (CE) n.º 1290/2005 do Conselho, de 21 de junho, relativo ao financiamento da PAC, prevê no seu artigo 33º (Disposições específicas para as irregularidades do FEADER) que os Estados-Membros devem efetuar correções financeiras em resultado do pagamento de algum montante indevido por fraude e negligência.

Estas correções são efetuadas através da anulação total ou parcial do financiamento comunitário em questão, de acordo com o sistema de recuperação de verbas da responsabilidade do OP.

Deste modo, os montantes excluídos do financiamento comunitário e os recuperados, bem como os respetivos juros, ocorridos no âmbito do ProDeR, são reafectados para operações previstas no Programa de acordo com os seus procedimentos de recuperação.

Estes fundos só podem ser reutilizados ou recuperados para operações no âmbito do mesmo Programa, desde que não sejam reafectados a operações que tenham sido objeto de uma correção financeira.

Neste contexto o OP executou recuperações de montantes efetuadas através de um sistema de recuperação de verbas por compensação com outros pagamentos, i.e., os fundos comunitários a recuperar são anulados e essas verbas são reutilizadas através de novos pagamentos no âmbito da mesma ação.

Ficou desta forma garantida a afetação do financiamento comunitário recuperado às mesmas ações / operações do Programa.

De acordo com a informação disponibilizada pelo Organismo Pagador (IFAP) os resultados são os que se apresentam em seguida.

Quadro 526: Recuperações – BD Devedores (Acumulado)

Unid: euros

Situação		Nº Processos	Valores a Recuperar	Valores Recuperados	Valores em Débito
Abertos	Em Curso	113	6.562.472	116.236	6.446.236
	Suspensos	2	47.830	1.267	46.563
Encerrados	Saldados	163	25.992.631	25.992.631	0
	Arquivados	11	427.310	0	427.310
	Incobráveis	0	0	0	0
Total		289	33.030.242	26.110.133	6.920.109

ANEXO I

MEDIDAS AGRO E SILVO-AMBIENTAIS - COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Em Euros

Cod.COM	Cod.PDR	Medida	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA 2007-2013 C(2012)2071 de 28 Março		VALORES PA APROVADOS (estimativa até 2015)		DOTAÇÃO DISPONÍVEL	
			Contribuição FEADER (3)	Despesa Pública (4)	Contribuição FEADER (5)	Despesa Pública (6)	Contribuição FEADER (7)=(3)-(5)	Despesa Pública (8)=(4)-(6)
214		Pagamentos Agro-ambientais	445.543.660	511.081.217	480.952.620	552.679.821	-35.408.960	-41.598.604
	2.2.1	Alteração de modos de produção	171.052.750	204.460.928	263.896.615	313.595.117	-92.843.865	-109.134.189
	2.2.2	Protecção da biodiversidade doméstica	24.000.000	28.369.242	27.979.453	33.056.676	-3.979.453	-4.687.434
	2.2.4	Conservação do Solo	5.200.000	6.190.895	3.268.487	3.917.915	1.931.513	2.272.980
	2.4	Intervenções Territoriais Integradas MEDIDAS AGRO AMBIENTAIS (RURIS)	129.732.850	153.120.051	67.341.195	79.723.806	62.391.655	73.396.245
			115.558.060	118.940.101	118.466.871	122.386.307	-2.908.811	-3.446.206
225		Pagamentos Silvo-Ambientais	15.500.000	18.284.966	4.411.293	5.238.851	11.088.707	13.046.115
	2.4	Intervenções Territoriais Integradas	15.500.000	18.284.966	4.411.293	5.238.851	11.088.707	13.046.115

Em Euros

ANO DO COMPROMISSO/ACÇÃO	ANO DO PEDIDO DE PAGAMENTO								TOTAL		
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014		2015	
Candidaturas 2007 - PES		30.840.828	26.595.525	27.059.388	27.493.276	26.415.914	19.709.743	19.709.743	0	177.824.416	
221 - Alteração de modos de produção		21.569.227	18.713.704	18.783.837	19.254.776	18.618.738	15.786.370	15.786.370		128.513.022	
222 - Protecção da biodiversidade doméstica		3.477.859	3.270.320	3.506.657	3.142.221	3.181.374	2.709.435	2.709.435		21.997.301	
224 - Conservação do solo		0	0	0	0	0	0	0		0	
24 - Intervenções Territoriais Integradas		5.530.302	4.480.691	4.554.604	4.886.915	4.377.949	1.213.937	1.213.937		26.258.335	
24 - Intervenções Territoriais Integradas		263.440	130.810	214.290	209.364	237.853	0	0		1.055.758	
Candidaturas 2008 - PAS 2009		20.313.761	18.058.956	18.079.870	17.142.673	16.827.235	16.827.235	0	0	107.249.731	
221 - Alteração de modos de produção		16.853.788	14.723.515	14.813.287	14.044.389	14.044.389	13.867.295	13.867.295		88.160.569	
222 - Protecção da biodiversidade doméstica		1.183.890	1.210.033	1.147.719	1.107.272	1.107.272	1.132.333	1.132.333		6.913.579	
224 - Conservação do solo		0	0	0	0	0	0	0		0	
24 - Intervenções Territoriais Integradas		2.227.341	2.086.644	2.086.023	1.963.175	1.794.652	1.794.652	1.794.652		11.952.486	
24 - Intervenções Territoriais Integradas		48.742	38.765	32.841	27.836	32.956	32.956	32.956		214.096	
Candidaturas 2009 - PAS 2010			14.269.246	13.708.672	12.545.720	12.576.432	12.576.432	0	0	65.676.501	
221 - Alteração de modos de produção			11.454.285	11.044.775	10.148.591	10.238.286	10.238.286	10.238.286		53.124.222	
222 - Protecção da biodiversidade doméstica			559.947	503.907	446.360	479.264	479.264	479.264		2.468.743	
224 - Conservação do solo			750.950	681.482	585.135	553.310	553.310	553.310		3.124.187	
24 - Intervenções Territoriais Integradas			1.329.303	1.356.212	1.233.164	1.193.804	1.193.804	1.193.804		6.306.287	
24 - Intervenções Territoriais Integradas			174.760	122.297	132.470	111.768	111.768	111.768		653.062	
Candidaturas 2010 - PAS 2011				11.077.730	12.825.018	12.109.668	12.109.668	12.109.668	12.109.668	60.231.752	
221 - Alteração de modos de produção				7.471.809	9.457.153	8.953.114	8.953.114	8.953.114		43.788.304	
222 - Protecção da biodiversidade doméstica				304.115	266.772	266.772	266.772	266.772		1.677.053	
224 - Conservação do solo				134.515	177.660	160.517	160.517	160.517		793.728	
24 - Intervenções Territoriais Integradas				2.797.366	2.644.196	2.367.961	2.367.961	2.367.961		12.545.446	
24 - Intervenções Territoriais Integradas				369.925	279.235	259.354	259.354	259.354		1.427.221	
Candidaturas 2012 - PU 2012					2.246.097	1.916.501	1.916.501	1.916.501	1.916.501	7.995.601	
221 - Alteração de modos de produção										0	
222 - Protecção da biodiversidade doméstica										0	
224 - Conservação do solo										0	
24 - Intervenções Territoriais Integradas						2.133.883	1.785.976	1.785.976	1.785.976	7.491.811	
24 - Intervenções Territoriais Integradas						112.214	130.525	130.525	130.525	503.790	
Candidaturas 2012 - PU 2013							5.518.121	5.518.121	5.518.121	16.554.364	
221 - Alteração de modos de produção										0	
222 - Protecção da biodiversidade doméstica										0	
224 - Conservação do solo										0	
24 - Intervenções Territoriais Integradas							5.056.480	5.056.480	5.056.480	15.169.440	
24 - Intervenções Territoriais Integradas							461.641	461.641	461.641	1.384.924	
TRANSITADOS		83.517.414	38.868.893							122.386.307	
TOTAL		83.517.414	69.709.721	46.909.286	59.387.590	70.359.547	71.175.422	68.657.701	68.657.701	19.544.291	557.918.672

Fonte: IFAP - dados reportados a 31.12.2013
- Para 2014-2015 consideraram-se os valores registados em 2013